Plano de Trabalho da Fase II – Contribuições do PEA Rendas do Petróleo para a Construção do novo Programa do Eixo 4 do Plano Macro.

Revisão 01

Março/2025

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO 1

BLOCO 1 DIAGNÓSTICO MUNICIPAL ORÇAMENTÁRIO COM FOCO NAS RENDAS PETROLÍFERAS 5

II. METODOLOGIA 6

2.1 *CONSTRUÇÃO* PARTICIPATIVA DAS ANÁLISES DO ORÇAMENTO PÚBLICO COM FOCO NAS RENDAS PETROLÍFERAS MUNICIPAIS 6

III. VISÃO GERAL DOS CONTEXTOS MUNICIPAIS DIAGNOSTICADOS 10

3.1 IGUAPE (SP) 10
3.2 ILHA COMPRIDA (SP) 11
3.3 CANANÉIA (SP) 14
3.4 ILHABELA (SP) 15
3.5 CARAGUATATUBA (SP) 17
3.6 PARATY (RJ) 20
3.7 NITERÓI (RJ) 22
3.8 MARICÁ (RJ) 25
3.9 GUAPIMIRIM (RJ) 26
3.10 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL ORÇAMENTÁRIO COM FOCO NAS RENDAS PETROLÍFERAS DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PEA RENDAS DO PETRÓLEO 27

IV. DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS MUNICÍPAIS 30

4.1 IGUAPE (SP) 30
4.2 ILHA COMPRIDA (SP) 36
4.3 CANANÉIA (SP) 40
4.4 ILHABELA (SP) 43
4.5 CARAGUATATUBA (SP) 46
4.6 PARATY (RJ) 48
4.7 NITERÓI (RJ) 51
4.8 MARICÁ (RJ) 55
4.9 GUAPIMIRIM (RJ) 57
4.10 SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS 60

V. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM AS ESTRUTURAS DA INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS NATURAL (O&G) 63

5.1 IGUAPE (SP) 63
5.2 ILHA COMPRIDA (SP) 65
5.3 CANANÉIA (SP) 66
5.4 ILHABELA (SP) 67
5.5 CARAGUATATUBA (SP) 70
5.6 PARATY (RJ) 71
5.7 NITERÓI (RJ) 73
5.8 MARICÁ (RJ) 75
5.9 GUAPIMIRIM (RJ) 77
5.10 SÍNTESE DA RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM A INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS NATURAL 78

VI. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS 80

6.1 IGUAPE (SP) 80
6.2 ILHA COMPRIDA (SP) 93
6.3 CANANÉIA (SP) 100
6.4 ILHABELA (SP) 106
6.5 CARAGUATATUBA (SP) 111
6.6 PARATY (RJ) 116
6.7 NITERÓI (RJ) 124
6.8 MARICÁ (RJ) 132
6.9 GUAPIMIRIM (RJ) 138
6.10 SÍNTESE DAS ANÁLISES DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS 142

VII. ANÁLISE DAS RENDAS PETROLÍFERAS 145

7.1 IGUAPE (SP) 147
7.2 ILHA COMPRIDA (SP) 156
7.3 CANANÉIA (SP) 162
7.4 ILHABELA (SP) 172
7.5 CARAGUATATUBA (SP) 183
7.6 PARATY (RJ) 191
7.7 NITERÓI (RJ) 202
7.8 MARICÁ (RJ) 213
7.9 GUAPIMIRIM (RJ) 227
7.10 SÍNTESE DAS ANÁLISES DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS PELOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PEA RENDAS DO PETRÓLEO. 232

VIII. CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS ÀS RENDAS PETROLÍFERAS PELOS MUNICÍPIOS 236

8.1 AGRUPAMENTO SUL 237
8.2 AGRUPAMENTO CENTRO 247
8.3 AGRUPAMENTO RIO 256
8.4 SÍNTESE DAS ANÁLISES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS DAS RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS ÀS RENDAS PETROLÍFERAS 264

IX. USO DOS *ROYALTIES* PELOS MUNICÍPIOS 267

9.1 IGUAPE (SP) 267
9.2 ILHA COMPRIDA (SP) 269
9.3 CANANÉIA (SP) 271
9.4 ILHABELA (SP) 272
9.5 CARAGUATATUBA (SP) 275
9.6 PARATY (RJ) 281
9.7 NITERÓI (RJ) 285
9.8 MARICÁ (RJ) 287
9.9 GUAPIMIRIM (RJ) 289
9.10 SÍNTESE DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS ROYALTIES E DESAFIOS PARA SUA GESTÃO SUSTENTÁVEL 292

X. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL SOBRE AS RENDAS PETROLÍFERAS 295

10.1 IGUAPE (SP) 297
10.2 ILHA COMPRIDA (SP) 303
10.3 CANANÉIA (SP) 307
10.4 ILHABELA (SP) 312
10.5 CARAGUATATUBA (SP) 315
10.6 PARATY (RJ) 319
10.7 NITERÓI (RJ) 324
10.8 MARICÁ (RJ) 328
10.9 GUAPIMIRIM (RJ) 330
10.10 SÍNTESE ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL SOBRE AS RENDAS PETROLÍFERAS 333

XI. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E PLANEJAMENTO FISCAL DOS MUNICÍPIOS 335

11.1 IGUAPE (SP) 335
11.2 ILHA COMPRIDA (SP) 338
11.3 CANANÉIA (SP) 341
11.4 ILHABELA (SP) 345
11.5 CARAGUATATUBA (SP) 347
11.6 PARATY (RJ) 351

11.7 NITERÓI (RJ) 353
11.8 MARICÁ (RJ) 357
11.9 GUAPIMIRIM (RJ) 359
11.10 SÍNTESE DA ANÁLISE ACERCA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E DO PLANEJAMENTO FISCAL DOS MUNICÍPIOS ... 361

XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS CONSOLIDADAS SOBRE OS DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS COM FOCO NAS RENDAS PETROLÍFERAS 364

12.1 REFLEXÕES ACERCA DOS DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS 364
12.2 SUGESTÕES DE ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR OS DESAFIOS 366
12.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 367

XIII. AUTORES DOS ESTUDOS LOCAIS 367

13.1 IGUAPE (SP) 367
13.2 ILHA COMPRIDA (SP) 367
13.3 CANANÉIA (SP) 368
13.4 ILHABELA (SP) 368
13.5 CARAGUATATUBA (SP) 368
13.6 PARATY (RJ) 369
13.7 NITERÓI (RJ) 369
13.8 MARICÁ (RJ) 369
13.9 GUAPIMIRIM (RJ) 369
13.10 SÃO PAULO (SP) 370

XIV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO BLOCO 1 371

14.1 IGUAPE (SP) 371
14.2 ILHA COMPRIDA (SP) 373
14.3 CANANÉIA (SP) 375
14.4 ILHABELA (SP) 376
14.5 CARAGUATATUBA (SP) 378
14.6 PARATY (RJ) 382
14.7 NITERÓI (RJ) 384
14.8 MARICÁ (RJ) 387
14.9 GUAPIMIRIM (RJ) 390

BLOCO 2 ANÁLISE DAS RENDAS PETROLÍFERAS E DEPENDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DE MUNICÍPIOS COM SITUAÇÃO SIMILAR AOS ABRANGIDOS PELO PEA RENDAS.....392

XV. ANÁLISE DAS RENDAS PETROLÍFERAS E DEPENDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO (SP), ANGRA DOS REIS (RJ) E ITABORAÍ (RJ).....393

15.1 RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS 393
15.2 ANÁLISE DO RECEBIMENTO DE RENDAS PETROLÍFERAS 401

BLOCO 3 CONTRIBUIÇÕES EM FUNÇÃO DOS APRENDIZADOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA FASE I DO PEA RENDAS DO PETRÓLEO 406

XVI. DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NOS MUNICÍPIOS. 407

16.1 DESAFIOS LOGÍSTICOS 407
16.2 CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DOS AGRUPAMENTOS 411
16.3 DESAFIOS OPERACIONAIS E CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DOS PRÓXIMOS PROJETOS..... 412
16.4 CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO..... 418

XVII. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E CADASTRO TÉCNICO FEDERAL 441

GLOSSÁRIO

Sigla	Descrição
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APA	Área de Proteção Ambiental
APAM-LN	Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte do Estado de São Paulo
ASO	Atestados de Saúde Ocupacional
AUDESP	Divisão de auditoria eletrônica do TCE de São Paulo
CACSFUNDEB	Conselho de Acompanhamento e controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação de Caraguatatuba (SP)
CAE	Conselho da Alimentação Escolar de Caraguatatuba (SP)
CFEM L	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caraguatatuba (SP)
CMDDI	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso de Caraguatatuba (SP)
CMDMC	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Caraguatatuba (SP)
CMDRPC	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca de Caraguatatuba (SP)
CMDU	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Caraguatatuba (SP)
CME	Conselho Municipal da Educação de Ilha Comprida (SP)
CME	Conselho Municipal de Educação de Caraguatatuba (SP)
CMER	Conselho Municipal de Esportes e Recreação de Caraguatatuba (SP)
CMFEMAAC	Conselho Municipal da Feira de Artesanato de Caraguatatuba (SP)
CMPCC	Conselho Municipal de Política Cultural de Caraguatatuba (SP)
CMS	Conselho Municipal da Saúde de Ilha Comprida (SP)
CMSB	Conselho Municipal de Saneamento Básico de Caraguatatuba (SP)
CMT	Conselho Municipal de Turismo de Ilha Comprida (SP)
CODEMAR	Companhia de Desenvolvimento de Maricá
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social de Caraguatatuba (SP)
COMDEC	Estruturação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

Sigla	Descrição
COMDEFI	Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba (SP)
COMDEGUAPI	Companhia Municipal de Desenvolvimento de Guapimirim (RJ)
COMFARP	Conselho Municipal de Fiscalização dos Recursos Advindos das Participações Governamentais dos *Royalties* do Petróleo e Pré-Sal de Paraty (RJ)
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Caraguatatuba (SP)
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo de Caraguatatuba (SP)
COMUS	Conselho Municipal de Saúde de Caraguatatuba (SP)
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONFIRO	Conselho Municipal de Acompanhamento da Aplicação dos *Royalties* do Município de Ilhabela (SP)
CONJUVE	Conselho Municipal da Juventude de Caraguatatuba (SP)
Conselho de Habitação	Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Caraguatatuba (SP)
Conselho Deliberativo do Fundo Social	Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade de Caraguatatuba (SP)
Conselho do Meio Ambiente	Conselho Municipal do Meio Ambiente de Caraguatatuba (SP)
DADETUR	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Munícipios Turísticos
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema único de Saúde
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
e-SIC	Sistema eletrônico do serviço de informação do cidadão
FalaBR	Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais
FEP	Fundo Especial do Petróleo
FER	Fundo de Equalização de Receita – Fundo Soberano de Niterói (RJ)
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FIPERJ	Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FPS	Fundo de Participação Social do PIS PASEP
FPSO	*Floating Production Storage and Offloading* ou Unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência
FSMI	Fundo Soberano do Município de Ilhabela (SP)
FURG	Universidade Federal do Rio Grande

Sigla	Descrição
GE	grupo de estudo
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEG-M	Índice de Efetividade da Gestão Municipal Geral
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado da
IIS	Instituto Ilhabela Sustentável
INEA	Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITGP	Índice de Transparência da Gestão Pública
ITGP	Indicador de Transparência da Gestão Pública
JOM	Jornal Oficial de Maricá
LAI	Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Federal Complementar nº 101/2000
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
NEPHU	Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos
O&G	Óleo e gás natural
OCVAP I	Oleoduto Caraguatatuba-Vale do Paraíba
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OLS	Observatório Litoral Sustentável
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OTSS	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina
PARMIS	Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Socioambientais

Sigla	Descrição
PCS	Programa de Comunicação Social
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEA	Programa de Educação e Ambiental
PESM	Parque Estadual da Serra do Mar do Estado de São Paulo
PIB	Produto Interno Bruto
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PMAP	Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira
PMCSRP	Programa Macrorregional de Apoio ao Controle Social das Rendas Petrolíferas
PMP	Programa de Monitoramento de Praias
PMTE	Programa de Monitoramento de Transporte de Embarcações
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPSA	Pré-sal Petróleo S.A.
PPT	Programa de Proteção ao Trabalhador da Prefeitura de Maricá (RJ)
RCL	Receita Corrente Liquida
Redes	(Projeto Redes) antigo Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
REM-F	Ranking de Eficiência dos Municípios
REVAP	Refinaria Henrique Lage
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RH	Recursos humanos
RIMA	Relatórios de Impacto Ambiental
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RREO	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SAE	Sujeitos da Ação Educativa
SAI	Serviço de Acesso à Informação
SAPL	Sistema de Apoio ao Processo Legislativo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECLIMA	Secretaria do Clima de Niterói (RJ)
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico
SP	Estado de São Paulo

Sigla	Descrição
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TCE-SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TCGA	Taxa Geométrica de Crescimento Anual
TEBAR	Terminal Marítimo Almirante Barroso em São Sebastião (SP)
TEBIG	Terminal Marítimo Maximiano da Fonseca em Angra dos Reis (RJ)
TI	Tecnologia da Informação
TRF3	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UTGCA	Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato
ZPP	Zona de Produção Principal

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: TRILHA DO CONHECIMENTO DO PEA RENDAS DO PETRÓLEO..... 9

FIGURA 2: DENSIDADE DO TRÁFEGO TOTAL DE EMBARCAÇÕES A SERVIÇO DA PETROBRAS – 2023. FONTE: PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES PMTE – PETROBRAS 72

FIGURA 3: ANEXO II DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO PPA 2022/2025 PÁG. 2– (FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE IGUAPE, 2021). 81

FIGURA 4: ANEXO I PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO PPA 2022/2025 PÁG. 1 – (FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE IGUAPE, 2022,). 82

FIGURA 5: ANEXO I DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - ORÇAMENTO 2023 PÁG.1– (FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE IGUAPE, 2022). 82

FIGURA 6 : ANEXO II DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO PPA COM A DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS. 83

FIGURA 7: ANEXO DE RISCOS E METAS FISCAIS – 2022/2024 PRESENTE NA LDO (FONTE: LDO, 2023). 84

FIGURA 8: ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES PRESENTE NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2023 86

FIGURA 9: SITE DE PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA RESSALTANDO A FALTA DE ANEXOS (ACESSO EM 29 DE OUTUBRO DE 2024). 95

FIGURA 10: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA EVIDENCIANDO A AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. ACESSADO EM 29 DE OUTUBRO DE 2024. 96

FIGURA 11: DIVULGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL. ACESSO EM 25 DE NOVEMBRO DE 2024. 97

FIGURA 12: "ITEM II - FUNÇÕES DE GOVERNO" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 209/2023 QUE ESTIMA RECEITAS E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024. 102

FIGURA 13: "ITEM IV - CATEGORIAS ECONÔMICAS" DA LEI COMPLEMENTAR Nº 209/2023 QUE ESTIMA RECEITAS E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, ONDE O VALOR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA ESTÁ ALTERADO. 102

FIGURA 14: ESTRUTURA DE PROJEÇÃO UTILIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CANANÉIA PARA APRESENTAR O BALANÇO QUADRIMESTRAL – RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2023 - RELATIVO AO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2021-2024, EM 14 DE MARÇO DE 2024 103

FIGURA 15: ESTRUTURA DE PROJEÇÃO UTILIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CANANÉIA PARA APRESENTAR O BALANÇO QUADRIMESTRAL – RELATIVO AO 3º QUADRIMESTRE DE 2023 - RELATIVO AO PLANO PLURIANUAL (PPA) 2021-2024, EM 14 DE MARÇO DE 2024. 103

FIGURA 16: ANÁLISE DE FISCALIZAÇÃO RETIRADA DO SITE TCE CONTENDO DIFERENÇAS ENTRE A LOA ATUALIZADA E AS METAS PREVISTAS NA LDO DE 2022. 108

FIGURA 17: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE BAÚNA (FONTE: ANP). 152

FIGURA 18: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE MEXILHÃO (FONTE: ANP). 152

FIGURA 19: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE BAÚNA (FONTE: ANP). 159

FIGURA 20: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE LAGOSTA (FONTE: ANP). 168

FIGURA 21: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE MERLUZA (FONTE: ANP). 168

FIGURA 22: PERCENTUAL MÉDIO DE CONFRONTAÇÃO ENTRE OS MUICÍPIOS DE ILHABELA E SÃO SEBASTIÃO. (FONTE: OFÍCIO Nº 212/2021/SPG/ANP-RJ) 177

FIGURA 23: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE LAPA (FONTE: ANP) 178

FIGURA 24: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE SAPINHOÁ E ENTRONO DE SAPINHOÁ (FONTE: ANP). 178

FIGURA 25: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE MEXILHÃO (FONTE: ANP). 179

FIGURA 26: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE BACALHAU E BACALHAU NORTE (FONTE: ANP). 179

FIGURA 27: REPRESENTAÇÃO DA ÁREA DE LITÍGIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO E O MUNICÍPIO DE ILHABELA (FONTE: PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE) N.º: 5000825-58.2020.4.03.6135) 180

FIGURA 28: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE MEXILHÃO (FONTE: ANP). 187

FIGURA 29: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE PEREGRINO (FONTE: ANP). 197

FIGURA 30: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE POLVO (FONTE: ANP). 198

FIGURA 31: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE TUBARÃO MARTELO (FONTE: ANP). 198

FIGURA 32: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE ESPADARTE (FONTE: ANP). 208

FIGURA 33: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE TARTARUGA VERDE (FONTE: ANP). 208

FIGURA 34: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE TUPI E SUL DE TUPI, ANTIGO CAMPO DE SUL E SUL DE LULA (FONTE: ANP). 209

FIGURA 35: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE BERBIGÃO, SUL DE BERBIGÃO E SURURU (FONTE: ANP)..... 219

FIGURA 36: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE BÚZIOS (FONTE: ANP). 219

FIGURA 37: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE ESPADARTE (FONTE: ANP). 220

FIGURA 38: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE ITAPU (FONTE: ANP). 220

FIGURA 39: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE TAMBAÚ (FONTE: ANP). 221

FIGURA 40: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE TARTARUGA VERDE (FONTE: ANP). 221

FIGURA 41: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE TUPI E SUL DE TUPI, ANTIGO CAMPO DE SUL E SUL DE LULA (FONTE: ANP). 222

FIGURA 42: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE URUGUÁ (FONTE: ANP)..... 222

FIGURA 43: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE ATAPU E OESTE DE ATAPU (FONTE: ANP). 223

FIGURA 44: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE SÉPIA E SÉPIA LESTE (FONTE: ANP). 223

FIGURA 45: PLANILHA DE RECEITA DO ANO DE 2024, FILTRANDO RECEITAS CORRENTES DESCRITAS COMO COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DOS ROYALTIES. IGUAPE (SP)..... 240

FIGURA 46: PLANILHA DE RECEITA DO ANO DE 2024, FILTRANDO RECEITAS CORRENTES DESCRITAS COMO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO. IGUAPE-SP. 240

FIGURA 47: DETALHAMENTO DE EMPENHO. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE CANANÉIA..... 245

FIGURA 48: FONTES DE RECURSOS ENVOLVENDO AS RENDAS DO PETRÓLEO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE CANANÉIA. 245

FIGURA 49: RESULTADO DA CONSULTA COM FONTES DE RECURSO DE ORIGEM DAS RENDAS PETROLÍFERAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE CANANÉIA..... 246

FIGURA 50: EXEMPLO DE DETALHAMENTO DE DESPESA REALIZADA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE ROYALTIES OBTIDO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE CARAGUATATUBA. 252

FIGURA 51: DETALHAMENTO DE DESPESA A PARTIR DE SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO ARRECADADORA DE RECURSO PÚBLICO MUNICIPAL. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE NITERÓI. 258

FIGURA 52: DESPESAS CLASSIFICADAS COM FONTE DE RECURSO DAS RENDAS PETROLÍFERAS. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE MARICÁ 260

FIGURA 53: DETALHE DA UTILIZAÇÃO DAS RENDAS PETROLÍFERAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE MARICÁ. 261

FIGURA 54: EXEMPLO DE DETALHAMENTO DE DESPESA REALIZADA COM A UTILIZAÇÃO DE ROYALTIES OBTIDO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE CARAGUATATUBA. 276

FIGURA 55: NÃO CONFORMIDADES EM RELAÇÃO A DEMONSTRATIVOS FISCAIS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE ILHA COMPRIDA. ACESSO EM 29 DE OUTUBRO DE 2024. 305

FIGURA 56: PROTOCOLO DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO ENDEREÇADO À PREFEITURA DE CANANÉIA, EM 22 DE AGOSTO DE 2024. 308

FIGURA 57: RESPOSTA, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024, AO PEDIDO DE INFORMAÇÃO ENDEREÇADO À PREFEITURA DE CANANÉIA DE 22 DE AGOSTO DE 2024..... 309

FIGURA 58: PEDIDO DE INFORMAÇÃO ENDEREÇADO À PREFEITURA DE CANANÉIA DE 24 DE SETEMBRO DE 2024. DIZ RESPEITO AOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. 310

FIGURA 59: RESPOSTA, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024, AO PEDIDO DE INFORMAÇÃO ENVIADO EM 24 DE SETEMBRO DE 2024. NELA, OS DOCUMENTOS PEDIDOS FORAM ENVIADOS. 310

FIGURA 60: ÁREA DE INFLUÊNCIA DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO DA ETAPA 4 DO PRÉ-SAL. FONTE: RIMA DA ETAPA 4. 396

FIGURA 61: QUANTIDADE DE ATRACAÇÕES DE EMBARCAÇÕES DE APOIO. FONTE: RELATÓRIO DO PMTE DE 2023. 397

FIGURA 62: MAPA DE INTENSIDADE E CLASSIFICAÇÃO DO TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES A SERVIÇO DA PETROBRAS. FONTE: RELATÓRIO DO PMTE DE 2023..... 398

FIGURA 63: DECISÃO DE INDEFERIMENTO DA ANP AO PEDIDO DE REENQUADRAMENTO COMO ZONA DE PRODUÇÃO PRINCIPAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ. 400

FIGURA 64: CAMPOS PLEITEADOS NA JUSTIÇA COMO CONFRONTANTES DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ (RJ). FONTE ANP. 401
FIGURA 65: MAPA COM A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO, DESENVOLVIDO NA PLATAFORMA MYMAPS. 408
FIGURA 66: PROPOSTA DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PROGRAMA DO PMCRSP. FONTE: PARMIS, 2024 419

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DADOS DO ENSINO INFANTIL. 38
TABELA 2: DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL 39
TABELA 3: DADOS DO ENSINO MÉDIO 39
TABELA 4: IDH DE GUAPIMIRIM. CENSO DE 2010 – IBGE. 58
TABELA 5: VARIÁVEIS ENQUADRADAS NO CONCEITO DE RENDAS PETROLÍFERAS 145
TABELA 6: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR IGUAPE. 148
TABELA 7: SÉRIE HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL (VALORES CORRIGIDOS PARA O MÊS 11/2024). 149
TABELA 8: CAMPOS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CONFRONTANTES COM O MUNICÍPIO DE IGUAPE. 151
TABELA 9: ANÁLISE DOS ROYALTIES RECEBIDOS CONFORME A LEI FEDERAL Nº 12.858/13. 153
TABELA 10: SÉRIE HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL. 158
TABELA 11: ALTERAÇÃO DA PREVISÃO DE ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL RECEBIDAS POR CANANÉIA 164
TABELA 12: ANÁLISE DOS ROYALTIES RECEBIDOS CONFORME A LEI 12.858/13. 169
TABELA 13: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR ILHABELA. 172
TABELA 14: SÉRIE HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL. 174
TABELA 15: CAMPOS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CONFRONTANTES COM O MUNICÍPIO DE ILHABELA. 176
TABELA 16: ANÁLISE DOS ROYALTIES RECEBIDOS CONFORME A LEI FEDERAL Nº 12.858/13. 181
TABELA 17: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR CARAGUATATUBA. 184
TABELA 18: SÉRIE HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL. 186
TABELA 19: CAMPOS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CONFRONTANTES COM O MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA. 187
TABELA 20: ANÁLISE DOS ROYALTIES RECEBIDOS CONFORME A LEI FEDERAL Nº 12.858/13. 188
TABELA 21: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR PARATY. 192
TABELA 22: CONTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES (1), PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS (2), REPASSES ESTADUAIS (3) E FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO (4), QUE COMPÕEM AS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR PARATY (RJ) NO ANO DE 2012. 193
TABELA 23: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR PARATY (RJ), DE 2010 A 2023. 194
TABELA 24: SÉRIE HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL DE PARATY – RJ, DE 2010 A 2023. 195
TABELA 25: CAMPOS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CONFRONTANTES COM O MUNICÍPIO DE PARATY. 197
TABELA 26: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR NITERÓI. 203
TABELA 27: CAMPOS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CONFRONTANTES COM O MUNICÍPIO DE NITERÓI. 207
TABELA 28: ANÁLISE DOS ROYALTIES RECEBIDOS CONFORME A LEI FEDERAL Nº 12.858/13. 210
TABELA 29: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR MARICÁ 214
TABELA 30: SÉRIE HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL. 216
TABELA 31: CAMPOS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CONFRONTANTES COM O MUNICÍPIO DE MARICÁ. 218
TABELA 32: ANÁLISE DOS ROYALTIES RECEBIDOS CONFORME A LEI FEDERAL Nº 12.858/13 224
TABELA 33: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR GUAPIMIRIM. 228
TABELA 34: SÉRIE HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA RECEITA MUNICIPAL. 229
TABELA 35: ANÁLISE DOS ROYALTIES RECEBIDOS CONFORME A LEI FEDERAL Nº 12.858/13. 230
TABELA 36: SOMA DO VALOR TOTAL NOMINAL DE RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS PELOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PEA RENDAS NO PERÍODO ENTRE 2010 E 2023 235
TABELA 37: CÓDIGOS RELACIONADOS A FONTES DE RENDAS PETROLÍFERAS CLASSIFICADAS NAS DESPESAS DE 2024. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL. PARATY. 255

TABELA 38: DESPESAS DAS FUNÇÕES DE GOVERNO DE FONTES DE RECEITA DAS RENDAS DO PETRÓLEO E OUTRAS. CARAGUATATUBA – ANO DE 2023.FONTE: PAINEL MUNICIPAL DO TCE-SP 278

TABELA 39: PARTICIPAÇÃO DAS RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA DESPESA DE CADA FUNÇÃO DE GOVERNO. CARAGUATATUBA – ANO DE 2023. FONTE: PAINEL MUNICIPAL DO TCE-SP. 279

TABELA 40: PARECER DE NUMERAÇÃO TC-004249.989.22-9 REFERENTE AS CONTAS ANUAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE 299

TABELA 41: LISTA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE CARAGUATATUBA. 317

TABELA 42: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE ILHA COMPRIDA REFERENTE A 2023. 339

TABELA 43: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE CANANÉIA REFERENTE A 2023 342

TABELA 44: DADOS RESUMIDOS PRESENTE NO RREO DO 6 º BIMESTRE DE 2023 DE CANANÉIA, DEMONSTRANDO DÉFICIT NAS CONTAS PÚBLICAS. 343

TABELA 45: DADOS DO RREO DO 6 º BIMESTRE DE 2023 DE PARATY 351

TABELA 46: VALORES DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIO DO ANO DE 2023 353

TABELA 47: LEVANTAMENTO DAS RENDAS PETROLÍFERAS, RECEITA MUNICIPAL TOTAL E NÍVEL DE DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE SÃO SEBASTIÃO, ANGRA DOS REIS E ITABORAÍ 402

TABELA 48: MATRIZ ORIGEM DESTINO ENTRE AS SEDES DO PEA RENDAS. 409

TABELA 49: SUGESTÃO DE DIMENSIONAMENTO DAS COORDENAÇÕES REGIONAIS 421

TABELA 50: SUGESTÃO DE DIMENSIONAMENTO DAS COORDENAÇÕES REGIONAIS 422

TABELA 51: COMPOSIÇÃO DA FROTA PARA OS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS ATUALMENTE PELO PEA RENDAS 424

TABELA 52: ITENS E SERVIÇOS ADICIONAIS PARA A GESTÃO DA FROTA 425

TABELA 53: EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA DAS SEDES, DE TI E ÁUDIO E VÍDEO 427

TABELA 54: ITENS DE MATERIAIS DE CONSUMO E APLICAÇÃO 436

TABELA 55: ITENS DE SUBCONTRATAÇÃO 439

TABELA 56: TIPOS DE SEDES DO PEA RENDAS POR AGRUPAMENTO 440

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 : ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) – 1º AO 5º ANO (FONTE: SEADE, 2023). 33

GRÁFICO 2: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) – 6º AO 9º ANO (FONTE: SEADE, 2023). 33

GRÁFICO 3: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) – ENSINO MÉDIO (FONTE: SEADE, 2023). 34

GRÁFICO 4: SÉRIE HISTÓRICA DA PORCENTAGEM DE RENDAS PETROLÍFERAS NO TOTAL DA RECEITA DE IGUAPE. 150

GRÁFICO 5: RECEBIMENTO E TENDÊNCIA MÉDIA DAS RENDAS PETROLÍFERAS NO MUNICÍPIO DE CANANÉIA. 163

GRÁFICO 6: SÉRIE HISTÓRICA DE VALORES DAS RECEITAS MUNICIPAIS DE ILHABELA/SP. FONTE: INSTITUTO ILHABELA SUSTENTÁVEL (IIS). 175

GRÁFICO 7: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR NITERÓI ENTRE 2010 E 2023 204

GRÁFICO 8: SÉRIE HISTÓRICA DAS RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR MARICÁ ENTRE 2010 E 2023 215

GRÁFICO 9: PORCENTAGEM DAS RENDAS PETROLÍFERAS DISTRIBUÍDAS POR FUNÇÕES DO GOVERNO, DURANTE O ANO DE 2023 PARA PARATY (RJ). 282

GRÁFICO 10: PROPORÇÃO DAS RENDAS PETROLÍFERAS E DE OUTRAS RENDAS, DISTRIBUÍDAS POR FUNÇÕES DO GOVERNO, DURANTE O ANO DE 2023 EM PARATY. 283

GRÁFICO 11: VOLUME DE RENDAS PETROLÍFERAS RECEBIDAS POR GUAPIMIRIM ENTRE 2010 E 2023. FONTE: ANP..... 290

GRÁFICO 12: RESULTADO DA ANÁLISE DO QUADRO DE DEMONSTRATIVO DE DESPESAS. ANO 2023. DE GUAPIMIRIM..... 291

GRÁFICO 13: COMPARATIVO ENTRE O TOTAL DAS RENDAS PETROLÍFERAS EM RELAÇÃO A RECEITA MUNICIPAL TOTAL DOS MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS, ITABORAÍ E SÃO SEBASTIÃO ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2023. ELABORAÇÃO: PEA RENDAS DO PETRÓLEO. 403

GRÁFICO 14: REPRESENTATIVIDADE DAS RENDAS PETROLÍFERAS NA RECEITA MUNICIPAL TOTAL DOS MUNICÍPIOS DE ANGRA DOS REIS, ITABORAÍ E SÃO SEBASTIÃO ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2023. ELABORAÇÃO: PEA RENDAS DO PETRÓLEO..... 404

I. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

O presente documento consolida as contribuições do Projeto de Educação Ambiental Rendas do Petróleo para a construção do Programa Macrorregional de Apoio ao Controle Social das Rendas Petrolíferas (PMCSRP) no âmbito do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro) conduzido pelo Ibama.

O Plano Macro é uma iniciativa liderada pelo Ibama, que integra as empresas produtoras de petróleo e as instituições responsáveis pela execução dos projetos condicionantes de licenças e suas equipes. O objetivo central é aprimorar a gestão ambiental pública e o processo de licenciamento ambiental federal, além de monitorar os impactos sobre o meio socioeconômico, produzir caracterizações regionais, integrar e articular as equipes técnicas.

Nesse sentido, o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rendas vem contribuindo para a construção do Programa Macrorregional que versa sobre o Controle Social no Orçamento Público em especial nas Rendas Petrolíferas, participando de oficinas virtuais e presenciais juntamente com representantes de outros PEAs, empresas produtoras e Ibama. O processo de construção do Novo Programa vem sendo capitaneado pela equipe do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação dos Impactos Socioambientais (PARMIS) do Laboratório Maréss da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Em virtude das iminentes mudanças propostas pelo Plano Macro, em que todos os projetos de educação ambiental condicionantes do licenciamento ambiental federal das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás precisarão se adequar à nova proposta que está sendo delineada, a exigência de um plano de trabalho para a Fase II do PEA Rendas foi readequada para um Plano de Contribuições do PEA a esse novo cenário de mudança.

Assim sendo, as principais contribuições se situam no sentido de trazer luz aos aspectos inerentes aos orçamentos dos municípios abrangidos pelo PEA

Rendas, com foco na análise do recebimento e aplicação das rendas petrolíferas, bem como uma análise sobre os instrumentos de transparência, governança e controle social. Ademais, apresenta-se uma análise sobre o recebimento de rendas petrolíferas e seu impacto nas receitas municipais de três municípios na área de influência da Bacia de Santos e uma síntese dos principais aprendizados acumulados e desafios enfrentados ao longo da primeira fase de execução do PEA Rendas do Petróleo. Desta forma, para fins de organização e melhor compreensão, esse documento está dividido em três blocos principais, como descrito a seguir.

O primeiro bloco intitulado “DIAGNÓSTICO MUNICIPAL ORÇAMENTÁRIO COM FOCO NAS RENDAS PETROLÍFERAS” reflete um exercício de análise dos dados relacionados ao orçamento público municipal, com ênfase nas rendas petrolíferas, abrangendo os nove municípios atendidos pelo PEA Rendas do Petróleo. Este trabalho foi desenvolvido pelos componentes dos Elos Municipais e por membros das equipes de referência locais, em alinhamento com as diretrizes metodológicas estabelecidas pela coordenação geral do Projeto.

Contempla, portanto, liberdade autoral, o que justifica certa heterogeneidade em seus componentes. Também há uma diversidade de contextos municipais que justifica ênfases variadas em temas, problemas e soluções. Neste processo de construção coletiva progressiva uma síntese maior será buscada por meio de uso desse documento em novas ações do PEA Rendas.

Para garantir consistência analítica e profundidade nas abordagens, cada grupo de trabalho seguiu um documento orientador elaborado especificamente para estruturar as pesquisas. Esse documento definiu eixos norteadores que permitiram uma exploração abrangente dos contextos locais, conforme listados a seguir, conforme o número dos capítulos.

III. **Visão geral dos contextos municipais:** Panorama inicial que descreve a localização, as características sociodemográficas e os aspectos econômicos.

IV. **Detalhamento das características municipais:** Análise das dinâmicas locais vinculadas à presença de infraestruturas dessa indústria e seus impactos.

V. **Relação dos municípios com as estruturas da indústria de óleo e gás natural (O&G):** Apresenta de forma analítica a relação do município com a indústria de petróleo e gás natural, buscando contextualizar a influência da cadeia produtiva do petróleo com as realidades locais e regionais.

VI. **Análise do orçamento público municipal:** Estudo detalhado das receitas e despesas públicas, com atenção às fontes de arrecadação e às prioridades de gasto.

VII. **Análise das rendas petrolíferas:** Avaliação das receitas advindas de *royalties* e participações especiais, destacando volumes, proporções no orçamento e tendências ao longo do tempo.

VIII. **Classificação das receitas e despesas vinculadas às rendas petrolíferas pelos municípios:** Busca compreender o uso das rendas petrolíferas a partir dos mecanismos de escrituração contábil, códigos orçamentários, a fim de promover maior transparência e contribuir para melhorar a rastreabilidade desses recursos pelos Elos e demais partes interessadas.

IX. **Uso dos *royalties* pelos municípios:** Investigação sobre os setores e políticas públicas que recebem os investimentos oriundos dessas rendas.

X. **Transparência e controle social sobre as rendas petrolíferas:** Verificação dos mecanismos de prestação de contas, acessibilidade dos dados e o papel da sociedade civil no monitoramento dos recursos.

XI. **Sustentabilidade financeira e planejamento:** Reflexão crítica sobre a dependência dos municípios em relação às rendas petrolíferas e à existência (ou ausência) de estratégias para mitigar riscos financeiros no longo prazo.

XII. Considerações finais consolidadas: Síntese do diagnóstico municipal com foco nas rendas petrolíferas, incluindo recomendações para fortalecer a gestão pública e aprimorar o uso das rendas petrolíferas.

Os dados coletados e informações produzidas pelos Elos foram organizados conforme os eixos mencionados, permitindo a identificação de nexos entre os cenários locais e diferentes documentos gerados ao longo do processo.

Essa sistematização tem como objetivo não apenas oferecer um panorama articulado, mas também facilitar o acesso às informações para a formulação de estratégias de intervenção.

Em atendimento a uma solicitação do órgão ambiental, o segundo bloco intitulado “ANÁLISE DAS RENDAS PETROLÍFERAS E DEPENDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS DE SÃO SEBASTIÃO, ANGRA DOS REIS E ITABORAÍ” apresenta os dados de recebimento de rendas petrolíferas e seu impacto nos orçamentos municipais ao longo de uma série histórica de cinco anos, de modo a analisar o nível de dependência de cada um desses municípios em relação às rendas petrolíferas ao longo desse período.

Por fim, o terceiro bloco foca nos “APRENDIZADOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA FASE I DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL RENDAS DO PETRÓLEO”. Ele traz uma análise sobre os principais desafios enfrentados e os aprendizados acumulados ao longo da execução da primeira fase do PEA Rendas do Petróleo, de modo a oferecer subsídios e contribuições de cunho técnico e gerencial para a implementação do Novo Programa na região, antevendo-se entraves e situações desafiadoras, bem como considerando os aprendizados de modo a nortear o planejamento das ações futuras de forma mais eficiente, eficaz e efetiva.

BLOCO 1
DIAGNÓSTICO MUNICIPAL ORÇAMENTÁRIO COM FOCO NAS RENDAS PETROLÍFERAS

II. METODOLOGIA

2.1 *Construção* participativa das Análises do Orçamento Público com foco nas Rendas Petrolíferas municipais

A construção das Análises do Orçamento Público com foco nas Rendas Petrolíferas foi estruturada como um processo participativo e colaborativo, envolvendo os Elos municipais e a equipe técnica do Projeto. Esse modelo metodológico teve como objetivo o fortalecimento da apropriação das análises pelos atores locais, promovendo um processo educativo reflexivo sobre a gestão de recursos públicos que culminou na produção de diagnósticos apresentados no presente documento.

Para orientar a execução do trabalho, foi elaborado um documento base pela coordenação geral do Projeto com diretrizes metodológicas claras, conteúdos essenciais a serem abordados e sugestões de itens a serem discutidos nos encontros dos Elos, buscando, na medida do possível, uniformizar as análises e, ao mesmo tempo, permitir a adaptação às especificidades da realidade vivenciada em cada município.

A construção das análises foi organizada em duas grandes etapas. Inicialmente, foram realizadas duas oficinas virtuais com a equipe técnica do Projeto que serviram de base para estruturar as atividades municipais.

a) A primeira oficina, em julho de 2024, teve como foco a apresentação do documento orientador e a incorporação de contribuições e ajustes sugeridos pelos participantes;

b) Já a segunda oficina, realizada em setembro de 2024, promoveu a partilha dos avanços, a identificação dos desafios encontrados e a reflexão sobre os aprendizados obtidos, além de permitir a troca de experiências entre os educadores envolvidos.

Após esses encontros, cada município organizou sua metodologia de trabalho com os Elos, ajustando as dinâmicas de acordo com suas características regionais. Em geral, os municípios realizaram dois encontros de seis horas cada, distribuídos entre agosto e setembro, voltados para pesquisa, compilação de dados e análises.

Exceções ocorreram em Paraty e Maricá, que adaptaram suas metodologias. Paraty optou por três encontros de quatro horas, enquanto Maricá realizou dois encontros de cinco horas e um de duas horas. Adicionalmente, alguns municípios organizaram encontros complementares, presenciais e virtuais, para aprofundar as análises e coletar informações específicas, conforme as necessidades identificadas.

Ao longo desse processo, foram aplicadas metodologias variadas na busca de garantir um padrão de qualidade aos trabalhos. A análise e estudo dos documentos oficiais foi fundamental, como por exemplo: os relatórios orçamentários e leis reguladoras das rendas petrolíferas. Complementando essa abordagem, entrevistas com especialistas, especialmente gestores públicos locais, trouxeram clareza sobre questões técnicas. Por fim, metodologias participativas fomentaram o envolvimento ativo dos Elos, promovendo discussões e análises coletivas que fortaleceram o aprendizado e a corresponsabilidade entre os participantes.

Apesar dos avanços, o processo enfrentou desafios importantes, tais como:

i. Acesso limitado a informações atualizadas e precisas nas fontes oficiais consultadas;
ii. Dificuldades na sistematização de dados e na elaboração de um documento técnico;
iii. Barreiras relacionadas à interpretação de leis e regulamentos complexos; e
iv. O período eleitoral, que trouxe obstáculos para a mobilização dos Elos em alguns municípios.

Mesmo diante desses desafios, os resultados alcançados foram expressivos, considerando ser para muitos membros das equipes técnicas municipais e dos Elos a primeira experiência na elaboração de um documento técnico. No decorrer do processo, os Elos adquiriram maior apropriação sobre os temas analisados, compreendendo melhor o funcionamento do orçamento público e a aplicação das rendas petrolíferas. Essa apropriação refletiu-se em

maior motivação para participar de audiências públicas e processos decisórios da administração pública. Além disso, o contato com dados técnicos, como os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), ampliou a compreensão dos participantes sobre a relação entre o licenciamento ambiental, as rendas petrolíferas e os desafios socioeconômicos locais.

O processo também resultou no fortalecimento das habilidades analíticas e críticas dos envolvidos, que passaram a sistematizar e interpretar informações com maior precisão e profundidade. O diagnóstico produzido reflete não apenas os avanços técnicos, mas também um avanço em termos da maturidade dos grupos envolvidos. Embora ancorado no documento orientador, cada município demonstrou autonomia na adaptação das metodologias, evidenciando o caráter educativo e participativo do trabalho, característica importante de ser considerada pelos leitores. Apesar de se ter definido um padrão de trabalho, os resultados refletem a diversidade de perfis, maturidades e formações dos membros dos Elos e das equipes técnicas diretamente envolvidos. Trata-se, portanto, de um levantamento contínuo, que não se encerra com a publicação do diagnóstico, mas que constitui uma base inicial sólida para futuras intervenções e contribuições qualificadas à gestão pública.

Trata-se de um trabalho abrangente, multidimensional e inevitavelmente evolutivo devido a quantidade de temas e dimensões envolvidas. Iniciamos o PEA Rendas preocupados em aplicar a educação ambiental crítica buscando desenvolver o potencial transformador dos indivíduos e chegamos nesse momento do projeto com análises dos orçamentos municipais e reflexões que fomentam novos processos de ensino-aprendizagem na busca pela participação qualificada nos espaços de decisão sobre as rendas petrolíferas (incidência política) e de modelos de desenvolvimento municipais, conforme ilustra a trilha do conhecimento apresentada a seguir.

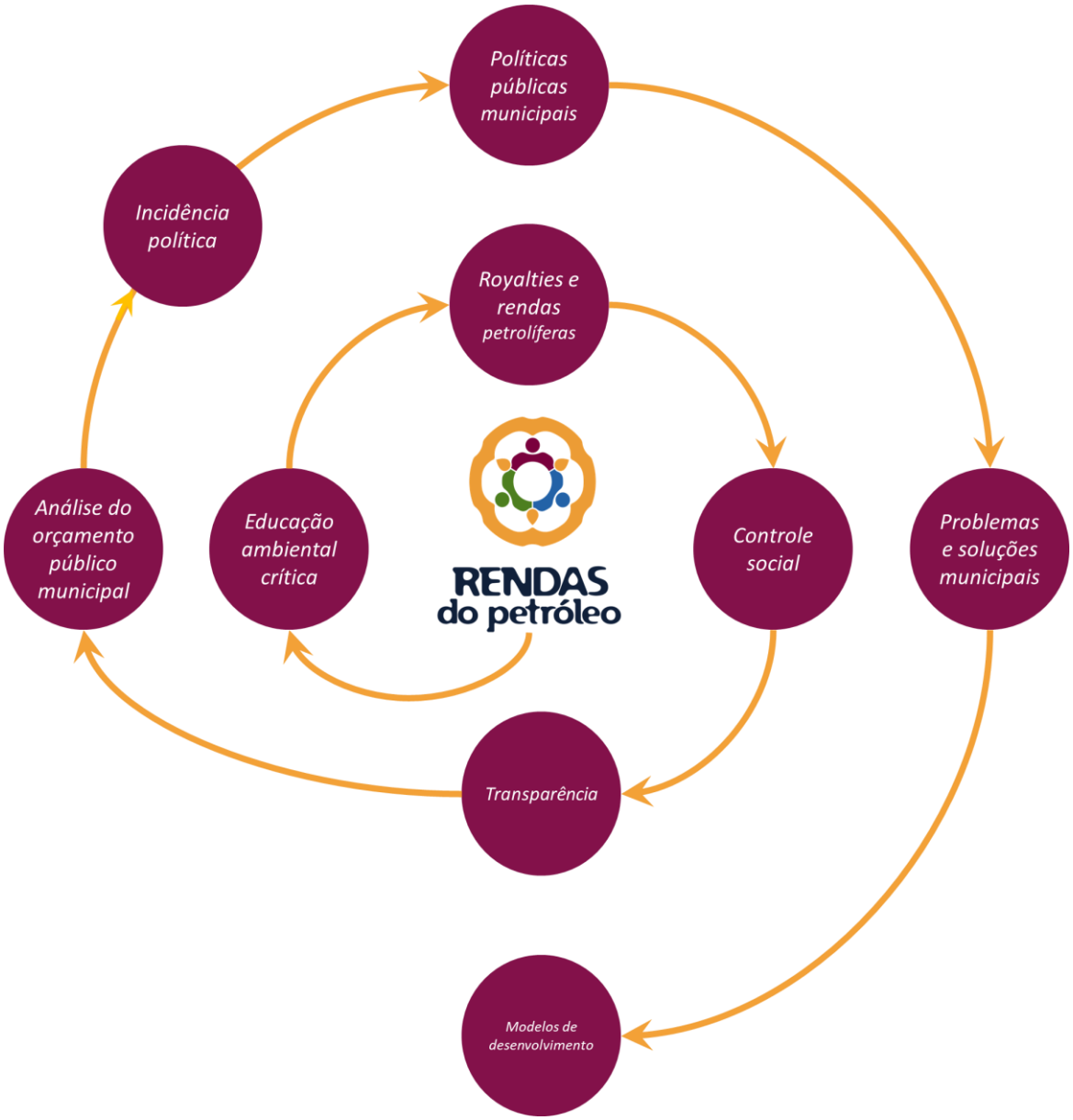


Figura 1: Trilha do conhecimento do PEA Rendas do Petróleo

Nesse contexto, os capítulos a seguir apresentam os diagnósticos municipais orçamentários com foco nas rendas petrolíferas, organizados de forma a facilitar sua compreensão e aplicação por gestores públicos e demais interessados. Este documento não apenas destaca os desafios e potencialidades de cada município, mas também sugerem caminhos para o aprimoramento da gestão das rendas petrolíferas, promovendo maior eficiência, transparência e impacto social positivo.

III. VISÃO GERAL DOS CONTEXTOS MUNICIPAIS DIAGNOSTICADOS

Com o objetivo de facilitar a leitura e o entendimento dos contextos municipais abrangidos no recorte espacial do PEA Rendas do Petróleo, optamos por apresentar os diagnósticos municipais orçamentários com foco nas rendas petrolíferas seguindo o método científico dedutivo, partindo de uma visão geral dos resultados alcançados pelo trabalho dos Elos em conjunto com as equipes técnicas municipais, para na sequência observar as especificidades de cada um dos municípios, suas características e peculiaridades sociais, econômicas e ambientais.

3.1 Iguape (SP)

A análise detalhada sobre o orçamento público de Iguape, com ênfase nas rendas petrolíferas e nos desafios fiscais enfrentados pelo município evidenciou que, apesar das receitas substanciais advindas das rendas petrolíferas, a cidade enfrenta dificuldades em garantir uma gestão sustentável e transparente desses recursos, o que reforça a necessidade de diversificação econômica para reduzir sua possível dependência dessa renda volátil.

Entre os aspectos críticos identificados, destacam-se a ausência de mecanismos eficazes de controle e transparência na aplicação das rendas petrolíferas, a baixa clareza das informações orçamentárias e a falta de participação popular robusta no monitoramento dessas receitas.

O PEA Rendas tem se mostrado um espaço importante de apoio à sociedade, atuando no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros públicos vindos da produção de petróleo e gás (*royalties* e participações especiais).

Nesse contexto, a criação de um Conselho de Fiscalização dos *Royalties* e a implementação de um Fundo Soberano são recomendadas para fortalecer a governança local e promover o uso sustentável desses recursos.

Para o futuro, é essencial investir em estratégias que democratizem o acesso às informações e elevem o nível de debate público sobre o orçamento, além de fomentar políticas que estimulem a diversificação das fontes de receita

e o desenvolvimento social e ambiental sustentável de Iguape. Essas medidas serão cruciais para garantir a continuidade e a ampliação dos benefícios das rendas petrolíferas para gerações futuras, a fim de promover justiça intergeracional.

3.2 Ilha Comprida (SP)

A análise do orçamento público do município, com foco nas Rendas Petrolíferas, apontou que no município de Ilha Comprida há uma significativa dependência dos repasses recebidos das Rendas Petrolíferas. Desde o primeiro ano de recebimento, 2010, o aporte passou de 3% para 28% no último ano analisado, 2023. Além disso, foi identificado um pico de repasse das rendas ao município, sendo 66% do orçamento em 2014. A análise dos repasses apontou o crescimento exponencial da dependência das rendas petrolíferas pelo município, pois excluindo os dois primeiros anos, quando os repasses representaram 3% da receita em 2010 e 6% da receita em 2011, nos anos subsequentes não houve transferências que representasse menos de 27% da receita anual do município de Ilha Comprida.

Outro ponto relevante diz respeito aos recursos que, em tese, deveriam ser aplicados em Educação e Saúde, conforme a Lei Federal n.º 12.858/2013. Embora o município tenha contrato firmado antes de dezembro de 2012, está inserido na Zona de Produção Principal (ZPP) do Estado de São Paulo, resultando no recebimento de recursos com essa destinação específica. Contudo, esses valores representam uma pequena porcentagem em relação ao total recebido. E, a falta de transparência em relação às Rendas Petrolíferas dificulta a construção de análises sobre o uso desses recursos pela municipalidade. Essa deficiência é exemplificada pela ausência de dados referentes às rendas nos instrumentos de planejamento orçamentário, como Lei Orçamentária Anual (LOA), além do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

No que se refere ao controle social, a transparência municipal deveria funcionar como um instrumento de comunicação entre a gestão pública e a

sociedade civil por meio do Portal Transparência. Contudo, o portal está em desacordo com o que preconiza a legislação, começando pelo domínio do site, que apresenta o nome da empresa que desenvolveu o portal, em vez de um endereço com o sufixo @sp.gov.br. Além disso, o acesso às informações é prejudicado pela falta de conteúdo disponível nas abas da estruturais.

Os instrumentos de planejamento orçamentário, essenciais para exercer o controle social no município, não estão devidamente disponíveis para consulta pública. Isso exige que os munícipes procurem essas informações na área de demonstrativos do portal da prefeitura, onde frequentemente faltam partes dos documentos necessários.

Em relação aos Conselhos Municipais, muitos são compostos majoritariamente pelo poder público, seja por cadeiras nos Conselhos ou pela participação predominante de representantes e ouvintes ligados à administração pública. Isso compromete a paridade entre poder público e sociedade civil. Adicionalmente, os chamamentos públicos para audiências ocorrem com pouca antecedência e são divulgados em canais limitados, dificultando o acesso da população.

O município conta com um Conselho Municipal de Acompanhamento da Aplicação dos *Royalties* de Petróleo e Gás Natural, instituído pela Lei Municipal nº 1.486, 12 de abril de 2018. Apesar de constituído, esse conselho ainda não foi ativado, podendo se tornar operacional com a mudança do cenário político. A eleição do responsável pela proposta como vereador do município para o período de 2024 a 2028 abre uma janela de oportunidade para a implementação deste conselho, o que proporcionaria à sociedade civil um canal de acompanhamento e fiscalização mais efetiva.

No tocante às políticas públicas, os instrumentos de planejamento orçamentário carecem de descrição claras sobre os públicos-alvo, o que dificulta o acompanhamento. Além disso, é necessário haver dados estatísticos, isto é, um rol de informações complementares. Ao analisar os instrumentos de planejamento orçamentário, percebe-se que não há informações basais, o que dificulta a implementação das políticas públicas bem como o exercício do controle social pela população. Essa lacuna é particularmente evidente nas

regiões periféricas do município, como Boqueirão Sul e Balneário Araçá, onde o atendimento às necessidades básicas é ainda mais precário em comparação com as áreas centrais. Mesmo o centro do município, embora mais atendido, também carece de políticas públicas efetivas.

Outro ponto relevante é a ausência de um Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida (APAIC), que abrange 100% do Território Municipal. Destes, aproximadamente 70%, inseridos na Área de Relevante Interesse Ecológico da Zona de Vida Silvestre da APAIC (ARIE da ZVS) e Zona de Proteção Especial (ZPE) não são passíveis a ocupação humana (construções habitacionais). Os 30% restantes, aproximadamente, inseridos nas Zonas de Ocupação Controlada (ZOC's) e Zona Urbanizadas (ZU's) permitem a ocupação humana (construções habitacionais).

O Plano de Manejo é muito cobrado pelos Munícipes, pois resolveria ou amenizaria os conflitos fundiários, uma vez que o citado Zoneamento foi imposto em 1989, através do Decreto Estadual 30.817, interferindo explicitamente no direito à propriedade, mas sem prever a desapropriação.

Desta forma, embora o município tenha 196,567 km², apenas 14,74 km² é área urbanizada. Além disso, a ausência de um Plano Diretor, instrumento essencial de planejamento, também compromete o desenvolvimento ordenado do município. Essa deficiência pode impactar o recebimento de verbas do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Munícipios Turísticos (DADETUR). Mais uma política pública que poderia ser desenvolvida diz respeito ao turismo sustentável, dado que Ilha Comprida é um município turístico com 74 km de litoral, dividido em várias praias e uma das últimas áreas remanescentes de Mata Atlântica e um dos poucos ecossistemas com baixo impacto de atividades poluidoras do litoral brasileiro.

O contexto municipal diagnosticado aponta para a dependência das rendas petrolíferas pelo município de Ilha Comprida, aliada à falta de políticas públicas adequadas, à ausência de Plano Diretor e do Plano de Manejo. Esse cenário compromete o desenvolvimento ordenado e sustentável da municipalidade.

Diante deste contexto, o PEA Rendas do Petróleo busca qualificar a participação cidadã e fortalecer o controle social, visando fomentar uma visão de futuro, na busca pela implementação de medidas concretas, como a ativação de conselhos municipais, incluindo o de acompanhamento e aplicação dos *royalties* e a elaboração de instrumentos de planejamento estratégicos.

Por fim, o diagnóstico aponta que a efetiva implementação dos conselhos municipais, atrelada ao aprimoramento da transparência pública por meio de ferramentas acessíveis, pode promover avanços significativos na gestão pública, no uso responsável dos recursos e no desenvolvimento territorial do município, assegurando que as decisões sejam participativas e acompanhadas pelos cidadãos.

3.3 Cananéia (SP)

A análise do orçamento público de Cananéia com foco nas rendas petrolíferas revela uma dependência crescente do município em relação aos *royalties* do petróleo, que passaram a representar uma parcela significativa da receita total, atingindo 34% em 2022.

Embora o município tenha recebido um total de mais de R$ 183 milhões entre 2010 e 2023, principalmente em *royalties*, a aplicação desses recursos não parece refletir em melhorias perceptíveis nos serviços básicos, gerando dúvidas na população.

Os documentos orçamentários: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) não são suficientemente claros, nem acessíveis e pouco transparentes. Essas características dificultam a compreensão por parte da população e a participação nas audiências públicas.

Além disso, a obrigatoriedade de destinação de *royalties* para educação e saúde, instituída pela Lei Federal n.º 12.858/13, não abrange contratos anteriores a 2012, o que não direciona a aplicação vinculada desses recursos. A expectativa de crescimento nas receitas petrolíferas foi drasticamente revista pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 2024, baixando as estimativas de maneira significativa.

Esses fatores destacam a importância de uma gestão mais transparente e eficiente desses recursos, bem como a necessidade de maior clareza na prestação de contas, já que há lacunas na divulgação de relatórios fiscais no portal da transparência, como o RGF e RREO.

Ademais, é importante frisar a importância do PEA Rendas para enfrentar os desafios elencados na análise, uma vez que, por meio de suas atividades, os participantes constroem de modo coletivo conhecimentos e ferramentas de incidência para transformar a realidade social do município e fortalecer o controle social das rendas petrolíferas.

3.4 Ilhabela (SP)

Entre os municípios analisados, Ilhabela é destaque no recebimento de *royalties* no Litoral Norte de São Paulo, segundo o Observatório Litoral Sustentável (OLS). E, a partir das análises, é possível afirmar que os recursos advindos da exploração do petróleo têm atuado, cada vez mais, como um imprescindível aporte financeiro para as receitas do município. Alguns economistas referem-se a esses municípios, cuja receita tem nos *royalties* sua maior contribuição, como “municípios petrorrentistas", segundo o Instituto Ilhabela Sustentável (IIS, 2020), termo adotado para referir-se à Ilhabela nesta seção do documento.

Os documentos e peças orçamentárias analisados demonstram a carência de planejamento estratégico pelo município petrorrrentista de Ilhabela, no que se refere a destinação das rendas petrolíferas, a preservação do meio ambiente e em outros temas afins.

Esses achados são similares ao que aponta o estudo do Ranking de Eficiência dos Municípios (REM-F) elaborado pelo jornal Folha de São Paulo, em parceria com o Datafolha, que avalia a eficiência da gestão municipal na oferta de serviços básicos à população utilizando menos recursos financeiros, a partir do valor da receita per capita.

De acordo com o citato estudo, Ilhabela ocupa a posição 5.008ª de 5.276 municípios avaliados, evidenciando a pouca eficiência na prestação dos serviços

básicos como educação, saúde e saneamento básico. Apesar da receita em 2022 ter sido de R$ 1,2 bilhão, sendo R$ 34,4 mil per capita, a pontuação 0,411 na avaliação REM-F demonstra a inversão de prioridades na aplicação dos recursos petrolíferos, visto que esses recursos figuram como principal fonte de receitas do município.

Para ilustrar este fato que apresentamos, um fragmento do livro da escritora Carolina Maria de Jesus (2014):

> *"23 de junho. ... Passei no açougue para comprar meio quilo de carne para bife. Os preços era 24 e 28. Fiquei nervosa com a diferença dos preços. O açougueiro explicou-me que o filé é mais caro. Pensei na desventura da vaca, a escrava do homem. Que passa a existência no mato, se alimenta com vegetais, gosta de sal, mas o homem não dá porque custa caro. Depois de morta é dividida. Tabelada e selecionada. E morre quando o homem quer. Em vida dá dinheiro ao homem. E morta enriquece o homem. Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações." JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo. 2014, p.70.*

Nele, a escritora narra sobre o custo de vida, e os reflexos da transformação do alimento em mercadoria no cotidiano da população pobre e preta. Esta realidade, narrada há anos, pode ser transpassada para tempos atuais, onde o valor dos alimentos, e, consequentemente, o custo de vida, se mantém altos, enquanto o país encontra-se entre as maiores economias do mundo.

A representatividade das receitas oriundas das rendas petrolíferas recebidas pelo município petrorrentista de Ilhabela é evidenciada pela 53ª posição no ranking estadual do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, e as assimetrias socioambientais fruto do mau planejamento são representadas, por exemplo, pela taxa de mortalidade infantil na cidade ser de 6,19 óbitos por mil nascidos vivos, que representa a posição 3.974º entre os 5.570 municípios brasileiros, segundo o portal de cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), que utiliza os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Essa e outras evidências levantadas no diagnóstico realizado pelos Elos demonstram a inversão na lógica de investimento e aplicação das rendas petrolíferas pelo poder público, que geralmente se distancia das reais demandas da população por melhores condições de vida.

Conclui-se que se faz necessária a construção de ações para o desenvolvimento social e econômico do município; aplicação de mais investimentos na qualidade dos serviços de saúde, educação e saneamento básico; assim como a valorização do comércio local, do turismo responsável, e da proteção ambiental em busca de uma Ilhabela sustentável.

3.5 Caraguatatuba (SP)

Considerando os dados levantados no estudo promovido pelos Elos de Caraguatatuba, o investimento realizado pela indústria de petróleo e gás no município atraiu a atenção de outras empresas e a reboque disso vultuosos investimentos regionais pelo próprio governo estadual com instalação de megaempreendimentos e ampliação das infraestruturas no litoral norte paulista. Esse movimento tem como marco inicial a construção da Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato (UTGCA), em 2008, que atraiu e fomentou a movimentação da cadeia de petróleo e gás para a região, evidenciando os fenômenos socioambientais também vivenciados na Bacia de Campos em cidades como Macaé/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ. Como resultado inicial, ocorreu o aumento populacional atrelado aos investimentos de megaempreendimentos na região. E, entre as cidades que compõem o litoral norte paulista, Caraguatatuba é o município, em termos geográficos, com maiores condições de expansão e investimentos no suporte de megaempreendimentos.

Historicamente a cidade e a região enfrentam o fenômeno do veranismo e da sazonalidade, notoriamente após a década de 1960 com a abertura da Rodovia BR 101, quando a região foi descoberta para o turismo. Porém, com a

pandemia de Covid-19, muitas pessoas que só passavam o período de férias e verão, passaram a residir definitivamente no município, sobrecarregando também o sistema de saúde, educação e a malha viária municipal.

Com a exploração do gás natural na bacia de Santos, Caraguatatuba passou a incorporar ao seu orçamento as rendas petrolíferas que hoje correspondem, em média, 13,92% de sua receita. Como ainda não possui um fundo soberano ou outra inciativa para a gestão estratégica dessas receitas, não há garantias que no futuro o poder executivo esteja preparado para lidar com a finitude desse recurso, haja vista que nos últimos dois anos, 2023 e 2024, as contas foram deficitárias mesmo recebendo os *royalties* e participações especiais.

Outra preocupação é que o valor recebido dos *royalties* estão praticamente estáveis nos últimos cinco anos, não havendo uma grande variação no volume monetário recebido se comparado com a receita do município.

O executivo cumpre o que está nas leis do PPA, LDO e LOA, porém, pela análise dos documentos, pode-se dizer que a qualidade das políticas públicas não fica clara para o munícipe. Além de que se evidência a necessidade de melhorias na gestão e administração dos recursos públicos, dada a dificuldade de se avaliar a eficácia e acompanhar o gasto público municipal, seja pelos cidadãos ou pelos órgãos de controle, como já apontado nos relatórios do próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

No quesito transparência, há falhas no processo de busca de informações, mesmo com a existência do aplicativo 156 e do portal da transparência no site da prefeitura. A disponibilização de informações de forma detalhada ainda é muito difícil e confusa, pois em alguns casos há divergência na comparação com outras fontes de informação, como as dos portais de transparência do estado e do governo federal.

Por sua vez, as informações obtidas junto ao TCE são as mais confiáveis, pois validam as informações que foram apuradas e tem o parecer do Conselheiro responsável pelo julgamento dessas contas. Mas, mesmo assim, não existe um balanço detalhado de todas as contas por secretarias e fontes de receita do

município, apenas o valor total. O cidadão comum certamente terá inúmeras dificuldades na busca de respostas, pois a linguagem utilizada nos relatórios é extremamente técnica, sendo necessários conhecimentos específicos sobre contabilidade e administração, além de boas referências de como funciona a máquina pública.

Além de não possuir um fundo soberano, também é notória a necessidade de mecanismos que ajudem a gerir esses recursos, sabendo que num futuro não muito distante o município será cada vez mais impactado pelas formas atuais como se usam os *royalties*, inclusive comprometendo a aplicação em determinados pagamentos, observando-se a política de uso da legislação a partir de 2012. Conforme apontam os estudos, o município ainda disponibilizará de produção de gás por pelo menos mais vinte anos.

Para compor esse documento é importante destacar a participação da população representada pelo Elo e a sua atuação no território em busca de melhorar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos municipais, principalmente os advindos dos *royalties*. Com destaque trazemos a participação deles nos espaços de decisão, incluindo os conselhos municipais.

As dificuldades encontradas pela equipe técnica e Elo na elaboração do diagnóstico municipal corroboram com o pensamento crítico de que os elementos, ou seja, o formato é pensado de maneira a dificultar o acesso e a participação popular nas tomadas de decisão e na fiscalização dos recursos. Logo, é necessário se pensar em ações conjuntas entre poder público e população na observância de melhorias na transparência e na colaboração na construção das políticas públicas e aplicação de recursos em prol de um bem comum.

As análises sobre o orçamento público municipal com foco nas rendas petrolíferas buscaram observar onde estes recursos estão sendo investidos. E, infelizmente, o que se observou na prática é a falta de informações desta natureza nas peças orçamentárias, fato que impossibilita acompanhamento pela sociedade da lógica administrativa por detrás do planejamento financeiro municipal. Sugere-se, nesse sentido, que o movimento popular possa dar sequência ao objetivo de melhor instruir o poder público municipal neste quesito.

Apesar da realidade constatada, foi oportuna a identificação do vínculo entre Fonte de Aplicação e Despesa realizada desde 2022. Isso permite que diversas análises possam ser realizadas, como, por exemplo, verificar a aplicação de recursos nos diferentes Programas de Governo, Ações, Subfunções de Governo etc. Acredita-se que uma qualificação nesses tipos de análise é fundamental para o debate público sobre o uso estratégico das Rendas Petrolíferas.

3.6 Paraty (RJ)

O município de Paraty busca equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação de seu patrimônio natural e cultural. A relevância da cidade no cenário nacional e internacional é amplamente reconhecida, tanto pela diversidade étnica de suas comunidades tradicionais, quanto pela riqueza em termos de biodiversidade conservada em suas áreas protegidas. No entanto, os desafios relacionados ao crescimento populacional, à infraestrutura e à pressão sobre os recursos locais reforçam a importância de políticas públicas sustentáveis e inclusivas. Neste contexto, o orçamento público é uma ferramenta essencial para que se promovam ações que respeitem a identidade cultural e ambiental da região, garantindo qualidade de vida para os seus habitantes e um futuro próspero e equilibrado para as próximas gerações.

A análise dos **campos confrontantes** e seus contratos de concessão destaca a importância de uma gestão integrada entre o governo, as empresas e as comunidades locais, já que as empresas produtoras são obrigadas a atuar através das condicionantes do licenciamento ambiental federal em projetos de educação ambiental. É fundamental que as rendas petrolíferas se traduzam em benefícios reais para o município, que no caso de Paraty são maiores que 40% do total da receita municipal, promovendo desenvolvimento sustentável e inclusão social. Além disso, que sejam transparentes e que haja um monitoramento contínuo para que os interesses das comunidades locais sejam protegidos e valorizados.

Já no que diz respeito à análise do uso das rendas petrolíferas em Paraty, os dados demonstram que em 2023 os investimentos foram principalmente nas

áreas de urbanismo, saúde e administração. Contudo, a utilização desses mesmos recursos para o pagamento das despesas correntes, como administração, pode ser considerada arriscada, pois reforça a dependência do município em relação a essas receitas voláteis. Mesmo os gastos com urbanismo e saúde requerem maior detalhamento para serem diferenciados entre despesas correntes e investimentos de capital, que deixam um legado duradouro. Ainda assim, 37% dos recursos utilizados no ano tiveram origem nas rendas petrolíferas, com destaque para áreas como transporte, urbanismo e cultura, demonstrando seu potencial para melhorar a infraestrutura e os serviços públicos e, por extensão, a qualidade de vida da população, desde que geridos de forma estratégica e sustentável.

A gestão das rendas petrolíferas exige atenção para evitar problemas como a corrupção e a desigualdade, comuns em países que dependem muito do petróleo. Nesse contexto, a prática do controle social e da educação ambiental crítica desempenham papéis importantes. O controle social permite que a população acompanhe e cobre uma gestão transparente e responsável dos recursos, ajudando a garantir que sejam investidos de forma justa e sustentável. Já a educação ambiental crítica, por sua vez, atua em prol da superação das relações desiguais, contribuindo para o protagonismo dos sujeitos subalternizados, para quem em geral cabe apenas o ônus das transformações em seus territórios.

Assim, a união entre a gestão das rendas petrolíferas, o controle social e a educação ambiental crítica podem garantir que os benefícios desse recurso natural sejam amplamente distribuídos e ajudem na conservação do meio ambiente para as futuras gerações.

O portal de transparência de Paraty foi um tema amplamente debatido pelos Elos em conjunto, equipe técnica e os especialistas durante os grupos de estudo, sobretudo o não cumprimento pela municipalidade da legislação que versa sobre o tema. A conclusão colegiada do grupo aponta para que por meio do conhecimento adquirido, a equipe e o Elo busquem aprimorar sua incidência política, utilizando futuramente a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Federal nº 12.527/2011, para reivindicar melhorias no portal municipal.

Em relação à organização orçamentária do município, Paraty poderia adotar um modelo de gestão financeira que garantisse com maior ênfase a sustentabilidade das contas públicas, pensar em uma maneira de precaver o orçamento contra a volatilidade dos recursos petrolíferos e direcionar as receitas para ações que realmente promovam um desenvolvimento econômico sustentável. Isso inclui a criação de um Fundo Soberano ou de outros mecanismos e o fortalecimento de políticas de transparência e controle social.

Caso o planejamento municipal venha a adotar uma abordagem integrada e comprometida com a qualidade de vida das gerações futuras, Paraty poderá transformar seus desafios orçamentários em oportunidades de crescimento e desenvolvimento, integrando a sociedade nas tomadas de decisões do município, na priorização da destinação de recursos e no fortalecimento de políticas públicas.

Além dos aspectos financeiros, Paraty enfrenta o desafio de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação de sua identidade histórica, cultural e ambiental. O potencial do turismo e a riqueza natural do município atraem investimentos, mas também exigem políticas públicas inclusivas que respeitem e valorizem as comunidades locais, especialmente as populações tradicionais e os moradores de bairros mais carentes, que são parte da população que mais sofre com a precariedade dos serviços públicos. Para que o desenvolvimento não prejudique a sustentabilidade orçamentária e a qualidade de vida da população de Paraty, é essencial implementar políticas que promovam o crescimento sustentável garantindo que a administração pública não seja prejudicada de forma drástica, o que pode impactar diretamente na qualidade da oferta de serviços públicos como saúde e educação, que são pilares fundamentais para o desenvolvimento humano.

3.7 Niterói (RJ)

Os dados que compuseram a análise do orçamento municipal com foco nas rendas petrolíferas, realizada em conjunto pela equipe técnica e os

integrantes do Elo de Niterói, foram levantados a partir dos sites oficiais da prefeitura, do IBGE, boletins e documentos oficiais disponibilizados pela prefeitura, além de matérias disponíveis na internet de fontes confiáveis.

Os resultados revelaram que as rendas petrolíferas representam uma parcela significativa do orçamento municipal, contribuindo de maneira substancial para a receita total que chegou a R$ 6,0 bilhões em 2023. No mesmo ano, as rendas petrolíferas foram responsáveis por 40% da receita total arrecadada por Niterói, expondo a alta dependência desta arrecadação. E, por meio da análise do PPA, LDO e LOA foi possível observar que a prefeitura tem investido em infraestrutura e serviços públicos, mas não foi possível concluir, com base nos dados disponíveis, em quais bairros e como estes investimentos estão sendo realizados. No entanto, nas atividades realizadas pelo PEA Rendas, diversos são os relatos dos munícipes de como determinados bairros são priorizados em detrimento de outros, acentuando a desigualdade social já existente no município.

Diante dos resultados, recomenda-se que o município invista mais em políticas de diversificação econômica, buscando alternativas que reduzam a dependência das rendas petrolíferas, e que este investimento aconteça de forma equitativa em todos os bairros, para que, assim, erradique a desigualdade social e racial em Niterói. O município já possui um Fundo Soberano, chamado de Fundo de Equalização de Receita (FER), que tem como objetivo criar uma reserva financeira para amortecer os impactos das variações nos preços do petróleo e suavizar os impactos futuros causados pela diminuição da arrecadação de *royalties* e participações especiais. No então, o valor acumulado até outubro de 2024 no FER não é suficiente para cobrir nem as receitas de um ano de Niterói, sinalizando que o valor depositado não é suficiente para garantir o equilíbrio econômico municipal na falta das rendas petrolíferas.

Os documentos de planejamento orçamentário municipal estão facilmente acessíveis no portal da Prefeitura de Niterói. No entanto, o conteúdo desses documentos não é de fácil compreensão para o público leigo. A equipe técnica e o Elo de Niterói só conseguiram avançar na análise dos documentos após participarem de formações específicas sobre orçamento público promovidas pela

coordenação do PEA Rendas. Tanto o PPA quanto a LDO e a LOA estão, em grande parte, de acordo com os critérios estabelecidos em lei, exceto no que diz respeito à regionalização das ações previstas. A localização dos investimentos só é identificável quando estão vinculados a uma secretaria regional ou associação de moradores.

Por sua vez, não é possível determinar qual bairro será beneficiado no caso dos investimentos relacionados a equipamentos públicos, como hospitais ou escolas. A ausência dessas informações dificulta a fiscalização das ações da prefeitura por parte dos moradores. As audiências para a elaboração e aprovação desses documentos são realizadas na Câmara dos Vereadores e são abertas ao público. Contudo, a divulgação ocorre em cima da hora e os horários escolhidos dificultam a participação dos trabalhadores comuns.

O Portal de Transparência de Niterói é de fácil acesso e, à primeira vista, intuitivo. Já na primeira página é possível ver os links para receitas, despesas, prestação de conta, entre outras opções. É possível filtrar por ano, órgão e instituição, e baixar todos os dados em planilhas Excel. No entanto, não há nenhuma explicação de como chegar no detalhamento das receitas e despesas. Foi necessário a ajuda de alguém mais experiente para que a equipe encontrasse esses dados mais esmiuçados.

Outra dificuldade enfrentada foi encontrar onde as receitas do petróleo estavam sendo investidas. Após uma extenuante busca, estas receitas foram encontradas, de forma fragmentada, relacionadas a cada órgão, instituição e programa onde foram investidas. No Portal de Transparência de Niterói, não é possível encontrar informações sobre essas receitas de forma isolada buscando apenas por "*Royalties*" ou "Participações Especiais" como se pode fazer no Portal de Transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro, revelando a falta de transparência sobre as rendas petrolíferas. Como sugestão, o especialista que tratou do tema transparência indicou para o Elo de Niterói a produção de um Relatório Cidadão. Neste relatório, o Elo descreveria as dificuldades encontradas ao pesquisar o portal de transparência e trariam sugestões de melhorias. Este documento seria uma ferramenta utilizada pelo Elo para cobrar mais transparência do orçamento público e das rendas petrolíferas.

3.8 Maricá (RJ)

A experiência de produzir um diagnóstico acerca do orçamento público municipal com ênfase nas rendas petrolíferas pelos Elos em conjunto com a equipe técnica, merece muitos destaques, sobretudo a dificuldade para obtenção das informações acerca do uso das rendas petrolíferas pela administração pública do município de Maricá.

A transparência pública não parece ser uma prioridade da gestão municipal, sendo insuficiente em diversos quesitos. O município segue praticamente todas as normas mínimas estipuladas em lei. Desse modo, não existe a preocupação de viabilizar o acesso e fácil entendimento dessas informações para o cidadão comum que não tem conhecimento sobre o orçamento público municipal.

Em Maricá o senso comum é de que as rendas petrolíferas são um impacto positivo para a administração pública, por resultar em um aporte considerável dentro das receitas públicas. Esse recurso adicional permite ao município ter maior capacidade de investimento em políticas públicas que culminem no bem-estar da população. Entretanto, o maior desafio para o uso desse recurso é definir estratégias para não depender exclusivamente das rendas do petróleo, já que o petróleo é um recurso finito e sujeito a oscilações.

No município existem algumas propostas de diversificação econômica e inovação tecnológica sendo desenvolvidas pela atual gestão. Pode-se destacar a criação de programas como o Passaporte Universitário[1], Passaporte Técnico[2], Programa de Proteção ao Trabalhador (PPT)[3], Fomenta Maricá[4] e o interesse na produção de frota de ônibus híbrido[5], tendo em vista o interesse do município em explorar fontes de hidrogênio natural, recentemente descoberto em território

1Informações sobre o programa estão disponíveis: https://passaporteuniversitario.marica.rj.gov.br/. Acesso em: 23 nov. 2024.
2 Informações sobre o programa estão disponíveis: https://passaportetecnico.marica.rj.gov.br/. Acesso em: 23 nov. 2024.
3 Informações sobre o programa estão disponíveis em: https://sim.marica.rj.gov.br/PPT Acesso em: 23 nov. 2024.
4 Informações do programa estão disponíveis em: https://www.marica.rj.gov.br/programa/fomenta-marica/. Acesso em: 23 nov. 2024.
5 Informações sobre o programa estão disponíveis em: https://www.marica.rj.gov.br/noticia/marica-apresenta-projeto-do-onibus-hibrido-em-congresso-na-colombia/. Acesso em:23 nov. 2024.

municipal, tema bastante mencionado em momentos de diálogo com os Elos, que citam esse recurso como uma possibilidade de geração de receitas quando da substituição da matriz energética em função da queda da produção de petróleo. Dentre os questionamentos acerca dessa temática feitos pelos participantes, está a viabilidade dessa nova fonte de energia ser suficiente para suprir o valor dos *royalties* em um município onde a dependência das rendas petrolíferas passa por uma fase de crescimento vertiginoso. Em resposta, a equipe aponta que existem diversas incertezas para o uso dessa fonte de energia, a necessidade de mais pesquisas e investimentos públicos, além da aceitação pelo mercado consumidor.

Neste caso se por um lado a discussão da exploração do hidrogênio natural em um município tão dependente das rendas petrolíferas parece até certo ponto folclórica, por outro evidencia o papel do PEA Rendas na construção do pensamento crítico sobre o uso das rendas petrolíferas pelos membros do Elo de Maricá.

3.9 Guapimirim (RJ)

É relevante ressaltar que durante as discussões realizadas ao longo das duas reuniões mensais destinadas à construção do diagnóstico, os Elos e a equipe debateram sobre as consequências da redução populacional de Guapimirim, como aponta o último censo e as consequências sobre a transferência de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), relacionada ao tamanho das populações municipais.

As análises das contas públicas e do cenário socioeconômico feitas pela equipe em conjunto com os Elos verificaram que no início do corrente ano a administração atual implementou o “Ônibus da Gente”, uma política pública cujo objetivo é prover transporte público gratuito em determinados horários e linhas. Essa política pública é gerenciada pela Companhia Municipal de Desenvolvimento de Guapimirim (COMDEGUAPI), cujo orçamento não consta na LOA de 2024. Pesquisas feitas pela equipe municipal sugerem que a

autarquia municipal seja financiada por receitas extraorçamentárias e, por conseguinte, não previstas nas leis orçamentárias.

A constituição de 1988 impõe aos entes federativos a obrigação de alocar 15% de sua Receita Corrente Liquida (RCL) em despesas com saúde e 25% em educação, mas não traz especificidades em relação a despesas correntes e de capital. Proporcionalmente, segundo os RGF e RREO de 2021 a 2022, o município tem aplicado 23% da arrecadação em saúde e 28% em educação. Embora a alocação de recursos tenha sido mantida acima do piso legal, os empenhos são majoritariamente de despesas correntes, ou seja, não constituem investimentos em infraestrutura, mas sim pagamentos corriqueiros para manter um equipamento público funcionando minimamente.

As poucas despesas de capital estão predominantemente relacionadas a diversos fins que não saúde e educação. A vivência da equipe e Elos de Guapimirim ilustra a realidade carente do município em relação ao acesso e qualidade dos serviços de saúde e educação, já que frequentemente se deparam com a falta de profissionais qualificados e medicamentos nos postos de saúde.

Diante do contexto vivenciado no município, somente o acompanhamento contínuo de médio e longo prazo proverá a possibilidade de interpretar, avaliar e planejar o orçamento público e a justa aplicação intergeracional das rendas petrolíferas. Acompanhar acuradamente a série temporal de diversos indicadores relacionados ao orçamento público é de extrema relevância para o efetivo dimensionamento e eficácia das políticas públicas.

3.10 Síntese do diagnóstico municipal orçamentário com foco nas rendas petrolíferas dos municípios abrangidos pelo PEA Rendas do Petróleo

As rendas petrolíferas oferecem aos municípios uma oportunidade ímpar de alavancar seu desenvolvimento econômico e social, mas também impõem desafios significativos que requerem abordagens estratégicas, sustentáveis e inclusivas. O presente tópico destaca tanto as potencialidades quanto os desafios que permeiam a gestão desses recursos, revelando padrões comuns

entre os municípios analisados e indicando caminhos concretos para melhorar a eficiência e a sustentabilidade da sua aplicação.

A dependência das rendas petrolíferas é, sem dúvida, o ponto mais crítico identificado. Em muitos casos, **essas receitas representam mais de 30% das finanças municipais**, chegando a superar 50% em algumas localidades. Embora isso permita a expansão orçamentária e possibilite a realização de investimentos importantes, também cria uma dependência perigosa de uma fonte de receita volátil e finita. As oscilações nos preços do petróleo e mudanças regulatórias frequentemente resultam em flutuações imprevisíveis nos repasses, desestabilizando o planejamento financeiro e comprometendo a continuidade de políticas públicas.

A falta de planejamento estratégico amplifica essas vulnerabilidades. Muitos municípios ainda não possuem um plano diretor atualizado ou sequer mecanismos claros para integrar os recursos petrolíferos em um projeto de desenvolvimento sustentável. Isso resulta em alocações majoritariamente voltadas para despesas correntes, como pagamentos de salários e manutenção básica, em vez de investimentos estruturantes. Essa abordagem de curto prazo impede a transformação duradoura que essas rendas poderiam gerar, como melhorias significativas na infraestrutura, na qualidade dos serviços públicos e no fortalecimento econômico local.

Outro desafio crítico é a transparência na gestão dessas receitas. Embora alguns municípios apresentem portais de transparência e relatórios orçamentários acessíveis, a maioria ainda enfrenta dificuldades para oferecer informações claras, completas e acessíveis sobre a aplicação dos recursos. A linguagem técnica, a organização inadequada das informações e a falta de ferramentas intuitivas tornam o controle social praticamente inviável. Sem acesso claro aos dados, a população encontra obstáculos para acompanhar, monitorar e influenciar a alocação dos recursos.

Apesar dos desafios, existem boas práticas que oferecem modelos positivos para outros municípios. Exemplos como a criação de fundos soberanos em Maricá e Niterói demonstram a viabilidade de reservar parte significativa dos recursos para investimentos futuros e para amortecer crises fiscais. Em outros

casos, iniciativas voltadas para a diversificação econômica, como o desenvolvimento do turismo sustentável e a exploração de novas matrizes energéticas, mostram que é possível reduzir a dependência das rendas petrolíferas e construir economias mais resilientes.

No entanto, mesmo as práticas positivas não estão isentas de limitações. Em municípios que criaram fundos soberanos, como Ilhabela e Niterói, ainda falta clareza sobre os critérios para o uso desses recursos e mecanismos de participação cidadã no processo de decisão. Essa ausência reduz o potencial transformador dos fundos e compromete a confiança pública.

Uma análise mais detalhada das áreas prioritárias de investimento mostra disparidades entre os municípios. Alguns priorizam educação e saúde, como preconizado pela Lei Federal nº 12.858/13, enquanto outros direcionam a maior parte dos recursos para áreas administrativas ou infraestrutura urbana, nem sempre alinhando as despesas às demandas sociais mais urgentes. Essa falta de alinhamento estratégico compromete a eficácia dos investimentos e reforça desigualdades sociais e territoriais.

Para superar esses desafios, algumas ações estratégicas devem ser priorizadas:

1. **Planejamento de longo prazo**: A integração das rendas petrolíferas em planos diretores e estratégias de desenvolvimento sustentável é essencial. Isso inclui a priorização de investimentos em infraestrutura, saneamento básico, educação e saúde, áreas que geram impactos positivos duradouros para a população.
2. **Diversificação econômica**: Reduzir a dependência dos *royalties* é fundamental para mitigar os riscos associados à volatilidade do mercado de petróleo. Setores como turismo sustentável, energias renováveis e tecnologia podem oferecer alternativas viáveis para o crescimento econômico de longo prazo.
3. **Fortalecimento da transparência**: Reformular os portais de transparência, tornando-os mais acessíveis e detalhados, é um passo indispensável. Além disso, é crucial disponibilizar dados sobre a

destinação específica das rendas petrolíferas e criar relatórios que traduzam informações técnicas em linguagem acessível para a população.

4. **Participação cidadã**: A ativação e fortalecimento de conselhos participativos e a promoção de audiências públicas inclusivas são essenciais para alinhar a gestão dos recursos às demandas reais da população. A participação ativa da sociedade civil pode aumentar a legitimidade das decisões e garantir maior eficiência no uso das receitas.
5. **Criação de indicadores de impacto**: Monitorar os resultados das políticas públicas financiadas pelas rendas petrolíferas por meio de indicadores claros e mensuráveis permitirá ajustes contínuos e mais assertividade na alocação dos recursos.

Em suma, os municípios analisados enfrentam um dilema: por um lado, as rendas petrolíferas representam uma oportunidade excepcional para superar desafios históricos e promover o desenvolvimento. Por outro, a dependência, a falta de planejamento estratégico e a gestão insuficiente ameaçam desperdiçar esse potencial. Superar essas limitações requer um compromisso renovado com a governança pública eficiente, a sustentabilidade e a participação cidadã. Apenas por meio de uma abordagem integrada e responsável será possível transformar essas receitas em um legado duradouro, beneficiando não apenas as gerações atuais, mas também as futuras.

IV. DETALHAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS MUNICÍPAIS

4.1 Iguape (SP)

Iguape, um dos 15 municípios paulistas classificados como estâncias balneárias, destaca-se por sua localização estratégica no Vale do Ribeira e por ser o município com a maior extensão territorial do Estado de São Paulo, abrangendo 1.978,795 km². Sua importância cultural e histórica é evidenciada pelo tombamento de seu centro histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2009, reforçando o valor de seu patrimônio

material e imaterial. Contudo, essa relevância contrasta com desafios socioeconômicos que limitam seu desenvolvimento sustentável e dificultam a ampliação de oportunidades para sua população.

Segundo estimativas do IBGE de 2022, Iguape possui 29.115 habitantes, representando um crescimento demográfico de apenas 0,95% em relação aos 28.841 registrados em 2010. Este aumento modesto reflete uma dinâmica populacional estagnada, associada a fatores como o baixo dinamismo econômico e a limitada capacidade de retenção e atração populacional. Grupos sociais específicos, como as populações indígena (1,12%) e quilombola (1,30%), representam a diversidade existente no município. Entretanto, esses números podem estar subestimados devido à dificuldade de acesso e à ausência de estratégias adequadas para contabilizar comunidades em áreas mais remotas, o que impacta diretamente na elaboração de políticas públicas direcionadas a essas populações.

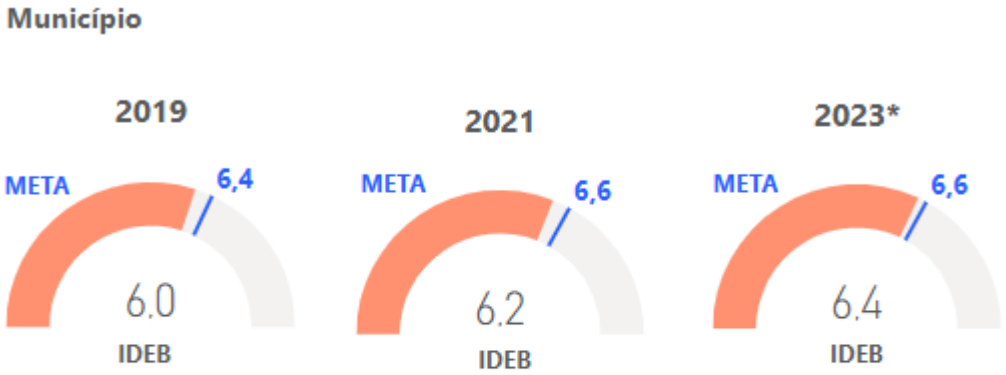
No que se refere à infraestrutura urbana e saneamento básico, Iguape apresenta indicadores desafiadores. Apenas 76,2% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado, enquanto 59% dos domicílios urbanos estão situados em vias públicas arborizadas, e somente 24,4% contam com urbanização adequada, abrangendo elementos essenciais como bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2022). Esses déficits de infraestrutura impactam, sobretudo, populações indígenas, quilombolas, caiçaras e rurais, evidenciando desigualdades regionais e sociais persistentes. Investimentos em saneamento básico e infraestrutura urbana devem ser priorizados para reduzir essas lacunas, promovendo maior equidade territorial e qualidade de vida.

A análise econômica do município revela uma composição produtiva dominada pela indústria (50,4%), seguida pelos serviços (41,3%) e pela agropecuária (6,4%), sendo esta última fortemente concentrada na bananicultura e na criação de búfalos (bubalinocultura). Apesar de Iguape ostentar os títulos de estuário lagunar e estância balneária, a pesca e o turismo apresentam contribuições pouco expressivas à economia local, segundo estudo de 2023 da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Tal cenário evidencia o subaproveitamento de recursos naturais e culturais que poderiam

impulsionar setores de alto potencial econômico. Sugere-se a implementação de políticas integradas para o desenvolvimento do turismo sustentável, incluindo capacitação de mão de obra, fortalecimento da pesca artesanal, promoção do ecoturismo e valorização do patrimônio histórico, buscando diversificar e fortalecer a base econômica municipal.

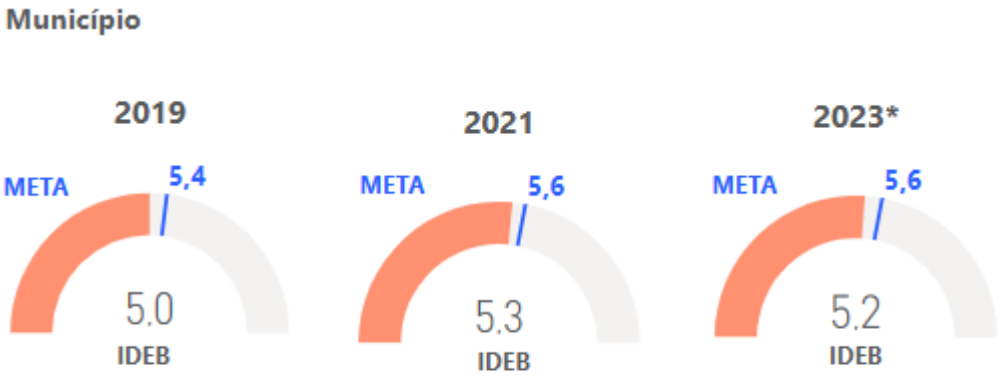
Em termos fiscais, Iguape enfrenta uma alta dependência de receitas externas, que representaram 83,78% do total arrecadado em 2023, colocando o município na 243ª posição estadual e na 3.249ª posição nacional nesse indicador. No mesmo ano, o total de receitas realizadas foi de R$ 191.922.775,89, enquanto as despesas empenhadas alcançaram R$ 189.592.144,40 (IBGE, 2022). Esse cenário ressalta a necessidade de estratégias para aumentar a arrecadação própria, como a valorização de atividades econômicas locais, a formalização de empreendimentos e a otimização da gestão tributária.

Na área da educação, Iguape apresenta um desempenho misto. As taxas de aprovação (97,5%), reprovação (0,6%) e abandono escolar (1,9%) são superiores às médias estaduais, que registram, respectivamente, 93,3%, 3,9% e 2,8%. Contudo, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o município enfrenta desafios significativos, com oscilações no desempenho entre 2019 e 2023. Nos anos iniciais do ensino fundamental, houve um crescimento modesto até 2021, seguido por uma projeção de queda em 2023, sem que as metas estabelecidas fossem alcançadas. Nos anos finais, administrados pelo estado, Iguape superou a meta em 2019, mas apresentou declínio em 2021 e uma recuperação projetada para 2023 (SEADE, 2023). Este cenário aponta para a necessidade de intervenções direcionadas à melhoria da qualidade educacional, como a capacitação continuada de professores, investimentos em infraestrutura escolar, ampliação do acesso às tecnologias educacionais e fortalecimento das parcerias entre escolas e comunidades locais, especialmente em territórios mais vulneráveis.



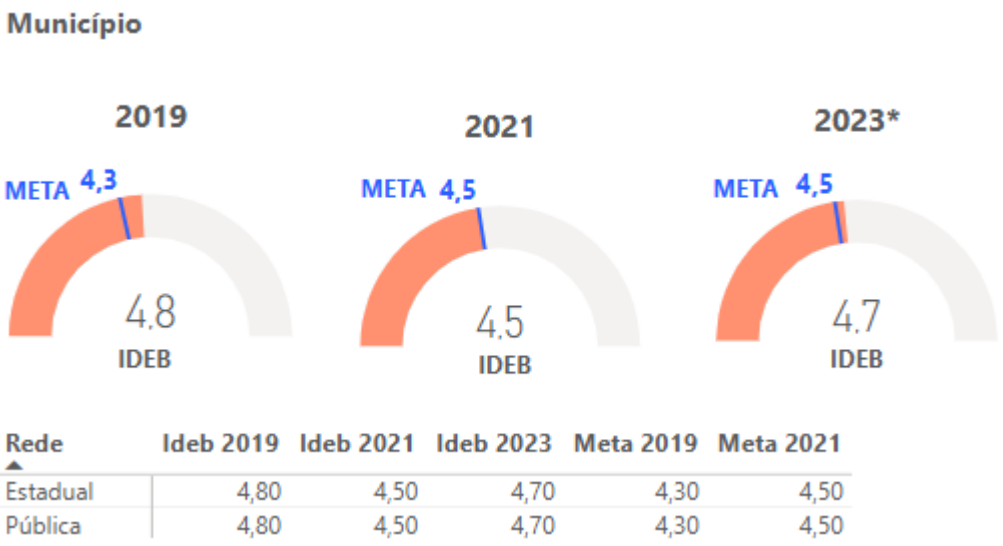
Rede	Ideb 2019	Ideb 2021	Ideb 2023	Meta 2019	Meta 2021
Estadual			6,70	6,20	6,40
Municipal	6,00	6,20	6,30	6,40	6,70
Pública	6,00	6,20	6,40	6,40	6,60

Gráfico 1 : Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 1º ao 5º ano (Fonte: SEADE, 2023).



Rede	Ideb 2019	Ideb 2021	Ideb 2023	Meta 2019	Meta 2021
Estadual	5,00	5,30	5,20	5,40	5,60
Pública	5,00	5,30	5,20	5,40	5,60

Gráfico 2: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 6º ao 9º ano (Fonte: SEADE, 2023).



Rede	Ideb 2019	Ideb 2021	Ideb 2023	Meta 2019	Meta 2021
Estadual	4,80	4,50	4,70	4,30	4,50
Pública	4,80	4,50	4,70	4,30	4,50

Gráfico 3: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Ensino Médio (Fonte: SEADE, 2023).

Na área da saúde, Iguape enfrenta desafios significativos em termos de acesso e qualidade dos serviços prestados à população. O número de médicos e enfermeiros por mil habitantes no município é inferior à média estadual, o que reflete limitações estruturais e organizacionais. Enquanto a média estadual de médicos por mil habitantes é de 3,27, Iguape conta com apenas 3,00. A disparidade é ainda mais acentuada no caso dos enfermeiros, cuja média estadual é de 1,94 por mil habitantes, enquanto o município apresenta apenas 1,14 (SEADE, 2023). Esse déficit de profissionais compromete a capacidade do município de atender às necessidades crescentes de sua população, especialmente em áreas rurais e comunidades indígenas e quilombolas, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais de acesso a serviços de saúde.

A infraestrutura de saúde em Iguape também apresenta limitações importantes. O município conta com apenas uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que tem se mostrado insuficiente para atender à demanda da população. Essa escassez de equipamentos de saúde adequados sobrecarrega o sistema existente, resultando em longos tempos de espera e dificuldades no atendimento de casos de média e alta complexidade. Além disso, mais de 90% dos profissionais de saúde do município estão vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), o que ressalta a importância de fortalecer a

gestão e o financiamento do sistema público para ampliar sua capacidade de resposta e qualidade nos serviços.

Outro aspecto relevante é que Iguape é um dos municípios da costa brasileira que recebe recursos financeiros oriundos da exploração e produção de petróleo e gás natural, conhecidas como rendas petrolíferas. A médio e longo prazos, é crucial destinar uma parcela das rendas petrolíferas para a construção de novas unidades de saúde, especialmente em regiões mais vulneráveis e com difícil acesso. Além disso, é fundamental investir na capacitação continuada dos profissionais de saúde, com ênfase em práticas de saúde comunitária e atenção primária, para fortalecer a prevenção e o acompanhamento de doenças crônicas. Políticas de incentivo à fixação de médicos e enfermeiros em áreas remotas, como bonificações salariais e condições de trabalho aprimoradas, podem contribuir para mitigar o déficit atual de profissionais.

Por fim, a criação de um comitê gestor para as rendas petrolíferas, com representação de diferentes setores e da sociedade civil, pode assegurar que os recursos sejam alocados de maneira transparente e eficiente, alinhando os investimentos às prioridades identificadas nos diagnósticos locais. Esse comitê também pode atuar na avaliação contínua dos impactos das intervenções, promovendo ajustes necessários para alcançar resultados sustentáveis e efetivos.

De maneira geral, Iguape enfrenta desafios significativos que atravessam todas as áreas analisadas. Contudo, o município também dispõe de ativos estratégicos, como as rendas petrolíferas, que, se utilizados com planejamento e eficiência, podem transformar sua realidade. A criação de um comitê gestor para os recursos do petróleo, com participação de diferentes setores e da sociedade civil, pode promover uma governança mais transparente e direcionada, alinhando os investimentos às prioridades locais e garantindo resultados sustentáveis.

Para que Iguape alcance um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, será essencial combinar estratégias de curto, médio e longo prazos, integrando políticas intersetoriais que articulem crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. A combinação de planejamento integrado, controle

social e gestão eficiente será determinante para superar as limitações atuais e potencializar os recursos e capacidades do município, assegurando melhores condições de vida para sua população e um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

4.2 Ilha Comprida (SP)

Ilha Comprida, localizada no complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, possui uma rica história ligada à ocupação da costa brasileira. O antigo povoado de Maratayama, situado em seu território, foi a primeira vila oficial da Coroa Portuguesa, destacando-se no processo das primeiras expedições coloniais (IBGE, 2024). Embora sua formação administrativa só tenha se consolidado no século XX, com a divisão territorial entre Iguape e Cananéia em 1938, Ilha Comprida conquistou autonomia municipal em 1991, após ser declarada APA Estadual em 1987, um marco que impulsionou o movimento de emancipação (Lei Estadual nº 7.644/1991). Desde então, sua gestão tem enfrentado desafios relacionados à preservação ambiental, ao desenvolvimento sustentável e à ampliação dos serviços públicos.

Reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como Patrimônio da Humanidade em 1999 e como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em 1993, a região possui atributos ambientais únicos, como manguezais, restingas e uma cobertura vegetal amplamente preservada, que compõem um dos ecossistemas costeiros mais produtivos do mundo (DIEGUES, 2007). Essa condição, contudo, também reflete sua vulnerabilidade, impondo limites ao uso econômico do território e demandando uma gestão equilibrada entre conservação e desenvolvimento. De acordo com Diegues (2007, p. 03):

> *[...] possui significativos atributos ambientais e culturais constituídos de cobertura vegetal original, manguezais e restingas, caracterizando-se como uma das regiões mais*

> *preservadas do litoral brasileiro e como um dos ecossistemas costeiros mais produtivos do mundo.*
> *Por ser extremamente vulnerável, encontra-se sob a jurisdição de um mosaico de Unidades de Conservação, onde a região, em 1993, foi reconhecida como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e, em 1999, recebeu o título de Patrimônio da Humanidade, conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO.*

Em relação aos dados demográficos, de acordo com o Censo (IBGE, 2022), Ilha Comprida tinha a população de 13.419 habitantes, o que representa um aumento de 48,69% em comparação com o Censo de 2010, quando foram contabilizadas 9.025 pessoas (IBGE, 2010). Além disso, o município apresentou uma densidade populacional de 68,27 hab./km².

A faixa-etária predominante é da população idosa feminina de 60 a 64 anos, seguida da masculina com idades entre 65 e 69 anos. Já os menores números da população compreendem os adultos homens e mulheres na faixa de 30 a 34 anos, seguidos das crianças de 0 a 4 anos.

Quanto à saúde, os dados apresentados no Censo (IBGE, 2022) são insuficientes. O levantamento inclui apenas a taxa de óbitos por mil nascidos vivos, registrada em 20,55. Não há informações sobre internações por diarreia, um indicador relevante para observar o saneamento básico no município. Além disso, não foram disponibilizados dados atualizados sobre as unidades de saúde, como o número total, suas descrições ou características. A única informação disponível é de 2009, quando o município tinha seis unidades de saúde.

Em relação a taxa de escolarização, encontrou-se os dados referentes apenas ao censo de 2010 onde os dados apontavam que era de 98,2% (IBGE, 2010). Diante disso, não é possível fazer uma comparação com a taxa de 2022, já que não há esta informação.

Os dados disponíveis são provenientes do Censo Escolar 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e divulgados por meio da plataforma de pesquisa do IBGE. As informações referem-se ao número de crianças, docentes e unidades de ensino, conforme apresentado nas tabelas abaixo:

Educação Infantil			
	Nº de crianças	Nº de docentes	Nº de unidades
Creche	398	43	5
Pré-Escola	350	20	2
Total	748	63	7

Tabela 1: Dados do Ensino Infantil.

Educação Fundamental			
	Nº de crianças/adolescentes	Nº de docentes	Nº de unidades
Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano)	1038	51	4
Ensino Fundamental anos iniciais (6º ao 9º ano)	718	62	1
Total	1756	113	5

Tabela 2: Dados do Ensino Fundamental.

Educação Médio			
	Nº de crianças/adolescentes	Nº de docentes	Nº de unidades
Ensino Médio	405	21	1

Tabela 3: Dados do Ensino Médio.

Ao analisar os dados do Ensino Fundamental apresentados na Tabela 2 e as notas do IDEB e do IBGE, em comparação com o Estado de São Paulo e o país, observa-se que os resultados não são ruins. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a nota foi 6,4 colocando o município na 367ª posição *do ranking* estadual e na 1.514ª posição no *ranking* nacional. Para os anos finais do Ensino Fundamental, a nota registrada foi de 5,7, ocupando a 103ª posição no estado e a 395ª posição no país.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), só há informação de 2010, cujo resultado é de 0,725, sendo considerado alto e, no Censo de 2022, a ausência de dados impossibilitou a realização de uma análise comparativa.

Quanto aos aspectos econômicos, o Censo (IBGE, 2022) apresenta um total de receita bruta de R$137.235.098,99, já as despesas empenhadas estão no patamar de R$139.237.594,10. Esses dados permitem analisar que o valor das despesas é maior do que as receitas, demonstrando um desequilíbrio fiscal.

Em relação ao trabalho e rendimento (IBGE, 2022), nota-se que o salário médio mensal no município foi de 2,3 salários-mínimos, com uma população ocupada de 2.357 pessoas. Um aspecto preocupante é que o maior empregador do município é a prefeitura, indicando uma dependência significativa do setor

público. Além disso, observa-se a ausência de políticas públicas voltadas para a empregabilidade de jovens e para o desenvolvimento da vocação turística do município, o que poderia contribuir para diversificação econômica e geração de empregos.

Ilha Comprida possui grande potencial, mas para que ele seja efetivamente realizado, será necessária uma abordagem integrada e intersetorial. A combinação de investimentos estratégicos em infraestrutura, saúde, educação e economia, com uma gestão ambiental rigorosa, pode transformar as vulnerabilidades do município em oportunidades de crescimento sustentável. A criação de parcerias público-privadas, o fortalecimento da governança local e a promoção de políticas inclusivas serão determinantes para assegurar o desenvolvimento equilibrado, respeitando as peculiaridades do território e melhorando a qualidade de vida de sua população.

O futuro de Ilha Comprida depende de sua capacidade de equilibrar conservação e desenvolvimento, aproveitando suas riquezas naturais e culturais como catalisadores para um crescimento que seja ao mesmo tempo inclusivo e sustentável.

4.3 Cananéia (SP)

Cananéia é um município do Estado de São Paulo com 493 anos. É considerado o primeiro povoado do Brasil e possui mais de 320 imóveis tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Sua população é composta por 12.289 habitantes e a área territorial abrange 1.237.354 km², tendo uma densidade populacional de 9,93hab/km² (IBGE, 2022).

Nesse território há cinco aldeias indígenas Guarani *M'Bya: Pindoty-araça Mirim, Tapy´i/Rio Branquinho, Guaviraty, Takuary-Ty, Pakuri-ty, Ka´aguy Mirim*. Além disso, há, também, oito comunidades quilombolas: Varadouro, Mandira, Rio das Minas, Taquari, São Paulo Bagre, Santa Maria, Porto Cubatão, Ariri, os quais foram certificados como remanescentes de quilombos pela Fundação Palmares.

Em comparação com o censo anterior, a população cresceu em 63 habitantes – apresentava 12.226 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Já a área territorial, fazendo-se a mesma comparação, diminuiu 5.546km². Mas não foi possível obter informação precisa acerca dessa modificação. Há hipóteses de que a diminuição da área territorial se dê em função de uma comunidade na Ilha do Cardoso, a Enseada da Baleia, que passou por um processo de erosão, com a faixa de areia sendo tomada pelo mar. Por outro lado, alterações nas ferramentas de medição do território utilizadas pela instituição responsável também podem ter acarretado este resultado.

Predominantemente, o município possui sua economia baseada na pesca e no turismo. É secundário o setor de serviços, como restaurantes e hotelaria. Vale ressaltar que o município possui oito comunidades caiçaras em área insular: Enseada da Baleia, Maruja, Itacuruçá, Pererinha, Vila Rápida, Pontal de Leste, Cambriu e Foles, as quais possuem o turismo de base comunitária para sustento da comunidade. Além disso, na área continental do território, há comunidades que realizam o turismo de base comunitária e produção agroflorestal.

Apesar da vasta extensão territorial e de sua grande biodiversidade, bem como diversas comunidades tradicionais e cultura diversa, Cananéia possui IDH de 0,720 – de acordo com o censo de 2010. O que coloca o município em 535º lugar no Estado de São Paulo (que possui 645 municípios ao total). Para o ano de 2022 – ano do último censo – não foram encontrados dados acerca deste tema.

Vale ressaltar que este último censo (2022) sofreu um corte de mais de 90% do orçamento o que causou diminuição de recenseadores, diminuição nas redes de comunicações, problemas na definição da remuneração e atrasos nos valores, nas datas e nos pagamentos para os recenseadores.

A taxa de natalidade no município – dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2019) - é de 14,13 por mil habitantes e não foram encontrados dados mais atualizados do indicador. O levantamento desses dados se faz ainda mais dificultado uma vez que o município não dispõe de Hospital Maternidade, sendo necessário que as gestantes se desloquem quando do momento do parto para os municípios vizinhos que possuam a infraestrutura

hospitalar adequada. Esse fator impacta diretamente na busca e análise de dados referentes ao indicador de natalidade, em virtude do registro de novos nascimentos serem efetivados nos municípios de nascimento, impactando diretamente no indicador de Cananéia.

Cananéia apresenta um contexto singular, marcado pela riqueza histórica, cultural e ambiental, bem como pela presença de diversas comunidades tradicionais — indígenas, quilombolas e caiçaras — que conferem ao município um perfil identitário diferenciado. Entretanto, esse conjunto de atributos positivos convive com desafios estruturais que dificultam uma trajetória de desenvolvimento mais equitativa e sustentável. Entre esses entraves, destacam-se a dependência econômica de atividades pouco diversificadas, como a pesca e o turismo de base comunitária, a ausência de dados atualizados em áreas estratégicas devido às limitações do último censo, e a dificuldade de superar indicadores de qualidade de vida que não acompanham as potencialidades do território.

A falta de informações recentes e confiáveis torna mais complexa a formulação de políticas públicas adequadas ao contexto local, prejudicando a capacidade de planejar intervenções que contemplem tanto a conservação da biodiversidade quanto a promoção de atividades econômicas mais dinâmicas e inclusivas. Além disso, a oferta limitada de serviços, a vulnerabilidade de regiões insulares e a fragmentação das iniciativas produtivas refletem uma necessidade de aprimorar a coordenação institucional e a articulação entre diferentes agentes — poder público, comunidades e iniciativa privada — para explorar de modo sustentável o valor histórico, cultural e ambiental do território.

Apesar desses problemas, o município dispõe de potenciais notáveis. A combinação de um patrimônio histórico único, comunidades tradicionais com saberes locais valorizáveis e recursos naturais de alta relevância ambiental oferece uma base sólida para a criação de novas estratégias de desenvolvimento. Ao investir em pesquisas, fortalecer sistemas de coleta e análise de dados, promover formação técnica e intercâmbios entre as comunidades, bem como estimular o ecoturismo e a agregação de valor a produtos e serviços locais, Cananéia pode consolidar um modelo de crescimento

integrado. Esse modelo conciliaria a proteção da riqueza sociocultural e ambiental com a melhoria consistente dos indicadores sociais, resultando em um avanço qualitativo das condições de vida de sua população e em uma maior resiliência frente a pressões econômicas e ambientais futuras.

4.4 Ilhabela (SP)

A Estância Balneária de Ilhabela é um município do Litoral Norte Paulista, formado por um arquipélago que inclui a Ilha de Vitória, Ilha de Búzios e Ilha de São Sebastião. Esta última é considerada a maior ilha marítima do Brasil com uma área de 347,5 km², segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2020).

Inserido no bioma de Mata Atlântica, 85% do território do município é área demarcada pelo Parque Estadual de Ilhabela, com uma extensão de 270 km², sendo 12 ilhas, 2 ilhotes (Búzios e Vitória) e 2 lajes. O entorno marítimo de Ilhabela é a unidade de conservação da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAM-LN) com 316 mil hectares, abrangendo também os municípios de São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba (PNUD, 2020).

Há no município cerca de quinze comunidades tradicionais caiçaras, a maior parte habitantes das praias de Bonete e Castelhanos. Desse modo, a população é formada, como veremos a seguir, por diversas expressões étnico-culturais e raciais, fator característico do processo de constituição da sociedade brasileira (FERNANDES, 1975).

De acordo com a SEADE, a população atual de Ilhabela, com base no Censo de 2022, é de aproximadamente 35.371 pessoas. De 2000 a 2022, a população passou de 20.752 para 34.882, representando uma Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TCGA) de 5,7%, em contrapartida a taxa de 2% no Estado de São Paulo, no mesmo período.

Conforme os estudos realizados pela empresa GEOBRASILIS em 2023, os fatores relacionados a este aumento populacional se referem a um maior envelhecimento da população; elevação no grau de urbanização; e considerável aumento no percentual de migração no município.

Em relação ao envelhecimento populacional é possível observar que, no ano 1991 a maior parte da população se concentrava nas faixas etárias de 0 a 14 anos, ou seja, crianças e adolescentes. A partir de 2010, as pesquisas já apontam para uma acentuada diminuição na taxa de natalidade, e um maior crescimento da população entre 25 e 34 anos, conjuntamente com o aumento na faixa etária a partir de 60 anos, principalmente entre mulheres (PNUD, 2020).

O grau de urbanização no município é de 99,3%, superior ao de 97,7% do Litoral Norte, que por sua vez, é formado pelo conjunto das cidades de Ilhabela, Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba (Seade, 2022 apud GEOBRASILIS, 2023, p.95). Apesar de Ilhabela caracterizar-se como um município insular, com a presença importante da Mata Atlântica e ecossistemas associados, os dados apontam para um processo de urbanização acelerado, relacionado a especulação imobiliária e a atividade turística não planejada (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015). A migração se apresenta como um fator de aumento populacional desde 2010. O Censo Demográfico daquele ano apontou para 34,3% o percentual da população residente em Ilhabela cuja origem era fora do Estado de São Paulo. Em comparação ao valor encontrado no Estado de 20,6%. (GEOBRASILIS, 2023).

A migração se apresenta como um fator de aumento populacional desde 2010. De acordo com o Censo daquele ano, 34,3 % da população residente em Ilhabela possuía origem fora do Estado de São Paulo. Um percentual superior ao encontrado no Estado (20,6%) no mesmo ano (GEOBRASILIS, 2023).

A população de Ilhabela se caracteriza pelo conjunto de expressões étnico-culturais e raciais do país. No município, aqueles que se autodeclaram negros são 49,4%, indígenas 0,3%, e amarelos 0,7% (IBGE, 2010), o que representa um total de 50,4% da população autodeclara não-branca, um número superior aos 49,6% declarados brancos. Esse dado representa, ainda que referido a um período anterior, a existência de um território composto, majoritariamente, por pessoas pertencentes a grupos de classe social em vulnerabilidade (IBGE, 2016).

Em relação à economia predominante, destacam-se os setores de serviços, como o turismo e construção civil, e o de indústria, especialmente o

vinculado à exploração de petróleo e gás. Respectivamente, esses setores corresponderam a 30,1% e 66,8% do valor no PIB do município em 2020 (GEOBRASILIS, 2023).

Observa-se, a partir do mesmo estudo, que em 2010 havia uma pequena representação da agropecuária na economia, cerca de 0,4%, no entanto, esse setor desaparece em 2020, em contrapartida ao aumento em mais de sete vezes do valor referente à indústria. Apesar do PIB do município ter expressiva participação atrelada a esse setor, não há infraestrutura de exploração de petróleo presente em território terrestre.

É de suma importância destacar que os níveis de saneamento básico no município são alarmantes. De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS) do Governo Federal, Ilhabela em 2020 possuía apenas 52,81% de esgoto coletado, sendo que nesse mesmo ano ocorreram quatro mortes por doenças relacionadas ao saneamento inadequado. Em 2022, 74,87% da população foi atendida com abastecimento de água, ao passo que, 1.425,55 mil m² de esgotos foram despejados na natureza sem tratamento (IAS, 2022). O município possui um Plano Municipal de Saneamento Básico datado de 2019, mas não contém revisões posteriores (SNIS, 2020).

As dinâmicas demográficas, econômicas e ambientais de Ilhabela evidenciam um território em acelerada transformação, pressionado por um modelo de desenvolvimento que tende ao crescimento urbano e à especulação imobiliária, associado, sobretudo, à atividade turística não planejada. Embora o município apresente forte aumento populacional e urbanização crescente, essas mudanças não têm sido acompanhadas de uma estrutura de serviços e infraestrutura capazes de garantir equidade social e proteção ambiental. Além disso, a expressiva migração, bem como a diversidade étnico-cultural, confere ao território um caráter plural, mas também reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão, à mobilidade social e ao reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais caiçaras.

A relevância ambiental, expressa pelo fato de 85% do território municipal estar sob proteção do Parque Estadual de Ilhabela e pela presença da APAM-

LN, contrasta com a dificuldade de compatibilizar conservação e crescimento econômico. A frágil oferta de saneamento básico, com baixos índices de coleta e tratamento de esgoto, expõe riscos à saúde pública, à qualidade do meio ambiente e à sustentabilidade do próprio turismo, pilar econômico do município. Embora o setor industrial, atrelado à exploração de petróleo e gás, tenha ampliado sua participação no PIB, a ausência de infraestrutura terrestre de exploração ressalta a dependência externa e a limitada capacidade de gerar encadeamentos produtivos locais.

A trajetória de Ilhabela demanda uma articulação mais consistente entre gestão territorial, proteção ambiental, promoção da diversidade cultural e melhoria das condições de vida da população. O desafio reside em criar políticas integradas que assegurem o acesso a serviços públicos essenciais, o fortalecimento das cadeias produtivas locais e a inclusão das comunidades tradicionais no debate sobre o futuro do município. Somente uma abordagem integral, que concilie as demandas sociais, culturais e ambientais, permitirá a construção de um desenvolvimento mais justo, equilibrado e resiliente em Ilhabela.

4.5 Caraguatatuba (SP)

O município de Caraguatatuba-SP está localizado na região do litoral norte do estado de São Paulo e possui uma área territorial de 484,947 km² com densidade demográfica de 278,12 hab./km², 75% de sua área é de Mata Atlântica e pertence ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), gerido pela Fundação Florestal, que faz limites com os municípios de Ubatuba, São Sebastião, Paraibuna e Natividade da Serra. Tem uma população estimada de 134.873 habitantes, sendo de 0 a 14 anos 13.856 homens e 13.209 mulheres, de 15 a 29 anos 13.956 homens e 14.056 mulheres, de 30 a 59 anos 27.545 homens e 29.700 mulheres, e acima de 60 anos 10.209 homens e 12.362 mulheres. O município conta ainda com IDH de 0,759, que para os padrões de medição desse indicador pode ser considerado como alto.

É uma estância balneária desde 1947, criada pela lei nº 38/1947, e pela lei 1.166/2012 integra a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sendo a sede da microrregião do Litoral Norte, com orçamento total previsto em 2024 de R$ 1.388.041.912,00. O município possui como principais atividades econômicas o comércio e a prestação de serviços ligados ao turismo, pesca, indústria e agropecuária. O município é cortado pela BR 101 (Rodovia Rio-Santos) e tem acesso à SP 099 (Rodovia dos Tamoios) que dá acesso ao Vale do Paraíba. O município recentemente inaugurou a duplicação e obras do contorno norte (Caraguatatuba - Ubatuba) e sul (Caraguatatuba - São Sebastião) com mais de 33 km de obras e com previsão de beneficiar cerca de 250 mil habitantes do litoral norte.

No território municipal está localizado o maior rio navegável do litoral norte, o rio Juqueriquerê, sob extensa área de planície que ainda possibilita a expansão de áreas urbanas e industriais.

Caraguatatuba apresenta uma dinâmica marcada pelo tensionamento entre o crescimento econômico, a ampliação da infraestrutura e a preservação ambiental. Situado em uma área de Mata Atlântica, o município conta com potenciais significativos no turismo, na pesca e na indústria, bem como em sua posição estratégica na malha rodoviária regional e na disponibilidade de terrenos planos. Esses fatores, somados ao expressivo orçamento previsto, conferem-lhe condições favoráveis para impulsionar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda.

Entretanto, a expansão urbana e industrial requer uma abordagem cautelosa. A presença de recursos naturais sensíveis, a exemplo da Mata Atlântica e do rio Juqueriquerê, exige políticas públicas voltadas à sustentabilidade e ao equilíbrio entre uso do solo, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população. A gestão estratégica do território, ao mesmo tempo em que aproveita as conexões rodoviárias e as atividades turísticas, deverá enfrentar os desafios da especulação imobiliária, do desordenamento urbano e da pressão sobre os ecossistemas.

Nesse sentido, o município tem a oportunidade de consolidar um modelo de desenvolvimento mais harmônico, estimulando empreendimentos que

priorizem a sustentabilidade, fortalecendo a governança ambiental e social, e diversificando as atividades econômicas de forma a distribuir melhor os benefícios do crescimento. O desafio será construir uma trajetória de progresso que, além de estimular setores dinâmicos da economia, garanta a inclusão social e a proteção do patrimônio natural, assegurando a longo prazo a resiliência e a qualidade de vida em Caraguatatuba.

4.6 Paraty (RJ)

A cidade de Paraty está localizada no Litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro. O município é conhecido por sua relevância cultural, histórica e ambiental. Os festivais realizados na cidade durante todo o ano em seu calendário cultural fomentam o turismo e atraem pessoas de diferentes localidades, de dentro e de fora do Brasil. O desenvolvimento de Paraty desencadeou diversas mudanças no território e na vida das comunidades locais.

Durante a década de 1990 o processo de crescimento da cidade se intensificou, impulsionado em grande parte pelo turismo e pela valorização da cultura local, como os alambiques e cachaçarias, que fazem parte dos roteiros turísticos populares na região. Essas transformações geraram diferentes visões quanto ao progresso econômico e social experimentado pelo município. Por um lado, há de se considerar o crescimento positivo, uma oportunidade de trazer recursos e visibilidade à cidade. Por outro lado, há de se preocupar com os impactos desse progresso, no que isso afeta a sustentabilidade da região e a vida das populações tradicionais como quilombolas, indígenas e caiçaras, que buscam manter suas raízes e identidade cultural.

Segundo o IBGE, a população de Paraty registrou um aumento expressivo nos últimos anos. Em 2010 o município contava com 37.533 mil habitantes, enquanto que no último censo de 2022 esse número subiu para 45.243 mil habitantes, refletindo um crescimento que impacta diretamente a demanda por serviços públicos, infraestrutura e políticas de sustentabilidade. A densidade populacional atual é de aproximadamente 48,95 habitantes por quilômetro

quadrado, considerando a extensão territorial do município de 924 quilômetros quadrados.

Paraty tem características e exemplos de diversidade étnica e cultural. Sua população é composta por diferentes grupos autodeclarados, sendo estes: 19.607 brancos (42,66%), 4.618 pretos (10,05%), 20.420 pardos (44,42%), 767 quilombolas (01,67%) e 546 indígenas (01,21%), segundo dados do IBGE no último censo realizado no ano de 2022. Essas comunidades tradicionais, como os quilombolas, indígenas e caiçaras, enfrentam desafios sociais e econômicos específicos. Suas tradições e modos de vida são fundamentais para a preservação do Patrimônio Imaterial do município. Preservar essa diversidade é essencial para o desenvolvimento social de Paraty e ao mesmo tempo um compromisso com a valorização cultural e a justiça social, uma vez que muitas comunidades enfrentam várias dificuldades para permanecerem em seu território.

O desenvolvimento econômico e populacional de Paraty necessita se equilibrar com a preservação de seus recursos naturais e culturais, uma vez que esse crescimento desordenado gera uma série de consequências para a cidade, como a sobrecarga nos sistemas de tratamento de água e esgoto. Em relação ao IDH do município, a última informação encontrada está registrada no ano de 2010 pelo IBGE em um total de 0,693, o que sugere um nível de desenvolvimento mediano e com potencial para avanços. Esse cenário reforça a importância de um planejamento que considere a inclusão social, a sustentabilidade, a melhoria em ofertas de empregos, possibilidades para a população se desenvolver e se capacitar profissionalmente, tendo condições de se manter no município e em seus territórios.

O título de Patrimônio Mundial Misto concedido pela UNESC em 2022 evidencia a importância de Paraty tanto em termos culturais quanto ambientais. A candidatura da cidade a este título envolveu órgãos como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o IPHAN, reforçando o valor da biodiversidade e da cultura local. Com quase 149 mil hectares protegidos, incluindo o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, a cidade de Paraty ganha visibilidade

internacional, como um modelo de preservação da natureza e da cultura local, o que pode ajudar a fortalecer o turismo de forma mais sustentável e assegurar a permanência das comunidades locais.

O município de Paraty representa um caso típico de como o desenvolvimento poderá ser compatibilizado com a preservação ambiental e cultural. Sua história e riquezas naturais continuam a atrair turistas e investimentos à cidade, ao mesmo tempo que as populações tradicionais e as comunidades de bairros mais carentes enfrentam desafios relacionados à preservação de sua identidade e bem-estar. A caracterização de Paraty reforça a necessidade de políticas públicas inclusivas, que promovam o crescimento sustentável e garantam que as gerações futuras possam desfrutar do que a cidade oferece de melhor, seja em termos de cultura, da biodiversidade ou na qualidade de vida, no acesso a saúde e educação para a população.

Paraty enfrenta um desafio que é ao mesmo tempo sua maior oportunidade: equilibrar o desenvolvimento econômico e o turismo crescente com a manutenção das heranças culturais e a proteção ambiental. A intensa valorização de sua cultura e o reconhecimento internacional reforçam a atratividade do município, mas essa visibilidade também expõe contradições, como o risco de descaracterização do patrimônio imaterial e o aumento da pressão sobre o meio ambiente. Nesse sentido, o turismo deve ser repensado a partir de um planejamento inclusivo e sustentável, capaz de assegurar o bem-estar das comunidades tradicionais e a conservação da biodiversidade.

A cidade encontra-se em um momento estratégico para fortalecer políticas públicas integradas, que considerem as especificidades dos grupos sociais mais vulneráveis, o contexto de desigualdades históricas e a necessidade de gerar empregos e oportunidades sem comprometer as bases naturais e culturais que dão identidade a Paraty. Investir em capacitação profissional, diversificação econômica, saneamento e infraestrutura adequada, bem como na proteção dos territórios tradicionais, não somente amplia a capacidade do município de absorver o crescimento de forma justa, como também reforça sua posição de referência para o turismo responsável e a economia criativa.

Desse modo, o futuro de Paraty depende da habilidade em canalizar as energias do desenvolvimento urbano, cultural e ambiental em um percurso coerente, no qual a valorização do patrimônio e o respeito às comunidades locais tornem-se ativos centrais do processo de transformação. A partir de um diálogo constante entre poder público, moradores e setor privado, Paraty pode construir um modelo de cidade capaz de inspirar outras localidades, ao combinar o vigor do turismo e a visibilidade internacional com o compromisso inegociável de preservar sua essência cultural e ecológica.

4.7 Niterói (RJ)

Niterói é um município brasileiro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Foi a capital estadual, entre 1834 e 1894 e novamente entre 1903 e 1975. Possui área territorial total de 133,757 Km², população residente estimada em 481.749 habitantes e densidade demográfica de 3.601,67 (IBGE, 2022). De acordo com o censo realizado em 2010, o IDH de Niterói é o maior do estado do Rio de Janeiro com 0,873 e está entre os 10 maiores do Brasil (IBGE, 2022).

Ao comparar os censos realizados nos anos de 2010 (487.562 habitantes) e 2022 (481.749 habitantes) é possível observar um decréscimo populacional, o que pode estar relacionado à migração da população. Esta migração pode ter acontecido pela busca e promessa de melhores condições de vida no município de Maricá ou na possibilidade de redução do custo de vida no município de São Gonçalo. Mesmo Niterói registrando um aumento na taxa de natalidade de 0,3% entre os anos de 2022 e 2023, este aumento não foi suficiente para compensar o decréscimo populacional. A equipe técnica e o Elo de Niterói entendem que o aumento da taxa de natalidade no município não está diretamente relacionado com o número de habitantes, pois muitos moradores de municípios vizinhos como São Gonçalo utilizam os serviços de Niterói. Como não foi encontrada a forma com que os dados sobre natalidade do IBGE são tratados, inferiu-se que na taxa de natalidade estavam inclusos os bebês de mães de outros municípios que vieram ter seus filhos nas maternidades de Niterói.

Niterói é o terceiro município com o maior PIB do estado do Rio de Janeiro com PIB per capita igual a R$128, 3 mil. No entanto, é também o município com a maior desigualdade social do estado com o Índice de Gini igual a 0,59 (Sigeo, 2024). Niterói também se destaca como o município com a maior desigualdade racial do estado, com 42,5% da população composta por pretos e pardos, e maior segregação racial com índice de dissimilaridade igual a 41,7 (Mariani, Roncolato, Ducroquet, & Tonglet, 2019). Embora estes dados não estejam claros nos sites oficiais, a segregação é perceptível quando se analisa a cidade e seus diversos e distintos bairros e favelas. Esta segregação funciona na manutenção do *status quo*, selecionando quem tem acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho, a serviços públicos e a equipamentos culturais.

De acordo com a matéria de Albernaz (2024), publicada no WikiFavelas, Niterói possui 77 favelas. Durante a pesquisa, a equipe técnica e o Elo de Niterói não encontraram nenhuma informação nos sites oficiais. Foi necessária a busca em sites de instituições independentes para encontrar dados como número de habitantes e perfil socioeconômico dos moradores destes territórios. Segundo a fonte acima referenciada, no município, os negros são maioria em relação aos brancos dentre aqueles considerados “pobres” e “muito pobres” e são o grupo predominante entre os moradores das favelas. Segundo o censo de 2010, a renda média de uma pessoa branca era de R$2.552,83, enquanto as negras recebiam R$ 1.028,40. No mesmo ano, 43,29% dos brancos tinham completado o ensino superior, enquanto apenas 15,13% dos negros residentes na cidade tinham alcançado esse mesmo nível de escolaridade.

A prefeitura promove Niterói como uma cidade preocupada com o meio ambiente, com unidades de conservação, espaços verdes de lazer, ruas arborizadas e esgotamento sanitário adequado. No entanto, a percepção dos integrantes do Elo e da equipe técnica, que vivem no território, é que estes dados não condizem com a realidade da maior parte do município. Os bairros da zona norte têm pouquíssima arborização, em contraste com os bairros nobres da Região Praias da Baía e Região Oceânica. E mesmo assim, nos grupos de bairros nas redes sociais os moradores de Icaraí e Santa Rosa registram diariamente denúncias sobre cortes de árvores sadias em suas ruas.

Outro dado controverso é o percentual de 99% do esgoto tratado no município (Prefeitura de Niterói, 2024)[6]. Quando o poder público é questionado do porquê das Lagoas de Piratininga e Itaipu ainda estarem contaminadas, eles destacam que 99% do esgoto que é coletado é tratado. Entretanto, ainda existem muitas casas em territórios de favela e na Região Oceânica que não estão conectadas na rede de esgoto e continuam lançando seu esgoto *in natura* nos rios que desembocam nas lagoas e na Baía de Guanabara. Os integrantes do Elo que são pescadores artesanais de Jurujuba relataram que é comum ver o esgoto não tratado desembocando *in natura* no mar.

A Secretaria do Clima de Niterói (SECLIMA) já apresentou diversas vezes em plenárias municipais, estaduais e até no âmbito federal o seu projeto de tornar Niterói uma cidade com emissão de carbono zero (SECLIMA, 2024). Este projeto foca principalmente em educação ambiental comportamental, na qual o indivíduo é responsável por suas ações, sobretudo, em relação ao gerenciamento de seu lixo. O mais controverso é que o território escolhido para acontecer o projeto piloto é o bairro do Caramujo, lugar onde até hoje existe um lixão em plena atividade e se expandindo, apesar de ilegal, e dos gestores municipais não admitirem este uso, afirmando que no antigo lixão há apenas despejo de restos de poda de árvores. Quando questionados sobre o lixão, o secretário do clima e outros funcionários da prefeitura negam veementemente que o lixão esteja ativo, chegando a afirmar em plenária online que se trata de um aterro sanitário. No entanto, essa posição ignora o mau cheiro e a proliferação de vetores a que os moradores estão submetidos.

Segundo o IBGE, no ano de 2021 a economia de Niterói estava centrada no setor de indústria, responsável por 58,6% do PIB, seguido do setor de serviços, responsável por 33,6% do PIB. Porém, o Boletim de Movimento Econômico publicado em abril de 2023 diz que o setor de serviços é o maior em participação no PIB e geração de emprego em Niterói, com um aumento de 36% entre os anos de 2021 e 2023. O atual prefeito relaciona tal aumento às políticas

[6] Até pouco tempo, a informação que constava no *site* da prefeitura era que Niterói possuía 99% do esgoto tratado. Recentemente, foi atualizado para 100% da população tem acesso a água tratada e 95,5% possuem esgoto coletado e tratado.

públicas, incentivo ao ambiente de negócios e ao investimento em modernização e digitalização do Município (Secretaria da Fazenda de Niterói, 2023).

A análise de Niterói sugere um contexto marcado por contrastes e tensões estruturais, evidenciando que seus indicadores positivos, como o alto IDH e a posição de destaque na economia fluminense, não se traduzem necessariamente em uma realidade homogênea. Embora o município seja celebrado por sua importância histórica, econômica e cultural, as desigualdades sociais e raciais permanecem evidentes, refletidas tanto na distribuição desigual de renda, acesso à educação, moradia digna e serviços básicos, quanto na concentração geográfica da pobreza e da segregação. Além disso, há uma discrepância entre o discurso oficial, que destaca avanços ambientais, e a percepção cotidiana de moradores que enfrentam falta de arborização, saneamento inadequado e a permanência de lixões em áreas vulneráveis.

A complexidade do território revela que o aparente dinamismo econômico e a crescente atração de serviços não têm sido suficientes para superar a manutenção de privilégios e a precarização de determinados espaços urbanos. A promoção de políticas ambientais mais ambiciosas é recebida com ceticismo quando não há coerência entre as metas anunciadas e a realidade dos bairros populares, e as iniciativas de “carbono zero” se tornam questionáveis diante da negação de problemas como lixões ativos e a persistência do lançamento de esgotos sem tratamento em corpos d’água. Esses paradoxos alimentam um clima de desconfiança em relação às ações públicas, fragilizando as promessas de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Para concretizar o potencial de Niterói como um município inovador e socialmente justo, torna-se indispensável adotar uma abordagem integrada e transparente, que reconheça os desafios estruturais e envolva as comunidades locais de forma ativa na formulação de políticas. Apenas ao enfrentar de maneira clara a desigualdade, investir na inclusão social e no saneamento ambiental efetivo e transformar o discurso ambiental em ação concreta é que Niterói poderá evoluir de um cenário marcado por contradições para um modelo inspirador de coesão urbana, respeito à diversidade e sustentabilidade real.

4.8 Maricá (RJ)

Segundo o site do IBGE cidades, a história do desbravamento do município de Maricá remonta às últimas décadas do século XVI. Suas origens permanecem desconhecidas, sabendo-se apenas que os primeiros colonizadores chegaram graças à doação de sesmarias, concedidas na faixa litorânea, compreendida entre Itaipuaçu e as margens da lagoa, no local onde mais tarde surgiu a cidade.

Em 1584, o jesuíta, José de Anchieta, partiu de Cabuçu, com o padre Leitão e um numeroso grupo de indígenas, com destino à lagoa de Maricá, onde ocorreu a célebre “pesca miraculosa” ou “pesca milagrosa”, na qual Anchieta antecipou aos pescadores quais peixes trariam ao barco. Ali já havia sinais da colonização, pois estavam sendo exploradas várias sesmarias.

Onde hoje se localizam o povoado de São José de Imbassaí e a fazenda São Bento, fundada em 1635 por padres beneditinos, surgiram os primeiros núcleos de povoação em Maricá. Às primitivas populações desses dois núcleos deve-se a construção da primeira capela em terras maricaenses, destinada ao culto de Nossa Senhora do Amparo. Os habitantes da região aos poucos se deslocaram para a outra margem da lagoa, que possuía clima mais saudável. Nesse novo local teve origem a Vila de Santa Maria de Maricá, que posteriormente, em 1889 foi elevada a condição de cidade.

De acordo com o IBGE, Maricá é um município localizado na região leste metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Faz limite com os municípios de Itaboraí, São Gonçalo, Rio Bonito, Niterói, Saquarema e Tanguá. Sua extensão territorial é de 361.562 km² dividido em quatro distritos, sendo eles: Maricá (sede), Inoã, Ponta Negra e Itaipuaçu.

O IDH Municipal (que engloba três dimensões: longevidade, educação e renda) em 2010 foi de 0,765. É importante salientar que este índice varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo do número um, maior o desenvolvimento humano.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os setores econômicos que se destacaram em 2022 foram:

Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (8.198 empregados); Comércio Varejista (6.551 empregados); e Serviços Especializados Para Construção (2.955 empregados).

De acordo com o censo de 2010 o município de Maricá possuía 127.461 habitantes. Em 2022 foi registrado um aumento significativo de 54,87% nestes dados contabilizando 197.277 habitantes.

A trajetória de Maricá demonstra a transição de um território com raízes tradicionais para uma realidade mais dinâmica e diversificada, marcada pelo aumento populacional e pela expansão de atividades econômicas orientadas tanto para o setor público quanto para serviços especializados. Essa evolução, impulsionada pelas rendas petrolíferas e associada a uma localização estratégica na região leste metropolitana do Rio de Janeiro, sugere a crescente relevância política, social e cultural do município no contexto regional. Ao mesmo tempo, a consolidação desses novos contornos socioeconômicos coloca em evidência a necessidade de um planejamento urbano e ambiental que considere a disponibilidade de infraestrutura, o uso sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento de mecanismos de participação social.

Diante desse cenário de transformações, um dos principais desafios recai sobre a capacidade de equilibrar o crescimento com a qualidade de vida, buscando assegurar que o avanço econômico não reproduza desigualdades históricas ou promova a especulação imobiliária em detrimento do bem-estar coletivo. Além disso, a complexidade própria de um território em contínua expansão demanda a articulação entre poder público, iniciativa privada e comunidade local, de modo a garantir a diversificação das bases econômicas, a ampliação de serviços essenciais e o aprimoramento da mobilidade e da conectividade interna e regional.

Ao integrar esforços para a implantação de políticas de longo prazo, Maricá encontra a oportunidade de converter seu dinamismo em um modelo de desenvolvimento equilibrado e inclusivo. O fortalecimento da educação, a qualificação da mão de obra, o estímulo ao empreendedorismo e a consolidação de iniciativas culturais e turísticas podem compor uma agenda estratégica. Dessa forma, o município poderá não apenas consolidar sua posição de

crescente relevância, mas também tornar-se um espaço capaz de inspirar outras localidades na construção de um futuro mais justo, sustentável e coerente com sua rica história e diversidade social.

4.9 Guapimirim (RJ)

O município de Guapimirim possui 358.443 km² de área, dos quais 173.710 km² (48%) estão classificados como Zona Rural (IBGE 2010). Esses dados não apontam qual a cobertura de mata nativa no município. De acordo com a Prefeitura Municipal de Guapimirim[7], 70% do território é coberto por Mata Atlântica. A área do município de fato está inserida em duas unidades de conservação extremamente relevantes para a preservação da biodiversidade e que compõem o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense[8] (Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos e Área de Proteção Ambiental Guapimirim). No entanto, segundo a perspectiva subjetiva da equipe e de integrantes do Elo que moram na região serrana e baixada litorânea, há uma significativa extensão do território municipal desmatada ou coberta por vegetação em estágio inicial de desenvolvimento. Não há dados oficiais disponíveis sobre as propriedades rurais do município.

A população do município, segundo a comparação entre os censos de 2010 e 2022, praticamente não oscilou (51.483 para 51.696 habitantes), enquanto o orçamento municipal entre 2017 e 2022 aumentou, aproximadamente – a depender do método adotado –, duas vezes (de R$ 171,3 para R$ 433,3 milhões). Em relação aos valores corrigidos[9] pela inflação o aumento é de R$ 220,4 a R$ 290,5 milhões. Ou seja, houve aumento real de arrecadação. Por outro lado, o PIB entre os anos de 2010 e 2022, ainda que tenha dobrado (de R$ 620,0 milhões para R$ 1,3 bilhões), está dentro da amplitude prevista a partir da correção da inflação (R$ 1,10 a R$ 1,5 milhões). O mesmo ocorreu com o salário médio dos trabalhadores formais, cujo valor,

[7] https://guapimirim.rj.gov.br/a-cidade/
[8] https://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/quem-somos/mosaico-central-fluminense.html
[9] https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1

segundo o IBGE (2022), é de R$ 1.900,00, o que equivale ao limite inferior da variação do valor corrigido no período (R$ 1.900,00 a R$ 2.400,00), ainda assim acima do salário-mínimo vigente. Segundo esta mesma fonte, a população ocupada em 2022 perfazia 22,24%.

Os dados abertos do IBGE não indicam o resultado do IDH de Guapimirim após o censo de 2022. Nesse sentido, a equipe estimou o IDH para os anos de 2010 e 2022 a partir da metodologia usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2024) considerando a expectativa de vida média de um brasileiro e adaptando o cálculo do grau de escolaridade de acordo com os únicos dados disponíveis (Índice da Educação Básica). O valor do IDH calculado não corresponde com o apresentado pelo IBGE em 2010, mas possui robustez matemática (memória de cálculo disponível) para viabilizar uma análise temporal, como pode ser observado na tabela a seguir.

PIB per capita - PNUD		
Indicador	**Ano 2010 USD 1 = R$ 1,70**	**Ano 2022 USD 1 = R$ 5,40**
Renda per capita	0,64	0,56
Expectativa de vida	0,83	0,85
Escolaridade	0,33	0,45
IDH	0,60	0,62

Tabela 4: IDH de Guapimirim. Censo de 2010 – IBGE.

A princípio, o aumento no IDH parece ser algo positivo para o município, todavia, ao observar-se as variáveis que o compõem, a influência do grau de escolaridade sobre o valor final torna-se nítida. As amostras municipais registradas em 2010 e 2022 apresentam variação drástica para o IDEB em função do aumento do número de estudantes cursando o ensino médio (em 2010 não houve registro além do segundo segmento do ensino fundamental). Haja vista, a variação positiva do IDH pode mascarar uma possível concentração de renda no período analisado (mesmo que se considere a variação cambial) e por certo olvida o aumento significativo dos gastos públicos "*sem aumento da*

qualidade de vida dos munícipes"[10]*.* A dificuldade de acesso à água e tratamento de esgoto extensamente ilustrada nos relatórios municipais se refletem nos dados do IBGE (2022) em relação ao número de domicílios com acesso à rede de água entre os anos de 2010 (6.647) e 2022 (8.621).

Ademais, é imperativo ressaltar que os Sujeitos da Ação Educativa (SAE) disseram discordar do número de habitantes levantado pelo IBGE. Em sua percepção, houve aumento populacional e de tráfego de veículos, o que justificaria a sensação de adensamento. Os sujeitos da ação educativa, por outro lado, corroboraram os únicos dados disponíveis (PNUD 2010) sobre a ocupação econômica dos munícipes. Consideram, segundo sua vivência, que ao menos 80% da economia municipal está ligada no comércio e prestação de serviços.

Comentários de Consolidação

A composição da apresentação dos municípios nos documentos apresentou relativa diversidade, com a recorrência de apresentação de dados básicos sobre a demografia (composição da população e estratificação), geografia (localização e composição do território) e economia (PIB per capita, orçamento total e áreas mais relevantes do setor produtivo) referenciados pelo IBGE em boa parte dos estudos.

A análise de Guapimirim evidencia um quadro marcado por incertezas e contradições quanto à dinâmica socioeconômica do município. Apesar de uma variação praticamente nula na população entre 2010 e 2022 e um aumento significativo de arrecadação orçamentária, os resultados não são plenamente refletidos em melhorias abrangentes na qualidade de vida. O cálculo do IDH, mesmo não oficial, indica uma evolução tímida e possivelmente distorcida pela maior oferta de educação formal, sem assegurar que a distribuição de renda e o acesso a serviços básicos tenham avançado na mesma proporção. Além disso, a falta de dados confiáveis sobre cobertura vegetal, situação fundiária das propriedades rurais e a percepção divergente dos habitantes quanto ao real crescimento populacional reforçam a dificuldade de obter um diagnóstico preciso do município.

[10] Afirmação referendada durante as oficinas destinadas à construção do diagnóstico municipal.

O cenário sugere a necessidade de políticas públicas mais transparentes e integradas, que considerem tanto a proteção ambiental quanto as condições socioeconômicas e a equidade no acesso a infraestruturas essenciais, como água, esgoto e equipamentos sociais. O aumento da arrecadação, por exemplo, levanta questionamentos sobre a efetiva alocação de recursos, a qualidade dos gastos e sua capacidade de promover desenvolvimento sustentável e inclusivo. A disparidade entre a aparência estática da população e a percepção de adensamento urbano também aponta para lacunas nos métodos de coleta e análise de dados oficiais.

Portanto, Guapimirim enfrenta o desafio de consolidar uma base de informações mais fidedigna, que permita aos gestores e à sociedade civil compreender melhor as dinâmicas locais. Somente com uma análise mais acurada da realidade socioeconômica e ambiental será possível desenhar estratégias eficientes, pautadas em evidências, capazes de fomentar um crescimento ordenado, reduzir as desigualdades e assegurar que o progresso se traduza efetivamente em bem-estar para os munícipes.

4.10 Síntese da caracterização dos municípios

Os municípios de Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Ilhabela e Caraguatatuba, todos localizados no estado de São Paulo, possuem características regionais distintas, mas compartilham a presença significativa de áreas naturais protegidas. Iguape, no Vale do Ribeira, é a maior extensão territorial do estado e possui um centro histórico tombado pelo IPHAN. Ilha Comprida, parte do complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, é reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Cananéia, o primeiro povoado do Brasil, também possui uma rica história e áreas protegidas. Ilhabela, um arquipélago no Litoral Norte, é em grande parte coberta pela Mata Atlântica e protegida pelo Parque Estadual de Ilhabela. Caraguatatuba, situada no litoral norte, é uma estância balneária com uma área significativa de Mata Atlântica e faz parte do Parque Estadual da Serra do Mar.

Socialmente, esses municípios apresentam uma diversidade cultural significativa, com representações de populações indígenas, quilombolas e caiçaras. Iguape tem uma população de 29.115 habitantes, com desafios na infraestrutura urbana e saneamento básico. Ilha Comprida, com 13.419 habitantes, enfrenta desafios na saúde e educação, além de um desequilíbrio fiscal. Cananéia, com 12.289 habitantes, destaca-se pela presença de comunidades tradicionais, mas enfrenta diversas limitações em termos da oferta de serviços públicos aos seus cidadãos. Ilhabela, com uma população de aproximadamente 35.371 pessoas, é marcada pela diversidade étnica e muita urbanização. E, Caraguatatuba, com 134.873 habitantes, possui um IDH alto e uma economia diversificada, marcada pela implantação da indústria de óleo e gás natural na região, sabidamente um forte indutor de crescimento econômico que carrega consigo desafios para o desenvolvimento urbano, social e ambiental do município.

Os desafios enfrentados pelos municípios paulistas abrangidos pelo PEA Rendas incluem a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a preservação ambiental. E segundo os estudos realizados pela equipe técnica em conjunto com os Elos, os desafios que merecem destaque são:

- Iguape precisa melhorar a infraestrutura de saúde e saneamento;
- Ilha Comprida deve focar na sustentabilidade e no desenvolvimento do turismo;
- Cananéia enfrenta a dependência de atividades econômicas pouco diversificadas e a falta de dados confiáveis;
- Ilhabela precisa lidar com a urbanização acelerada e a especulação imobiliária; e
- Caraguatatuba deve gerenciar a expansão urbana e industrial com cautela para proteger seus recursos naturais.

Já estado do Rio de Janeiro, Paraty, Niterói, Maricá e Guapimirim são aqueles municípios onde o PEA Rendas está presente. Eles também

apresentam características regionais e desafios semelhantes àqueles observados no Estado de São Paulo.

Paraty, no litoral sul, é conhecida por sua relevância cultural e ambiental, atraindo muitos turistas. Niterói, localizada na região metropolitana, é aquela com a maior população entre os municípios de atuação do PEA Rendas, além de apresentar IDH de 0,873. Contudo esse indicador de fato não evidencia a desigualdade social e racial vivenciada no município. Maricá, também localizada na região metropolitana, tem uma história que remonta ao século XVI, uma economia diversificada e enfrenta os maiores desafios dos impactos proporcionados pelas rendas petrolíferas. Guapimirim, localizada entre a região metropolitana e a região serrana do estado, possui uma área significativa de Mata Atlântica, importantes unidades de conservação, além da presença de dutos essenciais para o transporte e escoamento de óleo e gás natural.

Socialmente, Paraty tem uma população de 45.243 habitantes, com uma diversidade étnica e cultural significativa. Niterói é aquela com maior população com 481.749 habitantes. Além disso a cidade possui 77 favelas, onde a maioria dos moradores são negros e enfrentam condições socioeconômicas desafiadoras. Maricá, com 197.277 habitantes, apresenta um crescimento populacional expressivo e um IDH relativamente alto. Guapimirim, com uma população estável de 51.696 habitantes, enfrenta desafios na qualidade de vida e na distribuição de renda.

Os desafios enfrentados pelos municípios fluminenses abrangidos pelo PEA Rendas incluem a necessidade de políticas públicas integradas que considerem a proteção ambiental e a inclusão social. E segundo os estudos realizado pela equipe técnica em conjunto com os Elos, os desafios que merecem destaque são:

- Paraty precisa equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação de seus recursos naturais e culturais;
- Niterói precisa enfrentar as desigualdades sociais e raciais, melhorar a infraestrutura de saneamento e resolver questões

ambientais, a partir da inclusão social e da promoção de um desenvolvimento realmente sustentável;

- Maricá deve evitar a reprodução de desigualdades históricas e a especulação imobiliária em função do crescimento populacional, vivenciado desde o crescimento do recebimento das rendas petrolíferas; e
- Guapimirim necessita de uma base de informações mais precisa para desenhar estratégias eficientes de crescimento.

As características municipais, tanto dos municípios de São Paulo quanto as do Rio de Janeiro abrangidos pelo PEA Rendas, apresentam desafios semelhantes relacionados ao equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Em alguns casos esses desafios estão diretamente interligados com a indústria do petróleo e gás natural, como é o caso de Caraguatatuba e Ilhabela no litoral norte de SP, bem como Niterói, Maricá e Guapimirim no estado do Rio de Janeiro.

A diversidade cultural e a presença de comunidades tradicionais são características comuns, assim como a necessidade de políticas públicas integradas e sustentáveis para garantir a qualidade de vida e a proteção dos recursos naturais, que podem ser impulsionadas com boas práticas de transparência e com o controle social fomentado nos Elos municipais pelo PEA Rendas.

V. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM AS ESTRUTURAS DA INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS NATURAL (O&G)

5.1 Iguape (SP)

A análise de Iguape (SP) em relação à sua participação na indústria de petróleo e gás natural revela um cenário multifacetado. Embora o município não possua instalações diretas de exploração ou escoamento, ele se beneficia financeiramente por meio de compensações econômicas, como *royalties* e participações especiais provenientes da produção da indústria. De acordo com

os RIMAs das etapas do Pré-Sal, especialmente a Etapa 4 (2024), essas receitas são classificadas como de importância média, com um impacto cuja natureza oscila entre positiva e negativa. Esse caráter ambíguo está diretamente relacionado à qualidade e à eficiência da gestão pública na aplicação desses recursos (ANP, 2024).

Apesar da ausência de Iguape e Ilha Comprida no Estudo de Impacto ambiental para a atividade de produção e escoamento de petróleo e gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 4, as compensações financeiras provenientes das rendas petrolíferas representam uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento local. No entanto, essa oportunidade traz consigo desafios, como o risco de dependência econômica de recursos não renováveis e a necessidade de gestão transparente e responsável.

Nesse contexto, a implementação do PEA Rendas do Petróleo desponta como uma medida para maximizar os benefícios e mitigar os riscos. O programa busca promover a participação popular no monitoramento, na divulgação e no debate sobre a alocação desses recursos, fortalecendo o controle social e garantindo maior transparência. Essa abordagem permite que os recursos sejam direcionados a áreas prioritárias, como infraestrutura urbana, saneamento básico, educação e saúde, traduzindo as compensações financeiras em melhorias estruturais e sociais para o município.

Além disso, estratégias complementares, como o Programa Macrorregional de Caracterização de Rendas Petrolíferas (PMCRP), têm um papel central no monitoramento e na análise dos impactos econômicos e sociais dessas Rendas.

Assim, enquanto as rendas petrolíferas oferecem a Iguape uma oportunidade única de impulsionar seu desenvolvimento socioeconômico, sua gestão deve ser pautada por planejamento estratégico, transparência e diversificação econômica. A criação de um fundo soberano municipal, por exemplo, pode garantir que os recursos sejam aplicados de forma sustentável, gerando benefícios de longo prazo para a população. Ao integrar essas iniciativas a um modelo de governança participativa, Iguape pode transformar os desafios associados às Rendas Petrolíferas em um motor de desenvolvimento

sustentável, promovendo maior equidade e qualidade de vida para seus habitantes.

5.2 Ilha Comprida (SP)

A análise de Ilha Comprida (SP) em relação às Rendas Petrolíferas evidencia uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do município, mesmo na ausência de instalações diretas da indústria de petróleo e gás. Como receptor dessas receitas, Ilha Comprida enfrenta um cenário dual, em que os impactos podem ser tanto positivos quanto negativos, dependendo diretamente da qualidade da gestão pública e da aplicação desses recursos. Segundo os RIMAs das Etapas 3 e 4 do Licenciamento Ambiental do Pré-Sal (2017; 2024, os *royalties* representam uma compensação financeira pela exploração de recursos naturais não renováveis, permitindo investimentos em saúde, educação e infraestrutura, desde que geridos de forma eficiente e transparente.

Apesar das oportunidades, os desafios são igualmente significativos. A dependência econômica de recursos não renováveis é um risco central, uma vez que a finitude das reservas pode comprometer a sustentabilidade a longo prazo. Além disso, dificuldades relacionadas à transparência e à eficácia na aplicação dos recursos podem limitar o potencial transformador dessas receitas. Esses pontos críticos reforçam a necessidade de uma abordagem estratégica para maximizar os benefícios e mitigar os riscos associados às rendas petrolíferas.

Medidas de mitigação sugeridas nos relatórios incluem o PEA Rendas do Petróleo, que tem como objetivo fortalecer o controle social e promover uma aplicação responsável dos recursos. Complementando essa iniciativa, o PMCRP se destaca ao caracterizar e monitorar a geração, distribuição e dependência dessas receitas nos orçamentos públicos municipais, além de avaliar a efetividade de mecanismos de controle social existentes.

Assim, enquanto as rendas petrolíferas oferecem a Ilha Comprida uma base financeira significativa para o progresso socioeconômico, sua gestão requer uma abordagem pautada em planejamento de longo prazo, transparência

e diversificação econômica. A adoção de instrumentos como fundos soberanos municipais e políticas de desenvolvimento sustentável pode contribuir para assegurar que os benefícios dessas receitas se estendam além do horizonte das atividades extrativas, promovendo equidade e qualidade de vida para os habitantes de Ilha Comprida. Somente uma governança participativa e estratégica permitirá ao município transformar desafios em oportunidades, garantindo um futuro mais próspero e sustentável.

5.3 Cananéia (SP)

A análise do município de Cananéia em relação aos impactos associados à exploração de petróleo e gás natural revela um contexto de efeitos indiretos e secundários, considerando que o município não possui instalações industriais petrolíferas e não se encontra diretamente vinculado às operações de produção e escoamento na Bacia de Santos. No entanto, os recursos advindos dos *royalties* do petróleo configuram um impacto econômico significativo, que pode ser positivo ou negativo dependendo da qualidade da gestão municipal e da aplicação desses valores.

De acordo com o RIMA da atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3 (Revisão 1), as operações da Etapa 3 são projetadas para ampliar o capital circulante na economia local, contribuindo para o aumento da capacidade de investimento dos municípios beneficiados, como Cananéia. Esses *royalties* podem ser direcionados para fortalecer áreas prioritárias, como infraestrutura, saúde, educação e preservação ambiental, desde que haja um planejamento estratégico e transparente.

No entanto, desafios específicos emergem no contexto de Cananéia, especialmente em relação ao setor pesqueiro, que é um dos pilares econômicos e culturais do município. Embora o RIMA da Etapa 3 não identifique impactos diretos na pesca local, há preocupações legítimas por parte do setor pesqueiro e dos órgãos ambientais sobre os possíveis efeitos das atividades petrolíferas nos processos biológicos da ictiofauna. Os ciclos de reprodução, migração e

alimentação das espécies-alvo da pesca comercial podem ser afetados de maneira indireta, comprometendo a sustentabilidade do recurso pesqueiro no longo prazo. Essas preocupações foram levantadas em relatórios técnicos elaborados pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo e pelo Grupo de Trabalho do Pré-Sal, destacando a necessidade de ampliar as discussões sobre os impactos das operações de petróleo e gás para além das áreas de trabalho da frota pesqueira, considerando os ecossistemas marinhos como um todo. (Informação Técnica Fundação Florestal, Grupo de Trabalho Pré-sal 2018; Fundação Florestal, 2021).

Nesse contexto, a gestão dos *royalties* do petróleo em Cananéia exige uma abordagem integrada e estratégica. É crucial que esses recursos sejam aplicados de forma a mitigar possíveis impactos ambientais e promover a sustentabilidade das atividades econômicas locais, especialmente da pesca. A implementação de programas de monitoramento contínuo e medidas compensatórias específicas para a conservação dos recursos pesqueiros pode ser uma solução eficaz. Além disso, a promoção de mecanismos de controle social e de participação da comunidade na alocação dos recursos financeiros é essencial para garantir que os investimentos reflitam as prioridades reais do município.

Portanto, Cananéia se encontra em uma posição estratégica para transformar os recursos provenientes das Rendas Petrolíferas em um vetor de desenvolvimento sustentável, desde que articule a conservação ambiental com o fortalecimento das atividades econômicas tradicionais e a melhoria da qualidade de vida da população. Ao enfrentar os desafios com transparência e planejamento, o município pode garantir que os benefícios do petróleo e gás contribuam para um futuro mais equilibrado e resiliente.

5.4 Ilhabela (SP)

Ilhabela, localizada no litoral norte do estado de São Paulo, é um município com relevante participação na cadeia produtiva de petróleo e gás natural devido à presença de campos de exploração na sua área territorial. Entre

os campos de destaque estão Bacalhau, Lapa, Mexilhão e Sapinhoá, operados por empreendimentos do tipo *Floating Production Storage and Offloading* (FPSO)[11] como o FPSO Cidade de Ilhabela, em operação desde 2014, e o FPSO Cidade de São Paulo, em operação desde 2013. Esses equipamentos possuem elevada capacidade produtiva, consolidando Ilhabela como uma zona estratégica para a produção de hidrocarbonetos na Bacia de Santos. O município também é atravessado pelos dutos da Rota 1, que interligam o poço de Mexilhão à Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba, passando entre as Ilhas de Vitória e Búzios.

De acordo com o RIMA de março de 2022, Ilhabela é classificada como uma Zona de Produção Principal, abrigando, além de poços produtores, mais de três instalações industriais responsáveis pelo processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural. A proximidade do Canal de São Sebastião, onde estão localizados o Porto de São Sebastião e o Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR), amplia a relevância do município como ponto estratégico para o escoamento do petróleo extraído na região do Pré-Sal.

Apesar dos benefícios econômicos provenientes dessa integração à cadeia do petróleo, como o recebimento de Rendas Petrolíferas, o município enfrenta desafios significativos. Estudos do RIMA da Etapa 4 do Pré-Sal destacam impactos negativos associados ao tráfego marítimo, incluindo navios de apoio e navios aliviadores, que podem interferir nas áreas pesqueiras locais. Embora esses navios não sejam licenciados nos mesmos processos das plataformas, sua atividade é monitorada como parte das condicionantes ambientais, o que inclui o Programa de Monitoramento do Tráfego de Embarcações. Esse programa busca mapear rotas e gerar informações úteis para mitigar conflitos entre a atividade petrolífera e outras atividades locais, como a pesca e o turismo.

[11] FPSO é a sigla em inglês para *Floating Production Storage and Offloading*, que significa unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência

Ilhabela também é contemplada por diversos projetos ambientais e sociais que integram as condicionantes da Licença de Operação da Petrobras na Bacia de Santos. Entre esses, destacam-se:

- **Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP)**, que busca monitorar os impactos sobre as comunidades pesqueiras locais;
- **Programa de Monitoramento de Praias (PMP)**, que inclui o acompanhamento de mamíferos, répteis e anfíbios;
- **Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (PEA – Projeto Redes)**, que fortalece comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas;
- **Projeto de Educação Ambiental Rendas do Petróleo (PEA Rendas do Petróleo)**, que promove a transparência e o debate público sobre a aplicação das Rendas Petrolíferas.

Esses programas têm como objetivo principal monitorar e mitigar os impactos socioambientais decorrentes das atividades petrolíferas e fortalecer a gestão ambiental no município. Por meio de processos educativos e metodologias participativas, principalmente os PEAs visam abordar os conflitos socioambientais específicos do território e promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

Ilhabela se encontra, portanto, em uma posição estratégica para maximizar os benefícios econômicos gerados pela exploração de petróleo e gás, ao mesmo tempo em que enfrenta o desafio de mitigar os impactos ambientais e sociais associados. A implementação eficaz dos programas condicionantes e a utilização transparente e eficiente das Rendas Petrolíferas são fundamentais para assegurar que as atividades petrolíferas contribuam para o desenvolvimento sustentável do município, preservando seu rico patrimônio natural e cultural.

5.5 Caraguatatuba (SP)

Caraguatatuba, localizada no litoral norte de São Paulo, desempenha um papel estratégico na cadeia produtiva de petróleo e gás natural, abrigando a UTGCA, uma das mais importantes instalações da Petrobras. Com uma área de 735.150 m² no bairro Pontal Santa Marina, próximo à região central da cidade, a UTGCA entrou em operação em 2011, consolidando-se como um ponto-chave no processamento e distribuição de gás natural e seus derivados.

A unidade é diretamente responsável pelo processamento da produção da Plataforma Mexilhão (PMXL-1), localizada no campo Mexilhão, a cerca de 145 km da costa e a uma profundidade de 172 metros. Este campo possui uma capacidade de produção diária que chega a 20 milhões de m³ de gás natural e 20 mil barris de condensado (C5+). Além disso, a Plataforma Mexilhão recebe produção de outras FPSO, incluindo FPSO Cidade de Santos, FPSO Cidade de Paraty, FPSO Cidade de Angra dos Reis e FPSO Cidade de São Paulo, ampliando significativamente o volume processado na UTGCA.

Após o processamento no complexo, o gás natural é transportado por meio do gasoduto GASTAU, que liga Caraguatatuba a Taubaté, onde o gás é integrado à malha de gasodutos da Petrobras para distribuição. O condensado (C5+), a fração líquida do gás, é transportado em carretas até a Refinaria Henrique Lage (REVAP), localizada em São José dos Campos. Desde 2015, o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), produzido na UTGCA, também passou a ser enviado para São José dos Campos por meio do oleoduto Caraguatatuba-Vale do Paraíba (OCVAP I), ampliando a eficiência logística e reduzindo custos operacionais.

Essa infraestrutura robusta não apenas destaca Caraguatatuba como um eixo essencial na exploração e processamento de gás natural, mas também traz impactos econômicos e sociais significativos para a região. A presença da UTGCA contribui para o fortalecimento da arrecadação municipal por meio de rendas petrolíferas, além de gerar empregos diretos, indiretos e fomentar o desenvolvimento econômico local. No entanto, também exige uma gestão ambiental e urbana cuidadosa para mitigar potenciais impactos negativos

associados à atividade industrial, como a pressão sobre a infraestrutura local e os riscos ambientais.

A operação integrada entre a UTGCA e os demais componentes da cadeia produtiva do petróleo e gás, desde a exploração no mar (*offshore*) até o transporte e distribuição terrestre, exemplifica o papel estratégico de Caraguatatuba no setor energético nacional. Ao mesmo tempo, reforça a importância de políticas públicas que assegurem a utilização sustentável e transparente dos recursos gerados, promovendo benefícios duradouros para a comunidade local e para o meio ambiente.

5.6 Paraty (RJ)

Paraty, localizada na costa sul do estado do Rio de Janeiro, não possui estruturas diretas da indústria de petróleo e gás em seu território. No entanto, sua proximidade com importantes instalações, como o Terminal Marítimo Maximiano da Fonseca (TEBIG) em Angra dos Reis, a 107 km ao norte, e o Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) em São Sebastião, a 151 km ao sul, além da UTGCA em Caraguatatuba, a 138 km ao sul, coloca o município em uma posição sensível aos impactos indiretos das atividades petrolíferas.

Paraty é afetada, principalmente, por episódios de vazamentos de hidrocarbonetos provenientes de instalações próximas, como o TEBIG, que podem atingir sua costa devido à proximidade marítima. Além disso, estudos de modelagem hidrodinâmica indicam que, em cenários de derramamento de petróleo sem medidas de contingência, as áreas de pesca no município poderiam ser significativamente impactadas. Esse contexto ressalta a vulnerabilidade das comunidades pesqueiras locais, que dependem da pesca artesanal como fonte de sustento, tanto ao risco de contaminação ambiental quanto ao tráfego de embarcações ligadas aos empreendimentos petrolíferos.

O tráfego de navios de apoio e navios aliviadores, essenciais para o transporte do petróleo produzido nas plataformas *offshore* da Bacia de Santos, também exerce pressões sobre as áreas de pesca e o ecossistema marinho de Paraty. Apesar de não serem diretamente licenciados nos mesmos processos

dos navios-plataformas, essas embarcações são consideradas indiretamente no licenciamento ambiental, em programas como o Monitoramento do Tráfego de Embarcações. Esse tipo de monitoramento busca identificar as rotas principais dessas embarcações e fornecer subsídios para a implementação de outras condicionantes ambientais, como pode ser observado na figura a seguir.

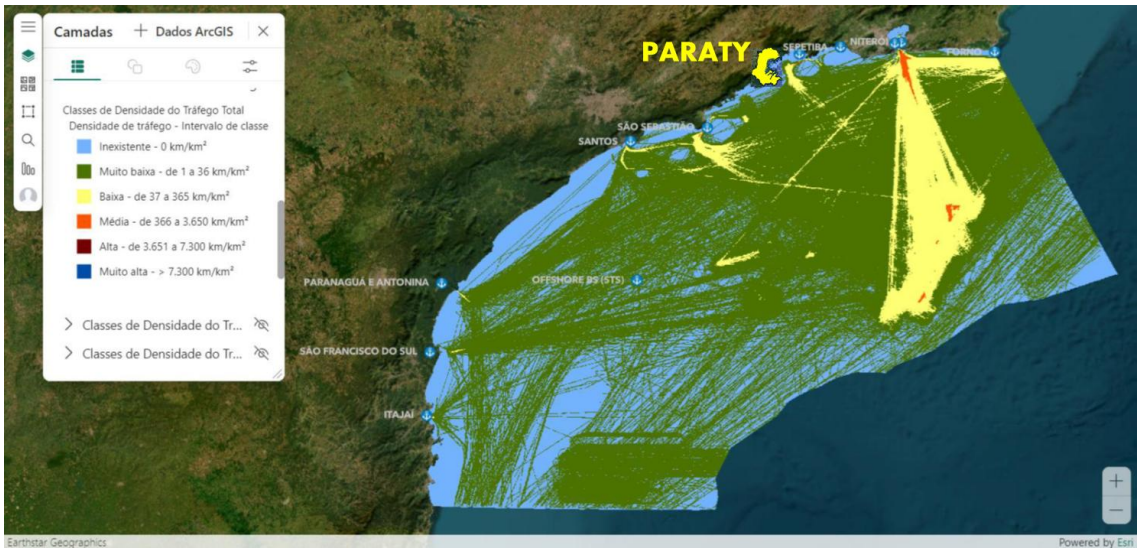


Figura 2: Densidade do Tráfego Total de embarcações a serviço da Petrobras – 2023. Fonte: Programa de Monitoramento do Tráfego de Embarcações PMTE – Petrobras

Paraty ainda é contemplada por uma série de projetos ambientais condicionantes, inseridos nas Licenças de Operação da Petrobras para os empreendimentos da Bacia de Santos. Entre os projetos estão PMAP PMP, que avaliam os impactos sobre a fauna marinha e os habitats costeiros, monitorando espécies de mamíferos, répteis e anfíbios. Dois PEAs também estão presentes no território:

- PEA Costa Verte – Projeto Redes, que fortalece comunidades tradicionais como caiçaras, quilombolas e indígenas; e
- PEA Rendas do Petróleo, que promove discussões sobre o recebimento e a gestão de Rendas Petrolíferas.

Essas iniciativas, principalmente os PEAs, visam mitigar os impactos negativos das atividades petrolíferas, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das comunidades locais. Por meio de processos educativos e metodologias participativas, os PEAs buscam fomentar a gestão ambiental integrada e abordar os conflitos socioambientais característicos da região. No entanto, a continuidade e a eficácia dessas ações dependem de um monitoramento rigoroso, de recursos suficientes e do envolvimento ativo das comunidades, garantindo que Paraty possa equilibrar a preservação de sua rica biodiversidade com as pressões econômicas e ambientais do setor de petróleo e gás.

5.7 Niterói (RJ)

Niterói, situada estrategicamente na Baía de Guanabara, desempenha um papel significativo no apoio às operações da indústria de petróleo e gás no Brasil, especialmente devido ao Porto de Niterói e aos estaleiros localizados na Ilha da Conceição. Inicialmente voltado para a importação de trigo, o porto ampliou suas operações em 2005, tornando-se um ponto estratégico para a movimentação de carga geral, reparo naval e, sobretudo, suporte logístico para as atividades *offshore*, atendendo empresas nacionais e internacionais do setor de óleo e gás (Autoridades Portuária Portos Rio, 2018; Companhia Docas do Rio de Janeiro, 2019).

Os estaleiros e empresas privadas instalados na Ilha da Conceição também operam como bases de apoio às atividades de exploração e produção, fortalecendo o papel de Niterói como um elo fundamental na cadeia de suprimentos da indústria. Contudo, apesar da geração de expectativas em torno do aumento do emprego local, a absorção de mão de obra da região, especialmente pescadores e moradores, foi limitada. Essa realidade gerou insatisfação entre as comunidades locais, que relatam impactos significativos em seus meios de subsistência.

Um dos principais problemas enfrentados pelos pescadores artesanais da Ilha da Conceição e do Centro de Niterói é o aumento do tráfego de embarcações

grandes, como navios de apoio, sondas de perfuração e navios aliviadores, necessários às operações marítimas (*offshore*). Esse tráfego intensificado tem provocado a degradação da qualidade da água e a alteração na dinâmica dos cardumes, obrigando os pescadores a buscarem o pescado em áreas mais distantes. Além disso, as chamadas "áreas de exclusão", destinadas exclusivamente à navegação e operações industriais, reduzem ainda mais as zonas disponíveis para a pesca, intensificando os conflitos pelo uso do espaço marítimo.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o RIMA da Etapa 3 do Pré-Sal, a Baía de Guanabara está localizada em uma rota de alta densidade de navegação, conectando as atividades da Bacia de Santos, a pelo menos 170 km da costa, às bases terrestres no estado do Rio de Janeiro. Embora essas rotas sejam essenciais para a exploração e produção de petróleo e gás, elas sobrecarregam a infraestrutura marítima local, exacerbando os desafios enfrentados pelos pescadores e demais usuários do espaço marítimo (IBAMA, 2017).

Os impactos das operações da indústria petrolífera em Niterói destacam a necessidade de estratégias de mitigação que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação dos modos de vida das comunidades tradicionais. Medidas como o fortalecimento de programas de monitoramento ambiental, a implementação de políticas compensatórias para as comunidades impactadas e o estabelecimento de diálogo constante entre as empresas do setor, o poder público e os pescadores podem reduzir as tensões e promover uma gestão mais equilibrada do espaço marítimo.

Apesar de seu papel de destaque na cadeia de petróleo e gás, Niterói enfrenta o desafio de alinhar as demandas do setor com as necessidades de sua população e a sustentabilidade ambiental. A criação de mecanismos mais robustos de participação social, combinados com iniciativas de fortalecimento das economias locais, é fundamental para garantir que o desenvolvimento industrial contribua de forma equitativa e sustentável para o bem-estar da comunidade e a preservação da Baía de Guanabara.

5.8 Maricá (RJ)

Maricá, município localizado na região leste fluminense, tem se destacado como uma peça estratégica na cadeia de produção e logística da indústria de petróleo e gás no Brasil, especialmente com o início das operações do empreendimento Rota 3 e o emissário submarino associado ao Complexo de Energias Boaventura (antigo Comperj e Polo GasLub) de Itaboraí. Esse papel reforça a importância do município no escoamento de gás natural e no gerenciamento de resíduos industriais, mas também traz à tona desafios significativos de ordem ambiental, social e econômica que precisam ser enfrentados com uma abordagem integrada e sustentável.

O Gasoduto Rota 3, cuja construção foi iniciada em 2019, conecta o Complexo de Energias Boaventura à região litorânea de Itaipuaçu, em Maricá, representando uma infraestrutura essencial para o escoamento do gás natural da Bacia de Santos. Durante sua construção e operação, o gasoduto gerou pressões significativas na infraestrutura urbana e impactos no patrimônio histórico, conforme apontado nos RIMAs. Embora essas instalações tragam benefícios econômicos, como o recebimento de rendas petrolíferas e o aumento da arrecadação tributária, os impactos negativos na cidade demandam políticas públicas eficazes para mitigar os efeitos negativos e maximizar os ganhos para a população.

O aeroporto de Maricá também desempenha um papel crucial na logística do setor petrolífero, com operações aéreas de apoio às plataformas da Petrobras na Bacia de Santos. Desde 2023, o aeroporto tem recebido investimentos para expansão de suas atividades, e em 2024, tornou-se o terceiro maior em movimentação de passageiros ligados à Petrobras, atendendo 536 voos mensais. Essa integração à cadeia logística representou um ganho logístico para o campo de Búzios, mas também trouxe repercussões sociais significativas. A intensificação dos voos resultou em ruídos excessivos, gerando incômodo para os moradores do entorno, muitos dos quais reivindicam soluções imediatas para os impactos na qualidade de vida.

As reclamações dos moradores foram formalizadas em uma recomendação do Ministério Público Federal (MPF) em novembro de 2024, que exigiu da prefeitura e da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR) a realização de estudos de impacto ambiental, zoneamento de ruídos e medidas de mitigação, incluindo a relocalização das operações de pouso e decolagem para áreas mais distantes de zonas residenciais. Medidas paliativas, como a plantação de bambu para conter o som, foram anunciadas, mas a comunidade continua demandando uma resposta mais abrangente que concilie o desenvolvimento do município com o bem-estar de sua população.

Além das infraestruturas associadas ao petróleo e gás, Maricá também recebe rendas petrolíferas na modalidade de ZPP, que representam uma oportunidade de alavancar o desenvolvimento econômico e social. No entanto, esses recursos precisam ser geridos de forma transparente e estratégica para evitar a dependência econômica de uma atividade finita e vulnerável às flutuações do mercado global. A implementação de programas como o PEA Rendas do Petróleo desempenha um papel fundamental na promoção do controle social e na garantia de que esses recursos sejam aplicados de maneira responsável e direcionados a áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura.

Durante uma reunião do Comitê Comunitário de Maricá, promovida pela Petrobras em outubro de 2024, moradores e representantes de organizações locais expressaram preocupações sobre os impactos ambientais e sociais associados às operações industriais e logísticas no município. Esse diálogo evidencia a importância de envolver a comunidade no planejamento e execução de políticas públicas que promovam o equilíbrio entre os benefícios econômicos do setor e a preservação ambiental e social.

Maricá encontra-se em um momento crítico de sua trajetória de desenvolvimento. A integração do município à cadeia produtiva de petróleo e gás trouxe oportunidades significativas, mas também desafios que não podem ser ignorados. O sucesso de Maricá como um modelo de desenvolvimento sustentável depende de uma gestão pública eficiente e de um compromisso com a participação comunitária, assegurando que os impactos positivos dessas

operações sejam maximizados enquanto os negativos sejam mitigados. Com políticas integradas e uma abordagem de governança inclusiva, o município pode transformar os desafios atuais em oportunidades de crescimento equilibrado, beneficiando tanto a economia quanto a qualidade de vida de seus habitantes.

5.9 Guapimirim (RJ)

Guapimirim, situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é mencionado nos EIA e RIMA das etapas 3 e 4 do licenciamento de blocos de exploração do pré-sal como uma Zona de Produção Secundária. Embora o município não possua instalações industriais diretas de exploração de petróleo e gás, sua relevância no setor decorre dos dutos que atravessam seu território, essenciais para o transporte e escoamento de óleo e gás natural, conectando-o a grandes centros industriais, como o Terminal de Cabiúnas, o Complexo de Energias Boaventura e a Refinaria Duque de Caxias (REDUC).

O recebimento de rendas petrolíferas por Guapimirim inclui *royalties*, repasses estaduais e participação no Fundo Especial do Petróleo. Contudo, a compreensão e a transparência sobre o cálculo dos valores repassados ao município têm sido um desafio. Desde a implementação do PEA Rendas do Petróleo, essas questões tornaram-se objeto de estudo e debate. A falta de informações acessíveis em canais oficiais e divergências em pesquisas sobre o tema levaram à formalização de um pedido de acesso à informação pela equipe do PEA Rendas junto à ANP, por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR). A ANP respondeu dentro dos prazos legais, compartilhando dados detalhados, incluindo imagens georreferenciadas da rede de dutos que atravessa Guapimirim e o volume médio mensal de óleo (3 bilhões de m³) e gás natural (330 milhões de m³) escoados por essa malha.

Os dutos estão localizados na baixada litorânea do município, abrangendo áreas como Citrolândia, Vale das Pedrinhas e Vila Olímpia, próximas à Baía de Guanabara. Essas regiões, que concentram a maior parte dos Elos municipais do PEA Rendas, vivem um contraste socioeconômico em

relação à região serrana do município, conhecida por atrair o turismo de alta renda. Durante as atividades do projeto, comunitários dessas áreas relataram que, embora não percebam impactos diretos das infraestruturas atualmente, enfrentaram transtornos significativos durante a instalação dos dutos, incluindo desmatamento, perturbação do sossego e desvalorização imobiliária.

A participação no PEA Rendas permitiu aos moradores dessas regiões entenderem melhor a relação entre a presença dos dutos, o recebimento das Rendas Petrolíferas e a aplicação desses recursos pelo poder público. Esse processo revelou uma contradição latente: o baixo investimento público nas áreas impactadas, que abrigam a infraestrutura responsável pela geração de receitas para o município. Esse contraste reforça a percepção de desigualdade na distribuição de benefícios econômicos e sociais.

Dessa forma, Guapimirim enfrenta um desafio crucial: utilizar de maneira estratégica e equitativa os recursos provenientes das Rendas Petrolíferas. É fundamental investir em melhorias na infraestrutura básica, educação e saúde nas áreas diretamente impactadas, ao mesmo tempo que se fortaleça o controle social e a transparência na gestão pública. Projetos como o PEA Rendas são essenciais para conscientizar e capacitar a população local, promovendo um diálogo mais efetivo entre comunidade, poder público e setor privado. Essa abordagem é indispensável para transformar os recursos advindos da indústria de petróleo e gás em benefícios concretos, garantindo o desenvolvimento sustentável e reduzindo as desigualdades socioeconômicas dentro do município.

5.10 Síntese da relação dos municípios com a indústria de óleo e gás natural

As características dos municípios com relação à indústria de petróleo e gás natural evidenciam um cenário complexo, marcado por impactos econômicos, sociais e ambientais. A análise revelou que, independentemente de possuírem ou não estruturas diretas da indústria, os municípios apresentam desafios e oportunidades decorrentes da exploração de hidrocarbonetos.

Nos municípios sem infraestrutura direta de petróleo e gás, como Iguape, Ilha Comprida, Cananéia e Paraty, a principal vantagem reside na ampliação de recursos financeiros por meio das rendas petrolíferas. Contudo, os benefícios econômicos são acompanhados de desafios relacionados à gestão responsável e transparente desses recursos, que se tornam cruciais para maximizar os impactos positivos e mitigar os riscos, como dependência econômica e impactos ambientais indiretos. A ausência de instalações não isenta esses territórios de sofrerem efeitos adversos, especialmente no setor pesqueiro e nos ecossistemas costeiros, que podem ser afetados pela proximidade de empreendimentos petrolíferos e pelo tráfego de embarcações.

Entre os municípios com infraestrutura da indústria, como Ilhabela, Maricá, Niterói, Caraguatatuba e Guapimirim, os impactos assumem características mais diretas, envolvendo tanto benefícios econômicos, como geração de receitas e desenvolvimento da cadeia logística, quanto desafios específicos, como aumento da poluição sonora (Maricá), impactos na pesca artesanal (Ilhabela e Niterói) e conflitos relacionados à valorização imobiliária e desigualdades socioeconômicas (Guapimirim). Esses municípios destacam-se também por abrigarem estruturas críticas, como plataformas, dutos, terminais portuários e unidades de processamento, que são essenciais para a logística da Bacia de Santos.

Em termos de mitigação e monitoramento, iniciativas como o PEA Rendas do Petróleo e o Projeto Redes (PEA Costa Verde), PEA BG, o PEA Redes da Baia, além dos projetos de monitoramento, emerge como elementos centrais para promover a sustentabilidade. Esses projetos têm o potencial de fortalecer a participação cidadã, ampliar o controle social e garantir que os recursos sejam aplicados de maneira estratégica e alinhada às prioridades locais. Exemplos como o Comitê Comunitário em Maricá e os Elos de Guapimirim destacam a importância do diálogo entre comunidades, poder público e empresas, promovendo uma gestão mais integrada e participativa.

De maneira geral, a análise dos municípios reforça a necessidade de planejamento estratégico e de uma abordagem integrada que equilibre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e inclusão social. A

diversificação econômica, a criação de fundos soberanos e o fortalecimento de mecanismos de controle social são medidas essenciais para transformar os recursos provenientes da indústria petrolífera em um vetor de desenvolvimento sustentável, garantindo benefícios de longo prazo para as populações locais e preservando os ecossistemas afetados.

VI. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

O PPA, LDO e LOA são instrumentos essenciais para o planejamento e gestão das finanças públicas, delineados pela Constituição Federal de 1988. Eles visam organizar as finanças públicas e garantir que as ações governamentais sejam executadas de forma planejada e eficiente.

O ideal é que esses instrumentos se conectem com o Plano Diretor, que, conforme definido pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), estabelece as diretrizes para o desenvolvimento urbano e o uso do solo garantindo que o planejamento financeiro esteja alinhado com o crescimento sustentável e ordenado das cidades, de acordo com as necessidades e objetivos a longo prazo da população.

6.1 Iguape (SP)

Diante da perspectiva inicial, a seguir apresentamos uma análise sucinta do PPA (2022-2025); LOA (2023); e LDO (2023), identificando esses documentos e apontando as principais deficiências aos olhos das equipes técnicas e dos Elos municipais.

6.1.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

O PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo, detalhados anualmente pela LDO e pela LOA. No entanto, em Iguape, observa-se que os objetivos e indicadores possuem caráter genérico e os índices carecem de maior clareza, como constata-se na figura a seguir:



MUNICIPIO DE IGUAPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO E PLANEJAMENTO

45.550.167/0001-64

Data: 04/01/2024 15:34:20
Usuário: / 973.***.***-15
(Página: 2 / 20)
Sistema CECAM

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - PPA
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

INICIAL ( ) **ALTERAÇÃO (X)** **INCLUSÃO ( )** **EXCLUSÃO ( )**

MUNICÍPIO DE IGUAPE

PROGRAMA: MANUTENCAO ADAPTACOES E MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO

CÓDIGO DO PROGRAMA: 0002

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO E PLANEJAMENTO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.19.00

OBJETIVO:
IMPLEMENTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ASSIM COMO EXECUTAR AÇÕES PARA MANTER O FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TÉCNICAS DE ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL, GARANTINDO O COMBATE A CORRUPCAO.

JUSTIFICATIVA:
DESENVOLVER AS ATIVIDADES INERENTES ÀS ATRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, COM AS TÉCNICAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL, SE ORIENTANDO PREDOMINANTEMENTE PELOS VALORES DA EFICIÊNCIA E QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TENDO O CIDADÃO COMO FOCO PRINCIPAL.

METAS

INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO
MANUTENCAO DO DEP. DE ADMINISTRACAO COM ADAPTACOES E MODERNIZACAO	ANO	1,40	1,64

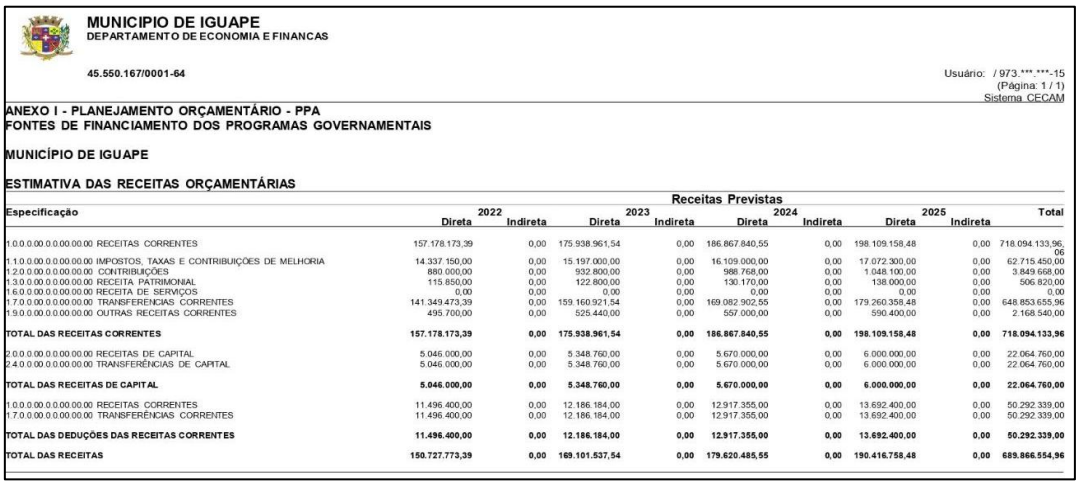
PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO

INDICADORES	2022	2023	2024	2025
MANUTENCAO DO DEP. DE ADMINISTRACAO COM ADAPTACOES E MODERNIZACAO	13.500.000,00	15.145.650,00	16.088.000,00	17.055.000,00

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA:R$ 61.788.650,00

Figura 3: Anexo II do planejamento orçamentário do PPA 2022/2025 Pág. 2– (Fonte: Portal da transparência de Iguape, 2021).

Apesar de os documentos estarem inter-relacionados, essa relação não é claramente delineada, resultando em mudanças significativas entre as metas e recursos apresentados em cada etapa. A discrepância entre os valores previstos, compromete a coesão entre as peças orçamentárias, como a ausência de arrecadação via receitas de serviço no PPA e sua posterior inclusão na LOA, conforme constata-se nas figuras a seguir:



MUNICIPIO DE IGUAPE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANCAS

45.550.167/0001-64

Usuário: / 973.***.***-15
(Página: 1 / 1)
Sistema CECAM

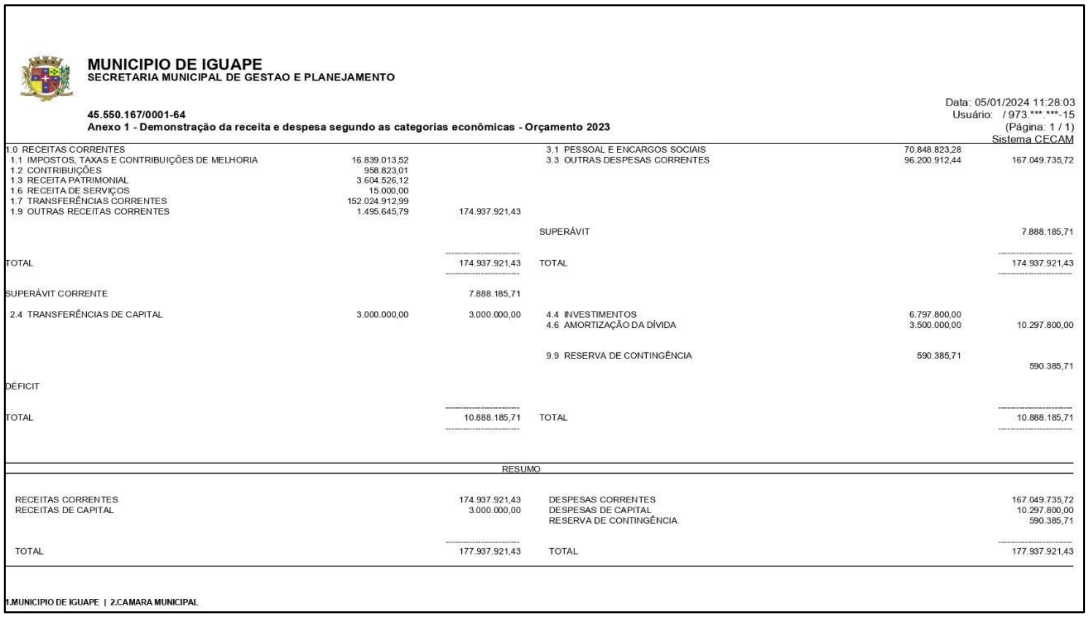
ANEXO I - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - PPA
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

MUNICÍPIO DE IGUAPE

ESTIMATIVA DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Especificação	Receitas Previstas 2022 Direta	2022 Indireta	2023 Direta	2023 Indireta	2024 Direta	2024 Indireta	2025 Direta	2025 Indireta	Total
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	157.178.173,39	0,00	175.938.961,54	0,00	186.867.840,55	0,00	198.109.158,48	0,00	718.094.133,96
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.337.150,00	0,00	15.197.000,00	0,00	16.109.000,00	0,00	17.072.300,00	0,00	62.715.450,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES	880.000,00	0,00	932.800,00	0,00	988.768,00	0,00	1.048.100,00	0,00	3.849.668,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	115.850,00	0,00	122.800,00	0,00	130.170,00	0,00	138.000,00	0,00	506.820,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	141.349.473,39	0,00	159.160.921,54	0,00	169.082.902,55	0,00	179.260.358,48	0,00	648.853.655,96
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	495.700,00	0,00	525.440,00	0,00	557.000,00	0,00	590.400,00	0,00	2.168.540,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**157.178.173,39**	**0,00**	**175.938.961,54**	**0,00**	**186.867.840,55**	**0,00**	**198.109.158,48**	**0,00**	**718.094.133,96**
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	5.046.000,00	0,00	5.348.760,00	0,00	5.670.000,00	0,00	6.000.000,00	0,00	22.064.760,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.046.000,00	0,00	5.348.760,00	0,00	5.670.000,00	0,00	6.000.000,00	0,00	22.064.760,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**5.046.000,00**	**0,00**	**5.348.760,00**	**0,00**	**5.670.000,00**	**0,00**	**6.000.000,00**	**0,00**	**22.064.760,00**
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	11.496.400,00	0,00	12.186.184,00	0,00	12.917.355,00	0,00	13.692.400,00	0,00	50.292.339,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.496.400,00	0,00	12.186.184,00	0,00	12.917.355,00	0,00	13.692.400,00	0,00	50.292.339,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	**11.496.400,00**	**0,00**	**12.186.184,00**	**0,00**	**12.917.355,00**	**0,00**	**13.692.400,00**	**0,00**	**50.292.339,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**150.727.773,39**	**0,00**	**169.101.537,54**	**0,00**	**179.620.485,55**	**0,00**	**190.416.758,48**	**0,00**	**689.866.554,96**

Figura 4: Anexo I planejamento orçamentário do PPA 2022/2025 Pág. 1 – (Fonte: Portal da transparência de Iguape, 2022,).



MUNICIPIO DE IGUAPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO E PLANEJAMENTO

45.550.167/0001-64
Anexo 1 - Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas - Orçamento 2023

Data: 05/01/2024 11:28:03
Usuário: / 973.***.***-15
(Página: 1 / 1)
Sistema CECAM

1.0 RECEITAS CORRENTES			3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.848.823,28	
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.839.013,52		3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.200.912,44	167.049.735,72
1.2 CONTRIBUIÇÕES	958.823,01				
1.3 RECEITA PATRIMONIAL	3.604.526,12				
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS	15.000,00				
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.024.912,99				
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.495.645,79	174.937.921,43			
			SUPERÁVIT		7.888.185,71
TOTAL		174.937.921,43	TOTAL		174.937.921,43
SUPERÁVIT CORRENTE		7.888.185,71			
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.000.000,00	3.000.000,00	4.4 INVESTIMENTOS	6.797.800,00	
			4.6 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.500.000,00	10.297.800,00
			9.9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	590.385,71	590.385,71
DÉFICIT					
TOTAL		10.888.185,71	TOTAL		10.888.185,71

RESUMO

RECEITAS CORRENTES	174.937.921,43	DESPESAS CORRENTES	167.049.735,72
RECEITAS DE CAPITAL	3.000.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	10.297.800,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	590.385,71
TOTAL	177.937.921,43	TOTAL	177.937.921,43

1.MUNICIPIO DE IGUAPE | 2.CAMARA MUNICIPAL

Figura 5: Anexo I Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas - Orçamento 2023 Pág.1– (Fonte: Portal da transparência de Iguape, 2022).

O PPA analisado define as ações do governo para os próximos anos, mas apresenta descrições genéricas que dificultam o entendimento de medidas específicas. Embora os responsáveis pelos programas estejam claramente identificados e os objetivos sejam coerentes com o escopo das iniciativas, a descrição dos indicadores e índices de acompanhamento carece de maior clareza. Além disso, a ausência de dados regionalizados impossibilita a

identificação das áreas específicas onde as ações serão implementadas, em desacordo com o que prevê a legislação. Apesar de incluir os anexos obrigatórios, o PPA apresenta formatação inadequada, comprometendo a acessibilidade e a transparência para o público geral.



MUNICIPIO DE IGUAPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO E PLANEJAMENTO

45.550.167/0001-64

Data: 04/01/2024 15:34:20
Usuário: / 973.***.***-15
(Página: 6 / 20)
Sistema CECAM

ANEXO II - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - PPA
DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS

INICIAL ( ) **ALTERAÇÃO (X)** **INCLUSÃO ( )** **EXCLUSÃO ( )**

MUNICÍPIO DE IGUAPE

PROGRAMA: CONTROLE DO TRANSITO E GERENCIAMENTO DA FROTA MUNICIPAL

CÓDIGO DO PROGRAMA: 0006

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA SECRETARIA MUNIC. DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL: 02.25.00

OBJETIVO:
IMPLEMENTAR AÇÕES RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E MELHORIA DA ÁREA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES, GARANTINDO O COMBATE À CORRUPÇÃO COM UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE.

JUSTIFICATIVA:
GERENCIAR E EXECUTAR A ENGENHARIA DE TRÁFEGO, A FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, O CONTROLE E A ANÁLISE ESTATÍSTICA DE INFRAÇÕES. IMPLANTAR, MANTER E OPERAR O SISTEMA DE SINALIZAÇÃO, OS DISPOSITIVOS E EQUIPAMENTOS DO CONTROLE VIÁRIO, BEM COMO CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A LEGISLAÇÃO E AS NORMAS DE TRÂNSITO.

METAS

INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO
MANUTENCAO DO DO DEP. MUNIC.DE TRANSITO, COM ADAPTACOES E MODERNIZACAO	ANO	1,45	1,85

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO

INDICADORES	2022	2023	2024	2025
MANUTENCAO DO DO DEP. MUNIC.DE TRANSITO, COM ADAPTACOES E MODERNIZACAO	400.000,00	449.000,00	480.000,00	510.000,00

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA:R$ 1.839.000,00

Figura 6 : Anexo II do Planejamento Orçamentário do PPA com a descrição dos Programas Governamentais/metas/custos.

As rendas petrolíferas estão contempladas no PPA como transferências correntes. No entanto, sua falta de discriminação específica dificulta a identificação de onde essas rendas estão previstas dentro da peça orçamentária, comprometendo a transparência e o controle sobre sua aplicação.

6.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023

A LDO de Iguape permite identificar o aumento da dívida municipal e, por meio de seu anexo de riscos e metas fiscais, é possível apontar os principais fatores de risco para a concretização do orçamento. Entre eles, destaca-se o tópico “epidemias e outras calamidades” como uma inovação adotada nas últimas peças orçamentárias e de difícil compreensão, pois não é possível identificar que metodologia fundamenta o valor de R$600.000,00 estipulado, como consta na figura a seguir:

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

PASSIVOS CONTINGENTES	
Descrição	**Valor**
Previsão de Contrapartida para Convênios	R$ 600.000,00
Epidemias e outas situações de calamidade	R$ 600.000,00
SUBTOTAL	**R$ 1.200.000,00**

PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**
Abertura de créditos adicionais com o cancelamento de despesas discricionárias	R$ 600.000,00
Abertura de crédito adicional a partir da Reserva de Contingência	R$ 600.000,00
SUBTOTAL	**R$ 1.200.000,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	
Descrição	**Valor**
Impacto da não efetivação do crescimento econômico previsto nas Transferências Correntes	R$ 524.000,00
Frustração na arrecadação de ISS *	R$ 259.000,00
SUBTOTAL	**R$ 783.000,00**
TOTAL	**R$ 1.983.000,00**

PROVIDÊNCIAS	
Descrição	**Valor**
Redução de Investimentos	R$ 524.000,00
Cancelamento de Despesas discricionárias	R$ 259.000,00
SUBTOTAL	**R$ 783.000,00**
TOTAL	**R$ 1.983.000,00**

* valor referente à inflação e crescimento

Figura 7: Anexo de riscos e metas fiscais – 2022/2024 presente na LDO (Fonte: LDO, 2023).

No entanto, as informações sobre renúncia de receitas carecem de maior clareza, pois não é possível identificar os seus beneficiários. Embora todos os

anexos exigidos estejam presentes, a falta de transparência em alguns dados compromete a acessibilidade do documento.

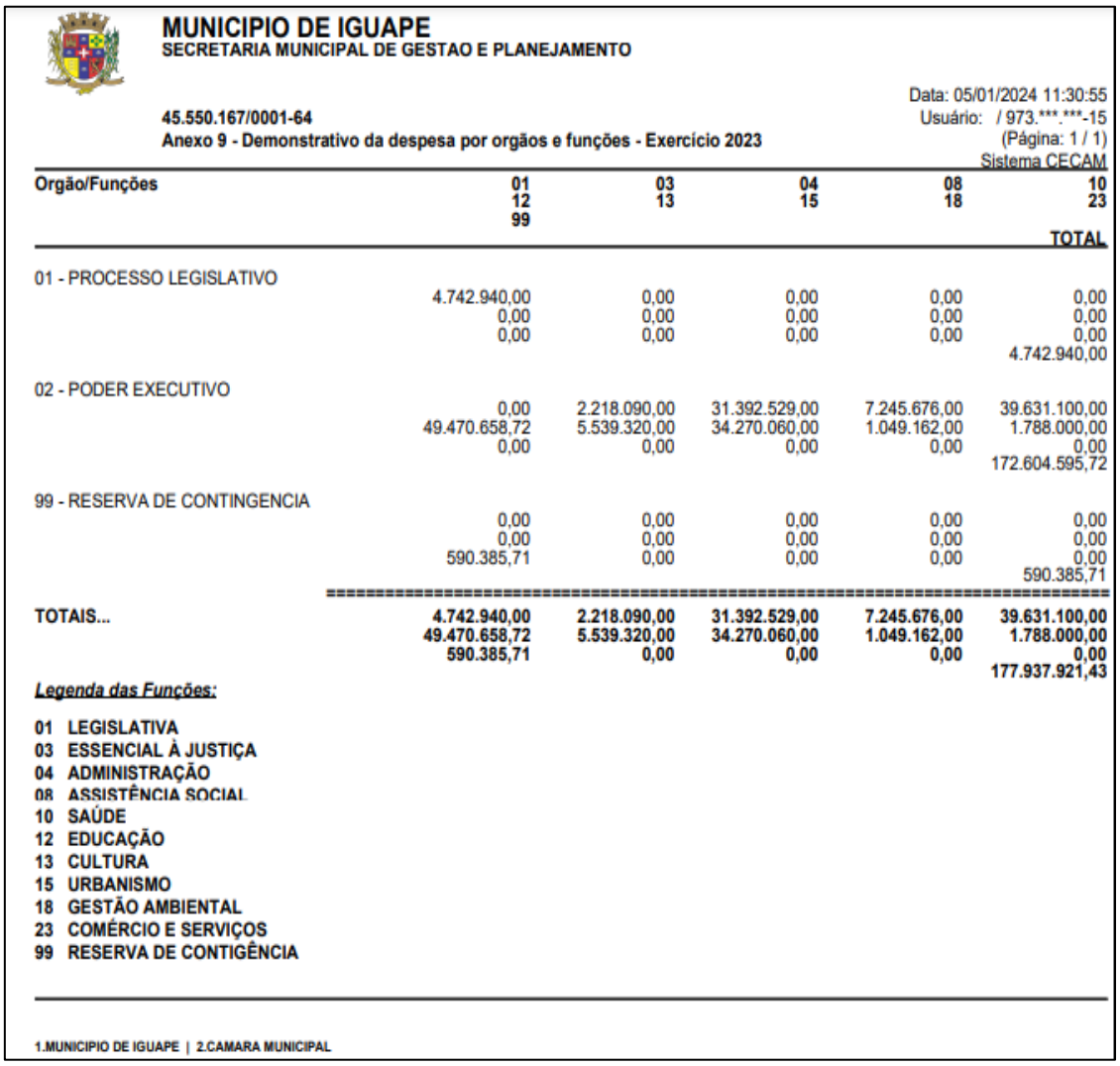
Assim como no PPA, as rendas petrolíferas são contempladas na LDO na forma genérica de transferências correntes. No entanto, sua falta de discriminação específica dificulta a percepção de onde essas rendas estão sendo utilizadas, comprometendo a transparência e o controle sobre sua aplicação.

6.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023

Por meio do anexo “Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções” constante da LOA de Iguape, é possível encontrar uma lista de códigos que facilita a compreensão das informações apresentadas.

Embora todos os anexos obrigatórios estejam presentes, a falta de clareza e regionalização compromete a compreensão e a acessibilidade dos dados, assim como ocorre nos demais documentos orçamentários.

A LOA também está disponível no Portal da Transparência e oferece um detalhamento do orçamento de cada órgão da prefeitura. Como consta na figura a seguir:



MUNICIPIO DE IGUAPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO E PLANEJAMENTO

Data: 05/01/2024 11:30:55
Usuário: / 973.***.***-15
(Página: 1 / 1)
Sistema CECAM

45.550.167/0001-64
Anexo 9 - Demonstrativo da despesa por orgãos e funções - Exercício 2023

Orgão/Funções	01 12 99	03 13	04 15	08 18	10 23 TOTAL
01 - PROCESSO LEGISLATIVO					
	4.742.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					4.742.940,00
02 - PODER EXECUTIVO					
	0,00	2.218.090,00	31.392.529,00	7.245.676,00	39.631.100,00
	49.470.658,72	5.539.320,00	34.270.060,00	1.049.162,00	1.788.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					172.604.595,72
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	590.385,71	0,00	0,00	0,00	0,00
					590.385,71
TOTAIS...	**4.742.940,00**	**2.218.090,00**	**31.392.529,00**	**7.245.676,00**	**39.631.100,00**
	49.470.658,72	**5.539.320,00**	**34.270.060,00**	**1.049.162,00**	**1.788.000,00**
	590.385,71	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
					177.937.921,43

Legenda das Funções:

01 LEGISLATIVA
03 ESSENCIAL À JUSTIÇA
04 ADMINISTRAÇÃO
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
10 SAÚDE
12 EDUCAÇÃO
13 CULTURA
15 URBANISMO
18 GESTÃO AMBIENTAL
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
99 RESERVA DE CONTIGÊNCIA

1.MUNICIPIO DE IGUAPE | 2.CAMARA MUNICIPAL

Figura 8: Anexo 9 - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções presente na LOA para o exercício de 2023

As rendas petrolíferas não estão claramente contempladas na LOA, sendo apresentadas como transferências correntes. Essa classificação genérica dificulta a análise detalhada de sua aplicação e compromete a transparência na destinação desses recursos.

6.1.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

Os documentos da LOA, LDO e PPA são devidamente encontrados no menu “planejamento”, constante no portal da transparência do município, na parte inferior do site oficial da Prefeitura Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL

DE IGUAPE, 2024). Embora possam ser aprimorados, os documentos possuem nível de acessibilidade minimamente aceitáveis.

As audiências públicas que versam sobre orçamento público são devidamente divulgadas no site oficial da Prefeitura Municipal, além do site oficial e das redes sociais (Facebook e Instagram) da Câmara Municipal. A divulgação carece de maior regularidade e amplitude, a fim de viabilizar a participação popular, conforme preconiza a legislação pertinente. A exemplo disso, destaca-se a divulgação da Audiência Pública referente a LDO para o ano de 2024, divulgada no dia 7 de junho do corrente ano nas redes sociais da Câmara, convidando para o dia 13 do mesmo mês, ou seja, com apenas 6 dias de antecedência, sem qualquer menção nas redes sociais da Prefeitura.

As apresentações dos documentos são sucintas e há espaço para participação da população via manifestação oral, porém não é possível contribuir com eventuais alterações na Ata Oficial. De modo que a participação da sociedade civil organizada é reduzida, haja vista que os participantes são compostos em sua maioria por servidores públicos e alguns vereadores.

O município aderiu ao Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), que visa simplificar a atividade do parlamentar e dos servidores, além de colaborar com a transparência da casa, pois permite que os cidadãos conheçam a produção legislativa dos parlamentares, acompanhem o processo legislativo e façam pesquisa sobre a legislação municipal ou estadual (SENADO FEDERAL, 2024). Em Iguape, no entanto, nenhuma das pautas e matérias legislativas relativas a audiências e sessões públicas são disponibilizadas previamente para consulta popular através do SAPL. A publicização ocorre posteriormente, sem que haja celeridade ou regularidade, prejudicando a transparência e participação popular qualificada.

6.1.5 Relação entre os documentos orçamentários

As peças orçamentárias do município de Iguape seguem princípios essenciais do orçamento público, conforme estabelecidos na Constituição Federal, na Lei nº 4.320/1964, que regula a elaboração, controle e fiscalização

do orçamento público, e a ampla doutrina jurídica pertinente, ainda que careça de aprimoramentos.

Entre os princípios plenamente contemplados, destaque-se o Princípio da Legalidade, pois o orçamento obtém a devida autorização legal; o Princípio da Anualidade já que é elaborado e aprovado para um período de 12 meses, conferindo previsibilidade e controle no planejamento financeiro; o Princípio da Universalidade, pois todas as receitas e despesas públicas estão incluídas no orçamento, proporcionando uma ampla visão abrangente das finanças públicas; e o Princípio da Unidade dado que o orçamento consolida receitas e despesas em um único documento, permitindo uma visão centralizada das contas públicas.

Além disso, o Princípio da Exclusividade é observado, visto que o orçamento contém a previsão de receitas e fixação de despesas, sem incluir matérias alheias às finanças públicas. O Princípio da Publicidade também é respeitado, pois o orçamento é devidamente publicizado para a população. O Princípio do Equilíbrio é seguido, uma vez que as despesas fixadas não excedem as receitas previstas, evitando déficits orçamentários. O Princípio da Programação é aplicado por meio do planejamento das despesas com base em ações governamentais alinhadas aos objetivos sociais e econômicos do governo. O Princípio da Não Afetação de Receitas também é contemplado, já que as receitas de impostos não são vinculadas a um destino específico, salvo nos casos previstos pela Constituição, como saúde, educação e previdência. Por fim, o Princípio da Proibição do Estorno é observado, pois dotações orçamentárias não são remanejadas entre diferentes categorias de despesas sem autorização legislativa, garantindo maior controle sobre alterações no orçamento.

Entretanto**,** alguns princípios são apenas parcialmente contemplados ou não são observados de forma satisfatória. O Princípio da Clareza apresenta fragilidades, já que algumas informações orçamentárias carecem de maior precisão, ocasionando ambiguidades e dificultando o entendimento por parte da população. O Princípio da Transparência, embora o orçamento seja publicizado, é comprometido pela falta de fluidez e pela baixa acessibilidade dos mecanismos de prestação de contas e participação popular, como o Portal da Transparência

e o Serviço de Acesso à Informação (SAI). O Princípio da Especificação, ou Discriminação, também é prejudicado, pois, embora receitas e despesas sejam detalhadas no orçamento, há incongruências na discriminação de valores, fontes e finalidades, o que enfraquece o controle rigoroso e detalhado dos gastos públicos. Por último, o Princípio do Planejamento é afetado pela falta de sintonia entre as ações e metas orçamentárias e os objetivos estratégicos do governo, decorrente de uma carência de clareza, especificação e regionalização das informações apresentadas.

Desta forma, embora as peças orçamentárias de Iguape atendam a vários princípios essenciais, ainda há espaço para melhorias que reforcem a clareza, a transparência e o planejamento, assegurando maior eficiência e alinhamento às necessidades da população. Para o bom funcionamento da administração pública, é essencial que os prazos estabelecidos em lei sejam rigorosamente respeitados. No que diz respeito ao orçamento, isso não é diferente.

Ao analisar a situação em Iguape, verifica-se que os prazos para entrega do PPA, da LDO e da LOA não podem ser consultados de forma confiável no SAPL, devido à falta de atualizações regulares no sistema. Entretanto, os prazos de aprovação têm sido, em sua maioria, cumpridos, com uma exceção observada na LDO.

- PPA: Deve ser aprovado até o final do exercício do primeiro ano de mandato, ou seja, até 31 de dezembro. Em Iguape, o PPA referente ao período foi aprovado antecipadamente, em 17 de novembro de 2021.

- LOA: Sua aprovação deve ocorrer até 31 de dezembro de cada ano. Em Iguape, a LOA de 2024 foi aprovada em 5 de dezembro de 2023, dentro do prazo legal.

- LDO: A legislação estabelece que a LDO seja aprovada até 30 de junho de cada ano. No entanto, em Iguape, a aprovação ocorreu somente em 12 de julho de 2023, ultrapassando o limite legal.

Essa análise evidencia a importância de aprimorar a gestão de informações no SAPL e reforça a necessidade de um controle mais eficiente

sobre os prazos, assegurando maior transparência e aderência às normativas legais.

Além do exposto, é possível identificar discrepâncias entre os valores expressos nos documentos. Observa-se que o PPA prevê R$150.727.773,39 em receitas totais, a LDO prevê R$157.461.945,33 e a LOA prevê R$178.762.106,57.

6.1.6 Plano Diretor

Segundo o último censo do IBGE (2022), Iguape possui 29.115 habitantes, o que o enquadra na obrigatoriedade de elaborar e manter atualizado um [12]Plano Diretor. O atual plano foi elaborado em 2006, quando o município tinha cerca de 28.781 habitantes, e desde então não passou por nenhuma revisão, o que evidência sua desatualização. De acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade (2001), o Plano Diretor deve ser revisado a cada dez anos para garantir que suas diretrizes e metas continuem relevantes e adequadas às necessidades atuais da população. A ausência de revisão coloca o Plano Diretor em desacordo com as exigências legais e práticas previstas, o que compromete o alinhamento das diretrizes municipais com a realidade atual e as demandas da sociedade.

As diretrizes do Plano Diretor são incorporadas de forma genérica no PPA, sem especificar claramente as prioridades do município. Embora exista menção à possibilidade de revisão, não há ações concretas nesse sentido, evidenciando falhas no planejamento e no desenvolvimento urbano.

[12] A elaboração de um Plano Diretor é obrigatória para municípios com mais de 20 mil habitantes, conforme a Constituição Federal de 1988. Além disso, o Plano Diretor é exigido também em casos de municípios que fazem parte de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; que estão em áreas de especial interesse turístico; que estão na área de influência de empreendimentos ou atividades com grande impacto ambiental; e com áreas suscetíveis a deslizamentos, inundações ou processos geológicos ou hidrológicos

Desde a elaboração do Plano Diretor, é observado que o poder público municipal tem falhado em fomentar a participação da população em todas as fases do processo de gestão urbana. A falta de atualização do Plano Diretor de Iguape pode gerar diversas consequências jurídicas. Entre elas, a invalidação de atos administrativos relacionados a projetos e obras que não estejam em conformidade com a legislação vigente. Além disso, o município pode ser responsabilizado civilmente por danos resultantes da falta de planejamento adequado, o que dificulta a gestão urbana e pode levar a litígios sobre o uso do solo.

Essa desatualização do Plano também pode inviabilizar investimentos, já que a insegurança jurídica afasta potenciais investidores. Além disso, cidadãos ou entidades podem acionar judicialmente para exigir o cumprimento da obrigação de atualizar o Plano Diretor, ferramenta essencial para promover um desenvolvimento urbano sustentável e ordenado.

6.1.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Iguape (SP)

A análise consolidada dos instrumentos de planejamento e gestão financeira do município de Iguape (SP) evidência tanto avanços quanto fragilidades na forma como os documentos orçamentários se conectam com as diretrizes estratégicas de desenvolvimento local. Embora os princípios fundamentais do orçamento público, como legalidade, anualidade, universalidade e equilíbrio, sejam amplamente contemplados, ainda há lacunas significativas relacionadas à clareza, especificação e planejamento estratégico. Essas questões limitam o potencial das políticas públicas e comprometem a eficiência na aplicação dos recursos disponíveis.

O PPA, instrumento que deveria orientar as ações governamentais de médio prazo, apresenta descrições genéricas, ausência de indicadores regionalizados e metas pouco claras. A falta de integração com o Plano Diretor – desatualizado desde 2006 e fora de conformidade com as exigências do Estatuto da Cidade – evidência um desalinhamento entre o planejamento financeiro e o planejamento urbano, prejudicando a execução de políticas

públicas voltadas ao crescimento sustentável e ordenado. Adicionalmente, a ausência de dados específicos sobre a destinação das rendas petrolíferas no PPA reforça a percepção de falta de transparência na aplicação desses recursos.

A LDO, apesar de cumprir seu papel na definição de metas fiscais e riscos orçamentários, também carece de maior detalhamento. Informações sobre renúncia de receitas e o tratamento das rendas petrolíferas como transferências genéricas dificultam a análise de sua destinação e eficácia. Essa falta de especificação é um ponto crítico, especialmente considerando que tais recursos poderiam ser mais bem direcionados para áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura, garantindo maior impacto no desenvolvimento local.

A LOA apresenta estrutura adequada, com anexos detalhando despesas por órgãos e funções, mas enfrenta os mesmos problemas de falta de regionalização e clareza encontrados nos outros documentos. A ausência de discriminação específica das rendas petrolíferas compromete o controle social e a transparência, reduzindo a capacidade da população de acompanhar a aplicação desses recursos.

Outro ponto relevante é a dificuldade de acesso a informações confiáveis sobre os prazos de entrega e aprovação desses instrumentos no SAPL, embora os prazos legais sejam, em sua maioria, cumpridos. As discrepâncias entre os valores previstos nos documentos orçamentários também demonstram uma falta de coesão, sugerindo a necessidade de maior precisão nos processos de planejamento e execução orçamentária.

No aspecto da participação popular, as audiências públicas e os mecanismos de transparência apresentam limitações significativas. A divulgação restrita e com pouca antecedência, somada à ausência de ferramentas interativas para consulta pública, prejudica o engajamento da sociedade civil. Apesar de os documentos estarem disponíveis no Portal da Transparência, a falta de clareza nas informações apresentadas dificulta o controle social e limita a compreensão do público geral sobre as prioridades governamentais.

O descompasso entre as diretrizes urbanas e as estratégias orçamentárias é especialmente evidente no caso do Plano Diretor, cuja desatualização compromete a relevância de suas orientações e enfraquece sua

capacidade de promover o desenvolvimento sustentável. A ausência de revisão periódica gera insegurança jurídica, desestimula investimentos e dificulta a gestão eficiente do território, criando um cenário de desalinhamento entre as demandas atuais da população e as ações planejadas.

Em síntese, o cenário em Iguape reflete um desafio de integração entre os instrumentos de planejamento e gestão financeira, a participação cidadã e a transparência. Embora os documentos atendam a muitos dos princípios fundamentais do orçamento público, a falta de clareza, detalhamento e alinhamento estratégico limita a capacidade do município de executar políticas públicas eficazes e sustentáveis. Esse quadro reforça a importância de uma abordagem mais estruturada para conectar os objetivos financeiros e as metas urbanas, assegurando que as ações governamentais promovam benefícios reais e duradouros para a população.

6.2 Ilha Comprida (SP)

Diante da perspectiva de que planejamento financeiro esteja alinhado com o crescimento sustentável e ordenado das cidades, além de estar alinhado com as necessidades e objetivos a longo prazo da população, que se apresenta a análise do PPA (2022-2025); LOA (2023); e LDO (2023) do município de Ilha Comprida (SP).

6.2.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

Ao observarmos o PPA do Ilha Comprida, é possível identificar as propostas do Plano de Governo e as ações previstas conforme os itens obrigatórios na Constituição Federal.

Ademais, apesar de ser de fácil identificação sobre quais secretarias são responsáveis por cada programa, os objetivos e indicadores muitas vezes não são claros, pelo contrário, são superficiais, sem especificação de público-alvo, regiões das ações e quantidade contemplada.

Por fim, o PPA e seus anexos não são encontrados no Portal da Transparência Municipal, demandando uma busca maior nos sites da Prefeitura

e Câmara Municipal. E ainda, não há um detalhamento dos programas sendo feitos de forma generalista. No documento citado não há nenhuma menção às rendas petrolíferas, dificultando a compreensão do planejamento desse recurso.

6.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023

Acerca da LDO é possível identificar a dívida líquida consolidada. Entretanto, os documentos exigidos por lei não são de fácil acesso para a consulta da população. Em alguns casos, os anexos não constam no site da Prefeitura Municipal, conforme aponta a figura a seguir.

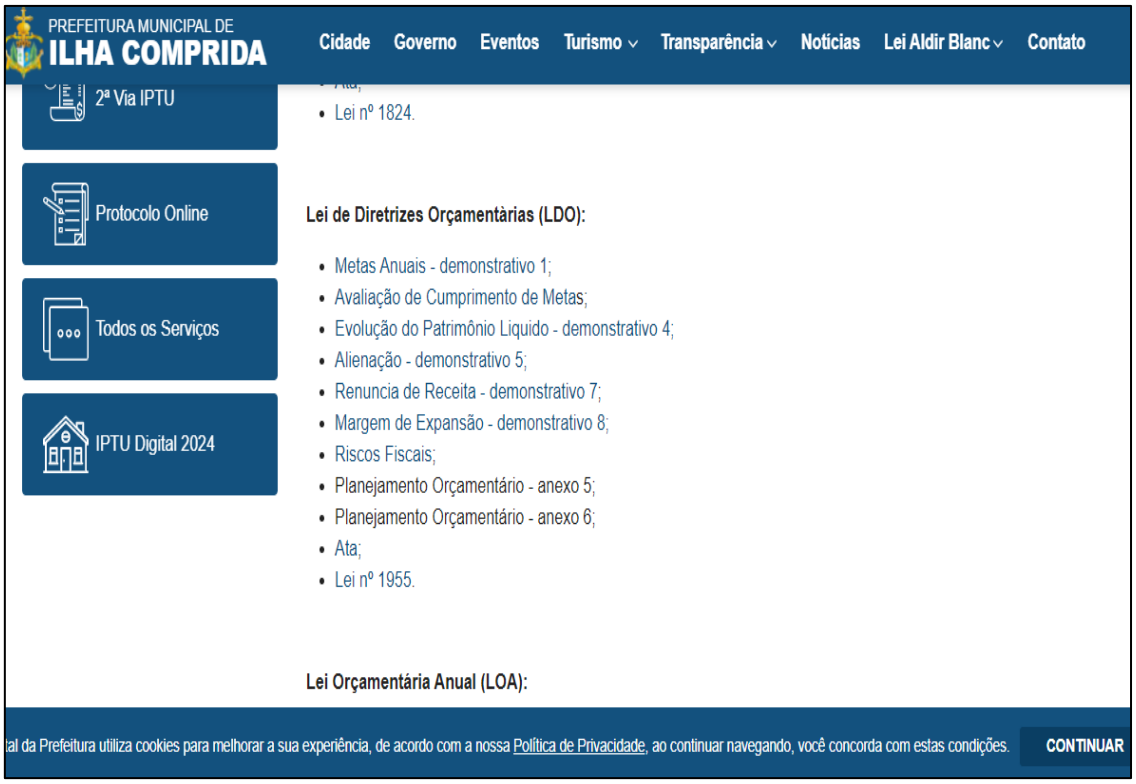


Figura 9: Site de Prefeitura Municipal de Ilha Comprida ressaltando a falta de anexos. Acesso em 29 de outubro de 2024.

Esses documentos também não são encontrados no Portal da Transparência, o que exige certo esforço por parte dos munícipes para acessá-los. Além disso, ao observar a LDO de 2023, não há menção às rendas petrolíferas, conforme o Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita, disponível no site da prefeitura.

6.2.3 Lei de Orçamentária Anual (LOA) 2023

Observou-se que na LOA existe uma lista de códigos municipais que possibilitam uma melhor compreensão do orçamento público, além de constar todos os anexos e itens obrigatórios previstos na Constituição Federal (1988). Porém, a ata escrita à mão, dificulta a leitura e ainda é assinada ao término sem ter a possibilidade de contribuição, como correções e inserções.

No Portal da Transparência a falta de acessibilidade compromete o acesso, como pode ser observado na figura a seguir.

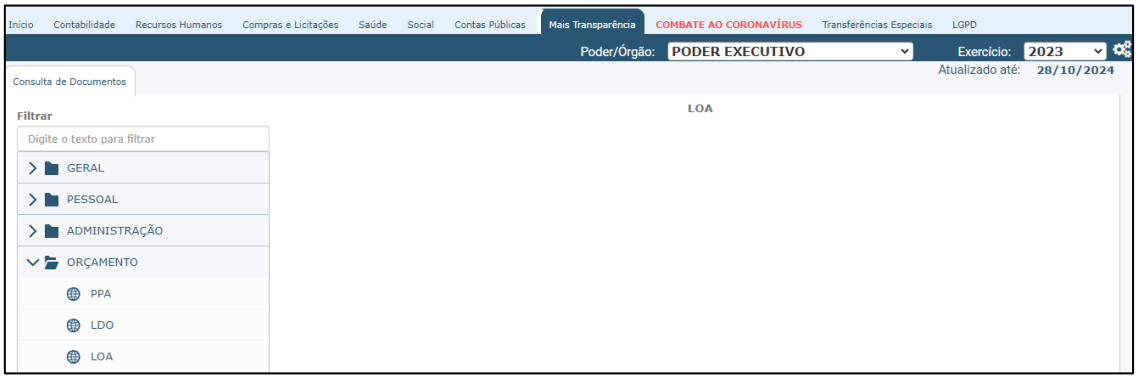


Figura 10: Portal da Transparência Prefeitura Municipal de Ilha Comprida evidenciando a ausência de documentos. Acessado em 29 de outubro de 2024.

O baixo nível de acessibilidade prejudica a leitura dos documentos por parte dos munícipes, comprometendo o exercício da cidadania e o acompanhamento efetivo da aplicação dos recursos públicos.

Por fim, como já observado na análise do PPA, no caso da LDO, também, não há distinção específica quanto às rendas petrolíferas.

6.2.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

As informações sobre o orçamento de cada secretaria municipal de Ilha Comprida e os valores atribuídos às funções previstas no PPA, contudo apesar de ser possível acessar as informações, constatou-se que há falta de transparência para acessar tais documentos. Além disso, foram observadas a

ausência de itens obrigatórios, com a publicação de documentos inelegíveis e incoerências entre os planejamentos de curto médio e longo prazo.

No que se refere às audiências públicas, verificou-se que elas são divulgadas no site oficial da prefeitura, na página da prefeitura na rede social Facebook e no Diário Oficial, porém, em sua maioria, são divulgadas próximas às datas das audiências públicas, tendo um intervalo em média de uma semana conforme é possível observar na figura a seguir.



Figura 11: Divulgação da Audiência Pública no site da prefeitura municipal. Acesso em 25 de novembro de 2024.

Além disso, é possível observar que há um público predominantemente composto por servidores da prefeitura, o que de certa forma dificulta ou coíbe a participação da sociedade civil nestes espaços.

6.2.5 Relação entre os documentos orçamentários

Os documentos analisados cumprem as entregas previstas em lei. Embora o PPA estabeleça as diretrizes e metas de médio prazo, sendo estes detalhados anualmente pela LDO e especificados pela LOA, suas interrelações não são coesas e transparentes. Um exemplo disso são alguns dados e valores da LOA que não constam no PPA, bem como, alguns planejamentos, mudanças de meta e recursos que não estão refletidos nas leis citadas. Essas inconsistências dificultam o acompanhamento do planejamento orçamentário e da execução das políticas públicas por parte dos cidadãos, comprometendo o princípio da transparência e o controle social sobre os recursos públicos.

6.2.6 Plano Diretor

Embora o município de Ilha Comprida atenda aos critérios para a obrigatoriedade de um Plano Diretor, conforme previsto na Constituição do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1989) e no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), esse instrumento de planejamento ainda não foi instituído.

A Constituição Estadual determina que todos os municípios paulistas devem possuir um Plano Diretor, considerando-o um instrumento essencial para o planejamento urbano e organização do território. Da mesma forma, o Estatuto da Cidade exige a elaboração do Plano Diretor para os municípios classificados como estâncias turísticas. Apesar de algumas tentativas de elaboração ao longo dos anos, o município ainda não dispõe de um Plano Diretor consolidado, o que limita a capacidade de organização e desenvolvimento sustentável do município.

6.2.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Ilha Comprida (SP)

A análise consolidada dos instrumentos de planejamento e gestão financeira do município de Ilha Comprida evidencia os desafios significativos nos quesitos transparência, acessibilidade e alinhamento das peças orçamentárias, comprometendo a eficiência da gestão pública e a participação cidadã. Embora os documentos analisados, como o PPA, a LDO e a LOA, estejam em

conformidade com os ditames legais, a ausência de coesão entre eles e a falta de clareza em diversos aspectos prejudicam sua eficácia como ferramentas de planejamento estratégico.

No PPA, que deveria servir como um guia de médio prazo para a administração pública, observam-se objetivos e indicadores genéricos, sem especificações claras sobre público-alvo, áreas de abrangência ou metas quantificáveis. A ausência de discriminação das rendas petrolíferas nos anexos do PPA limita a transparência sobre a alocação desses recursos, o que dificulta o controle social e a análise sobre seu impacto no desenvolvimento local. Além disso, a dificuldade de acesso a esses documentos, muitas vezes ausentes no Portal da Transparência Municipal, reforça a insuficiência no atendimento ao princípio da publicidade.

A LDO, por sua vez, cumpre seu papel de detalhar as metas fiscais e os riscos orçamentários, mas enfrenta os mesmos problemas de acessibilidade encontrados no PPA. A falta de informações claras sobre a utilização de rendas petrolíferas, somada à ausência de anexos obrigatórios no site oficial da prefeitura, compromete a transparência e dificulta o entendimento dos cidadãos sobre o planejamento orçamentário do município.

A LOA, embora contenha itens obrigatórios previstos na Constituição e seja relativamente detalhada, apresenta problemas relacionados à acessibilidade e clareza. A ausência de distinção específica sobre rendas petrolíferas e a presença de documentos manuscritos, de difícil leitura e sem possibilidade de contribuição pública, limitam o controle social e dificultam a participação efetiva dos cidadãos. Essas fragilidades são agravadas pela inconsistência nos dados apresentados entre os diferentes instrumentos orçamentários, o que prejudica o acompanhamento do planejamento e execução das políticas públicas.

A questão da transparência é ainda mais destacada no que se refere às audiências públicas. Embora essas sejam divulgadas no site oficial da prefeitura e em redes sociais, sua comunicação ocorre com pouca antecedência, restringindo a participação popular. Além disso, a predominância de servidores

públicos nesses espaços sugere uma limitação na representatividade da sociedade civil, enfraquecendo a legitimidade do processo participativo.

Outro aspecto crítico é a inexistência de um Plano Diretor consolidado em Ilha Comprida, mesmo sendo obrigatório conforme a Constituição Estadual de São Paulo e o Estatuto da Cidade. Essa lacuna compromete o planejamento urbano e a organização territorial, restringindo a capacidade do município de integrar suas diretrizes orçamentárias com um planejamento estratégico de longo prazo. A ausência de um Plano Diretor afeta diretamente a articulação entre as metas financeiras e as prioridades urbanas, limitando a eficácia das políticas públicas e o potencial de desenvolvimento sustentável.

Em suma, a análise de Ilha Comprida revela fragilidades estruturais no planejamento e na gestão financeira do município. Apesar de atenderem aos requisitos legais básicos, os instrumentos orçamentários carecem de maior integração, clareza e acessibilidade, dificultando o controle social e a participação cidadã. A ausência de um Plano Diretor e a insuficiência na gestão das rendas petrolíferas destacam a necessidade de maior comprometimento com a transparência e o alinhamento estratégico, fundamentais para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e sustentável, em benefício da população.

6.3 Cananéia (SP)

Os tópicos a seguir apresentam a perspectiva analítica dos documentos: PPA (2022-2025); LOA (2023); e LDO (2023) realizada pela equipe técnica em conjunto com o Elos de Cananéia.

6.3.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

No PPA, não é possível identificar a origem dos recursos, nem quem são os beneficiários de cada programa. Além disso, os documentos são redigidos de forma excessivamente técnica, sem preocupação com a transposição didática ou uso de uma linguagem cidadã, ou seja, as informações não foram

disponibilizadas em formatos acessíveis, dificultando o entendimento e a participação do cidadão.

6.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Na LDO, embora seja possível identificar algumas informações, como o aumento das dívidas municipais e os riscos de não se alcançar as receitas previstas, a análise é dificultada pela ausência de alguns anexos exigidos por lei. Assim como os demais documento, a LDO está disponível no portal de transparência, mas carece de elementos que facilitem a participação do cidadão, ao longo de todo o ciclo da política pública, ou seja desde a fase de elaboração da lei até a fase de avaliação pelos munícipes que se predispõem a exercer o controle social.

6.3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

Em relação à LOA, há dificuldade em compreender os códigos e identificar com clareza a origem dos dados numéricos. Assim como na LDO, os anexos não estão incluídos e, embora o documento esteja no portal de transparência, ele também não atende aos critérios de acessibilidade apregoados pela LAI.

Ademais, foi identificado um erro no valor referente à categoria “reserva de contingência”, erro este que foi apontado em audiência pública no mês de setembro de 2024, período de vigência do documento com assinaturas dos representantes do poder executivo municipal. Nas figuras a seguir é possível notar que a reserva de contingência, que se apresentava em R$890.023,30 nos primeiros quadros demonstrativos, fecha o documento com o valor de R$1.695.813,60.

II – Funções de Governo:

Legislativa	R$	2.820.000,00
Essencial à Justiça	R$	499.800,00
Administração	R$	8.739.700,00
Segurança Pública	R$	58.000,00
Assistência Social	R$	5.375.972,85
Saúde	R$	20.931.775,15
Educação	R$	20.545.076,45
Cultura	R$	1.597.269,35
Urbanismo	R$	12.810.856,45
Gestão Ambiental	R$	2.342.400,00
Agricultura	R$	614.156,45
Comércio e Serviços	R$	1.424.000,00
Transporte	R$	1.486.600,00
Desporto e Lazer	R$	806.000,00
Encargos Especiais	R$	2.701.000,00
Reserva de Contingência	R$	890.023,30

Figura 12: “Item II - Funções de Governo” da Lei Complementar Nº 209/2023 que estima receitas e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2024.

IV – Categorias Econômicas:

Despesas Correntes	R$	78.043.216,40
Despesas de Capital	R$	3.903.600,00
Reserva de Contingência	R$	1.695.813,60
TOTAL	**R$**	**83.642.630,00**

Figura 13: “Item IV - Categorias Econômicas” da Lei Complementar Nº 209/2023 que estima receitas e fixa a despesa do município para o exercício financeiro de 2024, onde o valor da reserva de contingência está alterado.

Sobre essa divergência a prefeitura não emitiu qualquer retificação a respeito até o fechamento da análise dos documentos em novembro de 2024.

6.3.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

Os documentos municipais carecem de transparência, ou seja, não são claros o suficiente para que a população possa acessá-los e compreendê-los. Isto porque não existe preocupações com o uso de uma linguagem mais acessível para a produção dos documentos. Além disso, eles não são disponibilizados em formato acessível. A estrutura da audiência pública não

contribui para a participação cidadã, tampouco para exercício da transparência, uma vez que sequer conta com algum suporte audiovisual (telão e datashow) que permitam a visualização dos dados e informações apresentadas.



Figura 14: Estrutura de projeção utilizada pela Câmara Municipal de Cananéia para apresentar o balanço quadrimestral – relativo ao 3º Quadrimestre de 2023 - relativo ao Plano Plurianual (PPA) 2022-2025, em 14 de março de 2024



Figura 15: Estrutura de projeção utilizada pela Câmara Municipal de Cananéia para apresentar o balanço quadrimestral – relativo ao 3º Quadrimestre de 2023 - relativo ao Plano Plurianual (PPA) 2022-2025, em 14 de março de 2024.

6.3.5 Relação entre os documentos orçamentários

Em linhas gerais o que se observou nos documentos orçamentários de Cananéia (SP) foi que documentos não guardam uma relação direta entre si, apresentam falta de clareza em suas diretrizes e inconsistências nos conteúdos, sobretudo no exemplo citado anteriormente, referente à reserva de contingência na LOA 2024.

6.3.6 Plano Diretor

O Plano Diretor de Cananéia (SP) está desatualizado, pois foi elaborado em 2012, e sua revisão deveria ocorrer a cada 10 anos. Além disso, há uma desconexão entre o plano e os demais documentos orçamentários. Como por exemplo pode ser citada a área da saúde, uma vez que o Plano Diretor de 2012 previa a implantação de um pronto atendimento exclusivo para saúde da mulher, terceira idade e atendimento pediátrico, projeto que não foi implantado até 2024.

6.3.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Cananéia (SP)

A análise dos instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro de Cananéia (SP) revela desafios significativos no cumprimento das normativas de transparência, acessibilidade, integração entre as peças orçamentárias e a articulação com o planejamento estratégico urbano. Apesar de atenderem os requisitos básicos legais, como a publicação do PPA, da LDO e da LOA, todos documentos analisados apresentam fragilidades que comprometem sua eficácia como ferramentas de gestão pública.

O PPA, que deveria nortear as ações governamentais de médio prazo, carece de informações detalhadas sobre a origem dos recursos e os beneficiários dos programas, dificultando o controle social. Além disso, sua linguagem técnica e formato pouco acessível restringem a participação popular, afastando o documento do princípio da transparência. O problema se agrava pela desconexão entre o PPA e os outros instrumentos orçamentários,

evidenciada pela ausência de informações consistentes sobre ações previstas e executadas.

A LDO, apesar de cumprir seu papel ao delinear metas fiscais e riscos orçamentários, sofre com a ausência de anexos obrigatórios, como a Relação dos Quadros orçamentários, as Informações complementares, entre outros. Ademais, existem os problemas de acessibilidade. Essas lacunas comprometem a capacidade do cidadão de compreender as políticas públicas, sobretudo o orçamento público, as metas estabelecidas e as prioridades municipais.

Embora a LDO detalhe os termos, códigos e categorias econômicas, o documento apresenta inconsistências preocupantes, o citado problema com os valores da reserva de contingência, identificada em audiência pública, demonstra a falta de rigor e revisão nos documentos. E, a falta de correção apresenta-se como uma falta de compromisso com as boas práticas de gestão e com o princípio da transparência.

O problema da transparência se estende às audiências públicas, que não cumprem adequadamente seu papel de fomentar a participação cidadã. A ausência de formatos acessíveis para os documentos agrava a exclusão da sociedade civil dessas discussões.

A desatualização do Plano Diretor, sem atualização desde 2012, e sua falta de alinhamento com os demais instrumentos orçamentários impede a implementação de políticas públicas coerentes e coordenadas.

Em síntese, a análise revela que Cananéia (SP) enfrenta desafios significativos na gestão de suas peças orçamentárias e no planejamento urbano. A falta de clareza e integração entre os instrumentos compromete a transparência e dificulta a participação cidadã, fundamentais para uma administração pública eficiente e democrática. A superação dessas lacunas depende de maior compromisso, aprimoramento das práticas de planejamento, transparência e promoção de um ambiente inclusivo para o controle social.

6.4 Ilhabela (SP)

A análise do orçamento público municipal de Ilhabela envolveu a leitura e reflexões em grupo do PPA 2022-2025, LOA do ano de 2023 e LDO do ano de 2024.

6.4.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

O PPA analisado diz respeito ao quadriênio 2022-2025, e traz como compromisso a promoção de um novo modelo de desenvolvimento para o município pautado nos Objetivos e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS); na gestão e aplicação eficiente e transparente dos recursos públicos; na modernização organizativa da Prefeitura Municipal; na valorização dos funcionários públicos e na democracia participativa. É ressaltado no documento a importância de "aproveitar todas as potencialidades e oportunidades do município como estância turística" (ILHABELA, p.05) e relaciona isso à necessária participação da sociedade.

São definidos os indicadores de acompanhamento de forma explícita em quatro eixos, sendo eles:

i. Desenvolvimento e Inclusão social;
ii. Desenvolvimento Econômico e do Turismo, Promoção de Emprego e Renda;
iii. Desenvolvimento Territorial e sustentabilidade ambiental; e
iv. Desenvolvimento Institucional e Participação Social.

De modo geral, é possível observar menção ao Plano de Governo ao passo que se refere, ao longo do documento, a programas e iniciativas da atual gestão. No entanto, é reforçado sobre a atuação da Administração Direta e Indireta, inclusive da Câmara Municipal, e o direcionamento pautado nos ODS. Estão presentes no documento as informações relativas às despesas (custeio) e investimento (capital), sendo com a seguinte distribuição dos investimentos:

- 48,6 % nos Programas do Eixo de Desenvolvimento e Inclusão Social;

- 31,8% no Eixo Desenvolvimento Territorial e sustentabilidade ambiental;
- 17,1% no Eixo Desenvolvimento Institucional e Participação Social; e
- 2,5% no eixo Desenvolvimento Econômico e do Turismo, e Promoção de Emprego e Renda.

O PPA 2022-2025 consta no Portal da Transparência, e ocorreram anteriormente à sua publicação um total de três audiências públicas referente para a sua elaboração em março de 2021, por meios eletrônicos visto orientações de prevenção ao contágio do COVID-19, onde também foi discutido sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022.

6.4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO analisada refere-se ao ano de 2024, e neste documento estima-se que, diferente do ano vigente, ocorrerá aumento das despesas correntes de 2025 a 2027. Não há risco de as receitas não acontecerem, entretanto, o documento aponta a situação de ameaça em relação ao processo interposto pela Prefeitura Municipal de São Sebastião perante o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) frente a tabela de partilha dos *royalties* definidos pela ANP, que resulta em possível queda na arrecadação orçamentária do município.

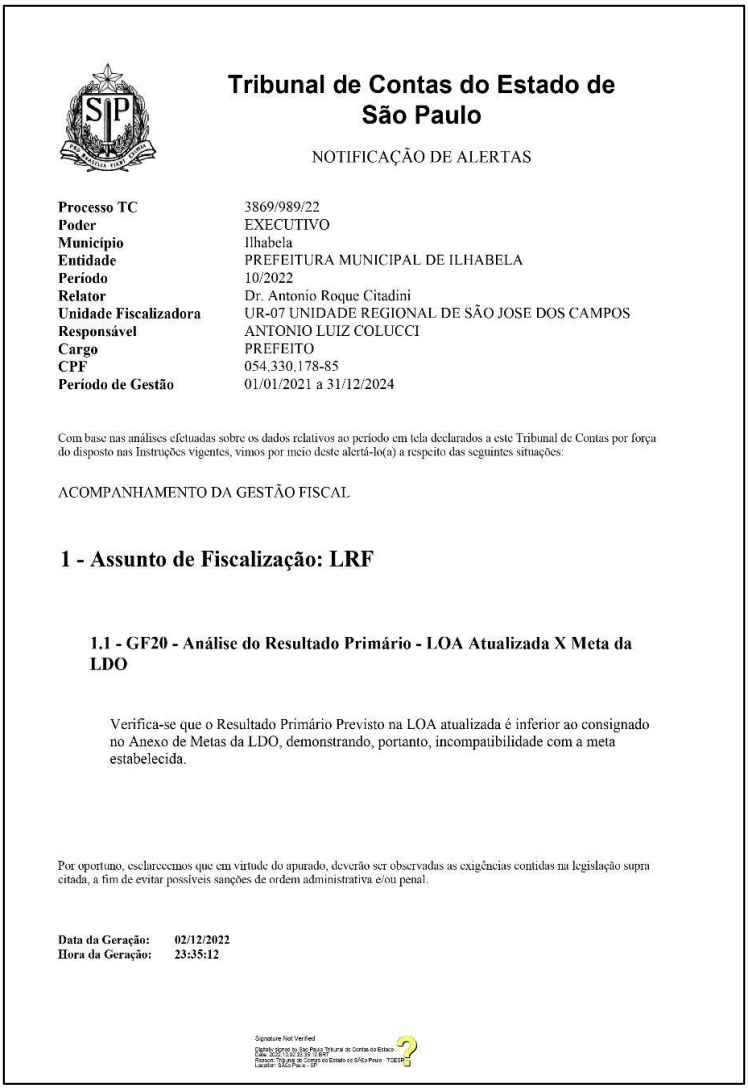
O documento não deixa explícito se fará renúncia de receita, entretanto, afirma que se tal situação ocorrer não haverá cortes orçamentários nas áreas da educação, saúde e assistência social.

Há anexos e demais itens obrigatórios no documento, porém existem não conformidades no que compete às normas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), onde nota-se documentos com formatos ".pdf" e não em ".txt", sendo este formato mais adequado para a acessibilidade das informações contidas nos documentos. Para além, notamos também que o documento tem perdido a qualidade de resolução, ao longo dos anos, entre 2012 e 2024, com a LDO de 2024 publicada como uma imagem em formato "pdf", impossibilitando quaisquer possibilidades de pesquisas.

6.4.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA analisada refere-se ao ano de 2023, nela há uma lista de códigos que permitem entender as siglas do orçamento, assim como as diretrizes, os objetivos, metas setoriais e quadros das despesas.

Destaca-se que durante a pesquisa pela LOA no portal da prefeitura, chamou a atenção do grupo uma notificação de alerta do TCE-SP referente a ausência de compatibilidade entre as metas previstas na LDO de 2022 com os resultados de execução da LOA do mesmo ano, como pode ser observado na figura a seguir.



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

Processo TC	3869/989/22
Poder	EXECUTIVO
Município	Ilhabela
Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA
Período	10/2022
Relator	Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora	UR-07 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS
Responsável	ANTONIO LUIZ COLUCCI
Cargo	PREFEITO
CPF	054.330.178-85
Período de Gestão	01/01/2021 a 31/12/2024

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções vigentes, vimos por meio deste alertá-lo(a) a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: LRF

1.1 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 02/12/2022
Hora da Geração: 23:35:12

Signature Not Verified

Figura 16: Análise de fiscalização retirada do site TCE contendo diferenças entre a LOA atualizada e as metas previstas na LDO de 2022.

6.4.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

Todos os documentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) encontram-se publicados e acessíveis na plataforma on-line da Prefeitura. No entanto, para a compreensão e interpretação das informações é necessário um estudo prévio, uma vez que a produção dos documentos carece do uso de uma linguagem cidadã.

6.4.5 Relação entre os documentos orçamentários

As principais deficiências nos documentos (PPA, LOA e LDO) são os indicadores e dados do Município desatualizados, por exemplo, em relação ao ordenamento urbano, territorial e o déficit habitacional. Os dados trazidos para ilustrar a ocupação de áreas de restrição, datam do Censo de 2010 e/ou do Plano Diretor de 2006. O próprio PPA 2022-2025 reconhece a inexistência de dados atualizados.

6.4.6 Plano Diretor

O Plano Diretor de Ilhabela, este é datado de 2006, ou seja, encontra-se desatualizado de acordo com as recomendações legais que orientam a revisão a cada 10 anos. Diante disso, e frente a pressão da sociedade civil e outros órgãos, o poder público municipal iniciou a revisão do Plano em fevereiro de 2023. Foi contratado uma empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para revisão da Lei. Foram elaboradas etapas para o levantamento de dados, plano de mobilização e cronograma das atividades, todos disponíveis no site oficial da Prefeitura. No momento, a revisão se encontra em elaboração.

6.4.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Ilhabela (SP)

A análise dos instrumentos orçamentários e de planejamento urbano de Ilhabela (SP) evidencia um panorama desafiador, marcado por avanços pontuais e limitações estruturais. O PPA, LDO e LOA apresentam aspectos positivos no tocante à transparência, organização e alinhamento com os ODS. No entanto, refletem deficiências significativas na integração de dados atualizados, acessibilidade e cumprimento de normativas legais.

O **PPA 2022-2025** demonstra um compromisso formal com o desenvolvimento sustentável, enfatizando diretrizes voltadas à inclusão social, sustentabilidade ambiental e participação cidadã. Entretanto, a ausência de dados atualizados, compromete a eficiência do planejamento. A dependência de informações desatualizadas, como o Censo de 2010 e o Plano Diretor de 2006, sublinha a necessidade aprimoramento, pela Prefeitura, de elabora um diagnóstico da realidade municipal mais acurado e atualizado.

A **LDO de 2024**, por sua vez, destaca a previsão de aumento das despesas correntes nos anos subsequentes e identifica potenciais riscos orçamentários, como a judicialização da partilha de *royalties* entre Ilhabela e São Sebastião. Apesar de atender aos requisitos legais básicos, o documento apresenta problemas de acessibilidade, como o uso de formatos inadequados para consulta e pesquisa, além de uma deterioração na qualidade de digitalização ao longo dos anos.

Já a **LOA de 2023** cumpre seu papel ao detalhar diretrizes, objetivos e metas setoriais, mas requer conhecimento técnico prévio para interpretação, o que restringe seu alcance junto à população geral. Além disso, a análise do TCE-SP revela inconsistências entre a LDO de 2022 a LOA do mesmo ano, apontando fragilidades na articulação entre os instrumentos de planejamento e execução orçamentária.

Outro ponto crítico é a desatualização do **Plano Diretor**, cuja última versão data de 2006. A revisão iniciada em 2023 representa um avanço, mas está em fase inicial. O Plano Diretor desatualizado compromete a capacidade da prefeitura de superar os desafios urbanos vivenciados atualmente no município,

especialmente o crescimento populacional, a pressão sobre meio ambiente e a agenda turística intensa e pouco planejada.

A análise evidencia que, embora Ilhabela tenha avançado na formalização de seus instrumentos de planejamento, ainda falta muito a avançar, sobretudo na atualização dos dados municipais e uma gestão mais integrada e eficiente. Nesse sentido, a modernização dos processos e a participação efetiva da sociedade civil são fundamentais para que o município alcance um desenvolvimento sustentável e equilibrado, alinhado às demandas contemporâneas.

6.5 Caraguatatuba (SP)

A realização da análise do orçamento público municipal de Caraguatatuba teve início com um repasse conceitual entre a equipe técnica e os Elos, considerando:

i. O PPA é a lei que define as diretrizes, estratégias, recursos e metas para cada área de atuação para um período de quatro anos, contando a partir do segundo ano da nova gestão eleita. É o documento que traduz o planejamento de médio prazo da administração pública municipal;
ii. A LDO é realizada anualmente e aponta as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a LOA baseando-se no que foi estabelecido pelo PPA, ou seja, é a ligação entre os dois documentos citados anteriormente; e
iii. A LOA é a Lei que prevê a quantidade de recursos que o governo municipal irá arrecadar, além de fixar os gastos e despesas do ano seguinte. É proposta pelo poder executivo, porém precisa ser aprovada pelo poder legislativo em dois turnos.

A partir dessas definições, observou-se que o município de Caraguatatuba cumpre a obrigação legal apresentando os três documentos (PPA, LDO e LOA).

6.5.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

Avaliando o PPA, foi possível verificar que algumas informações não ficam claras. Os dados apresentados no documento que tratam do cumprimento de metas são superficiais. Reportam informações genéricas, sem estar atrelados aos objetivos específicos de cada secretaria. E o valor dos recursos orçados no final dos períodos sempre ultrapassa muitas vezes a expectativa de arrecadação com impostos e repasses. Desse modo, o município de Caraguatatuba tem apresentado nos dois últimos anos (2023 e 2024) despesas superiores as receitas, obrigando o município a recorrer à empréstimos, aumentando o endividamento municipal.

Em se tratando das metas definidas no PPA, os percentuais de evolução não são claros. Faltam documentos que demonstrem com mais detalhes essas informações. Os resultados são meramente numéricos, impossibilitando uma análise mais precisa sobre a execução, conforme pode ser observado no Relatório de Monitoramento do PPA do município ano base 2023:

> *"O plano conta com 253 ações distribuídas em 15 eixos, e os resultados indicam que 55% das ações foram classificadas como adequadas, 16% em atenção e 29% em cuidado. Além disso, 47% das ações foram concluídas em sua totalidade. O indicador de eficácia para as ações do Plano de Governo atingiu 58%"*[13].

A análise dos instrumentos de planejamento e orçamento público de Caraguatatuba (SP) aponta avanços no cumprimento das obrigações legais e desafios significativos relacionados à clareza, transparência e atualização de dados.

6.5.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A leitura e análise da LDO de 2024 permitiu de pronto verificar que algumas ações não são tão objetivas, ou seja, são colocadas de forma genérica

[13] PPA 2022-2025, ano 2023. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2024/02/RELATORIO-MONITORAMENTO-PPA-2023.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

sem detalhar os bairros que serão contemplados e como serão feitas. E, embora o documento esteja disponível nos canais oficiais, como o site da prefeitura e o aplicativo 156, a linguagem técnica e a organização insuficiente dificultam o entendimento por parte da população em geral.

Apesar do documento cumprir os requisitos legais, a linguagem técnica e a falta de detalhamento das fontes de receita e destinação dos recursos dificultam a compreensão por parte de cidadãos e até mesmo de alguns profissionais da área.

6.5.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A leitura da LOA de 2023 permitiu observar as dificuldades da gestão municipal em alinhar as metas estratégicas às demandas contemporâneas da população, e como no caso do PPA e da LDO são poucos os esforços em garantir a acessibilidade das informações para a população. Destaca-se, na leitura do documento o fato da estimativa de arrecadação municipal prevista no PPA destoar completamente do número apresentado na LOA, evidenciando assim os empréstimos realizados pela gestão municipal para cobrir os déficits orçamentários.

Do ponto de vista formal a LOA, fornece uma lista de códigos que ajudam na identificação das categorias de despesa, contudo a ausência de explicações mais detalhadas e de indicadores claros prejudica o controle social e o aprofundamento das análises pelos Elos.

6.5.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

Considerando a complexidade dos documentos, a equipe e o Elo tiveram dificuldades para encontrar algumas informações. A compreensão de alguns tópicos ficou prejudicada, tanto pela falta de informações claras e detalhadas, bem como, da origem das fontes de receitas e de como serão os gastos públicos.

Apesar da facilidade de encontrar os documentos nos canais oficiais como o *site* da prefeitura e aplicativo 156, a linguagem utilizada é de difícil

compreensão pelas pessoas que não estão familiarizadas com as ciências contábeis, fato que prejudica o entendimento das informações pelas classes mais simples da sociedade.

6.5.5 Relação entre os documentos orçamentários

Os três documentos: PPA, LDO e LOA não são exatamente claros, com dados incoerentes, como citado no exemplo da estimativa da arrecadação municipal no PPA destoar dos números apresentados na LOA.

Em linhas gerais o grupo entendeu que os documentos orçamentários de Caraguatatuba não levam em consideração as necessidades atuais do município, além disso destaca-se a falta de atualização do Plano Diretor. Contudo, o município segue a premissa da Lei Federal 10.257/2001 do Estatuto das Cidades para as definições de planejamento junto com o Plano Diretor. Porém, com a leitura e análise do PPA, LDO e da LOA, percebe-se que algumas ações não são tão objetivas, ou seja, são colocadas de forma genérica sem detalhar os bairros que serão contemplados e como serão feitas.

Não obstante, percebeu-se que a organização do documento PPA necessita de melhor estruturação. Sentiu-se falta de conteúdos básicos como sumário e glossário, com vistas a traduzir jargões e termos técnicos. Mais uma deficiência verificada é a falta de uma seção com as definições dos códigos orçamentários, pois a leitura dessa informação fica restrita apenas aos técnicos e pessoas com conhecimento na área das ciências contábeis.

6.5.6 Plano Diretor

O Plano Diretor, Lei Complementar nº 42/2011, está defasado. Sua elaboração se deu no exercício de 2011. Posterior a isto foram realizadas apenas algumas atualizações superficiais, desacompanhadas de um processo abrangente de revisão, em pontos que a gestão municipal considerou

importante, como as Leis Complementares de nº 73/2018[14] e nº 104/2023[15], quando o correto seria refazer o plano diretor com estudos técnicos aprofundados como era uma expectativa da população, haja vista o significativo crescimento da cidade nos últimos anos.

As alterações promovidas, basicamente, visaram atender demandas pontuais referentes ao uso e ocupação do solo, viabilizando assim a implantação de megaempreendimentos como o novo contorno da rodovia dos Tamoios, além da aprovação de subsídios para as infraestruturas portuárias, como a liberação de uma nova área de *containers.* Pelo menos essas foram as percepções dos educadores em discussão com o Elo municipal.

6.5.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Caraguatatuba (SP)

O PPA 2022-2025 define diretrizes gerais e metas para a gestão municipal, mas peca pela falta de especificidade e detalhamento. As ações são apresentadas de maneira genérica, sem indicar claramente os bairros contemplados ou os métodos de execução. A superficialidade das metas e a inconsistência entre as estimativas de arrecadação e os valores efetivamente realizados comprometem a eficácia do planejamento. O Relatório de Monitoramento do PPA de 2023 mostra que apenas 47% das ações foram concluídas, enquanto 29% exigem atenção especial, indicando fragilidades na execução e no monitoramento das políticas públicas.

A LDO, que deveria estabelecer prioridades anuais e orientar a LOA, também carece de clareza e acessibilidade. Embora cumpra os requisitos legais, a linguagem técnica e a falta de detalhamento das fontes de receita e destinação dos recursos dificultam a compreensão por parte dos cidadãos e até mesmo de alguns profissionais da área. A falta de harmonia entre as previsões da LDO e

[14] PMC. Audiência Pública do Plano Diretor. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/2023/05/camara-realiza-4a-audiencia-publica-do-plano-diretor-de-caraguatatuba-nesta-quarta-feira/. Acesso em: 04 nov. 2024.

[15] Plano diretor vigente. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/servicos/servicos-a-empresa/plano-diretor/. Acesso em: 24 out.2024.

os valores da LOA reflete uma desconexão entre o planejamento e a execução orçamentária.

A LOA, por sua vez, apresenta dificuldades semelhantes. Apesar de fornecer uma lista de códigos que ajudam na identificação das categorias de despesa, a ausência de explicações mais detalhadas e de indicadores claros prejudica o controle social. O documento segue os padrões legais, mas a estimativa de arrecadação frequentemente destoa da realidade, evidenciando a necessidade dos empréstimos para cobrir os déficits, situação que vem se agravando, como observado nos anos de 2023 e 2024.

O Plano Diretor, desatualizado desde 2011, é outro ponto crítico. As alterações realizadas desde então foram pontuais e atendem a demandas específicas, como infraestrutura portuária e uso do solo para grandes empreendimentos, sem um processo abrangente de revisão. A ausência de um plano atualizado compromete a capacidade do município de planejar o crescimento urbano de forma sustentável, especialmente diante do rápido desenvolvimento observado nos últimos anos, sobretudo pela presença da indústria do petróleo e gás natural no território entre Caraguatatuba e São Sebastião.

Em suma, o município enfrenta o desafio de alinhar seu planejamento orçamentário e urbano às necessidades atuais, garantindo maior transparência, acessibilidade e atualização dos dados. A estruturação mais clara dos documentos, acompanhada de uma revisão abrangente do Plano Diretor, é fundamental para fortalecer a governança e promover um desenvolvimento urbano e econômico equilibrado, em sintonia com as demandas da população e os princípios de sustentabilidade.

6.6 Paraty (RJ)

Os Elos municipais sob a orientação da equipe técnica de educadores, com o apoio de especialistas que conduziram os grupos de estudo, promoveram a análise do orçamento público municipal tomando por base o PPA, LDO, LOA e o Plano Diretor do município.

Para a elaboração do relatório de análise foram considerados vários aspectos como a legislação, a transparência e a acessibilidade, entendida como a linguagem de fácil compreensão pelo cidadão.

6.6.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

O PPA é um documento fundamental para promover uma visão de longo prazo definindo prioridades em áreas como saúde, educação e infraestrutura, que são especialmente relevantes para o desenvolvimento do município. De acordo com a legislação municipal, o PPA deve ser elaborado em conformidade com as diretrizes do planejamento nacional e estadual, garantindo a integração das políticas públicas em diferentes níveis.

No caso do município de Paraty o PPA se reporta ao período de 2022 a 2025. O documento apresenta uma visão genérica das próximas ações que serão realizadas pela gestão municipal. Da forma que se encontram as informações, não é possível saber para quais localidades e bairros foram planejados a implementação de obras e melhorias da infraestrutura.

A conclusão do grupo foi de que a ausência de informações minimamente detalhadas dificulta a compreensão de como os recursos financeiros serão utilizados pela gestão municipal, e, em consequência disso, fica prejudicada a prática do controle social, sendo necessário maior participação popular para que melhores práticas de planejamentos sejam consideradas pela prefeitura.

6.6.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO, por sua vez, orienta a elaboração da LOA, apresentando metas e prioridades para a gestão fiscal do município. Ela é fundamental para a transparência, pois informa à população quais objetivos o governo pretende alcançar em um determinado período.

Em relação à LDO de 2023 de Paraty, é possível encontrar as informações necessárias para eventuais comparativos com a LOA do município. Um ponto positivo percebido durante a análise e comparação dos documentos é

de que não foram identificadas divergências entre as informações disponíveis nestes documentos.

Do ponto de vista da transparência pública verifica-se que a LDO se encontra disponível no Portal da Transparência do município de Paraty. Já sob a óptica da acessibilidade verifica-se que a complexidade e a linguagem técnica tornam a informação da LDO praticamente inacessível para a maioria dos cidadãos, dificultando a compreensão das diretrizes orçamentárias. Essa falta de clareza, como apontado anteriormente pelo grupo, afasta a população da participação ativa nos processos de controle social.

6.6.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA detalha as receitas e despesas previstas para um exercício fiscal ou para um ano do município, incluindo investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura. E a versão da LOA 2023 se encontra disponível no Portal da Transparência de Paraty com todos os itens e anexos previstos em lei. Entretanto, a LOA referente ao exercício de 2024, até o momento da construção deste documento, ainda não estava disponível em sua versão completa no *site* da prefeitura.

Sob a óptica da transparência dos atos públicos, o grupo concordou em relatar que sem acesso a essas informações, os cidadãos ficam impossibilitados de realizar uma análise crítica e comparativa, dificultando assim o exercício do controle social e a fiscalização do uso dos recursos públicos.

6.6.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

No que se refere à disponibilização de informações os documentos estão publicados no portal da transparência do município, entretanto merece destaque a falta da versão completa da LOA de 2024, fato que impediu estudos mais aprofundados.

A análise mostrou que as audiências públicas, importante ferramenta de transparência e participação social, foram anunciadas com pouco tempo de antecedência no *site* da Câmara Municipal de Paraty. Essa situação contribui para a baixa adesão da população. Enquanto o prazo legal para a divulgação é de até quinze dias antes da data prevista para o evento, existem evidências da divulgação de algumas audiências públicas, pela gestão municipal, que não respeitaram esse prazo, sendo divulgadas com apenas sete dias de antecedência.

A pouca divulgação e a falta de campanhas para engajar a população nesses espaços limitam a eficácia das audiências públicas, resultando em um esvaziamento dos eventos e consequentemente dos debates acerca do planejamento e do orçamento público.

Além da questão da acessibilidade, a comunicação e o engajamento são fatores fundamentais para a efetividade do controle social nas audiências públicas. A divulgação das chamadas com pouca antecedência não apenas reduz a capacidade de mobilização da sociedade civil, mas também limita a diversidade de vozes presentes nos debates.

Por fim, a estrutura do *site* da Câmara Municipal, que deveria ser uma ferramenta de transparência, frequentemente confunde os usuários, tornando a busca por informações específicas um desafio.

6.6.5 Relação entre os documentos orçamentários

A análise dos instrumentos de planejamento e gestão orçamentária de Paraty revela importantes avanços, mas também destaca lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à transparência, acessibilidade das informações e integração entre as peças orçamentárias. O município atende aos requisitos legais apresentando o PPA, a LDO e LOA, além de ter revisado recentemente seu Plano Diretor em 2023. Contudo, desafios permanecem no detalhamento das informações, na divulgação das ações e no engajamento da população.

O PPA 2022-2025 apresenta uma visão estratégica para o município, com diretrizes alinhadas às demandas locais e participação comunitária na sua elaboração. No entanto, há uma falta de detalhamento nas ações planejadas, o que dificulta a identificação das localidades e bairros beneficiados, bem como a especificação de como as obras e iniciativas serão executadas. Essa superficialidade limita a compreensão do impacto prático das políticas públicas, prejudicando o monitoramento de sua implementação.

A LDO de 2023 cumpre seu papel de orientar a elaboração da LOA e se encontra disponível no portal de transparência. O documento não apresentou divergências em relação ao PPA, o que demonstra certa coerência na gestão orçamentária. Entretanto, como em outros casos, a linguagem técnica e a falta de elementos que facilitem a leitura por cidadãos leigos dificultam o acesso à informação, reduzindo a capacidade de controle social efetivo.

A LOA de 2023 está acessível e contém os anexos exigidos por lei, mas enfrenta limitações semelhantes às demais peças. Além disso, a versão completa da LOA de 2024 ainda não estava disponível no portal de transparência no momento da análise, fato que dificultou a comparação atualizada dos investimentos e das receitas planejadas.

6.6.6 Plano Diretor

Paraty possui um Plano Diretor datado de 2007, revisado em 2023, conforme os documentos analisados. Esta revisão recente é essencial para a integração desse documento com o PPA, LDO e a LOA, de forma a alinhar as diretrizes de desenvolvimento urbano com as metas orçamentárias.

A versão atualizada do Plano Diretor de Paraty ainda não foi disponibilizada de forma completa. Desse modo não foi possível realizar uma comparação com os demais documentos, sobretudo a LOA 2023e a LOA 2024, também não disponibilizada em sua versão completa.

Diante da falta de informações, o grupo procurou analisar o documento de forma indireta, por meio da leitura do PPA, não sendo identificadas

discordâncias entre o documento e o Plano Diretor. Porém ressalva-se que o PPA apresenta uma visão genérica das ações planejadas pela gestão municipal.

A conclusão do grupo acerca da situação do Plano Diretor e dos demais documentos orçamentários de Paraty é de que, caso não haja a integração consistente do processo de planejamento, nos próximos anos os investimentos poderão continuar a não responder às necessidades de infraestrutura e serviços demandados pela população municipal, resultando na execução orçamentária desalinhada com as prioridades.

6.6.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Paraty (RJ)

O exercício analítico do PPA, LDO e LOA do município de Paraty auxiliou no entendimento de que em conjunto esses três instrumentos asseguram que o planejamento e a execução orçamentária sigam uma lógica integrada e coordenada, possibilitando maior eficiência na gestão pública.

A LOA, junto com os demais instrumentos e com o Plano Diretor, em tese permite a alocação planejada de recursos públicos e são essenciais para o monitoramento da execução financeira conduzida pela gestão municipal.

No que se refere à disponibilização de informações, os documentos estão publicados no portal de transparência de Paraty. Contudo a falta da versão completa da LOA de 2024 impediu que fosse realizada uma análise aprofundada e comparativa das despesas municipais, bem como de se fazerem projeções futuras. Entende-se que a ausência de dados e de documentos completos prejudica a transparência e dificulta o acompanhamento de compromissos financeiros e dos investimentos direcionados para o município.

O Plano Diretor de Paraty, embora tenha sido revisado em 2023, precisa ser acompanhado de perto em sua implementação. Para que seja possível o exercício adequado do controle social é fundamental que a população tenha acesso a informações sobre como o Plano Diretor e o orçamento público estão sendo conduzidos. Nesse sentido é necessário que haja o fortalecimento dos canais de comunicação entre os cidadãos e a administração municipal.

Já o PPA de Paraty foi elaborado com a participação da comunidade, permitindo que os cidadãos contribuíssem com sugestões e identificassem as principais demandas para o município. Contudo, a conclusão do grupo frente ao contexto das audiências públicas é de que a participação ativa da população se torna crucial para que as demandas locais sejam incluídas nas decisões orçamentárias. E a deficiência de comunicação representa uma barreira entre a população e os espaços de decisões.

Do ponto de vista orçamentário, verifica-se que Paraty enfrenta alguns desafios consideráveis na gestão de receitas oriundas das rendas petrolíferas devido à falta de planejamento de longo prazo.

O município ainda não implementou um Fundo Soberano, que funcionaria como uma reserva financeira estratégica para períodos de crise e garantiria maior estabilidade econômica. Sem essa reserva, o orçamento público municipal corre o risco de depender excessivamente de uma fonte de receita que é volátil, sujeita às oscilações de mercado e que podem ser drasticamente reduzidas. Nesse campo, a ausência de planejamento orçamentário novamente se evidencia, não sendo identificado o tratamento adequado para essas receitas. Ademais, a falta de um plano estratégico para as rendas petrolíferas limita a capacidade de resposta da gestão municipal às situações imprevistas, como crises econômicas ou catástrofes naturais, cada vez mais comuns, sobretudo nas regiões litorâneas do Brasil.

A análise dos instrumentos de planejamento e gestão orçamentária de Paraty revela importantes avanços, mas também destaca lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à transparência, acessibilidade das informações e integração entre as peças orçamentárias. O município atende aos requisitos legais, apresentando o PPA, LDO e LOA, além de ter revisado recentemente seu Plano Diretor. Contudo, os desafios permanecem no detalhamento das informações, na divulgação das ações e no engajamento da população.

Especificamente o PPA apresenta programas e projetos alinhados às demandas locais orientadas pela participação comunitária na sua elaboração. No entanto, falta detalhamento nas ações planejadas, o que dificulta a

identificação das prioridades e o efetivo controle social. A LDO de 2023 cumpre seu papel e não apresenta divergências em relação ao PPA, o que demonstra certa coerência na gestão orçamentária. Entretanto, a linguagem técnica dificulta o acesso à informação e o entendimento das diretrizes. E a LOA de 2023 atende aos requisitos legais, mas enfrenta limitações semelhantes às demais peças, diferentemente da versão de 2024 da LOA de Paraty disponibilizada de forma parcial no portal de transparência no momento da análise.

O Plano Diretor, atualizado em 2023, ainda carece da efetiva integração com o PPA e com os outros documentos orçamentários, ação essencial para o atendimento das reais demandas de infraestrutura e serviços do município. Ademais, ainda não existem canais de acompanhamento detalhado e transparente, especialmente para que a população possa verificar como as prioridades estão sendo traduzidas em ações concretas.

Merece destaque a situação verificada no caso das audiências públicas, ferramenta essencial para participação cidadã, que enfrentam baixa adesão devido à divulgação inadequada e à falta de campanhas para engajar a população. A prática recorrente adotada pela gestão municipal de anunciar audiências com prazos inferiores ao estipulado por lei limita a mobilização e a diversidade de vozes nos debates. Corrobora com esse contexto a estrutura do site da Câmara Municipal, que dificulta o acesso direto aos documentos e às informações sobre as audiências públicas.

Em resumo, Paraty demonstra esforços na conformidade legal e nos processos de planejamento, mas enfrenta desafios na implementação de ações concretas, na gestão de receitas estratégicas e na promoção de maior transparência e participação popular. A superação dessas barreiras depende de um fortalecimento das políticas de comunicação, maior detalhamento das peças orçamentárias e um engajamento efetivo da população para garantir que o planejamento orçamentário reflita as reais necessidades do município e de seus cidadãos.

6.7 Niterói (RJ)

O estudo elaborado pelos Elos municipais de Niterói, em conjunto com a equipe técnica abrangeu o PPA (2022-2025), LDO (2024), as LOAs (2022, 2023 e 2024) e o Plano Diretor atualizado em 2019. O intuito do trabalho foi compreender se esses documentos atendem o que está previsto em lei, seus pontos de destaque e as suas principais deficiências.

6.7.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

O PPA analisado apresenta a descrição dos programas com uma estrutura coerente e clara, sendo possível identificar os seus responsáveis, bem como os setores incumbidos por sua realização. Além disso, os programas têm as suas justificativas, objetivos e público-alvo bem definidos.

No entanto, não é possível identificar em quais bairros ou regiões as ações serão executadas. Algumas ações têm como responsáveis as administrações regionais da cidade e, nestes casos, é possível inferir que a ação acontecerá no território da administração regional indicada. Fora esses casos, o documento não apresenta de forma clara em que regiões as ações serão implementadas. Isso dificulta a compreensão regionalizada das ações e do impacto dessas políticas públicas ao longo da cidade, uma vez que não há um detalhamento geográfico, mesmo para as ações vinculadas às secretarias regionais do município.

Os indicadores são baseados em fontes oficiais. No entanto, a clareza e coerência desses indicadores são insuficientes. As unidades de medidas são frequentemente genéricas e alguns desse indicadores não são de fácil entendimento, de tal modo que os indicadores poderiam ser mais bem descritos e explicados.

Em relação aos anexos e itens obrigatórios determinados pela Constituição Federal, os documentos apresentam as diretrizes; objetivos; metas; programas governamentais; fontes de financiamento e programas e ações de duração continuada. No entanto, como mencionado anteriormente, o documento falha em apresentar de forma satisfatória a regionalização das ações e

investimentos, um requisito previsto na legislação para assegurar a distribuição espacial adequada dos recursos públicos.

Outra deficiência verificada no PPA de Niterói, foi a não tradução ou detalhamento de forma clara dos recursos provenientes dos *royalties* e das rendas petrolíferas. Além disso, não há um detalhamento específico que permita entender claramente como esses recursos serão alocados.

6.7.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Na LDO analisada estão presentes quase todos os itens e anexos obrigatórios e exigidos pela legislação. Não foi possível identificar na LDO e nos seus anexos o item que aborda o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas de governo, o que é obrigatório. O único ponto de destaque em termos da avaliação dos programas é a apresentação analítica da meta fiscal do ano anterior.

Alguns pontos da LDO de Niterói têm uma linguagem acessível. Entretanto, outros mantêm a tradição de uso de uma linguagem mais técnica, como o anexo V – Metodologia de cálculo do AMF-ARF. Nos anexos III, IV e V foi possível identificar quanto o município fará de renúncia de receita. Porém, não é possível identificar com clareza quem será beneficiado, já que algumas renúncias têm identificação e outras não. No anexo V há uma seção dedicada aos riscos fiscais e providências que detalha os riscos da baixa arrecadação dos *royalties* do petróleo e os cenários que podem ocasionar essa situação. Além da baixa arrecadação das rendas petrolíferas ou mudança na legislação (referente à disputa judicial da redistribuição dos *royalties* com base na Lei Federal nº 12.734/12), também fala sobre o risco que a Niterói Prev pode correr devido às operações de financiamento e promoção de empreendimentos imobiliários. A tabela que sistematiza essas informações também está presente nos anexos III e IV da LDO.

Nas prospecções feitas para os próximos anos apresenta-se a perspectiva de diminuição da dívida pública municipal. Algumas tabelas trazem a informação da dívida pública consolidada e da dívida consolidada líquida. Além

disto, faz um comparativo, através de tabelas, entre os anos de 2021 e 2026. Fica entendido que a dívida pública está diminuindo porque o percentual está diminuindo de 2023 para 2024 e as projeções são de percentuais negativos. Apenas no anexo V da LDO é possível identificar as projeções feitas com os *royalties* e como eles serão utilizados. Porém, essa informação é apresentada de forma genérica, não sendo possível identificar onde os recursos serão aplicados. Todas essas informações estão em formato de texto e tabelas que sistematizam o que foi descrito.

6.7.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

As LOAs analisadas dos anos anteriores a 2024 se demonstram ser documentos claros que contemplam todos os anexos e itens obrigatórios previstos por lei. Sendo assim, tem discriminado o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais. Além de discriminar as receitas e despesas, autoriza créditos suplementares e operações de crédito e equilíbrio orçamentário. Em relação aos anexos, quando analisada a LOA 2024 ainda não apresentava os anexos de metas e riscos fiscais. Porém, a LOA 2023 já tem todos os anexos disponíveis.

Nos documentos estão claras as previsões de receitas e dos investimentos provenientes dos *royalties*. É possível discriminar essa informação dentro dos programas e órgãos de governo. Em relação à lista de códigos, não foi encontrado nenhum descritivo dos numerais, que permita entender com mais detalhes o orçamento. Isso dificulta muito a interpretação das informações, sendo necessário buscar pelo nome ou ter um conhecimento prévio dos códigos para buscar desta forma.

6.7.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

Os documentos da LOA, LDO e PPA são encontrados no portal do município de forma relativamente fácil, de maneira simples que contempla apenas dois ou três cliques para encontrar esses documentos. A acessibilidade

a esses documentos é boa. De modo geral, a clareza dos documentos orçamentários é intermediária, pois alguns termos e seções são muito técnicas, dificultando a compreensão dessas partes para um público geral mais leigo acerca do orçamento público.

As audiências públicas de avaliação e aprovação dos documentos orçamentários são divulgadas por meio do Facebook da câmara de vereadores. Por vezes, em frente à Câmara de Vereadores são colocadas faixas anunciando as audiências públicas, mas essa publicidade não ocorre com todas as audiências. No site oficial do governo municipal e da câmara de vereadores nem sempre essas notícias são veiculadas com muita antecedência. Por vezes, publicam há poucos dias do evento. No geral, os documentos são disponibilizados dentro do prazo legal, porém não foi possível precisar o tempo médio que a gestão leva para disponibilizá-los após as audiências públicas.

As audiências públicas são abertas para a participação da sociedade civil tanto de forma presencial como virtual. As audiências públicas são transmitidas pelo *Facebook* da câmara de vereadores e a Câmara disponibiliza o link do *Google Meet* para a reunião virtual. Normalmente, durante a audiência existe um momento de inscrição de falas abertas para o público e depois os inscritos são chamados para fazer seus discursos.

Ao frequentar as audiências públicas, a equipe observou, analisou e mapeou as pessoas que mais participam destes espaços e percebeu que um grupo considerável que participa deste espaço são de classe média e majoritariamente vinculada a alguma organização da sociedade civil ou partido político. Os coletivos que são mais atuantes neste espaço são os da região oceânica ligados a movimentos ambientais, pescadores e associação de moradores dos bairros desta região. Outras pessoas atuantes nestes espaços são da economia solidária, de coletivos vinculados a partidos políticos, assessores de deputados estaduais e indivíduos que querem se promover politicamente (interesse em concorrer a um cargo político). Também participam alguns indivíduos representando a classe dos professores e dos profissionais da saúde. Há uma baixa participação de pessoas pretas retintas nestes espaços,

que majoritariamente é ocupado por pessoas brancas e pardas – negras de pele clara.

6.7.5 Relação entre os documentos orçamentários

Os documentos do PPA, LDO e LOA têm uma relação clara e coesa entre si. No entanto, existe uma diferença entre as metas apresentadas em cada documento. Há também diferenças exorbitantes nos valores destinados para os mesmos programas e ações que estão na LDO e na LOA. Ao analisar algumas ações e programas, a previsão orçamentária na LDO está muito superior ao que realmente é previsto na LOA. Por exemplo, foi observado na ação “4163 - Estímulo à agricultura familiar, hortas comunitárias, feiras e pescadores artesanais” com previsão de R$ 321.200,00, na LDO de 2024 e de R$50.000,00, na LOA do mesmo ano. Ademais, todos os documentos cumprem os prazos legais de entrega e aprovação.

6.7.6 Plano Diretor

O município de Niterói possui 481.749 habitantes (IBGE, 2022). Nesse contexto, de acordo com a Constituição Federal e Estatuto da Cidade, é obrigatório o município ter um Plano Diretor.

A primeira legislação do Plano Diretor de Niterói foi elaborada em 1992 e apenas em 2014 foi dado início ao processo de revisão. De acordo com diretrizes legais encontradas no Estatuto da Cidade, o Plano Diretor deve ser revisado a cada dez anos para garantir que suas diretrizes e metas continuem relevantes e adequadas às necessidades atuais da população. Desse modo, foram mais de 20 anos para acontecer a primeira revisão do Plano Diretor na cidade de Niterói, contudo essa revisão só se findou com um novo plano diretor para cidade no ano de 2019.

Segundo o site da Secretaria de Urbanismo e Mobilidade, a revisão demorou alguns anos porque durante esse processo foi levado em consideração a participação popular, através de audiências públicas organizadas pela prefeitura. Em 2017, o Plano Diretor de 1992 foi revogado devido à criação do

Projeto de Lei nº 008/2017, que aprovou a Política Urbana de Desenvolvimento e instituiu o novo Plano Diretor. Além disso, entre 2017 e 2019, o Projeto de Lei Nº 00008/2017 foi avaliado pela Câmara de vereadores. Em seguida, foram incorporadas emendas, derivadas de sugestões populares, que resultaram na Lei Municipal nº 3385 de 2019, o novo Plano Diretor de Niterói.

No ano de 2023, houve a elaboração da nova lei urbanística da cidade, contando com oficinas participativas em toda a cidade antes das audiências públicas, visto que o Ministério Público exigiu maior participação popular na formulação desta lei, provocado pela sociedade civil atuante em Niterói. Durante algumas das audiências públicas, um grupo da sociedade civil vinculado a associações de moradores de bairro e movimentos sociais reclamaram que a lei proposta não estava alinhada com pontos e resoluções previstos no Plano Diretor da cidade. Essa reclamação vinha de professores e integrantes do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Sendo assim, o Plano Diretor está dentro das expectativas legais e práticas de revisão periódica. Porém, não foi possível identificar se as diretrizes do Plano Diretor estão incluídas no PPA. Ambos os documentos fazem menção ao documento “Niterói que queremos”[16], de forma que dá o entendimento que tanto o PPA quanto o Plano Diretor estão alinhados com esse plano estratégico.

6.7.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Niterói (RJ)

O PPA, LDO e a LOA de Niterói destacam-se como instrumentos fundamentais para a gestão financeira e orçamentária do município, atendendo, em grande medida, às exigências legais. Contudo, a análise desses documentos revela lacunas importantes que limitam sua eficácia no planejamento estratégico, na alocação de recursos e no engajamento da sociedade civil.

16 “Niterói que queremos” é um plano estratégico de desenvolvimento da cidade de Niterói para os anos de 2013 a 2033 que busca orientar a cidade para os desafios atuais e do futuro, pensando nas políticas públicas e investimentos das próximas duas décadas. Mais informações no site: https://www.portalplanejamento.niteroi.rj.gov.br/plano.php

O PPA 2022-2025 é organizado e apresenta informações sobre programas, objetivos, públicos-alvo e setores responsáveis. No entanto, carece de detalhamento geográfico que permita identificar as regiões e bairros beneficiados pelas ações, comprometendo a clareza e dificultando o monitoramento do impacto local das políticas públicas. Adicionalmente, os indicadores utilizados frequentemente são genéricos e carecem de explicação detalhada, dificultando a compreensão de seu significado e aplicação.

A LDO de 2024 apresenta avanços na transparência fiscal, com projeções da dívida pública e estimativas relacionadas às rendas petrolíferas. Contudo, itens obrigatórios como o controle de custos e a avaliação dos programas de governo não estão claramente evidenciados. As renúncias de receitas são indicadas, mas sem clareza sobre os beneficiários, o que limita o controle social. Embora alguns trechos sejam acessíveis, a linguagem técnica em diversas seções restringe a compreensão do público geral.

A LOA, especialmente a de 2024, ainda apresenta lacunas na disponibilização de anexos e informações completas. Apesar disso, é mais clara na discriminação das receitas e investimentos provenientes dos *royalties* e das rendas petrolíferas. A ausência de uma lista detalhada de códigos e a dependência de conhecimentos técnicos para interpretar os documentos dificultam o acesso às informações por cidadãos leigos.

A relação entre PPA, LDO e LOA é razoavelmente clara, mas há divergências significativas nas previsões orçamentárias de algumas ações, como em 2024 na “Ação 4163 - Estímulo à agricultura familiar, hortas comunitárias, feiras e pescadores artesanais”, cujos valores previstos na LDO e na LOA são consideravelmente discrepantes. Essas inconsistências geram dúvidas sobre a coerência e a execução planejada dos programas.

No que diz respeito ao Plano Diretor, Niterói possui um histórico de desatualização, com a primeira revisão realizada apenas em 2019, 27 anos após sua formulação inicial. Embora a revisão recente esteja em conformidade com as exigências legais, ainda existem desafios na integração de suas diretrizes com os instrumentos orçamentários. A formulação da nova lei urbanística em 2023 incluiu um esforço significativo de participação popular, mas houve críticas

sobre o alinhamento insuficiente entre o plano proposto e o Plano Diretor, destacadas por especialistas e movimentos sociais.

As audiências públicas representam um espaço de participação, mas enfrentam desafios em sua divulgação e acessibilidade. Embora estejam abertas à sociedade civil, os anúncios são feitos com pouca antecedência, e a participação é majoritariamente restrita a grupos organizados, como associações de moradores, movimentos sociais e profissionais vinculados a partidos políticos. Há também uma baixa representação de pessoas negras nesses espaços.

Em termos de gestão das rendas petrolíferas, apesar das projeções incluídas nos documentos orçamentários, as informações sobre a alocação específica desses recursos são apresentadas de forma genérica, dificultando o monitoramento de sua aplicação.

O município de Niterói possui um Fundo de Equalização de Receitas, um Fundo Soberano, criado em 2019, para formar uma espécie de poupança pública que possa amortecer frustações de receitas relacionadas ao recebimento de royalties e participações especiais. Entretanto, o aporte financeiro neste Fundo diz respeito apenas a 10% da receita de participação especial recebida, o que pode ser um problema à medida que os contratos de partilha, assinados a partir da lei 12.351/2010, não têm previsão de pagamento de participação especial, mas só de *royalties*.

De forma geral, Niterói demonstra esforços para atender às exigências legais e promover uma gestão orçamentária organizada. No entanto, a falta de clareza, detalhamento e integração entre os instrumentos de planejamento limita sua eficácia como ferramentas de governança e transparência. A maior participação popular e a revisão contínua desses instrumentos são essenciais para aprimorar o alinhamento entre as políticas públicas e as necessidades da população.

6.8 Maricá (RJ)

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos fundamentais de planejamento orçamentário e financeiro que orientam a administração pública, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Eles são essenciais para a organização das finanças públicas e para garantir que as ações governamentais sejam executadas de forma planejada e eficiente. O ideal é que esses instrumentos se conectem com o Plano Diretor que, conforme definido pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), que estabelece as diretrizes para o desenvolvimento urbano e o uso do solo garantindo que o planejamento financeiro esteja alinhado com o crescimento sustentável e ordenado das cidades, de acordo com as necessidades e objetivos a longo prazo da população.

Diante da perspectiva, de que o PPA, LOA e LDO são essenciais para a organização das finanças públicas, além de que idealmente, esses instrumentos se conectem com o Plano Diretor, é que foi conduzida a análise do orçamento público municipal de Maricá.

Os estudos se debruçaram sobre o PPA (2022-2025); LOA (2024); e LDO (2024) e tiveram o foco na verificação do atendimento da legislação, seus pontos de destaque e suas principais deficiências.

6.8.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

O PPA de Maricá encontra-se disponibilizado no Portal da Transparência do município. Por meio do documento é possível saber quais as ações do governo para o próximo ano e quais são os objetivos de cada programa, os quais são detalhados a partir da segunda página. Já na primeira página referente a cada órgão da administração pública municipal aparece o valor total referente ao que se pretende investir na gestão e administração da secretaria executora. Além disso, observou-se que o Plano de Governo vigente está majoritariamente alinhado com o PPA, sendo desenvolvidas a maior parte das propostas estipuladas.

Todavia, o Plano não esclarece quem é o público-alvo dos programas, quais são os indicadores de acompanhamento e quais regiões ou bairros onde as ações irão acontecer. As informações geográficas são apenas generalizadas como “todo o município”. O PPA, também, não especifica as referências dos indicadores utilizados. Quanto à clareza e acessibilidade para o público geral pode-se afirmar que as informações ali dispostas, são de difícil compreensão.

6.8.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O documento, disponibilizado no Portal da Transparência do Município de Maricá, inclui os itens e anexos obrigatórios, previstos em legislação. Entretanto, nele não constam os valores financeiros, apenas as metas físicas. Em relação ao risco de frustração de receitas, o município prevê o valor de até R$ 672.604.696,72 (anexo III da LDO 2024) para essa situação, além de outras ocorrências. Essa cautela é importante, tendo em vista que a maior parte das receitas do município são advindas das rendas petrolíferas, que são extremamente voláteis, por conta da variação do preço do petróleo no mercado internacional e do volume de recurso extraído, que impacta o valor pago na forma de compensação financeira recebida por Maricá.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), ao analisar as contas de Maricá no ano de 2022, a dívida consolidada líquida do município é negativa. Isto também pôde ser observado na leitura do RREO de 2023, cuja dívida consolidada líquida é de R$ -4,99 bilhões. Através da LDO é possível detectar um valor de até R$ 13,6 milhões em renúncias para beneficiários, dentre estes, pescadores autônomos, indústrias etc. Com relação à clareza e acessibilidade do documento, cabe apontar que a linguagem tecnicista das informações ali dispostas dificulta sua interpretação por um público não especializado.

6.8.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

Após solicitação de uma integrante da equipe do PEA Rendas ao e-SIC, a LOA 2024 foi disponibilizada no Portal da Transparência do município. Todavia,

apesar de conter os anexos e itens obrigatórios, como previsto em legislação, o documento é de difícil compreensão e não possui uma lista de códigos que permita compreender a fonte das receitas utilizadas para pagamento das despesas.

6.8.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

Tanto o PPA, quanto a LDO e a LOA encontram-se dispostos no Portal da Transparência do município de Maricá. Porém, o site é pouco intuitivo e os documentos possuem uma linguagem tecnicista, de difícil compreensão para o público em geral. Apesar destas dificuldades, foi possível identificar o orçamento para cada órgão e função da Prefeitura.

Ainda assim, cabe ressaltar que a equipe municipal e os Elos, ainda não possuem conhecimento para analisar se os custos previstos nestes documentos são condizentes com as demandas e desafios municipais. Já no caso do rastreio dos recursos provenientes dos *royalties* e rendas petrolíferas foi preciso recorrer ao RREO. Ao acompanhar as publicações do Jornal Oficial de Maricá (JOM) chama atenção a quantidade de emissão de decretos de crédito suplementar.

No geral, as audiências públicas são anunciadas nos portais específicos dos órgãos da administração pública, portanto, parte da população acaba não obtendo acesso a essas informações. Inclusive, o endereço contido no chamado da última audiência de revisão do Plano Diretor (15/10/2024) mudou no dia do evento e a equipe do PEA Rendas precisou dirigir-se à Câmara dos Vereadores, local onde seria realizada esta audiência pública, segundo publicizado, para obter informações sobre a nova localidade. Todavia, os funcionários da recepção forneceram um endereço errado, fazendo a equipe deslocar-se em vão para o Sport Club de Maricá. Somente após uma das educadoras de base informá-los que o espaço estava vazio, evidenciando tratar-se de uma informação infundada, é que os funcionários da Câmara forneceram um terceiro endereço, desta vez condizente com o local de realização da audiência. Este fato demonstra desorganização com um evento que é direito da população, prejudicando a participação social.

De acordo com a percepção da equipe de educadores do PEA Rendas, a participação da sociedade costuma se restringir à condição de ouvinte e a maior parte dela possui algum vínculo empregatício com a Prefeitura, como servidores e contratados.

6.8.5 Relação entre os documentos orçamentários

O PPA não define as diretrizes de forma detalhada. As metas da LDO são apenas físicas, e não financeiras. Quanto à LOA, a equipe não encontrou em seus anexos as especificações de valores alocados de acordo com os programas e projetos, somente os valores destinados às secretarias.

A relação entre o PPA, a LDO e a LOA não acontecem de forma clara e coesa como preconiza as boas práticas de gestão do orçamento municipal, pois, algumas metas elencadas no PPA em determinados anos não constam na LDO. Como exemplo, no PPA há previsão de construção da sede do Poder Legislativo, sendo uma unidade em 2024. Já na LDO de 2023 consta esta mesma construção, sendo uma unidade em 2023. Por fim, vale destacar que a equipe identificou mudanças de meta e recurso entre o PPA, a LDO e a LOA, já que algumas metas observadas em determinados documentos não são encontradas em outros.

Sobre os prazos para entrega dos documentos (PPA, LOA, LDO), todos encontram-se respeitados pela lei. Quanto às deficiências observadas nos documentos podemos citar a ausência de valores financeiros na LDO. Por sua vez, o PPA não possui qualquer detalhamento acerca das diretrizes de elaboração do documento.

Desse modo conclui-se que a relação entre os documentos orçamentários revela inconsistências significativas, como a falta de alinhamento entre o PPA, a LDO e a LOA, porém os prazos para elaboração e entrega desses instrumentos são respeitados.

6.8.6 Plano Diretor

A última revisão do Plano Diretor de Maricá foi realizada em 2006. A revisão deste documento deveria acontecer a cada 10 anos, ou seja, em 2016. Porém essa iniciativa só veio a acontecer em 2021, quando houve um processo para revisão, contudo até o presente momento o novo Plano Diretor ainda não foi aprovado.

Recentemente a população foi convocada para duas Audiências Públicas da Revisão do Plano Diretor, ocorridas em outubro e novembro de 2024. Em razão dessa defasagem, não houve incorporação das diretrizes e prioridades do Plano Diretor no PPA desde o referido ano de vencimento.

6.8.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Maricá (RJ)

A análise dos instrumentos de planejamento orçamentário de Maricá evidencia tanto o cumprimento de exigências legais quanto as deficiências estruturais e práticas que comprometem a clareza, a acessibilidade e a efetividade desses documentos. Além disso, a desatualização do Plano Diretor prejudica a integração entre o planejamento estratégico e os instrumentos orçamentários.

O PPA 2022-2025 apresenta uma estrutura básica que permite identificar os programas e ações do governo, os órgãos responsáveis e o montante de investimentos para cada secretaria executora. Apesar disso, o documento falha em detalhar o público-alvo das ações, os indicadores de monitoramento e as regiões específicas de implementação, limitando a transparência e o acompanhamento efetivo por parte da população. A linguagem utilizada é técnica e de difícil compreensão, restringindo o acesso a um público mais especializado.

A LDO 2024 está disponível no Portal da Transparência, com a maioria dos itens obrigatórios previstos por lei. No entanto, ela apresenta apenas metas físicas, sem a devida especificação de valores financeiros para programas e ações, o que limita a análise sobre a alocação de recursos. A previsão de riscos fiscais demonstra preocupação com a volatilidade das receitas oriundas das

rendas petrolíferas, mas informações sobre renúncias fiscais e beneficiários carecem de clareza. Assim como no PPA, a linguagem técnica dificulta o entendimento por parte da população geral.

A LOA 2024, disponibilizada após solicitação via e-SIC, contém os anexos e itens obrigatórios, mas apresenta dificuldades semelhantes em termos de acessibilidade e clareza. A ausência de uma lista de códigos para compreensão da origem das receitas compromete o entendimento do documento, além de não especificar valores detalhados para programas e projetos. A transparência das informações é impactada pela necessidade de consulta em documentos complementares, como o RREO, para se obter detalhes sobre receitas provenientes das rendas petrolíferas.

Quanto à transparência e acessibilidade, os três documentos estão disponíveis no Portal da Transparência, mas o site apresenta uma interface pouco intuitiva e os textos são tecnicamente densos, dificultando a participação de cidadãos não especializados. As audiências públicas, apesar de abertas, enfrentam desafios de organização e divulgação, como mudanças de local não comunicadas com antecedência, o que desestimula a participação popular. Além disso, as audiências são frequentemente ocupadas por pessoas vinculadas à administração pública, reduzindo a pluralidade de vozes nesses espaços.

A análise da relação entre os documentos orçamentários revela inconsistências significativas. Há falta de alinhamento entre o PPA, a LDO e a LOA, com metas e recursos que variam entre os documentos. Apesar disso, os prazos para elaboração e entrega desses instrumentos são respeitados.

O Plano Diretor, desatualizado desde 2006, compromete a integração com os instrumentos orçamentários. A revisão iniciada em 2021 ainda não foi concluída, não existindo assim o alinhamento desse plano com as leis orçamentárias.

Em síntese, Maricá apresenta esforços para cumprir os requisitos legais de planejamento e gestão orçamentária, mas enfrenta desafios relacionados à clareza, acessibilidade e integração de seus instrumentos. A revisão do Plano Diretor e a melhoria na organização e divulgação dos documentos e audiências são medidas essenciais para fortalecer a transparência e o controle social.

6.9 Guapimirim (RJ)

A análise das peças orçamentárias de Guapimirim (RJ) evidencia conformidade parcial com as exigências legais, ao mesmo tempo em que revela lacunas importantes no detalhamento, na clareza das informações e na integração entre os instrumentos de planejamento.

Foram avaliados o PPA 2022-2025, a LDO 2024, a LOA 2024, além de aspectos relacionados à transparência, acessibilidade e o Plano Diretor do município.

6.9.1 Plano Plurianual (PPA) 2022-2025

O PPA apresenta as metas e objetivos para o período de 2022 a 2025, mas carece de detalhamento efetivo, especialmente no que diz respeito à definição de público-alvo, regiões beneficiadas e estratégias de implementação.

Apesar do documento cumprir formalmente os requisitos legais, ele não reflete com precisão o Plano de Governo apresentado pela gestão municipal, apresentando um alinhamento frágil com as propostas discutidas durante a campanha eleitoral. Embora os programas e ações estejam descritos, os indicadores propostos são insuficientes para o monitoramento efetivo e avaliação robusta das políticas públicas, pois o documento carece de especificações claras sobre as referências metodológicas e as bases de cálculo desses indicadores, o que compromete para que o PPA de Guapimirim possa ser considerado como um instrumento de planejamento estratégico.

A distribuição geográfica das ações é genérica e muitas vezes limitada à menção de "todo o município", sem especificar bairros ou comunidades prioritárias. Esse tipo de abordagem dificulta a avaliação do impacto das políticas públicas e a priorização de recursos em áreas mais vulneráveis ou com maior demanda social.

6.9.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A LDO analisada apresenta uma relação quase automática com o PPA, sendo muitas vezes uma reprodução direta dos programas e metas descritas no primeiro documento. Embora contenha os elementos obrigatórios exigidos por lei, a LDO não demonstra flexibilidade ou adaptação para priorizar necessidades emergentes ou alterações no cenário econômico.

Os anexos disponibilizados não incluem informações financeiras detalhadas, restringindo-se às metas físicas, o que limita a compreensão do público e a possibilidade de uma análise crítica da viabilidade orçamentária. A previsão de riscos fiscais e mecanismos de mitigação estão presentes no documento, mas são abordados de forma genérica, com destaque para os riscos associados à frustração de receitas, especialmente aquelas provenientes das rendas petrolíferas. No entanto, a linguagem técnica utilizada nos anexos dificulta a acessibilidade para cidadãos sem conhecimento prévio das ciências contábeis, restringindo a participação efetiva da sociedade no processo orçamentário.

6.9.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA 2024 segue o mesmo padrão de replicação observada entre a LDO e o PPA, com pouca variação ou ajuste às demandas específicas do exercício anual. O documento apresenta os anexos e itens obrigatórios previstos pela legislação, mas a ausência de uma lista de códigos clara e explicativa compromete a compreensão do orçamento por parte do público.

Assim como na LDO, a linguagem técnica empregada dificulta o acesso de pessoas sem expertise em contabilidade e finanças públicas. Um aspecto crítico observado foi a baixa transparência em relação à alocação de recursos para programas e projetos específicos, já que os valores são frequentemente apresentados de forma agregada, vinculados apenas a secretarias ou órgãos executores. Essa falta de detalhamento prejudica a capacidade de controle social ou subutilização de recursos públicos.

Os dados do RREO e do RGF reforçam essa dinâmica, demonstrando por exemplo, que a maior parte dos empenhos realizados ao longo do ano de 2022 foi destinada a despesas correntes, com apenas 10% alocados em despesas de capital. Essa priorização de gastos correntes em detrimento de investimentos estruturais compromete a capacidade do município de realizar melhorias significativas em infraestrutura e serviços de longo prazo.

As políticas públicas e eventos promovidos pela gestão municipal frequentemente dependem de receitas extraorçamentárias, como emendas parlamentares e adiantamentos de receitas, que não estão refletidas de forma transparente na LOA. E a Câmara Municipal de Guapimirim tem desempenhado um papel predominantemente protocolar, com sessões focadas na aprovação de créditos suplementares, evidenciando a ausência de debates mais aprofundados sobre o planejamento e as prioridades orçamentárias.

6.9.4 Transparência, acessibilidade dos documentos e audiências públicas

Em relação à transparência e acessibilidade, as leis orçamentárias e seus anexos estão disponíveis no portal eletrônico municipal, mas a navegação no site não é intuitiva, o que dificulta a busca por informações específicas. Além disso, não há iniciativas para facilitar o entendimento dos termos técnicos e conceitos utilizados, como glossários ou guias explicativos. As audiências públicas, embora realizadas conforme o rito legal, têm períodos de divulgação limitados e não alcançam a amplitude territorial necessária para garantir ampla participação cidadã.

O orçamento participativo, quando implementado, resume-se a enquetes on-line com baixa visibilidade e alcance restrito. Esses fatores comprometem a eficácia do controle social e a transparência na gestão dos recursos públicos.

6.9.5 Relação entre os documentos orçamentários

O PPA apresenta as metas e os objetivos dos programas e projetos definidos pela gestão municipal desde o período eleitoral, porém carece de

detalhamento efetivo, especialmente no que diz respeito a distribuição geográfica dos recursos e as estratégias de implementação das políticas públicas. E a LDO e a LOA simplesmente repetem quase que de forma protocolar o planejamento genérico definido no PPA para o período entre 2022 e 2025.

A falta de detalhamento e de boas práticas de transparência no que diz respeito ao orçamento municipal prejudicam o controle social. Devido a isso foi necessário aprofundar a análise para o RREO e o RGF que indicam o uso frequente de emendas parlamentares e adiantamentos de receitas, que não estão refletidas de forma transparente na LOA, não existindo debates mais aprofundados sobre o planejamento e as prioridades orçamentárias no âmbito de atuação da Câmara Municipal que via de regra tem aprovado os pedidos de créditos suplementares encaminhados pelo poder executivo municipal.

6.9.6 Plano Diretor

O Plano Diretor de Guapimirim está desatualizado, com o último documento registrado datando de 2003. Esse fato compromete a integração entre o planejamento territorial e os instrumentos orçamentários, como o PPA, a LDO e a LOA, além de limitar a capacidade do município de planejar seu crescimento urbano de forma sustentável e ordenada. Apenas em novembro de 2024 foi iniciada a convocação para discussões públicas sobre a revisão do Plano Diretor, portanto não existe qualquer integração entre o planejamento urbano e as diretrizes constantes nas peças orçamentárias.

6.9.7 Análise consolidada do Orçamento Municipal de Guapimirim (RJ)

A análise global das peças orçamentárias de Guapimirim indica que, embora os documentos atendam formalmente aos prazos e requisitos legais, apresentam fragilidades significativas no detalhamento das informações, na clareza dos dados e na integração entre os instrumentos de planejamento. Essas questões refletem uma administração pública com dificuldades para transformar os instrumentos legais em ferramentas efetivas de gestão e de planejamento estratégico municipal.

6.10 Síntese das análises dos orçamentos públicos municipais

A análise consolidada das peças orçamentárias e dos planos diretores dos municípios avaliados evidencia um cenário de conformidade parcial com as exigências legais, com fragilidades significativas em termos de clareza, acessibilidade, detalhamento e integração entre os instrumentos de planejamento.

Foram analisados aproximadamente 40 documentos pelas equipes técnicas e Elos Municipais, em sua maioria, acessados por meio dos Portais de Transparência municipais, com buscas complementares nos sites das prefeituras em casos de ausência de informações ou anexos. Apesar de certa facilidade inicial no acesso aos documentos, críticas recorrentes foram feitas à organização das plataformas digitais, à navegação pouco intuitiva e à ausência de mediação para facilitar a leitura e compreensão dos dados por cidadãos não especializados.

Os PPAs, que deveriam orientar o planejamento estratégico de médio prazo, apresentaram fragilidades semelhantes em quase todos os municípios. Os objetivos e indicadores frequentemente foram classificados como genéricos, comprometendo a especificidade necessária para monitoramento e avaliação efetiva. A ausência de regionalização das ações foi um problema comum, dificultando a identificação de áreas prioritárias ou beneficiadas. Muitas ações foram descritas de forma ampla, como "todo o município", sem detalhamento sobre bairros ou comunidades específicas. Além disso, a identificação de públicos-alvo foi insuficiente ou inexistente, limitando a transparência e a capacidade de análise crítica.

Em diversos casos, como em Guapimirim e Caraguatatuba, o PPA foi identificado como desconectado do Plano de Governo apresentado pela gestão eleita, demonstrando baixa articulação entre propostas de campanha e planejamento institucional.

No caso das LDOs, embora cumprisse seu papel de estabelecer metas fiscais e prioridades anuais, enfrentou críticas significativas quanto à clareza e acessibilidade. A linguagem técnica e a ausência de elementos explicativos

dificultaram a compreensão, especialmente por parte de cidadãos sem formação em ciências contábeis ou finanças públicas. Em alguns casos, como em Maricá, o documento apresentava apenas metas físicas, sem especificar valores financeiros, o que restringiu a análise sobre a alocação de recursos.

Informações sobre renúncias fiscais e seus beneficiários foram frequentemente apresentadas nas LDOs de forma incompleta ou inexistente, prejudicando a transparência. O destaque positivo foi a inclusão de riscos fiscais em boa parte dos documentos, especialmente nos municípios mais dependentes de rendas petrolíferas. Contudo, mesmo essas informações foram abordadas de forma genérica, sem detalhamento suficiente para análises mais aprofundadas.

As LOAs foram amplamente criticadas pela falta de detalhamento e regionalização das ações. Apesar de conter os anexos obrigatórios previstos em lei, a LOA muitas vezes não apresentava informações claras sobre a destinação específica dos recursos, com valores agregados por secretarias ou órgãos executores. A ausência de listas de códigos explicativas dificultou ainda mais a interpretação dos documentos, restringindo o controle social e a fiscalização pública.

Nos casos das LOAs em que as rendas petrolíferas foram mencionadas, como em Ilha Comprida e Maricá, a discriminação de despesas associadas a essas receitas foi insuficiente, limitando a transparência sobre o uso desses recursos estratégicos. Além disso, a análise dos RREO e dos RGF revelou que a maior parte dos empenhos estava concentrada em despesas correntes, enquanto investimentos estruturais recebiam alocações limitadas.

A relação entre os documentos orçamentários evidenciou baixa coesão em diversos municípios. Foram observadas discrepâncias entre metas e recursos previstos no PPA, LDO e LOA, indicando falta de planejamento integrado. Mudanças de metas e valores entre os documentos, como em Iguape e Niterói, comprometeram a clareza e a confiabilidade das peças orçamentárias. Em alguns casos, como em Guapimirim, a LDO e a LOA foram meras reproduções do PPA, sem adaptação às necessidades específicas do exercício anual, demonstrando uma abordagem engessada e pouco responsiva.

A transparência, a participação cidadã e a acessibilidade foram desafios significativos apontados nas análises. A divulgação de audiências públicas geralmente ocorreu com prazos curtos e em canais de comunicação com baixa adesão popular, como em Paraty e Maricá.

Mesmo quando realizadas, as audiências públicas foram frequentemente dominadas por servidores públicos e grupos organizados, limitando a diversidade de vozes e a representatividade da sociedade civil. A ausência de ferramentas interativas e glossários explicativos nos portais de transparência reforçou a exclusão de cidadãos leigos no processo de planejamento e monitoramento das políticas públicas.

Os Planos Diretores dos municípios apresentaram um quadro de desatualização generalizada, com exceções pontuais, como em Paraty (revisado em 2023) e Niterói (atualizado em 2019). A ausência de revisão periódica comprometeu a integração entre o planejamento urbano e os instrumentos orçamentários, dificultando a coordenação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e ordenado. A desatualização ou inexistência de Planos Diretores, como em Ilha Comprida, comprometeu ainda mais a articulação entre as diretrizes urbanas e financeiras.

Apesar das fragilidades estruturais observadas, houve esforços pontuais que merecem destaque, como o detalhamento analítico das fragilidades em Iguape com base nos princípios do orçamento público e a identificação de práticas recorrentes de créditos suplementares em Guapimirim. Ainda assim, as análises indicam que a maioria dos municípios carece de integração mais robusta entre seus instrumentos de planejamento, maior clareza nas informações e estratégias mais eficazes para promover a participação cidadã e o controle social.

Por fim, a superação dessas lacunas exige um compromisso renovado com a transparência, a acessibilidade e a governança pública eficiente, bem como imputa no curto prazo ao PEA Rendas e a médio e longo prazo ao PMCSRP o desafio de fomentar a participação popular, a ação na gestão pública e o exercício de planejamento orçamentário efetivo e integrado com as demandas sociais, econômicas e ambientais de cada região.

VII. ANÁLISE DAS RENDAS PETROLÍFERAS

O conceito de "rendas petrolíferas" adotado nesta análise engloba quatro diferentes compensações financeiras relacionadas à cadeia de petróleo e gás natural, conforme apresentado na tabela abaixo:

Variável	Fonte
Royalties	Agência Nacional do Petróleo (ANP)
Participações Especiais	Agência Nacional do Petróleo (ANP)
Repasses da cota-parte dos estados produtores	Secretarias da Fazenda de São Paulo e Rio de Janeiro
Fundo Especial do Petróleo (FEP)	Tesouro Nacional

Tabela 5: Variáveis enquadradas no conceito de Rendas Petrolíferas**.**

Podemos definir essas compensações financeiras da seguinte forma:

i. ***Royalties*:** Compensação financeira paga pela exploração de petróleo e gás, distribuída entre União, Estados e Municípios, proporcional à produção;
ii. **Participações Especiais:** Pagamento adicional exigido para campos de alta produtividade ou grande rentabilidade, destinado a União, Estados e Municípios;
iii. **Cota-parte:** Percentual da arrecadação dos *royalties* e participações especiais que é repassado a Estados e Municípios, conforme a produção em seus territórios; e
iv. **Fundo Especial do Petróleo (FEP):** Recurso que centraliza as rendas petrolíferas, usado para distribuir essas receitas entre os entes federativos, especialmente os não produtores.

Dentre as compensações financeiras aquela mais conhecida é o pagamento dos *royalties*. Trata-se de um montante pago à União pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no Brasil como forma de compensar a sociedade pela utilização das reservas naturais não renováveis

pertencentes a União. Os *royalties* são calculados com base nos valores de produção dos campos e consideram o valor médio do produto no mês, além de outras variáveis. Tais cálculos são realizados de acordo com as Leis nº 9.478/1997 e 7.990/1989. Assim, não há intervenção das operadoras na destinação desses recursos.

A distribuição dos *royalties* é feita entre estados e municípios, ao Comando da Marinha, ao Ministério de Ciência e Tecnologia e ao Fundo Especial (administrado pelo Ministério da Fazenda, que o distribui a todos os estados e municípios do país, de acordo com critérios específicos).

Em se tratando dos *royalties*, cabe destacar a Lei Federal nº 12.734/2012, a qual determina que valores pagos em função dos contratos firmados entre operadoras e a União a partir de dezembro de 2012 sejam obrigatoriamente, destinados para a educação (75% do valor) e para a saúde (25% do valor) em todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal). Esse tema foi explorado em todas nas análises municipais apresentadas nos tópicos a seguir.

Além dessas fontes de recursos, temos as participações especiais, que são tributos aplicados à produção em campos de petróleo com alta rentabilidade. Esses pagamentos garantem uma compensação para estados e municípios, e tem a função de contribuir para reduzir os impactos sociais e ambientais da exploração.

Outro elemento importante são os repasses da cota-parte dos estados produtores, que se referem à parte da arrecadação de impostos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), destinada aos estados que extraem petróleo. Esses repasses são cruciais para que esses estados possam investir em serviços públicos e promover o bem-estar da população.

Por último, o FEP, compila uma fração das receitas da exploração, sendo gerido pelo Tesouro Nacional. Os recursos desse fundo são direcionados para financiar projetos de desenvolvimento sustentável e diversificação econômica, especialmente em regiões afetadas pela exploração, assegurando que os benefícios sejam amplamente distribuídos.

O recurso das rendas petrolíferas pode ser destinado para financiar projetos em diferentes setores, como: infraestrutura, educação, saúde e

desenvolvimento social, promovendo assim uma melhoria na qualidade de vida da população. No entanto, a dependência excessiva das rendas do petróleo pode levar a problemas como corrupção, desigualdade social e instabilidade econômica, especialmente quando os preços do petróleo variam muito no mercado.

Os tópicos a seguir apresentam as análises sobre as rendas petrolíferas desenvolvidas pelas equipes técnicas do PEA Rendas em conjunto com cada um dos Elos Municipais dos nove municípios de atuação do projeto. E refletem os diferentes pontos de vista dos grupos e o avanço de maturidade no conhecimento acerca das rendas petrolíferas, desenvolvidos por meio das ações educativas realizadas até o momento.

7.1 Iguape (SP)

7.1.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

A tabela a seguir apresenta as rendas petrolíferas que integraram as receitas do município de Iguape entre os anos de 2010 e 2023, discriminando o total nominal (valor recebido) e o total ajustado (corrigido pela inflação).

Rendas Petrolíferas de Iguape (2010 a 2023) em R$						
Ano	*Royalties*	Participações Especiais	Fundo Especial do Petróleo	Repasses estaduais	Total nominal (valor recebido)	Total ajustado (corrigido pela inflação)
2010	47.466	0	143.126	2.467	193.059	512.197
2011	2.339.532	0	163.922	7.510	2.510.964	6.287.702
2012	6.953.847	0	197.121	10.543	7.161.511	16.765.873
2013	11.247.362	432.503	204.351	19.460	11.903.676	26.390.329
2014	25.022.037	2.728.110	230.063	41.621	28.021.832	59.929.156
2015	20.579.965	941.909	173.380	54.632	21.749.886	42.024.869
2016	17.261.583	220.337	148.406	45.514	17.675.840	31.883.921
2017	22.308.708	678.990	194.715	63.177	23.245.590	42.295.893
2018	30.822.752	468.605	340.266	95.370	31.726.993	52.635.151

Rendas Petrolíferas de Iguape (2010 a 2023) em R$						
Ano	*Royalties*	Participações Especiais	Fundo Especial do Petróleo	Repasses estaduais	Total nominal (valor recebido)	Total ajustado (corrigido pela inflação)
2019	26.183.902	670.240	342.581	83.408	27.280.131	43.529.675
2020	21.646.474	265.050	340.554	38.924	22.291.001	28.564.420
2021	31.777.760	302.973	550.186	65.265	32.696.184	35.541.350
2022	44.886.384	745.833	856.937	89.265	46.578.418	47.812.891
2023	30.536.525	118.108	778.156	63.394	31.496.183	33.490.342

Tabela 6: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Iguape.

Os valores repassados ao município variam anualmente. Essa flutuação pode ser atribuída à oscilação do câmbio entre o dólar e o real, bem como, à quantidade de petróleo extraído nos Campos de Baúna e Mexilhão, na Bacia de Santos.

Entre 2010 e 2023, a média anual de valores reais foi de R$ 21,7 milhões, enquanto a média anual de valores corrigidos pela inflação foi de aproximadamente R$ 33,4 milhões. E o maior valor real recebido foi em 2022, com R$ 46,6 milhões. O uso de valores corrigidos evidencia a desvalorização real das rendas petrolíferas ao longo do tempo, destacando a necessidade de maior atenção à gestão desses recursos.

7.1.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

Considerando o recebimento de Rendas Petrolíferas pelo município, e a possibilidade de esse recebimento gerar uma dependência orçamentária no decorrer dos anos, é necessário compreender a proporção dessas rendas no total das receitas municipais. A tabela a seguir apresenta a porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal e o quanto isso representa em reais.

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal – Iguape em (R$)					
Ano	Receita Municipal Total Recebida (Nominal)	Receita Municipal Total Ajustada (corrigida pela inflação)	Rendas Petrolíferas Totais Recebida (Nominal)	Rendas Petrolíferas Totais Ajustada (corrigida pela inflação)	Percentual (%)
2010	42.692.521	113.265.594	193.059	512.197	**0%**
2011	50.552.744	126.589.061	2.510.964	6.287.702	**5%**
2012	63.176.719	147.903.541	7.161.511	16.765.873	**11%**
2013	67.604.531	149.878.557	11.903.676	26.390.329	**18%**
2014	89.211.823	190.793.712	28.021.832	59.929.156	**31%**
2015	79.861.492	154.307.417	21.749.886	42.024.869	**27%**
2016	72.792.783	131.304.611	17.675.840	31.883.921	**24%**
2017	95.935.884	174.557.577	23.245.590	42.295.893	**24%**
2018	108.169.891	179.454.087	31.726.993	52.635.151	**29%**
2019	111.229.254	177.483.504	27.280.131	43.529.675	**25%**
2020	106.368.940	136.304.648	22.291.001	28.564.420	**21%**
2021	138.655.756	150.721.344	32.696.184	35.541.350	**24%**
2022	177.733.349	182.443.834	46.578.418	47.812.891	**26%**
2023	179.060.782	190.397.890	31.496.183	33.490.342	**18%**

Tabela 7: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal (valores corrigidos para o mês 11/2024).

Analisando os dados apresentados verifica-se que 2014 foi o ano de maior participação das rendas petrolíferas representando 31% do orçamento total com base em valores corrigidos. Em 2023, essa participação caiu para 18%, refletindo tanto a redução nos valores recebidos de *royalties* quanto o aumento das receitas totais do município, indicando que o município diversificou suas fontes de receita.

A partir dos dados apresentados, é possível constatar que as rendas petrolíferas desempenham um papel relevante no orçamento municipal, correspondendo, em média, a 20% das receitas totais anuais entre 2010 e 2023, o que ressalta a necessidade de atenção à aplicação dessas rendas. E os

valores corrigidos mostram o impacto ajustado pela inflação, sendo essencial para um planejamento fiscal mais preciso.

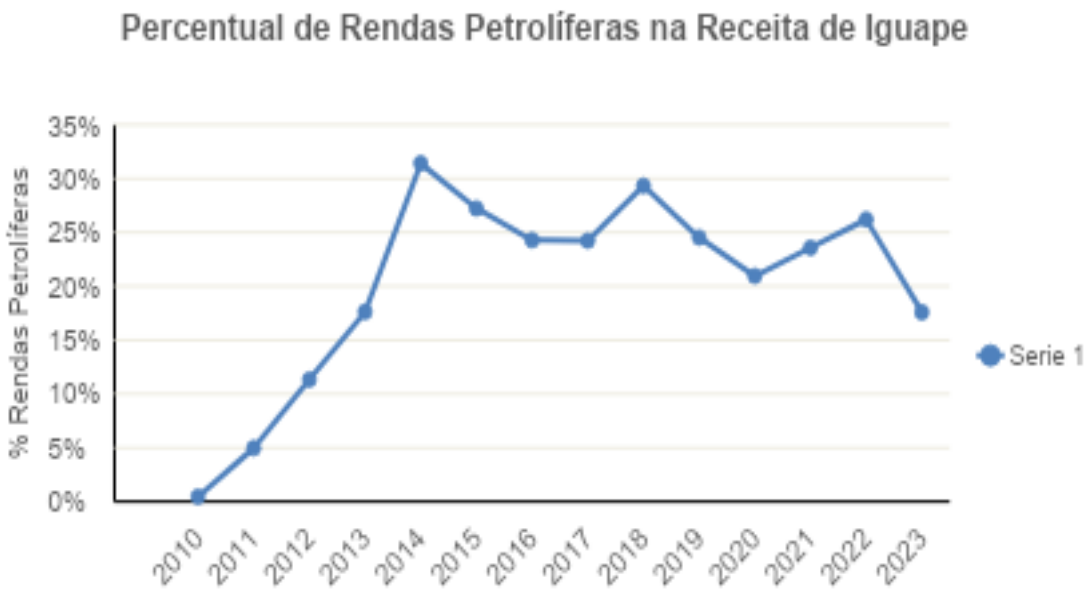


Gráfico 4: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita de Iguape.

Apesar da redução relativa nos últimos anos, passando de 31% em 2014 para 18% em 2023, as rendas petrolíferas continuam sendo uma fonte significativa para o orçamento de Iguape.

Para mitigar os riscos associados à volatilidade das rendas petrolíferas, é fundamental a adoção de medidas, como: transparência para melhor discriminação dos valores e sua aplicação no orçamento; planejamento estratégico como criação de fundos soberanos ou reserva para assegurar os investimentos de longo prazo; e a diversificação econômica para reduzir a dependência dos *royalties* por meio de estímulo a outras fontes de receitas. Além disso, a gestão desse recurso deve ser orientada pela promoção da justiça intergeracional, conforme preconizado na Constituição Federal, garantindo que os benefícios provenientes dessas rendas, atendam tanto às demandas atuais quanto às gerações futuras.

7.1.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

O município de Iguape é beneficiário das rendas petrolíferas, em função de ser confrontante dos seguintes campos produtores de O&G:

i. Mexilhão com início da produção em 2011 e previsão de término em 2035; e
ii. Baúna com início da produção em 2012 e previsão de término em 2032.

A tabela a seguir descreve em detalhes os campos confrontantes com o município.

Nome do campo	Bacia	Percentual de confrontação com o município	Data da declaração de comercialidade	Data de assinatura	Contratado
Mexilhão	Santos	34,6	22/12/2006	06/08/1998	Petrobras
Baúna	Santos	7,1	17/02/2012	26/11/2003	Karoon Petróleo e Gás LTDA

Tabela 8: Campos de produção de petróleo confrontantes com o município de Iguape.

Nesse regime, a empresa que detém a concessão tem o direito de explorar e produzir óleo e gás natural, mas também arca com todos os riscos e custos operacionais, sendo responsável por pagar *royalties* e outros tributos ao governo (ANP, 2024). E s regimes contratuais podem variar conforme as licitações e as políticas adotadas pela ANP.

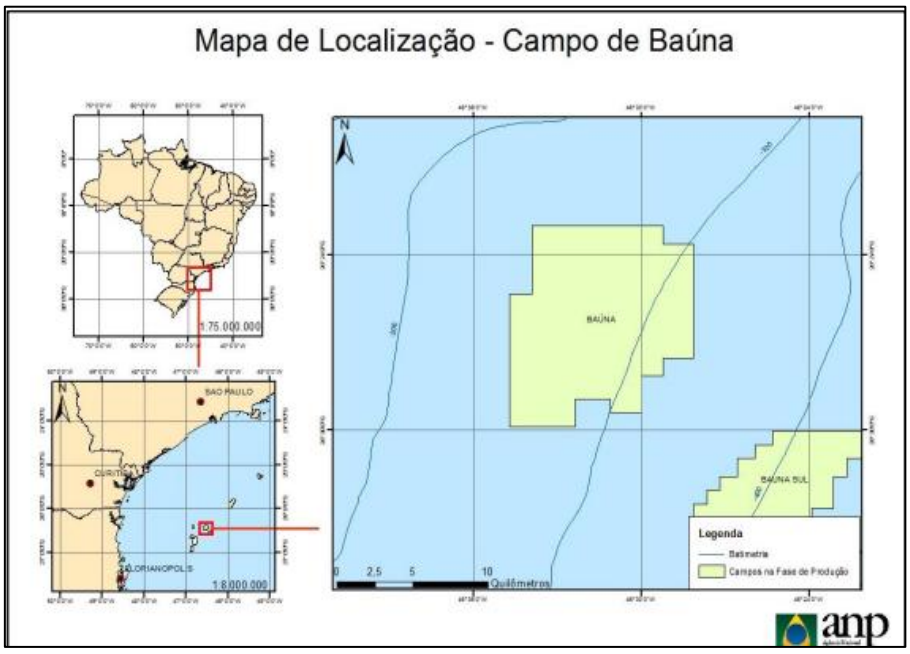


Figura 17: Mapa de localização do Campo de Baúna (Fonte: ANP).

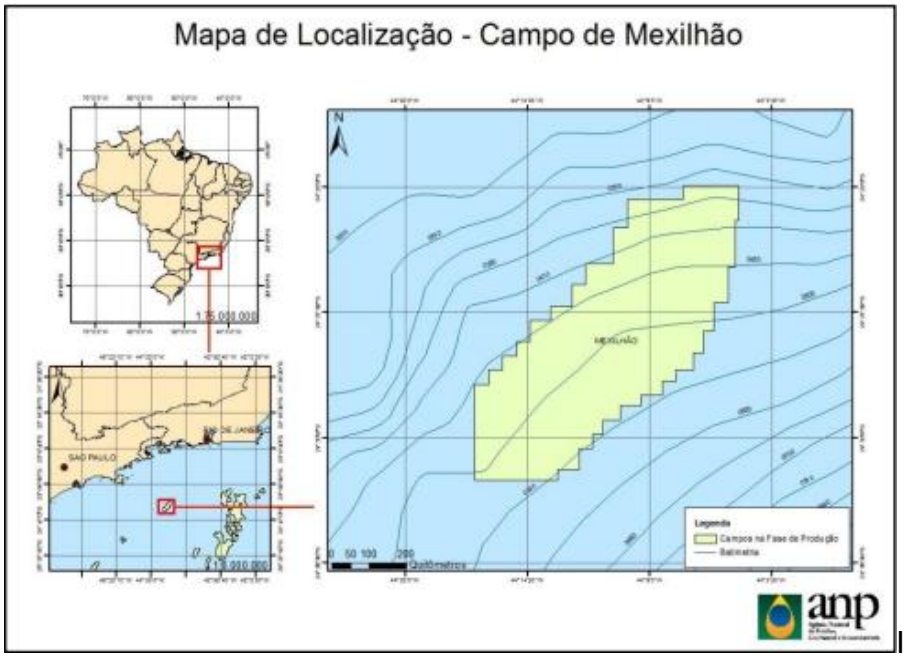


Figura 18: Mapa de localização do Campo de Mexilhão (Fonte: ANP).

7.1.4 *Royalties* para Educação e Saúde

Dada a existência da Lei Federal nº 12.858/13 que determina o uso dos *royalties* em 75% para educação e 25% para a saúde, para os contratos

posteriores a dezembro de 2012, faz-se necessário analisar o valor de *royalties* de uso exclusivo recebido pelo município. Para essa análise, foi utilizada uma série temporal abrangendo os anos de 2018 a 2022, como sistematizado na tabela a seguir:

Ano	*Royalties* Educação/Saúde (R$)	Total geral de *Royalties* (R$)	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	922.495	44.886.384	2%
2021	773.540	31.777.760	2%
2019	0	26.183.902	0%
2018	0	30.822.752	0%

Tabela 9: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei Federal nº 12.858/13.

No município de Iguape, os contratos que regulamentam o recebimento de recursos provenientes da exploração de petróleo e gás foram firmados antes de 2012, o que dispensa a obrigatoriedade de destinar esses valores exclusivamente para as áreas de Educação e Saúde. Entretanto, por fazer parte da Zona de Produção Principal (ZPP) do Estado de São Paulo, recebe, por meio do Contrato de Regime de Partilha, uma quantia destinada especificamente a essas áreas. É importante destacar que esses valores representam apenas uma pequena fração do total de *royalties* recebidos pelo município.

Adicionalmente, os valores destinados à educação e saúde, estão indicados na tabela anterior, mas não há garantia de que esses recursos provenientes dos *royalties*, nessa modalidade de repasse, tenham sido efetivamente investidos nessas áreas.

O município, em relação ao conjunto de seus recursos orçamentários gerais, costuma destinar um percentual superior ao mínimo exigido por lei – conforme observa-se nos pareceres TC-003219.989.20-9, TC-007202.989.20-8, TC-004249.989.22-9 do TCE-SP, referentes aos exercícios de 2020, 2021 e 2022, respectivamente. No entanto, por não haver mecanismos de rastreabilidade, a transparência específica dos valores provenientes dos *royalties* permanece um desafio. Essa limitação dificulta o monitoramento do

impacto direto desses recursos nas políticas públicas municipais, para além das áreas de educação e saúde.

7.1.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Iguape (SP)

A análise das rendas petrolíferas recebidas pelo município revela um panorama de grande relevância desses recursos para o orçamento público, mas também evidencia desafios significativos na gestão, transparência e planejamento estratégico associados a essas receitas.

O conceito de rendas petrolíferas adotado engloba *royalties*, participações especiais, repasses estaduais e o FEP, com valores recebidos variando ao longo dos anos devido a fatores como a produção de petróleo e as oscilações cambiais. Os dados analisados abrangem os anos de 2010 a 2023 e apontam uma média anual real de R$ 21,7 milhões, enquanto os valores corrigidos pela inflação chegam a R$ 33,4 milhões anuais.

O pico de arrecadação ocorreu em 2014, quando as rendas petrolíferas representaram 31% do orçamento municipal ajustado. Em 2023, essa participação caiu para 18%, refletindo uma redução nos valores recebidos e um aumento nas receitas totais do município. Essa queda relativa aponta para uma maior diversificação das fontes de receita, mas ressalta a necessidade de um planejamento robusto para mitigar a dependência das rendas petrolíferas, especialmente em um cenário de volatilidade dos preços do petróleo e variações cambiais.

Iguape é beneficiário das rendas petrolíferas oriundas de dois campos de produção, Mexilhão e Baúna, ambos situados na Bacia de Santos. A previsão de término das atividades nesses campos é para 2035 no caso de Mexilhão e 2032 para Baúna, o que reforça a necessidade de medidas estratégicas que assegurem o uso sustentável desses recursos, considerando o impacto intergeracional.

Os contratos que geram o pagamento de *royalties* para Iguape foram celebrados antes da Lei Federal nº 12.858/13, desobrigando o investimento obrigatório em saúde e educação, permitindo maior flexibilidade no uso das

rendas petrolíferas. Em função disso, a análise revela que apenas uma pequena fração dos *royalties* tem sido destinada especificamente às áreas de educação e saúde, com percentuais de 2% observados em 2021 e 2022. A ausência de mecanismos de rastreabilidade impede o monitoramento efetivo do impacto desses recursos nessas políticas públicas, destacando um déficit de transparência e controle social.

Outro desafio é a volatilidade dos recursos oriundos das rendas petrolíferas. Entre 2010 e 2023, os valores reais ajustados pela inflação oscilaram significativamente, o que pode ser atribuído a fatores externos, como mudanças no preço do petróleo e nas políticas regulatórias. Essa instabilidade ressalta a importância de mecanismos de proteção.

Embora o município de Iguape respeite os percentuais mínimos constitucionais de aplicação de recursos gerais em educação e saúde, conforme pareceres do TCE-SP, a alocação específica das rendas petrolíferas nessas áreas permanece opaca. Essa lacuna dificulta a avaliação do impacto direto das receitas petrolíferas na melhoria dos indicadores sociais, reforçando a necessidade de maior transparência e rastreabilidade.

Além disso, a análise dos campos de produção confrontantes, Mexilhão e Baúna, evidencia a importância estratégica da Bacia de Santos para o município. As receitas provenientes desses campos compõem uma parcela relevante do orçamento municipal, mas também destacam a necessidade de diversificação econômica. A dependência excessiva desses recursos pode comprometer a sustentabilidade financeira a longo prazo, especialmente considerando o declínio gradual das atividades nos campos de exploração.

O planejamento estratégico para o uso das rendas petrolíferas em Iguape deve contemplar não apenas as demandas atuais, mas também as necessidades das gerações futuras, alinhando-se ao princípio da justiça intergeracional preconizado na Constituição Federal.

Em suma, as rendas petrolíferas representam uma importante fonte de receita para Iguape, mas sua gestão enfrenta desafios relacionados à transparência, volatilidade, planejamento estratégico do uso das rendas

petrolíferas e o estímulo à diversificação econômica são fundamentais para garantir o desenvolvimento do município e o bem-estar de seus cidadãos.

7.2 Ilha Comprida (SP)

7.2.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

A tabela a seguir discrimina os valores em reais (R$) de Rendas Petrolíferas que integraram as receitas do município de Ilha Comprida entre os anos de 2010 e 2023.

Rendas Petrolíferas de Ilha Comprida (2010 a 2023) em R$					
Ano	*Royalties*	Participações Especiais	Fundo Especial do Petróleo	Repasses estaduais	Total nominal (valor recebido)
2010	1.077.222	-	53.672	817	**1.131.711**
2011	2.244.622	-	70.252	2.422	**2.317.299**
2012	45.248.688	-	84.480	3.482	**45.336.650**
2013	29.534.293	5.641.982	87.579	6.184	**35.270.040**
2014	72.447.729	31.171.338	98.599	13.271	**103.930.936**
2015	46.772.143	7.611.581	74.306	17.629	**54.475.658**
2016	34.206.878	2.306.830	84.804	15.209	**36.613.721**
2017	32.347.698	1.511.093	111.265	21.554	**33.991.611**
2018	46.118.140	-	170.133	32.711	**46.320.985**
2019	32.713.691	-	171.290	27.611	**32.912.593**
2020	25.281.990	-	170.277	12.657	**25.464.924**
2021	36.008.523	2.785	275.093	20.981	**36.307.382**
2022	48.589.904	-	428.468	28.527	**49.046.899**
2023	35.708.826	478.607	389.078	20.417	**36.596.929**

Tabela 9: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Ilha Comprida**.**

Com base nos dados apresentados observou-se que no município houve um aumento significativo de repasse desde o primeiro ano de recebimento, passando de R$ 1,1 milhões para R$ 45,3 milhões em seu terceiro ano, representando um aumento expressivo de repasse para Ilha Comprida, e que a partir de então oscilou entre cerca de R$ 25,5 milhões e R$ 54,5 milhões, com

exceção de 2014 que teve um repasse de R$ 103,9 milhões em rendas petrolíferas.

Além disso, não foi possível identificar se há instabilidade nas finanças municipais, uma vez que os valores das rendas petrolíferas não estão discriminados nos documentos orçamentários do município (PPA, LDO, LOA e RREO), bem como no portal de transparência, dificultando a análise.

7.2.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

O recebimento de rendas petrolíferas pelo município e a relevância do volume de recursos recebidos, indica para a possibilidade que essas rendas extraordinárias gerem uma dependência orçamentária no decorrer dos anos. A tabela a seguir apresenta a porcentagem das rendas petrolíferas frente a receita total municipal, com vistas a compreender com mais precisão essa proporção.

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal – Ilha Comprida			
Ano	**Receita municipal total (R$)**	**Total nominal (valor recebido) (R$)**	**Percentual (%)**
2010	36.390.145	1.131.711	**3%**
2011	38.785.372	2.317.299	**6%**
2012	87.862.488	45.336.650	**52%**
2013	80.172.225	35.270.040	**44%**
2014	156.983.415	103.930.936	**66%**
2015	114.662.305	54.475.658	**48%**
2016	99.113.715	36.613.721	**37%**
2017	90.630.919	33.991.611	**38%**
2018	107.321.628	46.320.985	**43%**
2019	96.399.079	32.912.593	**34%**
2020	93.026.424	25.464.924	**27%**
2021	107.513.644	36.307.382	**34%**

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal – Ilha Comprida			
Ano	**Receita municipal total (R$)**	**Total nominal (valor recebido) (R$)**	**Percentual (%)**
2022	139.672.294	49.046.899	**35%**
2023	131.695.620	36.596.929	**28%**

Tabela 10: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal.

Ao analisarmos as informações, podemos observar que houve um aumento da proporção do repasse das rendas petrolíferas, passando de 3% no primeiro ano para 28% no último ano da análise, além de apresentar dois picos de repasse das rendas para o município, que representaram 52% em 2012 e 66% em 2014. Outro ponto que merece destaque é que apenas os anos de 2010 e 2011 apresentaram proporção abaixo de 27%, o que demonstra a dependência, de cerca de 1/3 do orçamento municipal, que o município tem com as rendas petrolíferas.

7.2.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

O município de Ilha Comprida é beneficiário das rendas petrolíferas, em função de ser confrontante dos seguintes campos produtores de O&G:

i. Baúna com início da produção em 2012 e previsão de término em 2032.

Nome do campo	Bacia	Percentual de confrontação com o município	Data da declaração de comercialidade	Ano do contrato	Contratado
Baúna	Santos	92,87%	17/02/2012	26/11/2003	Karoon Petróleo e Gás LTDA

Tabela 11: Campos de produção de petróleo confrontantes com o município de Ilha Comprida.

A empresa responsável pela exploração e produção de petróleo e gás natural no Campo de Baúna KAROON Petróleo e Gás LTDA. É importante ressaltar que independente da empresa que assuma a exploração de petróleo e gás, as condicionantes, ações e projetos de mitigação e o pagamento das rendas petrolíferas se mantêm.

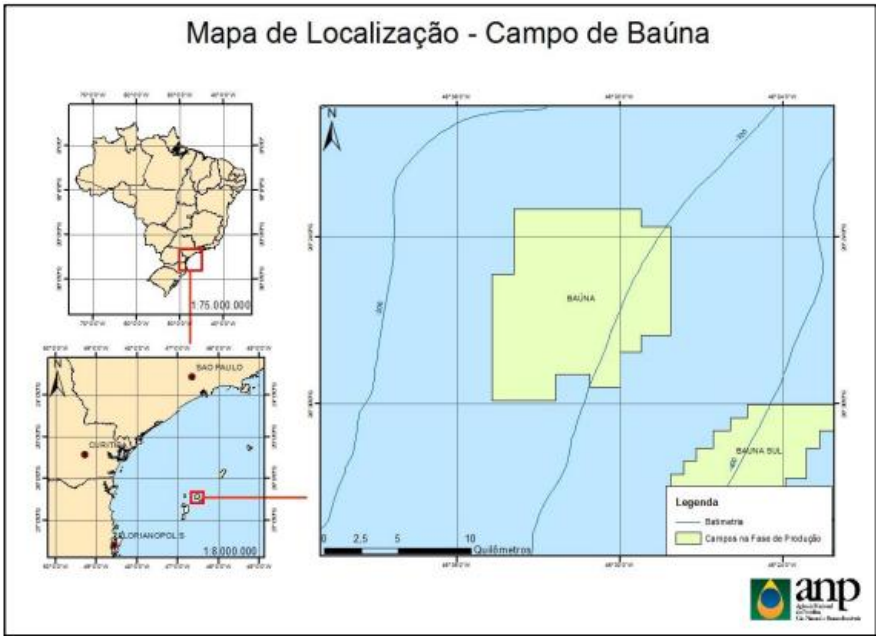


Figura 19: Mapa de localização do Campo de Baúna (Fonte: ANP).

7.2.4 *Royalties* para Educação e Saúde

Dada a existência da Lei Federal nº 12.858/13 que determina o uso dos *royalties* em 75% para educação e 25% para a saúde, para os contratos posteriores a dezembro de 2012, faz-se necessário analisar o valor de *royalties* de uso exclusivo recebido pelo município. Para essa análise, foi utilizada uma série temporal abrangendo os anos de 2018 a 2022, como sistematizado na tabela a seguir:

Ano	*Royalties* Educação/Saúde (R$)	Total geral de *Royalties* (R$)	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	658.925	48.589.904	3%
2021	552.528	36.008.523	2%

Ano	*Royalties* Educação/Saúde (R$)	Total geral de *Royalties* (R$)	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2020	782.474	25.281.990	3%
2019	-	32.713.691	0%
2018	-	46.118.140	0%

Tabela 12: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei 12.858/13.

No caso de Ilha Comprida, apesar do contrato de exploração referente ao Campo de Baúna ser firmado antes de dezembro de 2012, o município está inserido na Zona de Produção Principal (ZPP) do Estado de São Paulo. Por esse motivo, recebe repasses provenientes de campos localizados no Nordeste de Sapinhoá, Noroeste de Sapinhoá e Sudoeste de Sapinhoá, todos com contratos após dezembro de 2012. Consequentemente, conforme a legislação vigente, esses recursos devem ser destinados para saúde e educação.

Porém, ao analisar a tabela anterior, verifica-se que os repasses para saúde e educação representam uma parcela reduzida em relação ao total das rendas petrolíferas recebidas pelo município. Além disso, observa-se a falta de transparência na gestão desses recursos, o que dificulta o acompanhamento por parte da população e verificação de como os valores estão sendo efetivamente aplicados nessas áreas.

7.2.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Ilha Comprida (SP)

A análise das rendas petrolíferas de Ilha Comprida evidencia sua relevância no orçamento municipal, mas também aponta para uma dependência considerável desses recursos, além de fragilidades na transparência e no planejamento estratégico. Os repasses são oriundos de quatro fontes principais: *royalties*, participações especiais, FEP e repasses estaduais. Esses recursos provêm, principalmente, da exploração do Campo de Baúna, operado pela KAROON Petróleo e Gás LTDA, situado na Bacia de Santos, com produção iniciada em 2012 e previsão de término em 2032.

Entre 2010 e 2023, os repasses de rendas petrolíferas apresentaram flutuações expressivas. Em 2010, o montante foi de R$ 1,1 milhão, mas rapidamente alcançou R$ 45,3 milhões em 2012, atingindo um pico histórico em 2014, de R$ 103,9 milhões. Nos anos subsequentes, as receitas oscilaram, sendo contabilizado R$ 36,6 milhões em 2023. Essas oscilações refletem a volatilidade típica das rendas petrolíferas, influenciada por fatores como a variação cambial e as condições de produção do campo.

A análise da proporção das rendas petrolíferas em relação às receitas municipais reforça a dependência desses recursos. Em 2010, representavam apenas 3% da receita total, mas em 2014 chegaram a 66%, evidenciando o peso das rendas petrolíferas no orçamento municipal. Nos anos mais recentes, os percentuais têm oscilado em torno de 27% a 35%, indicando uma dependência ainda significativa, apesar de um leve esforço de diversificação. Esse cenário ressalta a vulnerabilidade do município a flutuações na produção e nos preços do petróleo, tornando urgente a implementação de estratégias para reduzir essa dependência.

A destinação dos *royalties* às áreas de educação e saúde, conforme a Lei Federal nº 12.858/13, apresenta desafios específicos. Apesar de Ilha Comprida estar inserida na ZPP do Estado de São Paulo, o que garante repasses vinculados à saúde e educação, os valores destinados a essas áreas representam uma fração mínima do total recebido. Em 2022, por exemplo, apenas 3% dos *royalties* foram alocados conforme essa legislação. A ausência de transparência sobre a gestão desses recursos agrava o monitoramento e acompanhamento da aplicação efetiva das rendas petrolíferas.

Além disso, a discriminação insuficiente das rendas petrolíferas nos documentos orçamentários do município — como o PPA, LDO, LOA e RREO limita a análise detalhada sobre o impacto desses recursos no planejamento e na execução das políticas públicas.

Essa falta de detalhamento reflete uma fragilidade na transparência e dificulta o controle social, pois a população não consegue verificar de forma clara como os recursos são alocados e utilizados, soma-se a este cenário a ausência de um Plano Diretor atualizado em Ilha Comprida, que também compromete a

integração entre o planejamento urbano e o uso estratégicos das rendas petrolíferas.

Em síntese, embora as rendas petrolíferas desempenhem um papel crucial no orçamento de Ilha Comprida, a análise aponta para a necessidade de melhorias na gestão e no planejamento estratégico desses recursos. A dependência considerável, cerca de 1/3 das receitas nos últimos anos, a falta de transparência e a ausência de planejamento urbano integrado são barreiras significativas para o desenvolvimento sustentável do município.

7.3 Cananéia (SP)

7.3.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

A tabela a seguir discrimina os valores das rendas petrolíferas que integraram as receitas do município de Cananéia entre os anos de 2010 e 2023.

Rendas Petrolíferas de Cananéia (2010 a 2023) em R$					
Ano	***Royalties***	**Participações Especiais**	**Fundo Especial do Petróleo**	**Repasses estaduais**	**Total nominal (valor recebido)**
2010	2.127.969	0	71.563	1.494	**2.201.026**
2011	3.937.831	0	93.670	4.224	**4.035.724**
2012	3.890.944	0	112.640	5.883	**4.009.468**
2013	6.548.778	0	116.772	10.669	**6.676.219**
2014	12.443.784	0	131.465	23.068	**12.598.316**
2015	11.396.912	0	99.074	30.500	**11.526.486**
2016	10.069.893	0	84.804	26.118	**10.180.814**
2017	13.645.905	0	111.265	36.000	**13.793.170**
2018	20.167.653	0	170.133	54.542	**20.392.329**
2019	16.494.405	0	171.290	47.224	**16.712.920**
2020	13.589.282	0	170.277	22.145	**13.781.704**
2021	19.902.254	0	275.093	37.451	**20.214.798**

Rendas Petrolíferas de Cananéia (2010 a 2023) em R$					
Ano	***Royalties***	**Participações Especiais**	**Fundo Especial do Petróleo**	**Repasses estaduais**	**Total nominal (valor recebido)**
2022	27.481.864	0	428.468	51.619	**27.961.951**
2023	19.482.340	0	394.716	37.246	**19.914.302**

Tabela 13: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Cananéia.

Entre 2010 e 2023 o total das rendas petrolíferas recebidas por Cananéia foi de R$184,0 milhões compostas majoritariamente por *royalties*. O município não recebeu valores provenientes de participações especiais.

A entrada das rendas em Cananéia aumentou pelo menos 12 vezes no decorrer dos anos, com seu menor valor em 2010, de R$ 2,2 e o maior valor em 2022, de aproximadamente R$ 28,0 milhões. Em todo o caso, não houve novos poços em operação neste ínterim. O gráfico a seguir demonstra a escalada desses valores e sua tendência de crescimento ao longo dos anos.

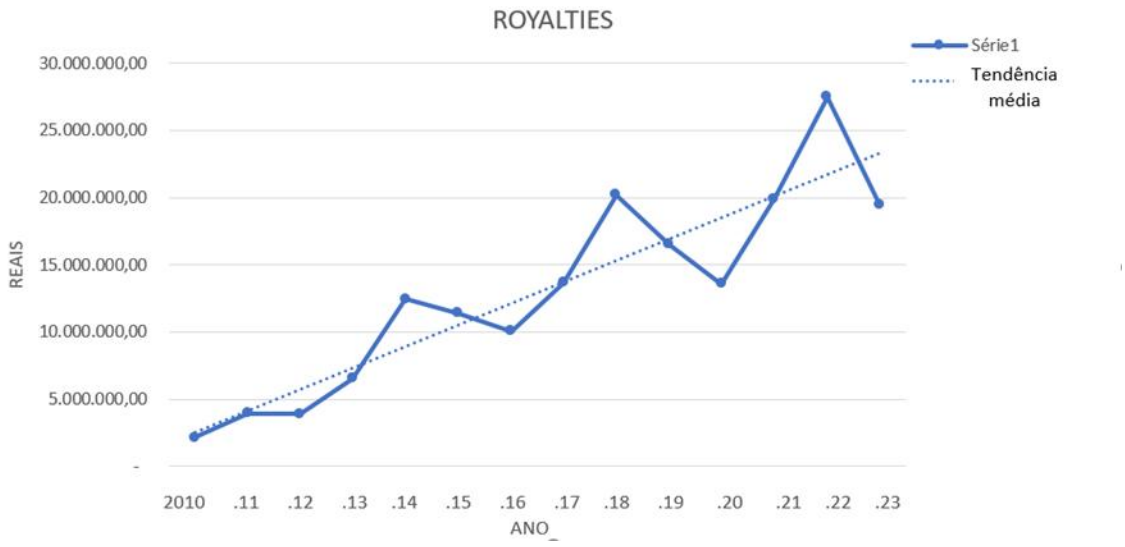


Gráfico 5: Recebimento e tendência média das rendas petrolíferas no município de Cananéia.

Na plataforma digital da ANP é possível acessar o painel dinâmico de estimativas de *royalties* e participações especiais, encontrando os valores estimados de recebimentos por município.

Até setembro de 2024, os dados disponíveis apontam que a entrada de recursos provenientes de *royalties* teria um aumento significativo, alcançando quase R$ 60,0 milhões em 2025, R$ 116,0 milhões em 2026 e mais de R$ 118,0 milhões em 2027.

Comparando os valores recebidos em 2022 (maior valor anual recebido pelo município) com a previsão para 2027, haveria um aumento de mais de 300%, superando inclusive o valor da receita total do município que teve seu maior número também em 2022, com cerca de R$ 81,4 milhões (composto em 34% de rendas petrolíferas). No entanto, na primeira quinzena de setembro de 2024, a ANP atualizou os dados de estimativa de *royalties* para Cananéia presentes em seu painel dinâmico, baixando drasticamente os valores anteriormente publicados, de forma que a média entre os anos de 2025 e 2028 ficou na faixa dos R$ 30,0 milhões anuais. A tabela a seguir demonstra a previsão inicial e a previsão atualizada.

Dados ANP	2024	2025	2026	2027	2028
Estimativa anterior à atualização (R$)	16.652.041	59.955.470	116.366.130	118.818.534	Não apresentava dados
Estimativa após a atualização (R$)	17.791.992	24.136.660	33.260.232	32.710.232	33.428.537

Tabela 11: Alteração da previsão de *royalties* e participação especial recebidas por Cananéia.

Em resposta ao pedido via LAI realizado para compreender a alteração das estimativas pela ANP, o órgão informou que as variáveis que definem os valores estimados são:

i. Produção: estimativas dos volumes de produção por campo declarados pelas concessionárias no Programa Anual de Produção (Portaria ANP nº 100 de 20/06/2000);

ii. Preço: estimativa do petróleo tipo Brent divulgado pela *U.S. Energy Information Administration* – EIA; e

iii. Taxa de câmbio: Sistema Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil.

Concluímos, assim que as estimativas dos volumes de produção por campo declarados pelas concessionárias no Programa Anual de Produção foram atualizadas, bem como o Brent e Taxa de câmbio, gerando novos valores para município de Cananéia.

7.3.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

Considerando o recebimento de rendas petrolíferas pelo município, e a possibilidade delas em gerar uma dependência orçamentária no decorrer dos anos, é necessário compreender a proporção dessas rendas extraordinárias frente ao total das receitas municipais. A tabela a seguir apresenta a proporção percentual frente a receita municipal.

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal - Cananéia			
Ano	**Total nominal (valor recebido)**	**Receita municipal total**	**Percentual (%)**
2010	2.201.026	26.100.283	8%
2011	4.035.724	33.413.412	12%
2012	4.009.468	33.804.198	12%
2013	6.676.219	39.974.691	17%
2014	12.598.316	50.123.641	25%
2015	11.526.486	45.995.544	25%
2016	10.180.814	46.233.857	22%
2017	13.793.170	49.367.203	28%
2018	20.392.329	58.387.733	35%
2019	16.712.920	59.360.214	28%

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal - Cananéia			
Ano	**Total nominal (valor recebido)**	**Receita municipal total**	**Percentual (%)**
2020	13.781.704	57.773.020	24%
2021	20.214.798	73.219.404	28%
2022	27.961.951	81.491.050	34%
2023	19.914.302	81.439.049	24%

Tabela 15: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal.

Nota-se que de 2010 a 2013 o repasse dos *royalties* era abaixo de 20% em relação ao orçamento municipal total e nos anos seguintes os repasses ficaram acima dessa marca. A entrada dos *royalties* foi aumentando no decorrer dos anos, entretanto não foram encontrados dados que demonstrem melhoria na qualidade dos serviços ofertados pelo poder público no município.

No ano de 2023 houve uma diminuição de 10 pontos percentuais no repasse das rendas petrolíferas ao caixa municipal em relação ao ano de 2022. Contudo, o valor de arrecadação municipal foi praticamente o mesmo. Nos documentos disponíveis no Portal da Transparência, RREO e RGF, não foi possível detalhar a origem das receitas para compreender essa redução.

Durante o levantamento de dados, surgiu a dúvida sobre o aumento da inflação entre 2010 e 2023 e seu impacto no valor real dos *royalties*. Para responder a essa questão, foi realizada uma consulta na Calculadora do Banco Central. A ferramenta, então, forneceu a atualização desse valor, levando em consideração a inflação acumulada entre 2010 e 2023. Assim, o valor da receita municipal, em 2010, que era na faixa de R$ 26,1 milhões, em valores atualizados, representam R$ 72,5 milhões, em valores de 2023, sendo utilizado como base No Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), como pode ser observado na tabela a seguir.

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	jan/10
Data final	dez/23
Valor nominal	R$ 26.100.283
Dados calculados	
Índice de correção no período	2,7789241
Valor percentual correspondente	177,89%
Valor corrigido na data final	R$ 72.530.705

Tabela 16: Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV).

Essa informação expõe a medida de comparação entre as primeiras entradas de *royalties* em 2010 e os valores recebidos por Cananéia em 2023.

7.3.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

O município de Cananéia é beneficiário das rendas petrolíferas, em função de ser confrontante dos seguintes campos produtores de O&G:

i. Merluza com início da produção em 1992 e previsão de término em 2020; e
ii. Lagosta com início da produção em 2009 e previsão de término em 2020.

A tabela a seguir descreve em detalhes os campos confrontantes com o município.

Nome do campo	Bacia	Percentual de confrontação com o município	Data da declaração de comercialidade	Ano do contrato	Contratado
Lagosta	Santos	58%	17/09/2004	25/04/2009	Petrobras
Merluza	Santos	49%	não informado	30/09/1992	Petrobras

Tabela 17: Campos de produção de petróleo confrontantes com o município de Cananéia.

Cananéia recebe rendas petrolíferas por meio da exploração de petróleo e gás natural realizada nos Campos de Lagosta e Merluza. Ambos operam sob o regime de concessão e fazem parte da Bacia de Santos e tinham como previsão de término da produção o ano de 2020, contudo continuam produtivos em 2024, em fase de devolução segundo os dados da ANP.

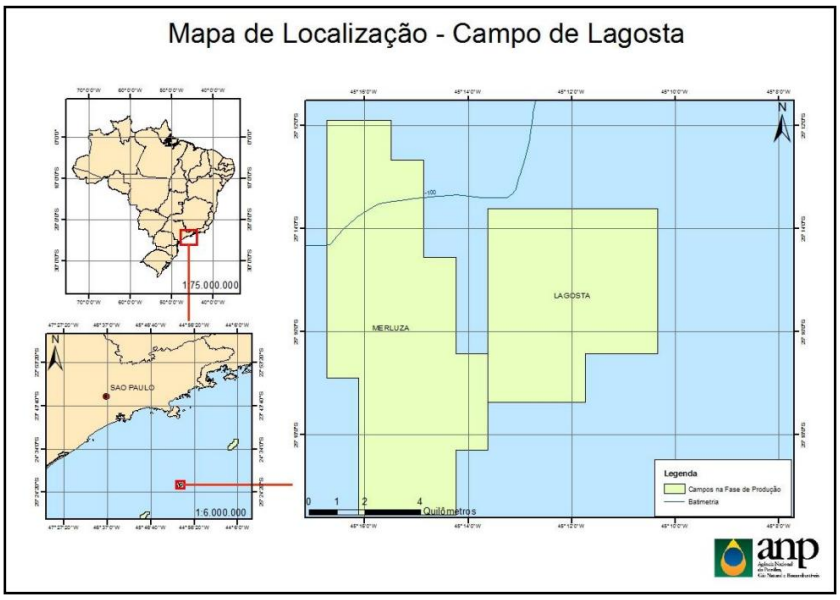


Figura 20: Mapa de localização do Campo de Lagosta (Fonte: ANP).

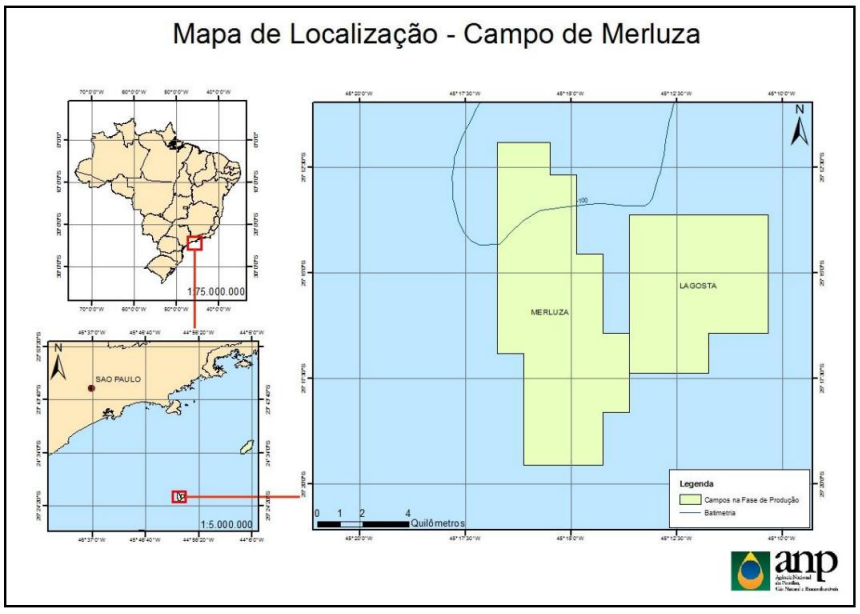


Figura 21: Mapa de localização do Campo de Merluza (Fonte: ANP).

7.3.4 *Royalties* para Educação e Saúde

A Lei Federal nº 12.858/13 determina o uso dos *royalties* em 75% para educação e 25% para a saúde. Ocorre que essa destinação para as duas áreas mencionadas é obrigatória apenas para os contratos celebrados entre a ANP e a petroleira após o mês de dezembro de 2012.

No município de Cananéia os contratos assinados referentes à vinda dos recursos provenientes da exploração de petróleo e gás natural são anteriores a 2012, portanto não existe a obrigatoriedade de investimento em educação e saúde. Porém o município faz parte da ZPP do estado de São Paulo e por meio do Contrato de Regime de Partilha, a partir de 2020, Cananéia recebe recursos que devem ser investidos diretamente nas duas áreas obrigatórias. Estes valores comparados ao montante de recebimento total de *royalties* configuram uma parcela relativamente baixa, conforme apresenta a tabela a seguir.

Ano	*Royalties* Educação/Saúde	Total geral de *Royalties*	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	724.817	27.481.864	3%
2021	607.781	19.902.254	3%
2020	860.722	13.589.282	6%
2019	0	16.494.405	0%
2018	0	20.167.653	0%

Tabela 12: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei 12.858/13.

Os dados apresentam os repasses feitos para Cananéia destinados à Educação e Saúde, contudo não há como comprovar que eles realmente foram destinados para esses fins, dada a ausência de informações consistentes nos documentos orçamentários analisados.

7.3.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Cananéia (SP)

A análise das rendas petrolíferas em Cananéia evidencia sua relevância crescente no orçamento municipal, especialmente a partir de 2010, quando o

município passou a integrar de forma mais significativa os repasses provenientes dos Campos de Lagosta e Merluza, localizados na Bacia de Santos. Esses campos operam sob regime de concessão, com produção iniciada em 1992 e 2009, respectivamente, e, embora tenham previsão de término para 2020, permanecem ativos em 2024.

Entre 2010 e 2023, Cananéia acumulou aproximadamente R$184,0 milhões em receitas de rendas petrolíferas, majoritariamente compostas por *royalties*, que representam mais de 98% do total. Os repasses do FEP e das cotas estaduais correspondem a 1,4% e 0,4%, respectivamente, enquanto não foram identificados valores provenientes de participações especiais. O maior valor anual recebido foi em 2022, de aproximadamente R$28,0 milhões, um aumento expressivo em relação a 2010, quando o montante foi de R$ 2,2 milhões. Essa escalada nos repasses reflete tanto o aumento da produção quanto as variações no preço do petróleo e nas taxas de câmbio, fatores fundamentais para a definição desses valores.

Apesar do crescimento dos repasses, os documentos orçamentários municipais (PPA, LDO e LOA) não detalham de maneira clara a aplicação desses recursos. Essa ausência compromete a transparência e dificulta o controle social, pois a população não consegue verificar como essas receitas estão sendo aplicadas. Além disso, os RREOs e os RGFs disponíveis no Portal da Transparência também não fornecem informações detalhadas sobre a origem e a destinação das rendas petrolíferas, o que agrava a falta de informações.

A dependência do município em relação às rendas petrolíferas também é um aspecto crítico. A participação desses recursos no orçamento municipal aumentou significativamente ao longo dos anos, passando de 8% em 2010 para 34% em 2022. Embora tenha ocorrido uma leve redução em 2023, com as rendas petrolíferas representando 24% da receita total, a dependência ainda é alta e ressalta a vulnerabilidade de Cananéia frente às flutuações nos repasses de *royalties*.

As estimativas da ANP para os próximos anos inicialmente indicavam uma tendência de crescimento expressivo nos repasses, com projeções ultrapassando R$118 milhões em 2027. No entanto, uma revisão das estimativas

em 2024 ajustou os valores para uma média de R$ 30 milhões anuais entre 2025 e 2028. Essa redução nas expectativas reflete revisões nos dados de produção, preços do petróleo e taxas de câmbio, evidenciando a instabilidade nas previsões e a necessidade de planejamento cauteloso por parte do município.

Outro ponto relevante é a obrigatoriedade de destinação de parte dos *royalties* à educação e saúde. Embora os contratos de exploração relacionados aos Campos de Lagosta e Merluza sejam anteriores a 2012, o município recebe recursos vinculados à ZPP do estado de São Paulo, que devem ser direcionados a essas áreas. Contudo, os valores destinados à educação e saúde representam uma parcela reduzida dos *royalties* totais – cerca de 3% em 2022 e 2021 – e não há mecanismos claros para garantir que esses recursos sejam efetivamente aplicados conforme previsto em lei. E, a falta de informações detalhadas da execução orçamentária impede o monitoramento preciso do impacto desses recursos nas políticas públicas.

A análise também considera o impacto da inflação sobre os valores recebidos ao longo do tempo. Em 2010, a receita nominal do município era de R$ 26, milhões, que, ajustada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), corresponderia a R$ 72,5 milhões em 2024. Essa atualização reforça a importância de considerar a desvalorização monetária no planejamento orçamentário.

Em suma, Cananéia enfrenta desafios significativos na gestão e aplicação das rendas petrolíferas. Apesar de representar uma fonte expressiva de receita, a falta de transparência e de detalhamento na aplicação desses recursos compromete sua eficácia como ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a dependência dessas receitas expõe o município a riscos fiscais e limita a possibilidade de diversificação econômica. Medidas como a criação de fundos soberanos, o fortalecimento do controle social e a ampliação da transparência na gestão das rendas petrolíferas são fundamentais para garantir que esses recursos contribuam para o bem-estar da população e a justiça intergeracional.

7.4 Ilhabela (SP)

Privilegiada pelos *royalties* bilionários oriundos da exploração de petróleo, Ilhabela tem um dos maiores orçamentos públicos por habitante do país, o que deveria refletir em políticas públicas mais efetivas, trazendo qualidade de vida à população e indicadores sociais de referência.

Conforme busca-se apontar, se por um lado os recursos pertencentes às receitas do município são abundantes, por outro, os indicadores e a qualidade de vida da população, principalmente a de baixa renda, vão no sentido contrário.

7.4.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

A tabela a seguir discrimina os valores de Rendas Petrolíferas que integraram as receitas do município de Ilhabela entre os anos de 2010 e 2023.

Rendas Petrolíferas de Ilhabela (2010 a 2023) em R$					
Ano	*Royalties*	Participações Especiais	Fundo Especial do Petróleo	Repasses estaduais	Total nominal (valor recebido)
2010	18.644.987	0	125.235	1.778	18.772.000
2011	33.580.144	0	163.922	5.611	33.749.676
2012	43.817.856	0	197.121	827.638	44.023.254
2013	61.786.550	0	204.351	15.355	62.006.256
2014	121.665.154	12.630.189	262.929	33.355	134.591.626
2015	157.732.045	76.815.518	198.148	43.704	234.789.415
2016	153.932.630	82.071.394	169.607	36.967	236.210.599
2017	228.068.935	211.380.100	222.531	52.540	439.724.107
2018	357.546.579	394.050.713	340.266	80.765	752.018.323
2019	319.620.072	395.756.049	342.581	73.080	715.791.781
2020	281.405.485	219.746.019	340.554	39.450	501.531.508
2021	29.654.618	229.525.710	550.186	76.524	526.700.037
2022	335.992.136	424.139.298	856.937	11.248.172	761.100.853
2023	303.369.233	200.495.457	783.794	81.393	504.729.876

Tabela 13: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Ilhabela.

Por meio da análise dos dados é possível observar o histórico de crescimento da receita municipal em relação ao recebimento de rendas petrolíferas na última década. Os anos de 2018 e 2019 são destaques, com números superiores a R$ 500 milhões/ano, valor que se estabiliza nesta casa desde então, representando cerca de 2/3 das receitas totais. Em 2022, o total de recebimento se aproximou dos anos de “ouro”, demonstrando a forte influência do valor do barril internacional para a supervalorização dos recursos advindos da indústria do petróleo e gás natural.

É importante destacar que, no ano de 2021 houve uma queda no montante de *royalties* recebidos por Ilhabela visto a ação judicial movida pelo município de São Sebastião, que desde então resultou no depósito em juízo dos repasses, enquanto o caso segue sendo analisado pelo Poder Judiciário.

Outro fator importante, relacionado às rendas petrolíferas é o Fundo Municipal Soberano de Ilhabela. Este, criado em 2018, conta atualmente com uma alíquota de 25% conforme descrito no Art. 4º da Lei nº 1.333/2018 em relação ao montante recebido de *royalties* pelo município.

7.4.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

A tabela a seguir apresenta a proporção das rendas petrolíferas na receita total do município entre 2010 e 2023, indicando Ilhabela como um município petrorrentistas[17].

[17] Municípios petrorrentistas são definidos por Serra, Terra & Pontes (2006) como aqueles municípios que além da alta dependência orçamentária, é possível identificar a presença de outros impactos de natureza difusa associados às suas dinâmicas econômicas, sociais e ambientais, sendo citados pelos autores: i. a especulação imobiliária; ii. o turismo de massa; iii. a pesca predatória; iv. a alteração na dinâmica demográfica, entre outros.

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal – Ilhabela			
Ano	**Receita municipal total (R$)**	**Total nominal (valor recebido) (R$)**	**Percentual (%)**
2010	98.048.198	18.772.000	19%
2011	130.061.197	33.749.676	26%
2012	144.030.882	44.023.254	31%
2013	168.470.804	62.006.256	37%
2014	272.333.056	134.591.626	49%
2015	433.308.963	234.789.415	54%
2016	420.024.118	236.210.599	56%
2017	627.918.544	439.724.107	70%
2018	971.571.570	752.018.323	77%
2019	1.099.622.650	715.791.781	65%
2020	748.376.357	501.531.508	67%
2021	817.546.429	526.700.037	64%
2022	1.210.986.881	761.100.853	63%
2023	1.030.060.972	504.729.876	49%

Tabela 14: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal.

Diante das informações é possível verificar o aumento no recebimento de rendas petrolíferas e sua participação na receita municipal no decorrer dos anos. É notório que este aumento ocorreu nos últimos dez anos, ainda assim, os números demonstram a pouca variação entre os anos a partir de 2018, onde o valor percentual das rendas petrolíferas na receita municipal foi o maior.

De acordo com o gráfico a seguir, elaborado pelo IIS, visualiza-se a proporção de *royalties* e de receitas próprias no montante total por ano desde 2008.

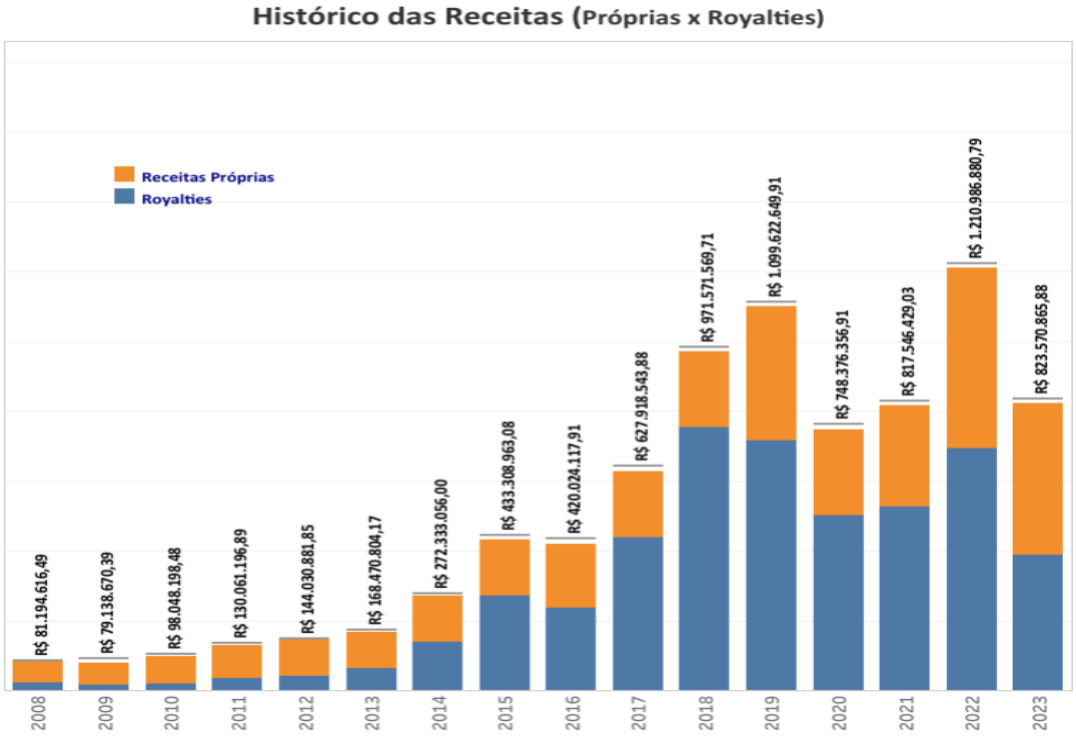


Gráfico 6: Série histórica de valores das receitas municipais de Ilhabela/SP. Fonte: Instituto Ilhabela Sustentável (IIS).

Observa-se como os *royalties* oscilaram dentro do orçamento municipal, em alguns anos representando ¾ das receitas totais do município, com destaque para o ano de 2018 quando atingiu 77% da arrecadação. Verifica-se, também, o aumento nas receitas do município no decorrer dos anos, com expressiva participação das rendas petrolíferas, o que indica uma grande fragilidade financeira.

7.4.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

O município de Ilhabela, localizado no Litoral Norte, possui um conjunto de campos de produção de petróleo e gás natural confrontantes, sendo eles:

i. Lapa com início da produção em 2016 e previsão de término em 2040;
ii. Sapinhoá e entorno de Sapinhoá com início da produção em 2013 e previsão de término em 2038;

iii. Mexilhão com início da produção em 2011 e previsão de término em 2035; e

iv. Bacalhau e Bacalhau Norte com início da produção em 2024 e previsão de término em 2053.

A tabela a seguir descreve em detalhes os campos confrontantes com o município.

Nome do campo	Bacia	Percentual de confrontação com o município	Data da declaração de comercialidade	Ano do contrato	Contratado
Lapa	Santos	50%	19/12/2013	12/01/2018	Total Energies.
Sapinhoá	Santos	50%	19/07/2018	31/01/2018	Petrobras
Nordeste Sapinhoá	Santos	33%	19/07/2018	31/01/2018	Petrobras
Noroeste Sapinhoá	Santos	50%	19/07/2018	31/01/2018	Petrobras
Sudoeste Sapinhoá	Santos	50%	19/07/2018	31/01/2018	Petrobras
Sul Sapinhoá	Santos	50%	19/07/2018	31/01/2018	Petrobras
Mexilhão	Santos	8%	22/12/2006	06/08/1998	Petrobras
Bacalhau	Santos	50%	26/12/2019	31/01/2018	Equinor Brasil Energia Ltda
Bacalhau Norte	Santos	35%	26/12/2019	31/01/2018	Equinor Brasil Energia Ltda

Tabela 15: Campos de produção de petróleo confrontantes com o município de Ilhabela.

Os dados de confrontação com o município foram atualizados, segundo o OFÍCIO Nº 212/2021/SPG/ANP-RJ enviado para as prefeituras de Ilhabela, São Sebastião e Caraguatatuba, que consta do processo 5000825-58.2020.4.03.6135 conduzido pela 1ª Vara Federal de Caraguatatuba – Justiça

Federal da 3ª Região que discute a revisão das linhas geodésicas que definem a costa dos municípios de são Sebastião e Ilhabela, e que tem impactado o recebimento das rendas petrolíferas por Ilhabela, como pode ser observado na figura a seguir.

Campo	Município	PMC ANTERIOR	PMC ATUALIZADO
BACALHAU	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	50,00%
	ILHABELA	100,00%	50,00%
BACALHAU NORTE	CANANÉIA	29,36%	29,36%
	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	35,32%
	ILHABELA	70,64%	35,32%
LAPA	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	50,00%
	ILHABELA	100,00%	50,00%
MEXILHÃO	PERUÍBE	15,40%	15,40%
	IGUAPE	34,60%	34,60%
	CARAGUATATUBA	26,28%	30,74%
	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	3,18%
	ILHABELA	15,26%	7,63%
	UBATUBA	8,46%	8,46%
NORDESTE DE SAPINHOÁ	RIO DE JANEIRO	34,16%	34,16%
	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	32,92%
	ILHABELA	65,84%	32,92%
NOROESTE DE SAPINHOA	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	50,00%
	ILHABELA	100,00%	50,00%
SAPINHOÁ	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	49,91%
	ILHABELA	99,82%	49,91%
	RIO DE JANEIRO	0,18%	0,18%
SUDOESTE DE SAPINHOÁ	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	50,00%
	ILHABELA	100,00%	50,00%
SUL DE SAPINHOÁ	SÃO SEBASTIÃO	0,00%	50,00%
	ILHABELA	100,00%	50,00%

Figura 22: Percentual Médio de Confrontação entre os muicípios de Ilhabela e São Sebastião. (Fonte: OFÍCIO Nº 212/2021/SPG/ANP-RJ)

As figuras a seguir ilustram de maneira gráfica os campos confrontantes que proporcionam ao município de Ilhabela o direito pelo recebimento das rendas petrolíferas.

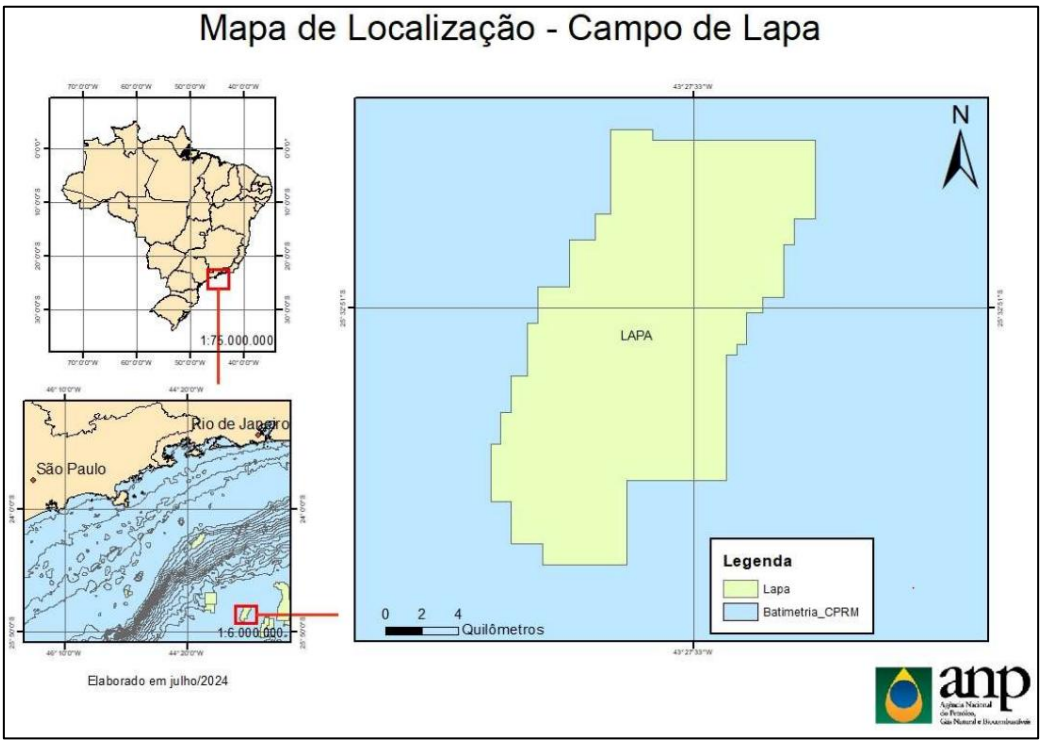


Figura 23: Mapa de localização do Campo de Lapa (Fonte: ANP).

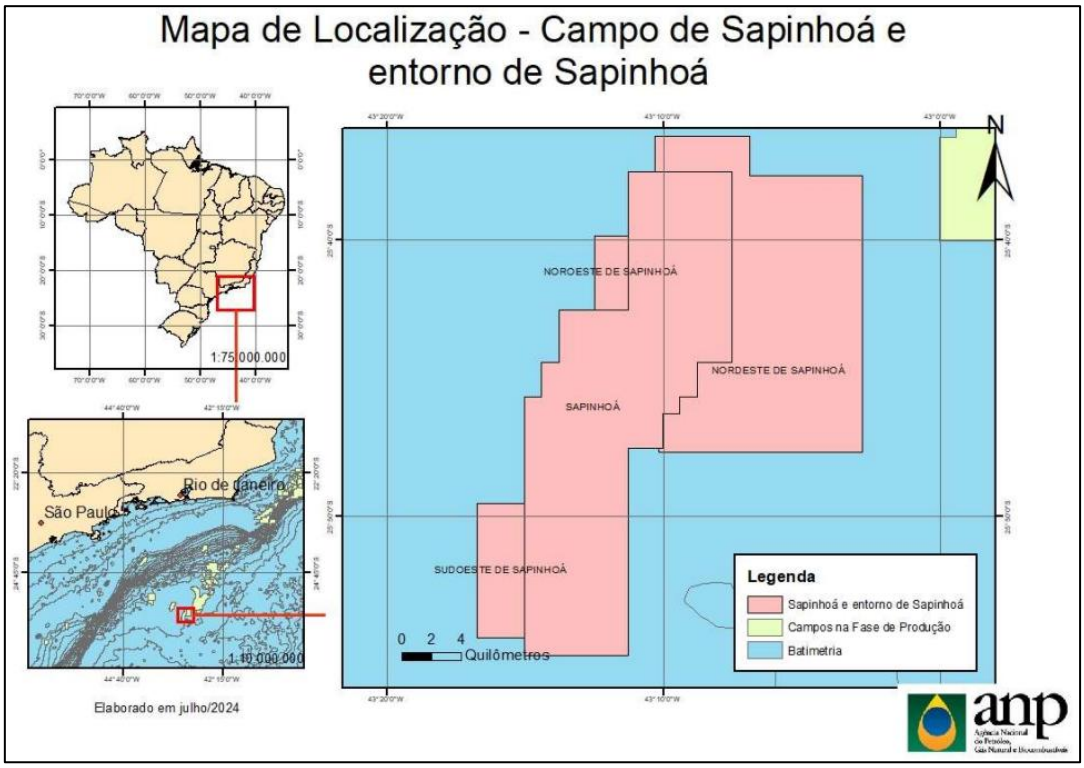


Figura 24: Mapa de localização do Campo de Sapinhoá e entrono de Sapinhoá (Fonte: ANP).

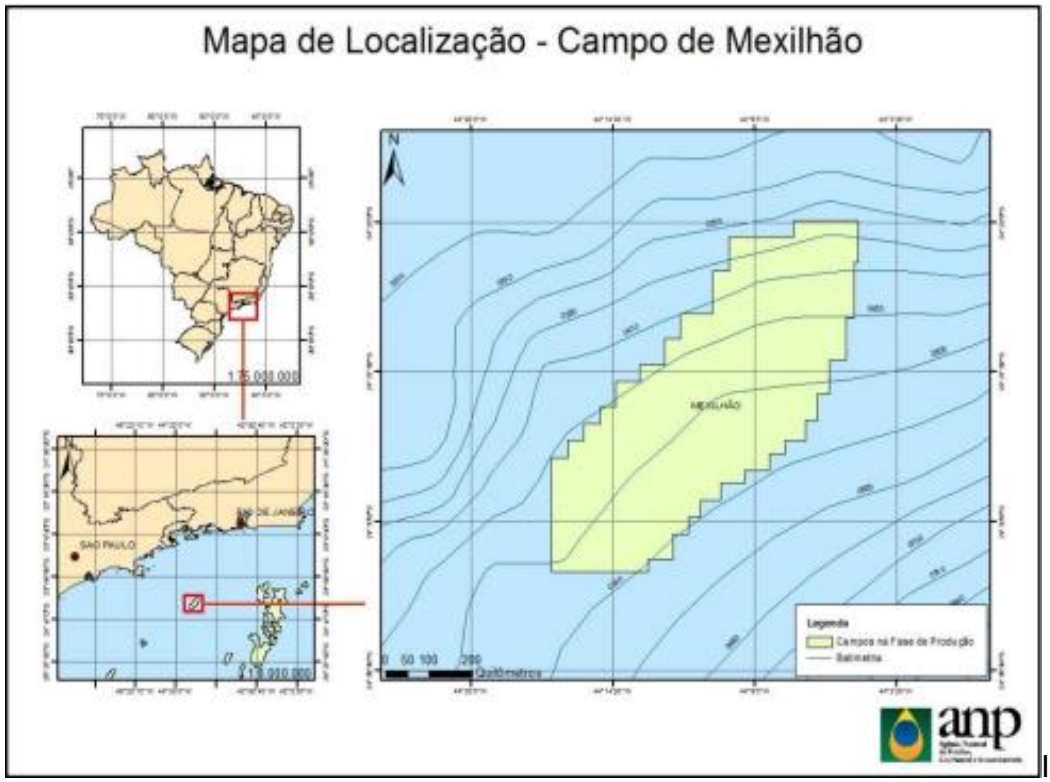


Figura 25: Mapa de localização do Campo de Mexilhão (Fonte: ANP).

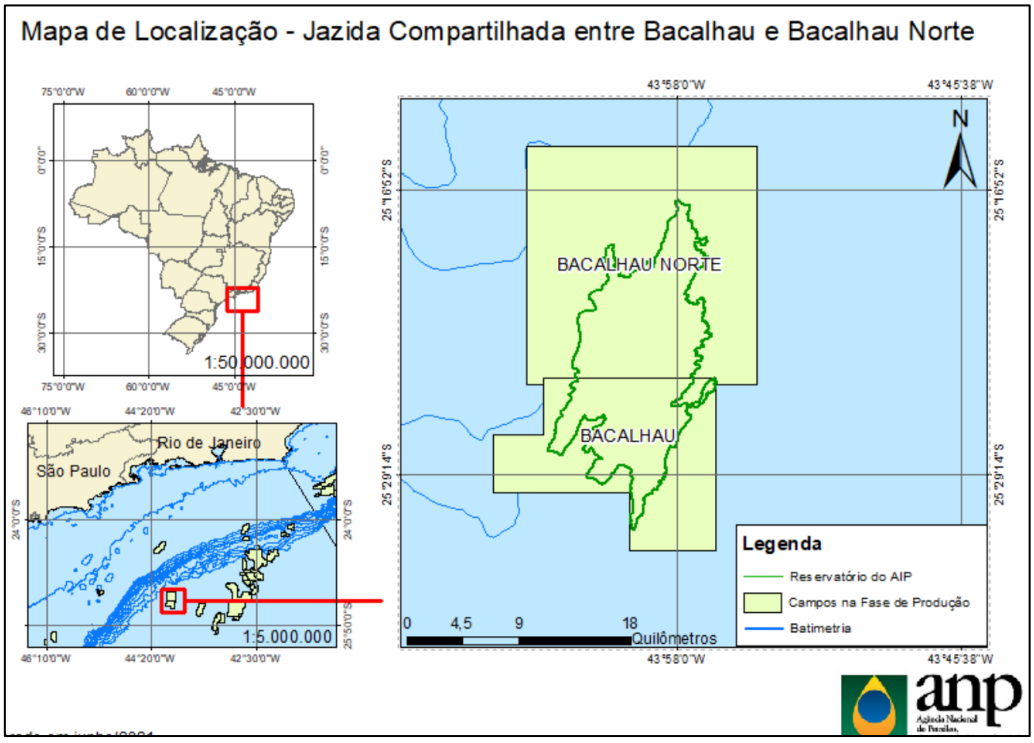


Figura 26: Mapa de localização do Campo de Bacalhau e Bacalhau Norte (Fonte: ANP).

Dada a relevância da disputa judicial frente ao recebimento das rendas petrolíferas pelo município de Ilhabela, para o melhor entendimento a figura a seguir ilustra a área de litígio entre Ilhabela e São Sebastião, determinante para a definição do recebimento das rendas petrolíferas por esses municípios.

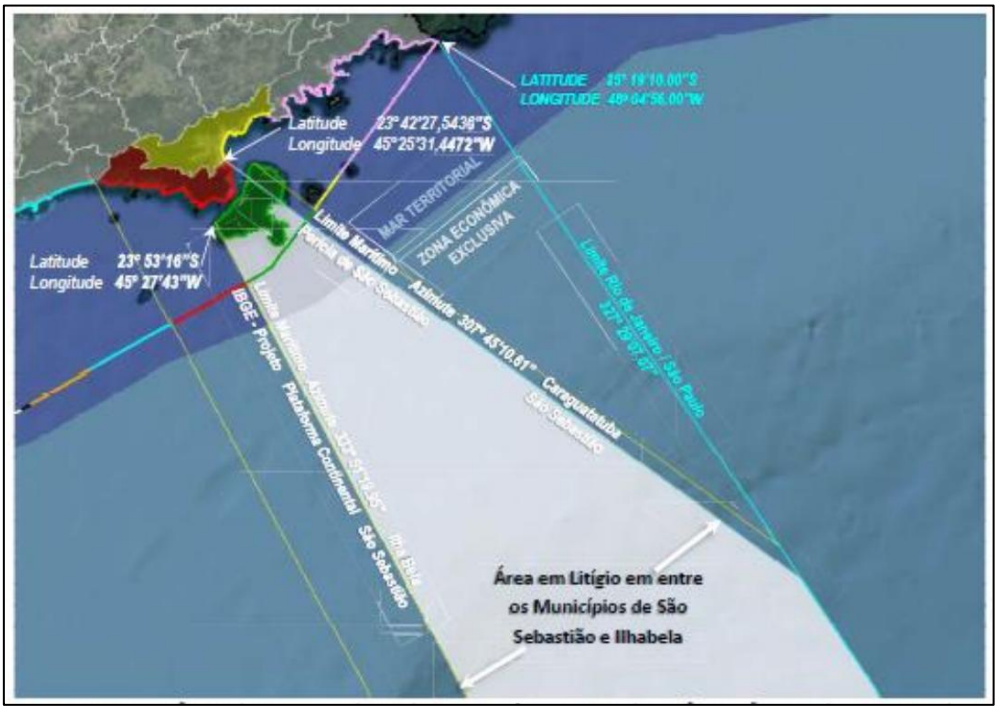


Figura 27: Representação da área de litígio entre o município de São Sebastião e o município de Ilhabela (Fonte: Processo Judicial Eletrônico (PJe) n.º: 5000825-58.2020.4.03.6135)

O histórico registrado entre 2010 e 2014, apontam que os recursos provenientes dos *royalties* do petróleo e gás aumentaram significativamente na região, e no município o recebimento saltou de R$ 18,6 milhões para R$ 124,9 milhões nesse período (OLS, 2016).

Segundo o próprio OLS (2016, p.74), dos tipos de *royalties* recebidos por Ilhabela, a Cota-parte pelo Excedente da Produção de Petróleo é a mais expressiva. Nota-se também um aumento da Cota-parte de compensação financeira, representando um crescimento de mais R$10 milhões entre 2013 e 2014.

7.4.4 *Royalties* para Educação e Saúde

Dada a existência da Lei Federal nº 12.858/13 que determina o uso dos *royalties* em 75% para educação e 25% para a saúde, para os contratos posteriores a dezembro de 2012, faz-se necessário analisar o valor de *royalties* de uso exclusivo recebidos pelo município. Para essa análise, foi utilizada uma série temporal abrangendo os anos de 2018 a 2022, como sistematizado na tabela a seguir:

Ano	*Royalties* Educação/Saúde (R$)	Total geral de *Royalties* (R$)	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	37.664.301	335.992.136	11,0%
2021	19.195.292	296.547.618	6,0%
2020	33.864.019	281.405.485	12,0%
2019	968.409	319.620.072	0,3%
2018	1.070.763	357.546.579	0,3%

Tabela 16: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei Federal nº 12.858/13.

Segundo os dados, a partir do ano de 2020, Ilhabela passou a contar com valores mais significativos de *royalties* a serem destinados ao investimento em educação e saúde. Estes, apesar de corresponderem a contratos mais recentes, pós dezembro de 2012, se expressam em menor montante em relação ao volume recebido por contratos mais antigos, que correspondem a aproximadamente 90% dos *royalties* recebidos pelo município.

7.4.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Ilhabela (SP)

A análise das rendas petrolíferas do município de Ilhabela evidencia sua posição privilegiada como um dos municípios com maior orçamento per capita do Brasil, graças à expressiva arrecadação proveniente da exploração de óleo e gás natural. No entanto, a abundância de recursos não tem sido acompanhada

de avanços proporcionais na qualidade de vida da população, especialmente entre os mais vulneráveis.

No interstício entre 2010 e 2023, Ilhabela acumulou receitas significativas de rendas petrolíferas, totalizando aproximadamente R$ 5 bilhões. Desde 2018, as receitas estabilizaram acima da marca de R$ 500 milhões anuais, correspondendo a mais da metade da receita total do município, em anos recentes. Essa proporção ressalta a fragilidade do município, dada a volatilidade desses recursos que podem trazer sérias implicações para sua sustentabilidade financeira.

O Fundo Municipal Soberano de Ilhabela, criado em 2018, é um marco importante na gestão dessas rendas, com uma alíquota de 25% dos *royalties* destinada a investimentos de longo prazo. Contudo, apesar dessa iniciativa, o município enfrenta desafios em traduzir a abundância de recursos em indicadores sociais exemplares, como esperado para uma cidade com orçamento tão robusto.

Os campos confrontantes que geram as rendas petrolíferas incluem Lapa, Sapinhoá e seu entorno, Mexilhão, entre outros. A cota-parte pelo excedente da produção de petróleo é a principal fonte de *royalties*, que têm crescido de forma significativa desde 2010. Os contratos mais antigos representam aproximadamente 90% do volume recebido, permitindo flexibilidade no uso dos recursos, exceto para pagamento de dívidas e pessoal permanente. Por outro lado, os contratos celebrados após 2012, que exige a destinação de 75% dos *royalties* para educação e 25% para saúde, representaram em 2023 apenas 11% do total dos *royalties* recebidos por Ilhabela naquele ano.

O montante direcionado exclusivamente a saúde e educação cresceu consideravelmente, entre 2018 e 2022. Contudo, os valores destinados a essas áreas ainda são reduzidas em relação ao total das rendas petrolíferas, indicando que a maior parte dos recursos está vinculada a contratos mais antigos, sem obrigatoriedade de investimento em setores específicos.

A ação judicial movida por São Sebastião em 2021, que resultou no depósito em juízo de parte dos *royalties* de Ilhabela, ilustra a vulnerabilidade das finanças do município a questões legais. Mesmo diante desse contexto, Ilhabela

continua a receber volumes substanciais de recursos, reforçando a necessidade de gestão estratégica das rendas petrolíferas a que o município faz jus.

Em termos de transparência e aplicação, o município enfrenta desafios semelhantes aos de outros municípios dependentes de *royalties*. Embora conte com um fundo soberano, não há garantia de que os recursos restantes sejam aplicados de forma eficiente para promover o desenvolvimento socioeconômico. A falta de indicadores sociais proporcionais à riqueza arrecadada evidencia essa lacuna.

Em síntese, Ilhabela destaca-se pelo volume expressivo de rendas petrolíferas, mas enfrenta desafios em transformar esses recursos em avanços tangíveis na qualidade de vida de sua população. Considerando apenas os municípios paulistas abrangidos pelo PEA Rendas, Ilhabela é aquele que pode ser considerado o maior município petrorrentistas dentre eles. Portando, necessariamente a gestão municipal precisa fortalecer a transparência, a diversificação econômica e da gestão financeira eficiente dos recursos públicos, de modo a assegurar que as riquezas geradas pela indústria do petróleo e gás natural se traduzam em desenvolvimento econômico, justiça social e desenvolvimento ambiental sustentável para as atuais e futuras gerações.

7.5 Caraguatatuba (SP)

7.5.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

Os dados sobre as rendas petrolíferas do município de Caraguatatuba obtidos pela ANP são de fácil acesso, porém não são tão simples de serem visualizados e compreendidos, pois a disponibilidade destes é colocada em uma única planilha para todos os municípios que recebem rendas petrolíferas. Portanto, não há um modo de pesquisa ou buscador que consiga filtrar a informação por município, ou seja, é necessário baixar o arquivo que está em formato de *CSV* (valores separados por vírgula), para então trabalhar com as informações que subsidiaram a produção da tabela a seguir que discrimina os valores de Rendas Petrolíferas que integraram as receitas do município de Caraguatatuba entre os anos de 2010 e 2023.

Rendas Petrolíferas de Caraguatatuba (2010 a 2023) em R$					
Ano	*Royalties*	Participações Especiais	Fundo Especial do Petróleo	Repasses estaduais	Total nominal (valor recebido)
2010	18.644.987	0	268.361	5.067	18.918.416
2011	46.359.874	0	351.261	16.764	46.727.899
2012	75.808.048	0	450.562	27.297	76.285.907
2013	73.955.521	0	467.089	61.599	74.484.209
2014	103.509.976	0	525.859	176.796	104.212.631
2015	80.218.573	129.895	396.296	268.407	81.013.172
2016	33.046	33.046	339.214	274.449	679.756
2017	81.505.514	427.823	445.062	543.858	82.922.527
2018	121.647.183	355.996	723.066	893.713	123.619.957
2019	111.700.365	509.177	727.984	792.833	113.730.359
2020	82.929.706	201.357	723.677	438.090	84.292.829
2021	105.249.009	229.797	1.169.145	882.225	107.530.175
2022	138.693.680	566.227	1.820.990	1.029.943	142.110.842
2023	113.620.980	0	1.709.920	524.238	115.855.138

Tabela 17: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Caraguatatuba.

Os dados levantados entre os anos de 2010 e 2023, mostram que houve um aumento significativo de *royalties* recebidos pelo município. Uma observação muito importante no ano de 2016 é que o valor recebido pelo município foi menor em relação a tendência dos demais anos. Segundo respostas obtidas pelo portal e-Ouve – Ouvidoria Municipal e Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, no ano de 2016 a produção caiu e o cenário político do momento junto com as políticas financeiras internacionais derrubaram os valores de produção, impactando na arrecadação final.

Analisando a série histórica, houve um crescimento no recebimento de *royalties* e participações especiais, porém uma redução de 22% no último ano. Entre os anos de 2022 e 2023 o município teve um decréscimo de R$ 49 milhões no orçamento municipal onde os *royalties* corresponderam a aproximadamente

R$ 26 milhões desse montante. Para essas variações, muitos fatores estão envolvidos como a taxa de produção, a variação cambial do barril de petróleo, o cenário financeiro internacional, o cenário político nacional, regional da américa do sul e mundial, levando em consideração os conflitos internacionais com grandes produtores de petróleo. O impacto negativo na arrecadação municipal ainda é um reflexo da pandemia de COVID-19 somadas a outros fatores de arrecadação da prefeitura municipal[18].

Em termos da escrituração do uso das rendas petrolíferas recebidas pelo município de Caraguatatuba, destaca-se que existe um código específico para classificar as fontes de despesas com o uso desses recursos, porém não existem maiores detalhamentos além desse código, que permitam análises mais aprofundadas. Essa informação foi repassada, após questionamento da equipe técnica ao secretário da pasta de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento que indicou a fonte: 01-Tesouro e a aplicação 140, como o código específico para o uso dos *royalties* da exploração do petróleo e gás natural.

Aplicando esses critérios no portal da transparência, conseguimos visualizar as contas que foram empenhadas com as receitas dos *royalties*. Entretanto, para conseguir acessar essas informações é necessário ter um conhecimento prévio conforme palavras do próprio secretário.

7.5.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

Considerando o recebimento de rendas petrolíferas pelo município, e a possibilidade desse recebimento gerar um comprometimento cada vez maior no decorrer dos anos, é necessário compreender a proporção dessas rendas no total das receitas municipais, conforme apresentado na tabela a seguir.

[18] Segundo o jornal Tamoios News a queda foi de 67 milhões em repasses e arrecadações como o ICMS. O site da matéria não está mais disponível. https://tamoiosnews.com.br/noticias/cidades/covid-caraguatatuba-teve-queda-de-r-67-milhoes-na-arrecadacao-no-primeiro-semestre/

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal – Caraguatatuba			
Ano	**Receita municipal total (R$)**	**Total nominal (valor recebido) (R$)**	**Percentual (%)**
2010	269.349.511	18.918.416	**7%**
2011	327.215.028	46.727.899	**14%**
2012	375.337.649	76.285.907	**20%**
2013	404.984.121	74.484.209	**18%**
2014	480.651.939	104.212.631	**22%**
2015	530.177.996	81.013.172	**15%**
2016	548.787.534	679.756	**11%**
2017	673.983.342	82.922.527	**12%**
2018	703.912.648	123.619.957	**18%**
2019	799.763.104	113.730.359	**14%**
2020	792.922.755	84.292.829	**11%**
2021	1.013.873.254	107.530.175	**11%**
2022	1.195.015.814	142.110.842	**12%**
2023	1.146.791.214	115.855.138	**10%**

Tabela 18: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal**.**

Diante da série histórica entre 2010 e 2023, é possível observar algumas variações com o passar dos anos, onde se registrou a proporção das rendas petrolíferas mínima de 7%, máxima de 22% e média de 13,9% no orçamento dentro desse período. Nos últimos cinco anos (2019-2023) temos uma média de 11,6% de rendas petrolíferas no orçamento municipal, com uma variação entre 10% e14%, ou seja, nos últimos cinco anos apresenta certa estabilidade. Em termos globais observa-se que nos últimos anos a receita municipal ultrapassa a marca de R$ 1,0 bilhão, com rendas petrolíferas representando 11% desse montante.

Em questionamento feito ao secretário de planejamento sobre o porquê da não criação de um fundo soberano, a avaliação do gestor é de que a até o momento o valor das rendas petrolíferas, cerca de 11% das receitas municipais, ainda não compromete o orçamento público, uma vez que a maior parte da arrecadação atual do município é composta de receitas mais estáveis, como os impostos municipais, além dos outros repasses federais e estaduais.

7.5.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

O município de Caraguatatuba, localizado no Litoral Norte, é confrontante dos seguintes campos de produção de petróleo e gás natural:

i. Mexilhão com início da produção em 2011 e previsão de término em 2035.

A tabela a seguir descreve em detalhes os campos confrontantes com o município.

Nome do campo	Bacia	Percentual de confrontação com o município	Data da declaração de comercialidade	Ano do contrato	Contratado
Mexilhão	Santos	26%	15/01/2024	06/08/1998	Petrobras
Mexilhão	Santos	26%	22/12/2006	06/08/1998	Petrobras

Tabela 19: Campos de produção de petróleo confrontantes com o município de Caraguatatuba.

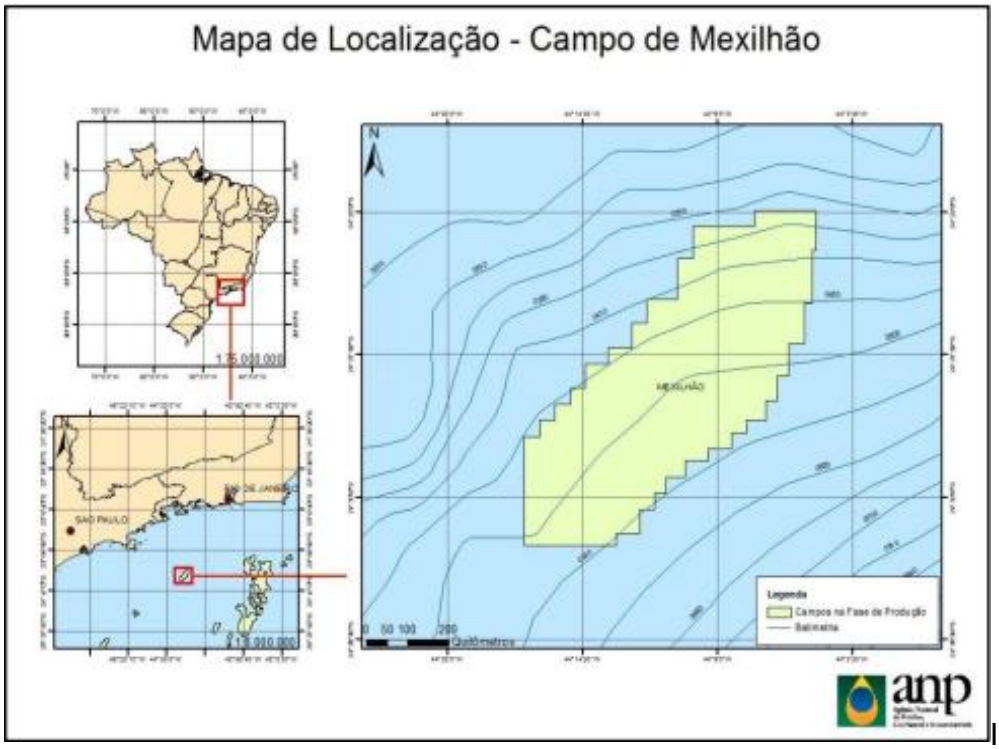


Figura 28: Mapa de localização do Campo de Mexilhão (Fonte: ANP).

Como pode ser observado os contratos são anteriores a dezembro de 2012, portanto o município não está submetido à Lei Federal nº 12.858/13, fato que reflete diretamente na aplicação das rendas petrolíferas, como pode ser observado no tópico a seguir.

7.5.4 *Royalties* para Educação e Saúde

A Lei Federal nº 12.858/13 torna obrigatório o uso dos *royalties* em 75% para educação e 25% para a saúde. Segundo o Ministério de Minas e Energia por meio da ANP reforçam que:

> *"Os royalties são uma compensação financeira devida à União, aos estados, ao Distrito Federal - DF e aos municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis.*

Ocorre que essa destinação é obrigatória apenas para os contratos celebrados entre a ANP e a petroleira após dezembro de 2012. Assim, os *royalties* oriundos dos contratos mais antigos, como é o caso do município de Caraguatatuba, seguem a regra anterior, que permite livre aplicação dos recursos (exceto pagamento de dívidas e pagamento de pessoal permanente).

Dessa forma, faz-se necessário analisar o valor de *royalties* exclusivos para as áreas de educação e saúde recebidos pelo município.

Ano	*Royalties* Educação/Saúde (R$)	Total geral de *Royalties*	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	34.835.310	138.693.680	25%
2021	6.728.109	105.249.009	6%
2020	5.161.293	82.929.706	6%
2019	1.789.994	111.700.365	2%
2018	1.737.123	121.647.183	1%

Tabela 20: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei Federal nº 12.858/13.

No caso de Caraguatatuba, apesar dos contratos de exploração referentes ao Campo de Mexilhão terem sido firmados antes de dezembro de 2012, o município está inserido na ZPP do Estado de São Paulo. Por esse motivo, recebe repasses provenientes de outros campos localizados na Bacia de Santos. Ao analisar a escala temporal entre 2018 e 2022, observa-se que, no último ano, houve um aumento significativo na porcentagem total de royalties destinados às áreas da saúde e educação, atingindo 25%. No entanto, a compreensão dos fatores que motivaram esse aumento expressivo ainda apresenta desafios, principalmente devido à dificuldade de acesso e interpretação dos dados disponíveis no portal da transparência. Diante disso, torna-se necessária a solicitação de informações mais detalhadas à Agência Nacional do Petróleo (ANP), por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), a fim de viabilizar uma análise mais aprofundada sobre o tema.

7.5.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Caraguatatuba (SP)

A análise das rendas petrolíferas revela a importância significativa desses recursos para o orçamento municipal de Caraguatatuba, embora a proporção em relação às receitas totais tenha permanecido estável e relativamente baixa nos últimos anos, o município recebeu valores crescentes de *royalties* e outras compensações relacionadas à produção de petróleo e gás natural, alcançando um pico de arrecadação em 2022, com R$ 142,1 milhões. No entanto, o impacto de fatores externos, como a pandemia de COVID-19, o cenário internacional e macroeconômico do país, implicaram em variações ao longo do período analisado (2010-2023), incluindo uma redução de 22% em 2023 em comparação com ano anterior.

A proporção das rendas petrolíferas no orçamento municipal oscilou entre 7% e 22%, mantendo na média de 13,9%, no período analisado. Nos últimos cinco anos, essa proporção estabilizou-se em torno de 11,6%. Apesar de significativa, a dependência de Caraguatatuba em relação às rendas petrolíferas é menor do que em outros municípios da região. Isso se deve, em parte, à diversificação de receitas provenientes de impostos locais e outros repasses

estaduais e federais, conforme enfatizado pelo Secretário de Planejamento Estratégico, que argumenta sobre tal estabilidade reduzir a necessidade de um fundo soberano.

Em relação à gestão e aplicação das rendas petrolíferas, a transparência continua sendo um desafio. Embora exista um código específico para identificar a aplicação dessas receitas no portal da transparência municipal, a navegação e a compreensão dos dados requerem conhecimento técnico, dificultando o acesso do público geral. Além disso, a falta de detalhamento nas informações disponíveis limita a análise do uso desses recursos.

Os contratos de exploração vinculados a Caraguatatuba, como os relacionados ao campo Mexilhão, não estão sujeitos à Lei Federal nº 12.858/13, isso permite à gestão municipal maior flexibilidade na alocação das rendas petrolíferas. Ainda assim, o município destinou percentuais crescentes a essas áreas, alcançando 25% do total de *royalties* em 2022.

A evolução das rendas petrolíferas também foi impactada por fatores externos, como a queda na produção em 2016 e a volatilidade do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Essas flutuações destacam a vulnerabilidade de Caraguatatuba às condições externas, reforçando a necessidade de estratégias de longo prazo para mitigar riscos, como a criação de um fundo soberano ou, ainda, a diversificação das fontes de receita.

Apesar das receitas substanciais, não há evidências claras de que o aumento dos *royalties* tenha se traduzido em melhorias significativas nos indicadores sociais ou na qualidade dos serviços públicos. A análise sugere que o município tem espaço para otimizar o uso desses recursos.

Em síntese, Caraguatatuba apresenta uma relação complexa com as rendas petrolíferas: enquanto a arrecadação reforça a capacidade financeira do município, a gestão e a transparência desses recursos ainda podem ser aprimoradas. Vale também destacar que o município apresentou déficit orçamentários no ano de 2023, situação que se repetirá em 2024.

O contexto reforça a importância de políticas públicas que não apenas assegurem o uso eficiente dessas receitas, mas também promovam um

planejamento estratégico que prepare o município para cenários de menor dependência das rendas petrolíferas no futuro.

7.6 Paraty (RJ)

Os *royalties* representam uma das principais fontes de receita do município de Paraty. O recebimento desses valores é regulamentado pela ANP e é fundamental para financiar serviços essenciais nas comunidades locais, como saúde, educação e infraestrutura.

Além dos *royalties*, temos as participações especiais, que são tributos aplicados à produção em campos de petróleo com alta rentabilidade; os repasses da cota-parte dos estados produtores, que se referem à parte da arrecadação de impostos, como o ICMS, destinada aos estados que extraem petróleo; e o FEP, que diz respeito a uma fração das receitas da exploração de O&G, direcionados para financiar projetos de desenvolvimento sustentável e diversificação econômica.

Portanto, a gestão eficaz das rendas petrolíferas é fundamental para garantir que os benefícios desse recurso natural não-renovável sejam amplamente distribuídos e contribuam para um desenvolvimento sustentável. Assim, é essencial analisar como esses recursos são administrados, os impactos que geram e as políticas que podem ser implementadas para maximizar os benefícios econômicos e sociais.

Nesse sentido, os próximos tópicos visam apresentar a forma como essas rendas se apresentam no município de Paraty (RJ) e onde esse recurso vem sendo aplicado.

7.6.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

A tabela a seguir discrimina os valores recebidos na forma das rendas petrolíferas, que integraram as receitas do município de Paraty, entre os anos de 2010 e 2023.

Rendas Petrolíferas de Paraty (2010 a 2023) em R$					
Ano	***Royalties***	**Participações Especiais**	**Fundo Especial do Petróleo**	**Repasses Estaduais**	**Total nominal (valor recebido)**
2010	55.458.256	0	126.402	967.850	56.552.507
2011	58.808.872	228.233	185.499	1.376.793	60.599.398
2012	80.729.182	604.263	223.059	1.713.854	83.270.359
2013	73.810.993	4.237.053	230.507	4.448.639	82.727.191
2014	89.208.178	7.625.179	263.020	1.881.871	98.978.248
2015	63.714.984	1.046.402	198.355	1.747.328	66.707.067
2016	54.518.112	0	69.223	1.616.721	56.304.056
2017	67.728.265	0	222.772	2.160.492	70.111.530
2018	116.062.845	5.000.352	342.077	3.450.001	124.855.275
2019	119.787.804	6.339.761	341.668	3.274.804	129.744.039
2020	100.512.768	0	338.548	3.930.950	104.782.267
2021	142.181.231	110.359	548.319	7.162.357	150.002.265
2022	178.923.975	0	949.370	10.007.776	189.881.121
2023	197.856.700	92.968	863.167	7.978.957	206.791.792

Tabela 21: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Paraty.

Conforme observado, o total de rendas petrolíferas apresentou um crescimento significativo ao longo dos anos, praticamente quadruplicando de valor. Em 2010, o montante era de R$ 56,5 milhões, passando para R$ 206,8 milhões em 2023, representando um aumento percentual de 265,7%.

Para complementar a análise, o gráfico a seguir exemplifica as diferenças na composição das Rendas Petrolíferas de Paraty, tomando como base o ano de 2012.

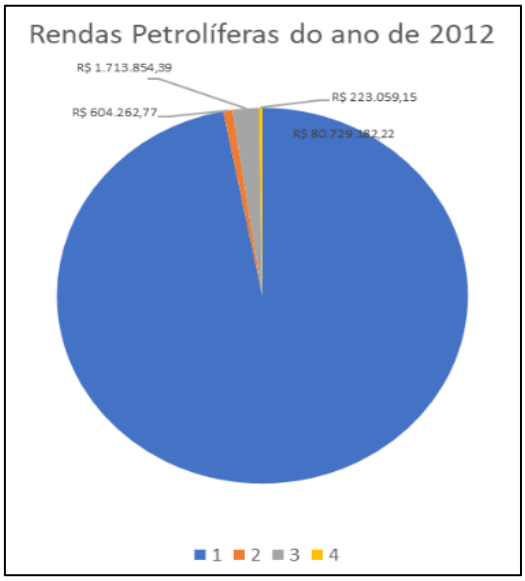


Tabela 22: Contribuição dos *royalties* (1), participações especiais (2), repasses estaduais (3) e Fundo Especial do Petróleo (4), que compõem as rendas petrolíferas recebidas por Paraty (RJ) no ano de 2012.

Em 2012 os *royalties* foram a principal fonte de rendas petrolíferas recebidas por Paraty, equivalente a 97% do total recebido, enquanto as participações especiais, os repasses estaduais e o FEP responderam todos juntos por 3 %.

Tanto no ano de 2012 como em outros anos, apesar de variações, a contribuição dos *royalties* permanece predominante, evidenciando sua maior importância para o município de Paraty.

Já o gráfico a seguir apresenta o total de rendas petrolíferas e a tendência geral de crescimento no período de 2010 a 2023.

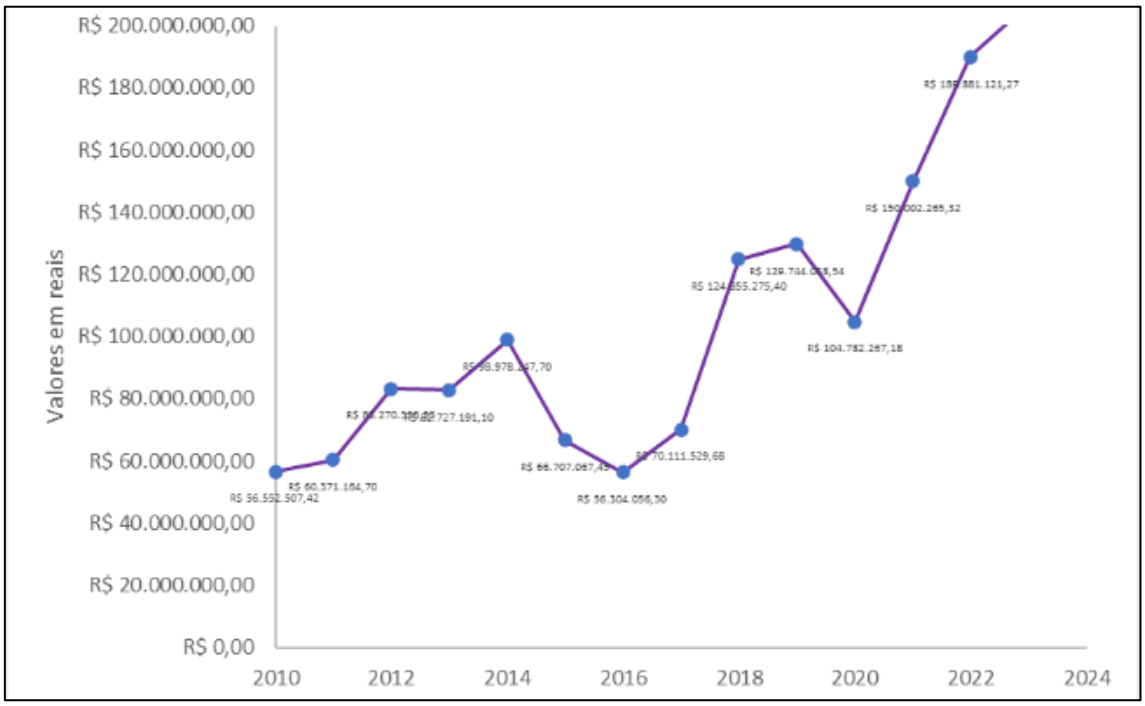


Tabela 23: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Paraty (RJ), de 2010 a 2023.

A análise gráfica da série histórica apresenta estabilidade nos primeiros anos, com uma redução moderada, entre 2010 e 2016. Nos anos seguintes, com a entrada de produção do Pré-Sal, observa-se a tendência de crescimento interrompida apenas pela crise de COVID-19, no ano de 2020.

7.6.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

Considerando as rendas petrolíferas recebidas pelo município e seu impacto na receita municipal ao longo do tempo, é fundamental entender a proporção dessas rendas em relação ao total das receitas municipais. A tabela a seguir apresenta a contribuição proporcional das rendas petrolíferas na receita municipal de Paraty para os anos de 2010 a 2023.

Percentual (%) de Rendas Petrolíferas na receita municipal – Paraty			
Ano	Receita municipal total (R$)	Total nominal (valor recebido) (R$)	Percentual (%)

2010	128.710.326	55.458.256	43%
2011	137.853.909	58.808.872	43%
2012	172.920.553	80.729.182	47%
2013	178.528.655	73.810.993	41%
2014	233.877.748	89.208.178	38%
2015	188.040.339	63.714.984	34%
2016	189.822.868	54.518.112	29%
2017	203.978.219	67.728.265	33%
2018	272.233.831	116.062.845	43%
2019	278.917.809	119.787.804	43%
2020	281.725.965	100.512.768	36%
2021	383.146.487	142.181.231	37%
2022	469.204.646	178.923.975	38%
2023	489.683.230	197.856.700	40%

Tabela 24: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal de Paraty – RJ, de 2010 a 2023.

Considerando os dados, a proporção das rendas petrolíferas apresenta a tendência de crescimento dentro do orçamento do município de Paraty, oscilando entre 29% e 47% das receitas municipais observadas. Em termos nominais, os valores do orçamento praticamente quadruplicaram ao longo dos anos, passando de R$ 55,5 milhões em 2010 para R$ 198,0 milhões em 2023.

7.6.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

Os campos de petróleo e gás considerados como confrontantes com o município de Paraty estão localizados na Bacia de Campos, assim eles possuem características diferentes em relação à sua proximidade com o município. Contudo, Paraty recebe rendas petrolíferas provenientes dos campos localizados na Bacia de Santos, por meio dos repasses da cota-parte dos estados produtores e do FEP. Esses fatores são importantes na gestão dos recursos naturais e na interação entre a indústria petrolífera e as comunidades

locais. Desse modo, os seguintes campos de produção de petróleo e gás natural são confrontantes com Paraty:

i. Peregrino com início da produção em 2011 e previsão de término em 2040;
ii. Polvo com início da produção em 2007 e previsão de término estendida até 2037, após a interligação com o Campo de Tubarão Martelo; e
iii. Tubarão martelo com início de produção em 2013 e previsão até 2037.

A tabela a seguir descreve em detalhes os campos confrontantes com o município.

Nome do campo	Bacia	Percentual de confrontação com o município	Data da declaração de comercialidade	Ano do contrato	Contratado
PEREGRINO	Campos	40%	20/03/2007	15/09/2000	Equinor Brasil Energia Ltda
POLVO	Campos	47%	01/07/2005	15/09/2000	Prio S.A. (PetroRio)
TUBARÃO MARTELO	Campos	50%	19/04/2012	12/03/2008	Prio S.A. (PetroRio)

Tabela 25: Campos de produção de petróleo confrontantes com o município de Paraty.

Os três campos de produção apresentados têm uma significativa relação com a área local, trazendo consigo a expectativa do pagamento de *royalties* e benefícios econômicos para o município, por pelo menos mais 16 anos.

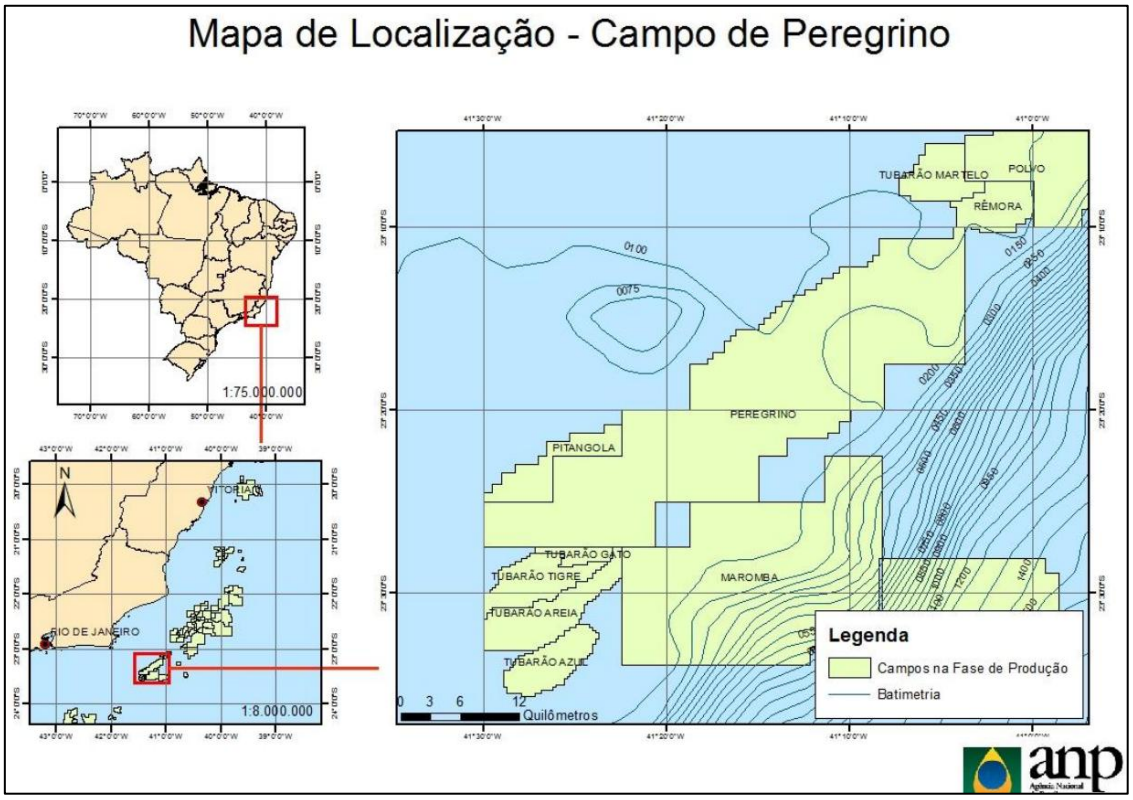


Figura 29: Mapa de localização do Campo de Peregrino (Fonte: ANP).

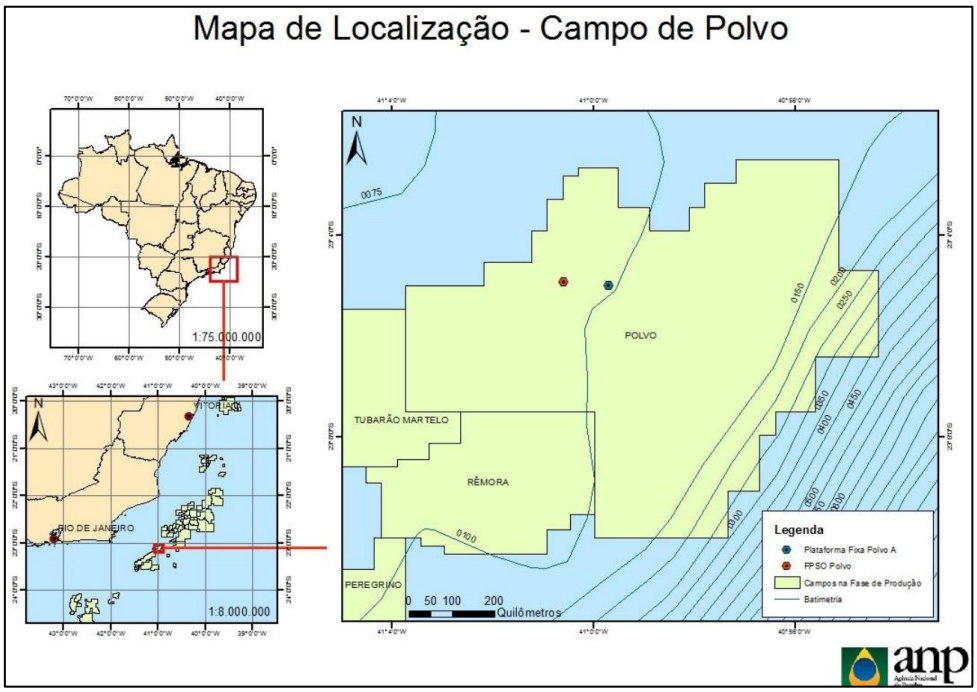


Figura 30: Mapa de localização do Campo de Polvo (Fonte: ANP).

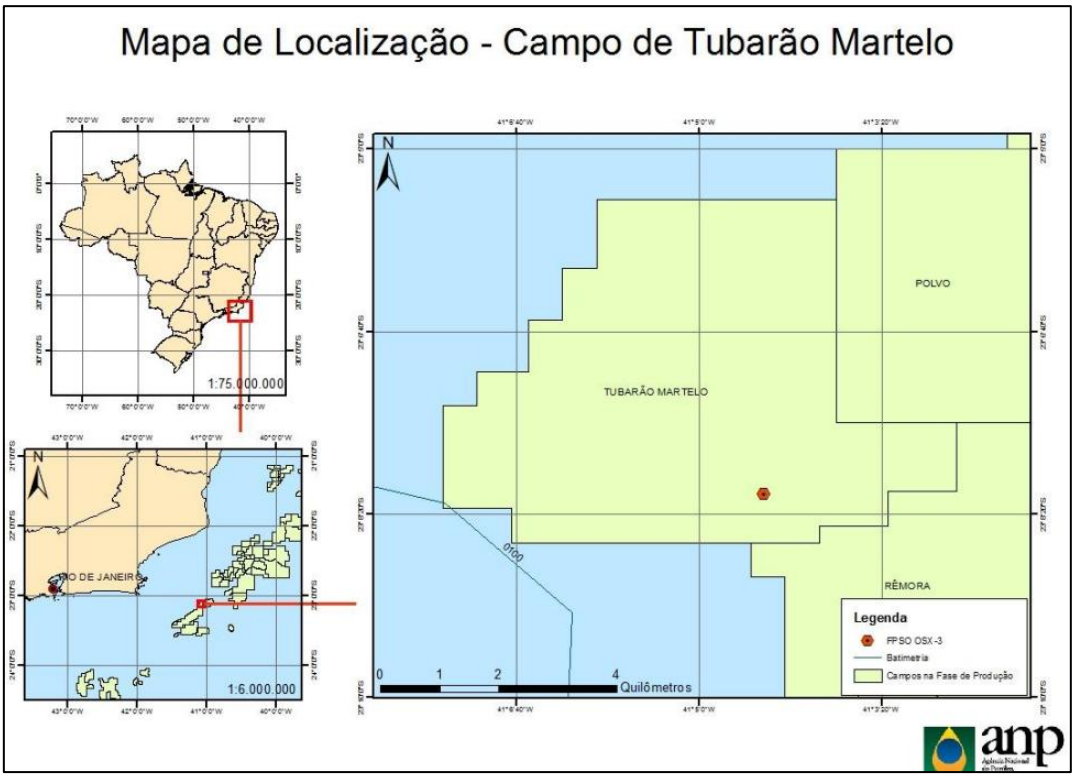


Figura 31: Mapa de localização do Campo de Tubarão Martelo (Fonte: ANP).

É importante salientar a volatilidade das rendas petrolíferas, uma vez que os três campos confrontantes são considerados como maduros, inclusive com a extensão da produção como é o caso do campo de Polvo. Contudo, Paraty poderá ser beneficiado pelo pagamento de *royalties* a partir da entrada de operação da Etapa 4 do Bloco Pré-Sal da Bacia de Santos, ainda em fase de licenciamento.

7.6.4 *Royalties* para Educação e Saúde

Dada a existência da Lei Federal nº 12.858/13 que determina o uso dos *royalties* em 75% para educação e 25% para a saúde, para os contratos posteriores a dezembro de 2012, faz-se necessário analisar o valor de *royalties* de uso exclusivo recebidos pelo município. Para essa análise, foi utilizada uma série temporal abrangendo os anos de 2018 a 2022, como sistematizado na tabela a seguir:

Ano	*Royalties* Educação/Saúde	Total geral de *royalties (em Reais)*	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	41.997.711	178.923.975	23,5%
2021	7.915.728	142.181.231	5,6%
2020	3.694.800	100.512.768	3,7%
2019	1.734.423	119.787.804	1,4%
2018	1.541.196	116.062.845	1,3%

Tabela 30: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei nº 12.858/2013 em Paraty.

Entre 2018 e 2022. houve um aumento significativo tanto no total de *royalties* quanto na porcentagem destinada à educação e saúde. Em 2018, a alocação para essas áreas representava apenas 1,3% do total, enquanto em 2022 esse percentual aumentou para 23,5%. Esse crescimento mostra uma tendência de priorização progressiva dos setores de educação e saúde ao longo dos anos. Além disso, o crescimento observado no recebimento das rendas

petrolíferas pelo município reflete no incremento percentual destinado para essas áreas fundamentais para o desenvolvimento social.

7.6.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Paraty (RJ)

A análise das rendas petrolíferas de Paraty evidencia a relevância crescente desses recursos para o orçamento municipal e as implicações sociais e econômicas de sua gestão. Entre 2010 e 2023, o município viu um aumento expressivo nos valores recebidos, passando de R$ 56,5 milhões para R$ 206,8 milhões, representando um crescimento de 265,72%. Esse incremento, impulsionado por fatores como o desenvolvimento do pré-sal e a valorização internacional do barril de petróleo, reflete uma tendência de dependência fiscal cada vez maior desses recursos.

A proporção das rendas petrolíferas em relação ao orçamento municipal oscilou entre 30% (em 2016) e 48% (em 2012), com uma média de 41% ao longo dos anos analisados. Apesar das variações, as receitas petrolíferas mantêm uma contribuição substancial, indicando uma dependência estrutural significativa. Entre 2018 e 2022, essa participação oscilou em torno de 40%, evidenciando a importância estratégica desses recursos para a administração pública local. No entanto, essa dependência expõe o município a vulnerabilidades, como a volatilidade do mercado de petróleo e as oscilações econômicas globais, destacadas pela queda nas receitas em 2016 e 2020.

As receitas são predominantemente compostas por *royalties*, que representaram em média 95% do total das rendas petrolíferas, seguidos pelos repasses estaduais e, em menor medida, pelo FEP e participações especiais. Essa predominância reflete a localização geográfica estratégica de Paraty, confrontando campos de produção marítimos como Peregrino, Polvo e Tubarão Martelo, localizados na Bacia de Campos, cujas atividades garantem parte significativa dos repasses.

O município também se beneficia de *royalties* provenientes de contratos firmados após 2012, regulados pela Lei nº 12.858/2013, que exige a aplicação de 75% desses recursos em educação e 25% em saúde. Entre 2018 e 2022,

houve uma crescente priorização dessas áreas, com o percentual destinado a educação e saúde aumentando de 1,3% para 23,5% do total de *royalties* recebidos. Este avanço sinaliza um esforço em alinhar a gestão das rendas petrolíferas às diretrizes de desenvolvimento social sustentável. No entanto, o percentual ainda está abaixo de seu potencial, considerando a magnitude dos valores recebidos.

Além disso, o total de *royalties* direcionados à educação e saúde passou de R$ 1,5 milhão em 2018 para quase R$ 42 milhões em 2022, representando um aumento proporcional e absoluto significativo. Este crescimento reflete uma mudança na priorização orçamentária, permitindo que esses recursos sejam mais efetivamente empregados em áreas críticas para o desenvolvimento humano e social.

Apesar dos avanços, persistem desafios na gestão das rendas petrolíferas em Paraty. A ausência de um planejamento estratégico robusto para a aplicação desses recursos, associada a uma alta dependência estrutural, pode limitar o impacto positivo no desenvolvimento sustentável do município. Além disso, a transparência e a rastreabilidade das despesas continuam sendo áreas críticas a serem aprimoradas, dificultando a avaliação do impacto direto das rendas petrolíferas na melhoria da qualidade de vida da população.

A criação de mecanismos como um fundo soberano municipal poderia ajudar a mitigar a volatilidade dos recursos, assegurar investimentos estratégicos e reduzir a dependência de receitas petrolíferas no longo prazo. Isso seria especialmente importante considerando as projeções de esgotamento dos campos produtores e a necessidade de diversificar a base econômica local.

Em suma, Paraty tem demonstrado avanços na gestão de suas rendas petrolíferas, especialmente no que tange ao aumento da alocação para educação e saúde. No entanto, a sustentabilidade econômica e social do município requer esforços adicionais para diversificar sua economia, aumentar a transparência na aplicação dos recursos e garantir que as rendas petrolíferas sejam utilizadas como alavanca para o desenvolvimento de longo prazo, beneficiando tanto a população atual quanto as gerações futuras. Apesar do expressivo crescimento do valor nominal das rendas petrolíferas entre 2010 e

2023, a participação percentual desses recursos no orçamento municipal manteve-se relativamente estável, oscilando em torno de 40% nos últimos anos. Essa estabilidade sugere que o município tem recebido incrementos orçamentários de outras fontes, como arrecadação própria, transferências constitucionais e repasses estaduais e federais. Para compreender melhor essa dinâmica, será fundamental analisar detalhadamente a composição das receitas municipais e verificar se essa estabilidade decorre do crescimento de outras fontes de receita ou se reflete apenas os efeitos da inflação sobre o orçamento.

A realização de um estudo mais aprofundado sobre as receitas municipais se faz necessária, incluindo a evolução de tributos, bem como o impacto das transferências da União e do Estado, para esclarecer quais fatores estão contribuindo para a manutenção desse percentual de dependência. Além disso, avaliar como a inflação tem influenciado o orçamento municipal poderá contribuir na compreensão se a estabilidade percentual reflete um crescimento real das receitas ou se trata-se apenas de uma compensação nominal. Para isso, a análise de documentos como o RREO e a solicitação de informações detalhadas por meio da LAI junto aos órgãos responsáveis podem fornecer dados essenciais para uma compreensão mais precisa do cenário financeiro do município.

7.7 Niterói (RJ)

Segundo Portugal e Paes (2019), as compensações financeiras relacionadas à cadeia de óleo e gás natural recebidas por Niterói são:

i. compensação financeira pela exploração dos recursos naturais (Lei nº 7.990/89) – *royalties* em si, considerando a alíquota básica de 5%;
ii. cota-parte excedente da produção (Lei Federal nº 9.478/97 artigo 49 I e II) – parcela de *royalties* acima dos primeiros 5%;
iii. Participação Especial (Lei Federal nº 9.478/97 artigo 50); e
iv. Cota-parte do FPE – fundo repartido entre todos os entes federativos, não só produtores; e

v. *Royalties* transferidos pelo estado do Rio de Janeiro (art. 9º da Lei Federal nº 7.990/1989).

7.7.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

A tabela a seguir discrimina os valores recebidos na forma das rendas petrolíferas, que integraram as receitas do município de Niterói, entre os anos de 2010 e 2023.

Rendas Petrolíferas de Niterói - 2010 a 2023 em R$					
Ano	***Royalties***	**Participações Especiais**	**Fundo Especial do Petróleo**	**Repasses estaduais**	**Total nominal (valor recebido)**
2010	41.932.167	0	422.393	5.783.756	48.138.317
2011	63.728.473	0	530.477	8.200.172	72.459.122
2012	85.963.204	14.895.909	657.491	10.865.752	112.382.356
2013	95.174.814	38.166.159	678.936	12.151.145	146.171.054
2014	126.780.469	83.279.747	769.203	13.419.479	224.248.899
2015	124.161.204	115.478.241	559.819	11.700.139	251.899.404
2016	151.353.371	138.742.393	477.700	9.663.322	300.236.785
2017	256.016.708	359.146.338	629.284	16.555.427	632.347.757
2018	457.395.570	791.216.223	965.972	29.610.375	1.279.188.140
2019	498.157.575	851.037.956	993.046	32.879.232	1.383.067.808
2020	484.815.725	740.752.590	984.200	39.222.244	1.265.774.758
2021	745.280.657	1.143.919.147	1.591.343	64.483.782	1.955.274.928
2022	1.094.486.347	1.961.954.880	2.486.313	92.127.958	3.151.055.497
2023	962.401.774	1.301.427.275	2.247.477	80.418.554	2.346.495.080

Tabela 26: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Niterói.

Niterói foi o segundo município que mais recebeu rendas petrolíferas na Bacia de Santos, atrás somente de Maricá. Conforme a figura a seguir, de 2010 a 2023 o total saltou de R$ 48,1 milhões para R$ 2,3 bilhões. E, a partir de 2012 o município passou a receber participações especiais, com elas representando maior valor recebido do que os *royalties* desde 2017, refletindo a magnitude da extração de recursos naturais dos campos confrontantes ao município. O gráfico a seguir apresenta o aumento progressivo no recebimento das rendas petrolíferas ao longo dos anos, com uma pequena queda no ano de 2023.

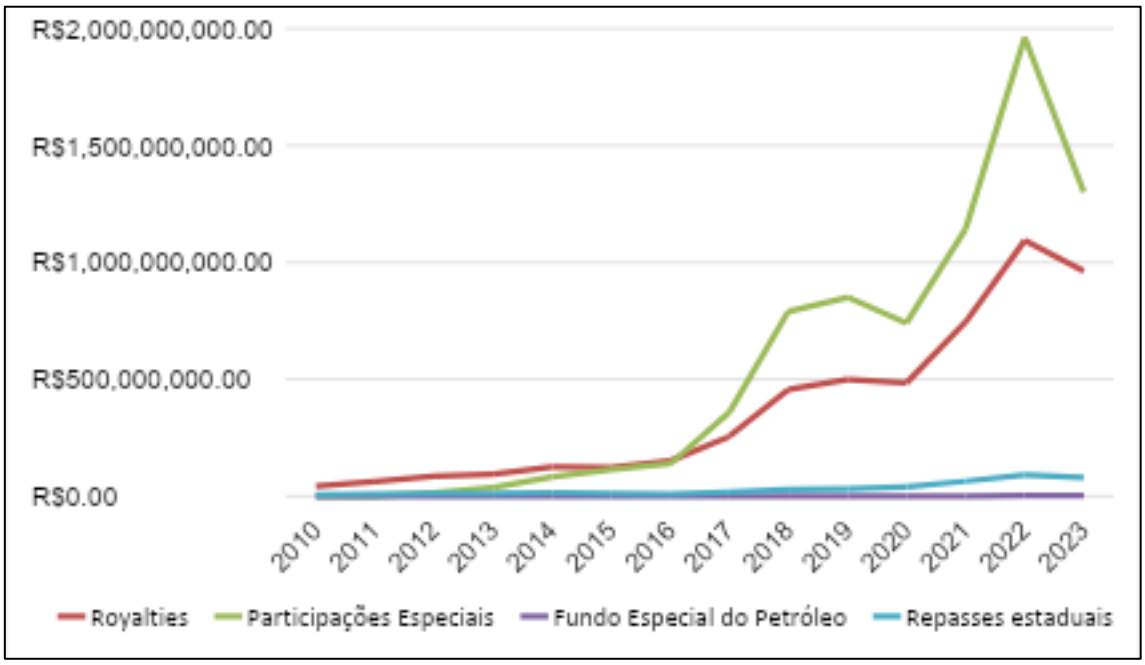


Gráfico 7: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Niterói entre 2010 e 2023

Esta queda foi consequência de dois fatores históricos. O primeiro foi o aumento do preço do petróleo no mercado global em 2022, que ultrapassou a casa dos US$100, depois da invasão da Ucrânia pela Rússia e das restrições impostas a Moscou. Este ano foi considerado um ano atípico e o mesmo efeito não foi visto em 2023 (Campos Jr, 2024). O segundo fator foi a redistribuição dos *royalties* determinada por uma liminar em 2023[19]. Esta liminar considerava São Gonçalo, Magé e Guapimirim como Zona de Produção Principal de petróleo. Os municípios de Niterói e Rio de Janeiro, principais afetados com a redistribuição, entraram com o recurso e ganharam. Niterói alegou que perderia R$1 bilhão de arrecadação em um ano – cerca de 25% de suas receitas – o que comprometeria o orçamento por conta da diminuição dos recursos (Menezes, 2023).

[19] Processo: SLS nº 3176/DF (2022/0279756-9) AUTUADO EM 02/09/2022: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/19042023-Mantida-suspensao-de-repasse-de-*royalties*-do-petroleo-a-municipios-do-Rio-de-Janeiro.aspx

7.7.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

Considerando o recebimento de rendas petrolíferas pelo município, e a possibilidade desse gerar uma dependência orçamentária no decorrer dos anos, é necessário compreender a proporção dessas rendas no total das receitas municipais, conforme apresenta a tabela a seguir.

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal – Niterói			
Ano	**Receita Municipal Total (R$)**	**Total nominal (valor recebido) (R$)**	**Percentual**
2010	1.047.064.400	48.138.317	5%
2011	1.223.828.678	72.459.122	6%
2012	1.400.360.365	112.382.356	8%
2013	1.588.894.854	146.171.054	9%
2014	1.795.771.622	224.248.899	12%
2015	2.011.003.230	251.899.404	13%
2016	2.240.298.201	300.236.785	13%
2017	2.647.623.610	632.347.757	24%
2018	3.418.879.397	1.279.188.140	37%
2019	3.898.368.497	1.383.067.808	35%
2020	3.709.199.473	1.265.774.758	34%
2021	5.038.698.353	1.955.274.928	39%
2022	6.251.073.696	3.151.055.497	50%
2023	5.815.759.484	2.346.495.080	40%

Tabela 32: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal.

O município de Niterói apresentou desde 2010 um elevado crescimento econômico, se comparado a outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Este aumento da arrecadação no município pode estar fortemente relacionado ao aumento das rendas petrolíferas recebidas, resultante do avanço da produção de petróleo e gás natural nas Bacias de Santos e Campos. Desde o início da produção no primeiro campo confrontante ao município na década de 1990 (Espadarte), mais três campos começaram a ser explorados. Dentre eles está o Campo de Tupi, com o maior número de poços produtores, sendo 59 no total.

Niterói é uma cidade grande, já foi capital do Estado e possui uma economia diversificada. No entanto, o crescimento vertiginoso das rendas petrolíferas recebidas tem aumentado a dependência orçamentária do município em relação a estes recursos. Ao se observar o percentual de dependência depara-se com o crescimento constante ao longo dos anos. Estes saltos podem estar relacionados ao início da produção de petróleo e gás natural das etapas 2 e 3 do Pré-sal que aconteceram nos anos de 2012 e 2017, respectivamente. Em 2022 houve mais uma audiência pública, prévia ao licenciamento ambiental para a Etapa 4 do Pré-sal na Bacia de Santos, com a previsão de abertura de mais poços e, com isso, depara-se com a perspectiva do aumento do repasse de *royalties* para o município.

Além do impacto direto na renda municipal, as rendas petrolíferas contribuem para impulsionar a economia local por meio do investimento em políticas públicas voltadas para a educação, geração de empregos, moeda social e apoio aos empresários locais. Niterói se destacou durante a pandemia pelas ações realizadas para minimizar os efeitos do isolamento social com a aprovação do Fundo Emergencial de Crédito para as pequenas e médias empresas, Programa Renda Básica para famílias incluídas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, Criação do Fundo Niterói Supera (empréstimos a juro zero para micro e pequenas empresas), e abertura dos cadastros para o programa Empresa Cidadã (Prefeitura de Niterói, 2024).

Tendo em vista que o petróleo é um recurso natural finito e que existe a possibilidade da redistribuição das rendas com outros municípios, Niterói precisa investir ainda mais para diminuir a sua dependência orçamentária das rendas petrolíferas.

Destaca-se que o percentual de rendas petrolíferas em relação ao total de receitas arrecadadas já chegou a 50% em 2022. Assim, avalia-se que o município pode entrar em colapso se os critérios de distribuição dos *Royalties* forem alterados. Essa percepção é validada ao se observar a disputa judicial mencionada anteriormente, na qual o município de Niterói comprovou que haveria risco de interrupção na execução de serviços essenciais à população caso houvesse partilha dos recursos com os municípios requerentes.

7.7.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

O município de Niterói, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, é confrontante dos seguintes campos de produção de petróleo e gás natural:

i. Espadarte com início da produção em 2000 e previsão de término em 2039;
ii. Tartaruga Verde com início da produção em 2014 e previsão de término em 2026;
iii. Tupi (antigo Campo de Lula) e Sul de Tupi com início da produção em 2018 e previsão de término 2037.

A tabela a seguir descreve em detalhes os campos confrontantes com o município.

Nome do campo	Bacia	Percentual de confrontação com o município	Data da declaração de comercialidade	Ano do contrato	Contratado
Espadarte	Campos	0,9%	06/08/1998	1997	Petrobras
Tartaruga Verde	Campos	11,3%	28/12/2012	2005	Petrobras
Tupi	Santos	43,1%	29/12/2010	2000	Petrobras
Sul de Tupi	Santos	50,5%	19/12/2013	2010	Petrobras

Tabela 27: Campos de produção de petróleo confrontantes com o município de Niterói.

Espadarte, Tupi e Tartaruga Verde, por serem contratos de concessão, geram participações especiais.

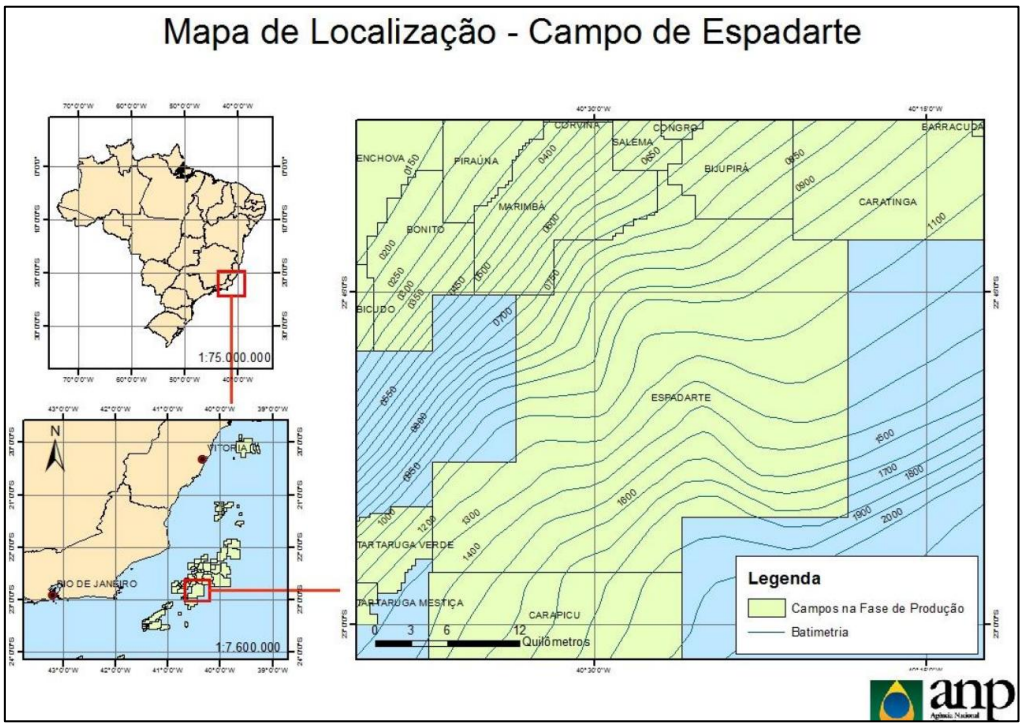


Figura 32: Mapa de localização do Campo de Espadarte (Fonte: ANP).

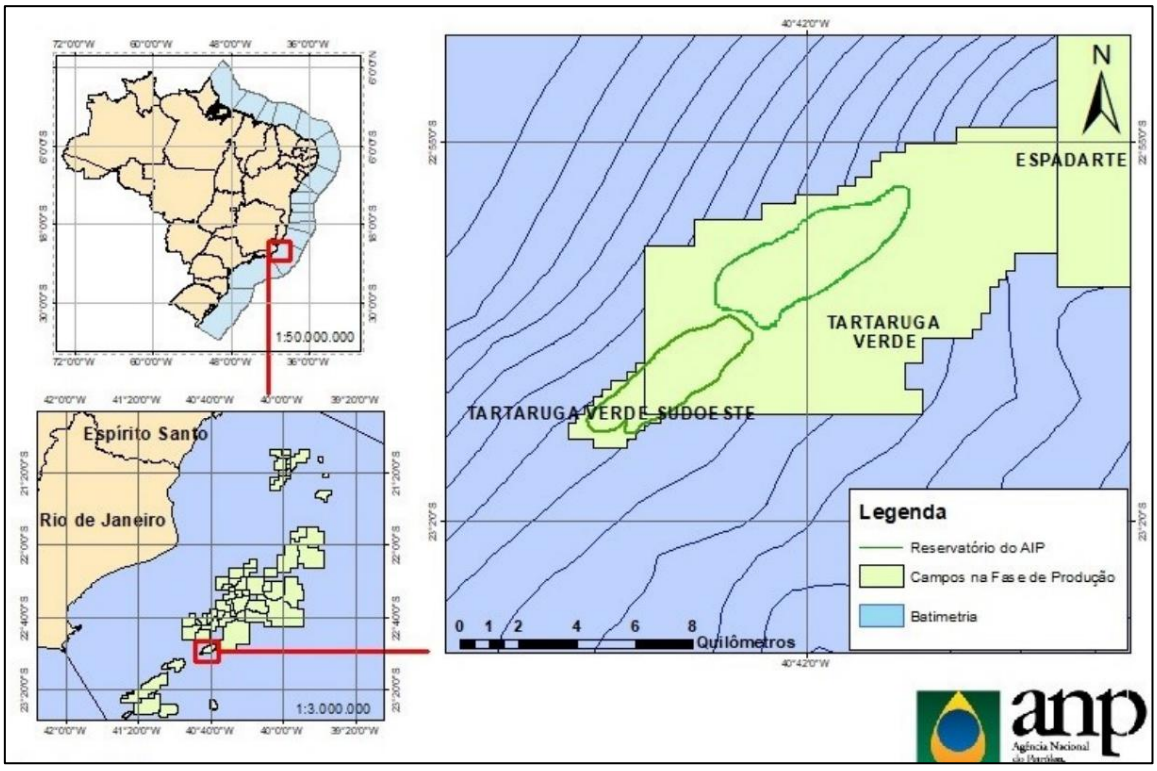


Figura 33: Mapa de localização do Campo de Tartaruga Verde (Fonte: ANP).

O campo de Tupi, sendo o mais produtivo do Pré-sal, justifica o valor exorbitante das participações especiais recebidas por Niterói. No regime de cessão onerosa, caso de Sul de Tupi, a Petrobras adquiriu o direito de produzir até 5 bilhões de barris de óleo nessas áreas. Sendo assim, o óleo e o gás excedentes produzidos no campo de Sul de Tupi serão negociados automaticamente pelo sistema de partilha, segundo a empresa Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA, 2024). Neste caso, não há pagamento de participação especial.



Figura 34: Mapa de localização do Campo de Tupi e Sul de Tupi, antigo Campo de Sul e Sul de Lula (Fonte: ANP).

A equipe técnica e os integrantes do Elo tiveram dificuldades de encontrar informações sobre o contrato do campo de Tupi. Por se tratar de um campo com declaração de comercialidade de 29 de dezembro de 2010, acreditou-se que seria um contrato de partilha de acordo com a Lei nº 12.351/10, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas. No entanto, se assim fosse, não faria sentido o alto

valor recebido por Niterói de participações especiais. Para tirar a dúvida, a equipe técnica entrou em contato com o Fala.Br, Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do governo, e eles responderam no intervalo de sete dias confirmando que o contrato do campo de Tupi era de concessão.

7.7.4 *Royalties* para Educação e Saúde

Dada a existência da Lei Federal nº 12.858/13 que determina o uso dos *royalties* em 75% para educação e 25% para a saúde, para os contratos posteriores a dezembro de 2012, faz-se necessário analisar o valor de *royalties* de uso exclusivo recebidos pelo município. Para essa análise, foi utilizada uma série temporal abrangendo os anos de 2018 a 2022, como sistematizado na tabela a seguir:

Ano	*Royalties* Educação/Saúde (R$)	Total geral de *Royalties* (R$)	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	83.116.295	1.094.486.347	7,6%
2021	5.869.045	745.280.657	0,8%
2019	2.138.322	484.815.725	0,4%
2018	1.146.285	498.157.575	0,2%

Tabela 28: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei Federal nº 12.858/13.

Como todos os campos confrontantes com Niterói têm datas de assinatura de contrato anteriores a dezembro de 2012, a equipe deduziu que os valores recebidos de 2018 a 2022 exclusivos para saúde e educação vêm das transferências das outras rendas petrolíferas (cota-parte, FEP e participações especiais).

Já o valor repassado em 2022 está relacionado ao aumento do preço do petróleo no mercado global. E, segundo a LOA de 2023, o valor *royalties* vinculados à educação seria de R$ 58,6 milhões e o valor vinculado à saúde seria de R$ 19,7 milhões, somando um total de R$ 78,3 milhões.

7.7.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Niterói (RJ)

A análise das rendas petrolíferas de Niterói revela um crescimento significativo na arrecadação desses recursos ao longo de 2010 e 2023, refletindo a importância econômica do município no contexto da exploração de petróleo e gás natural nas Bacias de Campos e de Santos. O total de rendas petrolíferas aumentou de R$ 48,1 milhões em 2010 para R$ 2,3 bilhões em 2023, representando um incremento de quase 48 vezes nesse período. Esse crescimento pode ser atribuído ao aumento da produção de campos confrontantes, como Tupi e Sul de Tupi, e ao regime de concessão, que inclui participações especiais de alto valor.

As rendas petrolíferas de Niterói inicialmente eram compostas majoritariamente por *royalties*, seguidos por participações especiais e repasses estaduais. E, a partir de 2017, o valor das participações especiais ultrapassou os repasses de *royalties*, consolidando sua relevância no orçamento municipal. Essa mudança reflete a magnitude da produção nos campos confrontantes e o avanço do pré-sal. No entanto, em 2023, houve uma leve queda na arrecadação, atribuída a fatores como a redistribuição de *royalties* e a estabilização do preço do petróleo após o pico de 2022, decorrente da guerra na Ucrânia.

A proporção das rendas petrolíferas no orçamento municipal também registrou um aumento expressivo. Em 2010, essas rendas representavam 5% da receita municipal, atingindo 50% em 2022, antes de cair para 40% em 2023. Esse crescimento progressivo evidencia a dependência crescente do município em relação às receitas petrolíferas, aumentando a vulnerabilidade financeira diante de flutuações de mercado ou mudanças regulatórias. O salto mais acentuado ocorreu em 2017, com a entrada em operação da Etapa 3 do pré-sal, que contribuiu para um aumento de 11 pontos percentuais na dependência orçamentária em relação ao ano anterior.

Os campos confrontantes que geram as rendas petrolíferas de Niterói incluem Espadarte, Tupi, Tartaruga Verde e Sul de Tupi. Espadarte e Tartaruga Verde estão localizados na Bacia de Campos, enquanto Tupi e Sul de Tupi estão na Bacia de Santos. O campo de Tupi, o mais produtivo do pré-sal, é responsável

por grande parte das participações especiais, destacando a importância desse campo para a arrecadação do município. Apesar disso, Sul de Tupi, sob o regime de cessão onerosa, não gera participações especiais, mas contribui com *royalties* provenientes do excedente da produção.

Em termos de destinação de recursos, para educação e saúde em função de contratos firmados após dezembro de 2012, Niterói possui uma situação diferenciada, pois todos os campos confrontantes têm contratos assinados antes dessa data, permitindo a aplicação livre desses recursos. Ainda assim, valores significativos vêm sendo destinados à educação e saúde por meio de transferências estaduais, com destaque para 2022, quando esses setores receberam R$ 83,1 milhões, representando 7,6% do total de *royalties* arrecadados.

O aumento do valor destinado a educação e saúde em 2022 foi influenciado pela alta global no preço do petróleo, mas ainda representa uma parcela pequena do total arrecadado. Essa realidade demonstra a necessidade de maior alinhamento estratégico entre os recursos disponíveis e as demandas sociais, visando um desenvolvimento sustentável e menos dependente da volatilidade do setor petrolífero.

Em suma, Niterói arrecada muitos recursos financeiros relacionados às rendas petrolíferas devido à sua localização estratégica confrontante com poços de petróleo e gás natural do pré sal, especialmente do campo de Tupi. No entanto, os desafios incluem reduzir a dependência dessas rendas, diversificar a base econômica e garantir que os recursos sejam aplicados de forma transparente e sustentável, especialmente em áreas prioritárias como educação e saúde. O município possui um fundo soberano desde 2019, o que é importante para mitigar os riscos de volatilidade, referente ao recebimento destas rendas, e pode assegurar investimentos de longo prazo no desenvolvimento local, a partir dos rendimentos da aplicação deste fundo. Porém, a economia deste município ainda está muito vinculada ao setor de óleo e gás, à medida que investe no setor portuário e de reparos para embarcações desta indústria.

7.8 Maricá (RJ)

7.8.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

A tabela a seguir discrimina os valores recebidos na forma das rendas petrolíferas, que integraram as receitas do município de Maricá, entre os anos de 2010 e 2023.

Rendas Petrolíferas de Maricá (2010 a 2023) em R$					
Ano	***Royalties***	**Participações Especiais**	**Fundo Especial do Petróleo**	**Repasses estaduais**	**Total nominal (valor recebido)**
2010	36.942.403	0	268.604	797.625	38.008.633
2011	67.680.389	0	350.387	1.135.500	69.166.276
2012	93.829.684	0	446.118	1.530.987	112.727.690
2013	102.961.250	0	461.013	1.671.729	148.448.568
2014	137.585.296	94.601.033	526.040	1.580.262	234.292.630
2015	143.868.317	27.344.592	537.780	1.463.259	173.213.947
2016	179.038.769	121.827.539	458.897	1.941.203	303.266.408
2017	303.034.224	443.748.327	604.532	4.135.923	751.523.006
2018	519.302.310	898.776.410	927.964	11.437.260	1.430.443.943
2019	630.346.910	967.528.375	993.046	19.448.762	1.618.317.685
2020	762.927.919	843.068.041	984.200	31.097.977	1.638.078.137
2021	1.335.294.651	1.301.143.187	1.591.343	59.429.628	2.697.458.808
2022	2.513.632.772	2.362.373.625	0	99.723.511	4.978.216.221
2023	1.381.086.063	1.574.010.610	2.247.477	0	4.088.900.947

Tabela 29: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Maricá.

Desde o início do período registrado, pode-se observar o aumento das receitas advindas das rendas petrolíferas recebidas pelo município. Entre os anos de 2010 até 2023 que o recebimento das rendas petrolíferas cresceu mais de 100 vezes chegando a passar de R$ 4,0 bilhões, nos anos de 2022 e 2023. Observa-se também que as Rendas Petrolíferas oscilaram ao longo do período registrado, contudo sempre com tendência de alta. E, devido a diversos fatores (pandemia [20] , guerras internacionais, variação no valor do dólar e

[20] THE NEW YORK TIMES. Virada de jogo? Petrolíferas deixam energia verde de lado e lucram bilhões com combustíveis fósseis. Entenda. Veiculado por Jornal O globo, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/20/virada-de-jogo-petroliferas-deixam-energia-verde-de-lado-e-lucram-bilhoes-com-combustiveis-fosseis-entenda.ghtml?utm_source=aplicativoOGlobo&utm_medium=aplicativo&utm_campaign=compartilhar.>. Acesso em: 21 nov. 2024.

consequentemente do valor do petróleo no mercado [21]), esses valores diminuíram entre os anos de 2022 e 2023 como pode ser observado no gráfico a seguir.

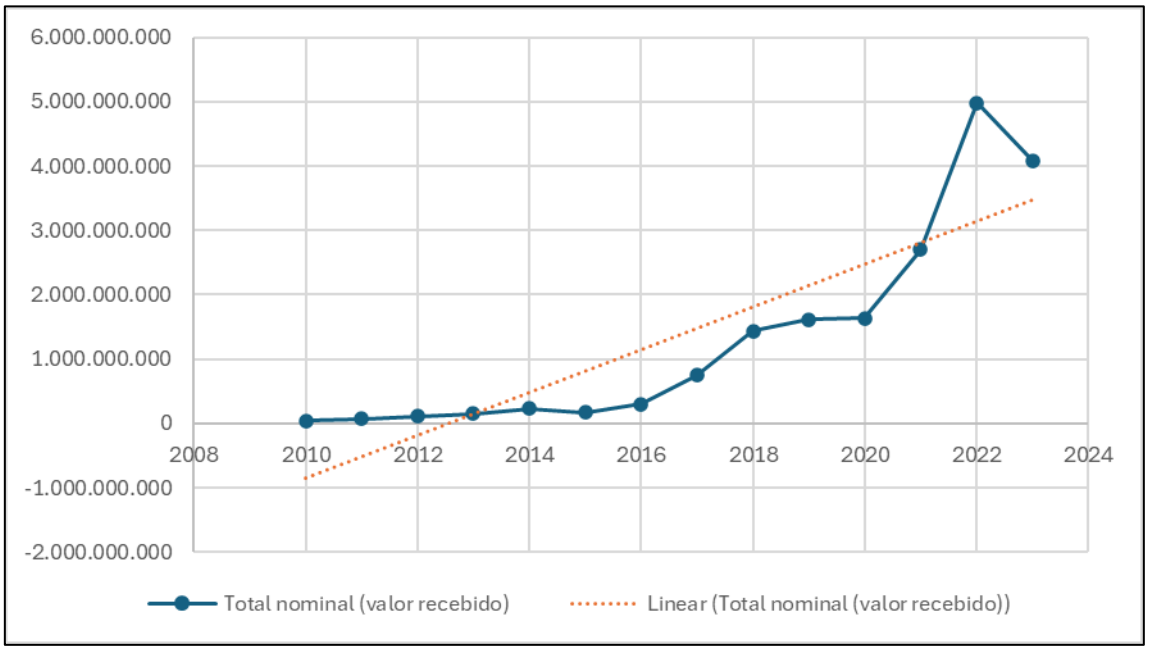


Gráfico 8: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Maricá entre 2010 e 2023

Destaca-se, ainda, na análise da série histórica a queda no recebimento das rendas petrolíferas entre 2022 e 2023, de R$ 889,3 milhões, em função da frustração da expectativa da receita. Contudo, essa redução da entrada de receitas não gerou nenhuma interrupção de políticas públicas, tampouco cortes de gastos, já que a prefeitura, em função das rendas petrolíferas astronômicas, gasta menos do que arrecada.

[21] KONCHINSKI, Vinícius. Petrobrás produz e investe mais, mas lucra menos com queda no preço internacional do petróleo. Brasil de Fato, Curitiba, 10 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/10/petrobras-produz-e-investe-mais-mas-lucra-menos-com-queda-no-preco-internacional-do-petroleo> Acesso em: 21 nov. 2024.

7.8.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

Considerando o recebimento de rendas petrolíferas pelo município, e a possibilidade desse gerar uma dependência orçamentária no decorrer dos anos, é necessário compreender a proporção dessas rendas no total das receitas municipais. A tabela abaixo apresenta a porcentagem de RP no total da receita municipal.

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal – Maricá			
Ano	Receita municipal total (R$)	Total nominal (valor recebido) (R$)	Percentual
2010	181.019.586	38.008.633	21%
2011	242.195.988	69.166.276	29%
2012	315.629.317	112.727.690	36%
2013	396.712.237	148.448.568	37%
2014	517.637.780	234.292.630	45%
2015	590.787.633	173.213.947	47%
2016	663.264.361	303.266.408	46%
2017	1.171.481.431	751.523.006	64%
2018	2.022.522.819	1.430.443.943	71%
2019	2.403.302.918	1.618.317.685	67%
2020	2.656.984.198	1.638.078.137	62%
2021	4.242.827.024	2.697.458.808	64%
2022	6.381.238.475	4.978.216.221	78%
2023	6.158.123.037	4.088.900.947	66%

Tabela 30: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal.

Durante o período analisado, verificou-se o crescimento da proporção das rendas petrolíferas no orçamento público de Maricá. Esse aumento trouxe diversos benefícios, por meio da promoção de políticas públicas municipais para a prestação de serviços à população.

Vale ressaltar que as rendas petrolíferas podem sofrer influência interna ou externa, por exemplo, preço diário dos barris de petróleo, condução da política econômica e fatores geopolíticos (guerras, conflitos etc.). E em função dessa volatilidade e da finitude das receitas, já existe por parte do poder público

municipal a intenção de investir em fontes energéticas alternativas com o recurso do petróleo, entretanto é necessário que haja um acompanhamento da sociedade civil para que as ideias propostas pelo poder público possam realmente acontecer em benefício dos munícipes.

E o controle social precisa ser desempenhado para acompanhar os investimentos das rendas petrolíferas como um todo, sobretudo no caso das políticas públicas conduzidas pelo município em áreas como: infraestrutura, saúde, educação, entre outras.

7.8.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

O município de Maricá, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é confrontante dos seguintes campos de produção de petróleo e gás natural:

i. Berbigão e Sul de Berbigão com início da produção em 2019 e previsão de término em 2044;
ii. Sururu com início da produção em 2019 e previsão de término em 2044;
iii. Búzios com início da produção em 2015 e previsão de término em 2050;
iv. Espadarte com início da produção em 2000 e previsão de término em 2039;
v. Itapu com início da produção em 2019 e previsão de término em 2050;
vi. Tambaú com início da produção em 2012 e previsão de término em 2032;
vii. Tartaruga Verde com início da produção em 2014 e previsão de término em 2026;
viii. Tupi (antigo Campo de Lula) e Sul de Tupi com início da produção em 2018 e previsão de término 2037.
ix. Uruguá com início da produção em 2007 e previsão de término em 2046;

x. Atapu e Oeste de Atapu com início da produção em 2020 e previsão de término em 2050; e

xi. Sépia e Sépia Leste com início da produção em 2020 e previsão de término em 2050.

A tabela a seguir descreve em detalhes os campos confrontantes com o município.

Nome do campo	Bacia	Percentual de confrontação com o município	Data da declaração de comercialidade	Ano do contrato	Contratado
SUL DE BERBIGÃO	Santos	100,00%	29/12/2014	2010	Petrobras
BERBIGÃO	Santos	100,00%	29/12/2014	2000	Petrobras
SURURU	Santos	100,00%	29/12/2014	2000	Petrobras
BÚZIOS	Santos	37,00%	13/12/2013	2010	Petrobras
ESPADARTE	Campos	3,41%	06/08/1998	1997	Petrobras
ITAPU	Santos	100,00%	03/19/2014	2010	Petrobras
TAMBAÚ	Santos	100,00%	29/12/2005	1997	Petrobras
TARTARUGA VERDE	Santos	20,64%	28/12/2012	2005	Petrobras
TUPI	Santos	48,93%	29/12/2010	2000	Petrobras
SUL DE TUPI	Santos	49,48%	19/12/2013	2010	Petrobras
URUGUÁ	Santos	100,00%	29/12/2005	1997	Petrobras
ATAPU	Santos	21,81%	29/12/2014	2010	Petrobras
OESTE DE ATAPU	Santos	96,67%	29/12/2014	2000	Petrobras
SÉPIA LESTE	Santos	52,89%	12/11/2015	2001	Petrobras
SÉPIA	Santos	95,04%	03/09/2014	2010	Petrobras
SÉPIA ECO[22]	Santos	95,04%	Não encontrado	2021	Petrobras
ATAPU ECO	Santos	21,82%	Não encontrado	2021	Petrobras
BÚZIOS ECO	Santos	37,46%	Não encontrado	2019	Petrobras

Tabela 31: Campos de produção de petróleo confrontantes com o município de Maricá.

Analisou-se que o município de Maricá possui confrontação quase que total com diversos poços, alguns cuja declaração de comercialidade datam de antes de dezembro de 2012, o que significa que as rendas petrolíferas

[22] Campos que contém "ECO" ao seu final foram aqueles licitados em rodadas de licitação de volume excedente da Cessão Onerosa, tendo sua área sobreposta ao campo original.

provenientes destes campos podem ser utilizadas para diversas finalidades, exceto pagamento de pessoal permanente e dívidas.

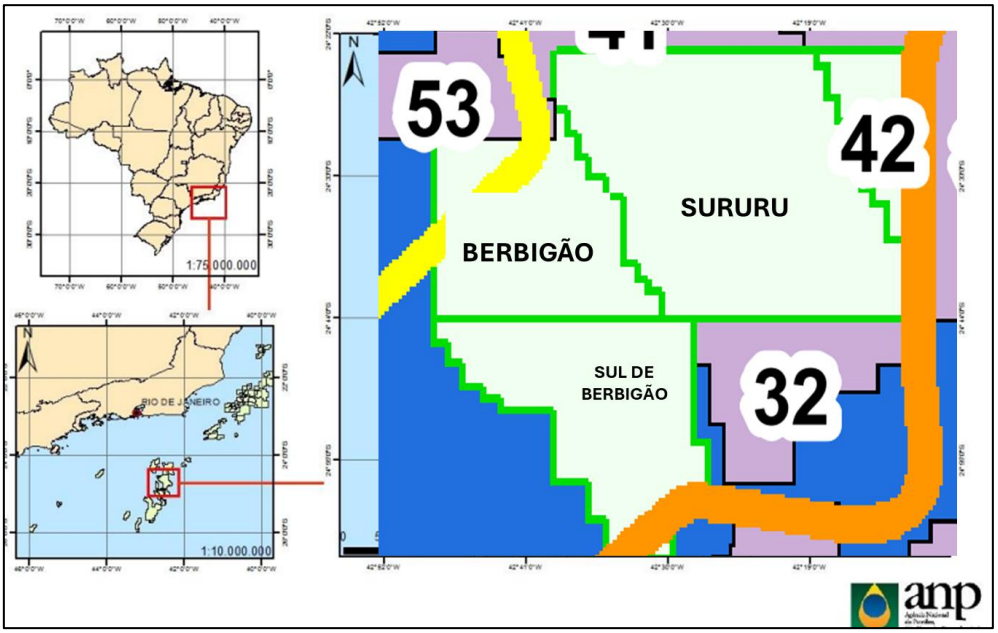


Figura 35: Mapa de localização do Campo de Berbigão, Sul de Berbigão e Sururu (Fonte: ANP).

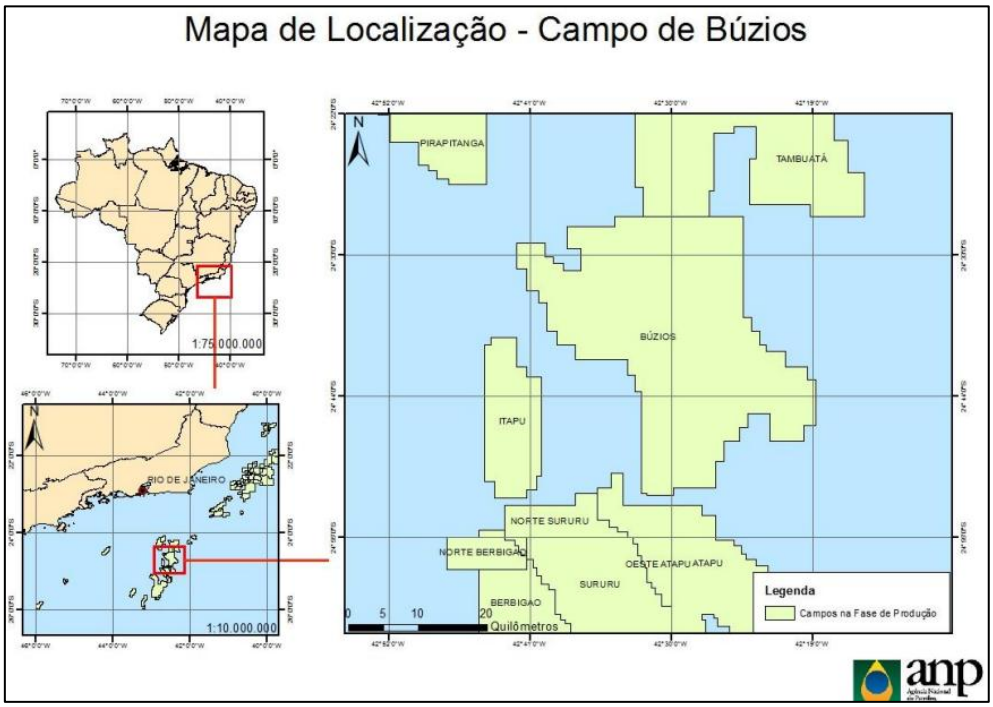


Figura 36: Mapa de localização do Campo de Búzios (Fonte: ANP).

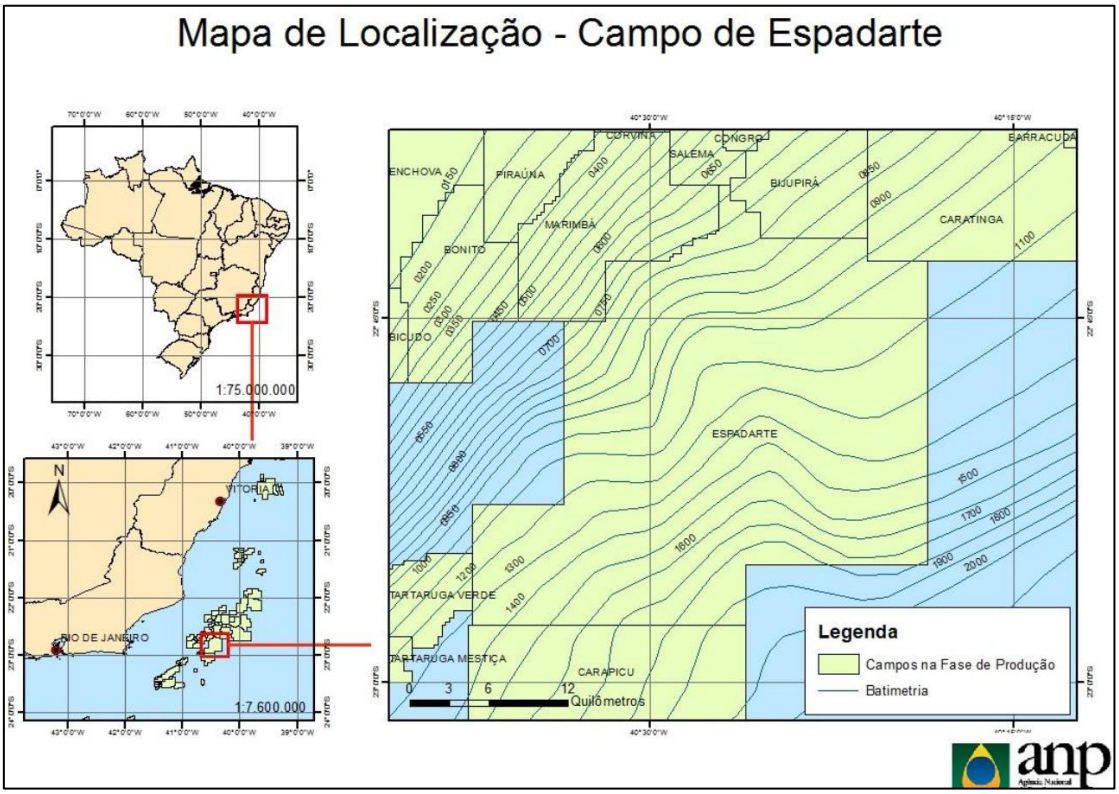


Figura 37: Mapa de localização do Campo de Espadarte (Fonte: ANP).

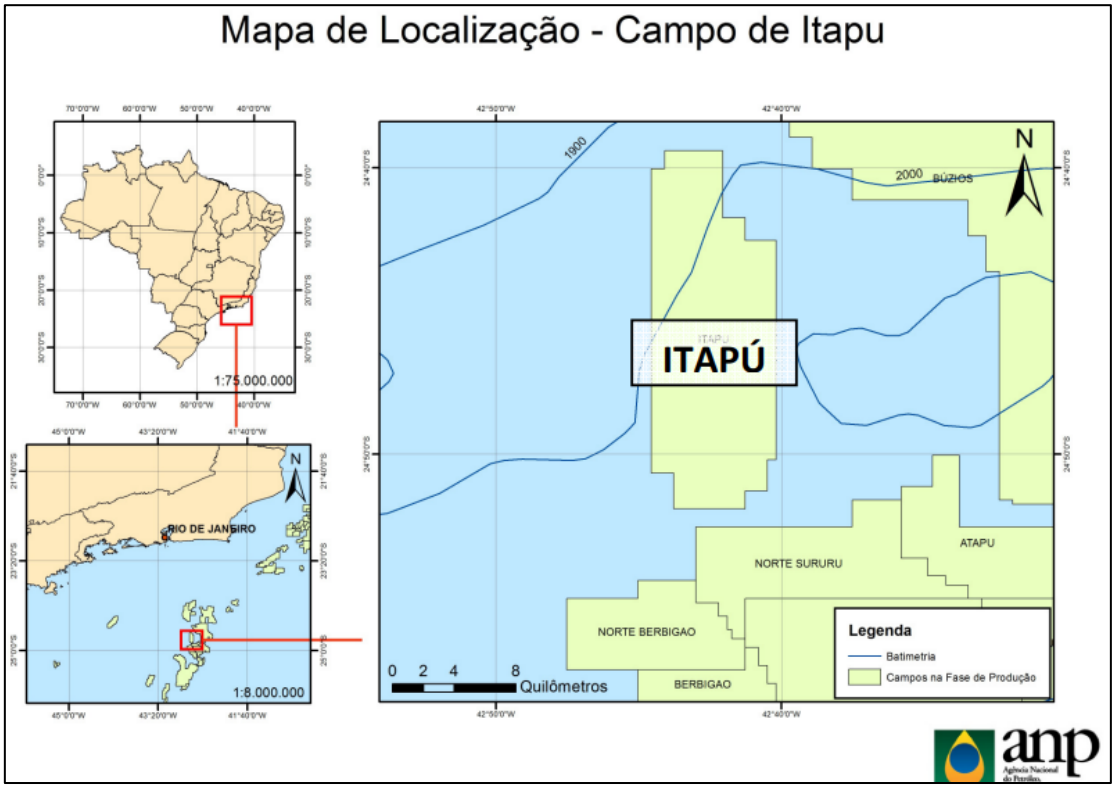


Figura 38: Mapa de localização do Campo de Itapu (Fonte: ANP).

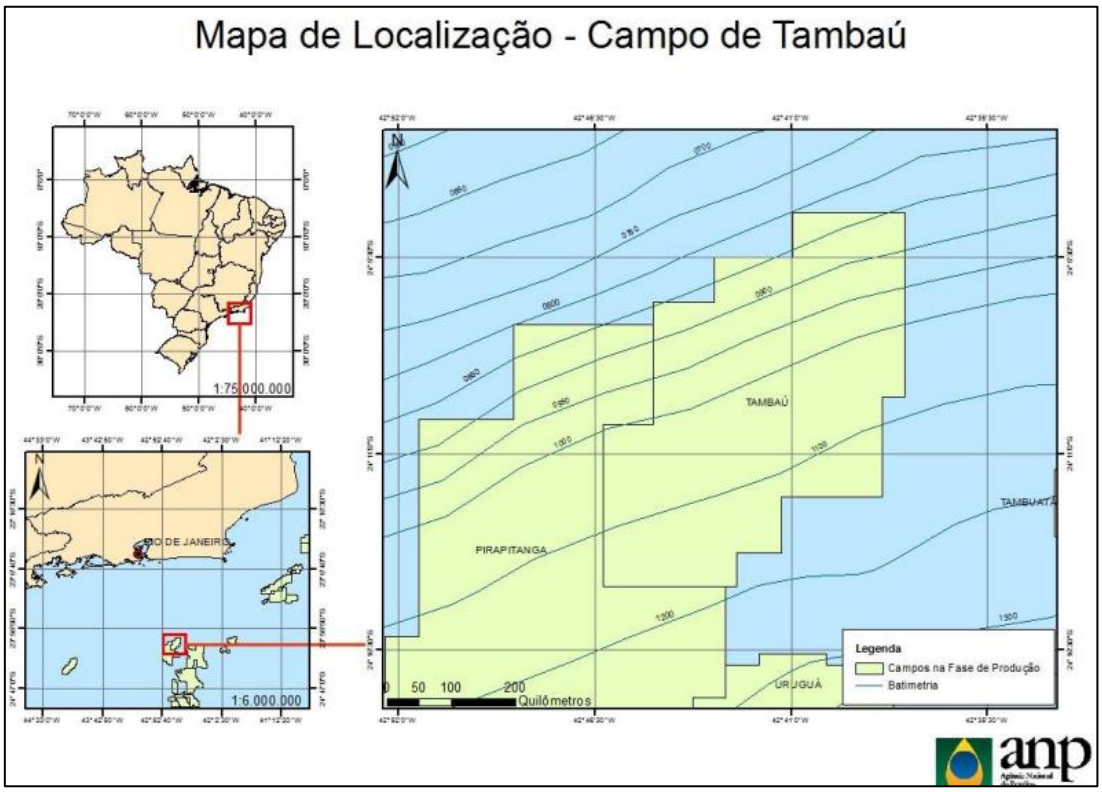


Figura 39: Mapa de localização do Campo de Tambaú (Fonte: ANP).

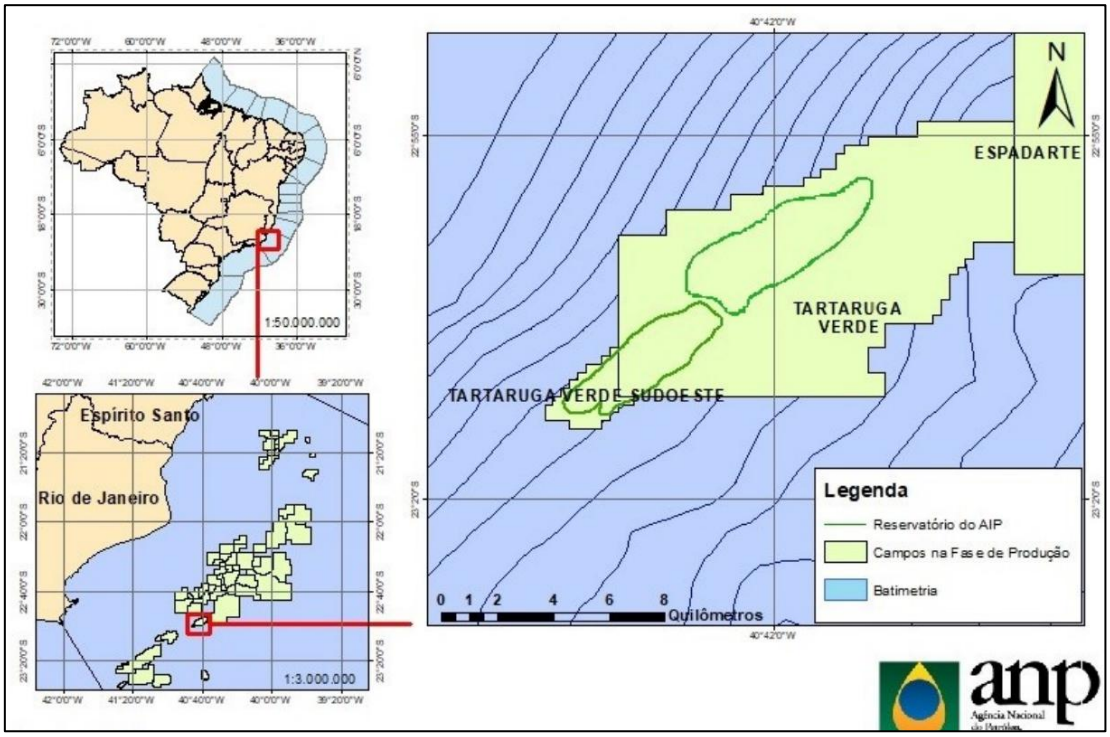


Figura 40: Mapa de localização do Campo de Tartaruga Verde (Fonte: ANP).



Figura 41: Mapa de localização do Campo de Tupi e Sul de Tupi, antigo Campo de Sul e Sul de Lula (Fonte: ANP).

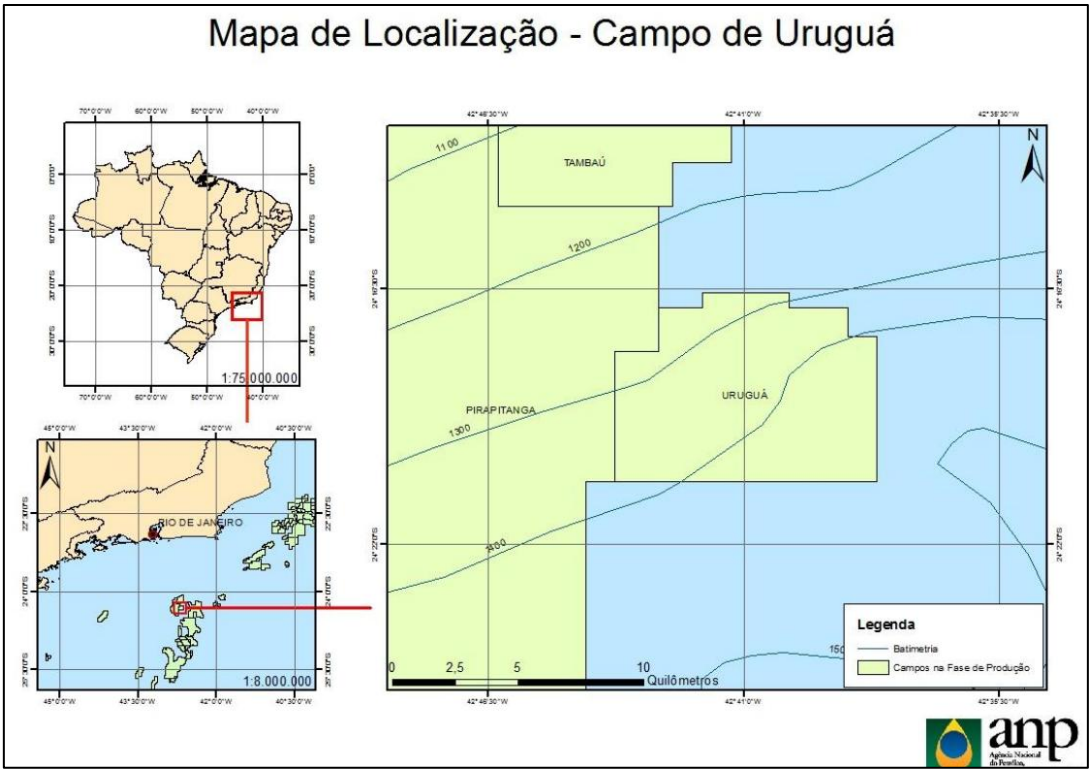


Figura 42: Mapa de localização do Campo de Uruguá (Fonte: ANP).

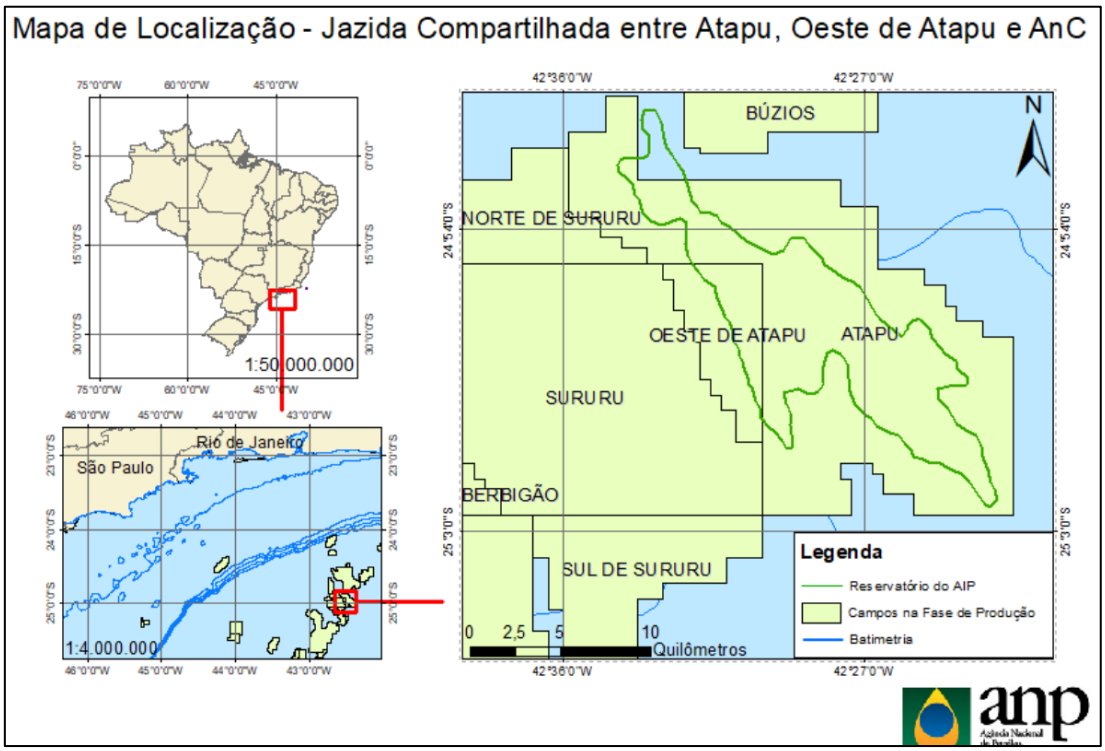


Figura 43: Mapa de localização do Campo de Atapu e Oeste de Atapu (Fonte: ANP).

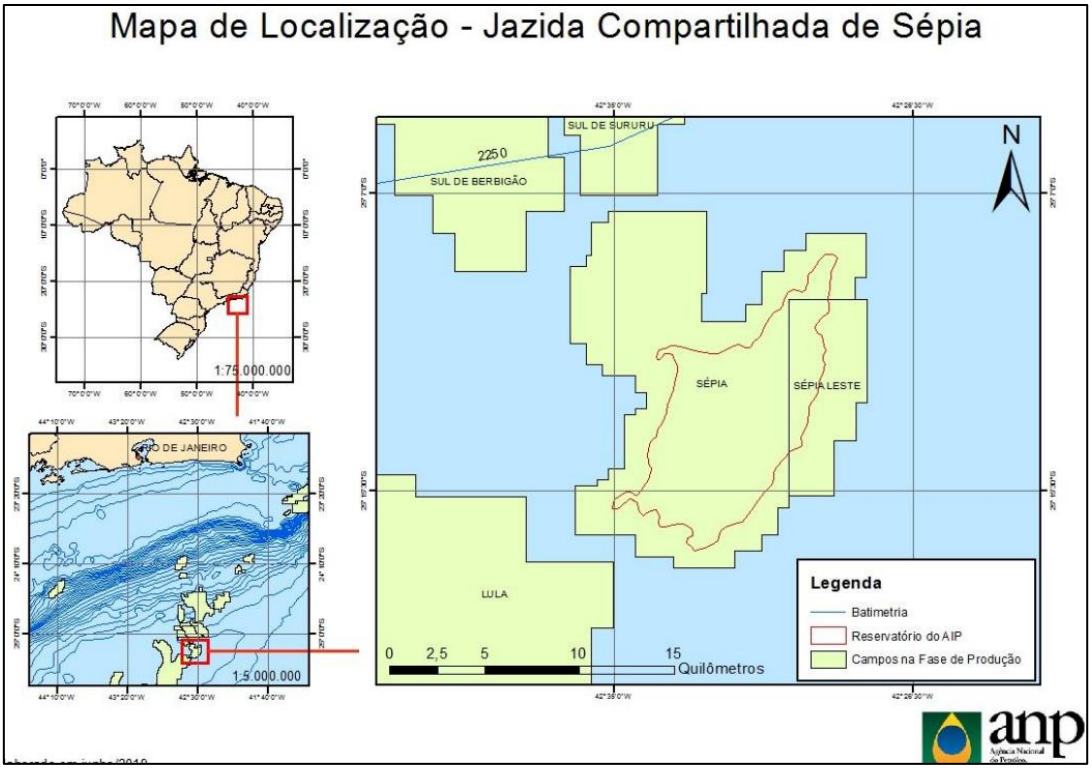


Figura 44: Mapa de localização do Campo de Sépia e Sépia Leste (Fonte: ANP).

A correlação da data de comercialidade da maioria dos poços com o orçamento público municipal de Maricá aponta que a entrada em produção de novos campos entre 2010 e 2015, partindo de 4 para 15 campos confrontantes gerou um significativo no recebimento de rendas do petróleo. Outro salto importante foi o crescimento de produção do Campo de Tupi, o mais produtivo do Bloco do Pré-sal da Bacia de Santos.

7.8.4 *Royalties* para Educação e Saúde

Faz-se necessário analisar o valor de *royalties* exclusivos para as áreas de educação e saúde recebidos pelo município, em função da Lei Federal nº 12.858/13 que torna obrigatório o uso dos *royalties* em educação e saúde. Porém, essa regra se aplica apenas para os contratos celebrados a partir de dezembro de 2012. Assim, os *royalties* oriundos dos contratos mais antigos seguem a regra anterior, que permite livre aplicação dos recursos (exceto pagamento de dívidas e pagamento de pessoal permanente).

Ano	*Royalties* Educação/Saúde *(R$)*	Total geral de *royalties* (R$)	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	878.293.720	2.513.632.772	35,0%
2021	85.588.469	1.335.294.651	6,0%
2020	1.759.863	762.927.919	0,2%
2019	971.954	630.346.910	0,2%
2018	954.902	519.302.310	0,2%

Tabela 32: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei Federal nº 12.858/13.

Avaliando o período demonstrado na tabela acima, percebe-se o crescimento dos valores recebidos para a saúde e educação, tendo havido um salto de 2021 para 2022, impulsionado pelo crescimento do recebimento das rendas petrolíferas da casa de R$ 1,3 bilhão em 2021, para R$ 2,5 bilhões em 2022.

7.8.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Maricá (RJ)

A análise das rendas petrolíferas de Maricá evidencia a extraordinária transformação econômica do município devido à exploração de petróleo e gás natural. Entre 2010 e 2023, as receitas oriundas de *royalties*, participações especiais, repasses estaduais e o Fundo Especial do Petróleo saltaram de R$ 38 milhões para R$ 4,09 bilhões, um aumento de mais de 100 vezes. Esse crescimento acentuado foi impulsionado pelo avanço da exploração de campos no pré-sal, como Búzios, Atapu, Sépia e Tupi, que possuem grande relevância produtiva e confrontação com o município.

Apesar de uma leve queda na arrecadação entre 2022 e 2023, reflexo de fatores geopolíticos e flutuações no mercado de petróleo, Maricá manteve estabilidade em suas políticas públicas devido à grandeza das receitas municipais que representaram 2/3 de seu orçamento em 2023, atingindo um pico 78% em 2022. Essa forte dependência das rendas petrolíferas destaca a necessidade de estratégias de diversificação econômica para mitigar riscos futuros associados à volatilidade do mercado de petróleo.

Conforme a Lei Federal nº 12.858/13, que determina o uso de 75% dos *royalties* em educação e 25% em saúde, para os contratos firmados após dezembro de 2012. No caso de Maricá uma parte dos campos confrontantes, possui contratos anteriores a essa data, permitindo maior flexibilidade no uso dos recursos. Contudo, o município apresentou um aumento expressivo na destinação de *royalties* para saúde e educação: passando de uma parcela de R$ 954,9 mil (0,2% dos *royalties* recebidos) para R$ 878,3 milhões em 2022, (35,0% dos *royalties* recebidos). Esse salto recente reflete um esforço de priorização desses setores, embora a maior parte das rendas ainda seja utilizada em outras áreas. A criação de políticas sustentáveis para aplicação desses recursos é fundamental para alinhar as receitas com as demandas sociais do município.

Maricá possui confrontação significativa com diversos campos do pré-sal, incluindo Búzios, Atapu, Sépia e Tupi. Campos como Sul de Berbigão, Sururu e Itapu possuem 100% de confrontação com o município, o que contribui substancialmente para a elevada arrecadação de rendas petrolíferas. Essa

confrontação quase total de diversos poços posiciona Maricá como um dos municípios mais beneficiados pela exploração do pré-sal na Bacia de Santos.

Embora Maricá tenha se destacado pelo aumento expressivo de suas receitas, a dependência das rendas petrolíferas apresenta riscos significativos. A volatilidade dos preços do petróleo e mudanças regulatórias, como a redistribuição de *royalties*, podem impactar negativamente o orçamento municipal. Nesse sentido, é essencial que o município continue investindo em alternativas econômicas, como energias renováveis, e garanta as aplicações no fundo soberano para garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Sobre este fundo, cumpre destacar que, segundo a lei 3.341/2023, ele receberá aporte financeiro referente ao montante entre 1% e 15% na participação sobre o resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. Pelas pesquisas realizadas para a elaboração deste documento, os aportes têm sido em torno de 1% do arrecadado pela compensação financeira devida pela extração de petróleo e gás natural.

Além disso, o fortalecimento da transparência e do controle social sobre o uso dos recursos é indispensável. A sociedade civil deve estar engajada no acompanhamento das políticas públicas e investimentos municipais, assegurando que os benefícios das rendas petrolíferas sejam amplamente distribuídos e contribuam para o desenvolvimento social e econômico do município.

Maricá ilustra o impacto transformador das rendas petrolíferas, mas também reforça a necessidade de gestão estratégica e planejamento para maximizar os benefícios e reduzir os riscos associados a essa dependência econômica.

7.9 Guapimirim (RJ)

O município de Guapimirim, enquanto território enquadrado como Zona de Produção Secundária, recebe repasses de *royalties,* cota-parte dos estados produtores e do Fundo Especial do Petróleo.

7.9.1 Rendas Petrolíferas recebidas pelo município

A tabela a seguir discrimina os valores de rendas petrolíferas que integraram as receitas do município de Guapimirim entre os anos de 2010 e 2023.

Rendas Petrolíferas de Guapimirim (2010 a 2023) em R$					
Ano	***Royalties***	**Participações Especiais**	**Fundo Especial do Petróleo**	**Repasses estaduais**	**Total nominal (valor recebido)**
2010	31.293.397	0	158.002	880.306	32.331.705
2011	38.944.420	0	226.721	1.092.918	40.264.059
2012	47.619.544	0	272.628	1.314.097	49.206.269
2013	51.276.793	0	281.730	1.326.170	52.884.693
2014	57.080.360	0	321.469	1.321.133	58.722.961
2015	40.815.266	0	242.433	1.142.773	42.200.473
2016	34.589.317	0	206.829	893.751	35.689.896
2017	32.904.700	0	272.277	1.264.279	34.441.257
2018	36.225.364	0	418.095	2.091.643	38.735.101
2019	41.851.803	0	417.595	2.008.260	44.277.657
2020	46.949.448	0	413.781	2.022.774	49.386.003
2021	69.167.298	0	731.092	3.165.776	73.064.166
2022	182.828.808	121.825.263	1.139.244	4.822.703	310.616.017
2023	167.859.070	0	1.025.744	4.344.802	173.229.616

Tabela 33: Série histórica das rendas petrolíferas recebidas por Guapimirim.

A queda no repasse das rendas petrolíferas entre os anos de 2015 e 2018 é reflexo dos desdobramentos políticos em escala nacional. Houve impactos diretos sobre a execução de serviços públicos básicos (coleta de lixo, manutenção de sinalização de trânsito e demissão de parte do contingente de trabalhadores contratados pela administração municipal).

Em setembro de 2021, a Câmara Municipal de Guapimirim reprovou as contas de 2019 e 2020 (gestão anterior) após recomendação do TCE-RJ. Entre diversas condutas administrativas apontadas pelo tribunal, está a aplicação de menos de 1% das rendas petrolíferas em saúde e educação. Mais de 99% do recurso foi empenhado em outras despesas correntes.

7.9.2 Proporção das rendas petrolíferas no orçamento público municipal

A tabela a seguir apresenta a proporção das rendas petrolíferas frente a receita municipal anual, ao longo do período de 2010 até 2023.

Percentual de Rendas Petrolíferas na receita municipal - Guapimirim			
Ano	**Total nominal (valor recebido) (R$)**	**Receita municipal total (R$)**	**Percentual**
2010	32.331.705	94.539.081	34%
2011	40.264.059	113.835.432	35%
2012	49.206.269	127.412.890	39%
2013	52.884.693	140.156.578	38%
2014	58.722.961	154.468.711	38%
2015	42.200.473	145.898.321	29%
2016	35.689.896	145.280.843	25%
2017	34.441.257	161.350.716	21%
2018	38.735.101	175.044.124	22%
2019	44.277.657	189.632.762	23%
2020	49.386.003	199.764.755	25%
2021	73.064.166	266.089.564	27%
2022	310.616.017	536.089.977	58%
2023	173.229.616	448.220.585	39%

Tabela 34: Série histórica da porcentagem de rendas petrolíferas no total da receita municipal.

O aumento do repasse das rendas petrolíferas guarda relação direta com a recente expansão da malha de dutos para atender, principalmente, a retomada do outrora COMPERJ – atual Complexo Boaventura. Esse aumento, também se reflete na aplicação direta para o pagamento das despesas correntes e, consequentemente, no aumento da dependência orçamentária, como pode ser observado no ano de 2022, quando apenas 15% das rendas petrolíferas repassadas ao município foram aplicadas em despesas de capital. Destas, 75% tiveram como destino a área de segurança pública.

Ainda, no ano de 2022 houve, excepcionalmente, depósito de participação especial devido ao processo judicial n° 1003642-12.2022.4.01.3400, movido por Guapimirim, Magé e São Gonçalo pleiteando serem incluídos na ZPP dos campos de petróleo e gás natural da plataforma continental. Este depósito foi garantido por uma liminar, que foi posteriormente derrubada pelo Superior Tribunal de Justiça.

7.9.3 Campos confrontantes e contratos de partilha da produção

Guapimirim é um município enquadrado como Zona de Produção Secundária. Diferentemente dos demais municípios abrangidos pelo PEA Rendas do Petróleo, o município não possui campos confrontantes.

7.9.4 *Royalties* para Educação e Saúde

Dada a existência da Lei Federal nº 12.858/13 que determina o uso dos *royalties* em 75% para educação e 25% para a saúde, para os contratos posteriores a dezembro de 2012, faz-se necessário analisar o valor de *royalties* de uso exclusivo recebidos pelo município. Para essa análise, foi utilizada uma série temporal abrangendo os anos de 2018 a 2022, como sistematizado na tabela a seguir:

Ano	*Royalties* Educação/Saúde (R$)	Total geral de *Royalties* R$)	% de *royalties* para educação e saúde do total de *royalties* recebidos
2022	38.921.422	182.828.808	21%
2021	4.039.072	69.167.298	6%
2020	1.689.435	46.949.448	4%
2019	633.121	41.851.803	2%
2018	619.256	36.225.364	2%

Tabela 35: Análise dos *royalties* recebidos conforme a Lei Federal nº 12.858/13.

Por meio dos dados é possível notar que, em média, menos de 10% dos recursos recebidos devem seguir a proporção prevista nesta lei. Por

conseguinte, a maior parte dos valores repassados ao erário municipal são oriundos de contratos anteriores a 2013.

Segundo relatório de análise de contas municipais do TCE-RJ em relação à gestão do município no ano de 2022, o município aplicou 15,1% dos recursos recebidos na saúde e 53,0% na educação, estando abaixo dos valores previstos na Lei Federal n.º 12.858/13.

Este documento trata também da destinação dos valores recebidos de *royalties*, a título de cessão onerosa previsto na Lei Federal nº 12.276/10, cita a Lei Federal nº 13.885/19, que estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados decorrentes: a União transferirá 15% destes recursos aos municípios, conforme os coeficientes que regem a repartição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, devendo tais recursos serem destinados alternativamente para criação de reserva financeira específica para pagamento das despesas previdenciárias ou investimento. Porém, os técnicos deste tribunal observaram que o município não destinou qualquer parcela a despesas previdenciárias ou a investimentos, do total de R$ 572.107 recebidos dos *royalties* a título de Cessão Onerosa.

7.9.5 Considerações sobre as rendas petrolíferas recebidas por Guapimirim (RJ)

O município de Guapimirim, localizado na Zona de Produção Secundária, tem recebido rendas petrolíferas desde 2010, provenientes de *royalties*, repasses estaduais e do FEP.

Entre 2010 e 2023, houve oscilações nos valores repassados, com aumentos expressivos nos últimos anos, especialmente em 2022, quando as receitas totalizaram R$ 310,6 milhões, um salto atribuído ao recebimento de participações especiais decorrentes de uma liminar judicial. Entretanto, essa decisão foi posteriormente derrubada pelo Superior Tribunal de Justiça, impactando os repasses em 2023, que caíram para R$ 173,2 milhões. Ao longo do período, a proporção das rendas petrolíferas no orçamento municipal variou de 21% a 58%, destacando a crescente dependência dessas receitas para a gestão pública.

No entanto, a aplicação desses recursos apresenta desafios significativos. Em 2022, apenas 15% das rendas petrolíferas foram destinadas a despesas de capital, com 75% desse montante investido em segurança pública. Apesar da obrigatoriedade imposta por lei para destinar 75% dos *royalties* para educação e 25% para saúde (para contratos após dezembro de 2012). Em 2022 apenas 21% das receitas de *royalties* foram direcionadas para saúde e educação, ainda que pese o fato que a maior parte dos contratos associados a Guapimirim é anterior a 2012, o que permite maior flexibilidade no uso dos recursos.

A aplicação das rendas petrolíferas pelo município de Guapimirim, também, tem sido avaliada pelo TCE-RJ, que aponta irregularidades na gestão dos *royalties*, incluindo a falta de destinação de parte dos recursos para despesas previdenciárias ou investimentos, como previsto pela legislação da cessão onerosa. Além disso, em exercícios anteriores, menos de 1% das rendas petrolíferas foram aplicadas em saúde e educação. Esse histórico evidencia a necessidade de maior transparência e controle no uso das receitas petrolíferas para garantir benefícios à população.

Em suma, Guapimirim ilustra um padrão observado em muitos municípios que recebem rendas petrolíferas: enquanto os recursos impulsionam o orçamento local, a dependência dessas receitas e a falta de planejamento estratégico sustentável podem criar vulnerabilidades fiscais e sociais. Para superar esses desafios, é fundamental investir em políticas públicas que diversifiquem a economia local, fortalecer o monitoramento social sobre a aplicação dos recursos e garantir que os investimentos contribuam para o desenvolvimento sustentável do município.

7.10 Síntese das análises das rendas petrolíferas recebidas pelos municípios abrangidos pelo PEA Rendas do Petróleo.

As considerações finais deste capítulo refletem uma análise abrangente sobre a importância das rendas petrolíferas no contexto municipal, revelando tanto suas potencialidades quanto os desafios críticos para sua gestão sustentável. Os municípios analisados compartilham características comuns,

como a significativa dependência das rendas petrolíferas para compor seus orçamentos e a dificuldade em traduzir esses recursos em melhorias consistentes nos indicadores sociais e na infraestrutura local. Apesar de avanços pontuais em áreas como criação de fundos soberanos e priorização de saúde e educação, ainda há lacunas importantes em planejamento estratégico, transparência e diversificação econômica.

Os principais desafios estão relacionados à volatilidade dos recursos petrolíferos, uma característica inerente à dependência de *royalties* e participações especiais. Oscilações nos preços do petróleo e mudanças nas regulamentações tornam a arrecadação instável e imprevisível, expondo os municípios a vulnerabilidades fiscais. As análises permitem verificar que muitos municípios têm direcionado grande parte de seus recursos para despesas correntes, negligenciando investimentos estruturantes em áreas como infraestrutura, inovação e capacitação da força de trabalho.

A ausência de mecanismos robustos de governança e participação cidadã também é um problema recorrente. Muitos municípios carecem de conselhos participativos e ferramentas eficazes para monitoramento e controle social, o que dificulta a alocação estratégica dos recursos e reduz a transparência. A falta de rastreabilidade no uso das rendas petrolíferas, especialmente em setores críticos como educação e saúde, compromete a avaliação de impacto e o engajamento da sociedade.

Por outro lado, há exemplos positivos que indicam caminhos possíveis para a gestão mais eficiente dessas receitas. Municípios como Maricá e Niterói destacaram-se pela criação de fundos soberanos robustos, que acumulam bilhões de reais e oferecem reservas estratégicas para enfrentar crises ou financiar projetos estruturais. Contudo, mesmo nesses casos, a dependência das rendas petrolíferas permanece elevada, ressaltando a necessidade de estratégias de diversificação econômica que reduzam a vulnerabilidade de longo prazo.

Os avanços em transparência também foram pontuais, com iniciativas como portais de transparência e relatórios orçamentários acessíveis em alguns municípios. No entanto, a qualidade dessas ferramentas varia amplamente, e a

falta de dados detalhados sobre a aplicação específica dos recursos ainda é uma barreira significativa para o controle social efetivo.

A análise destacou que a sustentabilidade financeira dos municípios analisados depende de ações estratégicas que vão além da simples administração das rendas petrolíferas. Diversificação econômica, fortalecimento da governança, criação de fundos soberanos e investimento em infraestrutura e capital humano são passos essenciais para transformar essas receitas em um legado duradouro. Além disso, a promoção de uma cultura de participação cidadã e transparência pode não apenas aumentar a eficiência da gestão, mas também reforçar a confiança pública.

A análise dos grupos apontou ainda a necessidade de se ampliar os processos de comunicação social e de transparência pelos órgãos federais, sobretudo a ANP. Entre as maiores dificuldades encontradas está a identificação dos campos confrontantes com os municípios. Na maioria dos casos é possível identificar os Planos de Desenvolvimento dos campos de produção de O&G no site da agência, contudo a acessibilidade dessas informações e a publicação de dados detalhados, como a vida útil dos campos e as operadoras que atualmente exploram os recursos naturais, são deficitários e demandam o cruzamento de dados e consultas a outras fontes. Assim, o acesso à informação pública, transparente e de qualidade sobre o volume bilionário de rendas petrolíferas deve ser cobrado pela sociedade civil do governo federal, estados e municípios.

A dimensão das rendas petrolíferas é tão expressiva que os municípios abrangidos pelo PEA Rendas do Petróleo receberam o valor nominal somado de R$ 41,1 bilhões no período analisado entre 2010 e 2023, como pode ser observado na tabela a seguir.

Agrupamento	Município	Estado	Total nominal (valor recebido) entre 2010 e 2023	% total
Sul	Iguape	SP	304.531.269	0,7%
Sul	Ilha Comprida	SP	539.717.336	1,3%
Sul	Cananéia	SP	183.999.229	0,4%
Centro	Ilhabela	SP	4.965.739.312	12,1%
Centro	Caraguatatuba	SP	1.172.383.818	2,9%
Centro	Paraty	RJ	1.481.307.116	3,6%

Agrupamento	Município	Estado	Total nominal (valor recebido) entre 2010 e 2023	% total
Norte (Rio)	Niterói	RJ	13.168.739.907	32,0%
Norte (Rio)	Maricá	RJ	18.282.062.899	44,4%
Norte (Rio)	Guapimirim	RJ	1.035.049.875	2,5%
Total			**41.133.530.761**	100,0%

Tabela 36: Soma do valor total nominal de rendas petrolíferas recebidas pelos municípios abrangidos pelo PEA Rendas no período entre 2010 e 2023

Em resumo, as rendas petrolíferas oferecem uma oportunidade única para os municípios desenvolverem suas economias e melhorarem a qualidade de vida de suas populações. No entanto, para que essa oportunidade seja plenamente aproveitada, é necessário superar os desafios de dependência, volatilidade e falta de planejamento estratégico. Apenas uma gestão integrada, sustentável e inclusiva pode garantir que esses recursos finitos sejam utilizados de forma responsável, promovendo desenvolvimento econômico, justiça social e equidade intergeracional.

VIII. CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS ÀS RENDAS PETROLÍFERAS PELOS MUNICÍPIOS

Este capítulo tem como objetivo principal complementar a análise realizada pelos municípios durante a elaboração dos orçamentos públicos municipais, com foco em identificar e avaliar fontes de informação que possibilitem uma visão mais ampla e detalhada sobre a utilização dos recursos provenientes das rendas petrolíferas. A intenção é oferecer subsídios que permitam às equipes técnicas, Elos municipais e demais partes interessadas aprofundar sua compreensão sobre o uso desses recursos, promovendo maior transparência e contribuindo para o aprimoramento da gestão pública no âmbito local.

A análise sobre a aplicação das rendas petrolíferas foi realizada a partir dos dados disponíveis no Painel Municipal do Portal da Transparência do TCE-SP [23], que oferece acesso rápido às planilhas consolidadas de receitas e despesas dos municípios paulistas. Este painel permitiu identificar a classificação de recursos provenientes das rendas petrolíferas, incluindo fonte e código de aplicação, e relacioná-los com funções e subfunções de governo, programas e ações. Nos casos em que os códigos relacionados às rendas petrolíferas não estavam disponíveis nas planilhas do TCE-SP, foram analisados os Portais da Transparência dos municípios.

Para os municípios fluminenses, como o Portal da Transparência do estado do Rio de Janeiro não disponibiliza tais informações de forma ativa, os dados foram obtidos exclusivamente por meio dos Portais da Transparência dos municípios.

A análise apresentada explora a relação entre as rendas petrolíferas e diversos aspectos orçamentários, incluindo receitas, despesas, funções e subfunções de governo, bem como programas, ações e outras classificações relevantes. Este trabalho também levanta questões importantes sobre a forma como as informações orçamentárias são apresentadas, o uso de códigos

[23] https://transparencia.tce.sp.gov.br/

específicos e a possibilidade de aprimorar o mapeamento dos recursos ainda na fase de planejamento orçamentário. Assim, busca-se identificar boas práticas e apontar caminhos para a melhoria da gestão dos recursos públicos.

Além de analisar os dados disponíveis, o documento organiza e apresenta as informações por agrupamentos de municípios, o que permite uma visão estruturada e comparativa do tema, facilitando a identificação de padrões e divergências entre as diferentes localidades. Esse enfoque tem como propósito não apenas esclarecer o cenário atual, mas também fomentar discussões e incentivar melhorias nos processos de gestão e transparência relacionados às rendas petrolíferas.

8.1 Agrupamento Sul

8.1.1 Iguape (SP)

As receitas classificadas como rendas do petróleo estão inseridas na Fonte Tesouro Municipal e subdivididas em dois códigos de aplicação fixos:

- **110 - Geral;**
- **140 - *Royalties* da Exploração do Petróleo e Gás Natural.**

Não foi possível identificar, nas fontes disponíveis, uma explicação clara para a divisão dessas classificações em dois códigos de aplicação distintos. A seguir, detalham-se as informações obtidas para cada uma dessas classificações:

- **Classificação 1:** Código de Aplicação Fixo 110 - Geral
- **Fonte de Recurso:** 01 - Tesouro;
- **Código de Aplicação Variável:** 00 – Código de Aplicação Não Contém/Informou parte variável;
- **Categoria:** 10000000 – Receitas Correntes;
- **Subcategoria:** 17000000 – Transferências Correntes;
- **Fonte:** 17100000 – Transferências da União e de Suas Entidades;

- **Rubrica:** 17120000 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;
- **Subalínea:** 17125200 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo.

- **Classificação 2:** Código de Aplicação Fixo 140 - *Royalties* da Exploração do Petróleo e Gás Natural
- **Fonte de Recurso:** 01 - Tesouro;
- **Código de Aplicação Variável:** 00 – Código de Aplicação Não Contém/Informou parte variável;
- **Categoria:** 10000000 – Receitas Correntes;
- **Subcategoria**: 17000000 – Transferências Correntes;
- **Fonte:** 17100000 – Transferências da União e de Suas Entidades;
- **Rubrica:** 17120000 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;
- **Subalínea:** 17125200 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo.

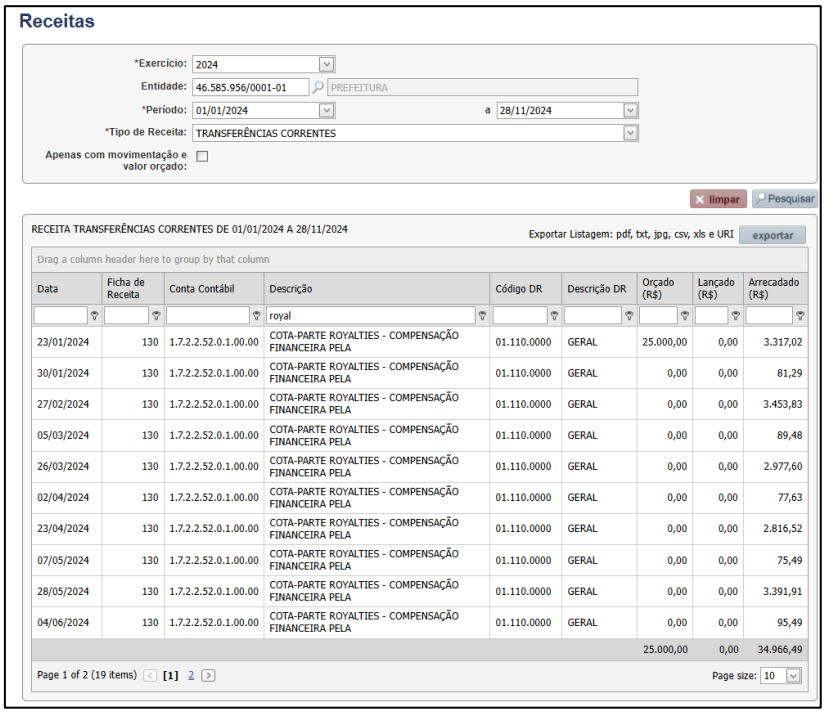
Além dessas, foi identificada uma terceira classificação, relacionada a recursos oriundos de Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais, gerando uma dúvida sobre sua origem e sobre a quais recursos ela se refere. Essa terceira classificação utiliza novamente o código de aplicação fixo 110 - Geral e segue a seguinte categorização:

- **Classificação 3:** Outras Transferências por Compensações Financeiras
- **Fonte de Recurso:** 01 - Tesouro;
- **Código de Aplicação Fixo:** 110 - Geral;
- **Código de Aplicação Variável**: 00 – Código de Aplicação Não Contém/Informou parte variável;
- **Categoria:** 10000000 – Receitas Correntes;
- **Subcategoria:** 17000000 – Transferências Correntes;
- **Fonte:** 17100000 – Transferências da União e de Suas Entidades;
- **Rubrica:** 17120000 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;
- **Subalínea:** 17129900 - Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.

Um fato notório é que, nas planilhas do TCE-SP e no Portal da Transparência Municipal, o código de aplicação fixo 140 - *royalties* da exploração do petróleo e gás natural não é vinculado a nenhuma despesa registrada. Em outras palavras, esse código, apesar de aplicado às receitas, não aparece relacionado a despesas em nenhuma das fontes consultadas.

Essa constatação levanta um questionamento relevante: É possível que um código de aplicação usado para classificar receitas não seja lançado nas despesas correspondentes? Caso isso ocorra, seria esperado que o sistema acusasse um saldo residual (em haver). No entanto, presume-se que as despesas relacionadas a esses recursos estejam sendo classificadas sob o Código de Aplicação 110 - Geral, o que dificulta a rastreabilidade específica das despesas oriundas das rendas do petróleo.

Outro ponto relevante é a discrepância observada entre as classificações de receitas nos sistemas analisados. No Portal da Transparência Municipal, todas as receitas relacionadas aos *royalties* e petróleo foram classificadas com o código DR (código cujo significado não foi identificado) vinculado ao código de aplicação 110 – Geral, conforme pode ser observado nas figuras a seguir.



Receitas

*Exercício: 2024
Entidade: 46.585.956/0001-01 PREFEITURA
*Período: 01/01/2024 a 28/11/2024
*Tipo de Receita: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
Apenas com movimentação e valor orçado:

limpar Pesquisar

RECEITA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DE 01/01/2024 A 28/11/2024

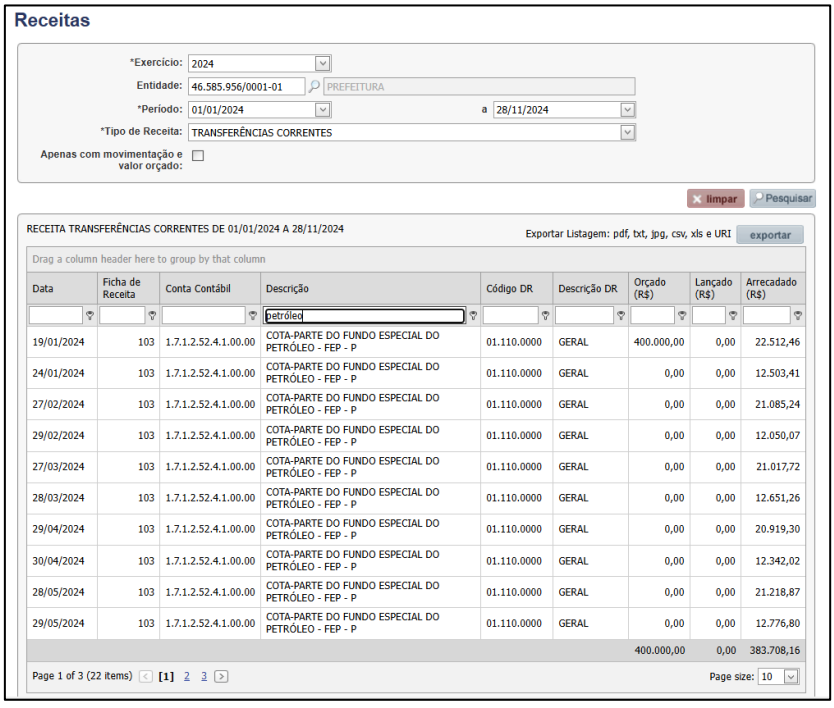
Exportar Listagem: pdf, txt, jpg, csv, xls e URI exportar

Drag a column header here to group by that column

Data	Ficha de Receita	Conta Contábil	Descrição	Código DR	Descrição DR	Orçado (R$)	Lançado (R$)	Arrecadado (R$)
			royal					
23/01/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	25.000,00	0,00	3.317,02
30/01/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	81,29
27/02/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	3.453,83
05/03/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	89,48
26/03/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	2.977,60
02/04/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	77,63
23/04/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	2.816,52
07/05/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	75,49
28/05/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	3.391,91
04/06/2024	130	1.7.2.2.52.0.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	95,49
						25.000,00	0,00	34.966,49

Page 1 of 2 (19 items) [1] 2 Page size: 10

Figura 45: Planilha de Receita do ano de 2024, filtrando receitas correntes descritas como compensações financeiras dos *Royalties*. Iguape (SP).



Receitas

*Exercício: 2024
Entidade: 46.585.956/0001-01 PREFEITURA
*Período: 01/01/2024 a 28/11/2024
*Tipo de Receita: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
Apenas com movimentação e valor orçado:

limpar Pesquisar

RECEITA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DE 01/01/2024 A 28/11/2024

Exportar Listagem: pdf, txt, jpg, csv, xls e URI exportar

Drag a column header here to group by that column

Data	Ficha de Receita	Conta Contábil	Descrição	Código DR	Descrição DR	Orçado (R$)	Lançado (R$)	Arrecadado (R$)
			petróleo					
19/01/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	400.000,00	0,00	22.512,46
24/01/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	12.503,41
27/02/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	21.085,24
29/02/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	12.050,07
27/03/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	21.017,72
28/03/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	12.651,26
29/04/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	20.919,30
30/04/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	12.342,02
28/05/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	21.218,87
29/05/2024	103	1.7.1.2.52.4.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - P	01.110.0000	GERAL	0,00	0,00	12.776,80
						400.000,00	0,00	383.708,16

Page 1 of 3 (22 items) [1] 2 3 Page size: 10

Figura 46: Planilha de Receita do ano de 2024, filtrando receitas correntes descritas como Fundo Especial do Petróleo. Iguape-SP.

A classificação adotada pela Prefeitura de Iguape (código de aplicação 110 – Geral) difere da adotada nas planilhas do TCE-SP, o que sugere uma falta de uniformidade nos critérios utilizados, dificultando a análise comparativa entre os sistemas.

As lacunas observadas na classificação e vinculação de receitas e despesas relacionadas às rendas do petróleo indicam a necessidade de aprimorar os sistemas de categorização e transparência. Além disso, a ausência de explicações claras para as subdivisões encontradas reforça a importância de uma padronização mais robusta e de um acompanhamento mais detalhado para garantir a rastreabilidade dos recursos e a efetividade na sua aplicação.

8.1.2 Ilha Comprida (SP)

Na classificação de receitas disponibilizada pela planilha do TCE-SP, é possível identificar o Código de Aplicação Fixo 140 - *Royalties* da Exploração do Petróleo e Gás Natural, com as seguintes características detalhadas:

- **Fonte de Recurso**: 01 - Tesouro;
- **Código de Aplicação Variável**: 00 – Código de Aplicação Não Contém/Informou parte variável;
- **Categoria**: 10000000 – Receitas Correntes;
- **Subcategoria**: 17000000 – Transferências Correntes;
- **Fonte**: 17100000 – Transferências da União e de Suas Entidades;
- **Rubrica**: 17120000 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;
- **Subalínea**: 17125200 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo.

Adicionalmente, ao consultar o Portal da Transparência Municipal, foi possível identificar informações mais detalhadas associadas ao código de aplicação fixo 140 - *royalties* da exploração do petróleo e gás natural, além de dados relacionados aos códigos 206 – *royalties* 75% - ensino fundamental e 300

– *royalties* 25% - saúde. Esses códigos incluem receitas específicas, como segue:

- **Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo FEP – Principal**
  - Código: 1712.52.4.1.00.00
  - Fonte de Recurso / Aplicação / Variação: 01.140.00000

- **Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM L**
  - Código: 1712.51.0.1.00.00
  - Fonte de Recurso / Aplicação / Variação: 01.140.00000

- **Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei N. 7.990/89 - Principal**
  - Código: 1712.52.1.1.01.00
  - Fonte de Recurso / Aplicação / Variação: 01.140.00000

- **Cota-Parte pelo Excedente da Produção do Petróleo Lei N. 9.478/97, Artigo 49, I e II - Principal**
  - Código: 1712.52.2.1.00.00
  - Fonte de Recurso / Aplicação / Variação: 01.140.00000

- **Cota-Parte pela Participação Especial Lei N. 9.478/97, Artigo 50 – Principal**
  - Código: 1712.52.3.1.00.00
  - Fonte de Recurso / Aplicação / Variação: 01.140.00000

- **Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei n. 7.990/89 - Ensino Fundamental**
  - Código: 1712.52.1.1.02.00
  - Fonte de Recurso / Aplicação / Variação: 01.206.00001

- **Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo Lei n. 7.990/89 - Saúde**
  - Código: 1712.52.1.1.03.00
  - Fonte de Recurso / Aplicação / Variação: 01.300.00140

Observou-se que o município incluiu, no código de aplicação fixo 140 - *royalties* da exploração do petróleo e gás natural, receitas oriundas da Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM L), que correspondem a rendas não petrolíferas. Essa prática pode gerar confusão, comprometendo a rastreabilidade dos recursos. Recomenda-se que o município adote um código específico para agrupar receitas de compensações minerais, separando-as das fontes de petróleo e gás.

Ao analisar as planilhas de despesas tanto do TCE-SP quanto do Portal da Transparência Municipal, não foram identificados os códigos de aplicação mencionados acima (140, 206 ou 300). Presume-se que as despesas relacionadas a essas receitas tenham sido classificadas sob o código de aplicação fixo 110 – Geral, o que dificulta o acompanhamento das despesas específicas vinculadas às rendas petrolíferas.

No Portal da Transparência Municipal, foi identificada uma classificação distinta para as receitas relacionadas aos *royalties* e petróleo, que inclui o uso do Código DR (código cujo significado não foi esclarecido), vinculado ao código de aplicação 110 - Geral. Essa discrepância em relação às planilhas do TCE-SP reforça a necessidade de uniformizar os critérios de classificação e apresentação das receitas e despesas.

A falta de uniformidade e clareza nas classificações de receitas e despesas associadas às rendas do petróleo evidencia a necessidade de ajustes nos sistemas e procedimentos adotados. Recomenda-se a criação de códigos de aplicação mais específicos e a padronização dos critérios de classificação, permitindo uma análise mais transparente e eficiente, que facilite o controle e a prestação de contas pelos municípios. Além disso, a separação clara entre

rendas petrolíferas e não petrolíferas é essencial para garantir a rastreabilidade dos recursos e o cumprimento das normas legais.

8.1.3 Cananéia (SP)

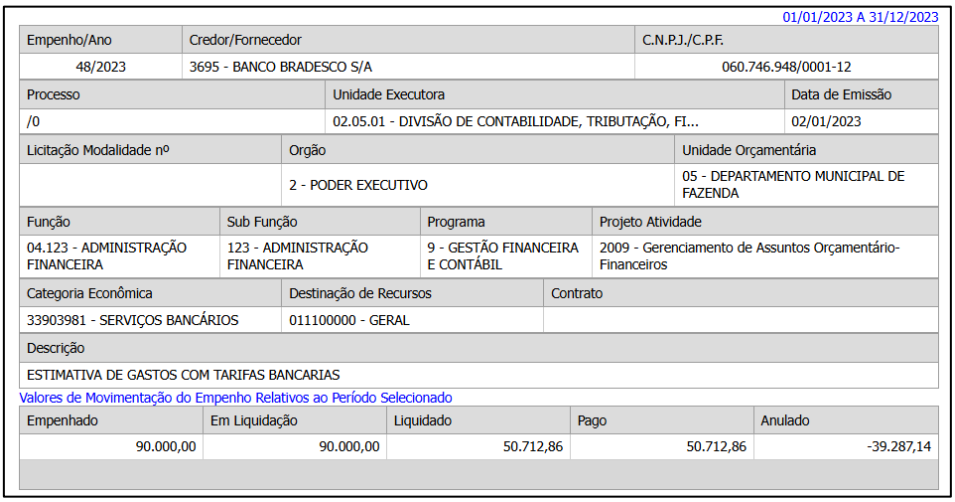
As classificações relacionadas às receitas provenientes das rendas petrolíferas foram identificadas a partir das planilhas de receitas disponibilizadas no Portal da Transparência Municipal[24] e no Portal da Transparência do TCE-SP. Essas classificações correspondem aos seguintes códigos de categorização:

- **Fonte de Recurso:** 01 - Tesouro;
- **Código de Aplicação Fixo**: 110 - Geral;
- **Código de Aplicação Variável**: 00 – Código de Aplicação Não Contém/Informou parte variável;
- **Categoria:** 10000000 – Receitas Correntes;
- **Subcategoria:** 17000000 – Transferências Correntes;
- **Fonte:** 17100000 – Transferências da União e de Suas Entidades;
- **Rubrica**: 17120000 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;
- **Subalínea:** 17125200 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo.

No caso da classificação das despesas, não foram encontradas classificações específicas, códigos de aplicação, que destacassem as rendas petrolíferas, seja nas planilhas disponibilizadas pelo TCE-SP, seja nas geradas pelo Portal da Transparência. Mesmo ao detalhar uma determinada despesa, o máximo de informação apresentada, pelo Portal da Transparência de Cananéia, é a destinação de recurso, sem a inclusão de um código de aplicação que vincule

[24] https://cananeia-prefeitura.cecam.com.br/CECAM_TRANSPARENCIA/Pages/Geral/wfDespesa.aspx

diretamente a despesa às rendas petrolíferas, como pode ser observado na figura a seguir.



01/01/2023 A 31/12/2023

Empenho/Ano	Credor/Fornecedor	C.N.P.J./C.P.F.
48/2023	3695 - BANCO BRADESCO S/A	060.746.948/0001-12

Processo	Unidade Executora	Data de Emissão
/0	02.05.01 - DIVISÃO DE CONTABILIDADE, TRIBUTAÇÃO, FI...	02/01/2023

Licitação Modalidade nº	Orgão	Unidade Orçamentária
	2 - PODER EXECUTIVO	05 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FAZENDA

Função	Sub Função	Programa	Projeto Atividade
04.123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	9 - GESTÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL	2009 - Gerenciamento de Assuntos Orçamentário-Financeiros

Categoria Econômica	Destinação de Recursos	Contrato
33903981 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	011100000 - GERAL	

Descrição
ESTIMATIVA DE GASTOS COM TARIFAS BANCARIAS

Valores de Movimentação do Empenho Relativos ao Período Selecionado

Empenhado	Em Liquidação	Liquidado	Pago	Anulado
90.000,00	90.000,00	50.712,86	50.712,86	-39.287,14

Figura 47: Detalhamento de Empenho. Portal da Transparência de Cananéia

Essa lacuna na classificação dificulta o rastreamento detalhado das despesas relacionadas às rendas petrolíferas, limitando a análise de como esses recursos são aplicados no âmbito municipal.

O Portal da Transparência de Cananéia oferece uma funcionalidade para filtrar as despesas por meio da opção "Fontes de Recursos", como pode ser observado na figura a seguir.

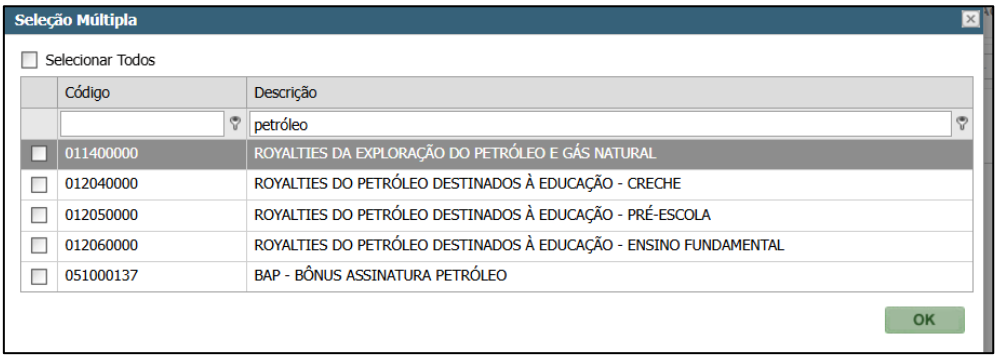


Figura 48: Fontes de Recursos envolvendo as rendas do petróleo no Portal da Transparência de Cananéia.

O sistema permite a seleção de códigos específicos que correspondem a diferentes tipos de rendas relacionadas ao petróleo. No entanto, ao aplicar o filtro

utilizando esses códigos, o sistema não retorna nenhum resultado. Essa ausência de informação sugere uma possível falha no registro ou na classificação dessas despesas como mostrado na figura a seguir.

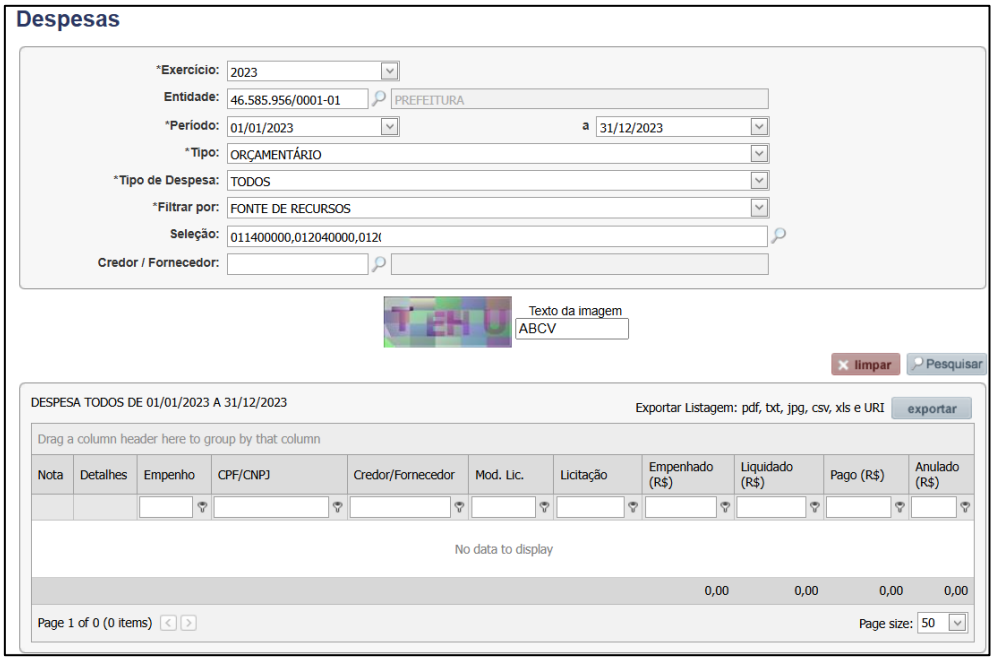


Figura 49: Resultado da consulta com fontes de recurso de origem das Rendas Petrolíferas no Portal da Transparência de Cananéia.

Tal limitação reforça a dificuldade em rastrear e analisar detalhadamente a aplicação desses recursos pelos municípios, comprometendo a transparência e a eficiência no acompanhamento da utilização das Rendas Petrolíferas no orçamento público.

8.1.4 Considerações sobre a classificação das receitas e despesas vinculadas às rendas petrolíferas realizadas pelos municípios do Agrupamento Sul

A análise da classificação das receitas e despesas municipais relacionadas às rendas petrolíferas nos municípios de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia revelou uma série de lacunas nos sistemas de classificação e transparência.

Apesar de os sistemas consultados apresentarem algumas informações detalhadas sobre a origem das receitas, a ausência de uma vinculação clara entre receitas e despesas compromete a rastreabilidade e dificulta a avaliação efetiva da aplicação dos recursos.

Essa situação foi evidenciada por diversos exemplos nos três municípios, onde categorias amplas como "código de aplicação 110 - Geral" são empregadas de forma genérica, dificultando a identificação precisa dos recursos aplicados. Adicionalmente, a falta de uniformidade entre os critérios adotados pelos diferentes sistemas de registro reforça as dificuldades de análise comparativa e gestão eficiente.

Outro ponto crítico observado foi a inclusão de receitas não petrolíferas em categorias destinadas às rendas petrolíferas, como ocorreu em Ilha Comprida, gerando confusão e comprometendo a transparência. Tais práticas indicam a necessidade de ajustes nos procedimentos de classificação e gestão desses recursos.

8.2 Agrupamento Centro

8.2.1 Ilhabela (SP)

No município de Ilhabela, o código 140, descrito como transferências de compensações financeiras pela exploração de recursos naturais, é utilizado tanto nas receitas quanto nas despesas municipais. Essa prática permitiu o cruzamento de dados por meio das planilhas disponíveis no Portal da Transparência do TCE-SP, possibilitando a análise das fontes de recursos oriundas dos *royalties* e sua destinação em Programas e Funções de Governo.

As planilhas de receita do TCE-SP apresentaram as seguintes informações vinculadas ao código de aplicação 140 - *Royalties* da Exploração do Petróleo e Gás Natural:

- **Categoria**: 10000000 - Receitas Correntes
- **Subcategoria**: 17000000 - Transferências Correntes

- **Fonte**: 17100000 - Transferências da União e de suas Entidades
- **Rubrica**: 17120000 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
- **Alínea**: 17125200 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo

- **Categoria**: 10000000 - Receitas Correntes
- **Subcategoria**: 17000000 - Transferências Correntes
- **Fonte**: 17200000 - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
- **Rubrica**: 17220000 - Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
- **Alínea**: 17225200 - Cota-parte *Royalties* - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo

- **Categoria**: 10000000 - Receitas Correntes
- **Subcategoria**: 19000000 - Outras Receitas Correntes
- **Fonte**: 19200000 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
- **Rubrica**: 19220000 – Restituições
- **Alínea**: 19229900 - Outras Restituições

- **Categoria**: 10000000 - Receitas Correntes
- **Subcategoria**: 19000000 - Outras Receitas Correntes
- **Fonte**: 19200000 - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
- **Rubrica**: 19990000 - Outras Receitas Correntes
- **Alínea**: 19999900 - Outras Receitas

As planilhas de despesas do TCE-SP identificaram os seguintes códigos de aplicação associados às Rendas Petrolíferas:

- **140** - *Royalties* da Exploração do Petróleo e Gás Natural
- **204** - *Royalties* do Petróleo Destinados à Educação – Creche

- **205** - *Royalties* do Petróleo Destinados à Educação - Pré-Escola
- **206** - *Royalties* do Petróleo Destinados à Educação - Ensino Fundamental

Os códigos 204, 205 e 206 estão vinculados à fonte Tesouro, enquanto o código 140 pode estar vinculado, dependendo da despesa, às fontes tesouro, recursos próprios de fundos especiais de despesa-vinculados e emendas parlamentares individuais.

Embora o código 140 esteja diretamente relacionado às rendas petrolíferas, foi identificado o uso de recursos vinculados a este código em despesas como compra de alimentos no Dia Internacional da Mulher, o que sugere um possível equívoco de classificação. Este ponto merece averiguação, especialmente considerando que:

- O vínculo com recursos próprios de fundos especiais de despesa-vinculados pode remeter ao fundo soberano municipal, que atualmente aplica recursos exclusivamente em fundos de investimento;
- Não há registro de aprovação para utilização desse fundo em despesas dessa natureza.

A análise da classificação das receitas e despesas municipais de Ilhabela relacionadas às rendas petrolíferas destaca avanços significativos na rastreabilidade desses recursos por meio do uso do código 140, aplicado tanto às receitas quanto às despesas. Essa prática, aliada às informações disponíveis no Portal da Transparência do TCE-SP, permite uma análise detalhada das fontes e da destinação dos *royalties* do petróleo.

No entanto, foram identificados problemas, como o uso inadequado do código 140 para despesas não condizentes com a finalidade dos recursos, a exemplo da compra de alimentos em eventos comemorativos. Além disso, a vinculação desse código a recursos próprios de fundos especiais, possivelmente ao fundo soberano municipal, levanta dúvidas sobre a conformidade das despesas realizadas, uma vez que o fundo é destinado exclusivamente a investimentos financeiros.

Embora o município tenha promovido avanços na organização e transparência dos dados, esses problemas indicam a necessidade de ajustes nos controles internos e na classificação das despesas. Tais melhorias são fundamentais para garantir que as rendas petrolíferas beneficiem diretamente a população e reforcem a credibilidade da administração municipal.

8.2.2 Caraguatatuba (SP)

Ao verificar os documentos orçamentários municipais de Caraguatatuba (PPA, LOA e LDO), foi possível identificar apenas a origem da receita corrente na LOA, conforme os códigos e valores descritos abaixo:

- 1.7.2.2: Transferências de compensações financeiras pela exploração de recursos naturais, no valor de R$ 1.100.000,00;
- 1.7.2.2.52: Cota-parte *royalties* - compensação financeira pela produção do petróleo, no valor de R$ 1.100.000,00;
- 1.7.2.2.52.0.1: Cota-parte *royalties* - compensação financeira pela produção do petróleo principal, no valor de R$ 1.100.000,00.

Essas receitas totalizam R$ 3,3 milhões provenientes de rendas petrolíferas. No entanto, enquanto instrumentos de planejamento e previsão orçamentária, os documentos analisados não apresentam informações que vinculem as fontes de recursos oriundos dos *royalties* com sua destinação em Programas e Funções de Governo.

Após os recursos serem empenhados, liquidados ou pagos, seus registros passam a constar nas planilhas detalhadas de despesas disponibilizadas nos Portais da Transparência Municipal[25] e do Tribunal de TCE-SP[26].

[25] Portal da Transparência de Caraguatatuba – Despesas por Fonte de Aplicação. Disponível em:https://portaldatransparencia.caraguatatuba.sp.gov.br/execucao/despesas-fonte-aplicacao. Acesso em: 12 de novembro de 2024.
[26] Tribunal de Conta do Estado de São Paulo - Portal da Transparência Municipal. Disponível em: < https://transparencia.tce.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

Os dados foram analisados a partir da funcionalidade específica no Menu Despesas, denominada “Despesas por Fonte de Aplicação”, no Portal da Transparência Municipal. Essa funcionalidade permite consultar todas as despesas empenhadas, liquidadas ou pagas. Selecionando a Entidade: Prefeitura Municipal, é possível:

- Escolher o ano ou período desejado;
- Selecionar a Fonte do Tesouro Municipal; e
- Buscar a aplicação específica relacionada aos “*Royalties* da Exploração de Óleo e Gás Natural”.

O resultado é apresentado em formato tabular, com a possibilidade de download em diferentes formatos, incluindo CSV, e inclui as seguintes colunas:

- Número do empenho;
- Data;
- Nome do credor;
- Fonte;
- Aplicação;
- Valores empenhados, liquidados e pagos.

Cada linha da tabela apresenta um ícone de lupa que permite acessar uma janela com o detalhamento da despesa. Essas informações incluem:

- Função e subfunção de governo;
- Programa; e
- Ação vinculada.

Embora o detalhamento das despesas apresente informações completas, o layout da tela apresenta as seguintes condições de apresentação das informações:

- Consulta individualizada: Para acessar o detalhamento, é necessário abrir cada despesa individualmente, tornando o processo moroso e pouco eficiente; e
- Falta de consolidação: Não há uma planilha consolidada que apresente, de forma direta, a relação entre fontes de recursos e sua destinação por programas ou funções de governo.

A figura a seguir ilustra o layout da consulta e as condições de apresentação das informações.


Liquidações do empenho 13882 / 2024

Exercício:	**Despesa:** Empenho 13882/2024	**Credor:** M ZAMBONI COM. REP DE PROD. ALIM. E MERCADORIAS EM GERAL
Unidade Orçamentária: 02.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	**Unidade Executora:** 02.10.02 - ALIMENTACAO ESCOLAR	**Função:** 12 - Educação
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição	**Programa:** 0150 - MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO PARA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO	**Ação:** 2289 - ALIMENTACAO ESCOLAR
Subelemento: 3.3.90.30.07 - Gêneros de Alimentação	**Fonte de Recurso:** 01 - Tesouro	**Aplicação:** 140.0000 - Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural
Tipo: Global	**Regime:** Normal	**Centro de Custo:** 01 - Geral
Tipo de Despesa: -	**Proc. Despesa:** Dispensa ou inexigibilidade 689/2024	**Licitação:** Dispensa de Licitação - 459/2024
Contrato - Número / Ano: 140/2024	**Tipo Contrato:** Contratos de Fornecimento de Materiais e Bens	**Subtipo Contrato:** Fornecimento de Material

Objeto Contrato: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS PERECÍVEIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Tipo do Movimento	Data		Liquidação	Histórico	Valor	
	Movimento	Vencimento			Movimento	Pago
Liquidacao	10/31/2024	11/12/2024	Liquidacao: 023262/2024	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS PERECÍVEIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. REEMPENHO PARA RECLASSIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE APLICAÇÃO.	R$ 91.640,00	R$ 90.540,32

Figura 50: Exemplo de detalhamento de despesa realizada através da utilização de *Royalties* obtido no Portal da Transparência de Caraguatatuba.

Focando na análise da planilha geral, constatou-se que, até outubro de 2024, o município utilizou os recursos provenientes dos *Royalties* para despesas como:

- Serviços em geral;
- Vale-alimentação;
- Vale-combustível;
- Serviços de comunicação e marketing; e
- Outros tipos de despesas.

Essas informações foram levantadas com base nos dados disponíveis e nas possibilidades de análise realizadas pela equipe.

Adicionalmente, por meio do Portal da Transparência do Município no TCE-SP, foi possível acessar planilhas detalhadas de despesas em formato CSV, abrangendo o período desde 2014. Essas planilhas incluem uma série de informações detalhadas sobre cada despesa realizada, como valores empenhados, liquidados e pagos, além de informações sobre fontes de recurso, funções de governo, programas e ações vinculadas. Diferentemente do Portal da Transparência Municipal, essas planilhas permitem a aplicação de filtros e tabelas dinâmicas, o que possibilita a geração de relatórios e gráficos diversos para análises mais avançadas.

Entretanto, destaca-se que esse tipo de análise — envolvendo cruzamento de dados, uso de ferramentas dinâmicas e interpretação de relatórios detalhados — não é uma prática habitual da maioria da população. Trata-se de uma abordagem mais técnica e avançada, acessível principalmente a analistas e especialistas.

De acordo com o estudo, o município de Caraguatatuba passou a classificar as despesas relacionadas às fontes de aplicação de origem nas rendas petrolíferas a partir de 2022. Antes disso, essas despesas eram classificadas como parte da fonte geral do Tesouro Municipal, o que dificultava a rastreabilidade específica dessas receitas e despesas.

Essa mudança representa um avanço na transparência e na categorização dos recursos oriundos das rendas petrolíferas, possibilitando um monitoramento mais claro e direcionado de sua aplicação no orçamento público municipal.

8.2.3 Paraty (RJ)

No município de Paraty, o Portal da Transparência Municipal disponibiliza planilhas completas de despesas gerais, facilitando a análise das Rendas Petrolíferas. Essas planilhas podem ser exportadas em formato XLS ou CSV, permitindo a utilização de ferramentas como filtros e tabelas dinâmicas para organizar e visualizar as informações de forma mais eficiente.

As planilhas apresentam oito colunas principais, que incluem informações sobre a fonte e o código de aplicação. Isso possibilita uma análise detalhada do uso dos recursos provenientes das rendas petrolíferas. como pode ser observado na tabela a seguir.

Cód. de aplicação	Descrição do Cód. de aplicação	Fonte	Fonte de Recurso	Cód. Fonte	Código Fonte	Fonte STN	Nome Fonte STN
84.000	Cessão Onerosa da Petrobrás	1	Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.721	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A CESSÃO ONEROSA DE PETRÓLEO – LEI Nº 13.885/2019 (EXERC.CORRENTE)	1.721	Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo – Lei nº 13.885/2019 (Exerc.Corrente)
64.231	ESTADO - ICMS	1	Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.705	TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTE A *ROYALTIES* DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Exerc.Corrente)
82.150	FEP	1	Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.704	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A *ROYALTIES* DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Exerc.Corrente)
81.160	PEA	1	Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.704	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A *ROYALTIES* DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Exerc.Corrente)
79.002	*Royalties* 5%	1	Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.704	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A *ROYALTIES* DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Exerc.Corrente)
78.092	*Royalties* excedente	1	Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.704	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A *ROYALTIES* DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Exerc.Corrente)

Cód. de aplicação	Descrição do Cód. de aplicação	Fonte	Fonte de Recurso	Cód. Fonte	Código Fonte	Fonte STN	Nome Fonte STN
83.008	*ROYALTIES* PRÉ SAL - 12858/13	1	Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	1.573	*ROYALTIES* DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO	1.573	*Royalties* e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013 (Recursos Condicionados)

Tabela 37: Códigos Relacionados a Fontes de Rendas Petrolíferas classificadas nas despesas de 2024. Portal da Transparência Municipal. Paraty.

Observa-se uma diversidade de códigos classificatórios que detalham as rendas petrolíferas nas despesas municipais.

A utilização incorreta de códigos de aplicação pode resultar em inconsistências nos registros financeiros e comprometer a transparência e a eficácia da gestão orçamentária. Portanto, recomenda-se que a administração municipal realize uma revisão detalhada dos códigos utilizados para classificar as rendas petrolíferas nas despesas, assegurando que cada código corresponda adequadamente à natureza dos recursos e às despesas associadas.

Em suma, a precisão na utilização dos códigos de aplicação é essencial para a integridade das informações orçamentárias e para a transparência na gestão dos recursos públicos, especialmente aqueles provenientes de rendas petrolíferas.

8.2.4 Considerações sobre a classificação das receitas e despesas vinculadas às rendas petrolíferas realizadas pelos municípios do Agrupamento Centro

A análise dos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela e Paraty evidencia diferentes níveis de organização e transparência na gestão das rendas petrolíferas. Cada município apresenta avanços significativos, mas também desafios específicos que comprometem a rastreabilidade e a conformidade na utilização desses recursos estratégicos.

Em Caraguatatuba, as mudanças introduzidas em 2022 para categorizar as despesas relacionadas às rendas petrolíferas representam um marco na

transparência, mas a ausência de planilhas consolidadas no portal municipal dificulta análises mais amplas. A disponibilização de dados detalhados no portal do TCE-SP, em formato CSV, oferece uma alternativa robusta para especialistas, mas sua complexidade limita o acesso pela população em geral. Em Ilhabela, a aplicação do código 140 tanto nas receitas quanto nas despesas permite um rastreamento mais direto dos *royalties*, mas problemas como a alocação inadequada de recursos em despesas não condizentes com sua finalidade apontam para a necessidade de controles mais rigorosos. Já Paraty se destaca pela organização detalhada dos códigos de aplicação nas despesas municipais, permitindo análises estruturadas por meio de ferramentas dinâmicas. No entanto, possíveis erros de classificação sugerem áreas que demandam revisão e ajustes.

Os avanços em transparência são notáveis nos três municípios, mas para alcançar uma gestão mais eficaz, seria essencial padronizar critérios de classificação e consolidar informações em planilhas acessíveis. Tais iniciativas não apenas aprimorariam o monitoramento dos recursos, mas também fortaleceriam a confiança da população na administração pública, assegurando que as rendas petrolíferas sejam aplicadas de forma sustentável e alinhada às prioridades locais.

.

8.3 Agrupamento Rio

8.3.1 Niterói

No Portal da Transparência Municipal[27] não foram encontradas planilhas consolidadas de receitas e despesas com informações completas que permitam uma análise eficiente por meio de filtros ou tabelas dinâmicas. Essa limitação restringe a capacidade de se realizarem cruzamentos de dados de forma ágil e estruturada.

[27] https://transparencia.niteroi.rj.gov.br/#/despesas

As planilhas orçamentárias disponibilizadas apresentam restrições quanto à possibilidade de análise detalhada e comparativa. Por exemplo, as planilhas de despesas permitem apenas o agrupamento de informações em três categorias principais:

- Por instituição/órgão;
- Por credor/instituição;
- Por tipo de despesa (elementos).

Embora o detalhamento seja fornecido após a seleção de resultados nessas categorias, a necessidade de navegar por diferentes níveis de informações dificulta a realização de análises rápidas e abrangentes. Essa estrutura fragmentada compromete a eficiência na extração e cruzamento de dados relevantes para o monitoramento das receitas e despesas.

No exemplo analisado, ao selecionar despesas agrupadas por instituição, foi possível identificar uma despesa que utiliza como fonte de recurso a Transferência da União Referente a *Royalties* do Petróleo e Gás. Apesar disso, o detalhamento subsequente é apresentado de forma segmentada, exigindo múltiplos acessos e consultas para obter uma visão mais completa. A figura a seguir ilustra esta situação.

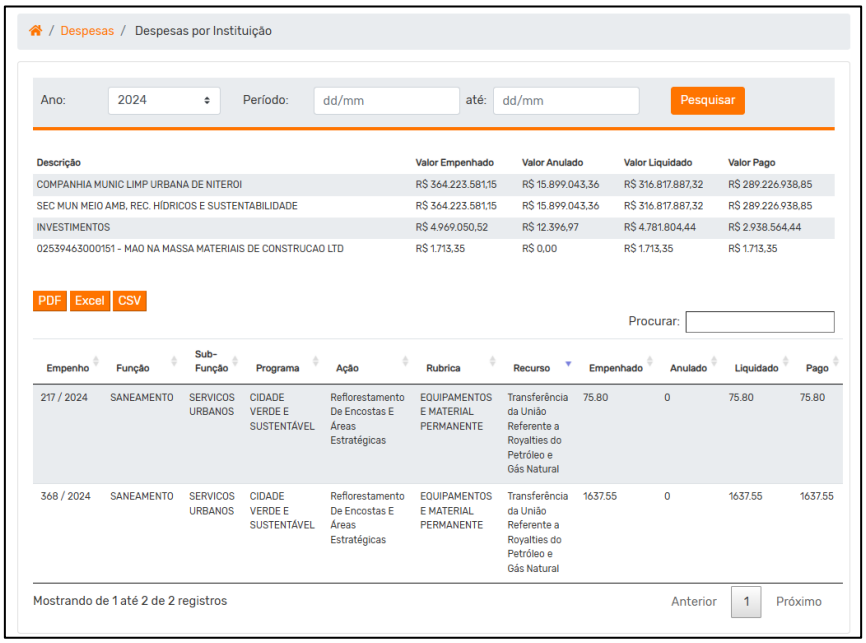


Figura 51: Detalhamento de despesa a partir de seleção de instituição arrecadadora de recurso público municipal. Portal da Transparência de Niterói.

Idealmente, essa planilha deveria incluir campos essenciais, como fontes de recurso, categorias de despesa, instituições envolvidas, credores, elementos de despesa e quaisquer outros dados que permitam uma análise estruturada e eficiente.

Além disso, recomenda-se que a planilha seja disponibilizada em formato aberto e editável, como CSV ou XLS, facilitando o uso de ferramentas analíticas, como filtros e tabelas dinâmicas. Essa abordagem não apenas aprimoraria a transparência e o acesso às informações, mas também proporcionaria uma base de dados mais robusta para análises financeiras, planejamento estratégico e prestação de contas públicas.

8.3.2 Maricá

No município de Maricá, o Portal da Transparência Municipal [28] não disponibiliza planilhas consolidadas de receitas que identifiquem claramente as fontes de recurso e seus respectivos códigos de aplicação. Ademais, não foram encontradas planilhas de código aberto que permitissem uma análise abrangente e rápida sobre a relação entre despesas e Funções de Governo, Programas, entre outros.

Em contrapartida foi possível identificar informações em planilhas de despesas por fonte, que incluem recursos oriundos das rendas petrolíferas e totais por período. Essas planilhas, porém, carecem de códigos que classifiquem as despesas de forma detalhada. Dentre as informações dessas planilhas, foi possível identificar recursos associados às rendas petrolíferas, tais como:

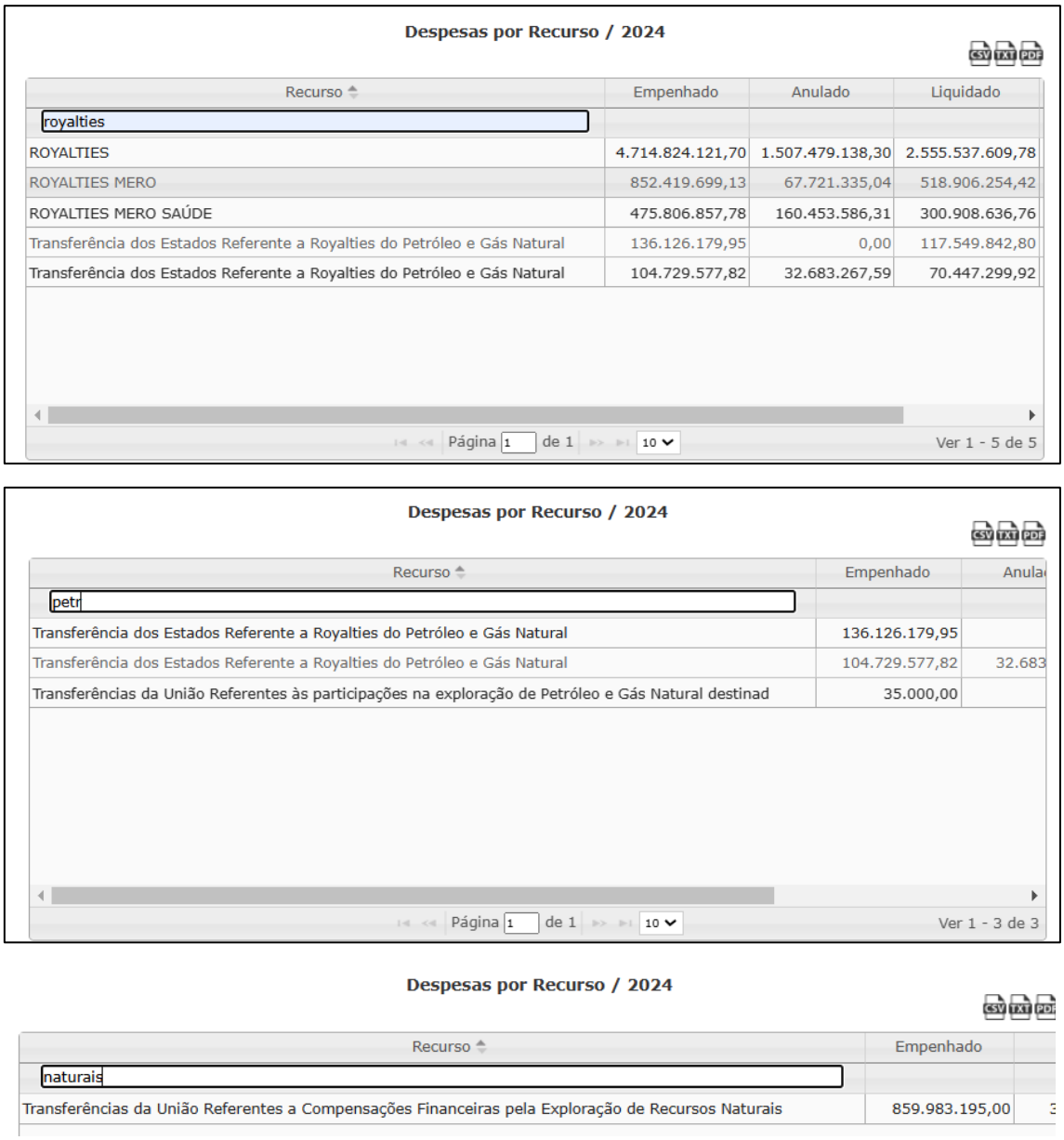
- **Recurso:** *Royalties*;
- **Recurso:** *Royalties* Mero;
- **Recurso:** *Royalties* Mero Saúde;

[28] https://dadosabertos-portalfacil.azurewebsites.net/589/empenhos

- **Recurso:** Transferências dos Estados Referente a *Royalties* do Petróleo e Gás Natural;
- **Recurso:** Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais; e
- **Recurso:** Transferências da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural.

Essas informações, embora úteis, não estão codificadas, fato que limita rastreabilidade da aplicação das rendas petrolíferas.

O Portal da Transparência de Maricá permite a obtenção de informações mais detalhadas sobre a destinação dos recursos a partir da fonte de recurso. Ao clicar em qualquer linha da planilha gerada, é possível abrir outra planilha com informações progressivamente mais detalhadas, até alcançar os dados do empenho como pode ser observado na figura a seguir.



Despesas por Recurso / 2024

Recurso	Empenhado	Anulado	Liquidado
royalties			
ROYALTIES	4.714.824.121,70	1.507.479.138,30	2.555.537.609,78
ROYALTIES MERO	852.419.699,13	67.721.335,04	518.906.254,42
ROYALTIES MERO SAÚDE	475.806.857,78	160.453.586,31	300.908.636,76
Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	136.126.179,95	0,00	117.549.842,80
Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	104.729.577,82	32.683.267,59	70.447.299,92

Página 1 de 1 10 Ver 1 - 5 de 5

Despesas por Recurso / 2024

Recurso	Empenhado	Anula
petr		
Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	136.126.179,95	
Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	104.729.577,82	32.683
Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinad	35.000,00	

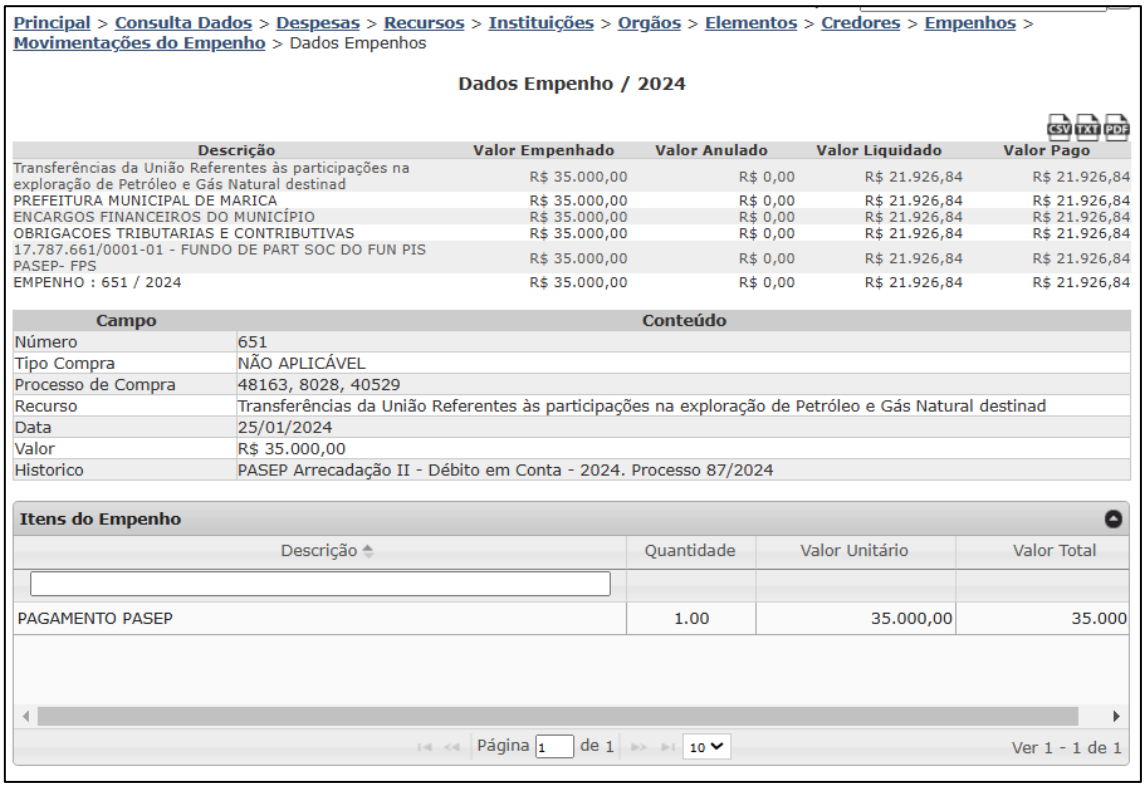
Página 1 de 1 10 Ver 1 - 3 de 3

Despesas por Recurso / 2024

Recurso	Empenhado
naturais	
Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	859.983.195,00

Figura 52: Despesas Classificadas com Fonte de Recurso das Rendas Petrolíferas. Portal da Transparência de Maricá

Por meio da navegação mais aprofundada no Portal da Transparência de Maricá é possível verificar em detalhes a utilização das rendas petrolíferas, como por exemplo o uso das “Transferências Da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural” para o pagamento de despesa relacionada a obrigações tributárias e contributivas ao Fundo de Participação Social do PIS PASEP (FPS), como pode ser observado na figura a seguir.



Principal > Consulta Dados > Despesas > Recursos > Instituições > Orgãos > Elementos > Credores > Empenhos > Movimentações do Empenho > Dados Empenhos

Dados Empenho / 2024

Descrição	Valor Empenhado	Valor Anulado	Valor Liquidado	Valor Pago
Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinad	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 21.926,84	R$ 21.926,84
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICA	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 21.926,84	R$ 21.926,84
ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 21.926,84	R$ 21.926,84
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 21.926,84	R$ 21.926,84
17.787.661/0001-01 - FUNDO DE PART SOC DO FUN PIS PASEP- FPS	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 21.926,84	R$ 21.926,84
EMPENHO : 651 / 2024	R$ 35.000,00	R$ 0,00	R$ 21.926,84	R$ 21.926,84

Campo	Conteúdo
Número	651
Tipo Compra	NÃO APLICÁVEL
Processo de Compra	48163, 8028, 40529
Recurso	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinad
Data	25/01/2024
Valor	R$ 35.000,00
Historico	PASEP Arrecadação II - Débito em Conta - 2024. Processo 87/2024

Itens do Empenho

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
PAGAMENTO PASEP	1.00	35.000,00	35.000

Página 1 de 1 — 10 — Ver 1 - 1 de 1

Figura 53: Detalhe da utilização das rendas petrolíferas no Portal da Transparência de Maricá.

Esse mesmo procedimento pode ser aplicado para o detalhamento da destinação de recurso do "*Royalties* Mero" e dos demais recursos indicados anteriormente.

A análise das receitas e despesas vinculadas às rendas petrolíferas no município de Maricá indica avanços e limitações. Embora o portal permita o acesso a informações detalhadas sobre despesas por fonte de recurso, a ausência de planilhas consolidadas e classificações padronizadas dificulta uma avaliação mais abrangente e precisa.

8.3.3 Guapimirim

As análises realizadas tomaram por base as informações disponíveis no Portal da Transparência Municipal, com foco nas planilhas de receitas e despesas consolidadas.

Sobre as receitas, as planilhas disponíveis não apresentam informações relacionadas à fonte de receita ou ao código de aplicação.

Em relação às despesas, foram encontradas planilhas que identificam rendas petrolíferas por meio das colunas "Número de Destinação" e "Descrição da Destinação", com os seguintes códigos destacados:

- **Número de Destinação:** 1.573.00 - *Royalties* e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013;
- **Número de Destinação:** 2.573.00 - *Royalties* e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013;
- **Número de Destinação:** 1.635.00 - *Royalties* e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013;
- **Número de Destinação:** 2.635.00 - *Royalties* e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013;
- **Número de Destinação:** 1.705.00 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais;
- **Número de Destinação:** 2.705.00 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais; e
- **Número de Destinação:** 1.708.00 - Transferência da União Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais.

Observa-se que não é evidente se dentre as despesas classificadas pelos códigos 705 e 708 estão incluídas receitas provenientes de mineração, fora do escopo de petróleo e gás.

É possível relacionar despesas por destinação (fonte de recurso) e funções de governo utilizando os dados abertos do Portal da Transparência. Para isso, o processo envolve:

- Acessar o link de Dados Abertos;
- Selecionar a aba Empenhos no menu Orçamentária;
- Escolher o ano e baixar a planilha em formato CSV.

Com o uso de filtros ou tabelas dinâmicas, é possível cruzar as colunas Funções de Governo com Código de Destinação e Número de Destinação. Embora existam planilhas para despesas liquidadas e pagas, essas não incluem colunas com Fontes de Recurso ou informações completas. A planilha de empenhos é a mais detalhada e funcional para análise.

Desta forma idealmente o município deveria implementar o detalhamento das despesas liquidadas e pagas, incluindo informações do código de aplicação, para ampliar a transparência e permitir análises mais completas.

8.3.4 Considerações sobre a classificação das receitas e despesas vinculadas às rendas petrolíferas realizadas pelos municípios do Agrupamento Norte (Rio)

A análise da classificação das despesas e receitas vinculadas às rendas petrolíferas nos municípios de Maricá, Niterói e Guapimirim evidencia desafios significativos relacionados à padronização e detalhamento dessas informações. Apesar de os portais de transparência municipais apresentarem funcionalidades úteis, como o acesso a dados segmentados sobre receitas ou despesas, as informações são fragmentadas, o que dificulta análises amplas e estruturadas.

Nos três municípios, a ausência de planilhas consolidadas e detalhadas que relacionem receitas às respectivas despesas é um dos principais obstáculos. Em Maricá, por exemplo, as receitas provenientes de *royalties* e transferências são listadas sem códigos de aplicação padronizados, o que prejudica a rastreabilidade dos recursos. Além disso, as informações de despesas são apresentadas de forma segmentada, exigindo múltiplos acessos e consultas para alcançar um nível mais detalhado. Niterói enfrenta problemas semelhantes, com planilhas limitadas a categorias amplas que não permitem um cruzamento eficiente de dados.

Outro ponto crítico é a falta de uniformidade na classificação dos recursos. Em Maricá, observa-se que receitas provenientes de origens distintas, como *royalties* e compensações financeiras, são frequentemente agrupadas sob categorias genéricas. Adicionalmente, os dados disponibilizados nos portais são,

muitas vezes, fornecidos em formatos não editáveis, dificultando a aplicação de ferramentas analíticas para filtrar e cruzar informações.

8.4 Síntese das análises sobre a classificação pelos municípios das receitas e despesas vinculadas às rendas petrolíferas

O uso adequado das rendas petrolíferas é um tema de grande relevância, dado seu potencial impacto no desenvolvimento socioeconômico dos municípios beneficiados, bem como dada a obrigatoriedade de destinar esses recursos para as áreas de educação e saúde, como determina a Lei Federal nº 12.858/13, demanda que irá exigir cada vez mais a rastreabilidade da aplicação desses recursos nos próximos anos com a expansão da produção do Pré-Sal.

Nesse sentido, as análises realizadas neste capítulo buscaram identificar como os municípios classificam atualmente as receitas e despesas vinculadas às rendas petrolíferas.

O exercício aqui realizado também teve como objetivo apoiar as ações do PEA Rendas na direção de maior alinhamento às boas práticas de transparência na aplicação dos recursos orçamentários. Essas informações podem, ainda, auxiliar os municípios a aprimorarem seus processos de prestação de contas, seja do ponto de vista legal, da transparência pública ou do controle social.

De maneira geral, a análise da classificação das rendas petrolíferas pelos municípios revela uma dificuldade sistêmica das gestões municipais, que é a falta de padronização tanto das receitas recebidas, como das despesas executadas com o uso dos *royalties*, participações especiais, cota-parte e do FEP.

Essa heterogeneidade dificulta não apenas a avaliação interna, mas também a comparação entre os municípios, comprometendo o real exercício da transparência e a prestação de contas de forma mais objetiva, do ponto de vista da aplicação das rendas petrolíferas.

Em alguns casos do Agrupamento Centro, como Ilhabela e Paraty, boas práticas mostram o potencial de avanços quando há esforço técnico e administrativo. Entretanto, mesmo nesses casos, existe a necessidade de

ajustes e aprimoramentos que facilitem o controle social. Já o município de Caraguatatuba passou a classificar as despesas relacionadas às rendas petrolíferas a partir de 2022. Essa mudança representa um avanço na transparência e na categorização dos recursos, possibilitando um monitoramento mais claro e direcionado de sua aplicação no orçamento público municipal.

No Agrupamento Sul a análise da classificação das receitas e despesas relacionadas revelou uma série de inconsistências e lacunas nos sistemas de classificação e transparência. Apesar de os sistemas consultados apresentarem informações detalhadas, observa-se a ausência de vinculação clara entre receitas e despesas nos três municípios, fato que compromete a rastreabilidade e dificulta a avaliação efetiva da aplicação das rendas petrolíferas em Iguape, Ilha Comprida e Cananéia.

Nos municípios do Agrupamento Norte (Niterói, Maricá e Guapimirim) os desafios são mais evidentes. A falta de planilhas consolidadas e a fragmentação dos dados tornam o processo de análise moroso, pouco eficiente e estritamente técnico, dificultando sobremaneira o exercício do controle social.

Com base na avaliação das práticas de classificação adotadas pelos municípios dos três agrupamentos, em linhas gerais, recomenda-se:

i. **Padronização e Uniformização dos Critérios:** Adoção de critérios consistentes para a classificação de receitas e despesas em todos os sistemas, com códigos de aplicação específicos para as rendas petrolíferas e suas despesas correspondentes;
ii. **Separação de Fontes de Recursos:** Criação de categorias específicas para rendas não petrolíferas, garantindo uma distinção clara e rastreável entre diferentes tipos de receitas;
iii. **Aprimoramento da Transparência:** Melhoria nos sistemas de transparência, permitindo um detalhamento mais acessível e preciso, tanto nas receitas quanto nas despesas, para facilitar o acompanhamento pelos cidadãos e órgãos de controle;
iv. **Fortalecimento da Prestação de Contas:** Promoção de práticas que garantam maior clareza e responsabilidade na utilização das rendas petrolíferas,

assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e em conformidade com as normas legais.

Outra questão de fundo levantada a partir da análise das classificações das receitas e despesas e que é recorrente nas ações de campo e nas ações formativas realizadas pelo PEA Rendas é a vinculação das receitas de rendas petrolíferas ao planejamento orçamentário. Do ponto de vista formal, essa prática ainda não é usual. Especificamente no estado de São Paulo, tal questão ainda é dificultada em função das normas da Divisão de auditoria eletrônica do TCE- SP (AUDESP), que determina a codificação da aplicação da receita somente após o seu recebimento formal pelos municípios, dificultando o planejamento do uso das rendas petrolíferas.

Dada a relevância de se pensar a aplicação das rendas petrolíferas desde o início do ciclo de planejamento orçamentário municipal, recomenda-se que esse deva ser um dos temas a serem considerados como prioritário pelo PMCSRP.

O avanço das práticas de gestão e do controle social das rendas petrolíferas passa, inevitavelmente, pela padronização da classificação desses recursos que permitam a consolidação ou granulação das informações por meio de planilhas acessíveis e editáveis. Esse deve ser outro tema a ser priorizado pelo PMCSRP. Recomenda-se que sejam fomentadas ações de incidência política, sobretudo junto aos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas da União e dos Estados, e aos Legislativos Estaduais, com vistas a se criar uma regra infralegal ou legislação que padronize e universalize a classificação das receitas e despesas vinculadas às rendas petrolíferas e que fomente o exercício da prestação de contas do uso das rendas petrolíferas pelos municípios.

Recomenda-se, ainda, que os municípios que recebem valores significativos de rendas petrolíferas adotem programas de capacitação técnica das equipes sobre as rendas petrolíferas com vistas a aprimorar a alimentação e atualização dos portais de transparência, de modo a assegurar o uso adequado dos critérios de classificação.

Outra boa prática seria que os municípios fossem estimulados a promover mecanismo que auxiliem o controle social como a produção de relatórios acessíveis, painéis dinâmicos (Power BI), além da promoção de audiências públicas que promovam a gestão participativa da aplicação das rendas petrolíferas e a prestação de contas sobre os seus usos.

IX. USO DOS *ROYALTIES* PELOS MUNICÍPIOS

9.1 Iguape (SP)

Iguape não divulga, com riqueza de detalhes, a aplicação dos recursos provenientes dos *royalties*. Os recursos recolhidos pelo município não são discriminados por fonte e são tratados como parte da arrecadação total. Dessa forma, instrumentos orçamentários como a LOA, RGF e o Quadro Demonstrativo de Despesas não fornecem informações especificas à população sobre a gestão dessas rendas pelo poder executivo municipal.

Um dos riscos mais comuns relacionados ao recebimento e aplicação das rendas petrolíferas é sua destinação a despesas de custeio, o que pode comprometer a segurança dos investimentos públicos de longo prazo.

Em Iguape, os efeitos dessa dependência orçamentária das rendas petrolíferas são difíceis de mensurar. O PMCSRP já destaca as dificuldades em avaliar com precisão os impactos relativos à gestão das rendas devido à ausência de dados abrangentes. Não é possível, por exemplo, mensurar com exatidão “a atração e criação de empresas, geração de empregos diretos e indiretos, e de renda que, por sua vez, também geram tributos e despesas sobre o orçamento público” (PARMIS, 2023).

Dada a relevância do tema, é importante considerar as reflexões apresentadas no Guia para Monitorar Orçamentos e Receitas do Petróleo e Gás Natural (SHULTZ, 2005), que destaca os seguintes pontos:

i. a exploração de petróleo e gás, por si só, não gera muitos empregos;

ii. países ricos em recursos naturais frequentemente se tornam dependentes das receitas da exploração;
iii. essas receitas são altamente voláteis e sujeitas a choques repentinos nos preços;
iv. os recursos naturais são não-renováveis e, eventualmente, se esgotarão (esgotando as receitas); e,
v. finalmente, essas receitas podem mascarar um governo ineficiente.

Essas constatações servem como um alerta para a necessidade de uma fiscalização rigorosa da gestão pública, especialmente no que diz respeito ao controle social sobre as rendas petrolíferas e ao orçamento público em geral. Isso é essencial para garantir que esses recursos sejam utilizados de maneira eficiente e sustentável, evitando que a dependência dessas receitas comprometa o desenvolvimento a longo prazo. Para tanto é indispensável promover a transparência na aplicação das rendas petrolíferas e fortalecer os mecanismos de participação popular, assegurando uma gestão pública mais responsável e orientada para o futuro.

A análise das rendas petrolíferas em Iguape destaca a ausência de detalhamento na aplicação dos recursos provenientes dos *royalties*, refletindo uma fragilidade na transparência e no planejamento estratégico do município.

Outro ponto crítico é a dificuldade de mensurar os impactos econômicos e sociais das rendas petrolíferas no município. Estudos como o PMCSRP ressaltam a ausência de dados abrangentes que permitam avaliar fatores como a geração de empregos, o estímulo à criação de empresas locais e a atração de investimentos privados. Esse cenário de falta de dados concretos impede a construção de uma narrativa clara sobre os benefícios reais dessas receitas para a economia local e limita a formulação de estratégias mais eficazes para seu uso.

Portanto, para Iguape, superar esses desafios e assegurar uma gestão sustentável das rendas petrolíferas é indispensável promover maior

transparência na aplicação dos recursos e fortalecer os mecanismos de controle social.

A segregação das receitas petrolíferas nos instrumentos orçamentários e a implementação de ferramentas de monitoramento e avaliação são passos fundamentais. Além disso, é necessário um compromisso com o desenvolvimento de políticas públicas que priorizem investimentos estruturantes, reduza a dependência orçamentária e preparem o município para um cenário de esgotamento dessas receitas. A combinação de transparência, planejamento estratégico e participação popular é a chave para transformar essas rendas em um legado duradouro para Iguape e suas futuras gerações.

9.2 Ilha Comprida (SP)

O município de Ilha Comprida recebe *royalties* do petróleo desde 2010, representando um percentual significativo nas receitas do orçamento municipal. Essa situação gera uma dependência expressiva de uma fonte de renda proveniente de recursos finitos, o que apresenta desafios para o planejamento econômico a longo prazo. Embora os valores dos repasses sejam disponibilizados por fontes confiáveis como a ANP, não é possível identificar se a aplicação desses recursos reflete melhorias proporcionais nos indicadores sociais do município.

Adicionalmente, observa-se que nos instrumentos de planejamento orçamentário, como a LOA, RGF e os RREOs não há descrição detalhada do uso das rendas petrolíferas. Essa ausência de informações impede o mapeamento da utilização desses recursos financeiros. No Portal da Transparência do município, as informações públicas disponíveis limitam-se aos valores dos aportes, sem qualquer detalhamento sobre a aplicação efetiva desses valores, o que compromete a transparência e dificulta o controle social.

A análise das rendas petrolíferas de Ilha Comprida (SP) evidencia uma dependência expressiva desses recursos, que têm representado uma parcela significativa do orçamento municipal desde 2010. Embora essa fonte de receita tenha potencial para impulsionar o desenvolvimento local, sua gestão enfrenta

desafios estruturais, particularmente relacionados à transparência e ao planejamento estratégico.

A falta de discriminação clara nos instrumentos de planejamento orçamentário dificulta a identificação de como as rendas petrolíferas estão sendo aplicadas. E, a ausência de dados sobre o impacto desses recursos em indicadores sociais, como saúde, educação e infraestrutura, dificulta a avaliação da eficiência e eficácia das políticas públicas implementadas. Essa situação perpetua um cenário de incerteza quanto ao uso estratégico dos recursos para promover o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a volatilidade dos valores repassados e a ausência de um planejamento estratégico adequado, mantém o município em uma condição de vulnerabilidade, que pode comprometer a continuidade de políticas públicas e investimentos essenciais.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que Ilha Comprida adote medidas que aumentem a transparência e o controle social sobre o uso das rendas petrolíferas. A segregação dessas receitas nos instrumentos orçamentários e a disponibilização de informações detalhadas no Portal da Transparência são passos essenciais para assegurar uma gestão responsável e participativa. Além disso, o município deve considerar a criação de fundos de reserva para estabilizar as finanças públicas e garantir investimentos estratégicos que reduzam a dependência das rendas petrolíferas a longo prazo.

Em suma, enquanto as rendas petrolíferas representam uma oportunidade significativa para o desenvolvimento de Ilha Comprida, a ausência de transparência e planejamento estratégico compromete o potencial transformador desses recursos. Alinhando governança eficiente, participação popular e investimentos sustentáveis, o município pode construir um legado duradouro e resiliente, beneficiando tanto a população atual quanto as gerações futuras.

9.3 Cananéia (SP)

Não é possível verificar a descrição do uso dos *royalties* na LOA do município. Assim como não é possível verificar onde foram investidos os recursos dos *royalties* e participações especiais nos demais documentos orçamentários. Presume-se que, ao menos na LOA, as rendas petrolíferas estão inseridas na categoria de Transferências Correntes.

Após consulta informal ao responsável da prefeitura pela gestão econômica, apontou-se que as rendas em Cananéia são utilizadas em sua maior parte para “varrição de rua, custos com o aterro sanitário, médicos, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de estrada da área rural, transporte do público universitário [quem precisa estudar em outro município] e saúde e educação”, em suas palavras. Acerca da categoria em Receitas na qual adentram esses recursos, o profissional apontou, ainda segundo citação do próprio, que são “recursos próprios”.

A análise das rendas petrolíferas em Cananéia revela limitações significativas na transparência e na especificação do uso desses recursos, tanto nos instrumentos de planejamento orçamentário quanto na execução fiscal. Não há uma classificação específica para essas rendas, que parecem estar inseridas de forma genérica na categoria de Transferências Correntes.

Essa falta de detalhamento compromete a capacidade de avaliar a eficácia da aplicação desses recursos e seu impacto no desenvolvimento local. Embora informações obtidas em consultas informais, essa descrição não é formalizada nos documentos oficiais.

A dependência de Cananéia em relação às rendas petrolíferas, embora relevante, não é claramente monitorada ou planejada para assegurar um uso estratégico e sustentável. A ausência de dados precisos e de mecanismos de rastreabilidade limita o controle social e a capacidade de garantir que esses recursos promovam o desenvolvimento de longo prazo.

Essa situação reforça a necessidade de medidas que ampliem a transparência e fortaleçam a governança no uso das rendas petrolíferas.

Por fim, a volatilidade inerente às receitas de *royalties* e participações especiais destaca a importância de um planejamento econômico de longo prazo que traga para Cananéia a oportunidade de alinhar sua gestão das rendas petrolíferas com princípios de sustentabilidade e eficiência, assegurando benefícios concretos e duradouros para sua população.

9.4 Ilhabela (SP)

Ao verificar os documentos orçamentários (PPA, LOA, LDO) foi possível apenas encontrar a origem da receita corrente no documento LOA identificadas pelos códigos 140, descrito como: transferências de compensações financeiras pela exploração de recursos naturais. Portanto, enquanto planejamento e previsão orçamentária, o que corresponde às finalidades dos documentos citados, não existem informações que relacionem fontes de recursos de origem nos *royalties* com a destinação em Programas e Funções de Governo.

Entretanto, após os recursos serem empenhados, liquidados ou pagos passam a ter seu registro nas planilhas detalhadas de despesas, disponíveis no Portal da Transparência Municipal do Tribunal do Estado de São Paulo[29].

No Portal da Transparência do Município no TCE-SP, foi possível acessar as planilhas de despesa detalhada em formato *CSV*, desde 2014. Essas planilhas detalham numa série de informações as despesas realizadas, permitindo a geração de análises, relatórios e gráficos diversos. Ressalta-se que este tipo de análise não é hábito da maioria da população, sendo produto de um estágio mais avançado de análise.

As informações contidas na tabela 42 apresentam para o ano de 2023 o total de despesas nas diferentes Funções de Governo, bem como os respectivos valores que tiveram como fonte de receita as rendas petrolíferas e outras fontes que chegaram ao caixa municipal.

[29] Tribunal de Conta do Estado de São Paulo - Portal da Transparência Municipal. Disponível em: < https://transparencia.tce.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

Função de Governo	Rendas do Petróleo (R$)	Outras Fontes (R$)	Total (R$)	% das Rendas do Petróleo
Urbanismo	148.696.200	14.490.631	163.186.831	25,4%
Saúde	148.180.061	63.051.337	211.231.398	25,3%
Educação	125.414.085	97.693.536	223.107.621	21,4%
Administração	68.318.592	69.656.031	137.974.624	11,7%
Assistência social	23.943.219	5.772.072	29.715.291	4,1%
Comércio e serviços	20.757.500	0	20.757.500	3,5%
Cultura	17.588.570	8.248.478	25.837.048	3,0%
Saneamento	14.398.793	0	14.398.793	2,5%
Desporto e lazer	8.705.700	0	8.705.700	1,5%
Habitação	5.757.939	3.886.783	9.644.722	1,0%
Trabalho	1.385.551	0	1.385.551	0,2%
Gestão ambiental	1.241.724	3.551.663	4.793.387	0,2%
Essencial à justiça	1.179.344	2.558.782	3.738.125	0,2%
Segurança pública	258.579	345.201	603.780	0,0%
Agricultura	55.851	0	55.851	0,0%
Legislativa	0	8.175.228	8.175.228	0,0%
Previdência social	0	25.395.679	25.395.679	0,0%
Total	**585.881.708**	**302.825.421**	**888.707.129**	**100,0%**

Tabela 42: Despesas das Funções de Governo através de Fontes de receita das Rendas do Petróleo e outras. Ilhabela – Ano de 2023. Fonte: Painel Municipal do TCE-SP.

Considerando o total classificado como sendo rendas petrolíferas (R$ 585,9 milhões), desse montante cerca de 70% dos recursos gastos se destinaram as funções de Urbanismo, Saúde e Educação.

Completando a análise, o Painel Municipal do TCE-SP permite verificar a participação das rendas petrolíferas no total despendido em cada uma das funções de governo. Essa análise destaca que Agricultura, Comércio de Serviços, Desporto e Lazer, Saneamento e Trabalho tiveram 100% das suas despesas bancadas com recursos das Rendas do Petróleo, como pode ser observado na tabela a seguir.

Funções de Governo	Participação das Rendas Petrolíferas
Agricultura	100%
Comércio e serviços	100%
Desporto e lazer	100%
Saneamento	100%
Trabalho	100%
Urbanismo	91%
Assistência social	81%
Saúde	70%
Cultura	68%
Habitação	60%
Educação	56%
Administração	50%
Segurança pública	43%
Essencial à justiça	32%
Gestão ambiental	26%
Legislativa	0%
Previdência social	0%

Tabela 44: Participação das Rendas Petrolíferas no total da despesa de cada Função de Governo. Ilhabela – Ano de 2023. Fonte: Painel Municipal do TCE-SP.

Diante da dificuldade de obter e analisar os dados referentes ao planejamento de despesas das rendas petrolíferas, integrantes do Elo de Ilhabela durante a audiência da LOA de 2025 sugeriram ao poder público a criação de um mecanismo de pesquisa especial só para os *royalties*, um botão ou *link* no Portal da Transparência que direcione para informações detalhadas sobre a utilização destes recursos. A observação aponta que as informações sobre o uso dos *royalties* não estão acessíveis à grande maioria da população.

A análise das rendas petrolíferas em Ilhabela destaca tanto a relevância dessas receitas para o orçamento municipal quanto os desafios associados à transparência e acessibilidade das informações para a população. Embora os valores provenientes das rendas petrolíferas sejam identificáveis na LOA através do código 140, como transferências de compensações financeiras pela exploração de recursos naturais, não há qualquer vinculação explícita entre essas receitas e a destinação para programas ou funções de governo nos

instrumentos de planejamento orçamentário. Isso dificulta o acompanhamento da população quanto ao uso estratégico desses recursos.

Apesar disso, após o empenho e liquidação das despesas, é possível acessar informações detalhadas por meio do Portal da Transparência do TCE-SP. Esses dados, permitem análises aprofundadas, mas exigem habilidades técnicas que estão além do alcance da maioria da população.

Em 2023, as rendas petrolíferas totalizaram R$ 585,9 milhões e representaram a maior fonte de financiamento em diversas funções de governo. E a participação das rendas petrolíferas no total gasto de cada função também revela sua importância para setores específicos como Agricultura, Comércio e Serviços, Desporto e Lazer, Saneamento e Trabalho. Essa elevada participação reforça a centralidade das rendas petrolíferas no financiamento das políticas públicas locais.

A ausência de mecanismos acessíveis para o acompanhamento da destinação das rendas petrolíferas foi destacada em audiências públicas, onde representantes da sociedade civil sugeriram a criação de ferramentas específicas, que facilitem o acompanhamento pelo público em geral.

Ilhabela enfrenta o desafio de traduzir sua robusta arrecadação de rendas petrolíferas em melhorias tangíveis e duradouras para sua população. A dependência significativa dessas receitas, somada à dificuldade de acesso às informações por parte da sociedade, ressalta a necessidade de aprimorar a gestão e a comunicação desses recursos. A criação de mecanismos que garantam maior rastreabilidade e eficiência no uso das rendas petrolíferas é essencial para assegurar que esses recursos sejam utilizados de forma sustentável, contribuindo para o desenvolvimento do município.

9.5 Caraguatatuba (SP)

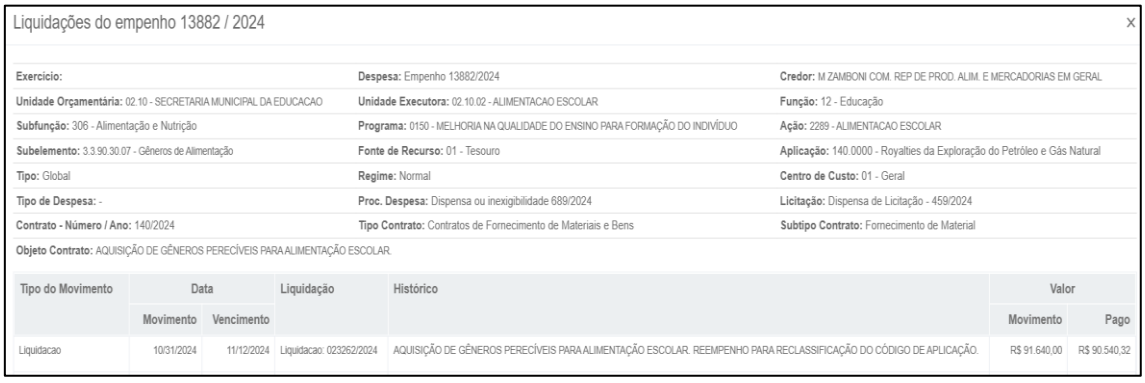
A análise da LOA permitiu identificar entre as origens da receita corrente os códigos:

- 1.7.2.2 - Transferências de compensações financeiras pela exploração de recursos naturais, no valor de R$1.100.000,00;

- 1.7.2.2.52 descrito como cota-parte *royalties* - compensação financeira pela produção do petróleo, no valor de R$1.100.000,00; e
- 1.7.2.2.52.0.1 cota-parte *royalties* - compensação financeira pela produção do petróleo principal, no valor de R$ 1.100.000,00.

Isso totaliza R$ 3,3 milhões de recursos oriundos das rendas petrolíferas. Portanto, não existem informações que relacionem as fontes dos *royalties* com os Programas e Funções de Governo. Contudo, após os recursos serem empenhados, liquidados ou pagos, eles passam a ser registrados nas planilhas de despesas detalhadas, disponíveis no Painel Municipal do TCE-SP[30] e no Portal da Transparência Municipal[31].

Desse modo. foi realizada a consulta das "Despesas por Fonte de Aplicação", no Portal da Transparência de Caraguatatuba, a fim de levantar todas as despesas empenhadas, liquidadas ou pagas. O Sistema permite escolher o ano ou período e a Fonte do Tesouro Municipal e buscar a Aplicação relacionada aos "*Royalties* da Exploração de Óleo e Gás Natural*"*. Além disso, o resultado da consulta pode ser baixado em diferentes formatos, incluindo *CSV*, como pode ser observado na figura a seguir.


Liquidações do empenho 13882 / 2024

Exercício:	**Despesa:** Empenho 13882/2024	**Credor:** M ZAMBONI COM. REP DE PROD. ALIM. E MERCADORIAS EM GERAL
Unidade Orçamentária: 02.10 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	**Unidade Executora:** 02.10.02 - ALIMENTACAO ESCOLAR	**Função:** 12 - Educação
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição	**Programa:** 0150 - MELHORIA NA QUALIDADE DO ENSINO PARA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO	**Ação:** 2289 - ALIMENTACAO ESCOLAR
Subelemento: 3.3.90.30.07 - Gêneros de Alimentação	**Fonte de Recurso:** 01 - Tesouro	**Aplicação:** 140.0000 - Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural
Tipo: Global	**Regime:** Normal	**Centro de Custo:** 01 - Geral
Tipo de Despesa: -	**Proc. Despesa:** Dispensa ou inexigibilidade 689/2024	**Licitação:** Dispensa de Licitação - 459/2024
Contrato - Número / Ano: 140/2024	**Tipo Contrato:** Contratos de Fornecimento de Materiais e Bens	**Subtipo Contrato:** Fornecimento de Material
Objeto Contrato: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS PERECÍVEIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.		

Tipo do Movimento	Data		Liquidação	Histórico	Valor	
	Movimento	Vencimento			Movimento	Pago
Liquidacao	10/31/2024	11/12/2024	Liquidacao: 023262/2024	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS PERECÍVEIS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. REEMPENHO PARA RECLASSIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE APLICAÇÃO.	R$ 91.640,00	R$ 90.540,32

Figura 54: Exemplo de detalhamento de despesa realizada com a utilização de *Royalties* obtido no Portal da Transparência de Caraguatatuba.

[30] Tribunal de Conta do Estado de São Paulo - Portal da Transparência Municipal. Disponível em: < https://transparencia.tce.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

[31] Portal da Transparência de Caraguatatuba – Despesas por Fonte de Aplicação. Disponível em: <https://portaldatransparencia.caraguatatuba.sp.gov.br/execucao/despesas-fonte-aplicacao>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

De posse dessas informações, observou-se que, até outubro de 2024, o município utilizou os recursos dos *royalties* em despesas como:

- serviços em geral;
- vale alimentação;
- vale combustível;
- serviços de comunicação e marketing; e
- outros,

Por sua vez, no Painel do Município do TCE-SP, foi possível acessar as planilhas de despesas detalhadas, em formato CSV, desde 2014. E as informações apresentadas na tabela a seguir mostram o total de despesas nas diferentes Funções de Governo para o ano de 2023, bem como os respectivos valores que tiveram como fonte de receita as rendas petrolíferas e outras fontes que chegaram ao caixa municipal.

Função de Governo	Rendas do Petróleo (R$)	Outras Fontes (R$)	Total (R$)	% das Rendas do Petróleo
Urbanismo	81.945.697	86.413.984	168.359.680	62,8%
Segurança pública	15.588.842	33.849.308	49.438.149	11,9%
Administração	13.402.462	92.032.190	105.434.652	10,3%
Assistência social	7.572.227	38.866.435	46.438.662	5,8%
Ciência e tecnologia	3.485.906	1.162.168	4.648.074	2,7%
Educação	2.167.299	306.924.945	309.092.245	1,7%
Comércio e serviços	1.753.532	15.560.952	17.314.484	1,3%
Desporto e lazer	1.593.643	27.720.938	29.314.581	1,2%
Saneamento	1.543.632	2.993.067	4.536.699	1,2%
Direitos da cidadania	843.561	6.643.521	7.487.082	0,6%
Gestão ambiental	224.143	3.040.921	3.265.063	0,2%
Comunicações	182.241	2.452.958	2.635.198	0,1%
Habitação	167.384	3.253.100	3.420.484	0,1%
Judiciária	86.258	480.280	566.538	0,1%

Função de Governo	Rendas do Petróleo (R$)	Outras Fontes (R$)	Total (R$)	% das Rendas do Petróleo
Trabalho	30.213	130.677	160.890	0,0%
Agricultura	0	12.703	12.703	0,0%
Cultura	0	12.596.001	12.596.001	0,0%
Encargos especiais	0	47.048.201	47.048.201	0,0%
Legislativa	0	25.221.912	25.221.912	0,0%
Previdência social	0	60.728.954	60.728.954	0,0%
Saúde	0	269.805.239	269.805.239	0,0%

Tabela 38: Despesas das funções de governo de fontes de receita das rendas do petróleo e outras. Caraguatatuba – Ano de 2023.Fonte: Painel Municipal do TCE-SP.

Do total classificado com origem nas rendas petrolíferas de R$130,6 milhões, é possível identificar que mais da metade das despesas foram endereçadas para as ações de urbanismo. Em seguida, aparecem Segurança Pública, com 11,9% e Administração, com 10,3%. Essas três funções de governo consumiram 85,0% das rendas petrolíferas no município de Caraguatatuba. Com as demais funções consumindo os 15,0% restante. Destaca-se o baixo uso das rendas petrolíferas na educação (1,7%) e saúde (0,0%). Ainda que pese o fato de os contratos geradores de *royalties* para os municípios serem anteriores a Lei Federal nº 12.858/13, o município vem recebendo *royalties* com essa finalidade desde pelo menos 2018.

Além do uso dos recursos em diferentes funções de governo, destaca-se o peso das rendas petrolíferas nas despesas de algumas dessas funções, como ciência e tecnologia, com 75% do seu montante sendo bancado por elas, urbanismo com 49%, seguido do saneamento e segurança pública, que tiveram aproximadamente um terço desses recursos, como pode ser observado na tabela a seguir.

Funções de Governo	Participação das Rendas Petrolíferas
Ciência e tecnologia	75%
Urbanismo	49%

Funções de Governo	Participação das Rendas Petrolíferas
Saneamento	34%
Segurança pública	32%
Trabalho	19%
Assistência social	16%
Judiciária	15%
Administração	13%
Direitos da cidadania	11%
Comércio e serviços	10%
Comunicações	7%
Gestão ambiental	7%
Desporto e lazer	5%
Habitação	5%
Educação	1%
Agricultura	0%
Cultura	0%
Encargos especiais	0%
Legislativa	0%
Previdência social	0%
Saúde	0%

Tabela 39: Participação das Rendas Petrolíferas no total da despesa de cada Função de Governo. Caraguatatuba – Ano de 2023. Fonte: Painel Municipal do TCE-SP.

Diante da dificuldade de a população obter e analisar dados referentes ao planejamento de despesas das Rendas Petrolíferas, integrantes do Elo durante a Audiência da LOA de 2025, assim como aconteceu em Ilhabela, sugeriram ao poder público de Caraguatatuba a criação de um mecanismo de pesquisa especial só para os *royalties* no Portal da Transparência.

A análise da utilização das rendas petrolíferas em Caraguatatuba, sob a óptica da classificação das despesas nos Portais de Transparência do Município e do TCE-SP, revela uma gestão marcada pela falta de clareza nos critérios de

planejamento e destinação desses recursos, dificultando o controle social. Apesar de os *royalties* serem identificáveis nos instrumentos, como a LOA, por meio de códigos específicos, não há vinculação explícita entre essas receitas e programas ou funções de governo, conforme apontado na análise da classificação das receitas e despesas. Essa ausência de detalhamento impede que a população compreenda como os recursos provenientes do petróleo estão sendo utilizados.

No entanto, após o empenho e a liquidação das despesas, os registros são disponibilizados no Portal da Transparência do TCE-SP. Embora completos e detalhados, os dados lá disponibilizados exigem um nível técnico elevado para análise, tornando pouco acessível para a maioria dos cidadãos.

Em 2023, os recursos oriundos das rendas petrolíferas totalizaram R$ 130,6 milhões, com a maior parte destinada à função urbanismo, que absorveu 62,75% do total, enquanto funções como educação, saúde e cultura receberam pouco ou nenhum recurso diretamente oriundo dos *royalties*. Essa concentração de gastos reflete uma escolha estratégica do município, mas também levanta questionamentos sobre a priorização de políticas públicas fundamentais para o bem-estar da população.

A dependência de Caraguatatuba em relação às rendas petrolíferas é evidente em algumas áreas estratégicas, mas o município conseguiu, em parte, diversificar suas fontes de receita, o que reduz a vulnerabilidade a flutuações nos repasses de *royalties*. No entanto, a falta de um planejamento explícito para a aplicação desses recursos no longo prazo pode comprometer a sustentabilidade financeira do município, considerando a natureza finita das rendas petrolíferas.

A criação de mecanismos que facilitem o acesso às informações sobre os *royalties*, como sugerido por representantes da sociedade civil, é essencial para fortalecer o controle social, promover maior *accountability*[32] e alinhamento com

[32] - É um termo sem tradução para o português e um dos seus objetivos é buscar promover mecanismos de controle da sociedade sobre as políticas públicas. Ou seja, tem relação direta com os valores democráticos no que se refere à participação cidadã nas decisões. No âmbito do licenciamento ambiental, destacamos o objetivo de buscar um conjunto de elementos práticos e

as demandas da população, sobretudo daquela que participa dos espaços de discussão sobre a gestão pública municipal.

Diante do contexto orçamentário e da forma como Caraguatatuba utiliza atualmente as rendas petrolíferas, verifica-se que o município enfrenta o desafio de equilibrar sua aplicação entre funções de governo estratégicas e áreas prioritárias, como saúde e educação. A implementação de uma gestão mais transparente e acessível, aliada a um planejamento de longo prazo, é crucial para garantir que essas receitas contribuam para o desenvolvimento sustentável do município e para a melhoria da qualidade de vida de sua população.

9.6 Paraty (RJ)

Os dados utilizados para analisar o uso dos recursos dos *royalties* foram obtidos a partir do portal de transparência municipal, pois não foi possível encontrar informações sobre o uso das rendas petrolíferas na LOA.

Os dados selecionados foram do item “despesas gerais” referente ao período de janeiro a dezembro de 2023. E a partir da planilha de dados que foi exportada, foram filtrados os códigos e recursos referentes ao uso dos *royalties,* permitindo a realização de algumas análises, como o percentual das despesas custeadas com o uso das rendas petrolíferas no ano de 2023, como pode ser observado no gráfico a seguir.

teóricos que subsidie a transparência, com a intenção de promover os preceitos democráticos da gestão ambiental pública.

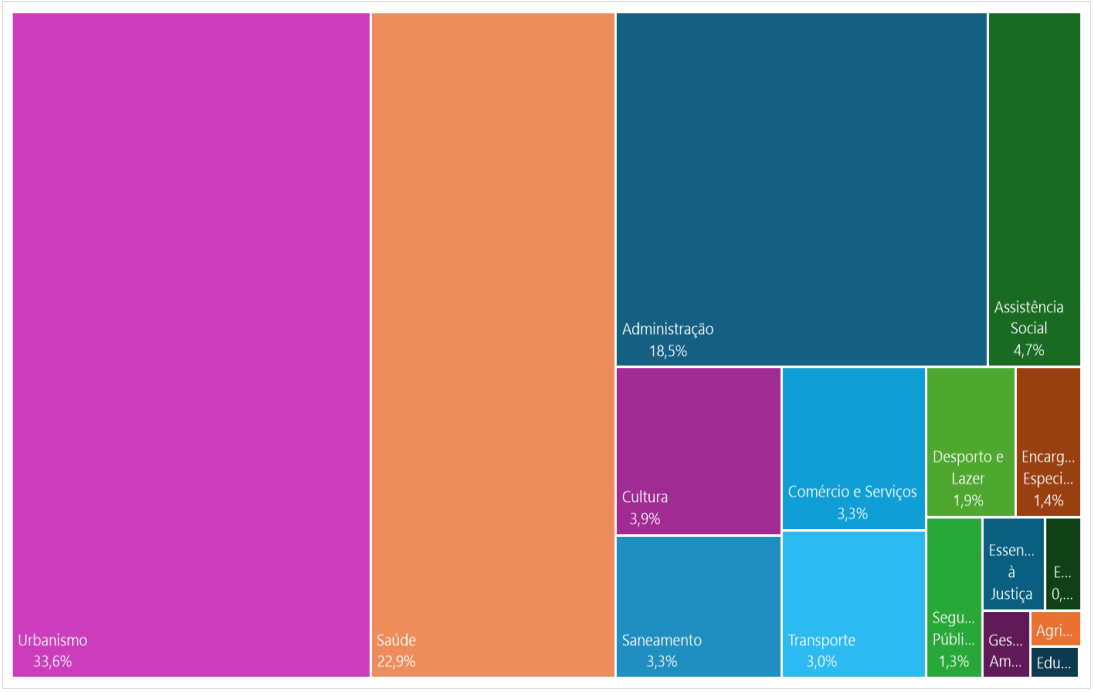


Gráfico 9: Porcentagem das Rendas Petrolíferas distribuídas por funções do governo, durante o ano de 2023 para Paraty (RJ).

Os tamanhos dos retângulos representam a proporção dos valores investidos em cada área. Destacam-se urbanismo com 33%, saúde com 22% e administração com 18%.

Em termos da participação das rendas petrolíferas nas despesas das funções de governo, observa-se que no geral elas responderam por 34,8% de todas as funções, e individualmente destacam-se as funções de energia (100,0%), transporte (95,4%), urbanismo (59,3%) e cultura (75,0%), como detalha o gráfico a seguir.

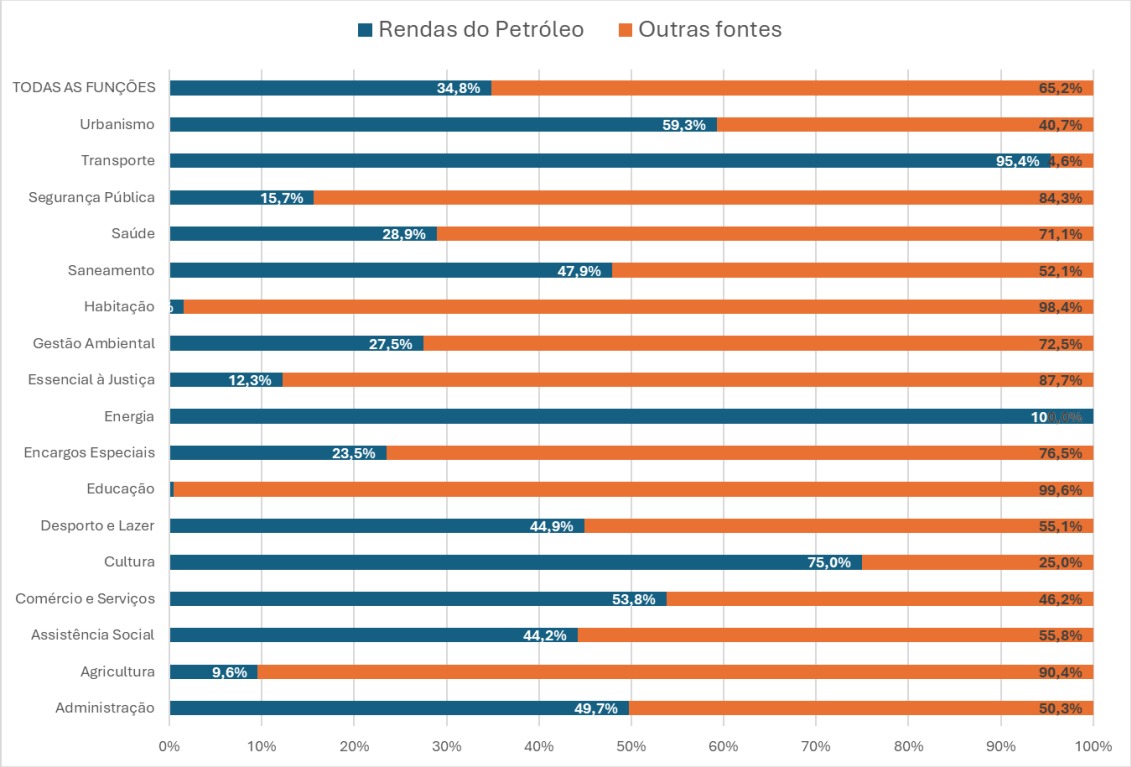


Gráfico 10: Proporção das Rendas Petrolíferas e de outras rendas, distribuídas por funções do governo, durante o ano de 2023 em Paraty**.**

A análise das rendas petrolíferas de Paraty evidencia uma gestão marcada pela dependência significativa desses recursos para o financiamento de diversas funções de governo. Aponta para desafios na transparência e no acesso a informações relativos à execução orçamentária. A ausência de dados na LOA reforça a dificuldade de se avaliar a vinculação entre as receitas oriundas dos *royalties* e os programas ou funções específicas de governo.

No entanto, os dados extraídos do Portal da Transparência Municipal possibilitaram uma visão geral da alocação dos *royalties* em 2023. De acordo com a análise realizada, a maior parte dos recursos foi destinada ao urbanismo, saúde e administração. Essas áreas, embora essenciais para manutenção da infraestrutura e dos serviços básicos, destacam a falta de diversificação na aplicação dos recursos em outras funções de governo.

Ao observar a participação das rendas petrolíferas no financiamento de diferentes funções, aproximadamente 34,7% das receitas totais das funções de governo foram provenientes dessas rendas, com destaque para transporte,

urbanismo e cultura. Isso demonstra a importância estratégica dos *royalties* no orçamento municipal, mas também evidencia uma vulnerabilidade financeira caso os repasses sejam reduzidos devido à volatilidade do setor ou mudanças na legislação de distribuição.

Embora os dados ajudem a ilustrar o uso das rendas petrolíferas pelo município, a análise é limitada pela falta de informações detalhadas que permitam avaliar o impacto real desses investimentos nas políticas públicas e nos indicadores sociais. Sem uma descrição mais granular da aplicação dos *royalties* e demais rendas petrolíferas, torna-se difícil mensurar se estes recursos estão sendo efetivamente alocados para atender às necessidades prioritárias da população.

Além disso, a concentração dos recursos em áreas específicas, como urbanismo e administração, levanta questões sobre a priorização de gastos e a ausência de uma estratégia clara para maximizar os benefícios intergeracionais dos *royalties*. A dependência de uma fonte de renda finita e sujeita a flutuações de mercado reforça a necessidade de Paraty adotar estratégias para assegurar a sustentabilidade fiscal e o investimento em iniciativas estruturais.

Dentre os desafios de Paraty na busca de uma gestão sustentável das rendas petrolíferas estão a construção de uma agenda estratégica que vise:

i. a redução dos riscos em função da volatilidade das rendas petrolíferas, que em 2023 representaram 34,7% do custeio das funções de governo;
ii. A promoção de políticas públicas com foco na ampliação dos benefícios das rendas petrolíferas para gerações futuras, a fim de promover justiça intergeracional; e
iii. a melhoria na acessibilidade e detalhamento das informações sobre os *royalties* no Portal da Transparência, incluindo a criação de ferramentas que permitam à população rastrear a aplicação desses recursos.

Ações como essa aumentariam a *accountability* do poder público, alinharia os investimentos com as demandas reais das comunidades, auxiliariam

no controle social, promovendo uma trilha mais adequada para o desenvolvimento municipal equilibrado e sustentável.

9.7 Niterói (RJ)

Partindo da análise da LOA é possível encontrar menções aos *royalties* das seguintes formas:

- *Royalties* do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde;
- *Royalties* do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação;
- Transferência da União Referente a *Royalties* do Petróleo e Gás Natural; e
- Transferência dos Estados Referente a *Royalties* do Petróleo e Gás Natural.

A equipe técnica entendeu que os *Royalties* do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde e Educação são os repasses obrigatórios previstos na Lei Federal nº 12.858/13, mas na LOA não é possível identificar como esse recurso será destinado para o custeio das funções de governo.

As transferências realizadas pela União e Estados referentes a *royalties* do petróleo e gás natural são mencionadas ao longo do texto da LOA como recursos destinados a diferentes secretarias e órgãos como Secretaria executiva do prefeito, Niterói Empresa de Lazer e Turismo (NELTUR), Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, entre outros.

Tanto na LOA, quanto no RGF ou no Quadro Demonstrativo de Despesas do município, não é possível verificar a descrição do uso, e nem identificar quais os principais projetos ou programas financiados com as rendas petrolíferas. Porém, é possível fazer uma busca mais detalhada por estas informações no Portal de Transparência de Niterói.

A análise da utilização das rendas petrolíferas em Niterói revela um cenário de dependência significativa dessas receitas, que são alocadas em diversos setores do governo municipal, sem contar as dificuldades de

rastreabilidade na aplicação desses recursos. Embora a LOA mencione a aplicação dos *royalties* do petróleo e gás natural em diferentes funções como saúde, educação, entre outras, o documento não detalha como os valores vinculados serão efetivamente utilizados.

A possibilidade de acessar informações detalhadas sobre o uso das rendas petrolíferas no Portal da Transparência de Niterói representa um avanço no quesito de acesso público. No entanto, a falta de detalhamento nos instrumentos orçamentários principais dificulta o monitoramento pelos cidadãos, comprometendo assim o controle social e a avaliação dos investimentos com o uso das rendas petrolíferas.

A ausência de informações claras sobre os projetos e programas financiados com as rendas petrolíferas aponta para uma gestão que, embora tecnicamente documentada, carece de transparência proativa.

Os desafios de Niterói para a gestão sustentável das rendas petrolíferas talvez seja tão grande quando o volume de recursos recebidos em função da exploração de petróleo e gás natural em suas cercanias.

A opacidade na prestação de contas pode dificultar a construção de uma narrativa de impacto positivo que os *royalties* trazem nas políticas públicas e na qualidade de vida dos cidadãos. Por outro lado, essa postura demonstra a falta de um plano estratégico para o uso adequado desses recursos e torna mais evidentes a dependência orçamentária do município desses recursos voláteis e finitos.

A gestão sustentável das rendas petrolíferas por Niterói passa pela implementação de ações que devem ser fomentadas pelo controle social e pela incidência política junto à gestão municipal que visem:

i. implementar um planejamento estratégico e participativo de longo prazo para reduzir os riscos da volatilidade das rendas e garantir que as gerações futuras também se beneficiem das rendas petrolíferas, promovendo assim a justiça intergeracional;

ii. fortalecer a gestão e a transparência das rendas petrolíferas, com a inclusão de mecanismos que permitam a rastreabilidade do uso desses recursos desde a arrecadação até a aplicação final; e

iii. criar indicadores específicos que mensurem o impacto social e econômico das rendas petrolíferas e que visem monitorar e replanejar, se necessário, o uso desses recursos frente às demandas da população e aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Em síntese, Niterói se beneficia de receitas significativas provenientes das rendas petrolíferas, porém a gestão desses recursos enfrenta desafios na transparência, medição da efetividade e de práticas que promovam o uso das rendas petrolíferas de forma sustentável e equitativa para o desenvolvimento do município e para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

9.8 Maricá (RJ)

No que diz respeito à previsão de receitas advindas das rendas petrolíferas, ao olhar a LOA de 2023 é possível fazer a identificação dentro do Anexo 003. Em relação às despesas, ainda na LOA, não foi possível identificar a discriminação de origem do recurso utilizado para o pagamento das despesas do município.

No site de transparência de Maricá, na aba "*royalties*", estão listadas as despesas custeadas com *royalties* do petróleo de 2010 a 2022. E de acordo com informações contidas na referida aba:

> *"A partir do ano de 2023 foi implementada a padronização das fontes de recursos através da Portaria nº 710 de 25 de fevereiro de 2021, logo as fontes de recursos não serão mais divulgadas em relatórios. As despesas pagas poderão ser visualizadas na aba de despesas no item de despesa por recurso".*

Ao realizar a busca por meio do caminho "principal > consulta de dados > despesas" é possível encontrar as despesas por instituição. No entanto, não há detalhamento da destinação por subfunção.

A análise da gestão das rendas petrolíferas em Maricá evidencia avanços significativos na identificação das receitas provenientes das rendas petrolíferas, especialmente na LOA, mas também revela lacunas importantes no detalhamento das despesas e na transparência.

O site de transparência de Maricá inclui uma aba específica para *royalties*, o que demonstra um esforço em disponibilizar informações ao público. No entanto, a implementação da Portaria nº 710 em fevereiro de 2021 alterou a forma como essas despesas são apresentadas, eliminando a divulgação das fontes específicas nos relatórios a partir de 2023. Agora, os dados podem ser encontrados na aba de despesas, sob o item “despesas por recurso”. Essa mudança dificulta o monitoramento detalhado, já que as informações disponíveis não incluem a destinação específica por subfunção de governo, limitando a compreensão do impacto dessas rendas em diferentes áreas.

A falta de detalhamento e rastreabilidade das despesas pagas com *royalties* compromete a transparência e a capacidade da sociedade de exercer o controle social sobre esses recursos. Embora seja possível visualizar as despesas por instituição, a ausência de informações sobre subfunções e programas impede uma avaliação aprofundada da eficácia e da eficiência na aplicação dos recursos. Esse contexto é particularmente preocupante, considerando o volume significativo de receitas provenientes das rendas petrolíferas em Maricá e sua importância para o orçamento municipal.

A gestão sustentável das rendas petrolíferas por Maricá passa pela implementação de ações que devem ser fomentadas pelo controle social e pela incidência política junto a gestão municipal que visem:

i. ampliar a comunicação social das políticas públicas além das já implementadas com o uso das rendas petrolíferas como a moeda social Mumbuca, o transporte gratuito, entre outras iniciativas;
ii. fortalecer a gestão e a transparência das rendas petrolíferas, com a inclusão de mecanismos que permitam a rastreabilidade do uso desses recursos desde a arrecadação até a aplicação final; e

iii. criar indicadores específicos que mensurem o impacto social e econômico das rendas petrolíferas que visem monitorar e replanejar, se necessário, o uso desses recursos frente às demandas da população e aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Em resumo, embora Maricá tenha iniciativas voltadas para a transparência das receitas de *royalties*, a gestão das despesas ainda apresenta desafios consideráveis. Avançar nessa agenda é fundamental para maximizar os benefícios das rendas petrolíferas e promover o desenvolvimento socioeconômico do município.

9.9 Guapimirim (RJ)

Em Guapimirim, assim como nos demais municípios relacionados na Área de Influência da Etapa 3 de exploração do Pré-sal, registrou-se aumento em valores recebidos de rendas petrolíferas.

O ano de 2022 é particularmente interessante de ser analisado, porque é um desvio considerável na curva do que neste documento se considera dependência, e pode ser explicado por desdobramentos políticos e jurídicos concretos, como pode ser observado no gráfico a seguir.

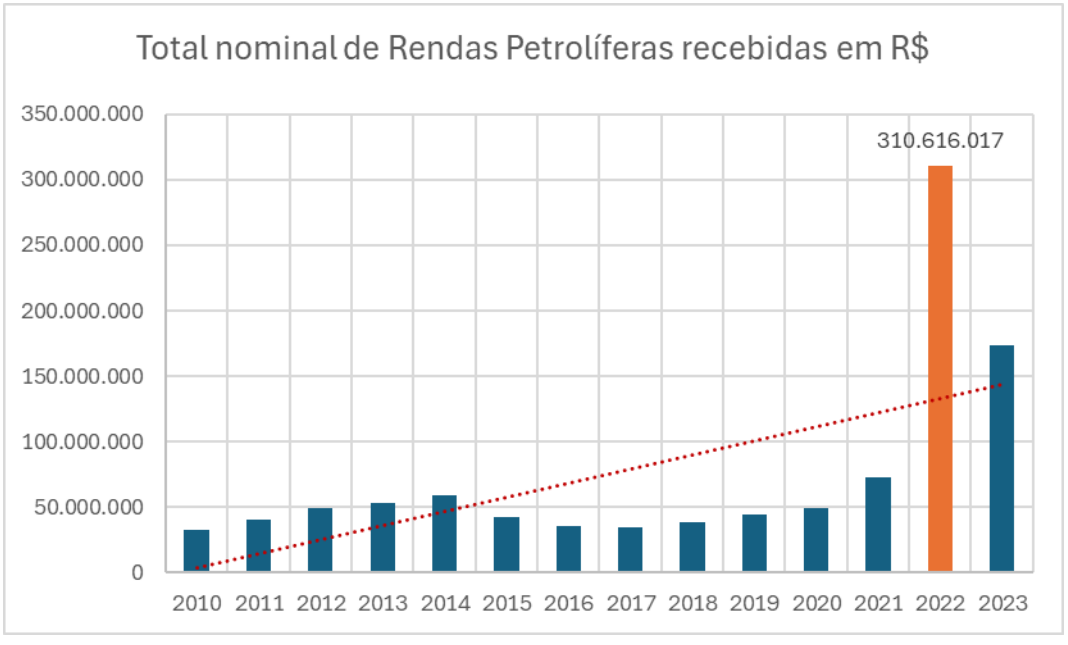


Gráfico 11: Volume de rendas petrolíferas recebidas por Guapimirim entre 2010 e 2023. Fonte: ANP**.**

A esse contexto soma-se o fato de os municípios de Guapimirim, Magé e São Gonçalo, baseados no precedente de São Sebastião em relação à Ilhabela, terem pleiteado o reconhecimento como municípios integrantes da Zona de Produção Primária. Dessa forma, subsidiados por uma liminar concedida pela 21ª Vara Cível de Brasília em 19 de julho de 2022, durante os meses de julho e agosto de 2022, os referidos municípios receberam repasses de rendas petrolíferas bastante acima do padrão. Situação que foi posterior e permanentemente suspensa pelo STJ[33].

Por meio da análise do Quadro Demonstrativo de Despesas, foi possível verificar que 75% das rendas petrolíferas recebidas foram aplicadas em despesas correntes pulverizadas por todas as áreas da administração pública. Os 15% restantes empenhados em despesas de capital foram destinados à segurança pública, saúde, instalação e desenvolvimento de secretarias, administração e assistência social, como detalha o gráfico a seguir.

[33] https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/14092022-Risco-de-grave-dano-a-Niteroi--RJ--leva-STJ-a-suspender-repasse-de-*royalties*-do-petroleo-para-outros-municipios.aspx; https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/19042023-Mantida-suspensao-de-repasse-de-*royalties*-do-petroleo-a-municipios-do-Rio-de-Janeiro.aspx

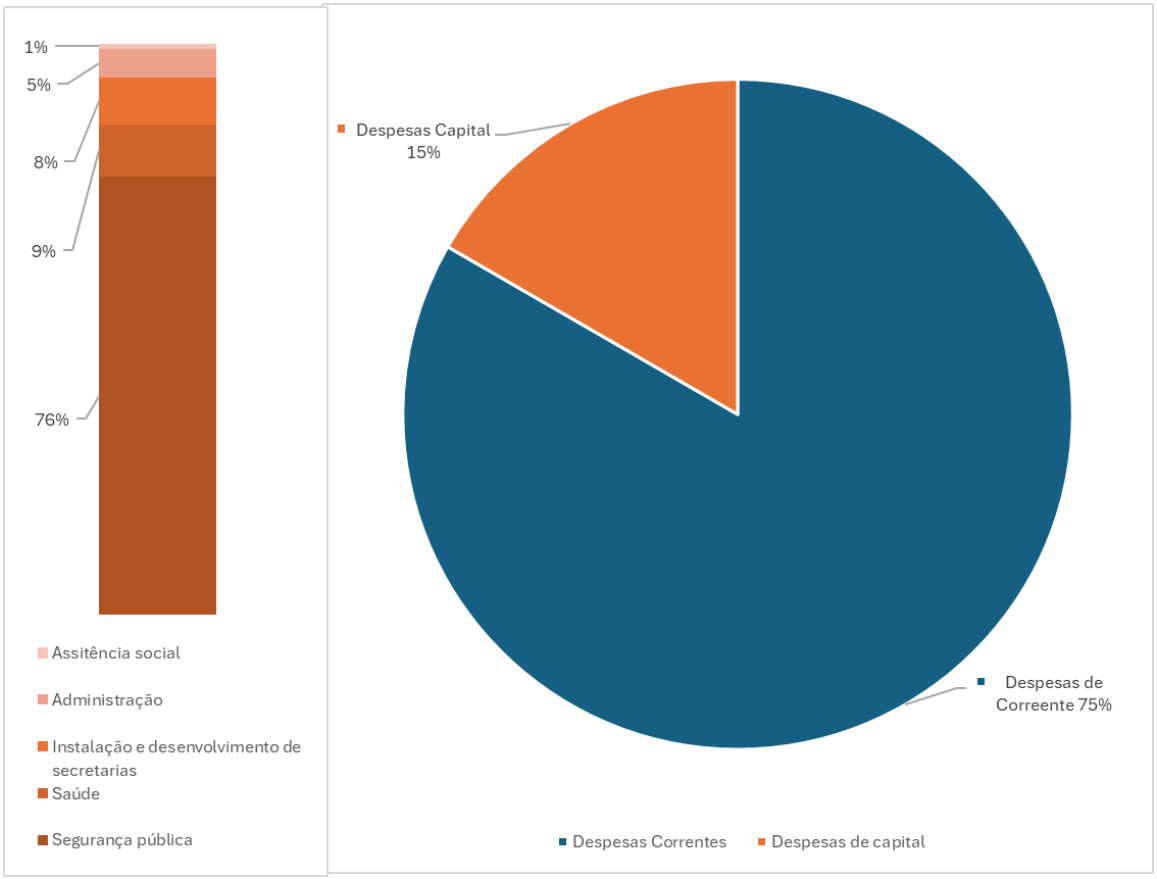


Gráfico 12: Resultado da análise do Quadro de Demonstrativo de Despesas. Ano 2023. de Guapimirim

A análise da gestão das rendas petrolíferas em Guapimirim revela padrões importantes de alocação, assim como desafios significativos relacionados à dependência e transparência na aplicação desses recursos.

Entre os pontos de destaque, observa-se o aumento progressivo das receitas de rendas petrolíferas em valores absolutos, atribuído à expansão das atividades relacionadas às reservas do pré-sal. Contudo, períodos de instabilidade, como o registrado entre 2015 e 2018, demonstram a vulnerabilidade dessas receitas às dinâmicas políticas e econômicas em nível nacional.

O ano de 2022 apresenta um caso emblemático, marcado por um repasse atípico, decorrente de uma liminar judicial que reconheceu temporariamente Guapimirim, Magé e São Gonçalo como integrantes da ZPP, condição posteriormente suspensa pelo STJ. Esse episódio ilustra como decisões

políticas e judiciais podem impactar drasticamente o orçamento municipal, evidenciando a necessidade de planejamento estratégico para lidar com a volatilidade dessas receitas.

Com relação à aplicação das rendas petrolíferas, a análise do Quadro Demonstrativo de Despesas de 2023 revela a aplicação de 75% desses recursos massivamente nas despesas correntes, sendo apenas 15% destinados ao investimento em programas e funções governamentais. Essa distribuição aponta para uma priorização na manutenção da máquina pública ao invés da aplicação desses recursos finitos em investimentos estratégicos para o município, reforçando ainda mais a dependência de Guapimirim em relação às rendas petrolíferas.

Os desafios do município para gerir de forma sustentável as rendas petrolíferas necessariamente passam pelo fortalecimento de mecanismos que visem o planejamento de longo prazo e a transparência, buscando estabelecer diretrizes para o uso de uma parcela maior desses recursos em investimentos estruturantes e de impacto duradouro.

Em síntese, enquanto Guapimirim demonstra a necessidade de alocar recursos em áreas prioritárias, a volatilidade das receitas e a predominância de despesas correntes sugerem a busca por reformas na gestão das rendas petrolíferas e de promover a diversificação econômica para assegurar o uso sustentável e eficiente desses recursos, beneficiando as gerações atuais e futuras.

9.10 Síntese da utilização dos recursos dos *royalties* e desafios para sua gestão sustentável

A análise das rendas petrolíferas nos municípios revela um panorama complexo, marcado por desafios significativos em transparência, planejamento estratégico e avaliação de impacto, mas também por boas práticas pontuais que podem ser referências para uma gestão mais eficiente e sustentável desses recursos.

As rendas petrolíferas têm um papel central no orçamento dos municípios abrangidos pelo PEA Rendas, mas a dependência de uma fonte de receita volátil

e finita destaca a necessidade de aprimoramento na gestão e na utilização desses recursos.

Um dos desafios mais recorrentes é a falta de transparência na aplicação das rendas petrolíferas. Em municípios como Iguape, Ilha Comprida, Niterói, Maricá e Cananéia, os instrumentos orçamentários, como a LOA e os RGF, não apresentam detalhamento suficiente sobre a destinação das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais. Essa opacidade compromete o controle social e dificulta a avaliação da eficácia dos investimentos públicos. Mesmo em municípios com maior detalhamento, como Ilhabela, Caraguatatuba, Paraty e Guapimirim, as informações disponíveis em portais de transparência frequentemente exigem habilidades técnicas avançadas para análise, o que limita o acesso da população em geral.

A dependência de rendas petrolíferas, comum a todos os municípios analisados, expõe suas finanças a riscos significativos. A volatilidade dessas receitas, influenciada por flutuações nos preços do petróleo e mudanças regulatórias, pode comprometer a continuidade de políticas públicas e a estabilidade orçamentária. Além disso, a utilização predominante desses recursos para despesas correntes, como identificado em Guapimirim e outros municípios, reduz a capacidade de investimentos estruturantes e limita o impacto positivo a longo prazo. Essa prática fragmenta os recursos em gastos que, embora necessários, não promovem transformações socioeconômicas profundas.

Por outro lado, algumas práticas destacam-se como exemplos de melhor governança. Em Ilhabela, por exemplo, 70% das rendas petrolíferas em 2023 foram direcionadas para urbanismo, saúde e educação, enquanto em Paraty, urbanismo (33%) e saúde (22%) foram priorizados no mesmo período. Caraguatatuba apresentou uma alta concentração de recursos em urbanismo (62,8%), refletindo escolhas estratégicas, ainda que demandem maior equilíbrio com áreas essenciais como educação e saúde. Esses exemplos mostram que, mesmo diante de desafios, é possível adotar práticas que promovam o uso mais eficiente e estratégico dos *royalties*.

Além disso, municípios como Ilhabela e Caraguatatuba demonstraram avanços na sistematização e detalhamento das informações em portais de transparência, permitindo análises mais aprofundadas, ainda que essa prática deva ser ampliada e simplificada para fomentar o engajamento popular. Em audiências públicas, foram sugeridas iniciativas como a criação de ferramentas específicas para monitorar a aplicação dos *royalties*, como botões ou seções dedicadas nos portais de transparência, indicando uma crescente demanda por maior *accountability* na gestão pública.

Outro aspecto crucial é a necessidade de planejamento de longo prazo. A criação de fundos de reserva ou fundos soberanos, como forma de mitigar a volatilidade das receitas e garantir investimentos estruturais, é uma estratégia que deve ser mais bem explorada pelos municípios. Contudo, estudos mais aprofundados sobre esse tema devem ser desenvolvidos na busca de analisar as boas práticas de gestão e uso desse instrumento.

Além disso, o desenvolvimento de indicadores de impacto social e econômico específicos para as rendas petrolíferas pode melhorar o monitoramento e permitir ajustes contínuos nas políticas públicas.

Por fim, a participação popular é um elemento indispensável para assegurar que a gestão das rendas petrolíferas atenda às demandas reais da população e promova o desenvolvimento sustentável. A promoção de diálogos com a sociedade civil, por meio de conselhos consultivos e audiências públicas, é essencial para alinhar a alocação dos recursos às prioridades locais.

Em síntese, as rendas petrolíferas representam uma oportunidade única para os municípios analisados, mas sua gestão ainda enfrenta desafios consideráveis que limitam seu potencial transformador. A combinação de maior transparência, planejamento estratégico, controle social e investimentos estruturantes pode transformar essas receitas em um legado duradouro, beneficiando tanto as gerações atuais quanto futuras. O compromisso com uma governança eficiente e sustentável das rendas petrolíferas é não apenas uma questão técnica, mas uma responsabilidade ética e social de grande relevância.

X. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL SOBRE AS RENDAS PETROLÍFERAS

De acordo com o Guia Técnico de Transparência Municipal (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, p.10, 2019), a transparência pública é definida como “a qualidade que permite a quem interessar conhecer as informações sobre o poder público e o funcionamento de seus órgãos e entidades”. Para assegurar essa transparência, diversos mecanismos são utilizados sendo a Lei Federal nº 12.527/2011, a LAI, um dos mais importantes.

A LAI regulamenta a criação e manutenção do Portal da Transparência e é aplicável aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como ao Ministério Público. Ela determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem divulgar informações de interesse geral ou coletivo, independentemente de solicitação, garantindo a confidencialidade de informações protegidas por sigilo. A legislação também estabelece que o fornecimento de informações deve ser gratuito, exceto em casos que envolvam custo de reprodução, e exige que os órgãos e entidades públicas instituam procedimentos e prazos que facilitem o acesso às informações.

A construção das análises constantes deste capítulo baseou-se nos conceitos de transparência, com foco em educação política, governo aberto e dados abertos, além de explorar a legislação citada anteriormente e o funcionamento dos portais de transparência como ferramentas fundamentais para um governo mais acessível e participativo.

A educação política capacita os cidadãos a entenderem seus direitos e deveres e a participarem da vida pública. Em comunidades tradicionais, é ainda mais importante, pois valoriza a cultura local e fortalece a autonomia no diálogo com o governo. Com maior conhecimento sobre transparência e gestão pública, essas comunidades podem exercer sua cidadania, cobrar responsabilidade dos gestores e influenciar decisões que impactam suas vidas. Assim, a educação política não só promove a cidadania, mas também ajuda a formar líderes comunitários, que representam os interesses coletivos.

Nesse contexto, a transparência pública é o compromisso das instituições de fornecer informações de forma clara e acessível, permitindo que a sociedade fiscalize o uso dos recursos públicos e ajude a combater a corrupção.

O conhecimento dos conceitos de transparência, como governo aberto e dados abertos, são pilares fundamentais para uma gestão pública mais acessível, que promova o controle social. Esses conceitos visam garantir que os cidadãos possam acompanhar, entender e colaborar com as ações e decisões governamentais. Governo aberto é aquele que:

- Incentiva a participação ativa dos cidadãos e organizações sociais, promovendo transparência e responsabilidade dos gestores públicos;
- Assegura que dados estejam abertos, completos e reutilizáveis, seguindo padrões internacionais;
- Valoriza o uso de licenças livres para disseminação de informações e prioriza a linguagem simples;
- Estimula a colaboração em políticas públicas e promove a inclusão de diferentes grupos sociais, respeitando a diversidade e necessidades específicas.

Por fim deve-se ter em mente que os dados somente são considerados abertos quando qualquer pessoa consegue acessá-los, usá-los, modificá-los e compartilhá-los livremente. Desse modo, os trabalhos levaram em conta a acessibilidade, a clareza dos documentos, bem como a experiência de navegação nos Portais de Transparência considerando: a quantidade de abas e anexos, linguagem utilizada nas informações e a existência de glossário, legendas ou notas explicativas. Ainda se tratando da acessibilidade, deve-se ter em mente o direito de acesso à informação pelas pessoas com deficiência que sem a devida acessibilidade são ainda mais prejudicadas no processo de decodificação do orçamento público, sobretudo nos sites públicos e Portais da Transparência que não disponibilizam ferramentas de tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e de conversão de texto em áudio, o que limita ainda mais o acesso para pessoas com deficiência visual ou auditiva.

10.1 Iguape (SP)

As rendas petrolíferas recebidas pelo município de Iguape, em sua maioria, não estão integralmente sujeitas à partilha prevista pela Lei Federal nº 12.858/2013, o que concede maior flexibilidade ao gestor na aplicação desses recursos. Contudo, apesar das exigências legais de transparência, a fiscalização por parte da população é dificultada pela ausência de mecanismos efetivos de rastreabilidade e clareza sobre a gestão dessas receitas.

O portal da transparência do município pode ser facilmente encontrado e acessado na aba inferior do site oficial da Prefeitura Municipal, porém, carecendo de otimização do sistema operacional, pois grande parte dos documentos disponibilizados só permitem visualização quando baixados. Com o objetivo de promover maior transparência e participação popular, a criação de um Fundo Soberano, destinado a gerenciar separadamente as rendas petrolíferas de forma estratégica para garantir a estabilidade econômica e fomentar o desenvolvimento sustentável, aliada à implementação de um Conselho Municipal de fiscalização dos *royalties*, representa uma alternativa interessante para otimizar a gestão pública desses recursos.

Atualmente, Iguape não dispõe de nenhum desses instrumentos, o que reforça a necessidade de medidas que fortaleçam a governança e ampliem o controle social.

Contudo, para que essas propostas se tornem realidade, é indispensável uma mobilização social efetiva, especialmente diante da falta de apoio político para iniciativas dessa natureza. Um exemplo que evidencia essa dificuldade é o caso de Ilha Comprida/SP, município vizinho que compartilha diversas semelhanças com Iguape.

Apesar de ter aprovado a Lei Municipal nº 1.486/2018, que prevê a criação de um conselho para acompanhar a aplicação dos *royalties* de petróleo e gás natural, a medida ainda não foi efetivamente implementada.

Enquanto alternativas como essas não se concretizam, o Serviço de Acesso ao Cidadão surge como uma boa ferramenta para obter informações relacionadas à gestão das rendas petrolíferas. Um pedido de informação bem

estruturado e fundamentado na LAI, obriga o poder público municipal a fornecer uma resposta.

No entanto, ao ser usada essa ferramenta no município observa-se que ela ainda não é efetiva. Alguns membros dos Elos do PEA Rendas, ao realizarem uma solicitação de informação referente ao Plano de Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima da Estância Balneária de Iguape, com base na LAI, junto ao executivo municipal, não obtiveram resposta. O protocolo foi finalizado sem que nenhuma manifestação fosse expedida, configurando um desrespeito à legislação. Situações como essa ressaltam a importância do envolvimento popular no monitoramento e execução de políticas públicas, bem como da garantia de mecanismos efetivos de transparência e acesso à informação.

O grupo dos Elos tem se empenhado em participar de audiências e consultas públicas relacionadas ao orçamento municipal. No entanto, é possível identificar alguns desafios nesse mecanismo de participação popular, principalmente devido à divulgação deficiente dessas audiências. Embora sejam publicizadas por diversos meios, como redes sociais e sites institucionais, a divulgação carece de maior amplitude. Por exemplo, o uso de carros de som, que por vezes anunciam as audiências no mesmo dia em que ocorrem, é um fator observado.

Além disso, as consultas públicas, quando realizadas, costumam ser genéricas e não oferecem um espaço adequado para que os cidadãos expressem suas demandas de forma livre, limitando-se a opções previamente estabelecidas. Essa limitação compromete a efetividade da participação popular no processo orçamentário, que é essencial para promover uma gestão mais transparente e inclusiva.

A transparência e o controle social são fundamentais para uma gestão pública eficiente e responsável. Em Iguape, o TCE-SP desempenha um papel central ao analisar as contas públicas, acompanhar indicadores de desempenho e emitir recomendações que visam aprimorar a aplicação dos recursos e assegurar a sustentabilidade fiscal.

Nos últimos anos, o município apresentou avanços administrativos, especialmente quando comparado à gestão anterior, afastada por

irregularidades. Apesar desses avanços, ainda há áreas que necessitam de melhorias, conforme apontado pelo TCE-SP.

As contas referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021, relatadas nos pareceres TC 007202/989/20, TC 003219/989/20 e TC 004871/989/19, respectivamente, foram aprovadas com recomendações. A tabela a seguir resume o parecer mais recente, TC-004249.989.22, referente às contas de 2022, que também foram aprovadas com ressalvas.

Título	Situação	(Ref.)
Ensino	28,65%	25%
FUNDEB	100,00%	90%-100%
Profissionais de educação	83,36%	70%
Pessoal	34,88%	54%
Saúde	28,53%	15%
Receita Prevista	R$ 173.455.009,55	
Receita Arrecadada	R$ 177.733.349,11	
Execução orçamentária	Superávit → 9,08%	
Execução financeira	Superávit	
Transferência ao Legislativo	Regular	
Remuneração dos agentes políticos	Regular	
Ordem cronológica de pagamentos	Regular	
Precatórios (pagamentos)	Regular	
Encargos sociais	Regular	

Tabela 40: Parecer de numeração TC-004249.989.22-9 referente as contas anuais da prefeitura municipal de Iguape.

Entre as principais recomendações emitidas pelo TCE-SP, destacam-se: o aumento significativo de precatórios, que compromete a saúde fiscal do município; a concessão de subsídios irregulares a alguns agentes políticos, apontando para a necessidade de ajustes; o descontrole reincidente na gestão da frota de veículos da Prefeitura, especialmente nas despesas com combustíveis, inviabilizando a aferição da regularidade desses gastos; e o pagamento indevido de gratificações a médicos por plantões, uma vez que essa atividade já é inerente ao cargo de médico plantonista.

No que diz respeito às despesas com pessoal, o município permaneceu dentro do limite máximo estabelecido pelo artigo 20, inciso III, letra “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, correspondente a 28,53%. As transferências financeiras ao Legislativo também respeitaram os limites impostos pela Constituição Federal.

Do ponto de vista contábil, foram registrados superávits orçamentário e financeiro, indicando o desejado equilíbrio fiscal. Além disso, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal Geral (IEG-M) apresentou uma sensível melhora, subindo do nível C (baixo nível de adequação) para o C+ (em fase de adequação) no exercício corrente. Outros índices importantes, como Educação (B) e Saúde (C+) também mostraram evolução positiva.

O parecer destaca, contudo, a possibilidade de o município não alcançar as metas estabelecidas pelos ODS. Por meio do painel Observatório do Futuro, desenvolvido pelo TCE-SP, é possível visualizar dados organizados por ODS, identificando pontos positivos e negativos. Entre os **pontos positivos,** destacam-se**:**

- A existência de um Plano de Contingência de Defesa Civil;
- Ouvidoria da Saúde implantada;
- Plano de Cargos e Salários para os professores municipais;
- Vigência do Plano Municipal de Educação;
- Estruturação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC);
- Legislação municipal que regulamenta o Acesso à Informação;
- Estrutura administrativa voltada para o planejamento;
- Um responsável pelo Controle Interno ocupando um cargo efetivo na administração municipal;
- Medidas efetivas adotadas para o aumento da arrecadação;
- Normatização da estrutura organizacional da administração tributária.

Vale destacar que o Painel do TCE-SP indica que a Prefeitura de Iguape não dispõe de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente, que estabeleça diretrizes e metas para o futuro. No entanto, ao consultar o menu

"Legislação" do site oficial da Prefeitura Municipal, verifica-se que o Plano foi devidamente estabelecido e encontra-se em vigor (PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE, 2024). Entre os **pontos negativos**, destacam-se:

- Inexistência de um Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Falta de coleta seletiva de resíduos sólidos na cidade;
- A ausência de fiscalização automatizada periódica para identificar contribuintes que deixam de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) por um período prolongado ou que apresentem quedas acentuadas em suas operações, o que poderia indicar o encerramento de atividades ou a sonegação do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Uma avaliação contínua e abrangente junto ao TCE-SP é fundamental para assegurar a conformidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Como órgão fiscalizador, o Tribunal emite recomendações valiosas que visam aprimorar a administração pública local, auditando e julgando as contas dos órgãos governamentais e garantindo o cumprimento das normas financeiras e administrativas de forma imparcial. No entanto, cabe destacar que o TCE-SP possui influência política em sua composição, visto que alguns de seus membros são indicados por autoridades políticas, como o Presidente da República, governadores e Assembleias Legislativas (ÂMBITO JURÍDICO, 2024). Esse processo pode introduzir influências externas no funcionamento do tribunal, ainda que sua missão essencial seja técnica, de controle e fiscalização dos recursos públicos (JUSBRASIL, 2024).

A análise da transparência relacionada às rendas petrolíferas em Iguape evidencia avanços administrativos em algumas áreas, mas também destaca desafios significativos relacionados à transparência, planejamento estratégico e governança. Apesar de as receitas provenientes do petróleo não estarem integralmente vinculadas às obrigações da Lei Federal nº 12.858/2013, o que concede maior flexibilidade na aplicação dos recursos, a ausência de mecanismos efetivos de rastreabilidade dificulta o controle social e a compreensão do impacto dessas receitas nas políticas públicas do município. A consulta ao portal de transparência, embora tecnicamente acessível, apresenta

limitações operacionais, como a necessidade de baixar documentos para visualização, o que compromete a acessibilidade e restringe a capacidade de análise pela população.

Além disso, a carência de instrumentos como um Fundo Soberano ou um Conselho Municipal de Fiscalização dos *Royalties* reforça a falta de governança estratégica na gestão dos recursos. Esses mecanismos poderiam garantir maior estabilidade econômica, fomentar o desenvolvimento sustentável e oferecer maior controle social sobre as receitas. No entanto, a ausência de apoio político e a baixa mobilização social têm dificultado a implementação dessas iniciativas. Exemplos de municípios vizinhos, como Ilha Comprida, que aprovou uma legislação semelhante sem efetivá-la, evidenciam os desafios práticos de concretizar tais propostas.

Apesar de avanços fiscais registrados nos últimos anos, como superávits orçamentário e financeiro e a melhora no Índice de Efetividade da Gestão Municipal Geral (IEG-M), Iguape ainda enfrenta desafios estruturais importantes. O TCE-SP apontou, por exemplo, o aumento significativo de precatórios, irregularidades na gestão de frota e no pagamento de gratificações, além da concessão de subsídios incompatíveis a agentes políticos. Embora o município tenha registrado avanços em áreas como saúde e educação, com indicadores em ascensão, outras áreas fundamentais permanecem carentes de atenção estratégica, como a inexistência de um Plano Municipal de Saneamento Básico e a ausência de coleta seletiva de resíduos sólidos.

O envolvimento da sociedade civil, por meio de ferramentas como audiências públicas, é limitado pela divulgação inadequada e pela estrutura genérica dessas consultas, que restringem a participação cidadã. A eficácia de mecanismos de transparência, como o Serviço de Acesso ao Cidadão, também é questionável, conforme relatos de pedidos não atendidos relacionados a políticas públicas fundamentais, como o Plano de Adaptação e Resiliência Climática. Essa ineficiência compromete o diálogo entre a gestão pública e a população, além de prejudicar o cumprimento da LAI.

No contexto da análise do TCE-SP, foram destacados tanto pontos positivos quanto negativos na administração municipal. Entre os avanços,

destacam-se o aumento da arrecadação, a normatização da estrutura administrativa e a existência de um Plano Municipal de Educação e de um Plano de Cargos e Salários para os professores. Contudo, lacunas críticas, como a falta de fiscalização tributária automatizada e a inexistência de um plano diretor de tecnologia da informação ainda representam obstáculos significativos para a gestão eficiente dos recursos.

O equilíbrio fiscal demonstrado nos pareceres do TCE, com superávits recorrentes, indica uma capacidade administrativa promissora, mas a ausência de planejamento de longo prazo ameaça comprometer a sustentabilidade desses resultados. A dependência das receitas de petróleo, que são voláteis e finitas, exige a adoção de estratégias que priorizem investimentos estruturantes, como infraestrutura e educação, e a criação de fundos de reserva para mitigar os impactos de possíveis reduções nos repasses. Além disso, o fortalecimento da participação popular, por meio de audiências mais inclusivas e ferramentas acessíveis, é fundamental para assegurar uma gestão pública mais transparente e eficaz.

Em suma, Iguape apresenta oportunidades consideráveis para alavancar seu desenvolvimento por meio das rendas petrolíferas, mas enfrenta limitações significativas em sua gestão. A implementação de medidas que promovam a transparência, o planejamento estratégico e a participação popular é essencial para transformar essas receitas em um motor de progresso sustentável. O município deve alinhar sua governança aos ODS, garantindo que os benefícios das rendas petrolíferas sejam distribuídos de maneira equitativa e promovam melhorias duradouras na qualidade de vida da população.

10.2 Ilha Comprida (SP)

O Portal da Transparência do município de Ilha Comprida apresenta inconsistências em relação às diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e pelo Guia acima citado. Uma das inadequações está no domínio utilizado, https://portaltransparencia.jlsoft.com.br/, que identifica o nome da empresa fornecedora do serviço, em vez de indicar o nome do município. Essa prática

está em desacordo com a recomendação de utilizar um domínio institucional que inclua o sufixo @sp.gov.br, conforme orientações para portais governamentais.

Na pesquisa realizada no referido portal, constatou-se a ausência de informações relacionadas às rendas petrolíferas. Durante o grupo de estudo (GE) realizado no PEA Rendas sobre transparência, foi enfatizada a necessidade de incluir no portal uma aba especifica para registrar os valores recebidos das rendas petrolíferas, bem como outra aba que apresente os valores aportados, discriminando as rubricas de aplicação. Essas medidas são fundamentais para o acompanhamento dos recursos financeiros provenientes das rendas petrolíferas pelos cidadãos.

Outro ponto destacado no GE foi a existência de desafios significativos para implantar um Portal de Transparência que seja efetivo e cumpra adequadamente seu papel de publicizar as ações do poder público. Para superar tais obstáculos é essencial haver iniciativa por parte do gestor público que assegure a disponibilização de documentos com dados fidedignos, atualizados e confiáveis.

Atualmente, o Portal da Transparência de Ilha Comprida apresenta algumas informações, mas muitas abas, ao serem abertas, exibem a mensagem que não há registros disponíveis. Isso reflete não conformidade com as boas práticas de transparência pública, bem como a ausência de atualizações regulares. Em relação às rendas petrolíferas, não há qualquer registro disponível, nem mesmo em audiências públicas de prestação de contas. Quando questionado sobre o tema, o poder público não apresenta respostas claras ou dados concretos. A figura a seguir exemplificam as não conformidades mencionadas.



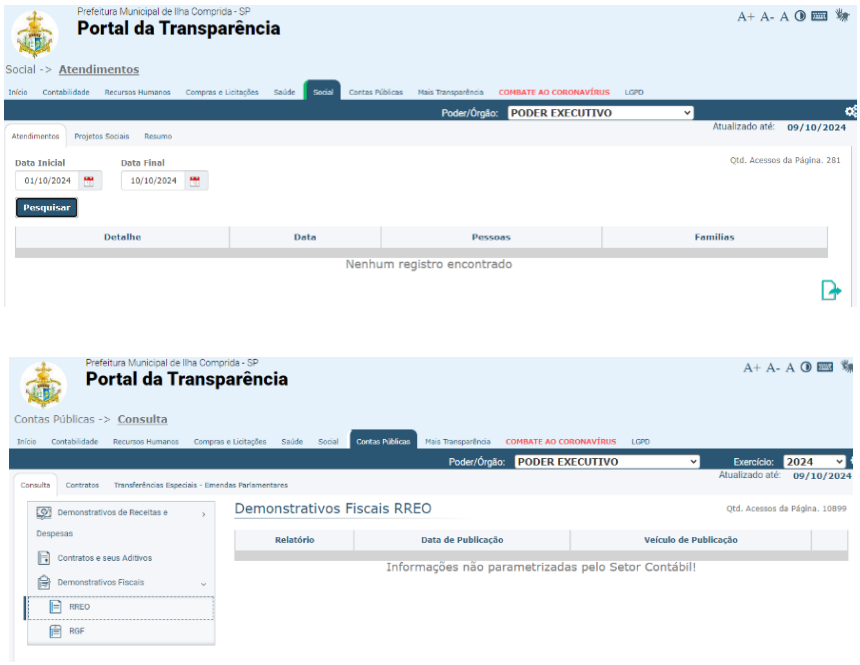


Figura 55: Não conformidades em relação a Demonstrativos Fiscais no Portal da Transparência de Ilha Comprida. Acesso em 29 de outubro de 2024.

Durante o segundo encontro para a construção do diagnóstico, foi realizada uma atividade com os Elos sobre a transparência municipal, com foco na identificação das incongruências do Portal da Transparência em relação às determinações legais. Essa atividade contribuiu para as análises realizadas no presente diagnóstico, permitindo um levantamento detalhado.

O controle social garante constitucionalmente a participação da sociedade na gestão de programas e políticas públicas. Esse controle social pode ser exercido por meio de audiências públicas, que devem estar a serviço do cidadão, cumprindo com o rito democrático. Porém, no município de Ilha Comprida, as audiências públicas não são anunciadas com antecedência suficiente, o que prejudica a participação popular e limita o exercício pleno do controle social.

Uma das formas de exercer o controle social é por meio dos Conselhos Municipais, órgãos criados por lei municipal, cuja composição é definida de acordo com legislação específica, podendo ser paritária (50% sociedade civil e 50% poder público) ou conforme critérios estabelecidos por normas legais que regem sua atuação. Esses conselhos são formados por membros da

comunidade organizada e de diferentes setores da administração pública, como secretarias, departamentos e autarquias.

No município de Ilha Comprida existem alguns Conselhos ativos, como o Conselho Municipal de Turismo (CMT), o Conselho Municipal da Saúde (CMS) e o Conselho Municipal da Educação (CME), entre outros. Entretanto, observa-se que, em muitos desses conselhos, a sociedade civil está representada por instituições vinculadas ao poder público, permitindo, assim, que haja uma predominância dos interesses da administração pública em detrimento aos interesses da sociedade civil, comprometendo a efetividade do controle social.

Outro aspecto relevante refere-se ao Conselho Municipal de acompanhamento da aplicação dos *royalties* de petróleo e gás natural, instituído pela Lei Municipal nº 1.486/2018, mas que ainda não foi implementado. Diante do contexto político atual, há potencial para a sua ativação, o que poderia representar avanços significativos no fortalecimento do controle social. A efetivação desse conselho permitiria maior transparência na gestão dos recursos provenientes das rendas petrolíferas e promoveria a participação ativa da sociedade no acompanhamento e na fiscalização da gestão e aplicação desses valores, contribuindo para uma gestão pública mais inclusiva e eficiente.

A análise da transparência relacionada às rendas petrolíferas em Ilha Comprida revela deficiências significativas no cumprimento das diretrizes de transparência e controle social, comprometendo a gestão pública eficiente e o envolvimento cidadão. Embora o Portal da Transparência esteja disponível, ele apresenta diversas não conformidades em relação às exigências legais, como a ausência de informações específicas sobre as rendas petrolíferas, bem como dados defasados e falta de registros disponíveis.

A ausência de informações acerca das aplicações das rendas petrolíferas prejudica o acompanhamento por parte dos cidadãos e dificulta a promoção de uma gestão transparente e acessível. E as audiências públicas que poderiam ser um espaço relevante para a participação cidadã sofrem com anúncios tardios, limitando o envolvimento popular.

Os Conselhos Municipais, pensados para desempenhar papel essencial na fiscalização de políticas públicas, em Ilha Comprida apresentam composição

desequilibrada, com predomínio de representantes vinculados ao poder público, o que compromete sua independência e eficácia. E o Conselho Municipal de Acompanhamento da Aplicação dos *Royalties* de Petróleo e Gás Natural, embora legalmente criado, ainda não foi implementado.

Por outro lado, é importante destacar o potencial de Ilha Comprida para avançar nesse cenário. A ativação do conselho de *royalties* e a reformulação do portal da transparência podem ser impulsionadas por iniciativas políticas que priorizem a transparência e o envolvimento cidadão.

Em síntese, Ilha Comprida enfrenta desafios substanciais na gestão e transparência no uso de suas rendas petrolíferas. Superar esses obstáculos exige um compromisso político com a implementação de ferramentas e mecanismos que assegurem o acesso à informação e promovam a *accountability.*

10.3 Cananéia (SP)

Em Cananéia, o cenário relacionado a transparência sobre o recebimento e uso dos recursos provenientes das rendas petrolíferas não está disponível de forma clara. Não há uma divulgação acessível e detalhada no Portal da Transparência, sendo encontrado apenas um código orçamentário referente aos "*royalties* do petróleo", o 1.7.2.2.52.0.1.00.00 - Cota-Parte *Royalties* - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo, sem detalhamento adequado. Essa lacuna dificulta o acompanhamento dos gastos por parte da população, sugerindo a necessidade de um tutorial ou de uma interface mais intuitiva para facilitar a consulta desses dados.

Utilizando a LAI, a equipe e os Elos realizaram pedidos de informação para obter detalhes sobre o orçamento e as receitas públicas relacionadas às rendas petrolíferas. Como pode ser observado na figura a seguir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA/SP

Cananeia, 11 de setembro de 2024.

Protocolo: 34508

Aberto em: 22/08/2024 às 09:34

Destinado para a Secretaria de: Fazenda

Pedido de Informação:

Cara senhora Alessandra Fernandes Cubas Nardes, do Serviço de Informação ao Cidadão e da Ouvidoria Municipal da Prefeitura de Cananeia,

Gostaria, por favor, de formalizar o pedido de acesso à informação referente aos seguintes documentos:

Valores recebidos de royalties e de participações especiais nos últimos 5 (cinco) anos.
Relatórios anuais/trimestrais detalhando origem, valores e datas de recebimento desses recursos.
Detalhamento da alocação e utilização nos últimos 5 (cinco) anos desses recursos.
Projetos financiados, incluindo orçamentos, cronogramas e resultados a partir desses recursos.
Projetos, instituições e conselhos que fazem o controle social das rendas petrolíferas.

Muito obrigado pela atenção,

Figura 56: Protocolo do pedido de informação endereçado à Prefeitura de Cananéia, em 22 de agosto de 2024.

As respostas foram fornecidas dentro do prazo estabelecido pela lei (20 dias, prorrogáveis por mais 10) e indicaram o Portal da Transparência como a principal fonte de consulta. Como pode ser observado na figura a seguir.



Resposta:

Pergunta: O acesso à informação referente aos seguintes documentos: Valores recebidos de royalties e de participações especiais nos últimos 5 (cinco) anos. Relatórios anuais/trimestrais detalhando origem, valores e datas de recebimento desses recursos.
Resposta: Portal da transparência, ícone Receitas (pode refinar pesquisa no campo descrição)

Pergunta: Detalhamento da alocação e utilização nos últimos 5 (cinco) anos desses recursos.
Resposta: Portal da transparência, ícone Despesas

Pergunta: Projetos financiados, incluindo orçamentos, cronogramas e resultados a partir desses recursos.
Resposta: Recuso livre de gasto, portando utilizado para pagar despesas em gerais, conforme necessidade da prefeitura. Detalhe no Portal da transparência, ícone Despesas

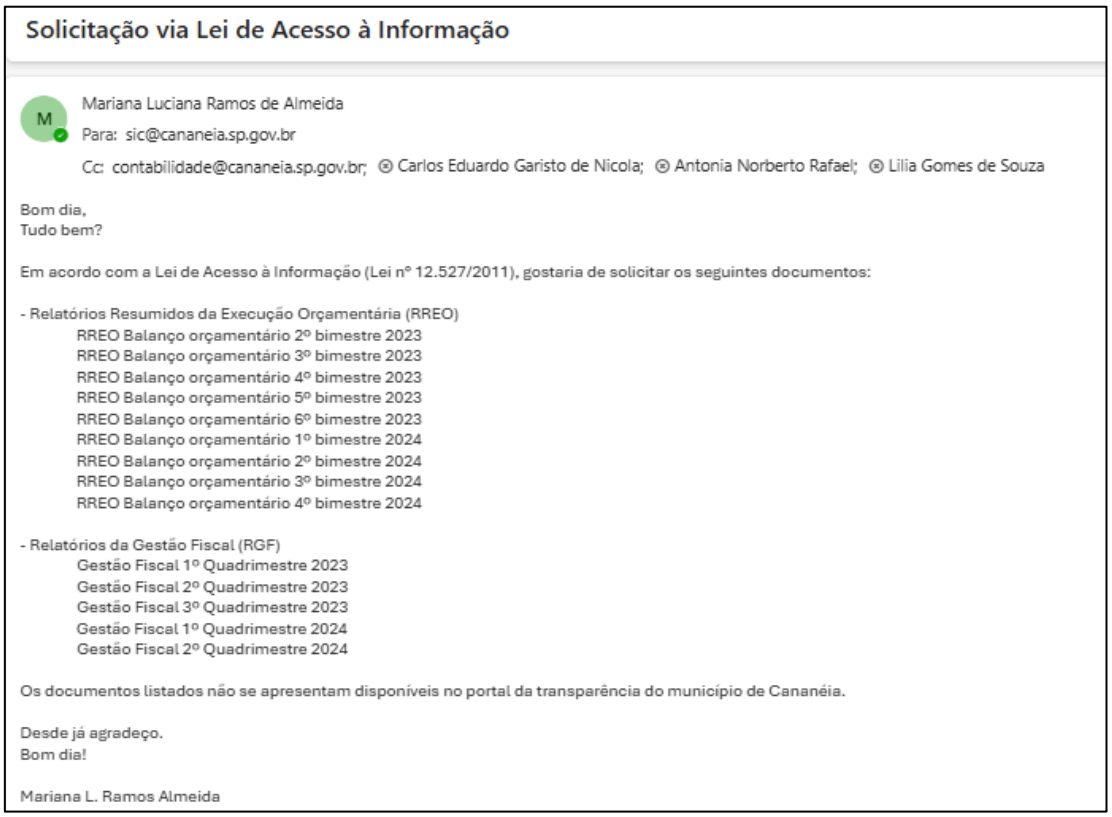
Pergunta: Projetos, instituições e conselhos que fazem o controle social das rendas petrolíferas.
Resposta: O controle é feito pelo tribunal de contas e demais Órgãos fiscalizadores competentes.

Documento assinado digitalmente por **VALTER MENDONÇA DA SILVA**, através da plataforma eOuve, na data de **11/09/2024** às **11:00:18**, de acordo com o Decreto nº 10.543/2020

https://eouve.com.br/Sistema/Autenticado/Sic/CartaResposta.aspx?id=34508 1/1

Figura 57: Resposta, de 11 de setembro de 2024, ao pedido de informação endereçado à Prefeitura de Cananéia de 22 de agosto de 2024.

Porém, a ferramenta não atende às necessidades de pesquisa devido à falta de clareza e detalhamento. Embora sua interface inicial seja amigável, com itens como “Prestação de Contas”, “Planejamento”, “Coronavírus” etc. bem simbolizados na página; assim que o usuário acessa o tema de seu interesse, a página se apresenta mais complexa em alguns casos, exigindo um conhecimento específico para buscar determinados dados, se tornando inacessível para a maior parte dos munícipes. Um guia ou tutorial poderia ajudar nesse sentido, no entanto a plataforma não dispõe desse recurso. E, em outros casos, não apresenta os documentos atualizados e disponibilizados dentro do prazo estabelecido pelas legislações, a exemplo do RREO e do RGF. Em função disso a equipe técnica solicitou à Prefeitura esses documentos, como pode ser observado nas figuras a seguir.



Solicitação via Lei de Acesso à Informação

Mariana Luciana Ramos de Almeida
Para: sic@cananeia.sp.gov.br
Cc: contabilidade@cananeia.sp.gov.br; Carlos Eduardo Garisto de Nicola; Antonia Norberto Rafael; Lilia Gomes de Souza

Bom dia,
Tudo bem?

Em acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), gostaria de solicitar os seguintes documentos:

- Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO)
  - RREO Balanço orçamentário 2º bimestre 2023
  - RREO Balanço orçamentário 3º bimestre 2023
  - RREO Balanço orçamentário 4º bimestre 2023
  - RREO Balanço orçamentário 5º bimestre 2023
  - RREO Balanço orçamentário 6º bimestre 2023
  - RREO Balanço orçamentário 1º bimestre 2024
  - RREO Balanço orçamentário 2º bimestre 2024
  - RREO Balanço orçamentário 3º bimestre 2024
  - RREO Balanço orçamentário 4º bimestre 2024

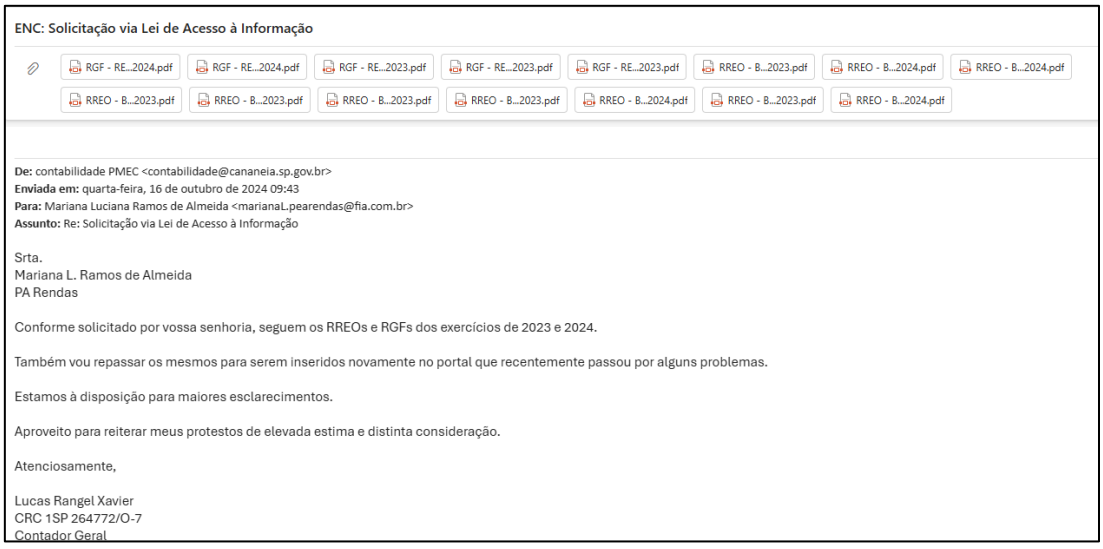
- Relatórios da Gestão Fiscal (RGF)
  - Gestão Fiscal 1º Quadrimestre 2023
  - Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2023
  - Gestão Fiscal 3º Quadrimestre 2023
  - Gestão Fiscal 1º Quadrimestre 2024
  - Gestão Fiscal 2º Quadrimestre 2024

Os documentos listados não se apresentam disponíveis no portal da transparência do município de Cananéia.

Desde já agradeço.
Bom dia!

Mariana L. Ramos Almeida

Figura 58: Pedido de informação endereçado à Prefeitura de Cananéia de 24 de setembro de 2024. Diz respeito aos documentos de prestação de contas da Administração Pública Municipal**.**



ENC: Solicitação via Lei de Acesso à Informação

RGF - RE...2024.pdf | RGF - RE...2024.pdf | RGF - RE...2023.pdf | RGF - RE...2023.pdf | RGF - RE...2023.pdf | RREO - B...2023.pdf | RREO - B...2024.pdf | RREO - B...2024.pdf
RREO - B...2023.pdf | RREO - B...2023.pdf | RREO - B...2023.pdf | RREO - B...2023.pdf | RREO - B...2024.pdf | RREO - B...2023.pdf | RREO - B...2024.pdf

De: contabilidade PMEC <contabilidade@cananeia.sp.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 16 de outubro de 2024 09:43
Para: Mariana Luciana Ramos de Almeida <marianaL.pearendas@fia.com.br>
Assunto: Re: Solicitação via Lei de Acesso à Informação

Srta.
Mariana L. Ramos de Almeida
PA Rendas

Conforme solicitado por vossa senhoria, seguem os RREOs e RGFs dos exercícios de 2023 e 2024.

Também vou repassar os mesmos para serem inseridos novamente no portal que recentemente passou por alguns problemas.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Aproveito para reiterar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Lucas Rangel Xavier
CRC 1SP 264772/O-7
Contador Geral

Figura 59: Resposta, de 16 de outubro de 2024, ao pedido de informação enviado em 24 de setembro de 2024. Nela, os documentos pedidos foram enviados.

A experiência de navegação no Portal da Transparência aponta que a implementação de um processo de busca mais sistematizado poderia ajudar a otimizar futuras consultas e melhorar a efetividade dos pedidos.

Em termos do controle social das rendas petrolíferas, atualmente, não existem instituições ou conselhos dedicados exclusivamente ao tema no município de Cananéia. No âmbito municipal, apenas o PEA Rendas atua com foco no acompanhamento do uso desses recursos. E a Câmara dos Vereadores, que em tese deveria realizar esse acompanhamento, promovendo a fiscalização e publicidade das informações, não promove nenhuma iniciativa nesse sentido. Cumpri-nos, ainda, relatar a existência de alguns conselhos municipais que discutem a alocação geral de recursos públicos, mas não há um controle direcionado especificamente para as rendas petrolíferas.

Para análise da transparência relacionada às rendas petrolíferas em Ilha Comprida, foram realizadas consultas no Portal da Transparência do município, além de uma investigação sobre a realidade local, envolvendo entrevistas com atores-chave e membros da comunidade. Esse processo permitiu constatar de maneira evidente a falta de transparência nas informações relacionadas às rendas petrolíferas e a ausência de iniciativas de controle social sobre essas receitas.

Portanto, a análise evidencia desafios críticos relacionados à transparência e ao controle social, refletindo uma estrutura insuficiente para garantir o acompanhamento e a utilização estratégica desses recursos. Apesar da existência de um código orçamentário específico para os *royalties* do petróleo no Portal da Transparência, a ausência de detalhamento sobre a destinação desses recursos limita a capacidade da população de exercer o controle social e avaliar o impacto real das rendas petrolíferas na promoção do desenvolvimento local.

O Portal da Transparência, embora apresente uma interface inicial amigável, falha quanto as informações sobre as receitas e despesas relacionadas às rendas petrolíferas. Aliado a isso, a ferramenta apresenta complexidade de navegação, não disponibiliza guias ou tutoriais para facilitar o

acesso as informações pelos cidadãos além disso, foi constatada a falta de documentos atualizados, como o RREO e o RGF.

O uso da LAI pela equipe e pelos Elos foi uma tentativa de superar essas barreiras, permitindo a obtenção de dados sobre orçamento e receitas relacionadas às rendas petrolíferas. Embora os pedidos tenham sido respondidos dentro do prazo estabelecido pela legislação, as respostas indicaram o Portal da Transparência como principal fonte de consulta, reiterando os desafios de acessibilidade já apontados. A falta de comunicação prévia ao solicitante sobre prorrogações no prazo de resposta é outra falha identificada, demonstrando a necessidade de maior sistematização e clareza nos processos de atendimento à LAI.

Para superar essas limitações, recomenda-se a adoção de estratégias e melhorias no Portal da Transparência que promovam maior transparência e controle social. Outras medidas estruturantes seriam a ativação de conselhos municipais focados na gestão das rendas petrolíferas e o fortalecimento da atuação da Câmara dos Vereadores podem contribuir significativamente para o acompanhamento e a fiscalização desses recursos. Por fim, a capacitação da sociedade civil e o incentivo à participação em audiências públicas são fundamentais para consolidar um modelo de gestão mais inclusivo e sustentável.

Em suma, Cananéia enfrenta desafios substanciais na gestão das rendas petrolíferas, que vão desde a transparência insuficiente até a ausência de mecanismos de controle social efetivos. Portanto, é necessário investir em governança, transparência e participação popular, alinhando a gestão municipal às expectativas da sociedade e aos princípios de *accountability*.

10.4 Ilhabela (SP)

Em relação ao acesso às informações pertinentes ao recebimento e uso dos recursos petrolíferos no Portal da Transparência do município de Ilhabela, observa-se uma ausência na abertura dos dados, onde a busca por categoria é dificultada pela qualidade de formatação dos documentos, bem como pela inconstância das informações no decorrer dos documentos disponibilizados,

como por exemplo, os da LOA e da LDO. Não existe nos canais de comunicação do poder público municipal, como o Portal da Transparência, um tópico que indique as informações sobre os *royalties* do petróleo de forma acessível à população.

Em contrapartida, há no município e na região iniciativas da sociedade civil com vista ao acompanhamento, avaliação e participação dos cidadãos no orçamento e planejamento público. Entre elas se destaca a iniciativa do IIS que, em 2024, foi selecionado, juntamente com outras organizações do país, para conduzir a avaliação do Indicador de Transparência da Gestão Pública (ITGP) em dez municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, entre eles Ilhabela.

Os resultados desse estudo[34], disponibilizados em julho de 2024, buscou avaliar os níveis de transparência por meio de metodologia da Transparência Internacional a partir de seis dimensões (legal, plataformas, administração e governança, obras públicas, transparência financeira e orçamentária, e participação e comunicação).

Dentre os municípios avaliados, a melhor pontuação foi 67,7 para Caraguatatuba e a pior foi de 24,9 para Santa Branca. A escala do ranking vai de 0 a 100 pontos, na qual 0 indica péssimo, e 100 indica ótimo. Ilhabela apresentou a avaliação “ruim”, com uma média de 38,2 pontos.

Nas dimensões avaliadas, Ilhabela apresentou 20,00 pontos para a “legal”; 68,42 pontos para a “plataformas”; 52,94 pontos em “administração e governança”; 0,00 pontos para “obras públicas”; 57,14 pontos na “transparência financeira e orçamentária”, e 30,77 pontos na dimensão “participação e comunicação”. Isso revela que não há de forma clara e ampla informações sobre gestão das finanças, resultados de políticas públicas, balanços gerais, contratos, licitações e outras informações do dia a dia do município, especialmente no que se refere ao acompanhamento das obras públicas. Além de Ilhabela não dispor

34 Disponível no *site* da Transparência Internacional, através do link: < https://transparenciainternacional.org.br/itgp/regiao/litoral-norte-e-vale-do-paraiba-sp/>. Acesso em out. de 2024.

de uma linguagem de fácil compreensão; não indicar no Portal da Transparência o responsável pelo *site*; e apresentar limitação no conteúdo de acessibilidade.

Há também, como resultado da organização da sociedade civil por meio do IIS, a criação do código de aplicação “140” para indicar os “*royalties* da exploração do petróleo e gás natural” nas receitas e despesas do município, além de ser possível visualizar o valor utilizado desse recurso nas funções de governo. Observa-se a utilização deste código apenas nos documentos oficiais disponibilizados no *site* do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A análise da transparência na gestão das rendas petrolíferas em Ilhabela evidencia desafios significativos na disponibilização de informações claras e acessíveis à população. Apesar de a transparência ser um princípio fundamental para o controle social e a boa governança, observa-se uma carência na abertura de dados sobre os recursos provenientes dos *royalties* do petróleo no Portal da Transparência do município. A busca por informações é dificultada pela formatação inadequada dos documentos e pela inconsistência das informações, especialmente em instrumentos como a LOA e a LDO. Não há um tópico específico que organize e facilite o acesso às informações relacionadas aos *royalties*, prejudicando o acompanhamento pela população.

Em contrapartida, iniciativas da sociedade civil, como as promovidas pelo IIS, têm desempenhado um papel importante no monitoramento e na avaliação da transparência e da participação cidadã. E, em avaliação aplicada pelo IIS, baseada na metodologia da Transparência Internacional, revelaram que Ilhabela obteve uma pontuação geral de 38,2, classificada como "ruim".

Esse mesmo estudo também apontou falhas na clareza e na acessibilidade das informações divulgadas. Não há dados amplos sobre a gestão das finanças públicas, os resultados das políticas públicas ou balanços gerais, contratos, licitações e o acompanhamento das obras públicas, fatores que limitam a capacidade da sociedade de fiscalizar a gestão municipal. E o portal não apresenta linguagem de fácil compreensão e o conteúdo acessível é limitado, tornando o controle social ainda mais desafiador.

Entre os avanços promovidos pela sociedade civil, destaca-se a criação do código de aplicação "140", que permite identificar os "*royalties* da exploração

do petróleo e gás natural" nas receitas e despesas do município. Esse código, no entanto, é utilizado apenas nos documentos disponibilizados no site do TCE-SP, não sendo incorporado de maneira estruturada no Portal da Transparência.

Em síntese, a gestão das rendas petrolíferas em Ilhabela enfrenta desafios substanciais relacionados à transparência e ao controle social. Embora iniciativas como as promovidas pelo IIS sejam fundamentais para incentivar a abertura de dados e a participação cidadã, o poder público municipal precisa adotar medidas mais proativas relacionadas a transparência no uso das rendas petrolíferas.

10.5 Caraguatatuba (SP)

A prefeitura municipal de Caraguatatuba segue a regra geral de transparência em conformidade com a LAI, porém as informações são básicas e de difícil compreensão.

A navegação no Portal da Transparência é complexa, pois os caminhos para acessar às informações sobre as receitas e despesas relacionadas as rendas petrolíferas são complicadas, com códigos e preenchimentos de vários campos. Além disso ao encontrar essas informações, elas carecem de detalhamento simplificado, pois as descrições são estritamente técnicas.

Destaca-se, ainda, que foram identificadas divergências entre as informações apresentadas no Portal da Transparência Municipal e aquelas constantes do Portal da Transparência do Governo Federal, prejudicando o acompanhamento das rendas petrolíferas.

Outra fonte consultada foi o portal do TCE-SP que compartilha as contas já pagas do município e cumpri a função de trazer os dados mais concretos da execução orçamentária pelo município mostrando o balanço real das contas municipais.

Cabe destacar, ainda, as audiências públicas que, no cenário municipal, estão se modificando graças à participação popular. Essas audiências eram apenas para expor os resultados já determinados pelo poder público, com pouca interação com a comunidade. Atualmente o modelo de apresentação permite

que o munícipe possa fazer perguntas escritas. Existindo a recomendação formal do Ministério Público Estadual (MPE) para que a gestão municipal também promova a participação da população de forma verbal[35].

Em termos de organização da sociedade civil, em Caraguatatuba, existem algumas associações amigos de bairros e coletivos como Linhas do Mar e a Casa da Democracia que participam das discussões e audiências públicas. Contudo, entende-se que ainda falta engajamento popular e articulação entre as Organizações Não-Governamentais (ONGs) existem no município, pois elas ainda atuam separadamente de acordo com o seu propósito de atuação.

O aplicativo 156 também é outro caminho entre o cidadão e o poder público municipal, permitindo realizar muitas ações sem precisar sair de casa. É possível inclusive solicitar informações sobre a transparência pública municipal. Além de outras plataformas como o FalaBR, e-Ouve e o próprio GOV.BR que permitem ao cidadão solicitar informações sobre transparência pública.

Em termos do controle social Caraguatatuba conta atualmente o com 21 conselhos municipais que atuam de diferentes maneiras, podendo ser fiscalizador, deliberativo, consultivo, normativo e propositivo. A tabela a seguir lista os conselhos municipais.

Conselho	Sigla / Nome Usual
Conselho Municipal de Assistência Social	COMAS
Conselho da Alimentação Escolar	CAE
Conselho de Acompanhamento e controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação	CACSFUNDEB
Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência	COMDEFI
Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso	CMDDI
Conselho Municipal de Educação	CME
Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social	Conselho de Habitação
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Caraguatatuba	COMSEA

[35] A recomendação saiu no Jornal Expressão Caiçara versão impressa.

Conselho	Sigla / Nome Usual
Conselho Municipal do Meio Ambiente	Conselho do Meio Ambiente
Conselho Municipal de Saúde	COMUS
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	CMDU
Conselho Municipal de Turismo	COMTUR
Conselho Municipal da Feira de Artesanato de Caraguatatuba	CMFEMAAC
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Caraguatatuba	CMDMC
Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade de Caraguatatuba	Conselho Deliberativo do Fundo Social
Conselho Municipal de Saneamento Básico de Caraguatatuba	CMSB
Conselho Municipal de Esportes e Recreação	CMER
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca de Caraguatatuba	CMDRPC
Conselho Municipal da Juventude	CONJUVE
Conselho Municipal de Política Cultural	CMPCC

Tabela 41: Lista dos Conselhos Municipais de Caraguatatuba.

Embora os conselhos existam, há uns mais efetivos do que outros, inclusive com integrantes do Elo. Os processos de registro e comunicação desses conselhos não são padronizados, inclusive quanto à divulgação e possibilidade de acesso aos documentos e atas. Percebe-se, inclusive, que alguns conselhos não possuem registro completo de suas informações, sendo constatada em alguns casos a ausência do nome dos membros titulares e suplentes, além das informações de contato para o cidadão, caso ele precise.

A análise da transparência e do controle social em geral e especificamente em se tratando das rendas petrolíferas em Caraguatatuba apresenta avanços pontuais, em conjunto com uma série de desafios.

Embora o município siga as diretrizes da LAI, a transparência ainda é limitada por diversos fatores, como por exemplo: o caráter excessivamente técnico, a complexidade de navegação do Portal da Transparência Municipal, além das divergências de informações entre as fontes consultadas.

No campo da transparência o TCE-SP desempenha um papel relevante na complementação dessas informações, oferecendo dados mais concretos e

confiáveis sobre as receitas e despesas municipais. No entanto, isso não substitui a necessidade de um portal municipal que auxilie o controle social. Existem ainda, a disposição a população o aplicativo 156, o FalaBR, e-Ouve e GOV.BR que ampliam as possibilidades de acesso à informação.

As audiências públicas, outro mecanismo de participação, têm evoluído no município, graças à maior participação popular e à atuação do MPE. E a atuação da sociedade civil atua nesses e em outros espaços democráticos por meio de associações e coletivos. Apesar disso, percebe-se a falta sinergia entre as ONGs existentes no município.

Na promoção do controle social em Caraguatatuba, destaca-se a atuação dos 21 conselhos municipais que existem atualmente. Esses conselhos desempenham diferentes funções consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e propositivas, contudo, carecem de padronização em termos dos registros e da comunicação de seus atos.

Embora Caraguatatuba tenha avançado em alguns aspectos relacionados à transparência e ao controle social, como a implementação de canais digitais e a adaptação das audiências públicas, ainda existem lacunas significativas que comprometem a acessibilidade das informações e a efetividade da participação popular. Para superar esses desafios, o município deve priorizar ações como:

i. **Reformulação do Portal da Transparência Municipal**: Torná-lo mais acessível, com informações detalhadas, linguagem clara e navegação intuitiva;
ii. **Integração e alinhamento de dados**: Garantir a uniformidade das informações entre os portais municipais e federais;
iii. **Fortalecimento dos conselhos municipais**: Padronizar documentos, promover maior transparência e ampliar o acesso às informações sobre sua composição e atuação; e

- **Fomento à participação popular**: Ampliar os canais de interação, incluindo a possibilidade de participação verbal nas audiências públicas e estratégias para aumentar o engajamento das ONGs e dos cidadãos.

10.6 Paraty (RJ)

O objetivo principal do estudo da transparência pública é aprofundar a discussão sobre a publicização do orçamento público municipal de Paraty, destacando a relevância da transparência na gestão dos recursos e incentivando a participação social no controle desse processo.

No que diz respeito à legislação de transparência pública, a Constituição Federal garante a todos o direito de receber informações dos órgãos públicos sobre assuntos de interesse pessoal, coletivo ou geral, dentro do prazo legal. Excetuam-se apenas as informações cujo sigilo seja essencial para a segurança da sociedade e do Estado.

Já a LAI determina que o acesso à informação seja de forma rápida, clara e em linguagem acessível. E os órgãos públicos devem assegurar a gestão transparente da informação, protegendo sua autenticidade e integridade, além de garantir a segurança de informações sigilosas e pessoais. Por fim a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige ampla divulgação de documentos de gestão fiscal, como planos, orçamentos e relatórios, em meios eletrônicos de acesso público.

Os dados são considerados abertos quando qualquer pessoa consegue acessá-los, usá-los, modificá-los e compartilhá-los livremente. No entanto, em relação à transparência orçamentária podemos concluir que a acessibilidade e a clareza dos documentos analisados não são favoráveis. Certamente, pessoas com pouca experiência em navegar por *websites* encontrarão diversas dificuldades ao entrar no portal da transparência do município, como: a quantidade de abas e anexos, dados muito técnicos, informações que se apresentam sem glossário ou sem legenda explicativa. E as pessoas com deficiência serão ainda mais prejudicadas nesse processo de entender o orçamento público porque o *site* não disponibiliza uma tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e não existe uma conversão de texto em áudio, o que limita ainda mais o acesso para pessoas com deficiência visual ou auditiva.

A transparência orçamentária sobre o destino das rendas petrolíferas no município é bastante limitada, o que dificulta o acompanhamento detalhado dos

investimentos financiados por esses recursos. Embora existam informações gerais sobre as destinações para áreas como urbanismo e educação, não é possível identificar com clareza em quais bairros e locais específicos essas melhorias ocorrem de fato. Essa falta de detalhamento impede a população de avaliar o impacto direto dos investimentos em suas comunidades, comprometendo o controle social.

É importante que as áreas beneficiadas pelas rendas petrolíferas possuam informações expostas e claras, de forma física (papéis ou folhetos), que identifiquem o financiamento dessas ações e permitam que a comunidade visualize os projetos em andamento. Além disso, o acesso a essas informações no Portal da Transparência de Paraty é complexo e a navegação exige a abertura de várias abas e anexos, o que dificulta o acesso rápido aos dados necessários. A criação de uma ferramenta de busca mais intuitiva e específica seria essencial para fortalecer a transparência e permitir uma participação mais ativa da população na gestão dos recursos municipais.

O portal de transparência é um *site* onde órgãos públicos disponibilizam informações sobre como gerenciam o dinheiro público. Ele deve incluir dados como orçamento, despesas, licitações, contratos, estrutura organizacional e informações sobre ações e programas. Esse portal é fundamental para garantir a transparência e seu conteúdo pode ser avaliado a partir de premissas, tanto em função da transparência ativa[36] quanto da transparência passiva[37].

Com base nas definições anteriores é possível avaliar que o portal de transparência do município de Paraty (RJ) não cumpre diversos pré-requisitos, a saber:

- Conter uma ferramenta de pesquisa (buscador);

[36] Transparência ativa: É quando o governo divulga informações de forma espontânea, sem que os cidadãos precisem pedir. O portal deve apresentar esses dados de maneira clara e acessível, para que a sociedade possa acompanhar e fiscalizar a gestão pública.

[37] Transparência passiva: É o direito dos cidadãos de solicitar informações que não estão publicadas. Nesse caso, o governo deve responder a essas solicitações de acordo com a Lei de Acesso à Informação.

- Acesso à informação de forma clara: a linguagem do portal é técnica e não há explicação sobre o significado dos termos; e
- Adotar medidas de acessibilidade: o conteúdo não é adaptado para pessoas com deficiência visual ou auditiva.

A equipe também verificou, ao longo de pesquisas durante a elaboração deste documento, problemas como: instabilidade no servidor do portal, documentação incompleta e desatualizada, cliques que abrem abas múltiplas, dentre outros. Outras sugestões trazidas pelo Elo durante o Grupo de Estudos de Transparência foram:

- Melhorar a identidade visual, pois um padrão de cores mais intuitivo facilita a compreensão do *site*;
- Elaborar um glossário com os principais termos; e
- Promover a divulgação de informações cruciais de forma impressa ou através de ações, como pôsteres, em pontos estratégicos, como postos de saúde e locais onde a população frequenta.

O **controle social** é a participação dos cidadãos na fiscalização das ações e políticas públicas. Ele permite que a sociedade monitore a gestão dos recursos públicos, promovendo transparência e responsabilidade dos governantes. Através de conselhos, audiências públicas e portais de transparência, os cidadãos podem avaliar e influenciar decisões governamentais, garantindo que estejam alinhadas com o interesse coletivo. Dessa forma, o controle social fortalece a democracia e melhora a gestão pública.

A Prefeitura de Paraty, por meio de uma propositura no ano de 2013, aprovou a criação de um Conselho Municipal de fiscalização dos recursos advindos das participações governamentais dos *royalties* do petróleo e pré-sal – COMFARP. O Projeto de Lei Municipal n° 024/2013, foi aprovado com oito votos a favor e nenhum voto contrário. Entretanto, não foi possível obter mais informações sobre a atuação deste conselho no município de Paraty nos anos posteriores a sua criação.

Como destaque no contexto da participação social, tem-se a audiência pública sobre a atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural do polo Pré-Sal da Bacia de Santos, realizada em abril de 2023 em Angra dos Reis (RJ). Promovida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pela Petrobras. Contou com a presença de mais de 400 pessoas, entre lideranças comunitárias, de entidades representativas da pesca, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), de comunidades tradicionais quilombolas, de comunidades tradicionais caiçaras, de povos indígenas e dos poderes públicos dos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty.

Uma das críticas dos movimentos sociais ao documento do Estudo de Impacto Ambiental da Etapa 4 do Pré-Sal da Bacia de Santos, apresentado pela Petrobras, foi que este não considerava o tráfego de navios petroleiros na região da Baía de Paraty e seu impacto na atividade da pesca artesanal. A partir dessa reinvindicação, foi possível incluir o território de Paraty na área de influência da Etapa 4 do Pré-Sal.

Já o movimento social mais atuante na região de Paraty no contexto da exploração de petróleo e gás é o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) de Angra, Ubatuba e Paraty. Também é importante registrar a mobilização de membros das comunidades que vêm sendo estimulada e fortalecida através dos projetos Redes e Povos, executados pelo “Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina” (OTSS), e pelo próprio PEA Rendas. Esses são projetos de educação ambiental crítica exigidos pelo licenciamento ambiental federal como medidas de mitigação da indústria de petróleo e gás, que atuam no controle social em Paraty.

Em suma, a análise da transparência e do controle social relacionada às rendas petrolíferas em Paraty evidencia importantes desafios e oportunidades para aprimorar a gestão municipal e fortalecer a participação cidadã na fiscalização e no planejamento de recursos públicos, especialmente os

provenientes das rendas petrolíferas. Embora a legislação brasileira estabeleça diretrizes claras para a promoção da transparência, o município ainda enfrenta limitações significativas na implementação dessas normas.

A educação política em comunidades tradicionais de Paraty assume grande importância, pois fortalece a autonomia cultural e promove o diálogo entre essas comunidades e o governo. No entanto, a análise do portal da transparência de Paraty revela dificuldades estruturais que comprometem o acesso à informação. A ausência de ferramentas intuitivas de busca, a linguagem técnica dos documentos e a falta de medidas de acessibilidade, como tradução em Libras ou conversão de texto em áudio, dificultam o acesso para a maioria da população, incluindo pessoas com deficiência.

No que se refere à transparência orçamentária das rendas petrolíferas, o acompanhamento detalhado dos investimentos é limitado. As informações disponíveis, como destinações gerais para áreas como urbanismo e educação, não indicam com clareza os bairros ou locais específicos que foram beneficiados. Essa falta de detalhamento impede que a população avalie o impacto direto das políticas públicas em suas comunidades, enfraquecendo o controle social. Melhorias na comunicação, como a distribuição de folhetos explicativos em pontos estratégicos e a criação de um glossário no portal poderiam ajudar a reduzir essas lacunas.

Legislações importantes como a LAI e a LRF estabelecem padrões elevados de transparência, mas a implementação prática em Paraty ainda apresenta deficiências. A instabilidade do servidor do portal, a documentação incompleta e desatualizada, e a dificuldade de navegação são problemas recorrentes. Além disso, não foi possível identificar a atuação efetiva do Conselho Municipal de Fiscalização dos Recursos Advindos das Participações Governamentais dos *Royalties* do Petróleo e Pré-Sal (COMFARP), criado em 2013. Esse conselho, se ativado e fortalecido, poderia ser um mecanismo crucial para garantir a transparência e o controle social sobre os recursos petrolíferos.

A participação social em Paraty tem sido impulsionada por movimentos e eventos locais, como a audiência pública sobre a produção e escoamento de petróleo e gás natural do polo Pré-Sal da Bacia de Santos, realizada em 2023.

Essa audiência, que contou com ampla participação de comunidades tradicionais, pescadores e entidades ambientais, resultou na inclusão da Baía de Paraty na área de influência da Etapa 4 do Pré-Sal.

Os Movimentos sociais como o FCT, os projetos Redes, Povos e o PEA Rendas também têm desempenhado papéis importantes na mobilização da população e na educação ambiental crítica. Essas iniciativas mostram o potencial transformador da participação cidadã, mas também expõem a necessidade de maior alinhamento entre o poder público e a sociedade civil para promover uma gestão mais eficiente e inclusiva.

A criação de ferramentas mais acessíveis no portal da transparência, a ativação de conselhos municipais e a ampliação das estratégias de comunicação são passos essenciais para aprimorar a transparência pública em Paraty.

Em síntese, a integração entre transparência e controle social é indispensável para garantir uma gestão pública mais ética e eficiente. Paraty possui uma base legislativa e comunitária favorável ao fortalecimento desses pilares, mas precisa superar desafios estruturais e operacionais para criar um ambiente onde o diálogo entre o governo e a sociedade resulte em políticas públicas mais justas e eficazes. Promover transparência ativa e passiva de maneira equilibrada, associada à capacitação da população, é a chave para uma gestão democrática que responda às reais demandas da comunidade local.

10.7 Niterói (RJ)

O Portal de Transparência de Niterói é acessível e, à primeira vista, fácil de realizar as buscas. Ao realizar as buscas com o Elo de Niterói neste portal foi possível notar que não tem como realizar uma pesquisa direta por *royalties*, como é possível fazer no Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro. Para encontrar de forma detalhada a utilização dos recursos petrolíferos é necessário que a busca seja feita dentro de cada instituição.

Dentro de despesas, ao selecionar o ano, é possível ver uma lista de instituições que receberam recursos da prefeitura. Esta lista está disponível para se fazer download no formato de Excel. No entanto, ao se baixar esta lista, não

é mais possível se aprofundar nos dados. A equipe descobriu que ao clicar em cada instituição no próprio site é possível abrir novas listas com os recursos cada vez mais detalhados, até ser possível ter acesso à informação da origem do recurso utilizado. O caminho não é de fácil dedução, dificultando o acesso, e diminuindo a transparência da informação. Ao se repetir o caminho descrito clicando em diferentes instituições, foi possível ver que Niterói utiliza os *royalties* provenientes dos repasses da União e do Estado para pagar tudo que é possível ser pago com este recurso. Para garantir que o recurso não está sendo utilizado indevidamente, a equipe e o Elo pesquisaram as despesas com pessoal fixo e não foram encontrados recursos provenientes dos *royalties*.

Em Niterói existe um Conselho de Transparência e Controle Social e um Fórum de Transparência e Controle Social. O conselho foi criado por intermédio da Lei Municipal nº 3.188/15, de 21 de dezembro de 2015. É um órgão colegiado, permanente e autônomo, de caráter consultivo, propositivo, avaliador e fiscalizador da Política Municipal de Transparência e Controle Social. Ele é composto por 5 (cinco) representantes do poder Executivo Municipal, 1 (um) representante do Poder Legislativo do Município de Niterói e 5 (cinco) representantes eleitos da sociedade civil. Já o Fórum foi criado na 1ª Conferência Regional sobre Transparência e Controle Social realizada no dia 28 de março de 2012 e tem como objetivo lutar pelas propostas discutidas na conferência, para acompanhá-las e fazer com que se concretizem. O Fórum de Transparência e Controle Social tem direito a uma cadeira no Conselho que trata das mesmas temáticas, mas, apesar de possuir um site e grupo de WhatsApp, é um fórum que no momento está sem muita movimentação (Niterói, 2024). Isto acaba por limitar sua influência no controle social das decisões no âmbito da gestão pública municipal.

O Conselho e o Fórum de Transparência e Controle Social visam acompanhar o orçamento público de Niterói, não sendo iniciativas voltadas especificamente para as rendas petrolíferas. Como não foi encontrada nenhuma instituição ou projeto que fizesse o controle social do recurso do petróleo, um integrante do Elo fez uma solicitação da informação no sistema eletrônico do

serviço de informação do cidadão (e-SIC). Passados os vinte dias do prazo, a prefeitura prorrogou o prazo por mais dez dias, conforme previsto em lei. A solicitação foi realizada no dia 24 de agosto de 2024 e no dia 02 de outubro o integrante do Elo abriu um recurso, pois até a data não tinha obtido resposta. Até a data da escrita deste documento não houve resposta para a solicitação de informação feita.

A análise da transparência pública em Niterói revela uma infraestrutura acessível e um portal de transparência que, à primeira vista, é intuitivo e funcional. No entanto, a investigação mais detalhada realizada pelo Elo de Niterói evidenciou desafios consideráveis relacionados ao acesso e à compreensão dos dados sobre a utilização das rendas petrolíferas. Embora o portal permita pesquisas abrangentes em diversas categorias de despesas, ele não oferece uma funcionalidade específica para buscar informações diretamente relacionadas aos *royalties*, como é possível no Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro. Isso torna o processo de acompanhamento dos recursos petrolíferos mais complexo e menos acessível para a população.

A pesquisa no portal exige uma navegação intrincada, passando por diversas listas e sub listas vinculadas a cada instituição municipal que recebeu recursos. Embora seja possível detalhar as despesas até identificar a origem dos recursos, esse método não é intuitivo, o que dificulta o entendimento e a acessibilidade. Adicionalmente, as listas disponíveis para download em formato Excel não permitem o aprofundamento dos dados, limitando o potencial de análise offline. Apesar das dificuldades, verificou-se que os *royalties* de Niterói são utilizados em conformidade com a legislação, evitando a aplicação indevida, como o pagamento de despesas com pessoal fixo.

A estrutura institucional de transparência e controle social em Niterói é robusta, contando com um Conselho de Transparência e Controle Social e um Fórum de Transparência e Controle Social. O Conselho, criado pela Lei Municipal nº 3.188/15, desempenha funções consultivas, propositivas, avaliadoras e fiscalizadoras. Composto de cinco representantes da sociedade civil e de seis dos poderes públicos municipais, sendo um do poder legislativo, indica que há uma participação equilibrada entre representantes do poder

público e da sociedade civil. O Fórum, por sua vez, originado da 1ª Conferência Regional sobre Transparência e Controle Social, tem como objetivo promover e acompanhar as propostas discutidas na conferência. No entanto, atualmente, o Fórum encontra-se com pouca atividade, limitando sua capacidade de ação efetiva.

Apesar desses avanços institucionais, nenhuma dessas iniciativas está diretamente voltada para o controle social específico das rendas petrolíferas. A ausência de projetos ou entidades dedicadas exclusivamente ao monitoramento e fiscalização desses recursos representa uma lacuna importante, considerando a relevância estratégica dos *royalties* no orçamento municipal. Esse cenário levou um integrante do Elo a utilizar o sistema e-SIC para solicitar informações detalhadas sobre o uso dos *royalties*. A solicitação seguiu os prazos previstos pela legislação, incluindo uma prorrogação de 10 dias, mas, até o momento da elaboração deste documento, não houve resposta efetiva por parte da prefeitura.

A falta de resposta à solicitação reforça a percepção de que, embora a infraestrutura legal e institucional para a transparência pública esteja formalmente estabelecida em Niterói, existem falhas na implementação prática, especialmente no que diz respeito à acessibilidade, à proatividade na divulgação de informações e à efetividade dos mecanismos de controle social. A ausência de transparência ativa específica para as rendas petrolíferas limita a capacidade da população de monitorar e avaliar o impacto desses recursos nas políticas públicas municipais.

Para aprimorar a transparência e o controle social sobre as rendas petrolíferas, é fundamental que Niterói implemente melhorias em seu portal de transparência, incluindo a criação de uma funcionalidade específica para a busca de dados relacionados aos *royalties*. Além disso, o fortalecimento do Fórum de Transparência e Controle Social, com a ampliação de sua atuação e engajamento da sociedade, poderia contribuir significativamente para a fiscalização e o acompanhamento das políticas públicas relacionadas às rendas petrolíferas. Tais medidas são essenciais para garantir uma gestão mais transparente, inclusiva e eficiente, que esteja alinhada aos princípios democráticos e às demandas da população.

10.8 Maricá (RJ)

No portal de transparência do município, dentro da aba de leis orçamentárias, é possível encontrar as receitas e despesas previstas, assim como a fonte de recurso a ser utilizada. Não há qualquer manual de códigos para auxiliar o leitor a interpretar as fontes orçamentárias, programas, subprogramas etc., tornando essa leitura sujeita ao conhecimento técnico do interessado.

Com relação às receitas concretas recebidas pelo município foi necessário correlacionar as previsões da LOA com as receitas descritas no RREO. É importante salientar que as informações de receitas são disponibilizadas no RREO bimestralmente.

Na LOA 2024, dentro de seus anexos, ao pesquisar as palavras-chaves “petróleo” e “*royalties*” foram encontradas informações sobre as receitas provenientes das rendas petrolíferas. Em relação às despesas, não foi possível encontrar a fonte/origem dos recursos utilizados para o pagamento das despesas, nem a distribuição das despesas dentro de cada setor e na busca das mesmas palavras-chaves anteriores não foi encontrado nenhum resultado.

Verificou-se, dentro do site da transparência do município, a existência de uma aba de acompanhamento de programas, ações e projetos municipais, porém ao clicar nela encontrava-se uma página desprovida de informações. Outra aba encontrada foi a de conselhos municipais ativos, onde constatou-se a existência de diversos conselhos de políticas públicas, mas nenhum referente ao controle social das Rendas Petrolíferas especificamente.

Ainda sobre a disponibilidade de informações, no início do ano a equipe técnica precisou solicitar a LOA de 2024 pelo e-SIC, pois ela não estava disponível no portal de transparência. A solicitação foi respondida no prazo, e, em poucos dias, a LOA estava publicada e disponível no Portal de Transparência para acesso de todos.

Outra solicitação realizada pela equipe foi o pedido de informações sobre as datas de audiências públicas do orçamento público, até agora não encontradas no JOM. A solicitação foi feita no dia 15 de agosto de 2024 e ainda não obteve retorno.

Ainda sobre a existência de projetos que abordem de algum modo a temática do controle social, orçamento público e rendas petrolíferas, cita-se apenas o PEA Rendas do Petróleo, condicionante do licenciamento ambiental de petróleo e gás na Bacia de Santos.

A análise da transparência e controle social em Maricá (RJ) evidencia avanços na disponibilização de informações sobre as rendas petrolíferas, mas também destaca desafios significativos que limitam o acesso da população ao acompanhamento detalhado da gestão desses recursos. No portal de transparência municipal, é possível encontrar dados relacionados às receitas e despesas previstas nas leis orçamentárias, bem como informações sobre as fontes de recurso. No entanto, a ausência de manuais explicativos para decifrar códigos, programas e subprogramas dificulta a compreensão para cidadãos sem conhecimento técnico específico, restringindo a acessibilidade das informações.

Enquanto as receitas provenientes das rendas petrolíferas são identificáveis na LOA e nos RREO, estes últimos disponibilizados bimestralmente, as despesas não apresentam a fonte de origem ou a distribuição detalhada dentro de cada setor. Esse cenário inviabiliza uma análise aprofundada do impacto das rendas petrolíferas nas políticas públicas municipais. A busca por palavras-chaves como "petróleo" e "*royalties*" na LOA 2024 resultou apenas em informações relacionadas às receitas, sem resultados que esclarecessem as despesas vinculadas a essas rendas.

Em relação ao controle social, o portal de transparência conta com uma aba dedicada ao acompanhamento de programas, ações e projetos municipais, mas esta se apresenta desprovida de informações, o que compromete a funcionalidade da ferramenta. Também foi constatada a existência de diversos conselhos municipais de políticas públicas, mas nenhum deles voltado especificamente para o monitoramento e controle social das rendas petrolíferas. Esse vazio institucional demonstra a ausência de mecanismos específicos para fiscalizar e avaliar a gestão de recursos provenientes do petróleo, o que seria essencial dado o volume significativo desses repasses.

Solicitações realizadas pela equipe técnica por meio do sistema e-SIC revelam aspectos positivos e negativos do controle social em Maricá. A Lei

Orçamentária Anual (LOA) de 2024, inicialmente indisponível no portal de transparência, foi solicitada e publicada em poucos dias, demonstrando uma resposta célere por parte da administração. Entretanto, uma solicitação feita em agosto de 2024 para obter informações sobre as datas de audiências públicas do orçamento público ainda não foi respondida, indicando inconsistências na efetividade do sistema de informações e-SIC e na garantia do direito de acesso à informação.

Além disso, a única iniciativa relacionada ao controle social, orçamento público e rendas petrolíferas identificada foi o próprio PEA Rendas. Embora seja uma iniciativa importante, sua atuação não substitui a necessidade de estruturas municipais específicas para o monitoramento das rendas petrolíferas, como conselhos ou comitês.

A análise revela que, embora Maricá possua elementos básicos de transparência e responda a algumas demandas de acesso à informação, ainda há lacunas importantes na gestão e no controle social das rendas petrolíferas. A criação de um conselho municipal específico para fiscalizar esses recursos seria um avanço significativo para assegurar maior *accountability* e participação cidadã.

Por fim, o aprimoramento do portal de transparência, com a inclusão de manuais explicativos, dados atualizados e ferramentas de busca mais acessíveis, pode ampliar a compreensão e o engajamento da sociedade na gestão das rendas petrolíferas, contribuindo para uma governança mais inclusiva e eficiente.

10.9 Guapimirim (RJ)

O município possui portal da transparência onde é possível acompanhar empenhos, liquidação e pagamentos, mas a navegação e compreensão da lógica por trás de seu funcionamento não são de fácil compreensão pela população em geral. Constam no portal da prefeitura municipal as leis orçamentárias e documentos anexos apenas para os anos de 2022 e 2023. Ademais, é relevante ressaltar que após a participação questionadora da equipe

e de integrantes do Elo municipal em audiência pública para discussão da LDO de 2025, todos os documentos relacionados às leis orçamentárias foram retirados do portal eletrônico. A equipe municipal protocolou um pedido de acesso à informação para ter acesso à proposta da LOA para o ano de 2025, que será debatida na câmara de vereadores municipal, mas ainda não obteve resposta do poder público municipal, apesar do término do prazo de 20 dias prorrogáveis por mais 10 dias, conforme regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Federal nº 12.527/2011. Cabe destacar que o e-Sic do município não permite realizar e acompanhar pedidos de acesso à informação.

Não há instituições ou coletivos no município dedicados a acompanhar o planejamento e execução do orçamento público municipal, mas há conselhos ativos (Saúde, Educação, Assistência Social e Diretos Humanos e Agricultura, Pecuária e Pesca). O Conselho de Meio Ambiente e Saneamento Básico, recentemente implementado, será eleito no dia 29 de novembro de 2024.

A análise da transparência pública e do controle social em Guapimirim (RJ) evidencia uma série de desafios e lacunas estruturais na disponibilização de informações e na participação cidadã na gestão dos recursos públicos, especialmente no que tange às rendas petrolíferas. O município dispõe de um portal da transparência onde é possível acompanhar empenhos, liquidações e pagamentos, além de acessar leis orçamentárias e documentos anexos para os anos de 2022 e 2023. No entanto, a navegação e a lógica do portal são complexas e pouco acessíveis para a maioria da população, dificultando o exercício pleno do controle social.

Um episódio preocupante refere-se à retirada de todos os documentos relacionados às leis orçamentárias do portal eletrônico após uma audiência pública para discutir a LDO de 2025. Posteriormente, a equipe protocolou um pedido de acesso à informação para obter a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, que seria debatida na Câmara de Vereadores. Contudo, o município não respondeu à solicitação dentro do prazo legal estipulado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Federal nº 12.527/2011. Além disso, o sistema eletrônico do município (eSIC) não permite realizar e acompanhar pedidos de acesso à informação, limitando ainda mais o direito de acesso dos cidadãos.

No que diz respeito ao controle social, Guapimirim não possui instituições ou coletivos dedicados especificamente ao acompanhamento do planejamento e execução do orçamento público municipal. Essa lacuna é agravada pela ausência de mecanismos ou iniciativas voltadas para o monitoramento das rendas petrolíferas. Apesar disso, o município conta com conselhos ativos em áreas como Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos Humanos, Agricultura, Pecuária e Pesca. Recentemente, foi implementado o Conselho de Meio Ambiente e Saneamento Básico, cuja eleição prevista para novembro de 2024. Esses conselhos, embora relevantes, ainda não possuem atuação direcionada à fiscalização das rendas petrolíferas ou ao orçamento público como um todo.

A falta de transparência e os entraves para o controle social em Guapimirim ressaltam a necessidade de ações concretas para melhorar a acessibilidade das informações e promover maior participação popular. É imprescindível que o município implemente um sistema de e-SIC funcional, que permita a realização e o acompanhamento de pedidos de informação, além de assegurar a divulgação completa e atualizada das leis orçamentárias e documentos relacionados no portal da transparência.

A criação de conselhos ou comitês específicos para monitorar as rendas petrolíferas seria uma medida essencial para fortalecer a governança e garantir que esses recursos sejam utilizados de forma estratégica e alinhada às necessidades da população. Adicionalmente, ações de capacitação da sociedade civil sobre o orçamento público e as ferramentas de transparência podem estimular o engajamento comunitário e ampliar o impacto do controle social.

Em suma, embora Guapimirim disponha de instrumentos básicos de transparência e conselhos municipais ativos, o contexto atual revela fragilidades institucionais e operacionais que limitam o exercício efetivo da cidadania. A superação dessas barreiras requer investimentos em tecnologia, capacitação e mecanismos de diálogo entre o poder público e a sociedade, criando um ambiente mais transparente, inclusivo e responsável na gestão dos recursos públicos.

10.10 Síntese análise da transparência e controle social sobre as rendas petrolíferas

A análise consolidada da transparência pública e do controle social sobre as rendas petrolíferas nos municípios estudados revela uma realidade marcada por desafios comuns e oportunidades pontuais para melhoria da gestão pública. Um dos pontos mais críticos levantados é a estrutura dos Portais de Transparência, que, em sua maioria, apresentam baixa acessibilidade, linguagem técnica e pouco clara, além de informações desatualizadas ou incompletas. Esses portais falham em oferecer mecanismos intuitivos de navegação e detalhamentos específicos sobre as rendas petrolíferas, o que dificulta o controle social e o acompanhamento das políticas públicas financiadas com esses recursos.

Outro desafio recorrente é a falta de integração entre as ferramentas digitais e os mecanismos institucionais de controle social. Em vários municípios, como Maricá, Cananéia e Guapimirim, as plataformas digitais não possuem seções específicas para informações relacionadas às rendas petrolíferas, enquanto as audiências públicas, em sua maioria, carecem de divulgação eficaz e métodos inclusivos de participação. Isso limita o engajamento da população e enfraquece a capacidade de intervenção cidadã na gestão dos recursos.

Embora algumas cidades, como Niterói, possuam Conselhos de Transparência e Controle Social, bem como fóruns voltados para a participação cidadã, essas iniciativas ainda estão distantes de atender às demandas específicas da fiscalização das rendas petrolíferas. Em outros casos, como Ilha Comprida e Paraty, conselhos municipais para monitoramento desses recursos foram instituídos, mas permanecem inativos, demonstrando um descompasso entre a criação formal de mecanismos de controle e sua implementação prática.

Os desafios identificados refletem, em grande parte, uma combinação de problemas estruturais, institucionais e culturais. Muitos municípios não possuem equipes técnicas qualificadas para gerenciar adequadamente os portais de transparência ou para desenvolver estratégias de engajamento comunitário. Além disso, há uma ausência generalizada de iniciativas que integrem a

sociedade civil no monitoramento das rendas petrolíferas de forma significativa e permanente.

Contudo, é importante destacar os avanços pontuais observados. Em Ilhabela, por exemplo, a atuação do IIS é um modelo de como a sociedade civil pode contribuir para avaliar e pressionar por melhorias na transparência pública. Em Niterói, a criação de estruturas como o Conselho e o Fórum de Transparência demonstra um reconhecimento da importância do controle social, mesmo que essas iniciativas ainda enfrentem limitações práticas.

Os pontos de convergência entre os municípios analisados incluem a necessidade de reformulação dos portais de transparência para torná-los mais acessíveis, intuitivos e específicos, especialmente em relação às rendas petrolíferas. A criação de manuais explicativos, glossários e ferramentas de busca avançada seria um primeiro passo para democratizar o acesso às informações. Além disso, a ativação de conselhos municipais focados nas rendas petrolíferas e o fortalecimento da participação cidadã em audiências públicas e consultas populares são medidas essenciais para alinhar a gestão pública aos princípios de transparência e *accountability*.

Um desafio crítico comum é a falta de planejamento estratégico para a aplicação das rendas petrolíferas. A dependência de receitas voláteis e finitas exige que os municípios priorizem investimentos estruturantes e a criação de fundos de reserva para mitigar os riscos de flutuações nos repasses. Essa questão é especialmente relevante nos contextos em que as rendas petrolíferas representam uma parte significativa do orçamento, como em Paraty e Guapimirim, mas não há uma estratégia clara para garantir o uso sustentável desses recursos.

Por fim, é crucial reconhecer que a integração entre transparência e controle social é indispensável para que os municípios possam maximizar os benefícios das rendas petrolíferas de forma equitativa e duradoura. Isso exige esforços conjuntos entre poder público, sociedade civil e entidades fiscalizadoras para criar um ambiente mais inclusivo e responsável. Promover a capacitação cidadã, implementar práticas de transparência ativa e assegurar a efetividade

dos conselhos municipais são passos fundamentais para transformar as rendas petrolíferas em um motor de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

XI. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E PLANEJAMENTO FISCAL DOS MUNICÍPIOS

11.1 Iguape (SP)

Ao analisar o RREO referente ao 6º bimestre do exercício de 2023, observa-se que o município apresenta uma arrecadação superior aos seus gastos. Além disso, há a devida distinção entre despesas correntes, destinadas à manutenção, e despesas de capital, voltadas para investimentos. A partir destes elementos é possível inferir um cenário de equilíbrio fiscal neste aspecto.

É fundamental que o poder público municipal adote medidas estratégicas para gerenciar os desafios apresentados e garantir a sustentabilidade financeira do município.

Iguape enfrenta diversos desafios para garantir a sustentabilidade e a eficiência na gestão de seus recursos públicos, conforme detalhado a seguir:

i. Dependência das Rendas Petrolíferas

A dependência de Iguape em relação aos recursos provenientes da exploração de petróleo e gás resulta em impactos orçamentários significativos. As flutuações econômicas que afetam os preços desses recursos impactam diretamente a receita do município, criando uma vulnerabilidade econômica e limitando o desenvolvimento de outras fontes de arrecadação. Essa dependência torna o município refém desses recursos, dificultando a diversificação econômica.

ii. Turismo Sazonal:

O turismo em Iguape apresenta características sazonais, representando um dos setores com maior potencial econômico, mas também gerando dificuldades. Grande parte das receitas provenientes desse setor ocorrem em períodos de festividades, como durante o Carnaval, a Festa do Senhor Bom

Jesus de Iguape (Festa de Agosto), e durante o verão, em razão dos festivais de verão e do aspecto litorâneo da cidade. Muitos negócios fecham ou reduzem suas atividades fora destes períodos, o que compromete a manutenção dos empregos e a estabilidade financeira das famílias.

iii. Endividamento Público:

O município enfrenta um cenário financeiro desafiador, resultado de uma gestão anterior que legou diversos processos trabalhistas relativos à previdência social. Entre outras dívidas vultosas, essa dívida foi renegociada em forma de precatórios, que em certa medida comprometem a capacidade da prefeitura de investir em serviços essenciais conforme afirma o Prefeito Wilson Almeida Lima, chefe do poder executivo, em entrevista ao Vale Jornalismo Online (Podcast Vale Jornalismo Online, 2024).

Para superar esses desafios, Iguape precisa adotar uma abordagem estratégica e integrada para um planejamento orçamentário mais sustentável. Isso inclui diversificação econômica, promoção da transparência na gestão e educação sobre conscientização socioambiental. A cidade carece de um conselho de desenvolvimento sustentável, que poderia enriquecer o debate público sobre a administração local e direcionar recursos para assegurar o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma viável a longo prazo. O sucesso desse planejamento depende da capacidade de Iguape de alinhar suas políticas públicas aos princípios de sustentabilidade, garantindo o equilíbrio entre as necessidades atuais e futuras.

A análise do contexto de Iguape revela um município que, embora demonstre equilíbrio fiscal em seus relatórios financeiros recentes, enfrenta desafios estruturais que comprometem sua sustentabilidade econômica e a eficiência da gestão pública. Entre os aspectos mais críticos está a dependência das rendas petrolíferas, que representam uma fonte de receita volátil e limitam a capacidade de planejamento de longo prazo. Essa dependência, típica de municípios inseridos na zona de influência da exploração de petróleo, expõe Iguape a flutuações econômicas externas, como variações nos preços do petróleo e mudanças nas políticas de repasse, dificultando a diversificação da

matriz econômica local. A ausência de mecanismos de governança, como conselhos de desenvolvimento sustentável ou fundos de reserva, agrava esse quadro, uma vez que não há estruturas para mitigar os impactos de oscilações nas receitas ou para assegurar o uso estratégico dos recursos em investimentos estruturantes.

Outro desafio significativo está no turismo, que possui grande potencial econômico, mas enfrenta problemas relacionados à sazonalidade. Iguape atrai fluxo turístico expressivo durante eventos pontuais, como o Carnaval e a Festa do Senhor Bom Jesus de Iguape, mas não mantém uma atividade constante ao longo do ano. Essa característica sazonal impede que o turismo seja um motor econômico sustentável, afetando diretamente a geração de empregos e a estabilidade financeira das famílias locais. A criação de estratégias voltadas à diversificação da oferta turística, como a valorização de rotas culturais, históricas e ecológicas, poderia amenizar esses problemas, mas exigiria investimentos e um planejamento integrado com outros setores econômicos.

Adicionalmente, o município enfrenta um passivo financeiro significativo, herança de gestões anteriores, que inclui precatórios trabalhistas e dívidas previdenciárias. Esses compromissos restringem a capacidade de investimento da administração municipal, que precisa destinar recursos para o cumprimento de obrigações legais, em detrimento de áreas prioritárias como infraestrutura, saúde e educação. Embora a renegociação de dívidas seja uma solução imediata, é insuficiente sem uma estratégia abrangente que contemple o fortalecimento da arrecadação própria e a redução da dependência de transferências externas.

A falta de instrumentos eficazes de participação e controle social é outro entrave que limita a eficácia da gestão pública em Iguape. O município carece de um conselho de desenvolvimento sustentável ou de estruturas similares que promovam o engajamento da sociedade civil no planejamento e na fiscalização do uso dos recursos públicos, especialmente os provenientes das rendas petrolíferas. A promoção de audiências públicas mais acessíveis e a ampliação da transparência no uso desses recursos são medidas essenciais para construir uma gestão mais inclusiva e alinhada às demandas da população.

Apesar desses desafios, Iguape possui oportunidades significativas para transformar sua realidade. O equilíbrio fiscal identificado em seus relatórios, ainda que frágil, oferece uma base para a implementação de políticas mais ousadas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A diversificação econômica deve ser uma prioridade, com estímulo ao empreendedorismo local e ao fortalecimento de setores como turismo e agricultura sustentável. Paralelamente, a promoção de uma governança mais eficiente e transparente, com a criação de mecanismos de controle social e de fundos soberanos municipais, pode contribuir para uma gestão pública mais responsável e resiliente.

Investimentos em educação socioambiental e na capacitação da força de trabalho também são indispensáveis para preparar a população local para oportunidades econômicas emergentes, reduzindo a dependência de setores voláteis e fomentando uma cultura de preservação dos recursos naturais. Além disso, o fortalecimento da infraestrutura turística e a promoção de eventos ao longo do ano podem contribuir para a redução da sazonalidade e a consolidação do turismo como um pilar econômico mais sólido.

Em resumo, Iguape está diante de um cenário que exige ações estratégicas para superar suas vulnerabilidades e construir um modelo de desenvolvimento sustentável. A combinação de planejamento fiscal responsável, diversificação econômica, fortalecimento da governança e participação cidadã é essencial para transformar os recursos disponíveis em benefícios concretos para a população. Esse caminho, embora desafiador, representa uma oportunidade única para Iguape alinhar seu crescimento às demandas contemporâneas por sustentabilidade, equidade e eficiência administrativa.

11.2 Ilha Comprida (SP)

No estudo do RREO referente ao 6º bimestre do exercício de 2023, é possível notar que o município de Ilha Comprida arrecadou um total de R$ 131,7 milhões sendo R$ 125,6 milhões oriundos das receitas correntes e R$ 6,1 milhões provenientes das receitas de capital.

No mesmo ano, o município pagou R$131,4 milhões, sendo R$121,3 milhões em despesas correntes e R$10,1 milhões em despesa de capital.

Balanço Orçamentário Referente à 2023	
Categorias	Valor (R$)
Receita Corrente	R$ 125.616.393,16
Receita de Capital	R$ 6.079,226,57
Total da Receita (I)	R$ 131.695.619,73
Despesa Corrente	R$ 121.272.446,42
Despesa de Capital	R$ 10.166.271,22
Total da Despesa (II)	R$ 131.438.717,64
Saldo final (III) = (I - II)	R$ 256.902,09
Superávit	**R$ 256.902,09**

Tabela 42: Balanço orçamentário de Ilha Comprida referente a 2023.

Com base nos dados, é possível verificar que em 2023 o município de Ilha Comprida utilizou 92,05% de suas receitas em despesas correntes e 7,72% em despesas de capital, conforme demonstrado nos dados acima. Esses valores indicam uma predominância de gastos voltados para a manutenção das operações cotidianas do município (despesas correntes), em relação aos investimentos (despesas de capital)

Ao avaliar os resultados financeiros, conclui-se que, embora o município tenha registrado um superávit de R$ 256,9 mil, não é possível determinar se as rendas petrolíferas influenciaram, pois a ausência de informações não permite tal conclusão.

Esse cenário destaca a importância de um planejamento participativo aliado à transparência na gestão orçamentária e nos demais atos públicos, aspectos indispensáveis para uma gestão pública de qualidade. A falta de detalhamento sobre a aplicação das rendas petrolíferas no relatório analisado reforça a necessidade de aprimorar a transparência no município, permitindo que a população tenha acesso às informações completas e possa acompanhar a destinação dos recursos.

A análise financeira de Ilha Comprida revela um cenário de equilíbrio orçamentário com a ocorrência de um pequeno superávit no exercício de 2023, mas também evidencia desafios relacionados à transparência e à gestão estratégica dos recursos públicos, particularmente das rendas petrolíferas. O balanço orçamentário demonstra que a maior parte das receitas foi destinada a despesas correntes, com apenas uma fração alocada para despesas de capital, indicando um foco prioritário na manutenção das operações cotidianas do município em detrimento de investimentos de longo prazo.

Esse padrão de alocação, embora frequente em administrações municipais, reflete a ausência de um planejamento estratégico voltado para o fortalecimento da infraestrutura ou para o estímulo de iniciativas capazes de gerar desenvolvimento econômico sustentável. A falta de dados específicos sobre a contribuição das rendas petrolíferas no orçamento impede uma avaliação clara de seu impacto nas finanças municipais e levanta preocupações sobre a transparência na gestão desses recursos.

A ausência de informações detalhadas sobre as rendas petrolíferas destaca uma lacuna crítica na governança municipal. Essa opacidade não apenas limita o controle social, mas também dificulta o envolvimento da população na definição de prioridades de investimento e na fiscalização da aplicação dos recursos. A criação de mecanismos que promovam a transparência ativa, como a inclusão de seções específicas no Portal da Transparência municipal para o monitoramento das rendas petrolíferas, é essencial para suprir essas deficiências. Além disso, a disponibilização de dados claros e acessíveis permitiria a análise mais aprofundada da relação entre as rendas petrolíferas e o desempenho financeiro do município.

O perfil financeiro de Ilha Comprida também aponta para uma dependência significativa de receitas correntes, o que pode representar uma vulnerabilidade estrutural, especialmente em cenários de instabilidade econômica ou de flutuação nos repasses de *royalties*. Essa dependência reforça a importância de diversificar a base econômica do município e de utilizar parte das receitas oriundas das rendas petrolíferas para fomentar investimentos

estratégicos em setores como turismo sustentável, infraestrutura e capacitação da força de trabalho local.

A governança participativa é outro aspecto que necessita de fortalecimento. A ausência de conselhos municipais específicos voltados para a gestão das rendas petrolíferas ou para o planejamento de investimentos estratégicos limita o potencial do município de adotar uma abordagem mais inclusiva e orientada ao desenvolvimento de longo prazo. A implementação de fóruns de participação popular e a promoção de audiências públicas acessíveis e amplamente divulgadas poderiam criar um ambiente mais favorável à discussão e à construção coletiva de soluções para os desafios econômicos e sociais do município.

Embora Ilha Comprida tenha registrado um superávit orçamentário em 2023, esse resultado não deve ser visto como um indicador isolado de saúde fiscal, especialmente diante da ausência de um planejamento estratégico e da falta de clareza sobre a aplicação dos recursos. O pequeno excedente pode mascarar fragilidades estruturais que, se não forem abordadas, podem comprometer a sustentabilidade financeira do município no médio e longo prazo.

Em síntese, Ilha Comprida apresenta um cenário de desafios e oportunidades. O equilíbrio fiscal alcançado em 2023 oferece uma base para avanços, mas a ausência de transparência sobre as rendas petrolíferas e a predominância de gastos correntes sobre investimentos apontam para a necessidade de reformas significativas na gestão pública. A promoção de uma governança mais transparente, participativa e estratégica é fundamental para assegurar que os recursos disponíveis sejam utilizados de forma eficiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do município e para a melhoria da qualidade de vida de sua população.

11.3 Cananéia (SP)

A análise do RREO referente ao 6º bimestre do exercício de 2023 elaborado pela Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia, permite observar que o município arrecadou R$ 85,9 milhões em receitas correntes, tais como

impostos, taxas, contribuições, receita patrimonial, transferências correntes, entre outras.

Por sua vez, as receitas de capital, como alienação de bens e transferências de capital, somaram R$ 2,3 milhões. Desses valores, subtraem-se R$ 6,8 milhões de deduções da receita. Foi adicionada uma categoria “Déficit” em R$ 17,7 milhões somada à receita, porém entende-se que este valor foi incluído a fim de equilibrar o balanço financeiro, impedindo que os gastos ultrapassassem o total de arrecadação, sendo o valor do montante necessário para que as contas do poder executivo não fechem no negativo. O total da receita, portanto, contando as receitas correntes, de capital e a categoria déficit é de R$ 99,1 milhões.

No mesmo ano, o município pagou R$ 83,9 milhões em despesas correntes – aquelas relacionadas ao gasto com pessoal, encargos sociais, entre outros – e R$ 1,9 milhões em despesa de capital, associada aos investimentos realizados, tendo como subtotal da despesa o valor de R$ 85,8 milhões. O total da despesa, considerando os valores em amortização da dívida chegam em R$ 87,6 milhões. Contudo, o documento ainda aponta um saldo a pagar (despesas correntes e de capital) de R$ 11,5 milhões, que fecha o valor total da despesa em R$ 99,1 milhões, igualando ao montante da receita, alcançando, portanto, o equilíbrio aparente entre receita e despesa.

Balanço Orçamentário Referente à 2023	
Categorias	Valor em R$
Receita Corrente	85.886.049,26
Receita de Capital	2.321.841,13
(-) Deduções da receita	(-) 6.768.466,94
Categoria Déficit	17.668.536,80
Total da Receita (I)	99.107.960,25
Despesa Corrente	83.878.532,97
Despesa de Capital	1.868.982,54
Amortização da dívida	1.835.709,84
Saldo a pagar	11.524.734,90
Total da Despesa (II)	99.107.960,25
Saldo final (III) = (I - II)	0

Tabela 43: Balanço orçamentário de Cananéia referente a 2023.

Esses dados apresentados no RREO buscam se enquadrar nos termos previstos pelo TCE-SP, garantindo um balanço financeiro onde arrecadação e despesa alcançam o mesmo valor. No entanto, é a partir das categorias déficit e superávit que podemos analisar a real situação orçamentária do município. No caso da execução orçamentária de Cananéia, no exercício citado, o valor de R$ 17,7 milhões é referente ao déficit apontado pela Prefeitura, demonstrando o saldo negativo das contas públicas municipais. O resultado, portanto, é expresso no seguinte quadro:

Balanço Orçamentário Resumido Referente à 2023	
Categorias	**Valor em R$**
Total da Receita (a)	81.439.423,45
Total da Despesa (b)	99.107.960,25
Saldo final (c) = (a - b)	- 17.668.536,80

Tabela 44: Dados resumidos presente no RREO do 6 º bimestre de 2023 de Cananéia, demonstrando déficit nas contas públicas.

O RREO analisado evidencia um cenário de fragilidade financeira, com um déficit orçamentário significativo que compromete a sustentabilidade fiscal do município. Apesar de apresentar um balanço financeiro tecnicamente equilibrado, ajustado por meio da inclusão de uma categoria de déficit no valor de R$ 17,7 milhões, os dados demonstram uma clara disparidade entre as receitas efetivamente arrecadadas e as despesas totais do município.

As receitas correntes, compostas por impostos, taxas, contribuições e transferências correntes, somaram R$85,9 milhões, representando a maior parte dos recursos arrecadados. Adicionalmente, as receitas de capital, como transferências de capital e alienação de bens, totalizaram R$ 2,7 milhões. No entanto, deduções de receita no valor de R$ 6,8 milhões reduziram significativamente o montante líquido disponível para o município. O total de receitas, considerando o déficit incorporado para equilibrar o orçamento, chegou a R$ 99,1 milhões.

Do lado das despesas, o município gastou R$ 83,9 milhões em despesas correntes, que incluem salários, encargos sociais e outros custos operacionais, e R$ 1,9 milhões em despesas de capital, voltadas a investimentos. Além disso, a amortização de dívida somou R$ 1,8 milhões. E, o saldo a pagar (relativo a compromissos pendentes) foi de R$ 11,5 milhões, resultando em um total de despesas igual ao valor total das receitas ajustadas, garantindo o equilíbrio técnico no relatório.

Contudo, a inclusão de um déficit significativo para alcançar esse equilíbrio evidencia a pressão fiscal enfrentada pelo município. O déficit de R$ 17,7 aponta para um descompasso estrutural nas finanças públicas de Cananéia, onde as despesas excedem amplamente as receitas arrecadadas, gerando uma dependência de ajustes contábeis para evitar que o balanço orçamentário registre um resultado negativo direto.

Esse cenário ressalta a necessidade urgente de ações estratégicas para mitigar os impactos do déficit orçamentário. Em primeiro lugar, o município precisa adotar medidas para ampliar a base de arrecadação e melhorar a eficiência na cobrança de tributos e taxas. A diversificação das receitas, aliada à identificação de fontes alternativas de financiamento, como parcerias público-privadas e captação de recursos estaduais e federais, também pode contribuir para atenuar a dependência de recursos tradicionais.

Além disso, a análise dos gastos sugere uma necessidade de priorização e racionalização das despesas correntes, que representam uma parcela desproporcional do orçamento em relação aos investimentos de capital. Sem um aumento significativo em investimentos estratégicos, a capacidade do município de gerar crescimento econômico sustentável e de melhorar a qualidade de vida de sua população pode ficar comprometida.

A transparência também emerge como um elemento crítico no enfrentamento dos desafios fiscais. A inclusão de informações mais detalhadas no portal de transparência do município, com a apresentação clara da destinação de recursos e das estratégias para redução do déficit, pode promover um maior envolvimento da sociedade civil e fortalecer o controle social. A realização de

audiências públicas efetivas e bem divulgadas também é essencial para engajar a população no debate sobre prioridades orçamentárias.

Em síntese, o panorama fiscal de Cananéia em 2023 reflete um quadro de vulnerabilidade financeira que demanda intervenções estratégicas para garantir a sustentabilidade a longo prazo. A redução do déficit orçamentário, combinada com a ampliação de receitas, o controle de despesas e a promoção da transparência, será fundamental para que o município possa superar suas limitações atuais e construir um futuro mais equilibrado e próspero.

11.4 Ilhabela (SP)

Em Ilhabela, conforme legislação municipal nº 1.333/2019, existe o Fundo Soberano (FSMI). No primeiro ano de sua criação, o valor repassado de *royalties* era de 8%, tendo sido aumentado progressivamente até 25% a partir do quinto ano, se mantendo congelado do sexto ao décimo ano nesta alíquota de vinte e cinco por centro (25%). Somente poderá ser alterado mediante Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo após a realização de audiência pública.

Atualmente, o FSMI acumula, até setembro de 2024, R$ 857.936.967. São depositados, conforme legislação, os valores referentes a participações especiais trimestralmente, bem como os repasses mensais, além dos rendimentos de aplicações.

Conforme o acompanhamento realizado pela equipe do PEA Rendas no Conselho Municipal de Acompanhamento da Aplicação dos *Royalties* (CONFIRO), não há estratégias a longo prazo para a sustentabilidade financeira dos recursos petrolíferos, além da existência do Fundo para a poupança do dinheiro. O município carece de um planejamento ampliado e consolidado de investimento das receitas advindas das rendas petrolíferas, que se reflete na forma como o recurso do FSMI é deixado de ser utilizado.

Outra constatação importante é de que o Fundo Soberano, segundo a sua lei de criação, preconiza a participação popular através do CONFIRO para gerir os recursos do fundo em projetos definidos como prioritários para a cidade, o que não está acontecendo no momento. Em reuniões que contaram com a

participação da equipe técnica, foi identificado que pautas relacionadas à conferência de extratos e decisões de investimento têm dominado os encontros, desestimulando a participação e o interesse da sociedade civil neste espaço de decisão. Sugere-se a ampla divulgação dos resultados do Fundo Soberano a toda sociedade do município, bem como a definição de pautas alinhadas com as definições legais de aplicação de projetos prioritários dos recursos dele.

A análise do FSMI, estabelecido pela Lei Municipal nº 1.333/2019, revela um mecanismo robusto para a acumulação e preservação de receitas oriundas das rendas petrolíferas. Com um saldo acumulado próximo de 1 bilhão de reais até setembro de 2024, o FSMI reflete um esforço notável de poupança intergeracional, garantindo que parte significativa dos recursos provenientes de *royalties* seja preservada para usos futuros. Esse modelo, que estabelece alíquotas progressivas até o quinto ano de vigência, promove uma estrutura inicial de estabilidade e previsibilidade financeira.

Entretanto, a análise crítica aponta para a falta de estratégias claras e amplas de longo prazo para a utilização desses recursos, o que limita o potencial transformador do Fundo para o desenvolvimento sustentável do município. A ausência de um plano consolidado de investimentos evidencia que o FSMI opera mais como um mecanismo de poupança do que como um instrumento estratégico para fomentar projetos estruturantes e melhorias significativas na qualidade de vida da população local. Essa lacuna é agravada pelo fato de que os recursos acumulados permanecem subutilizados, mesmo em um contexto de demandas prementes nas áreas de infraestrutura, educação, saúde e meio ambiente.

A participação popular, prevista como um princípio fundamental na gestão do FSMI por meio do CONFIRO, também enfrenta desafios consideráveis. Apesar da previsão legal de envolvimento ativo da sociedade na definição de projetos prioritários para a aplicação dos recursos do Fundo, as reuniões do CONFIRO têm se concentrado em pautas técnicas, como conferência de extratos e discussões sobre investimentos financeiros. Essa dinâmica desestimula a participação da sociedade civil e mina o potencial do conselho como espaço de diálogo e decisão democrática.

A falta de divulgação ampla dos resultados e do impacto do Fundo na comunidade local também é um ponto crítico. A transparência na gestão dos recursos do FSMI poderia não apenas fortalecer a confiança pública, mas também mobilizar o engajamento da população em torno de prioridades coletivas para o município. Sem um esforço claro para disseminar informações e promover um debate público sobre o uso do Fundo, o potencial de *accountability* e alinhamento com as reais necessidades da cidade fica comprometido.

Nesse contexto, algumas recomendações são fundamentais para maximizar o impacto do FSMI. Primeiramente, a criação de um plano estratégico de longo prazo para a aplicação dos recursos do Fundo, com foco em projetos prioritários e estruturantes, pode transformar o FSMI em uma ferramenta efetiva de desenvolvimento sustentável. Além disso, é crucial redefinir as pautas do CONFIRO para que elas se concentrem na discussão e aprovação de projetos estratégicos, envolvendo ativamente a sociedade civil na definição de prioridades.

Outro ponto relevante é a ampliação da transparência, por meio da divulgação periódica dos resultados do Fundo e de suas aplicações. A criação de canais acessíveis e claros de comunicação, como relatórios públicos, eventos de prestação de contas e ferramentas digitais interativas, pode fortalecer a conexão entre a gestão pública e a população.

Por fim, o FSMI, como instrumento inovador de gestão de recursos petrolíferos, tem o potencial de se tornar um modelo para outros municípios que também recebem receitas dessa natureza. Para isso, é indispensável que Ilhabela não apenas preserve os recursos, mas os utilize de maneira estratégica e participativa, garantindo que eles promovam um legado de desenvolvimento sustentável e bem-estar para as gerações atuais e futuras.

11.5 Caraguatatuba (SP)

Apesar de cumprir a determinação do PPA, LOA e LDO, observa-se que nos últimos dois anos o município não cumpre o estabelecido nas metas financeiras. Vem arrecadando menos e gastando mais, como aponta o portal do

TCE-SP. Analisando os dados disponíveis no portal do TCE-SP desde o ano de 2014, o município só havia tido um balanço negativo no ano de 2016, porém os anos de 2023 e até o momento 2024, o município já está arrecadando menos e gastando mais, sendo essa diferença, no ano de 2023, de (-) R$ 34,0 milhões e até o momento, em 2024, o montante de (-) R$ 191,6 milhões.

O município ainda cita os dezessete ODS no PPA, porém são colocados como área correlata aos ODS e não necessariamente cumpre uma das 169 metas propostas pelo programa. Outro ponto destacado pelo secretário da pasta de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento foi que muitos dos dados que a secretaria tem hoje foram frutos de esforços de sua pasta para organizar informações e fazer cruzamentos com demandas do portal 156 e de solicitações via monitoramento de redes sociais da prefeitura, pois há uma defasagem de dados nas fontes de pesquisas oficiais.

Avaliando o PPA, a previsão orçamentária não se cumpriu nesses últimos dois anos. A cidade não possui um fundo soberano de rendas do petróleo, e a arrecadação de rendas petrolíferas se estabilizou nos últimos 5 anos, representando em média 11,6% do orçamento municipal. A previsão de exploração do campo de Mexilhão é de pelo menos mais 20 anos, depois disso a produção deverá diminuir. O município vem passando por transformações sociais e urbanas com outros megaempreendimentos locais. O plano diretor municipal já aponta mudanças no uso e ocupação do solo, delimitando novas áreas de zonas de amortecimentos e áreas urbanas de expansão, além da taxa de crescimento populacional crescente apontada pelo último censo do IBGE.

Em consulta aos canais da ouvidoria e em conversas com secretários municipais, verificamos que neste momento não há o interesse de criar um departamento ou conselho gestor para as rendas petrolíferas em razão do valor que o município recebe e porque não há uma demanda da sociedade. Também não há previsão de criar uma comissão ou conselho para mudanças climáticas, ficando a cargo da defesa civil agir em momentos de crise ou sob ameaça dessas, como em casos de sinistros e em áreas de risco, ressaltando que a

criação da defesa civil no Brasil surgiu após a catástrofe ocorrida em 18 de março de 1967[38].

Hoje a defesa civil do município atua com a prevenção e em emergências em casos de sinistros ocorridos na cidade. Embora haja uma integração com outros órgãos governamentais como a própria Secretaria Nacional de Proteção de Defesa Civil, ainda não há um órgão municipal para as questões climáticas.

A análise da gestão orçamentária e das rendas petrolíferas em Caraguatatuba evidencia desafios estruturais significativos que impactam diretamente a sustentabilidade financeira e o planejamento estratégico do município. Apesar de cumprir formalmente os dispositivos PPA, LOA e LDO, os dados dos últimos anos indicam um descumprimento das metas financeiras estabelecidas. Nos exercícios de 2023 e 2024, observa-se um desequilíbrio fiscal expressivo, com a arrecadação menor que os gastos.

Em 2023, esse déficit foi de (-) R$ 33,9 milhões, enquanto, em 2024, o valor acumulado já ultrapassa (-) R$ 191,6 milhões, um agravamento considerável em relação aos anos anteriores.

O município não possui um fundo soberano específico para as rendas petrolíferas, embora essas receitas representem, em média, 11,6% do orçamento municipal nos últimos cinco anos. Essa ausência reflete uma lacuna na estratégia de longo prazo para gerenciar os recursos oriundos da exploração do petróleo, especialmente considerando a previsão de exploração do campo de Mexilhão por apenas mais 20 anos, após o qual se projeta uma redução gradual na produção. Essa dependência de uma fonte de receita finita destaca a necessidade de diversificar as fontes de arrecadação e investir em iniciativas que garantam sustentabilidade econômica no longo prazo.

Além das questões financeiras, a gestão das rendas petrolíferas e a integração com objetivos estratégicos, como os ODS, carecem de alinhamento robusto. Embora o município cite os 17 ODS em seu PPA, a implementação prática das metas é limitada, sendo tratada como uma correlação genérica sem

[38] PORTAL G1. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/02/26/bombeiro-relata-deslizamento-que-ocorreu-ha-56-anos-e-matou-centenas-de-pessoas-no-litoral-norte-de-sp.ghtml. Acesso em: 25 out.2024.

a devida tradução em ações concretas e indicadores específicos. A ausência de um plano detalhado para integrar as rendas petrolíferas a estratégias de desenvolvimento sustentável é uma oportunidade perdida para alinhar o planejamento urbano e social às demandas contemporâneas de sustentabilidade e resiliência.

O contexto urbano e social de Caraguatatuba está em transformação, impulsionado por megaempreendimentos locais e pelo crescimento populacional apontado pelo último censo do IBGE. O plano diretor municipal reflete essas mudanças, delimitando novas áreas de expansão urbana e zonas de amortecimento. Entretanto, a falta de um departamento ou conselho gestor para as rendas petrolíferas, aliado à ausência de uma comissão dedicada a mudanças climáticas, revela um planejamento fragmentado e reativo. A gestão climática, atualmente sob responsabilidade da Defesa Civil, é voltada para ações emergenciais e não inclui uma abordagem estratégica para adaptação e mitigação climática.

A ausência de pressão da sociedade para a criação de mecanismos de governança das rendas petrolíferas ou de um órgão voltado para mudanças climáticas indica um baixo nível de engajamento cívico ou de conscientização sobre a importância desses temas. Esse cenário ressalta a necessidade de uma maior articulação entre o poder público e a sociedade civil para fomentar debates e iniciativas que abordem de forma proativa os desafios estruturais e climáticos.

Embora a Defesa Civil desempenhe um papel crucial na prevenção e resposta a desastres, sua atuação é limitada no escopo de uma política climática abrangente. A falta de um órgão municipal dedicado a mudanças climáticas impede que o município desenvolva estratégias integradas de longo prazo para enfrentar crises relacionadas ao clima e planejar o uso sustentável do território.

Em resumo, Caraguatatuba enfrenta um cenário de desequilíbrio fiscal, ausência de mecanismos estratégicos para gerenciar rendas petrolíferas e desafios no alinhamento com metas globais de desenvolvimento sustentável. Para superar essas limitações, é essencial que o município adote uma abordagem integrada e participativa, que inclua a criação de um fundo soberano, a formalização de um conselho gestor para as rendas petrolíferas e a

implementação de um órgão específico para questões climáticas. Essas medidas podem contribuir para fortalecer a governança local, promover a sustentabilidade financeira e social e preparar Caraguatatuba para os desafios do futuro.

11.6 Paraty (RJ)

A sustentabilidade financeira municipal é indispensável para garantir a execução eficiente de serviços públicos e a implementação de políticas públicas que atendam às demandas da população, sem comprometer financeiramente o orçamento público a longo prazo. Essa medida depende do planejamento orçamentário estruturado, alinhando receitas e despesas.

A análise do RREO referente ao do 6º bimestre de 2023 do município de Paraty permite observar de forma prática os gastos do orçamento público municipal, separados em despesas correntes e despesas de capital. No balanço orçamentário, encontrado no *website* do Portal da Transparência de Paraty, foi possível acessar o total de cada tipo de despesa e isso possibilita uma leitura simplificada dos investimentos e dos custos operacionais da administração pública em relação às receitas.

Em relação ao documento analisado, aparentemente não houve uma coesão entre todos os dados sobre os valores totais das receitas comparados aos valores das despesas, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Linhas do RREO	Valor
Receitas de Correntes	R$ 472.854.504
Despesas Correntes	R$ 405.484.952
Receitas de Capital	R$ 16.828.726
Despesas de Capital	R$ 24.708.064
Total de Receitas	R$ 515.154.813
Total de Despesas	R$ 489.683.230

Tabela 45: Dados do RREO do 6 º bimestre de 2023 de Paraty

O planejamento orçamentário de Paraty para o exercício de 2023, na qual as receitas e as despesas de capital se apresentam com diferenças em seus valores, reflete a necessidade de planejar os gastos do orçamento público com responsabilidade respeitando os limites das receitas. Esse comprometimento com a sustentabilidade financeira é essencial para que o município continue crescendo de forma organizada e oferecendo serviços de qualidade à população, sem comprometer a segurança do orçamento.

A análise dos dados do RREO de Paraty, demonstra a importância de uma gestão orçamentária equilibrada, que mantenha uma relação coerente entre receitas e despesas. A transparência e a clareza dos dados apresentados no RREO são fundamentais para que a população acompanhe a alocação dos recursos e para que a administração pública busque continuamente a sustentabilidade financeira.

A análise da gestão orçamentária de Paraty revela tanto avanços na transparência da apresentação dos dados quanto desafios significativos no equilíbrio financeiro. A estrutura do relatório, organizada em receitas e despesas correntes e de capital, facilita a compreensão do orçamento público e permite à população acompanhar a alocação de recursos.

As receitas correntes de R$ 472,9 milhões superaram as despesas correntes de R$ 405,5 milhões, o que reflete uma gestão operacional positiva em termos de custeio das atividades cotidianas. Por outro lado, as despesas de capital, no valor de R$ 24,7 milhões, ultrapassaram as receitas de capital de R$ 16,8, resultando em um déficit nessa categoria.

Esse desequilíbrio orçamentário nas despesas de capital é um indicativo de que, embora Paraty demonstre esforço em direcionar recursos para o desenvolvimento estrutural, a gestão precisa refinar sua capacidade de planejar investimentos. Isso inclui priorizar projetos que tragam retorno sustentável à população e buscar alternativas de financiamento que não comprometam a saúde fiscal a longo prazo.

Além disso, a transparência proporcionada pelo RREO, embora positiva, apresenta oportunidades para maior aprimoramento. O acesso aos dados permite uma visão ampla das finanças municipais, mas a análise evidencia a

necessidade de um planejamento orçamentário mais coeso e ajustado às realidades econômicas locais.

A sustentabilidade financeira de Paraty depende não apenas do equilíbrio entre receitas e despesas, mas também da capacidade de desenvolver uma estratégia de gestão integrada que inclua mecanismos para mitigar riscos, otimizar os recursos disponíveis e ampliar a diversificação das receitas municipais. Isso poderia incluir a criação de um fundo específico para investimentos, como um fundo soberano, que permita a acumulação e a aplicação estratégica de recursos ao longo do tempo, especialmente em áreas prioritárias como educação, saúde e infraestrutura.

Por fim, a gestão de Paraty deve continuar promovendo a transparência e a participação cidadã no acompanhamento orçamentário. A clareza nos dados apresentados no RREO já representa um passo importante nesse sentido, mas é fundamental que a administração se comprometa com uma comunicação mais acessível e com a busca de soluções que tornem a gestão financeira mais resiliente. Dessa forma, o município poderá garantir o crescimento sustentável e a qualidade dos serviços prestados, sem comprometer sua saúde fiscal ou sobrecarregar as gerações futuras.

11.7 Niterói (RJ)

As informações necessárias para esta análise da sustentabilidade financeira foram facilmente encontradas no RREO ou no Quadro Demonstrativo de Despesas e podem ser observadas na tabela a seguir.

Receitas e Despesas Orçamentárias	Valor até o último semestre de 2023
Receitas	R$ 5.815.759.484,20
Receitas correntes	R$ 5.804.617.512,30
Receitas de capital	R$ 11.141.971,90
Despesas	R$ 5.699.163.100,70
Despesas correntes	R$ 4.276.807.322,40
Despesas de capital	R$ 1.183.646.576,30

Tabela 46: Valores das receitas e despesas orçamentário do ano de 2023

De acordo com os dados apresentados, é possível observar que o município de Niterói gasta menos do que arrecada. Os valores apresentados na dotação atualizada das despesas chegam bem próximo do valor arrecadado, mas quando olhamos a tabela RREO é possível ver um valor que ficou inscrito em restos a pagar para o próximo ano, permitindo um superávit no ano de 2023.

Verificou-se, dos valores de 2023, que as despesas correntes perfizeram 80% de todas as despesas da gestão pública, o que indica que grande parte das despesas é utilizada para manutenção da máquina pública, o que pode indicar que o município não tem feito investimentos em diversificação econômica como deveria para evitar a dependência das rendas petrolíferas.

Em Niterói existe o Fundo Soberano FER, que conta com um conselho gestor e um comitê de investimentos, mas em nenhum dos dois há membros da sociedade civil, há apenas membros da prefeitura.

Sua receita vem de 10% de cada repasse dos recursos arrecadados a título de participações especiais e do rendimento das aplicações das receitas do FER, e em outubro de 2024 o valor do FER estava em R$ 1.181.522.445. De acordo com o decreto nº 13.215/2019, é permitido adicionar outras receitas ao FER, desde que esteja previsto na LOA ou em créditos adicionais. Caso sobre dinheiro no orçamento público, é possível que este valor seja repassado para o fundo, se assim os gestores desejarem.

O dinheiro do FER normalmente é investido, e pode-se aplicar até 100% no mercado financeiro, tendo como sugestão investimentos em renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior. Este fundo pode ser usado para pagar dívidas do município, limitado ao percentual de 20% do valor do fundo para esta finalidade, e apenas 50% da dívida pode ser paga com o dinheiro do fundo soberano. Durante as calamidades públicas pode haver mudanças no uso do FER. Em 2020, durante a pandemia, foi autorizada a utilização de até 70% dos recursos do fundo em políticas públicas que tinham como objetivo mitigar os efeitos da COVID 19 (Niterói, 2021).

De acordo com a LOA, o FER será destinado ao propósito de cobrir as despesas do município de Niterói, caso haja redução da receita de *royalties* ou participação especial para ano fiscal corrente. Mas ao se comparar o valor do

FER na data da última atualização (R$ 1.181.522.445), o valor das rendas petrolíferas arrecadado no ano de 2023 (R$ 2.346.495.080) e as despesas do município no mesmo ano (R$ 5.699.163.101), é possível perceber que o valor do fundo não é suficiente para cobrir nem um ano de despesas de Niterói na falta da receita de *royalties* e/ou participação especial.

A análise da gestão orçamentária e FER de Niterói em 2023 revela um cenário financeiro relativamente estável, mas com desafios estratégicos relacionados à dependência das rendas petrolíferas e à sustentabilidade financeira a longo prazo. O município demonstrou superávit orçamentário, com receitas totais de R$ 5,8 bilhões superando as despesas de R$ 5,7 bilhões. Esse desempenho indica um equilíbrio fiscal positivo, embora parte das despesas tenha sido transferida para o próximo ano como restos a pagar, refletindo práticas comuns em gestões públicas, mas que exigem cautela para evitar desequilíbrios futuros.

As despesas correntes representaram 80% do total das receitas, evidenciando uma forte concentração de recursos na manutenção da máquina pública, incluindo salários, encargos e serviços operacionais. Embora isso seja esperado em municípios que dependem de rendas voláteis, como as oriundas do petróleo, essa composição orçamentária sugere uma baixa prioridade para investimentos em diversificação econômica. A falta de esforços consistentes nesse sentido deixa Niterói vulnerável a flutuações nas receitas petrolíferas, sublinhando a necessidade de estratégias para reduzir essa dependência ao longo do tempo.

O saldo de mais de R$ 1,1 bilhões do FER desempenha um papel crucial na gestão das receitas petrolíferas, especialmente como reserva estratégica para momentos de queda nos repasses de *royalties* ou participações especiais. Apesar de sua relevância, o FER não é suficiente para cobrir sequer um ano de despesas municipais, caso as rendas petrolíferas sejam significativamente reduzidas. Essa constatação reforça a importância de políticas que ampliem a capacidade de financiamento do fundo, como a destinação de receitas excedentes e a otimização dos rendimentos de suas aplicações.

O modelo de governança do FER apresenta limitações importantes. Embora conte com um conselho gestor e um comitê de investimentos, a ausência de membros da sociedade civil nesses órgãos compromete a transparência e a participação cidadã no processo de tomada de decisão. Além disso, a permissão para aplicar até 100% dos recursos do fundo em mercados financeiros, incluindo renda variável e investimentos no exterior, demanda uma gestão cautelosa e de alta capacidade técnica para mitigar riscos associados a oscilações de mercado.

Durante situações excepcionais, como a pandemia de COVID-19, o município utilizou até 70% dos recursos do FER para mitigar os impactos sociais e econômicos da crise, evidenciando a flexibilidade do fundo em emergências. No entanto, o uso de fundos soberanos para cobrir despesas operacionais deve ser visto com reserva, pois pode comprometer a sustentabilidade de longo prazo, especialmente em um cenário de dependência de rendas finitas.

A análise do orçamento de Niterói destaca a necessidade de um planejamento estratégico robusto que vá além da administração das rendas petrolíferas. O município deve priorizar iniciativas que fortaleçam a diversificação econômica e melhorem a eficiência dos investimentos públicos. Além disso, é fundamental que a governança do FER incorpore maior transparência e participação da sociedade civil, permitindo que o fundo funcione não apenas como um mecanismo de poupança, mas também como um instrumento para impulsionar o desenvolvimento sustentável e reduzir a vulnerabilidade econômica.

Em síntese, embora Niterói tenha demonstrado capacidade de gestão fiscal e um uso estruturado de seu fundo soberano, os desafios relacionados à dependência de receitas voláteis e à falta de planejamento para diversificação econômica ainda são evidentes. Um enfoque renovado em políticas de longo prazo, combinando governança inclusiva e gestão financeira prudente é essencial para garantir a sustentabilidade e a resiliência fiscal do município diante das incertezas futuras.

11.8 Maricá (RJ)

De acordo com as informações presentes na LOA e RREO de 2023, as receitas totais foram de R$ 6,2 bilhões; as despesas correntes pagas foram de R$ 4,5 bilhões; e as despesas de capital pagas foram de R$ 790,4 milhões.

A partir dos valores descritos acima, conclui-se que a proporção de gastos com despesas correntes no município de Maricá é muito maior do que o gasto com investimentos em despesas de capital. Isso indica que essa proporção não é muito saudável para o futuro, pensando em sustentabilidade financeira (principalmente em um cenário pós Rendas Petrolíferas). Observou-se para o ano de 2023 que o município não previu gastos superiores à arrecadação.

O município possui o Fundo Soberano de Maricá (FSM) que conta atualmente (outubro/24) com R$1.861.676.615. Já as despesas correntes previstas para o ano de 2024 são de R$ 5.972.612.848; enquanto as despesas de capital equivalem a R $959.576.98.

Durante a pesquisa realizada no portal FSM, observou-se que diversos links relativos aos investimentos se encontravam indisponíveis. Ao analisar a Nota Técnica nº 30 do fundo soberano, que diz respeito à performance dos ativos do FSM em junho e julho de 2023, observa-se que Maricá investe em diferentes ativos, principalmente em fundos bancários, onde o rendimento é utilizado na aplicação de políticas públicas de diversificação humana. Inclusive houve uma situação em que o município investiu cerca de R$ 20 milhões, retirados dos rendimentos do FSM, em um programa de fomento econômico municipal durante a pandemia.

Nota-se, observando o site do FSM, que o governo tem um perfil conservador de investimento sem aportar recursos com rendimentos de alto risco. A análise da gestão orçamentária e do FSM em 2023 revela uma administração financeira marcada por equilíbrio nas previsões de receitas e despesas, mas com desafios estratégicos relacionados à alocação de recursos e à sustentabilidade de longo prazo. As receitas totais do município em 2023 alcançaram R$ 6,2 bilhões, enquanto as despesas correntes e de capital foram de R$ 4,5 bilhões e R$ 789,4 milhões, respectivamente. Esses dados indicam

uma predominância significativa de gastos correntes em relação a investimentos, um cenário que pode comprometer a preparação do município para um futuro sem a dependência das rendas petrolíferas.

A concentração de recursos em despesas correntes, que incluem salários, manutenção e custos operacionais, reflete uma estrutura financeira voltada para a manutenção da máquina pública, em detrimento de investimentos estratégicos que poderiam impulsionar a diversificação econômica. Essa configuração é preocupante, considerando que o período de alta arrecadação das rendas petrolíferas é limitado e exige uma estratégia robusta para preparar o município para a transição econômica futura.

O Fundo Soberano de Maricá (FSM) desempenha um papel central na gestão das receitas petrolíferas, acumulando, até outubro de 2024, um saldo de R$ 1,9 bilhões. Esse montante representa um recurso estratégico para enfrentar crises econômicas e financiar projetos estruturantes. No entanto, ao comparar o saldo atual do FSM com as despesas correntes previstas para 2024 (R$ 6,0 bilhões), torna-se evidente que o fundo, embora significativo, não é suficiente para sustentar o orçamento municipal em caso de queda abrupta nas receitas petrolíferas. Essa constatação reforça a necessidade de utilizar o fundo como um catalisador de investimentos de longo prazo, em vez de apenas uma reserva de emergência.

O perfil conservador do FSM em termos de investimento é um ponto positivo, pois reduz os riscos associados às aplicações financeiras. Os rendimentos do fundo, que são utilizados para políticas públicas de diversificação econômica e social, têm se mostrado úteis em momentos críticos, como durante a pandemia de COVID-19, quando R$ 20 milhões dos rendimentos foram destinados a programas de fomento econômico municipal. Apesar disso, a falta de transparência no portal do FSM, evidenciada pela indisponibilidade de links sobre investimentos, limita o controle social e a capacidade da população de acompanhar a gestão desse recurso.

Maricá enfrenta o desafio de alinhar sua gestão orçamentária e a administração do FSM com um planejamento estratégico de longo prazo, focado em diversificação econômica, inovação e infraestrutura. Isso inclui direcionar

uma parcela maior das rendas petrolíferas para despesas de capital que promovam desenvolvimento sustentável e reduzam a dependência econômica dos recursos petrolíferos. A criação de mecanismos de transparência e de participação social na governança do FSM também é essencial para garantir que o fundo atenda aos interesses da população.

Em suma, embora Maricá demonstre equilíbrio nas finanças municipais e tenha utilizado o FSM de forma prudente até o momento, é imperativo ampliar os esforços para planejar o futuro econômico do município.

11.9 Guapimirim (RJ)

As políticas públicas atualmente implementadas no município são predominantemente financiadas por recursos extraorçamentários e não possuem planejamento de médio e longo prazo para seu financiamento. Em relação às contas públicas em geral, a análise do RGF demonstra que o município possui dívida controlada (- 42%), ou seja, abaixo da relação entre Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida estabelecida como limite de alerta (120%), segundo a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

O gasto com funcionalismo público, 29,6% da RCL ou R$ 157,1 milhões, também está abaixo dos limites registrados na LRF. Por outro lado, a análise do RREO demonstrou que em torno de 14% da RCL, R$ 36,9 milhões, é aplicada em despesas de capital. Nesse sentido, ainda que os limites constitucionais de alerta em relação às contas públicas venham sendo respeitados, é de conhecimento comum no município que a maior parte dos funcionários do poder público são contratados e, por isso, são computados dentro dos 86% do orçamento aplicados em despesas correntes.

Guapimirim não possui fundo soberano e não tem histórico de grupos organizados em favor de reivindicações. Os sujeitos da ação educativa mobilizados e sua participação durante as reuniões e grupos de estudo são reflexo do esforço da equipe municipal em mantê-los e formá-los enquanto grupo com pautas legítimas e comuns, independentemente de qualquer viés político.

Nesse sentido, qualquer discussão sobre Fundo Soberano ainda é inicial diante do contexto municipal.

A análise das finanças públicas e da estrutura de políticas públicas em Guapimirim revela um cenário de equilíbrio fiscal dentro dos limites legais, mas com desafios estruturais significativos que comprometem o planejamento estratégico de médio e longo prazo. O município apresenta uma relação dívida/receita controlada, com uma dívida consolidada líquida bem abaixo do limite de alerta estabelecido pela legislação. Da mesma forma, os gastos com funcionalismo público também permanecem dentro dos limites da LRF, indicando uma gestão financeira prudente no que tange ao cumprimento das exigências legais.

Por outro lado, a alocação de recursos públicos reflete uma dependência acentuada de despesas correntes, que representam cerca de 86% do orçamento, enquanto apenas 14% da receita corrente líquida é destinada a despesas de capital. Essa disparidade indica que o município prioriza a manutenção das operações e serviços públicos no curto prazo, com pouca atenção a investimentos em infraestrutura e projetos de longo prazo que possam promover um desenvolvimento sustentável e diversificar as fontes de receita.

A ausência de um Fundo Soberano em Guapimirim reflete uma lacuna significativa na estratégia de gestão dos recursos públicos. O Fundo Soberano poderia servir como um mecanismo de estabilização financeira e de investimento em projetos estruturantes. No entanto, a falta de um histórico de grupos organizados para reivindicar ou discutir a criação de um fundo revela fragilidades no engajamento social e na construção de pautas coletivas.

A mobilização e formação de grupos de discussão e participação cidadã em Guapimirim têm sido um esforço quase exclusivo da equipe municipal, que busca estruturar uma base social com pautas comuns e legítimas. Embora essa iniciativa seja louvável, a ausência de mecanismos institucionais e culturais para fomentar a participação cidadã de forma autônoma dificulta o avanço de debates estratégicos, como a criação de um Fundo Soberano ou a implementação de políticas públicas de longo prazo.

Em suma, Guapimirim apresenta um cenário financeiro sob controle, mas carece de planejamento estratégico e de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento sustentável. A criação de mecanismos para promover a participação cidadã e a inclusão de debates estruturantes, como a criação de um Fundo Soberano, são passos fundamentais para construir uma base sólida para o futuro econômico do município. Sem essas ações, o município corre o risco de permanecer dependente de uma estrutura de financiamento predominantemente reativa e de curto prazo, limitando seu potencial de crescimento e melhoria na qualidade de vida de seus cidadãos.

11.10 Síntese da análise acerca da sustentabilidade financeira e do planejamento fiscal dos municípios

A análise da gestão orçamentária e das rendas petrolíferas nos municípios avaliados revela um cenário complexo, com desafios estruturais significativos, avanços pontuais e oportunidades de melhoria. Apesar de muitos municípios apresentarem equilíbrio fiscal ou superávit em 2023, problemas como a predominância de despesas correntes sobre despesas de capital, a falta de planejamento estratégico e a ausência de transparência na aplicação dos recursos petrolíferos comprometem a sustentabilidade financeira de longo prazo.

A dependência das rendas petrolíferas é um dos desafios mais críticos. Essa fonte de receita, embora significativa, é volátil e finita, o que expõe os municípios a flutuações econômicas externas e limita a capacidade de planejamento para um futuro sem esses recursos. Em alguns municípios, como Ilhabela, Niterói e Maricá, que possuem instituídos Fundos Soberanos, esses mecanismos ainda não estão plenamente integrados a estratégias de diversificação econômica ou desenvolvimento sustentável. O saldo significativo acumulado nesses fundos é um ponto positivo, mas a ausência de planos claros e participativos para sua aplicação reduz seu potencial transformador.

Outro problema recorrente é a falta de transparência na gestão das rendas petrolíferas. Muitos portais de transparência carecem de informações detalhadas e acessíveis sobre a destinação desses recursos, limitando o controle social e dificultando o engajamento da população. A predominância de

despesas correntes em detrimento de investimentos estruturantes também reflete uma visão de curto prazo na alocação orçamentária, o que pode comprometer o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida da população. Municípios como Cananéia e Caraguatatuba enfrentam cenários ainda mais preocupantes, com déficits significativos ou tendências de desequilíbrio fiscal crescente. Esses casos evidenciam a necessidade urgente de medidas para ampliar a base de arrecadação, diversificar as fontes de receita e racionalizar as despesas.

Apesar dos desafios, existem avanços e boas práticas que podem servir como referência. A criação de Fundos Soberanos em alguns municípios é um exemplo de iniciativa voltada para a sustentabilidade financeira. Além disso, a organização de relatórios financeiros claros e acessíveis em municípios como Paraty e Niterói demonstra esforços para promover maior transparência. No entanto, essas iniciativas precisam ser acompanhadas de mecanismos que integrem a sociedade civil no planejamento e na fiscalização dos recursos públicos. A criação de conselhos participativos e a realização de audiências públicas mais inclusivas são passos fundamentais para ampliar o controle social e fortalecer a governança.

A diversificação econômica surge como uma prioridade estratégica para todos os municípios analisados. Setores como turismo sustentável, inovação tecnológica, energias renováveis e agricultura de baixo impacto ambiental têm potencial para reduzir a dependência das rendas petrolíferas e promover crescimento econômico de longo prazo. A integração de políticas públicas voltadas para mudanças climáticas e a adaptação urbana também é essencial, especialmente para municípios que enfrentam riscos ambientais significativos. Nesse contexto, a implementação de estratégias de gestão integrada de riscos e o fortalecimento das capacidades locais de planejamento são indispensáveis.

O uso estratégico das rendas petrolíferas para financiar investimentos em infraestrutura, educação e saúde é essencial para transformar essas receitas em alavancas de desenvolvimento sustentável. Para isso, é crucial que os Fundos Soberanos e outros mecanismos de poupança sejam utilizados de maneira transparente, com objetivos claros e alinhados às demandas da população. Além

disso, o fortalecimento da transparência por meio de portais atualizados e acessíveis, combinados com a participação ativa da sociedade civil, pode aumentar a confiança pública e promover uma gestão mais eficiente e responsável.

Em síntese, os municípios analisados enfrentam um cenário de desafios e oportunidades que exige um enfoque estratégico, participativo e orientado para o desenvolvimento sustentável. Embora haja avanços em alguns aspectos, como a criação de Fundos Soberanos e esforços de transparência, a superação das fragilidades identificadas dependerá de ações coordenadas que combinem planejamento fiscal responsável, diversificação econômica e fortalecimento da governança. Apenas por meio de uma gestão integrada e transparente será possível transformar as rendas petrolíferas em um legado duradouro para as gerações futuras.

XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS CONSOLIDADAS SOBRE OS DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS COM FOCO NAS RENDAS PETROLÍFERAS

12.1 Reflexões acerca dos diagnósticos municipais

As rendas petrolíferas oferecem aos municípios uma oportunidade ímpar de alavancar seu desenvolvimento econômico e social, mas também impõem desafios significativos que requerem abordagens estratégicas, sustentáveis e inclusivas. O presente capítulo destaca tanto as potencialidades quanto os desafios que permeiam a gestão desses recursos, revelando padrões comuns entre os municípios analisados e indicando caminhos concretos para melhorar a eficiência e a sustentabilidade da sua aplicação.

A dependência das rendas petrolíferas é, sem dúvida, o ponto mais crítico identificado. Em muitos casos, essas receitas representam mais de 30% das finanças municipais, chegando a superar 50% em algumas localidades. Embora isso permita a expansão orçamentária e possibilite a realização de investimentos importantes, também cria uma dependência perigosa de uma fonte de receita volátil e finita. As oscilações nos preços do petróleo e mudanças regulatórias frequentemente resultam em flutuações imprevisíveis nos repasses, desestabilizando o planejamento financeiro e comprometendo a continuidade de políticas públicas.

A falta de planejamento estratégico amplifica essas vulnerabilidades. Muitos municípios ainda não possuem um plano diretor atualizado ou sequer mecanismos claros para integrar os recursos petrolíferos em um projeto de desenvolvimento sustentável. Isso resulta em alocações majoritariamente voltadas para despesas correntes, como pagamentos de salários e manutenção básica, em vez de investimentos estruturantes. Essa abordagem de curto prazo impede a transformação duradoura que essas rendas poderiam gerar, como melhorias significativas na infraestrutura, na qualidade dos serviços públicos e no fortalecimento econômico local.

Outro desafio crítico é a transparência na gestão dessas receitas. Embora alguns municípios apresentem portais de transparência e relatórios orçamentários acessíveis, a maioria ainda enfrenta dificuldades para oferecer informações claras, completas e acessíveis sobre a aplicação dos recursos. A linguagem técnica, a organização inadequada das informações e a falta de ferramentas intuitivas tornam o controle social praticamente inviável. Sem acesso claro aos dados, a população encontra obstáculos para acompanhar, monitorar e influenciar a alocação dos recursos.

Apesar dos desafios, existem boas práticas que oferecem modelos positivos para outros municípios. Exemplos como a criação de fundos soberanos em Ilhabela, Maricá e Niterói demonstram a viabilidade de reservar parte significativa dos recursos para investimentos futuros e para amortecer crises fiscais. Em outros casos, iniciativas voltadas para a diversificação econômica, como o desenvolvimento do turismo sustentável e a exploração de novas matrizes energéticas, mostram que é possível reduzir a dependência das rendas petrolíferas e construir economias mais resilientes.

No entanto, mesmo as práticas positivas não estão isentas de limitações. Em municípios que criaram fundos soberanos, como Ilhabela e Niterói, ainda falta clareza sobre os critérios para o uso desses recursos e mecanismos de participação cidadã no processo de decisão. Essa ausência reduz o potencial transformador dos fundos e compromete a confiança pública.

Uma análise mais detalhada das áreas prioritárias de investimento mostra disparidades entre os municípios. Alguns priorizam educação e saúde, como preconizado pela Lei Federal nº 12.858/13, enquanto outros direcionam a maior parte dos recursos para áreas administrativas ou infraestrutura urbana, nem sempre alinhando as despesas às demandas sociais mais urgentes. Essa falta de alinhamento estratégico compromete a eficácia dos investimentos e reforça desigualdades sociais e territoriais.

12.2 Sugestões de estratégias para superar os desafios

Para superar esses desafios, algumas ações estratégicas devem ser priorizadas:

i. **Planejamento de longo prazo**: A integração das rendas petrolíferas em planos diretores e estratégias de desenvolvimento sustentável é essencial. Isso inclui a priorização de investimentos em infraestrutura, saneamento básico, educação e saúde, áreas que geram impactos positivos duradouros para a população;
ii. **Diversificação econômica**: Reduzir a dependência dos *royalties* é fundamental para mitigar os riscos associados à volatilidade do mercado de petróleo. Setores como turismo sustentável, energias renováveis e tecnologia podem oferecer alternativas viáveis para o crescimento econômico de longo prazo;
iii. **Fortalecimento da transparência**: Reformular os portais de transparência, tornando-os mais acessíveis e detalhados, é um passo indispensável. Além disso, é crucial disponibilizar dados sobre a destinação específica das rendas petrolíferas e criar relatórios que traduzam informações técnicas em linguagem acessível para a população;
iv. **Participação cidadã**: A ativação e fortalecimento de conselhos participativos e a promoção de audiências públicas inclusivas são essenciais para alinhar a gestão dos recursos às demandas reais da população. A participação ativa da sociedade civil pode aumentar a legitimidade das decisões e garantir maior eficiência no uso das receitas; e
v. **Criação de indicadores de impacto**: Monitorar os resultados das políticas públicas financiadas pelas rendas petrolíferas por meio de indicadores claros e mensuráveis permitirá ajustes contínuos e mais assertividade na alocação dos recursos.

12.3 Considerações finais

Em suma, os municípios analisados enfrentam um dilema: por um lado, as rendas petrolíferas representam uma oportunidade excepcional para superar desafios históricos e promover o desenvolvimento. Por outro, a dependência, a falta de planejamento estratégico e a gestão insuficiente ameaçam desperdiçar esse potencial. Superar essas limitações requer um compromisso renovado com a governança eficiente, a sustentabilidade e a participação cidadã. Apenas por meio de uma abordagem integrada e responsável será possível transformar essas receitas em um legado duradouro, beneficiando não apenas as gerações atuais, mas também as futuras.

XIII. AUTORES DOS ESTUDOS LOCAIS

13.1 Iguape (SP)

- **Equipe técnica:** Adriel Cosme Fortes, Elvis Roberto de Andrade, Gabriel Ferreira de Oliveira, Isabelly Lara de Brito, Roberto Nicacio da Costa, Suzan Roberta Pontes.
- **Elos:** Ademir Werá Poty Venite, Ana Carolina Monteiro Pereira, Ana Teresa Alves da Silva, Flavia Cristina Ribeiro Zara, Gabriel Luiz Silva Araujo, Gabriela Medeiros Carvalho, Guilherme Aparecido de Andrade Rocha, Jullya Oliveira Quintana, Kerolyn Cristina Carneiro Rodrigues, Murilo Ferreira de Oliveira, Poliana de Souza Peres Rodrigues, Rafael Eichemberger Ummus, Victor Guilherme M. de C. Gato e Yara Alves Moreira.

13.2 Ilha Comprida (SP)

- **Equipe técnica:** Amanda Rocha Nogueira, João Baccarin Xisto Paes, Maria Isabel Rebolho Rego e Rafaela Neves Luis.
- **Elos:** Alessandra Faria Silva, Anaíla Rocha Silva, Ana Paula Dantas Macena, Gisele Alves Villar, Irineu Nunes Rosa, Jenifer Aparecida de

Jesus, Jennifer Abreu, Leo Krasnikovicius Crespo, Mara Cristina de Souza Santos, Mirtes Antonia da Silva e Rovilson José Laudino.

13.3 Cananéia (SP)

- **Equipe técnica:** Antonia Norberto Rafael, Carlos Eduardo Garisto De Nicola, Lilia Gomes de Souza, Mariana Luciana Ramos de Almeida, Carlos Alexandre Harding Miranda, Roberto Nicacio da Costa, Suzan Roberta Pontes.
- **Elos:** Eduardo Mendonça da Silva, Eliane Krecthu Santos Benite, Gisele Villar, Izidoro Neves, Jamile Aline de Almeida, Mateus Mendes Jacubavicius, Nina Mara Gargioni, Sidney Veríssimo, Valkiria Monteiro Pereira, Volnei Gargioni.

13.4 Ilhabela (SP)

- **Equipe técnica:** Alexandre Rycheta Arten, Larissa de Jesus Machado, Marina Rodrigues de Camargo e Thiago Gomes Pereira.
- **Elos:** Adriana Albuquerque, Christopher Custódio Gonçalves, Cledson Luan Calheiro Rios, João Pedro Pereira Sales, Juscimara P. Lima, Júlia Cristina Valeriano, Marcia Dugerio Silva, Maria Clara Anacleto e Sebastiana Rocha da Silva.

13.5 Caraguatatuba (SP)

- **Equipe técnica:** Alexandre Rycheta Arten, Bianca Santos, Jacqueline Vieira, Leonardo Marcelo e Vagner Pereira Gonçalves.
- **Elos:** Aparecida Leme de Souza Costa, Bruna dos Santos Machado, Carmem Luiza Ramos da Silva, José Giovani da Silva, Jaqueliny Corina Orteney Nascimento, Jamily Noemi de Faria, Lazuly de Joung Orteney do Nascimento, Matheus Araújo do Amaral, Rosângela Maria Pires e Samili Pimentel da Paixão.

13.6 Paraty (RJ)

- **Equipe técnica:** Alexandre Arten, Ana Beatriz Nunes, Camila Fernandes, Loani Gomes, Raquel Dias Possidônio.
- **Elos:** Agatha Amorim, Angieara Gallegos, Elis Fuchina, Everton Silva, Izabella Mesquita, Lavínia Martins, Marineide Almeida, Miguel da Silva, Pamela Silva, Sophia Santos e Talita Ayres.

13.7 Niterói (RJ)

- **Equipe técnica:** Ana Carolina Pavão, Eliza Maria Barbosa, Jéssica Toledo, Jhonata Barcelos e Verônica Parente.
- **Elos:** Adriana Horácio dos Santos Correa, Alessandra Alves da Silva, Ana Cristina de Jesus Ferreira da Paixão, Edson Mouta Vasconcelos, Jessika da Conceição Chagas de Souza, João Pedro Ferreira Garcia, Kalpter de Souza da Silva, Karime Pereira Ribeiro Lima, Valeria Coutinho, Igor Coutinho e Larissa Mendonça Fagundes (Participante).

13.8 Maricá (RJ)

- **Equipe técnica:** Ariel Guerreiro, Eliza Barbosa, Fharah Mahrmud, Luana Wanderley, Jessica Barbosa, Vanessa Rocha.
- **Elos:** Cristiane Pascoal, Brenda Cristina Teixeira Araujo, Elly Nascimento, Fabrício Gomes, Fellipe dos Anjos, Guilherme Barbosa, Henrique Carlos, Joyce Cardoso, Julia Lopes, Lucas Alcântara, Luciano Xavier, Patrícia Nunes, Rafaella Gonçalves, Yris Werneck.

13.9 Guapimirim (RJ)

- **Equipe técnica:** Angélica Oliveira da Costa, Daniela Domeneghini, Eliza Maria Lopes Barbosa, Heloamir Paiva da Conceição e Luís Eduardo Guerra Domingos Nogueira.
- **Elos:** Alice Simões, Mônica Patrícia Baldino e Vera Luíza.

13.10 São Paulo (SP)

- **Equipe Técnica:** Prof.º Hélio Janny Teixeira, Luiz Patricio, Rodolfo Guido. Fernanda Nunes, Roberta Kelly Britto, Ana Carolina Salgado e Fernando Estevão.

XIV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO BLOCO 1

14.1 Iguape (SP)

ÂMBITO JURÍDICO. A questão da politização dos Tribunais de Contas e o controle das contas públicas no Brasil. Âmbito Jurídico. Revista Jurídica. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-187/a-questao-da-politizacao-dos-tribunais-de-contas-e-o-controle-das-contas-publicas-no-brasil/. Acesso em: 18 out. 2024.

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Relatórios de Impacto Ambiental, 2024. Disponível em: Acesso em 17 out. 2024.

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Campo de Mexilhão. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/desenvolvimento-e-producao/pd/mexilhao.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível. Campo de Baúna. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/desenvolvimento-e-producao/pd/bauna.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos - AUDESP. Estrutura Contábil Principais Aspectos. Apostila Aplicada ao

Ciclo de Contabilistas. 2006. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/audesp-documentacao/apostila_ciclo_de_contabilistas_2006.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.858, de 09 de setembro de 2013. Destina os recursos provenientes da exploração de petróleo e gás para educação e saúde. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL. Disponível em: https://www.interlegis.leg.br/produtos-servicos/sapl. Acesso em: 28 nov. 2024.

FUNDAÇÃO SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo, 2024. Disponível em: https://municipios.seade.gov.br/. Acesso em: 17 out. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados do Censo Demográfico de 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/iguape/pesquisa/10102/122229. Acesso em: 17 out. 2024.

ILHA COMPRIDA. Lei nº 1.486, de 12 de abril de 2018. Institui o Conselho Municipal de Acompanhamento da Aplicação dos *Royalties* de Petróleo e Gás Natural no município de Ilha Comprida. Ilha Comprida, 2018. Disponível em: https://ilhacomprida.sp.gov.br/home/media/files/LEI%201486%2018%20CONSELHO%20*ROYALTIES*.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

JUSBRASIL. A politização dos tribunais de contas e a autonomia dos conselheiros. JusBrasil. Disponível em: https://jusbrasil.com.br/artigos/812124074/a-politizacao-dos-tribunais-de-contas-e-a-autonomia-dos-conselheiros. Acesso em: 18 out. 2024.

PARMIS – Plano de Avaliação e Mitigação de Impactos Socioambientais. Proposta de programas macrorregionais para compor o Eixo 4 do Plano Macro. Coordenação: Tatiana Walter, et al. 2023. Disponível em: https://maress.furg.br/images/PARMIS_Documentos_2_e_3_31072023_v2.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

PETROBRAS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 4. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://licenciamento.ibama.gov.br. Acesso em: 17 out. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE. Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Iguape, 2024. Disponível em: https://www.iguape.sp.gov.br/publicos/9dd3943e41bc1bb604f0ce4c4bcaa219.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE. Portal da Transparência. Iguape, 2024. Disponível em: http://pmiguape.ddns.net:81/PortaldaTransparencia/Pages/Geral/wfPlanejamentoExibicao.aspx. Acesso em: 4 nov. 2024.

SENADO FEDERAL, 2024. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL, Disponível em: https://www.interlegis.leg.br/produtos-servicos/sapl. Acesso em: 29 nov. 2024.

SHULTZ, Jim. Seguindo a pista do dinheiro: um guia para monitorar orçamentos e receitas do petróleo e gás natural. Nova Iorque: Open Society Institute, 2005.Disponível em: https://resourcegovernance.org/sites/default/files/RWI_follow_po.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

TCE - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Painel ODS. São Paulo, 2024. Disponível em: https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AODS%3AODS.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero. Acesso em: 18 out. 2024.

VALE JORNALISMO ONLINE – Podcast Vale Jornalismo Online, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i0tNtCihSlk&t=2812s . Acesso em: 29 ago.2024.

14.2 Ilha Comprida (SP)

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Lei de Acesso à Informação. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br. Acesso em: 07 jul. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Departamento de Gestão do SAESP, Departamento de Difusão e Preservação do Acervo, Centro de Assistência aos Municípios, Tribunal de Contas do Estado, Diretoria Geral, Departamentos de Supervisão e Fiscalização. Guia Técnico de Transparência Municipal. São Paulo: APESP; TCESP, 176p. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov. br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 01 de outubro de 2024

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula ao acesso à informação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 4 de outubro de 2024

BRASIL. Lei nº 12.858, de 09 de setembro de 2013. Destina os recursos provenientes da exploração de petróleo e gás para educação e saúde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm. Acesso em: 8 de outubro de 2024

DIEGUES, A. C. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. São Paulo: [s.n.], 2007, 41p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilha-comprida/historico. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilha-comprida/panorama. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar, 2023. Brasília: MEC, 2023.

PETROBRAS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3. Rio de Janeiro, 2017.

PETROBRAS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 4. Rio de Janeiro, 2022.

SÃO PAULO. Constituição do Estado de São Paulo, 1989. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1989. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html. Acesso em: 10 de outubro de 2024

SÃO PAULO. Lei Estadual nº 7.644, de 30 de dezembro de 1991. Dispõe sobre os municípios considerados estâncias turísticas. São Paulo, 1991. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/. Acesso em: 10 de outubro de 2024

ILHA COMPRIDA. Lei nº 1.486, de 12 de abril de 2018. Institui o Conselho Municipal de Acompanhamento da Aplicação dos *Royalties* de Petróleo e Gás Natural no município de Ilha Comprida. Ilha Comprida, 2018. Disponível em: https://ilhacomprida.sp.gov.br/home/media/files/LEI%201486%2018%20CONSELHO%20*ROYALTIES*.pdf . Acesso em: 10 de outubro de 2024

14.3 Cananéia (SP)

BRASIL. Lei de Acesso à Informação (LAI). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CANANÉIA. Execução Orçamentária 2024 de Cananéia. Relatório de Execução Orçamentária. Obtido por meio da Lei de Acesso à Informação.

CANANÉIA. Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 de Cananéia. Disponível em: <https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_34_0_1_26122023163812.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CANANÉIA. Portal da Transparência de Cananéia. Disponível em: <https://www.cananeia.sp.gov.br/transparencia>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CANANÉIA. Quadro Demonstrativo de Despesas do município 2023 de Cananéia. Obtido por meio da Lei de Acesso à Informação.

CANANÉIA. Relatório de Gestão Fiscal 2023 de Cananéia. Obtido por meio da Lei de Acesso à Informação.

CIDADE E CULTURA. Cultura Caiçara de Cananéia. Disponível em: <https://www.cidadeecultura.com/cultura-caicara-de-cananeia/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

Consultoria Mineral – Engenharia e Meio Ambiente. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3 - Revisão 1. Elaborado para Petrobras. [S.l.], [ano]. 60 p.

DIAS, Renê Lepiani; DE OLIVEIRA, Regina Célia. Caracterização Socioeconômica e Mapeamento do Uso e Ocupação da Terra do Litoral Sul do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 21 ago. 2024.IBGE. Sítio eletrônico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/cananeia/panorama>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FUNDAÇÃO FLORESTAL, Plano de Manejo: Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Sul. APA Marinha Litoral Sul – Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, julho de 2021. 162 p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Saiba quais são e onde ficam as sete terras indígenas declaradas ao povo Guarani em São Paulo. Disponível em: <https://socioambiental.org/noticias-socioambientais/saiba-quais-sao-e-onde-ficam-sete-terras-indigenas-declaradas-ao-povo>. Acesso em: 01 nov. 2024.

IPATRIMÔNIO. Cananéia - Centro Histórico. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/cananeia-centro-historico/#!/map=38329&loc=-25.016181999999986,-47.92753600000001,17>. Acesso em: 01 nov. 2024.

JORNAL USP. Desincentivo e corte de recursos trazem problemas ao censo demográfico de 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/desincentivo-e-corte-de-recursos-trazem-problemas-ao-censo-demografico-de-2022/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SEADE. Sítio eletrônico. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/#>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PETROBRAS. Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3: Resposta à Informação Técnica GT Pré-Sal Etapa 3 nº 001/2018 - Análise da Revisão 00 do Estudo de Impacto Ambiental. Revisão 00. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2018. 88 p.

TRANSPARÊNCIA. Portal da Transparência da Prefeitura de Cananéia. Disponível em: <https://cananeia-prefeitura.cecam.com.br/CECAM_TRANSPARENCIA/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

14.4 Ilhabela (SP)

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Parque Estadual de Ilhabela: Plano de manejo - resumo executivo. São Paulo, 2015. Disponível em:<https://fflorestal.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/resumo-executivo-1.pdf> Acesso em: 16 de out. 2024.

GEOBRASILIS. Revisão Plano Diretor de desenvolvimento socioambiental de Ilhabela. Diagnósticos, leitura técnica e análises – Etapa 2. São Paulo, 2023.

IAS – Instituto Água e Saneamento. Municípios e Saneamento: Ilhabela. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/sp/ilhabela#:~:text=COLETA%20E%20TRATAMENTO%20DE%20ESGOTO,esgotos%20na%20natureza%20sem%20tratamento.> Acesso em 05 de out. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados agregados. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 set. 2024.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2016.

ILHABELA. Portal da Transparência de Ilhabela. Disponível em: https://www.ilhabela.sp.gov.br/portal/transparencia. Acesso em: 04 set. 2024.

PARMIS. Documentos do PARMIS. Disponível em: https://maress.furg.br/projetos-em-andamento-parmis-publicacoes. Acesso em: 16 set. 2024.

PETROBRAS. RIMA - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): Estudo de Impacto Ambiental para Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 4. mar. 2022

PNUD. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS Ilhabela. Brasília, 2020.

BRASIL. Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA). Licenciamento das Etapas 1, 2, 3 e 4 do Pré-Sal da Bacia de Santos. Disponível em: https://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Producao/Producao-Bacia%20de%20Santos%20-%20Polo_Pre-Sal-Etapa-4_Petrobras/. Acesso em: 10 set. 2024.

Atlas Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha. Acesso em: 10 set. 2024.

Brasil. Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Tesouro Nacional. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/siconfi. Acesso em: 06 set. 2024.

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Relatórios de Arrecadação de *Royalties*. Disponível em: http://www.anp.gov.br. Acesso em: 09 set. 2024

ILHABELA. Plano Plurianual (PPA) 2022-2025. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2021. Disponível em: https://www.ilhabela.sp.gov.br/portal/servicos/1017/ppa--ldo--loa/. Acesso em: 10 set. 2024.

ILHABELA. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2023. Disponível em: https://www.ilhabela.sp.gov.br/portal/servicos/1017/ppa--ldo--loa/. Acesso em: 10 set. 2024.

ILHABELA. Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2023. Disponível em: https://www.ilhabela.sp.gov.br/portal/servicos/1017/ppa--ldo--loa/. Acesso em: 25 set. 2024.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

IIS. Análise histórica do Orçamento Municipal e reflexo da Reforma administrativa do município de Ilhabela. Instituto Ilhabela Sustentável. 24 de jan. 2022. Disponível em: < https://iis.org.br/farol-da-ilha/analise-historica-do-orcamento-municipal-e-reflexo-da-reforma-administrativa-do-municipio-de-ilhabela/> Acesso em: 2 de out. 2024.

IIS. Análise do Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) pelo Instituto Ilhabela Sustentável em 10 municípios da região. 12 de março de 2024. Disponível em: <https://iis.org.br/farol-da-ilha/analise-do-indice-de-transparencia-e-governanca-publica-itgp-pelo-instituto-ilhabela-sustentavel-em-10-municipios-da-regiao/ > Acesso em: 16 de out. 2024.

OLS (OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL). *Royalties*: recursos para políticas públicas e desenvolvimento sustentável. Coordenação Danielle Klintowitz. - São Paulo: Instituto Pólis, 2016. 104p. (Caderno Temático, 2). Disponível em: < https://polis.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CT-*ROYALTIES*-Observatorio_02.pdf> Acesso em: 30 de out. De 2024.

OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/adistancia-que-nos-une/. Acesso em 6 de jun. De 2019.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: Diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

14.5 Caraguatatuba (SP)

AGEMVALE. Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Disponível em: https://agemvale.sp.gov.br/divisao-sub-regional/. Acesso em 02 set. 2024.

ALESP, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=274817#:~:text=A%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtico%2Dadministrativa%2C%20entretanto,foi%20reconhecida%20como%20est%C3%A2ncia%20balne%C3%A1ria. Acesso em: 14 ago.2024.

BRASIL, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/acesso-a-informacao/convenios-transferencias Acesso em: 14 ago. 2024.

Caraguatatuba Disponível em: < https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2024/02/RELATORIO-MONITORAMENTO-PPA-2023.pdf > Acesso em 09 ago. 2024.

Agência Nacional do Petróleo. Assuntos. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/desenvolvimento-e-producao/pd/mexilhao.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

Agência Nacional do Petróleo. Assuntos. *Royalties*. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/*royalties*-e-outras-participacoes/*royalties*. Acesso em: 24 out. 2024.

Agência Nacional do Petróleo. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/acesso-a-informacao/glossario/glossario/g. Acesso em: 04 nov.2024.

Agência Nacional do Petróleo. *Royalties*. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/*royalties*-e-outras-participacoes/*royalties*. Acesso em 21 ago. 2024.

Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm Acesso em: 14 ago. 2024

Ouvidorias. Disponível em: https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/rede-de-ouvidorias. Acesso em: 04 out. 2024.

Planalto. Lei 12527. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em 27 set 2024.

Planejamento. Disponível em: http://planejamento.sp.gov.br/ppa/. Acesso em 18 set. 2024.

Planejamento. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento Acesso em: 23 set. 2024.

Portal da Transparência. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/localidades/3510500-caraguatatuba. Acesso em 25 set. 2024.

CMC. Plano Diretor de Caraguatatuba. Disponível: https://www.camaracaragua.sp.gov.br/ap/anexos_revisao_plano_diretor.pdf. Acesso em 04 out. 2024.

GLOBO. Portal G1. bombeiro-relata-deslizamento-que-ocorreu-ha-56-anos-e-matou-centenas-de-pessoas-no-litoral-norte-de-sp. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/02/26/bombeiro-relata-deslizamento-que-ocorreu-ha-56-anos-e-matou-centenas-de-pessoas-no-litoral-norte-de-sp.ghtml. Acesso em: 25 out. 2024.

IBAMA. Dutos Gasodutos Unidade de Tratamento de Caraguatatuba https://licenciamento.ibama.gov.br/Dutos/Gasoduto/Unidade%20de%20Tratamento%20de%20Caraguatatuba/UTGCA_RIMA.pdf Acesso em: 16 ago. 2024.

Licenciamento. Disponível em: https://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Producao/Producao%20-%20Bacia%20de%20Santos%20%20-%20Sistema%20de%20Producao%20de%20Gas%20e%20Condensado%20no%20Campo%20de%20Mexilhao%20-%20Petrobras/EIA%20Mexilh%C3%A3o/Cap%C3%ADtulo%20II/02.%20Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Atividade/II.2.1%20ao%202.3%20Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Atividade.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

IBGE, Cidades. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/caraguatatuba/panorama > Acesso em: 05 ago. 2024

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Caraguatatuba. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/caraguatatuba/panorama. Acesso em 23 out. 2024.

INPE, Caraguatatuba. Disponível: http://nridaln.cptec.inpe.br/caragua.shtml Acesso em 09 ago. 2024

INSTITUTO POLIS. Litoral sustentável desenvolvimento com inclusão social. Resumo executivo de Caraguatatuba. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Resumo-executivo-CARAGUATATUBA-Litoral-Sustentavel.pdf . Acesso em: 21 out. 2024.

IPEA. Repositório. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13744/1/TD_2996_Web.pdf Acesso em: 16 ago. 2024.

MEC. Portal MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/19004-camara-aprova-75-dos-*royalties*-para-educacao-e-25-para-saude#:~:text=A%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados%20aprovou,sejam%20destinados%20as%20duas%20%C3%A1reas. Acesso em: 28 ago. 2024.

PETROBRAS. Agência. Disponível em: https://agencia.petrobras.com.br/w/unidade-da-petrobras-em-caraguatatuba-bate-recorde-anual-de-producao-de-glp Acesso em: 14 ago. 2024.

Comunica Bacia de Santos Empreendimentos Mexilhão. Disponível em: https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/empreendimentos/mexilhao. Acesso em 14 ago. 2024

Comunica Bacia de Santos Unidade de Gás Monteiro Lobato. Disponível em: https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/conteudo/unidade-de-tratamento-de-g%C3%A1s-monteiro-lobato . Acesso em 14 ago. 2024.

Royalties. Disponível em: https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/*royalties* Acesso em: 14 ago. 2024

Comunica bacia de Santos. Disponível em: https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/*royalties*. Acesso em: 27 ago.2024

Nossa Energia. Operacional. Disponível em: https://nossaenergia.petrobras.com.br/w/inovacao/fpso#:~:text=Os%20FPSOs%20s%C3%A3o%20os%20sistemas,de%20excel%C3%AAncia%20t%C3%A9cnica%20e%20operacional. Acesso em 26 ago. 2024.

Quem Somos. Disponível em: https://petrobras.com.br/quem-somos/refinaria-henrique-lage. Acesso em: 21 ago. 2024.

PMC. Plano de Manejo. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2023/03/Plano-de-Manejo.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

Plano diretor de Caraguatatuba. Disponível em: https://www.camaracaragua.sp.gov.br/ap/anexos_revisao_plano_diretor.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

PPA 2022-2025. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/wp-content/uploads/2024/02/RELATORIO-MONITORAMENTO-PPA-2023.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. Conselhos. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/servicos/servicos-ao-cidadao/conselhos/. Acesso em: 04 out. 2024.

Serviços. Plano Diretor. Disponível em: https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/servicos/servicos-a-empresa/plano-diretor/. Acesso em: 24 out. 2024.

PMJ. Câmara Municipal de Jordania. Orçamento do Município. Disponível em: https://www.jordania.cam.mg.gov.br/orcamento-do-municipio/ldo. Acesso em: 18 set. 2024.

SEEC. Secretaria de Estado de Economia. Lei Orçamentária Anual. Disponível em: https://www.economia.df.gov.br/loa/. Acesso em 18 set. 2024.

TCE. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Transparência. Disponível em: https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/caraguatatuba. Acesso em 25 set. 2024.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Transparência. Disponível em: https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/caraguatatuba/2024. Acesso em 03 out.2024.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Transparência. Disponível em: https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/caraguatatuba/2023. Acesso em 03 out.2024.

TRANSPETRO, Nossas Atividades. Disponível em: https://transpetro.com.br/transpetro-institucional/nossas-atividades/dutos-e-terminais/terminais-aquaviarios/sao-sebastiao-sp.htm Acesso em 15 ago. 2024.

14.6 Paraty (RJ)

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Critérios de enquadramento legal e distribuição de *royalties*. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/*royalties*-e-outras-participacoes/*royalties*. Acesso em: 25 nov. 2024.

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). Dados sobre *royalties* e participações especiais. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/search?origem=form&SearchableText= Dados%20sobre%20*royalties*%20e%20%C2%A0%C2%A0participa%C3%A7%C3%B5es%20especiais. Acesso em: 22 set. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY. Audiências. Disponível em: https://paraty.rj.leg.br/site/audiencias/. Acesso em: 30 set. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY. Criação de Conselho Municipal de Fiscalização de Recursos dos *Royalties*. Disponível em: https://paraty.rj.leg.br/site/propositura/dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-de-fiscalizacao-dos-recursos-advindos-das-participacoes-governamentais-dos-*royalties*-do-petroleo-e-pre-sal/. Acesso em: 03 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama do município de Paraty. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/panorama. Acesso em: 07 out. 2024.

PARATY. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024. Disponível em: http://186.237.171.226:8079/transparencia/Default.aspx?AcessoIndividual=lnkLDO. Acesso em: 30 out. 2024.

PARATY. Lei Orçamentária Anual (LOA) 2023. Disponível em: https://transparencia.paraty.rj.gov.br/conteudo/loa/LOA-2023.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

PARATY. Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024. Disponível em: https://transparencia.paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/loa-2024/LOA% 202024.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

PARATY. Plano Diretor. Disponível em: https://paraty.rj.leg.br/site/wp-content/uploads/2021/04/Proj_LeiComplementar-06-Maio2016_0.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

PARATY. Plano Plurianual (PPA) 2022–2025. Disponível em: http://186.237.171.226:8079/transparencia/Default.aspx?AcessoIndividual=lnkPPA. Acesso em: 30 out. 2024.

PARATY. Portal da Transparência. Disponível em: https://transparencia.paraty.rj.gov.br/. Acesso em: 03 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. Disponível em: https://www.otss.org.br. Acesso em: 01 nov. 2024.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) 2023. Disponível em: em: http://186.237.171.226:8079/transparencia/Default.aspx?AcessoIndividual=LnkRREO. Acesso em: 01 nov. 2024.

PARATY. Recebe o título de Patrimônio Mundial Misto pela UNESCO. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2022/11/ paraty-rj-recebe-certificado-de-patrimonio-mundial-pela. Acesso em: 01 nov. 2024.

RELATÓRIOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS (RIMA) DOS LICENCIAMENTOS DAS ETAPAS 3 E 4 DO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS. Disponível em : https://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Producao/. Acesso em: 28 ago. 2024.

PORTAL DA FAZENDA. Receita do petróleo – 2023. Disponível em: https://portal.fazenda.rj.gov.br/petroleo/receita/2023-2/. Acesso em: 01 nov. 2024.

TESOURO NACIONAL. Fundo especial do petróleo. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/search?origem=form&Searchable Text=fundo%20especial%20do%20petroleo. Acesso em: 01 nov. 2024.

POLITIZE. Transparência Pública. Disponível em: https://www.politize.com.br/transparencia/. Acesso em: 30 out. 2024.

14.7 Niterói (RJ)

Albernaz, E. (17 de Junho de 2024). WikiFavelas. Fonte: WikiFavelas: https://wikifavelas.com.br/index.php/Favelas_de_Niter%C3%B3i

Autoridades Portuária Portos Rio . (28 de Março de 2018). Porto de Niterói - História e Características. Fonte: Portos Rio , Autoridades Portuária: https://www.portosrio.gov.br/pt-br/portos/porto-de-niteroi/historia-e-caracteristicas

Brasil. (1989). Lei nº 7.990/89. dezembro. Brasil.

Brasil. (6 de agosto de 1997). Lei nº 9.478/97. Brasil.

Brasil. (10 de 07 de 2001). Lei nº 10.257/2001. Brasil.

Brasil. (22 de dezembro de 2010). Lei nº 12.351/10. Brasil.

Brasil. (30 de novembro de 2012). Lei nº 12.734/12. Brasil.

Brasil. (09 de setembro de 2013). Lei Federal nº 12.858/13. Brasil.

Brasil. (2017). Lei nº 008/2017. Brasil.

Brasil. (2024). e-SIC. Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão: https://esic.cge.ro.gov.br/

Brasil. (2024). Fala.Br. Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação: https://falabr.cgu.gov.br/web/login

Campos Jr, G. (17 de março de 2024). *Royalties* e participações de petróleo encolhem R$ 26,4 bi em 2023. Fonte: Poder 360: https://www.poder360.com.br/economia/*royalties*-e-participacoes-de-petroleo-encolhem-r-264-bi-em-2023/#:~:text=O%20pagamento%20de%20*royalties*%20caiu,%2C%20uma%20baixa%20de%2035%25

Campos Jr., G. (22 de outubro de 2023). Depois de recorde de *royalties*, cenário não se repete em 2023. Fonte: https://www.poder360.com.br/economia/depois-de-recorde-de-*royalties*-cenario-nao-se-repete-em-2023/#:~:text=A%20arrecada%C3%A7%C3%A3o%20de%20receitas%20de,9%20bilh%C3%B5es%20no%20%C3%BAltimo%20ano

Campos Jr., G., & Natália , V. (4 de outubro de 2023). Poder 360. Fonte: https://www.poder360.com.br/brasil/stj-julga-divisao-milionaria-de-*royalties*-no-rj-entenda/

Companhia Docas do Rio de Janeiro. (Maio de 2019). PDZ do Porto Organizado de Niterói. Fonte: Companhia Docas do Rio de Janeiro: https://www.portosrio.gov.br/sites/default/files/inline-files/pdz_do_porto_organizado_de_niter%C3%B3i_-_2019.pdf

IBAMA. (Outubro de 2017). EIA/RIMA. Relatório de Impacto Ambiental - Atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural. Brasil.

IBGE. (2022). IBGE. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: https://www.ibge.gov.br/

IBGE. (2024). IBGE. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/.html?

Mariani, D., Roncolato, M., Ducroquet, S., & Tonglet, A. (19 de Abri de 2019). Niterói lidera ranking nacional da segregação racial. Fonte: https://qualperfil.pluriverso.online/niteroi-lidera-ranking-nacional-da-segregacao-racial

Menezes, P. (31 de março de 2023). São Gonçalo não tem direito a mais *Royalties*, diz ANP e IBGE. Fonte: A Tribuna: https://atribunarj.com.br/materia/sao-goncalo-no-tem-direito-a-mais-*royalties*-diz-anp-e-ibge

Niterói (RJ). (16 de fevereiro de 2017). Projeto de Lei Nº 00008/2017. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2015). Lei Municipal nº 3.188/15. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2019). decreto nº 13.215/2019. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2019). Plano Diretor. Fonte: Secretaria de Urbanismo e Mobilidade: https://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/anexos/Plano%20Diretor/Revis%C3%A3o%20PD/Lei%20n%C2%BA%203385-19%20PL%2008-17%20republica%C3%A7%C3%A3o.pdf

Niterói (RJ). (2021). Fundo de Equalização da Receita. Fonte: https://www.niteroidofuturo.niteroi.rj.gov.br/sobre/

Niterói (RJ). (2022). LDO. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2022). LOA. Lei Orçamentária Anual. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2022). PPA. Plano Plurianual. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2023). LDO. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Niterói (RJ). (2023). LOA. Lei Orçamentária Anual. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2023). RREO. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2024). Conselho Municipal de Transparência e Controle Social. Fonte: Portal da Transparência de Niterói: https://transparencia.niteroi.rj.gov.br/api/cms/menus/getContent/93#:~:text=Os%20interessados%20devem%20entrar%20em,solicitar%20o%20link%20da%20videoconfer%C3%AAncia.%20;%20https://transparencianiteroi.blogspot.com/2022/03/eleicao-no-observatorio-social.h

Niterói (RJ). (2024). LDO. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Niterói (RJ). (2024). LOA. Lei Orçamentária Anual. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Paes, M. H., & Portugal, R. (2019). Niterói/RJ e o Petróleo: receitas públicas municipais. Boletim Petróleo, *Royalties* e Região, nº 63, pp. 53-57. Acesso em 04 de novembro de 2024, disponível em https://*royalties*dopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2019/09/Artigo6-mai_ago2019.pdf

Prefeitura de Niterói. (2024). Fonte: Prefeitura de Niterói: https://niteroi.rj.gov.br/linha-do-tempo/#:~:text=Niter%C3%B3i%20j%C3%A1%20investiu%20mais%20de,dos%20efeitos%20financeiros%20e%20sociais).&text=05%20a%2009%2F07%20%E2%80%93%20Entrega,dos%20efeitos%20financeiros%20e%20sociais

Prefeitura de Niterói. (2024). Fonte: Niterói que queremos: https://www.portalplanejamento.niteroi.rj.gov.br/plano.php

Prefeitura de Niterói. (31 de Outubro de 2024). Prefeitura de Niterói. Fonte: https://niteroi.rj.gov.br/

Prefeitura de Niterói. (2024). SECLIMA. Fonte: Secretaria Municipal do Clima: https://clima.niteroi.rj.gov.br/

Prefeitura de Niterói. (Outubro de 2024). Sigeo. Fonte: Sistema de Gestão de Geoinformação: https://censos.niteroi.rj.gov.br/pages/economia

Pré-sal Petróleo S/A. (2024). PPSA. Fonte: https://www.presalpetroleo.gov.br/contratos-de-partilha-eproducao/o-regime-fiscal/

Rio de Janeiro. (2024). Portal de Transparência do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: https://www.rj.gov.br/transparencia/

Secretaria da Fazenda de Niterói. (Abril de 2023). Boletim de Movimento Econômico. Fonte: Boletim de Movimento Econômico: https://www.fazenda.niteroi.rj.gov.br/site/wp-content/uploads/2023/06/Boletim-Economico-ISS-1T2023.pdf

14.8 Maricá (RJ)

CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ. Central de atendimentos, Protocolos. Disponível em: <https://cmmarica.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CODEMAR. Aeroporto de Maricá vai apresentar melhorias e plano de expansão para comitê da Petrobras. Maricá, 30 de agosto de 2023. Disponível em: <https://codemar-sa.com.br/aeroporto-de-marica-vai-apresentar-melhorias-e-plano-de-expansao-para-comite-da-petrobras/ >. Acesso em: 18 nov. 2024.

CTA – SERVIÇOS EM MEIO AMBIENTE LTDA. Relatório de Impacto Ambiental para a atividade de produção e escoamento de petróleo e gás do Polo Pré-sal da Bacia de Santos, Etapa 4, março de 2022. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/empreendimentos/etapa-4>. Acesso em: 18 nov. 2024.

IBGE CIDADES. Maricá, história e fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/historico>. Acesso em:14 nov. 2024a.

IBGE CIDADES. Panorama IBGE Cidades, Maricá. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 14 nov. 2024b.

KONCHINSKI, Vinícius. Petrobrás produz e investe mais, mas lucra menos com queda no preço internacional do petróleo. Brasil de Fato, Curitiba, 10 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/10/petrobras-produz-e-investe-mais-mas-lucra-menos-com-queda-no-preco-internacional-do-petroleo>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MARICÁ INFO. Maricá: Codemar diz que medidas reduzirão em 70% o ruído do aeroporto; entenda! Maricá, 11 de novembro de 2024a. Disponível em: <https://maricainfo.com/2024/11/11/marica-codemar-diz-que-medidas-reduzirao-em-70-o-ruido-do-aeroporto-entenda.html?fbclid=IwY2xjawGl5-

RleHRuA2FlbQIxMQABHbYWcl5uwnhoz_HKSx6t-kEpksQdXLPwqApMdESX4tnE_c5CQ0EeFSODUA_aem_6D5b8vR_fHistzh_of82_w&amp=1>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MARICÁ INFO. Maricá: Som perturbador de helicópteros tira o sossego de moradores na região central; ANAC cobra informações. Maricá, 18 de outubro de 2024b. Disponível em: <https://maricainfo.com/2024/10/18/marica-som-perturbador-de-helicopteros-tira-o-sossego-de-moradores-na-regiao-central-anac-cobra-explicacoes.html?amp=1>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA. Relatório de Impacto Ambiental. Outubro de 2017, revisão 1. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/documents/d/comunica-bacia-de-santos/rima_etapa_3-pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL. MPF recomenda medidas para regularização da operação e redução de ruídos no Aeroporto Municipal de Maricá, 8 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-recomenda-a-regularizacao-da-operacao-do-aeroporto-municipal-de-marica-rj>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PASSOS, Adão Alves. Fundo Soberano: Nota técnica n°30 FSM-Nota técnica sobre a performance dos ativos do FSM junho e julho de 2023. 5 de outubro 2023. Disponível em: <https://fundosoberano.marica.rj.gov.br/nota-tecnica-no-25-fsm-2-2-2-2/>. Acesso em 18 nov. 2024.

PETROBRAS. Audiência Pública do Parque Termoelétrico Gaslub. 14 de agosto de 2024a. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/6wAigWGwYXQ>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PETROBRAS. Comunicação bacia de santos, Etapa 4, 2022a. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/empreendimentos/etapa-4>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PETROBRAS. Petrobras concentra operações aéreas para o campo de Búzios no aeroporto de Maricá. Agência Petrobrás, 03 de setembro de 2024b. Disponível em: <https://agencia.petrobras.com.br/w/negocio/petrobras-concentra-operacoes-aereas-para-o-campo-de-buzios-no-aeroporto-de-marica>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PETROBRAS. Petrobras informa. Informativo da Petrobrás na região do Leste Fluminense. Dezembro de 2022b. Disponível em: <https://www.petrobras.com.br/documents/2677942/3012726/petrobras%20informa%20dez%202022%20C6.pdf/08f4dbdf-f2f5-f30f-3b2f-f036a501fe55?version=1.0&t=1689877721000&download=true>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PETROBRAS. Petrobras protocola no IBAMA EIA/RIMA referente ao projeto etapa 3 do Pré-Sal, 17/04/2023. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/w/petrobras-protocola-no-ibama-eia/rima-referente-ao-projeto-etapa-3-do-pre-sal#:~:text=O%20EIA%2FRIMA%20do%20Projeto,e%20acompanhamento%20que%20ser%C3%A3o%20realizados>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PETROBRÁS. Relatório de Impacto Ambiental. Gasoduto Rota 3, Revisão 03, setembro de 2014. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/gasoduto-rota-3-relatorio-de-impacto-ambiental>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. Aeroporto de Maricá inicia operações “offshore”. Maricá, 3 de março de 2022. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/aeroporto-de-marica-inicia-operacoes-offshore/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. Anexo 6b do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 5º bimestre de 2023a. Disponível em: <https://static.marica.rj.gov.br/arquivos/downloads/transparencia/rreo/2023/5_bimestre/4992023 10RREO5_638364274294278475.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. Consulta por despesas. Portal da Transparência de Maricá. Disponível em: <http://ecidadeonline.marica.rj.gov.br/e-cidade_transparencia_inte/despesas>. Acesso em: 21 nov. 2024a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. Fundo Soberano de Maricá, Nota Técnica n.30. Disponível em: <https://fundosoberano.marica.rj.gov.br/nota-tecnica-no-25-fsm-2-2-2-2/>. Acesso em: 18 nov. 2024b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. Fundo Soberano de Maricá. Disponível em: <https://fundosoberano.marica.rj.gov.br/>. Acesso em: 18 nov. 2024c.

PREFEITURA MUNCIPAL DE MARICÁ. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da seguridade social. Período de Referência: 6º Bimestre de 2023b. Disponível em: <https://static.marica.rj.gov.br/arquivos/downloads/transparencia/rreo/2023/6_bimestre/4992023 12RREO1B_638445526788174196.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SEBRAE. Data MPE Brasil. Município de Maricá, 2023. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/marica>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SUBSECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. Portal da Transparência. Maricá. Disponível em: <http://ecidadeonline.marica.rj.gov.br/e-cidade_transparencia_inte/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Acórdão n. 108335/2023 PLEN. Prestação de Contas do Município de Maricá, 2022. Disponível em: <https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/VisualizarPDF/VisualizarPDF?url=documento%2Facordao%2Fprocesso%2F223045%2F3%2F2023%2Fdocumento%2F191&filename=Ac%C3%B3rd%C3%A3o%20-%20Processo%20223045_3_2023%20-%20Sess%C3%A3o%2008_11_2023>. Acesso em: 21 nov. 2024.

UNITED NACIONS. O que é IDHM? In. United Nacions Development Programme, 2024. Disponível em: <https://undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idhm>. Acesso em: 14 nov. 2024.

VIRADA de jogo? Petrolíferas deixam energia verde de lado e lucram bilhões com combustíveis fósseis. Entenda. The New York Times (veiculado por Jornal O Globo), Baku, Azerbaijão, 20 de novembro de 2024. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/20/virada-de-jogo-petroliferas-deixam-energia-verde-de-lado-e-lucram-bilhoes-com-combustiveis-fosseis-entenda.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2024.

14.9 Guapimirim (RJ)

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Guapimirim (RJ) (2022). PPA. Plano Plurianual. Guapimirim, Rio de Janeiro, Brasil.

Guapimirim (RJ) (2022). LOA. Lei Orçamentária Anual. Guapimirim, Rio de Janeiro, Brasil.

Guapimirim (RJ) (2022). LDO. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Guapimirim, Rio de Janeiro, Brasil.

Guapimirim (RJ) (2022). RREO. Relatório de Execução Orçamentária. Guapimirim, Rio de Janeiro, Brasil.

https://cidades.ibge.gov.br/

https://falabr.cgu.gov.br/

https://guapimirim.rj.gov.br/a-cidade/

https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1

https://www.icmbio.gov.br/apaguapimirim/quem-somos/mosaico-central-fluminense.html

https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/14092022-Risco-de-grave-dano-a-Niteroi--RJ--leva-STJ-a-suspender-repasse-de-*royalties*-do-petroleo-para-outros-municipios.aspx;
https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/19042023-Mantida-suspensao-de-repasse-de-*royalties*-do-petroleo-a-municipios-do-Rio-de-Janeiro.aspx

https://www.tesourotransparente.gov.br/

Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000.

Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

Resolução do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001.

Rio de Janeiro. Tribunal de Contas do Estado. Acórdão Nº 111039/2023-PLEN. Prestação de Contas de Governo Municipal. Relator: José Maurício de Lima Nolasco. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/VisualizarPDF/VisualizarPDF?url=documento/processo/224103/8/2023/documento/172. Acesso em: 27 nov. 2024.

United Nations Development Programme 2024. Human Development Report 2023/2024 technical notes.

STJ mantém decisão que Evita que Niterói, Rio e Maricá percam receitas de *royalties* do petróleo. 19 de abril de 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/19/stj-mantem-decisao-que-evita-que-niteroi-rio-e-marica-percam-receitas-de-*royalties*-de-petroleo.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2024.

BLOCO 2

ANÁLISE DAS RENDAS PETROLÍFERAS E DEPENDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DE MUNICÍPIOS COM SITUAÇÃO SIMILAR AOS ABRANGIDOS PELO PEA RENDAS

XV. ANÁLISE DAS RENDAS PETROLÍFERAS E DEPENDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO (SP), ANGRA DOS REIS (RJ) E ITABORAÍ (RJ).

15.1 Relação dos municípios com a indústria do petróleo e gás

Partindo das discussões atuais referentes às mudanças nos projetos de educação ambiental ao longo das Bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, com a construção do Programa Planeja + no âmbito do Plano Macro foi solicitado pelo Ibama à coordenação do PEA Rendas um levantamento de dados em uma série histórica de cinco anos referente ao recebimento de rendas petrolíferas pelos municípios de São Sebastião, localizado no Estado de São Paulo e de Angra dos Reis e Itaboraí, localizados no Estado do Rio de Janeiro. Esse levantamento de dados e análise tem como objetivo nortear a tomada de decisão para inclusão ou não dos referidos municípios no recorte territorial daqueles abrangidos pelo Programa Planeja + no âmbito do Plano Macro em fases futuras.

A motivação dessa análise deve-se principalmente pelo fato de os três municípios sofrerem algum tipo de influência e/ou mudança em sua dinâmica territorial associadas a cadeia produtiva de petróleo e gás natural.

15.1.1 São Sebastião (SP)

Em São Sebastião há a presença de um Porto e de um Terminal da Transpetro que possuem relação estreita com a indústria e o município sofre os impactos advindos da presença dessas estruturas em seu território. Além desses fatores, é importante destacar os impactos associados à presença constante de navios aliviadores na região, essenciais para o escoamento de petróleo das plataformas até os terminais terrestres. Entre esses impactos destacam-se a poluição sonora subaquática, que interfere na comunicação de espécies marinhas; o risco de vazamentos durante as operações de transbordo; e a introdução de espécies exóticas via água de lastro. Soma-se a isso a prática do

transbordo ship-to-ship (STS), autorizada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), que consiste na transferência de petróleo entre navios em mar aberto. Apesar de sua eficiência operacional, o STS amplia os riscos de acidentes e vazamentos em áreas ambientalmente sensíveis.

Os navios aliviadores também geram conflitos com a pesca artesanal e o turismo, setores fundamentais para a economia local, uma vez que o tráfego de grandes embarcações restringe áreas de pesca, afugenta espécies e pode comprometer a qualidade ambiental das águas costeiras. E ainda há a questão da disputa que se arrasta há mais de sete anos com o município de Ilhabela pela fatia do repasse de rendas petrolíferas por conta do recorte da costa em que Ilhabela “sombreia” São Sebastião e acaba por ser beneficiária exclusiva.

Discussões acerca de uma distribuição mais equitativa de tal recurso entre os dois municípios tramitam no Judiciário. Em 2020 o IBGE emitiu uma nota técnica reconhecendo que a cidade faz confrontação com outros campos além dos registrados até então e, como consequência, a vizinha Ilhabela teve que dividir sua participação de *royalties* destas áreas de forma igualitária com São Sebastião.

Em 2017, a prefeitura da cidade entrou com uma ação na ANP demandando o direito de receber a taxa de produção de petróleo e gás natural no litoral. Como a prefeitura de Ilhabela não concordou em perder uma parcela dos *royalties*, o montante em disputa passou a ser depositado em juízo desde 2021. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em 2023 que os *royalties* de petróleo disputados entre as prefeituras de Ilhabela e São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, deveriam continuar sendo depositados em juízo, até que se resolvesse a competência para julgar o caso. No mesmo ano um juiz federal declarou que a competência já havia sido delegada ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e com isso acatou que os valores (o montante chegava a R$ 1 bilhão) deixassem de ser depositados em juízo e fossem transferidos imediatamente para São Sebastião. No processo, a prefeitura de São Sebastião alegou que precisava dos recursos para ajudar na reconstrução da cidade, que foi devastada por um temporal histórico que deixou mais de 60 mortos e milhares

de desabrigados no município litorâneo. A prefeitura de Ilhabela manifestou que interpôs um novo recurso, pendente de decisão, para suspender, mais uma vez, a liberação dos valores depositados em juízo até a decisão final do mérito da disputa judicial.

15.1.2 Angra dos Reis (RJ)

Já o município de Angra dos Reis que possui em seu território um terminal recebedor de óleo (TEBIG) sofre grande influência do impacto decorrente do tráfego de embarcações de alívio da indústria offshore. O EIA- RIMA da Etapa 4[39] evidencia que é esperado um aumento no número de embarcações de alívio e de atracações nos portos que atualmente já são utilizados por outros empreendimentos da Bacia de Santos, como pode ser visto na figura a seguir.

[39] rima-etapa-4-rev01-pdf-1 Acesso em 13/12/2024

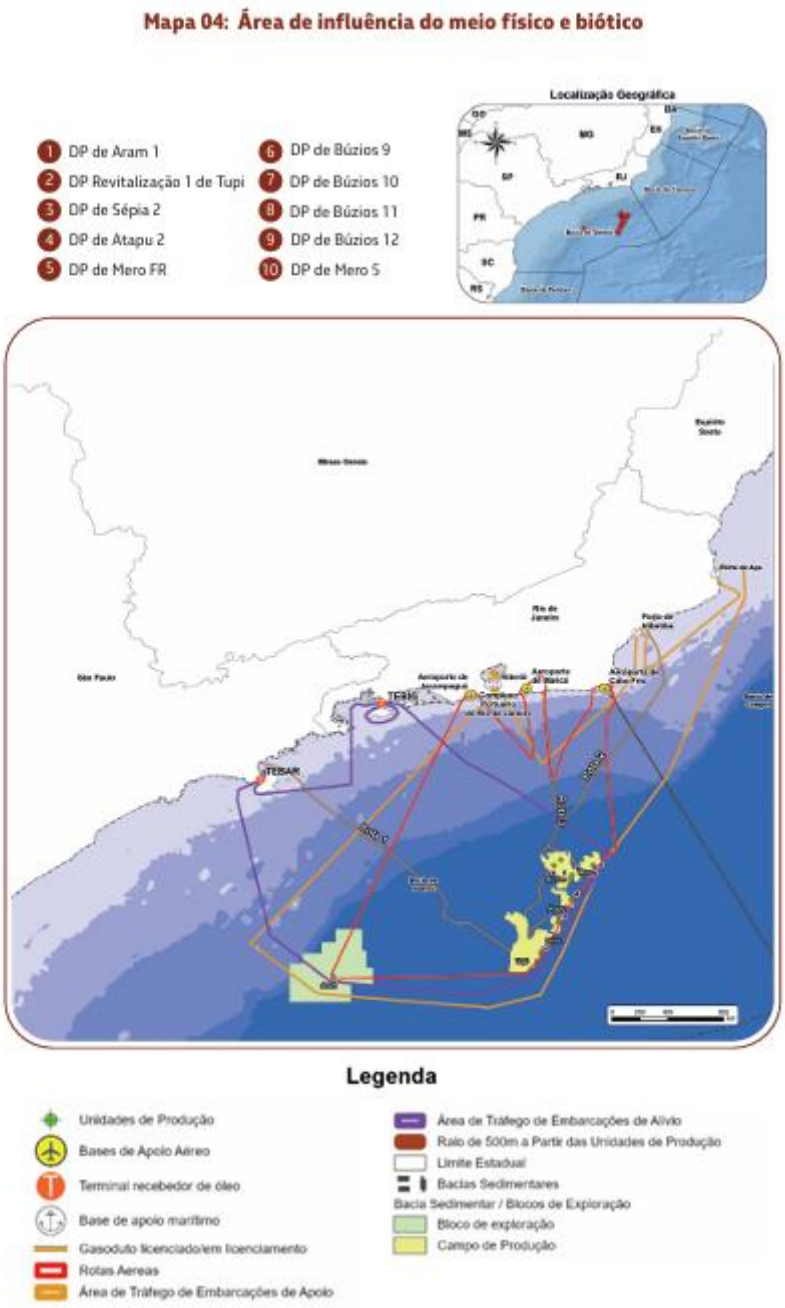


Figura 60: Área de influência do Meio físico e Biótico da Etapa 4 do pré-sal.
Fonte: Rima da Etapa 4.

A situação também é evidenciada pelo Relatório do PMTE do ano de 2023 com o registro de alto fluxo de embarcações de apoio *offshore* na área de influência na Bacia de Santos. Na figura a seguir é possível observar o número

de atracações de embarcações de apoio nos Portos do Rio de Janeiro e Niterói, Angra dos Reis, São Sebastião, Santos, São Francisco do Sul e Itajaí. Angra dos Reis ocupou o terceiro lugar em quantidade de atracações de embarcações de apoio no ano de 2023, ficando atrás apenas dos Portos de Santos e Rio de janeiro e Niterói.

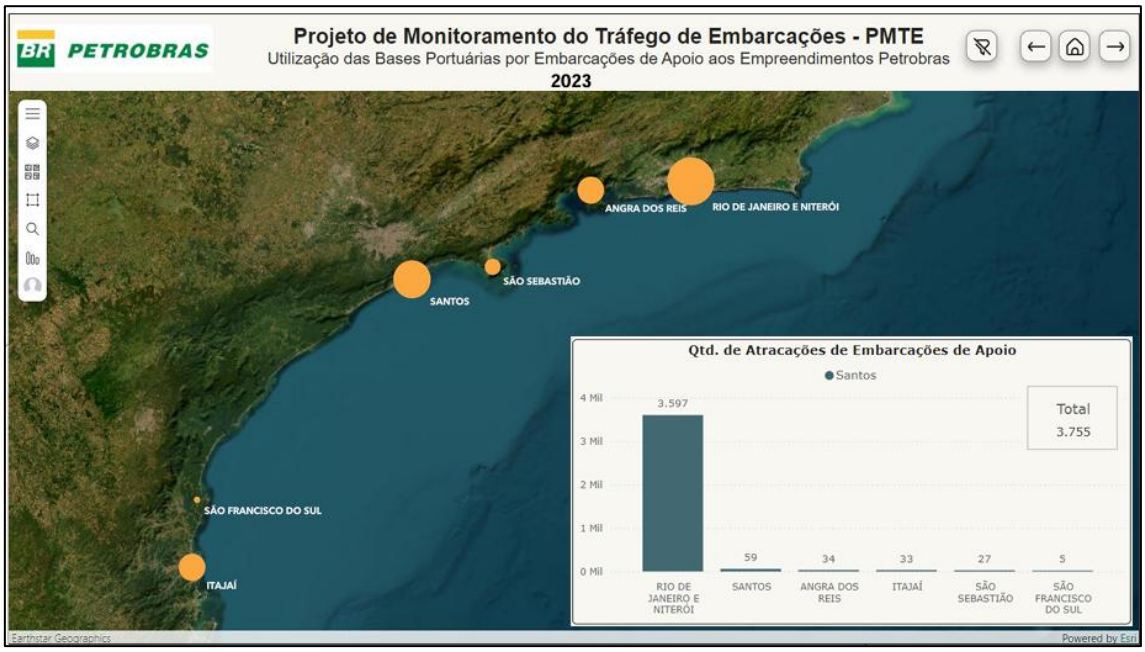


Figura 61: Quantidade de Atracações de Embarcações de Apoio. Fonte: Relatório do PMTE de 2023.

O mesmo projeto também evidencia a intensidade do tráfego de embarcações na Região da Bacia de Santos no ano de 2023, sendo possível identificar grande fluxo na região da Baía de Ilha Grande, em Angra dos Reis, onde se encontra o Terminal recebedor de óleo, o TEBIG, como pode ser observado na figura a seguir.

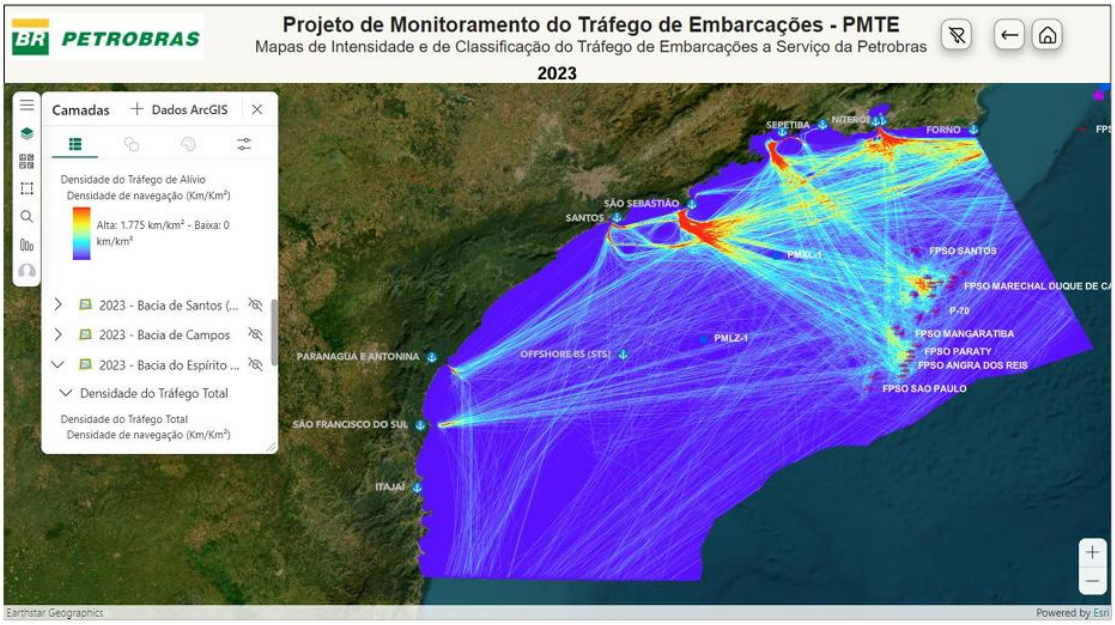


Figura 62: Mapa de intensidade e classificação do tráfego de embarcações a Serviço da Petrobras. Fonte: Relatório do PMTE de 2023.

As projeções descritas no RIMA da Etapa 4 são de que o aumento no tráfego de embarcações na região da Bacia de Santos se dará de forma gradual à medida que os planos de desenvolvimento dos blocos e campos de produção forem implementados, sendo intensificados a partir de 2027.

Em virtude da inclusão de Angra dos Reis na área de influência da Etapa 4, especialmente devido ao aumento expressivo do tráfego de embarcações e de outros impactos associados, espera-se um aumento no repasse das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) para o município de Angra dos Reis oriundos do incremento considerável na produção.

Os 10 Projetos que compõem a Etapa 4 terão cerca de 152 poços, totalizando uma produção média estimada de 123 mil m³/dia de petróleo e 75 milhões de m³/dia de gás natural, além de outros empreendimentos como o Estaleiro BrasFels, diretamente envolvido com a cadeia de P&G e que atrai e emprega milhares de pessoas e sofre os impactos de decisões governamentais sobre conteúdo local nos contratos de manutenção e construção de navios e plataformas. O tempo médio de operação previsto para cada uma das unidades

é de 25 anos, o correspondente ao período de concessão ou ao tempo para produção dos volumes negociados com a ANP, conforme apresentado no RIMA.

15.1.3 Itaboraí (RJ)

O município de Itaboraí no Estado do Rio Janeiro abriga o Complexo de Energias Boaventura (antigo Comperj/ Pólo Gaslub), Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), que iniciou suas operações em 2024.

As operações se concentram no processamento de gás natural bruto, contribuindo de maneira significativa para o aumento da oferta de gás natural e de GLP para o Estado do Rio de Janeiro.

As UPGNs instaladas no Boaventura têm capacidade para processar 21 milhões de metros cúbicos de gás por dia. O Complexo contará também com unidades para produção de combustíveis com baixo teor de enxofre e lubrificantes de grupo II e suas unidades auxiliares. A fase de construção e montagem destas unidades será iniciada em 2025, estando os processos de licitação em andamento. Com a promessa de olhar voltado para a sustentabilidade, foi firmado um contrato entre a Petrobras e a empresa Águas do Rio, para que o Complexo de Energias Boaventura funcione apenas com água de reuso em seus processos, contribuindo para a melhoria do saneamento básico para a população e, consequentemente, para a redução dos despejos na Baia de Guanabara.

Sob o ponto de vista socioeconômico a estimativa é de que os projetos futuros do Complexo Boaventura gerem, durante as obras, mais de 10 mil postos de trabalho diretos no Leste Fluminense, região onde está inserido.

Desta forma, com a expectativa de aumento do processamento de gás natural e outros projetos associados ao Complexo Boaventura, há uma forte tendência de movimentos migratórios em busca de postos de trabalho, acesso a políticas públicas e serviços, bem como um incremento no repasse das rendas petrolíferas para o município de Itaboraí (devidas pelo município estar situado

em uma zona de produção secundária), motivados pelo aumento da produção de petróleo e gás natural. Inclusive, o município de Itaboraí pleiteou o enquadramento enquanto zona de produção primária junto à ANP em 2023 e teve o pedido indeferido[40] conforme apresentado na figura a seguir.

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA

PROCESSO (S) ADMINISTRATIVOS (S): 48610.220505/2022-51

REUNIÃO DE DIRETORIA Nº : 1.111
DATA: 09/02/2023
RD Nº : 66/2023

ASSUNTO:

Enquadramento do Município de Itaboraí/RJ como beneficiário de royalties como integrante da Zona de Produção Principal do Estado do Rio de Janeiro (ZPP/RJ)

RESOLUÇÃO:

A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, considerando o que consta do processo nº 48610.220505/2022-51, no Relatório nº 71/2022/SPG-e (SEI nº 2569056), bem como no Parecer nº 359/2022/PFANP/PGF/AGU, aprovado pelo Despacho nº 2382/2023/PFANP/PGF/AGU, resolve, por unanimidade:

I - indeferir o requerimento do Município de Itaboraí/RJ para seu enquadramento na Zona de Produção Principal do Estado do Rio de Janeiro; e

II - indeferir o requerimento do Município de Itaboraí/RJ de que o aludido ente federativo apresenta confrontação com os campos produtores de Tupi, Sul de Tupi, Berbigão, Sul de Berbigão e Norte de Berbigão.

Documento assinado eletronicamente por SERGIO ALONSO TRIGO, Superintendente de Governança e Estratégia, em 09/02/2023, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Figura 63: Decisão de indeferimento da ANP ao pedido de reenquadramento como Zona de Produção Principal do Município de Itaboraí.

Esse reenquadramento possibilitaria ao município de Itaboraí auferir maiores recursos oriundos do repasse de rendas petrolíferas, caso fosse considerado confrontante com os campos produtores de Tupi, Sul de Tupi, Sul de Berbigão e Norte de Berbigão, como ilustra a figura a seguir.

[40] Resolução de Diretoria 66 2023 da ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis BR

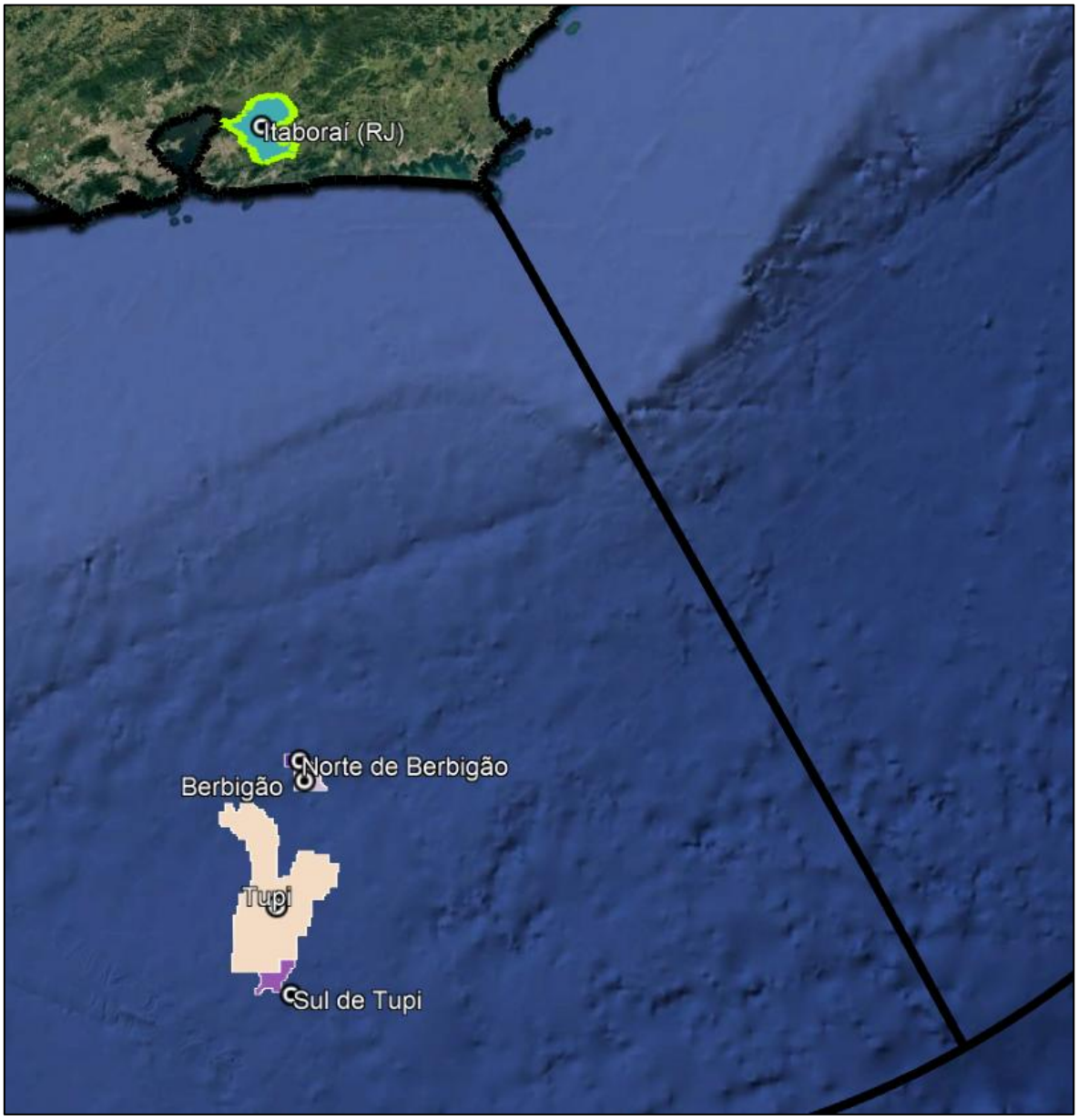


Figura 64: Campos pleiteados na Justiça como confrontantes do município de Itaboraí (RJ). Fonte ANP.

15.2 Análise do recebimento de rendas petrolíferas

Como já citado anteriormente neste mesmo documento, o conceito de "rendas petrolíferas" adotado nesta análise engloba quatro diferentes

compensações financeiras relacionadas à cadeia de petróleo e gás natural, a saber: os *royalties*, as participações especiais, a cota-parte e o FEP.

Além das informações referentes às rendas petrolíferas, foram levantadas as receitas municipais totais, para que pudessem ser cruzadas com os valores recebidos anualmente em rendas petrolíferas e a partir daí fosse possível calcular o nível de dependência de cada um dos três municípios analisados. Os dados levantados estão apresentados na tabela a seguir.

Município	Ano	Royalties	PE	Repasses estadua	FEP	Total de RP	Receita municipal tot	% RP
São Sebastião	2019	R$ 117.575.121,36	R$ -	R$ 360.901,72	R$ 599.516,55	R$ 118.535.539,63	R$ 758.425.656,36	16%
São Sebastião	2020	R$ 91.749.558,86	R$ -	R$ 119.989,63	R$ 595.969,33	R$ 92.465.517,82	R$ 795.724.450,84	12%
São Sebastião	2021	R$ 134.805.117,66	R$ -	R$ 197.012,68	R$ 962.825,05	R$ 135.964.955,39	R$ 1.020.084.499,35	13%
São Sebastião	2022	R$ 145.166.678,02	R$ -	R$ 269.075,08	R$ 1.499.638,98	R$ 146.935.392,08	R$ 1.198.059.566,99	12%
São Sebastião	2023	R$ 163.220.849,73	R$ -	R$ 181.361,23	R$ 1.361.772,60	R$ 164.763.983,56	R$ 2.347.009.887,18	7%
Itaboraí	2019	R$ 22.736.993,97	R$ -	R$ 3.935.072,29	R$ 993.045,71	R$ 27.665.111,97	R$ 593.032.125,86	5%
Itaboraí	2020	R$ 21.357.765,28	R$ -	R$ 3.897.209,14	R$ 984.199,77	R$ 26.239.174,19	R$ 618.117.511,53	4%
Itaboraí	2021	R$ 31.324.538,11	R$ -	R$ 6.088.561,74	R$ 1.591.342,82	R$ 39.004.442,67	R$ 918.843.400,40	4%
Itaboraí	2022	R$ 45.706.476,76	R$ -	R$ 9.607.819,77	R$ 2.486.312,61	R$ 57.800.609,14	R$ 919.358.121,67	6%
Itaboraí	2023	R$ 45.706.476,76	R$ -	R$ 8.573.089,70	R$ 2.247.476,80	R$ 56.527.043,26	R$ 913.089.077,97	6%
Angra dos Reis	2019	R$ 131.589.111,42	R$ -	R$ 27.705.910,35	R$ 993.045,71	R$ 160.288.067,48	R$ 1.256.474.359,83	13%
Angra dos Reis	2020	R$ 120.979.410,40	R$ -	R$ 18.001.899,84	R$ 984.199,77	R$ 139.965.510,01	R$ 1.079.327.524,01	13%
Angra dos Reis	2021	R$ 188.700.860,26	R$ -	R$ 52.716.360,58	R$ 1.591.342,82	R$ 243.008.563,66	R$ 1.475.071.666,79	16%
Angra dos Reis	2022	R$ 272.535.712,48	R$ -	R$ 124.205.421,61	R$ 2.486.312,61	R$ 399.227.446,70	R$ 2.062.344.971,89	19%
Angra dos Reis	2023	R$ 164.348.224,41	R$ -	R$ 111.120.088,58	R$ 2.247.476,80	R$ 277.715.789,79	R$ 2.349.331.732,46	12%

Tabela 47: Levantamento das Rendas petrolíferas, receita municipal total e nível de dependência dos municípios de São Sebastião, Angra dos Reis e Itaboraí**.**

As informações constantes nos levantamentos foram extraídas dos portais dos TCE-SP, do TCE-RJ, ANP, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretarias da Fazenda de SP e do RJ.

O levantamento de dados entre 2019 e 2023 demonstrou como as rendas petrolíferas variaram ao longo de cinco anos nos três municípios analisados. Nenhum dos três recebeu repasses referentes a participações especiais, pois não são confrontantes com campos muito produtivos. Como já citado anteriormente, a participação especial é uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção.

Nesse sentido, observa-se que o recebimento de rendas petrolíferas nos municípios:

- São Sebastião: variou entre os cinco anos, sendo o ano com o menor repasse o de 2020 com R$ 92,46 milhões e o de 2023 sendo o ano com o maior montante repassado, totalizando R$164,76 milhões.
- Itaboraí recebeu o menor valor também em 2020, totalizando R$ 26,24 milhões, e em 2022 o maior repasse, chegando à soma de R$ 57,80 milhões; e
- Angra dos Reis acompanhou os demais sendo 2020 o ano com menor repasse de rendas petrolíferas totalizando R$139,96 milhões e o ano de 2022 com o maior, totalizando R$ 399,23 milhões.

O gráfico a seguir evidencia um comparativo entre a soma total das rendas petrolíferas e as receitas municipais totais dos três municípios ao longo de 2019 e 2023, destacando a representatividade das participações governamentais nos orçamentos municipais.

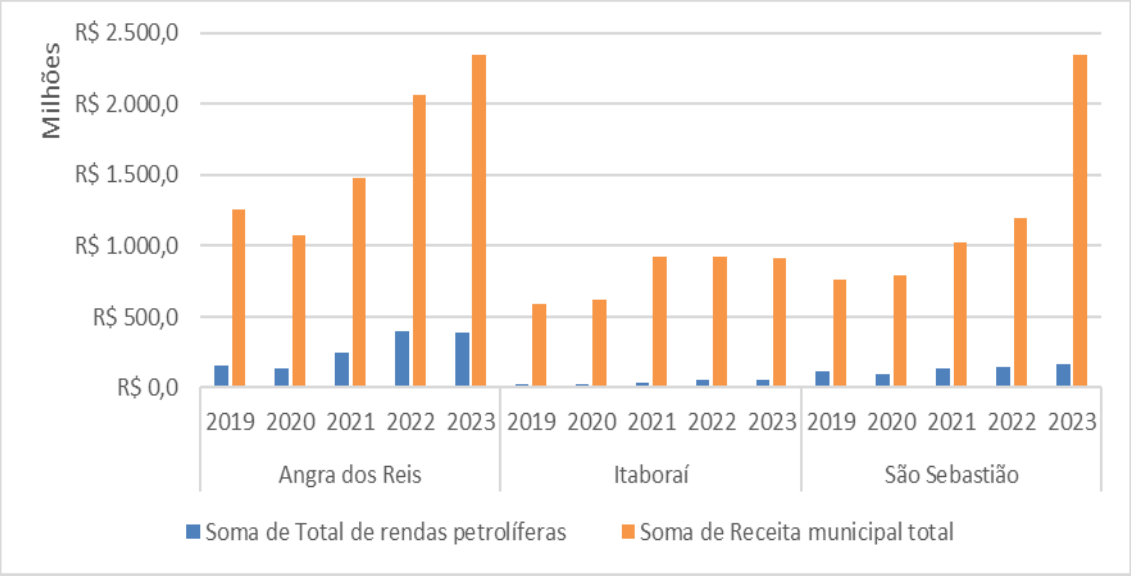


Gráfico 13: Comparativo entre o total das rendas petrolíferas em relação à receita municipal total dos municípios de Angra dos Reis, Itaboraí e São Sebastião entre os anos de 2019 e 2023. Elaboração: PEA Rendas do Petróleo.

Os efeitos da pandemia do COVID-21 no ano de 2020 impactou diretamente na redução da produção de petróleo e gás e no consequente repasse das participações governamentais para os municípios.

Em relação ao percentual que as rendas petrolíferas representam nas receitas municipais totais, pode-se observar que em São Sebastião variou ao longo dos cinco anos apurados entre 7% (menor representatividade) em 2023 e 16% (maior representatividade) em 2019. Em Itaboraí variou entre 4% (menor representatividade) em 2020 e 2021 e 6% (maior representatividade) em 2022 e 2023. Já em Angra dos Reis, esse percentual variou entre 12% (menor representatividade) em 2023 e 19% (maior representatividade) em 2022, como ilustra gráfico a seguir.

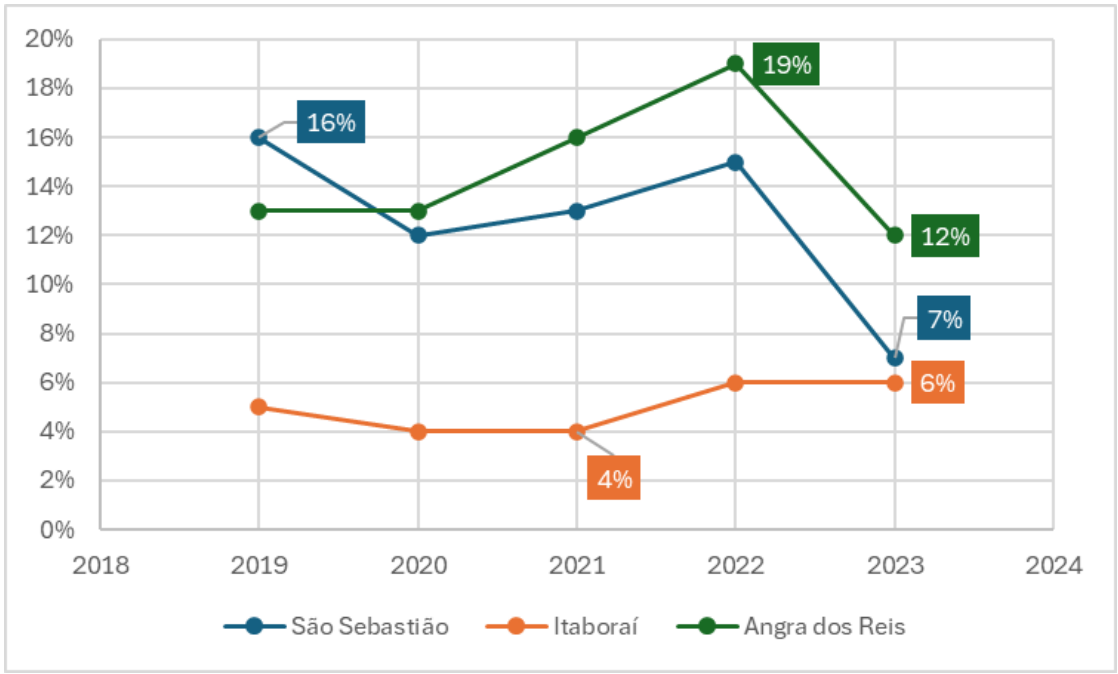


Gráfico 14: Representatividade das rendas petrolíferas na receita municipal total dos municípios de Angra dos Reis, Itaboraí e São Sebastião entre os anos de 2019 e 2023. Elaboração: PEA Rendas do Petróleo.

Levando-se em conta o critério utilizado para a seleção dos municípios que iriam compor o PEA Rendas, tais municípios não teriam sido selecionados. Isso porque, os municípios do Projeto apresentaram, a partir de uma análise de série histórica de 10 anos, pelo menos 20% ou valor próximo vindo de uma curva

ascendente de representatividade dos royalties e participações especiais em relação às receitas totais dos municípios. Vale ressaltar, que na ocasião da escolha da área de abrangência do PEA Rendas, a análise foi feita levando em conta apenas os repasses de royalties e participações especiais, não sendo apurados os recursos oriundos dos repasses estaduais e do Fundo Especial do Petróleo (FEP). Ainda assim, os municípios abrangidos pelo PEA apresentaram percentuais de dependência orçamentária elevados, diferentemente dos valores apresentados para os municípios de São Sebastião, Angra dos Reis e Itaboraí.

Sendo assim, baseado unicamente no critério de representatividade das rendas petrolíferas nas receitas totais municipais, os três municípios apresentam baixa representatividade, o que não justificaria a inclusão deles no recorte territorial. Entretanto, há de se analisar as variáveis anteriormente explicitadas nesse bloco que estão diretamente relacionadas à presença e evolução da dinâmica da indústria petrolífera nesses municípios.

BLOCO 3
CONTRIBUIÇÕES EM FUNÇÃO DOS APRENDIZADOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA FASE I DO PEA RENDAS DO PETRÓLEO

XVI. DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NOS MUNICÍPIOS.

De modo a contribuir com a construção e delineamento da proposta dos programas do eixo 4 componentes do Plano Macro, em especial do que versa sobre o apoio ao controle social das rendas petrolíferas, destacamos neste capítulo algumas contribuições advindas do processo de aprendizado da primeira fase do PEA Rendas.

Tendo em vista que os municípios abrangidos pelo PEA Rendas serão contemplados no escopo do PMRSRP, entendemos como necessário que a definição do escopo de uma futura contratação ou implementação do projeto atente para questões cruciais operacionais, logísticas, metodológicas e pedagógicas para que possa se potencializar a ação mitigadora.

16.1 Desafios logísticos

O maior e principal desafio do PEA Rendas é o da Logística, uma vez que os municípios por ele abrangidos encontram-se distribuídos na área de maior dispersão territorial dentre todos os PEAs realizados no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal conduzido pelo IBAMA.

São nove municípios distribuídos ao longo dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e agrupados em três regiões que apresentam certa similaridade, sendo:

- **Agrupamento Sul** composto pelos municípios do Vale do Ribeira, no extremo sul de São Paulo, agrupando Iguape, Ilha Comprida e Cananéia;
- **Agrupamento Centro** composto pelos municípios de Caraguatatuba e Ilhabela localizados na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo e Paraty, no Sul Fluminense; e
- **Agrupamento Norte (Rio)** composto pelos municípios de Maricá, Niterói e Guapimirim na região metropolitana e ao redor da Baía de Guanabara.

A figura a seguir ilustra geograficamente a área de abrangência e os limites municipais das cidades abrangidas pelo PEA Rendas.

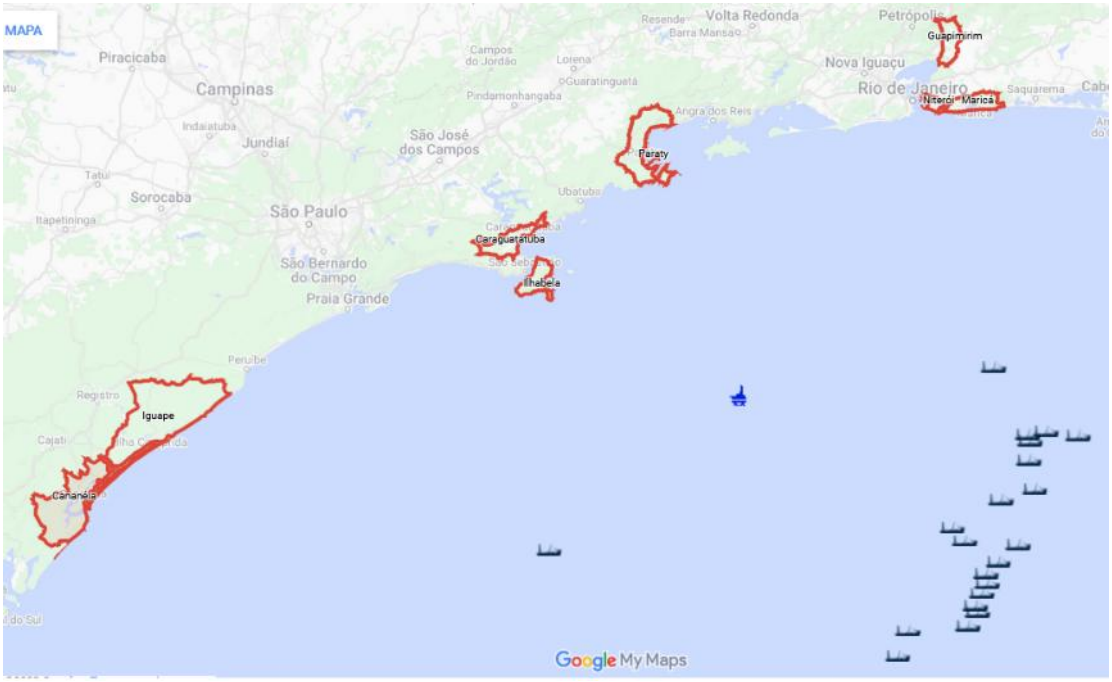


Figura 65: Mapa com a área de abrangência do Projeto, desenvolvido na plataforma *MyMaps***.**

A distância entre o município mais ao Sul de São Paulo (Cananéia) e mais ao norte do Rio de Janeiro (Maricá) é de 780km. E a principal sede do PEA Rendas (Caraguatatuba) fica no município que se encontra na posição mais central e dista em média 470 km de cada um dos extremos. Esse é sem dúvida um desafio não apenas logístico, mas de mobilização e manutenção da unicidade do projeto.

Os desafios nesse sentido recaem sobre os deslocamentos entre os agrupamentos e entre os municípios de um mesmo agrupamento, que também demandam deslocamentos na maioria das vezes complexos. A matriz origem-destino, apresentada na tabela a seguir, traduz de forma numérica as distâncias entre os municípios do PEA Rendas.

		Agrupamento Norte (Rio)			Agrupamento Centro			Agrupamento Sul		
		Maricá	Guapimirim	Niterói	Paraty	Caraguatatuba	Ilhabela	Iguape	Ilha Comprida	Cananéia
Agrupamento Norte (Rio)	Maricá		82	42	297	469	498	723	729	780
	Guapimirim	82		73	284	447	476	701	708	757
	Niterói	42	73		256	427	457	681	688	738
Agrupamento Centro	Paraty	297	284	256		119	154	510	517	567
	Caraguatatuba	469	447	427	119		36	413	420	470
	Ilhabela	498	476	457	154	36		400	407	475
Agrupamento Sul	Iguape	723	701	681	510	413	400		7	55[41] / 90[42]
	Ilha Comprida	729	708	688	517	420	407	7		48 / 97
	Cananéia	780	757	738	567	470	475	55 / 90	48 / 97	

Tabela 48: Matriz origem-destino entre as sedes do PEA Rendas.

No agrupamento sul a distância entre Ilha Comprida e Iguape, cerca de 7 km é a menor entre todas as sedes do PEA, porém entre essas cidades e Cananéia são necessários por volta de 50 km pelo trajeto via praia, além de uma travessia de balsa, sujeita ainda às condições da maré ou cerca de 100 km pelo trajeto rodoviário.

No agrupamento centro a distância de 119 km entre Caraguatatuba e Paraty exige um longo trajeto pela cidade de Ubatuba além dos trechos da estrada imbicados na Serra do Mar, que tornam o trajeto moroso, demandando cerca de 3 a 4 horas de deslocamentos. E o trajeto entre Caraguatatuba e Ilhabela, com cerca de 36 km, conta com a travessia pela balsa partindo de São Sebastião até Ilhabela, que nos períodos de férias têm tempo médio de espera de 4 horas para ser executada.

[41] Trajeto pela Praia.
[42] Trajeto pela Rodovia.

Já no Agrupamento norte (RIO) a distância entre Niterói e Maricá é de 42 km e entre Niterói e Guapimirim cerca de 80 km, agravados severamente pelo trânsito da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Neste contexto o modal mais eficiente para o transporte das equipes técnicas são os carros que compõem a frota do projeto, uma vez que se torna praticamente inviável, por ser contraproducente, o uso de transporte aéreo entre os agrupamentos, seja pela ausência de infraestrutura aeroportuária nas regiões do agrupamento Sul e Centro, seja pela dificuldade de deslocamento (tempo e distância) para se locomover até um aeroporto como de Guarulhos (SP) ou de Congonhas na capital.

Diante desses obstáculos logísticos, a integração presencial das equipes técnicas e entre os Elos acaba por ser reduzida em poucos encontros, dado as dificuldades de deslocamento e o tempo de viagem, o que resulta em pelo menos um dia para o trecho de ida e outro dia para o trecho de volta, considerando como local de encontro a cidade de Caraguatatuba, dada a sua equidistância para os agrupamentos sul e norte (RIO). Em termos práticos torna-se inviável realizar eventos com toda a equipe nos agrupamentos sul e norte (Rio), dada a inviabilidade imposta por longos períodos de viagem.

Outro desafio que merece ser destacado se situa na dificuldade de chegada a determinadas comunidades afastadas dentro dos municípios, onde o acesso é possível apenas de barco como é o caso de ilhéus da região oceânica de Ilhabela e dos ilhéus moradores da Ilha do Cardoso, em Cananéia, em que se faz indispensável o apoio de transporte aquaviário. Em algumas comunidades costeiras como em Paraty ou regiões de estradas e pavimentação de difícil circulação, idealmente seria necessário dispor de carros com tração 4x4, bem como no caso de certas aldeias indígenas em Paraty e na comunidade de Castelhanos, em Ilhabela. Além disso, há outras especificidades municipais, como o caso de Ilha Comprida, em que o trecho que interliga o extremo norte ao extremo sul da Ilha é feito quase que na sua totalidade em faixa de areia, necessitando de veículo específico, idealmente um 4x4 com altura mais elevada em relação ao solo para enfrentar trechos com pequenos alagamentos e bancos de areia.

16.2 Características regionais dos agrupamentos

Devido à grande dispersão territorial, o PEA está presente em três regiões muito diferentes, com realidades político-culturais-sociais e ambientais distintas, que precisam ter suas ações cuidadosamente planejadas de modo a contemplar a diversidade e heterogeneidade dos perfis sociais impactados pela indústria petrolífera.

A Região do Vale do Ribeira que contempla os municípios do extremo sul de São Paulo (Agrupamento Sul) possui características marcantes de uma região que é considerada como a região com o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado de São Paulo. Os municípios desse agrupamento nunca haviam sido tocados por projetos dessa natureza antes da chegada do PEA Rendas. É uma região com forte presença de comunidades tradicionais indígenas, caiçaras, quilombolas e pescadores artesanais. Além disso, é notória a presença marcante de conflitos motivados pela especulação imobiliária, regularização fundiária, e pelo uso de áreas protegidas na área de influência das Unidades de Conservação (UC). Há movimentos organizados da sociedade civil que se articulam a outros e ganham maior capilaridade nos espaços de tomada de decisão e defesa de direitos, como é o caso da União dos Moradores da Jureia (UMJ, Iguape), Associação dos Jovens da Jureia (AJJ, Iguape), Associação de Moradores da Enseada da Baleia (AMEB, Cananeia, Ilha do Cardoso), Cooperpesca Artesanal (Cooperativa dos Pescadores Artesanais, Iguape), Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedrinhas (AMABP, Ilha Comprida/Pedrinhas), Associação de Moradores do Boqueirão Sul (AMOBS, Ilha Comprida), entre outros.

O Litoral Norte Paulista e Sul Fluminense (Agrupamento Centro) é uma região marcada pelo grande fluxo turístico de massa, pela especulação imobiliária e instalação de grandes empreendimentos como a construção e ampliação/duplicação de grandes rodovias que interligam os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e outras grandes cidades, ampliando acesso e circulação de pessoas. Além disso, é possível verificar nessa região uma maior pressão e relação com a indústria do petróleo, seja pela presença física de portos, terminais

recebedores de óleo, unidades de tratamento de gás natural, áreas de fundeio e atracagem e berços, seja pela circulação visível de embarcações de apoio *offshore*. Também há o conflito pelo uso do espelho d'água entre pescadores artesanais, caiçaras, turismo, embarcações de apoio *offshore* e pesca industrial impactando diretamente a reprodução social e os modos de vida das populações caiçara, indígena e quilombola.

O Agrupamento Rio, situado na Região metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, apresenta características e realidades bastante distintas, porém numa dinâmica de vida influenciada pela proximidade com a grande cidade do Rio de Janeiro e pelo processo de expansão das cidades que se situam ao redor ou próximas à Baía de Guanabara. Nesta região, as comunidades tradicionais mais comuns são de pescadores artesanais, geralmente atendidos pelo PEA-BG, além de outros projetos socioambientais, sendo marcante a participação e engajamento no PEA Rendas de comunidades favelizadas e periféricas. Em virtude do incremento vultuoso nas receitas municipais oriundas das rendas petrolíferas, em algumas cidades observa-se o movimento intenso migratório em busca de acesso às políticas públicas e expectativa de trabalho, como é o caso da cidade de Maricá. O IBGE divulgou no último censo em 2022 que a taxa de crescimento populacional de Maricá, no Rio de Janeiro, entre 2010 e 2022 foi de 54,87%. Este crescimento foi o maior do estado, contrastando com a redução populacional de outras cidades fluminenses.

16.3 Desafios operacionais e contribuições para o planejamento do Planeja +

Dentre os desafios operacionais merece destaque a taxa de rotatividade da equipe executora (alto *turnover*) em virtude da competitividade do mercado de trabalho e oferta de melhores condições salariais. É necessário que o modelo de contratação adotado pelas empresas seja sensível às questões que interferem diretamente nas condições de trabalho e de remuneração, de modo que se evite a desmobilização, a perda de memória dos processos, de vínculo com as comunidades e de tempo e recurso investido nos profissionais.

Nesse mesmo sentido, um desafio importante atravessado pelo PEA Rendas é a dificuldade de encontrar profissionais qualificados para ocupar as vagas em alguns dos municípios abrangidos pelo projeto, sendo necessário em certas ocasiões trazer profissionais de outros municípios e até mesmo estado para ocupar vagas em que não foi possível recrutar candidatos com perfil e que atendessem aos requisitos mínimos. Em determinadas situações existe como agravante o alto custo de vida de alguns municípios que por vezes afasta perfis aderentes às vagas, devido aos limites de remuneração do PEA, como é o caso de Ilhabela e Paraty.

Um importante aprendizado no PEA Rendas que vale a pena ser ressaltado e replicado em outras escalas foi a presença de um ramo da coordenação em cada um dos agrupamentos. Dada a distribuição espacial, a presença de uma liderança técnica auxiliou na gestão da equipe local, na tomada de decisão, no planejamento das ações regionais a partir das especificidades locais e no intercâmbio e conexão direta com a coordenação geral do PEA, melhorando a comunicação e garantindo a unidade do Projeto. Entendemos que é mandatório no Planeja + que a dimensão administrativa e logística também seja projetada de forma regional, sobretudo em função da proximidade com os mercados fornecedores, permitindo agilidade e eficiência nos custos de transação e contratação de serviços para as sedes, gestão da frota e para os eventos.

A regionalização do projeto em função das grandes distâncias também deve ser pensada no campo da comunicação interna, mas sobretudo em termos da comunicação social e da comunicação popular, pois em um mundo cada vez mais midiático e digital, onde se consome informação e conteúdos pela internet e principalmente pelas redes sociais, entendemos ser necessário que a estratégia de comunicação do projeto também seja regionalizada, prevendo-se minimamente equipamentos que sejam capazes de produzir os conteúdos, pelas equipes técnicas e pela equipe de comunicação que idealmente deveria contar com um comunicador por agrupamento.

Merece destacar a contribuição das ações formativas, como no caso dos EmTendinhas, que, quando realizadas nas comunidades contribuem

sobremaneira para a mobilização e manutenção da participação dos SAE no projeto. Assim como deve ser avaliada a possibilidade de uso de intérpretes de guarani para viabilizar a participação de indígenas que abandonaram o projeto em Paraty por conta desses dois fatores: dificuldade de deixar a comunidade e de linguagem.

Na gestão de pessoas destacam-se os desafios para o atendimento das questões burocráticas para a contratação e rescisão dos contratos de trabalho, como por exemplo a atualização dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs), dada a dispersão da equipe no território. Esse processo demanda a articulação com vários fornecedores distribuídos pelos municípios.

Dentre os desafios mais complexos do projeto está a gestão da frota, que está relacionada a dois fatores críticos: i. a gestão de pessoas, ii. as demandas de transporte do projeto. O dimensionamento de no mínimo um veículo por município é adequado. Contudo entendemos ser necessária a customização dos veículos conforme as características regionais ressaltadas anteriormente. Especificamente em Ilha Comprida foi necessária a compra de um veículo próprio para atendimento da realidade local, dado o fato de que as locadoras de veículos proíbem contratualmente os carros locados de trafegar em praias e faixas de areia. Além disso, cada coordenação regional necessariamente demanda um veículo exclusivo e eventualmente mais um veículo por agrupamento, que poderia ser utilitário, pois facilitaria em termos logísticos e de suprimentos.

O desenvolvimento da política de frota ao longo da implantação do PEA Rendas também foi um dos desafios mais críticos, pois dado o perfil jovem, com muitos recém-habilitados nos primeiros anos do PEA Rendas, muitos foram os sinistros, com danos materiais de pequena e média monta. A sinistralidade da frota foi reduzida após a troca dos veículos em meados do segundo ano por dois fatores: i. a exigência da locadora da implementação de rastreadores nos veículos, em função do alto índice de sinistralidade do contrato; e ii. o amadurecimento dos condutores, que foram ganhando experiência na condução dos veículos.

Entendemos que o índice de sinistralidade de nossa frota foi agravado por um fato relevante que cabe reflexão, pois na Especificação Técnica existe uma vedação do pagamento de danos aos veículos pelos funcionários condutores em caso de acidentes. Essa iniciativa deveria ser revista, pois a possibilidade de o indivíduo ter que arcar com custos de um eventual dano contribui para a condução mais segura e responsável do veículo. Sugerimos que nos próximos contratos seja permitido que o funcionário condutor possa coparticipar do pagamento no caso de comprovadamente ter sido o causador do dano, com uma contribuição máxima de até 5% do salário, que poderá ser paga de forma parcelada. Ainda em se tratando de pagamentos no caso de multas, adotamos a seguinte política:

- Na primeira infração cometida de forma não intencional, a instituição arca com 100% do valor da multa;
- Na segunda infração cometida de forma não intencional, o valor é dividido entre a instituição (50%) e o condutor (50%);
- Na terceira infração cometida de forma não intencional, o valor é dividido entre a instituição (25%) e o condutor (75%); e
- Da quarta infração em diante, o condutor arca com 100% do valor.

A gestão da frota tornou-se mais fácil e dinâmica com a entrada do sistema de rastreamento, que permitiu a coordenação adotar medidas preventivas por meio dos dados emitidos pelo sistema, como excesso de velocidade, uso em horários indevidos, além de contribuir para a segurança e localização das equipes nos deslocamentos rodoviários.

Não entendemos como adequada a alternativa de adoção do modelo de reembolso de quilometragem, o qual delega ao proprietário do veículo a realização de manutenções preventivas, reduzindo as condições de gerenciamento de ocorrências e ampliando o risco para o projeto e a responsabilização civil em caso de sinistros, devido à possível ausência de apólices de seguro para o transporte.

Em decorrência das longas distâncias, houve a opção de descentralizar os processos de suprimentos de materiais pedagógicos, de escritório, de limpeza

e manutenção das sedes, e a montagem dos lanches dos eventos que acontecem nestes espaços. Para essa demanda, foram introduzidos os cartões de pagamento eletrônico, contudo, em mercados menos maduros, como é o caso do Agrupamento Sul e da cidade de Paraty, nem todas as categorias de suprimentos contam com fornecedores que se predispõem a fornecer com o pagamento por meio dos cartões ou via faturamento direto. Esta condição impõe à gestão do projeto a necessidade de transações com pagamento a vista, situação que eleva os custos de transação e impõe à instituição executora estabelecer um fluxo de caixa, além de manter um capital de giro mensal elevado para o atendimento e suprimento das nove sedes. Assim, em contextos que envolvam a ampliação da região de abrangência, a dimensão financeira torna-se crítica para por em prática as operações cotidianas.

A locação das sedes do projeto foi outro desafio que demandou a estruturação de uma equipe dedicada ao longo de 6 meses para a execução de tarefas que iniciaram-se com as incursões de campo para a localização de imóveis que atendessem às reais demandas do projeto, passando pelo complexo processo de negociação de contratos, em regiões litorâneas marcadas pela especulação imobiliária e principalmente pela informalidade, fator que dificultou sobremaneira a escolha das sedes, dada a recusa pelos locadores, em muitos dos casos, em função da retenção dos impostos incidentes sobre os valores de aluguel obrigatórios de serem recolhidos pelo locatário quando este é uma pessoa jurídica. Após o processo de escolha e locação, foi necessário mobilizar empreiteiros para adaptar as sedes de modo a atender os requisitos do projeto. Nesta fase, recomenda-se que seja implementado um serviço de acompanhamento de obras, de modo a garantir nesta mais qualidade nas entregas das sedes e menores custos de manutenção predial no decorrer do contrato.

A formação continuada da equipe técnica é outro desafio constante do PEA Rendas. A experiência acumulada ao longo dos primeiros anos da fase I demonstrou aspectos e demandas relevantes nesse campo, a serem considerados no novo Programa:

i. Desenvolvimento de competências nas áreas do conhecimento da educação ambiental e da socioeconomia, sobretudo que se relacionam com a educação ambiental crítica e a educação política, metodologia central dos projetos de educação vinculados ao licenciamento ambiental federal;

ii. Desenvolvimento de competências nas áreas da administração e gestão de projetos: o entendimento claro dos membros das equipes da necessidade de planejar as suas ações individuais e as ações coletivas conforme as especificidades locais, considerando minimamente o **escopo da ação** (qual a entrega e o que precisa ser feito para essa entrega ser realizada), o **prazo para execução** do escopo, a **qualidade** do escopo (qual o resultado se pretende obter com a execução) e o **recurso necessário** para o escopo (qual o recurso disponível dentro do orçamento do projeto);

iii. Desenvolvimento de competências no uso das ferramentas de TI. As demandas atuais e as futuras que se apresentam para os próximos anos impõem como condição fundamental a necessidade de uso cada vez mais eficiente de ferramentas de produção de conhecimento, produção de textos, apresentações de conteúdos e realização de cálculos, especificamente no caso das rendas petrolíferas e do orçamento público, além da eminente necessidade de familiarização e uso das ferramentas de Inteligência Artificial (IA), que serão fundamentais para o desenvolvimento de qualquer tipo de projeto; e

iv. Desenvolvimento de competências analíticas que permitam as equipes realizar e construir, em conjunto com os sujeitos da ação educativa, estudos, análises quantitativas e análises qualitativas a partir dos dados referentes às rendas petrolíferas e ao orçamento público, desenvolvendo o pensamento crítico a partir da visão holística dos fenômenos relacionados ao uso dos recurso públicos e o poder de síntese na busca de ações concretas que orientem a incidência política, mote principal dos projetos vinculados ao

licenciamento ambiental federal que pretendem discutir o planejamento e orçamento público.

Por fim, o desafio mais crítico de um projeto complexo como o PEA Rendas é a **capacidade de gestão e de entrega da instituição executora** para articular os esforços e recursos necessários de modo a atingir os objetivos estabelecidos para os projetos vinculados ao licenciamento ambiental federal do setor de petróleo e gás natural.

A gestão desse tipo de projeto exige a capacidade de articulação das dimensões técnico-científicas; gestão de pessoas; política de remuneração e benefícios; política de compras, contratações e suprimentos; construção de processos logísticos e operacionais customizados; ações formativas na busca pelo desenvolvimento de competências da equipe técnica; definição de processo de comunicação (interna, social e popular); ações de mobilização dos sujeitos da ação; entre outras.

Para tanto, devem ser considerados nos processos de contratação a capacidade da instituição executora quanto ao gerenciamento e coordenação geral do projeto, além das estruturas apropriadas para o suporte em recursos humanos (RH), tecnologia da Informação (TI), gestão contábil e financeira, suporte jurídico, além da gestão de compras e suprimentos necessária para dar a robustez de uma estrutura necessária para o funcionamento eficiente do cotidiano do Projeto. Outra questão sensível é a capacidade da instituição executora de promover e administrar **Programas de bolsas de pesquisas científicas e pesquisas aplicadas**, permitindo assim a concessão de bolsas com flexibilidade para atrair pesquisadores experientes nos temas afetos ao PMCSRP.

16.4 Contribuições para o processo de contratação

Todas as contribuições aqui listadas visam auxiliar o processo de contratação do PMCSRP e representam o compartilhamento das experiências adquiridas ao longo da Fase I do PEA Rendas nos municípios por ele atendido. Optamos por apresentar os aspectos em linhas gerais, sem o compromisso de

um quantitativo firme. Tentamos contribuir para que as listas de itens sejam consideradas nas rubricas que irão compor o orçamento do PMCSRP de modo que possam ser adaptadas, conforme a escala a ser definida no âmbito do PARMIS.

16.4.1 Recursos Humanos (PESSOAL)

Em função da definição de modelos robustos de gestão e organização geral do PMCSRP pela equipe do PARMIS, apresentado na figura a seguir, optamos por apresentar uma sugestão de recursos humanos em termos dos agrupamentos regionais.

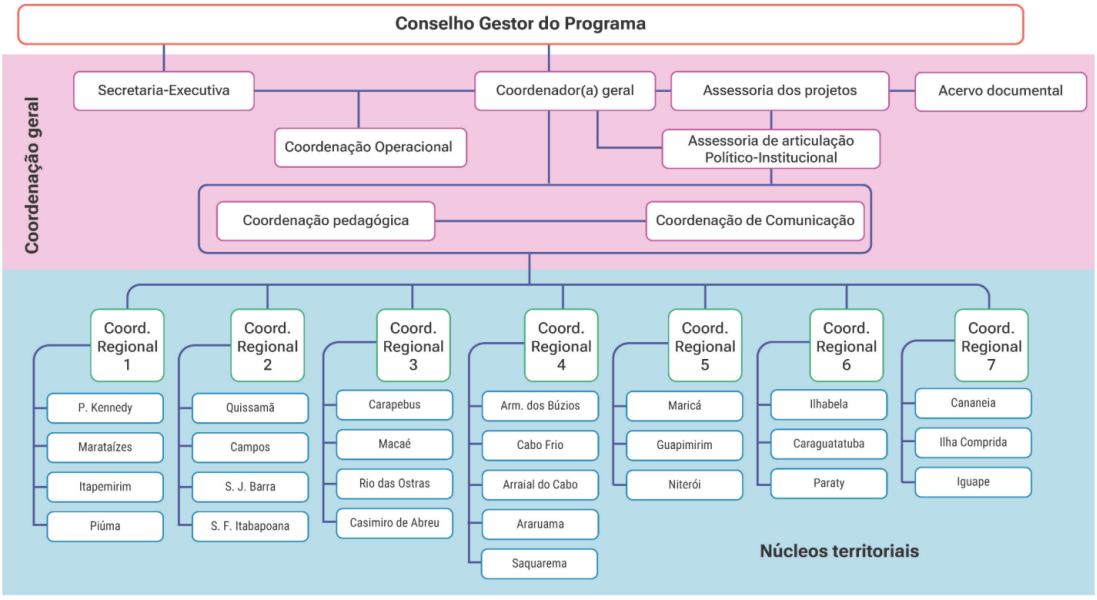


Figura 66: Proposta de estrutura organizacional do Programa do PMCRSP. Fonte: PARMIS, 2025.

A sugestão de pessoal para as coordenadorias regionais considerou como similares as demandas e cargas de trabalhos exigidas das equipes municipais pelas ações do PEA Rendas. A tabela a seguir sugere o dimensionamento mínimo para as coordenações regionais.

CARGO	FORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO (preferencialmente)	PRÉ-REQUISITOS	Número de profissionais
Coordenador(a) Regional	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas	Especialização Lato Sensu e/ou Mestrado/Doutorado em áreas relacionadas a: desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental, políticas públicas/sociais e áreas correlatas.	Experiência em coordenação de projetos e/ou experiência em gestão pública.	1
Supervisor Pedagógico (a) Regional	Graduação em Ciências Humanas, preferencialmente na área de Educação Popular.	Especialização Lato Sensu e/ou Mestrado/Doutorado em áreas relacionadas a: educação, desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental, políticas públicas/sociais e áreas correlatas.	Experiência em projetos de educação ambiental, sociais de base comunitária e/ou de Educação Popular.	1
Comunicador(a) Regional	Graduação em Comunicação Social ou área correlata	Especialização Lato Sensu e, ou Mestrado/Doutorado em áreas relacionadas a: comunicação, comunicação social, educomunicação, comunicação popular, educação, desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental, políticas públicas/sociais e áreas correlatas.	Experiência na produção de material, ferramentas de comunicação para projetos sociais, de educação ambiental e outros	1
Técnico de Logística	Graduação em administração, Ciências Humanas, Ciências exatas ou logística	Especialização Lato Sensu em áreas relacionadas à administração, gerenciamento de projetos ou logística	Experiência de pelo menos três anos em funções administrativa.	1
Advogado (a)	Graduação em Direito	Especialização Lato Sensu e/ou Mestrado/Doutorado em áreas gestão ambiental, políticas públicas/sociais, direito administrativo, constitucional e áreas correlatas.	Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e experiência no exercício da advocacia.	Contratação sob Demanda ou de uma Assessoria Jurídica

CARGO	FORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO (preferencialmente)	PRÉ-REQUISITOS	Número de profissionais
Analista Ambiental ou Pesquisador (a) socioambiental	Graduação em Ciências Humanas, exatas ou Biológicas	Especialização Lato Sensu e/ou Mestrado em áreas relacionadas a: educação, desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental, políticas públicas, métodos quantitativos, finanças ou finanças públicas e áreas correlatas.	Experiência em projetos de educação ambiental, em análise financeira ou orçamento público, projetos sociais de base comunitária e/ou de Educação Popular.	1
Pesquisador (a) socioambiental especializado	Graduação em Ciências Humanas, Exatas ou Biológicas, conforme natureza do estudo	Especialização Lato Sensu e/ou Mestrado/Doutorado em áreas relacionadas a: educação, desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental, políticas públicas/sociais, direito administrativo, constitucional, finanças, fianças ou orçamento público e áreas correlatas.	Experiência na condução de pesquisas e monitoramento e avaliação de projetos ambientais e finanças públicas.	Contração sob demanda por meio de programa de bolsas (número estimado de horas ou meses)

Tabela 49: Sugestão de dimensionamento das coordenações regionais.

Sugerimos a contratação de um advogado no regime sob demanda em função de que os processos de incidência política nos municípios deverão ser amadurecidos ao longo do tempo de execução do programa, de modo que a contratação de um profissional dedicado certamente irá carregar consigo ociosidade, sobretudo nos primeiros anos do projeto.

As atividades do comunicador regional seriam orientadas pela coordenação geral e pela coordenação de comunicação do Programa de Comunicação Social (PCS), Eixo 3 do Plano Macro. Entende-se que os processos de comunicação devem ser regionalizados em função de padronização da linguagem e da manutenção de uma visão estratégica da comunicação mais próxima da coordenação geral.

CARGO	FORMAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO (preferencialmente)	PRÉ-REQUISITOS	Número de profissionais
Educadores(a) de Campo (responsável pela sede)	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas.	Especialização Lato Sensu e/ou Mestrado em áreas relacionadas a: educação, desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental, políticas públicas e áreas correlatas.	Experiência em projetos de educação ambiental, projetos sociais de base comunitária e/ou de Educação Popular.	Mínimo de 1[43]
Analista de projetos ou Analista Ambiental	Graduação em Ciências Humanas, exatas ou Biológicas	Especialização Lato Sensu e/ou Mestrado em áreas relacionadas a: educação, desenvolvimento social; desenvolvimento comunitário; gestão ambiental, políticas públicas, métodos quantitativos, finanças ou finanças públicas e áreas correlatas.	Experiência em projetos de educação ambiental, em análise financeira ou orçamento público, projetos sociais de base comunitária e/ou de Educação Popular.	1
Educador de Base	Ensino médio preferencialmente ou sem formação escolar, mas alfabetizado e com avaliação de perfil.	Não se aplica	Sem exigência prévia ou preferencialmente com experiência em movimentos sociais, participação em projetos ambientais	1

Tabela 50: Sugestão de dimensionamento das coordenações regionais.

Em função das demandas que surgem do avanço no entendimento das políticas públicas, sobretudo dos processos de planejamento e orçamento municipal, entende-se ser necessário ampliar os processos de análise municipais de modo a subsidiar os processos de ensino-aprendizagem com base na educação ambiental crítica e educação popular. Desse modo entendemos ser importante avaliar a possibilidade de inclusão de um analista para acompanhar as políticas públicas municipais, com foco no orçamento público municipal e estadual e no monitoramento constante do recebimento e aplicação das rendas petrolíferas.

Quanto ao pesquisador(a) socioambiental, entendemos que esse deve se submeter às demandas identificadas pelas equipes municipais de aprofundamento na pesquisa de um determinado tema relevante ou crítico para

[43] O dimensionamento dos Educadores de Campo deve respeitar o tamanho da população de cada município e a quantidade de membros do PAG remunerados na localidade. Assim, nos maiores municípios é demandado um maior dimensionamento. Quando existir mais de um Educador de Base é necessário delegar a um deles a função de ser responsável pela sede.

o programa, sendo encomendada a pesquisa por tempo determinado e produção de um artigo científico a ser utilizado nos processos de ensino-aprendizagem do programa em níveis geral, regionais ou municipais.

16.4.2 Equipamentos, veículos e ferramentas

Em termos de equipamentos, veículos e ferramentas, o principal recurso para o programa é a mobilização de uma frota dedicada ao projeto. Nesse sentido, detalhamos na tabela a seguir o dimensionamento da frota para os agrupamentos e municípios abrangidos atualmente pelo PEA Rendas, considerando as coordenações regionais e as equipes municipais.

Agrupamento	Município	Tipo de veículo	Finalidade
Agrupamento Sul	Iguape	Utilitário cabine dupla ou sedan 5 lugares	Deslocamentos da coordenação regional e suprimentos logísticos regionalizados.
Agrupamento Sul	Iguape	Veículo 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais.
Agrupamento Sul	Ilha Comprida	Veículo 4x4 preferencialmente com 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais.
Agrupamento Sul	Cananéia	Veículo 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais.
Agrupamento Centro	Caraguatatuba	Utilitário cabine dupla ou sedan 5 lugares	Deslocamentos da coordenação regional e suprimentos logísticos regionalizados.
Agrupamento Centro	Caraguatatuba	Veículo 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais.

Agrupamento	Município	Tipo de veículo	Finalidade
Agrupamento Centro	Ilhabela	Veículo 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais.
Agrupamento Centro	Paraty	Veículo 4x4 preferencialmente com 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais
Agrupamento Norte (RIO)	Niterói	Utilitário cabine dupla ou sedan 5 lugares	Deslocamentos da coordenação regional e suprimentos logísticos regionalizados.
Agrupamento Norte (RIO)	Niterói	Veículo 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais.
Agrupamento Norte (RIO)	Maricá	Veículo 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais.
Agrupamento Norte (RIO)	Guapimirim	Veículo 7 lugares	Deslocamento da equipe municipal e dos sujeitos da ação educativa e suprimentos municipais.

Tabela 51: Composição da frota para os municípios abrangidos atualmente pelo PEA Rendas.

Além dos veículos, devem ser previstos os itens e serviços adicionais demandados para a gestão da frota, conforme apresentados na tabela a seguir.

Item	Unidade de medida
Serviços de rastreamento da frota	Mensal por veículo
Lavagem dos veículos	Quinzenal por veículo
Estacionamento	Mensal por veículo quando a sede não possuir garagem
Despesas mensais com a frota	Verba mensal por veículo: Pedágios, sinistros e multas
Combustível	1 reabastecimento semanal por veículo, em média 3 tanques por mês

Item	Unidade de medida
Manutenção corretiva dos veículos	3% do valor anual da frota

Tabela 52: Itens e Serviços adicionais para a gestão da frota.

Entre o rol de equipamentos a serem utilizados no projeto, é fundamental que seja prevista uma infraestrutura adequada para as sedes, eventos, atividades de trabalho (TI) e para as atividades de comunicação social e popular (áudio e vídeo). A tabela a seguir apresenta a lista desses equipamentos.

Tipo	Item	Quant. por sede
Áudio e vídeo	Adaptador de tomada - unidade	10
Áudio e vídeo	Bateria de Lítio sobressalente para filmadora 4k UHD Full HD CMOS	2
Áudio e vídeo	Bolsa para máquina fotográfica - unidade	1
Áudio e vídeo	Cabo conector P10/P10 - unidade	1
Áudio e vídeo	Cabo conector P2/P10 - unidade	1
Áudio e vídeo	Cabo HDMI 2 metros - unidade	4
Áudio e vídeo	Caixa de Som 800 W - unidade	1
Áudio e vídeo	Cartão micro SD 128 Gb - unidade	2
Áudio e vídeo	Filmadora 4k UHD Full HD CMOS com 4 Canais de Áudio	1 por coordenadoria regional
Áudio e vídeo	Gravador Digital Áudio Zoom - unidade	1
Áudio e vídeo	Kit de Iluminação de Estúdio Fotográfico - 3 Octogonal - unidade	1 por coordenadoria regional
Áudio e vídeo	Máquina fotográfica Canon Rebel 5 SL1 - unidade	1
Áudio e vídeo	Mesa de som - A Mesa de Som com 5 Canais possui 2-bus mixer - unidade	1 por coordenadoria regional
Áudio e vídeo	Microfone direcional e vara de Alumínio C/ 1,70 M - unidade	1 por coordenadoria regional
Áudio e vídeo	Microfone sem Fio Duplo Método de programação: DQPSK - unidade	1
Áudio e vídeo	Microfone sem Fio Lapela - unidade	1

Tipo	Item	Quant. por sede
Áudio e vídeo	Projetor Luminosidade - 3.500 lumens - Full HD - unidade	1
Áudio e vídeo	Protetor de vento para microfone direcional	1 por coordenadoria regional
Áudio e vídeo	Rebatedor e Difusor fotográfico 5 em 1 com 110cm de diâmetro - unidade	1 por coordenadoria regional
Áudio e vídeo	Tripé para câmera com bolsa para transportar e guardar o tripé - unidade	1 por sede + 1 por coordenadoria regional
Infraestrutura da Sede	Aparelhos de ar-condicionado Inverter de 12.000 BTU	3 a 5 por sede Quantidade conforme configuração da sede
Infraestrutura da Sede	Cafeteira Inox 1,8 litros - unidade	1
Infraestrutura da Sede	Chaleira Elétrica - unidade	1
Infraestrutura da Sede	*Cooktop* de indução elétrico de 1 boca	1
Infraestrutura da Sede	Extensão de fio 10 metros - unidade	2
Infraestrutura da Sede	Extensão de fio 2 metros - unidade	4
Infraestrutura da Sede	Extintores de incêndio Tipo ABC	Mínimo 2
Infraestrutura da Sede	Filtro de linha com 5 tomadas de plástico - unidade	1 por funcionário
Infraestrutura da Sede	Fragmentadora Corte em partícula 08 Folhas - unidade	1
Infraestrutura da Sede	Micro-ondas 25l - unidade	1
Infraestrutura da Sede	Purificador de Água - unidade	1
Infraestrutura da Sede	Refrigerador com 1 Porta 240 Litros Degelo - unidade	1
Infraestrutura da Sede	Sanduicheira Elétrica - unidade	1
Infraestrutura da Sede	Sinalização de emergência para proteção e combate à incêndios (kit)	1
Infraestrutura da Sede	Smart TV - unidade	1
Infraestrutura da Sede	Suporte para banner - Porta Banner 1,80m C/ Tubo Grosso Suporte Tripé - unidade	3
Infraestrutura da Sede	Tela de projeção com tripe Medidas: 1.80 x 1.80 cm. Polegadas: 98" Formato: 1:1 (Quadrado) - unidade	1
Infraestrutura da Sede	Ventilador de coluna 160w	2

Tipo	Item	Quant. por sede
Infraestrutura da Sede	Kit de primeiros socorros com aparelho de pressão, termômetro, curativos, analgésicos, antisséptico, etc.	1
TI	Capa para notebook - unidade	1 por funcionário
TI	Desktop PROCESSADOR INTEL CORE i5-8400 8GHZ SSD 500 GB - unidade	1
TI	HD Externo 2tb - unidade	2
TI	Imac M4 - 10 núcleos - unidade	1 por coordenadoria regional
TI	Impressora Multifuncional tanque de tinta Ecotank - unidade	1
TI	Mochila para Notebook - unidade	1 por funcionário e 1 por PAG
TI	Mouse óptico USB, Scroll macio, Design ergonômico, Resolução: 800 DPI - unidade	1 por funcionário e 1 por PAG
TI	Notebook Intel Core I5 8GB 1TB LED HD 15,6" W10 Preto - unidade	1 por funcionário e 1 por PAG
TI	O Nobreak Station II Fabricado em plástico ABS, coma função DC Start - unidade	3
TI	Pen drive 32gb - unidade	1 por funcionário e 1 por PAG
TI	Servidor de Rack com 32GB para hospedagem do Site, Banco de Imagens e do SIGE	1 para o PEA
TI	Smartphone (4GB de RAM; Android 128GB de armazenamento; 5G e Wi-Fi; Dual chip; Tela 6,5 - unidade	1 por funcionário e 1 por PAG
TI	Kit Capa e película de proteção para os Smartphones	1 por funcionário e 1 por PAG
TI	Teclado USB com teclas de acesso rápido - unidade	1 por funcionário e 1 por PAG

Tabela 53: Equipamentos de infraestrutura das sedes, de TI e Áudio e Vídeo.

16.4.3 Materiais de consumo e aplicação

Os materiais de consumo e aplicação são aqueles utilizados para ambiência, operação e manutenção das sedes do projeto, sendo considerados entre eles os mobiliários, materiais de escritório, didáticos e pedagógicos dos

eventos, material de limpeza das sedes, materiais e suprimentos de copa e cozinha. A tabela a seguir apresenta a listagem desses materiais.

Tipo	Item	Quant. por sede
Mobiliários	Mesa para escritório 155 cm largura x 60 cm profundidade x 74,5cm altura - MDP - 3 gavetas	1 por funcionário e 1 por PAG
Mobiliários	Cadeira Secretária Ergonômica Preta - cadeira em rodinhas com pistão a gás que possibilita regulagem de altura.	1 por funcionário e 1 por PAG
Mobiliários	Cadeira com braço polipropileno injetado peso máximo recomendável: 154 kg, empilhável até 32 peças.	50 por sede principal do agrupamento e 30 por sede municipal
Mobiliários	Mesa em Polipropileno injetado, empilhável até 22 peças, altura 72cm, largura 70 cm e comprimento 70 cm	20 por sede principal do agrupamento e 10 por sede municipal
Mobiliários	Armário para Escritório Sem Portas e Prateleiras Office MDF com 4 prateleiras sem portas	3 por sede principal do agrupamento e 2 por sede municipal
Mobiliários	Armário para Escritório com Portas Office MDF com 4 prateleiras internas e 2 portas	3 por sede principal do agrupamento e 2 por sede municipal
Mobiliários	Balcão armário escritório com duas portas MDF Altura: 76,5 cm/Largura: 60 cm/Profundidade: 46,6 cm	3 por sede principal do agrupamento e 2 por sede municipal
Mobiliários	Conjunto de mesa de reunião com 6 cadeiras	1
Mobiliários	Conjunto de mesa redonda com 6 cadeiras para copa	1
Mobiliários	Balcão pia para cozinha com duas portas e três gavetas	1
Mobiliários	Armário de Cozinha em MDP - Altura 70 cm x Largura 100 cm x Profundidade 30 cm	1
Mobiliários	Armário de Cozinha em MDP - Altura 70 cm x Largura 100 cm x Profundidade 30 cm	1
Mobiliários	Gazebo dobrável 3 m x 3m para eventos externos	1
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Alfinetes/percevejos - cx c/ 100	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Almofada para carimbo nº3 – unidade	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Apagador de quadro branco – unidade	2
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Apontador com caixinha – unidade	1 por funcionário

Tipo	Item	Quant. por sede
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Arara / Cabideiro de roupas para cine interação	1 por coordenadoria regional
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Barbante (rolo 550m) – unidade	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Bexiga de encher (pacote com 50) - pacote c/ 50	6 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Bloco pautado médio (142 x 198mm) 50 folhas - pc c/10	10 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Borracha branca - cx c/ 24	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caderno espiral (pequeno) 96 folhas – unidade	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caderno universitário - 200 folhas – unidade	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caderno universitário capa dura - 96 folhas – unidade	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caneta esferográfica azul - cx c/ 100	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caneta esferográfica preta - cx c/ 100	4 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caneta esferográfica vermelha - cx c/ 100	4 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caneta para quadro branco - azul - cx c/ 12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caneta para quadro branco - preto - cx c/ 12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caneta para quadro branco - verde - cx c/ 12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caneta para quadro branco - vermelha - cx c/ 12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cartolina amarela folha – unidade	100 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cartolina azul folha – unidade	100 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cartolina branca folha - unidade	100 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cartolina rosa folha - unidade	100 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cartolina verde folha – unidade	100 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Clips aço galvanizado gde - nº 8/0 - cx c/25	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Clips aço galvanizado médio - nº 4/0 - cx c/500	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cofre de moedas em formato de porquinho – unidade	1 por sede
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cola bastão - 40 gramas - pc c/ 12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cola branca líquida - 40 gramas – unidade	10 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cola colorida 23g - pc c/ 6	6 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cola quente(bastão) - pc c/ 12 bastões de silicone	6 por ano

Tipo	Item	Quant. por sede
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cola spray Mout Scotch 290 G – unidade	10 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Corretivo líquido – unidade	6 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Conjunto de figurino de Brechó para o cine interação	1 por coordenadoria regional
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Durex grande - 12mm X 40m – unidade	24 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Durex pequeno - 12mm x 30m – unidade	24 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Elástico amarelo - pc c/500	6 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Envelope carta ofício branco (11,4x22,9 cm) - cx c/ 250	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Envelope Kraft - A4 (24x34 cm) - cx c/ 250	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Envelope Kraft - médio (18x25 cm) - cx c/ 250	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Envelopes A4 - branco - cx c/ 250	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Estilete – unidade	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Etiquetas (especificação 6282) - caixa c/ 25 folhas	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA amarelo – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA azul – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA branco – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA laranja – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA preto – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA rosa – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA roxo – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA verde – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	EVA vermelho – unidade	25 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Fita adesiva dupla face 18mm X 30m – unidade	24 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Fita adesiva dupla face de espuma (fixa forte) – unidade	4 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Fita adesiva transparente larga (empacotamento) – unidade	24 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Fita crepe 18mm X 50m – unidade	24 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Fita crepe 48mm X 50m – unidade	24 por ano

Tipo	Item	Quant. por sede
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Folha de Isopor - unidade	15 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Folha para flipchart - bloco c/ 50 folhas	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Garrafas com rolha para jogo pedagógico - unidade	20
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Giz de cera colorido - cx c/ 12 cores	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Grampo grande 23/10 - cx c/ 5000	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Grampo pequeno 26/6 - cx c/ 5000	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Hidrocor - cx c/ 12 cores	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Kit Chroma Key para fundo infinito para atividade de cine interação	1 por coordenadoria regional
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Kit tintas de impressora jato de tinta colorida (ciano, amarelo, preto e magenta)	4 kits por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Lápis de cor 12 cores - cx c/ 12 cores	15 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Lápis preto HB nº 2 - cx c/ 100	15 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Livros técnicos de referência sobre os temas do projeto	1 conjunto
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Livros didáticos para recreação infantil	1 conjunto
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Marca texto amarelo - cx c/ 12	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Marca texto azul - cx c/ 12	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Marca texto laranja - cx c/ 12	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Marca texto rosa - cx c/ 12	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Marca texto verde - cx c/ 12	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Massa de modelar 12 cores - peso liq 180 g - cx c/ 12 cores	5 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Palito de picolé - cx com 1000	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Papel A3 (pc c/ 500 folhas) - cx c/10 pc	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Papel A4 - cx c/10 pc	36 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Papel cartão fosco branco A4 (pc c/ 50 folhas) - cx c/10 pc	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Papel cartão fosco colorido A4 (pc c/ 10 cores) - cx c/10 pc	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Papel couché brilho A4 (pc c/ 500 folhas) - cx c/10 pc	3 por ano

Tipo	Item	Quant. por sede
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Papel couché fosco A4 (pc c/ 500 folhas) - cx c/10 pc	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Papel manteiga/vegetal A4 - bloco c/ 50 folhas	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Papel reciclado A4 (pacote com 500 folhas) - caixa c/10 pacotes	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pasta de elástico - transparente – unidade	30 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pasta plástica c/ zíper – unidade	30 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pilha alcalina AAA - cartela c/4	12 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pilha alcalina AA - cartela c/4	12 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel atômico - azul - caixa c/12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel atômico - preto - caixa c/12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel atômico - verde - caixa c/12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel atômico - vermelho - caixa c/12	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel chato/quadrado número 10 – unidade	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel chato/quadrado número 8 – unidade	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel redondo número 2 – unidade	10 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel redondo número 4 – unidade	10 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pincel redondo número 6 – unidade	10 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Plástico de encapar - contact - rolo c/ 10 m	3 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Post it amarelo (grande) – blocos	30 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Post it colorido com quatro (pequeno) - blocos c/ 4 unidades	30 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Saco plástico A4 - transparente (pacote com 50) - pc c/ 50	10 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Tinta guache (caixa com 12 cores) - 15ml – unidade	10 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Tinta para carimbo - frasco c/ 40 ml	2 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	TNT amarelo - rolo 1,4 X 50m – unidade	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	TNT azul - rolo 1,4 X 50m – unidade	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	TNT branco - rolo 1,4 X 50m – unidade	1 por ano

Tipo	Item	Quant. por sede
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	TNT preto - rolo 1,4 X 50m – unidade	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	TNT verde - rolo 1,4 X 50m – unidade	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	TNT vermelho - rolo 1,4 X 50m – unidade	1 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Tapete de EVA colorido - tipo tatame 50 x 50 10mm de espessura - unidade	10
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Bambolê colorido – unidade	10
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Bola de futebol - Composição: Microfibra 410-450 g de peso do produto; com Costura 68-70 cm de circunferência – unidade	2
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Caixa de arquivo plástica – unidade	12 por ano
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Calculadora – unidade	30
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Cordas para pular - 1,80m – unidade	10
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Esquadro de acrílico 45 graus 32 cm – unidade	30
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Esquadro de acrílico 60 graus 32 cm – unidade	30
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Flipchart Sistema de pés adaptáveis ao solo Estrutura em aço A x L: 175 x 68 cm - unidade	2
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Furador de papel de 2 furos – unidade	3
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Grampeador grande 23/10 – unidade	3
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Grampeador pequeno 26/6 – unidade	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Guilhotina A3 Capacidade De Corte: Até 10 Folhas e Pés Emborrachados - unidade	1
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Kit Pião Madeira Fieira - pc c/ 12	10
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Lousa branca para mão - 60x40 cm – unidade	30
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Pistola de cola quente – unidade	5
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Porta canetas, clips e lembretes Cor: Cristal Medidas: 9 x 8 x 24 cm - unidade	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Prancheta - Prancheta MDF A4 Clips Metal – unidade	50
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Quadro branco - 120x90 moldura alumínio – unidade	2

Tipo	Item	Quant. por sede
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Quadro de cortiça - 120x90cm – unidade	1
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Régua de metal 30 cm – unidade	1
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Régua de metal 60 cm – unidade	1
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Régua de plástico 30 cm – unidade	30
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Removedor de grampo - espátula – unidade	1 por funcionário
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Suporte grande em MDF para material fotográfico – unidade	1
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Tesoura grande - 19,5 cm total de comprimento	4
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Tesoura pequena (caixa com 12) Aço inoxidável com cabo de polipropileno Ponta arredondada 13 cm - cx c/ 12	3
Materiais de escritório, didáticos e pedagógicos	Tesoura sem ponta – unidade	10
Material de limpeza	Álcool 70 - litro	12 por ano
Material de limpeza	Álcool gel - litro	12 por ano
Material de limpeza	Aromatizante de Ambientes - galão de 5 litros	36 por ano
Material de limpeza	Balde plástico 20l - unidade	12 por ano
Material de limpeza	Cera Líquida Incolor Auto Brilho - litro	36 por ano
Material de limpeza	Cloro 5 Sódio 12% - galão de 5 litros	36 por ano
Material de limpeza	Desinfetante bactericida - galão de 5 litros	36 por ano
Material de limpeza	Detergente líquido neutro - unidade	48 por ano
Material de limpeza	Dispenser de álcool gel - unidade	3
Material de limpeza	Dispenser de sabonete líquido - unidade	2
Material de limpeza	Escada banqueta de Alumínio 64 cm de altura - unidade	1
Material de limpeza	Escova oval - unidade	3 por ano
Material de limpeza	Escova Sanitária - unidade	3 por ano
Material de limpeza	Esponja multiuso - pacote c/ 2	24 por ano
Material de limpeza	Flanela de limpeza 30x40 - unidade	36 por ano
Material de limpeza	Kit 4 Lixeiras Para Coleta Seletiva 60 Litros Com Adesivos - unidade	1
Material de limpeza	Kit Funcional de Limpeza - unidade	1
Material de limpeza	Lixeira plástica 9 litros com pedal - unidade	1 por funcionário

Tipo	Item	Quant. por sede
Material de limpeza	Loção para limpeza de vidros e superfícies - unidade	3 por ano
Material de limpeza	Lustra Móveis - litro	12 por ano
Material de limpeza	Mangueira - 30 metros - unidade	1
Material de limpeza	Máscara descartável - cx c/ 50	12 por ano
Material de limpeza	Mini rodo de pia - unidade	3 por ano
Material de limpeza	Mop Esfregão - unidade	1 por ano
Material de limpeza	Mop giratório - unidade	1 por ano
Material de limpeza	Mop Spray - unidade	1 por ano
Material de limpeza	Mop Zig Zag - unidade	2 por ano
Material de limpeza	Pano De Chão Saco Alvejado Grande 40 X 65 Limpeza - unidade	36 por ano
Material de limpeza	Papel higiênico - pacote c/40	24 por ano
Material de limpeza	Papel toalha para mãos - pacote c/100	96 por ano
Material de limpeza	Papeleira para papel higiênico - unidade	2
Material de limpeza	Papeleira para papel toalha - unidade	2
Material de limpeza	Pedra Sanitária - unidade	36 por ano
Material de limpeza	Rodo plástico duplo para chão 40cm cabo de Madeira 1,20m - unidade	3 por ano
Material de limpeza	Sabão em barra - pacote	36 por ano
Material de limpeza	Sabão em pó 1kg - unidade	12 por ano
Material de limpeza	Saco de lixo 100 litros - pacote c/100	6 por ano
Material de limpeza	Saco de lixo 20 litros - pacote c/100	12 por ano
Material de limpeza	Saponáceo cremoso - litro	12 por ano
Material de limpeza	Saponáceo em Pasta - litro	12 por ano
Material de limpeza	Vassoura de Nylon - unidade	6 por ano
Materiais de copa e cozinha	Açúcar - kg	24 por ano
Materiais de copa e cozinha	Adoçante - unidade	12 por ano
Materiais de copa e cozinha	Bandejas de polipropileno 32,5 x 23,5 - unidade	4
Materiais de copa e cozinha	Bolacha doce - unidade	18 por ano
Materiais de copa e cozinha	Bolacha salgada - unidade	18 por ano
Materiais de copa e cozinha	Copos de 300ml personalizados para eventos - kit com 100 unidades	1
Materiais de copa e cozinha	Copos de vidro 30 ml - jogo c/ 6 peças	2
Materiais de copa e cozinha	Escorredor de louça - unidade	1
Materiais de copa e cozinha	Filtro de papel para cafeteira - pc c/ 50 unidades	12 por ano

Tipo	Item	Quant. por sede
Materiais de copa e cozinha	Lavador de copos - unidade	1 por ano
Materiais de copa e cozinha	Pano de prato - unidade	48 por ano
Materiais de copa e cozinha	Pó de café - pc com 0,5 kg	120 por ano
Materiais de copa e cozinha	Potes Herméticos em acrílico para biscoitos - Kit com 3	3
Materiais de copa e cozinha	Potes Herméticos em acrílico para mantimentos - Kit com 6	3
Materiais de copa e cozinha	Talheres - jogo c/ 30 peças	1
Materiais de copa e cozinha	Toalha de mesa - unidade	3
Uniformes e EPIs	Camiseta 100% algodão malha penteada logotipo aplicado em "silk" - unidade	3 por ano por funcionário
Uniformes e EPIs	Camiseta regata 100% algodão malha penteada logotipo aplicado em "silk" - unidade	3 por ano por funcionário e 3 por PAG
Uniformes e EPIs	Boné (com logotipo) - unidade	2 por funcionário e 2 por PAG
Uniformes e EPIs	Filtro solar com repelente contra insetos - 120 ml - protetor solar FPS 60, proteção aos raios UVA e UVB. Com proteção completa e imediata, FPS 60 tem resistência de até duas horas, à prova d'água e suor - unidade	3 por ano
Uniformes e EPIs	Camiseta 100% algodão malha penteada logotipo aplicado em "silk" para os SAE - unidade	1 por ano por SAE
Uniformes e EPIs	Squeeze 500ml Personalizado em 4 Cores - unidade	1 por funcionário e 1 por PAG

Tabela 54: Itens de materiais de consumo e aplicação.

16.4.4 Subcontratação

As subcontratações necessárias para a execução do PEA Rendas estão vinculadas aos serviços de suporte para as sedes, de apoio aos eventos, pagamento de licenças de softwares, serviços de infraestrutura de TI e de apoio a produtos específicos, como produção de audiovisuais, especialistas para diagnósticos, produção de peças gráficas e publicações, entre outros.

Tipo	Item	Quant. por sede
Operação das sedes	Identidade Visual - Placa com logo e chancela das instituições	1
Operação das sedes	Dimensionamento, aquisição e Instalação de Ar-condicionado na sede do Rio de Janeiro	1
Operação das sedes	Serviços de adaptação das sedes na mobilização (obras)	1 verba
Operação das sedes	Serviços de reversão das adaptações das sedes na desmobilização (obras)	1 verba
Operação das sedes	Serviço de comunicação móvel - assinatura mensal	1 por funcionário e 1 por PAG
Operação das sedes	Serviços de segurança e vigilância eletrônica com capacidade de backup e monitoramento remoto	1 Observação: no agrupamento Sul não existem esse tipo de prestador de serviços
Operação das sedes	Serviço de seguros patrimoniais e contra incêndio das sedes	1 por sede
Operação das sedes	Serviços de limpeza	1 por sede com empresas prestadoras de serviços ou MEI
Operação das sedes	Serviços de jardinagem	1 por sede que conta com jardins e canteiros
Operação das sedes	Serviços de manutenção predial	Contratação sob demanda (em média um chamado a cada 3 meses)
Operação das sedes	Serviço de internet (mínimo de 300 Mega)	1 por sede
Operação das sedes	Serviço de internet com link dedicado (mínimo 600 Mega)	1 por sede com coordenação regional
Operação das sedes	Serviço de água e esgoto	1 por sede
Operação das sedes	Serviço de energia elétrica	1 por sede
Operação das sedes	Serviços de dedetização e desratização	1 por ano
Operação das sedes	Serviços de limpeza da caixa d'água	1 por ano
Operação das sedes	Serviços de limpeza e manutenção do ar-condicionado	1 por ano
Apoio aos eventos	Serviço de transporte para os eventos	1 van por evento
Apoio aos eventos	Serviços de transporte por aplicativo	1 por evento

Tipo	Item	Quant. por sede
Apoio aos eventos	Serviços de transporte para especialistas (aéreo ou rodoviário)	1 por evento
Apoio aos eventos	Serviços de transporte para intercâmbios entre agrupamentos	1 micro-ônibus ou ônibus por evento
Apoio aos eventos	Almoço (Restaurante)	1 por participante por evento
Apoio aos eventos	Jantar (Restaurante)	1 por participante por evento quando hospedado
Apoio aos eventos	Lanches para o evento nas sedes	1 verba por evento (R$ 12 a R$ 18) por participante
Apoio aos eventos	Lanches durante o transporte da equipe e dos SAE para eventos externos	1 verba por evento (R$ 12 a R$ 18) por participante
Apoio aos eventos	Lanches para evento em espaço locado	1 verba por evento (R$ 25 a R$ 50) por participante
Apoio aos eventos	Hospedagens para eventos	1 verba (quarto duplo R$ 320 e quarto simples R$ 280 diárias com impostos em épocas de temporada
Apoio aos eventos	Contratação de especialistas para as formações	1 por evento (considerado para cada hora de evento uma hora de preparação)
Apoio aos eventos	Recreação infantil	1 por evento com a presença de crianças
Apoio aos eventos	Locação de espaços para eventos externos	1 por evento
Apoio aos eventos	Serviços gráficos para produção de materiais para os eventos e jogos pedagógicos	Contratação sob demanda
Apoio a produtos específicos	Serviço de criação da identidade visual	1 verba conforme especificidade do serviço
Apoio a produtos específicos	Contratação de especialistas para apoio a produtos	1 verba conforme especificidade do serviço
Apoio a produtos específicos	Produtora de audiovisuais	1 verba conforme especificidade do serviço
Apoio a produtos específicos	Serviços de impulsionamento para as redes sociais	1 verba mensal
Apoio a produtos específicos	Serviços de montagem de espaços de eventos em local público (EmTendas)	1 verba conforme dimensionamento do evento
Serviços de TI	Assinatura de Software Canvas – Anual	1 por sede com coordenação
Serviços de TI	Pacote Microsoft Office 365 Business – mensal	1 por funcionário
Serviços de TI	Pacote Adobe Premier com coleção completa de aplicativos de criação para dispositivos móveis e desktop, incluindo o Photoshop CC, o Illustrator CC e o Adobe XD CC - anual	1 por sede com coordenação

Tipo	Item	Quant. por sede
Serviços de TI	Serviço de hospedagem do site e Banco de Imagens	1 verba anual
Serviços de TI	Serviço de registro do domínio do site no nic.br / registro.nr	1 verba anual
Apoio a produtos específicos	Serviço de construção e manutenção do site - anual	1 verba anual
Apoio a produtos específicos	Construção e Manutenção do Banco de Imagens - anual	1 verba anual
Apoio produtos específicos	Construção e Manutenção do Sistema de Gestão de Eventos – anual	1 verba anual

Tabela 55: Itens de subcontratação

16.4.5 Instalações e infraestrutura

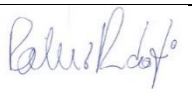
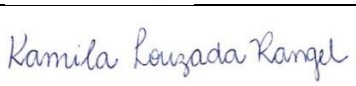
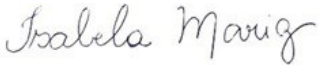
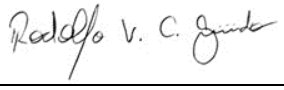
As instalações e infraestruturas necessárias para a execução do PEA Rendas foram as sedes, que foram adaptadas conforme as necessidades do projeto, definindo-se uma área de reuniões, uma área de trabalho, uma área de copa e cozinha, pelo menos dois banheiros, pelo menos um adaptado para usuários com necessidades especiais e, quando disponível, garagem com vaga para um veículo. A tabela a seguir apresenta os tipos de sedes por agrupamento.

Agrupamento	Município	Tipo de Imóvel
Agrupamento Sul	Iguape	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 50 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.
Agrupamento Sul	Ilha Comprida	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 30 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.

Agrupamento	Município	Tipo de Imóvel
Agrupamento Sul	Cananéia	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 30 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.
Agrupamento Centro	Caraguatatuba	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 50 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.
Agrupamento Centro	Ilhabela	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 30 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.
Agrupamento Centro	Paraty	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 30 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.
Agrupamento Norte (RIO)	Niterói	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 50 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.
Agrupamento Norte (RIO)	Maricá	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 30 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.
Agrupamento Norte (RIO)	Guapimirim	Locação de imóvel com estações de trabalho para toda equipe municipal e membros remunerados do PAG e espaço de reunião para até 30 pessoas com IPTU, Condomínio, taxas e impostos.

Tabela 56: Tipos de sedes do PEA Rendas por agrupamento.

XVII. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

Responsável Técnico (FIA)	Profissão	CTF	Assinatura
Hélio Janny Teixeira	Administrador	7358428	
Luis Patricio Prado Filho	Economista	8049274	
Kamila Louzada Rangel	Licenciada em Biologia	7842688	
Débora Cubatelli Redivo	Gestora Ambiental	Não se aplica	
Isabela Mariz Pereira de Araújo	Bióloga	Não se aplica	
Rodrigo Silva Lemos	Gestor de RH	Não se aplica	
Rodolfo Victório Carvalho Guido	Engenheiro Civil	Não se aplica	
Paula Araújo	Antropóloga	Não se aplica	
Fernanda Nunes	Engenheira	Não se aplica	